

Casa de Oswaldo Cruz- FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

JÚLIA LIMA GORGES BRANDÃO

**AGROECOLOGIA, SAÚDE E AMBIENTE: A HISTÓRIA DA AGRICULTURA
ORGÂNICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1970-2010)**

Rio de Janeiro
2023

JÚLIA LIMA GORGES BRANDÃO

**AGROECOLOGIA, SAÚDE E AMBIENTE: A HISTÓRIA DA
AGRICULTURA ORGÂNICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(1970-2010)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof^a Dra. Dominichi Miranda de Sá

**Rio de Janeiro
2023**

JÚLIA LIMA GORGES BRANDÃO

AGROECOLOGIA, SAÚDE E AMBIENTE: A HISTÓRIA DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(1970-2010)

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Dominichi Miranda de Sá (Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Elenita Malta Pereira (Universidade Federal de Rondonópolis)

Prof.^o Dr.^o Jó Klanovicz (Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro)

Prof.^o Dr.^o André Felipe Cândido da Silva (Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz)

Prof.^a Dr.^a Ingrid Fonseca Casazza (Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz)

Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Alessandra Izabel de Carvalho (Universidade Estadual da Ponta Grossa)

Prof.^o Dr.^o Robert Wegner (Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz)

Rio de Janeiro
2023

B817a Brandão, Júlia Lima Gorges.

Agroecologia, saúde e ambiente: a história da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro (1970-2010) / Júlia Lima Gorges Brandão. – Rio de Janeiro, 2023.
454 f. : il.

Orientadora: Dominichi Miranda de Sá.

Tese (Doutorado Acadêmico em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.
Bibliografia: f. 443-454.

1. Agricultura Sustentável. 2. Agricultura Orgânica.
3. História do Século XX. 4. História do Século XXI. 5. Brasil.

CDD 630.981

Ao Paulo e à Virgínia, agricultores familiares e orgânicos, meus pais.

AGRADECIMENTOS

À Dominichi Miranda de Sá, toda minha gratidão, admiração e carinho. Tive a sorte de ser sua aluna desde 2012, quando ainda começava a iniciação científica, e desde então venho aprendendo bem mais do que o ofício de historiadora: aprendo sobre empatia, justiça social, justiça ambiental, sororidade e força, valores que só uma mulher forte e empoderada como ela poderia transmitir. Obrigada por me incentivar e acreditar no meu potencial, obrigada por todos os ensinamentos e até as broncas e “fortes sugestões”, que certamente muito me ajudaram a chegar até aqui. Sou eternamente grata!

Agradeço aos professores André Felipe Cândido da Silva e JÓ Klanovicz por todas as sugestões, críticas e contribuições dispensadas ao meu trabalho por ocasião do exame de qualificação, no tão longínquo ano de 2019. Certamente os comentários naquela ocasião foram de fundamental importância para o prosseguimento de minha pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, sempre solícitos e gentis, com os quais tive a oportunidade de aprender muitos ensinamentos, a partir de suas aulas, encontros, seminários. Agradeço também à Maria Claudia, Paulo e Sandro, da secretaria do PPGHCS, que sempre estiveram dispostos a ajudar no que fosse preciso.

Ao Leonardo Lignani, pela parceria, incentivo e generosidade em compartilhar comigo diversos projetos relacionados às nossas pesquisas, que se mostraram complementares e nos permitiram trocar muitas ideias e experiências. Agradeço também à Paula Fortini, Ingrid Casazza e demais colegas do grupo de estudos do qual faço parte desde a graduação, por todas as trocas, sugestões e parcerias de todos esses anos.

A todos aqueles que se dispuseram a me conceder entrevistas, em especial Cristina Ribeiro, Paulo Aguinaga, Maria do Carmo Fernandes, José Guilherme Marinho Guerra, Jean Marc von der Weid, Lucia Helena Almeida, assim como os diversos agricultores e agricultoras que foram fundamentais para que a realização desta pesquisa fosse possível: Levi Oliveira, Antonio Carlos Correa, Ana Maria Oliveira, Geraldo Oliveira, Maria Benedita Pimentel, Ernando Guedes, Françoise Oestreicher, Sebastião Augusto de Aguiar e outros. Fica aqui a minha eterna gratidão e admiração pela trajetória de cada um de vocês.

Um agradecimento especial também aos professores João Márcio Mendes Pereira, com quem tive a alegria de realizar meu estágio docência na Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro e Cláudia Job Schmitt, por todas as sugestões de textos e autores e incentivo para o andamento de minha pesquisa.

Aos amigos da Feira Orgânica da Glória, com quem tive a alegria de compartilhar 16 longos anos de minha vida. Obrigada pelo incentivo, inspiração, amizade e torcida. O tempo que passamos juntos vai ficar pra sempre!

Aos meus pais, Paulo e Virgínia, jamais esquecerei a simplicidade, acompanhada de felicidade, das muitas madrugadas frias descendo a serra ou das muitas tardes de muito calor, dos perrengues com as duas *kombis* que tivemos, dos engarrafamentos na Linha Vermelha, enfim, momentos únicos em que éramos nós três em torno de algo que era muito mais do que um trabalho; era nosso projeto familiar de superação, a possibilidade de alçar voos maiores. Nossa história compartilhada com a agricultura orgânica e a feira é só um reflexo de toda nossa trajetória. Sempre fomos nós por nós mesmos, um apoiando os projetos e sonhos do outro. Tudo o que sou devo a vocês. Obrigada por me fazerem acreditar que a filha de pequenos agricultores poderia estudar fora da cidade, se formar em uma universidade pública, fazer pós-graduação em uma das maiores instituições de ciência da América Latina. Sou eternamente grata e morro de orgulho de ser filha de vocês. Estaremos pra sempre juntos!

À minha irmã, Isabella, o maior presente que a vida e meus pais poderiam ter me dado. Obrigada por me incentivar e sempre me fazer acreditar no meu potencial. Você é a certeza de que nunca estarei sozinha, é alguém com quem eu sei que incondicionalmente sempre vou contar. Você me faz uma pessoa melhor; apesar de ser mais velha, eu sempre aprendo com seu exemplo de empatia, bondade, personalidade, determinação e caráter. Estarei sempre aqui por você!

Ao meu amor, Cadu... A vida sorriu quando você chegou! Nos encontramos ainda na faculdade e desde então você vem me acompanhando, incentivando e apoiando nos momentos mais difíceis. Obrigada por estar sempre ao meu lado, pronto para me arrancar um sorriso com as coisas mais simples e bobas, e assim tornar a minha vida mais leve. Essa conquista também é sua! A você, todo meu amor e gratidão. Agradeço também à sua família, em especial seus pais, Fátima e Maurício, por sempre me acolherem e torcerem pelas minhas vitórias. Vocês moram no meu coração!

À minha vó Virgínia, agradeço por todo o cuidado e carinho dedicados a mim durante toda a minha vida. A pessoa mais bondosa, meiga e caridosa que eu já conheci, um exemplo de amor, entrega e companheirismo. Eu tenho muita sorte e orgulho de ser sua neta, te amo pra sempre!

Aos meus familiares e poucos e bons amigos que me acompanham nessa jornada louca que é a vida. Eu tenho certeza que não nos encontramos por acaso nessa vida, vocês fazem a diferença na minha trajetória. Obrigada por sempre se fazerem presentes mesmo longe, por compreenderem minhas ausências ao longo desses vários anos e por me aceitarem como eu sou. “Valeu por você existir, amigo”. Um beijo especial para Camila, Fabiano, Leonardo, Roberta, Mário, Guilherme, Isabella, Paula, Priscila e Juan. Que estejamos sempre juntos!

“A agricultura já não é uma profissão, mas uma paixão pela natureza, pela vida verdadeira, pelo nascer, crescer, florir e madurar.”

Ana Maria Primavesi

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar a consolidação da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro, no período de 1970 a 2010, relacionando este estudo a um cenário nacional e internacional de ideias que questionavam o padrão agrícola hegemônico, calcado no uso de agrotóxicos e adubos químicos e que foi estabelecido globalmente a partir do advento da chamada Revolução Verde. Argumentamos que a difusão da agricultura orgânica, inicialmente conhecida, no Brasil e no território fluminense, como agricultura alternativa, é resultado de múltiplos esforços, envolvendo atores diversos, como agrônomos, ambientalistas, intelectuais, consumidores e, não menos importantes, de agricultores. Nosso recorte temporal diz respeito à constituição de um movimento contestatório, por isso alternativo, ao cenário agrícola brasileiro, que toma força ao longo da década de 1970. No estado do Rio, mais especificamente na região serrana do estado, é no final desta década que se estabeleceram as primeiras experiências que buscaram pôr em prática os preceitos da agricultura alternativa. Já o recorte final, 2010, diz respeito à criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), um importante mecanismo que permitiu a ampliação considerável dos espaços de comercialização solidária da agricultura orgânica fluminense, levando ao aumento de produtores orgânicos em todo o estado.

Palavras chave:

Agricultura Alternativa; Agrotóxicos; Agroecologia; Agricultura orgânica; Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

ABSTRACT

This research aims to analyze the consolidation of organic agriculture in the state of Rio de Janeiro, from 1970 to 2010, relating this case study to a national and international scenario of ideas that questioned the hegemonic agricultural pattern - based on the use of pesticides and chemical fertilizers and which was established globally with the advent of the so-called Green Revolution. We argue that the spread of organic agriculture, initially known in Brazil and in Rio de Janeiro as alternative agriculture, is the result of multiple efforts, involving different actors, such as agronomists, environmentalists, intellectuals, consumers and, last but not least, farmers. Our time frame concerns the constitution of a protest movement, therefore alternative, to the Brazilian agricultural scenario, which gained strength throughout the 1970s. In the state of Rio, more specifically in the mountainous region of the state, it was at the end of this decade that the first experiments that sought to put the precepts of alternative agriculture into practice were established. The final period, 2010, concerns the creation of the Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), an important mechanism that allowed the considerable expansion of solidarity commercialization spaces for organic agriculture in Rio de Janeiro, leading to an increase in organic producers throughout the state.

Keywords: Alternative Agriculture; Pesticides; Agroecology; Organic Agriculture; Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

LISTA DE SIGLAS

- ABCAR**- Associação Brasileira de Crédito Rural
- ABIO**- Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
- ACAR**- Associação de Crédito e Assistência Rural
- AGAPAN**- Associação Gaúcha de Proteção à Natureza
- AIA**- *American International Association for Economic and Social Development*
- ANA**- Articulação Nacional de Agroecologia
- ANDEF**- Associação Nacional de Defensivos Agrícolas
- APDMA**- Assembleia Permanente em Defesa do Meio Ambiente
- ATER**- Assistência Técnica e Extensionismo Rural
- CCFO**- Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
- CEASA**- Centrais Estaduais de Abastecimento
- CEPAL**- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CNAPO**- Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- CNPBS**- Centro Nacional de Pesquisas de Biologia dos Solos
- CONDRAF**- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONSEA**- Comissão Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- COONATURA**- Cooperativa Mista dos Produtores e Consumidores de Alimentos, Ideias e Soluções Naturais
- CPT**- Comissão Pastoral da Terra
- CUT**- Central Única dos Trabalhadores
- EBAAs**- Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
- EMATER**- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA**- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER**- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ENA**- Encontro Nacional de Agroecologia
- EPA**- *Environment Protection Agency*
- FAO**- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
- FAEAB**- Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil
- FEAB**- Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FMI- Fundo Monetário Internacional

GCS- Grupos de Comercialização Solidária

GEB- *General Education Board*

IFOAM- *International Federation on Organic Agriculture Movement*

INRA- *Institut National de la Recherche Agronomique*

MAPA- Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

OCIAA- *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONG- Organização não governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

OPAC- Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PESAGRO- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

PNAPO- Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNDA- Programa Nacional de Defensivos Agrícolas

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTA- Projeto Tecnologias Alternativas

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

SIAN- Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SIPA- Sistema Integrado de Produção Agroecológica

SNI- Sistema Nacional de Informações

SPG- Sistema Participativo de Garantia

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UICN- União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Introdução | 1 |
| Capítulo 1: Uma revolução para o campo? Geopolítica, Revolução Verde e agrotóxicos na história da agricultura brasileira do século XX..... | 29 |
| 1.1- Guerra Fria, relações internacionais e desenvolvimento | 30 |
| 1.2- Revolução Verde: a dispersão de um novo modelo agrícola..... | 36 |
| 1.3- A Revolução Verde e seus impactos no Brasil | 45 |
| 1.4- A cooperação técnica como meio de modernização | 49 |
| 1.5- O Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA): o Brasil rumo à liderança mundial no consumo de agrotóxicos | 59 |
| | |
| Capítulo 2: “Sal, azeite e veneno: o que há de errado na mesa do brasileiro? Debates sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos e o movimento de agricultura alternativa no Brasil (1970-1989) | 70 |
| 2.1- “Primavera silenciosa”: a consolidação da crítica ambiental internacional | 72 |
| 2.2- Os movimentos ecológicos brasileiros | 82 |
| 2.3- A partidarização do movimento ecológico: os Verdes no Brasil..... | 96 |
| 2.4- Novas perspectivas agrícolas: a agricultura alternativa | 104 |
| 2.5- A luta contra os agrotóxicos | 110 |
| 2.6- O papel dos agrônomos alternativos | 129 |
| 2.7- Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs) | 144 |
| 2.8- O Projeto Tecnologias Alternativas (PTA)..... | 155 |
| 2.9- Atores e debates na (tardia) formulação de legislações para o uso de agrotóxicos no Brasil | 167 |
| | |
| Capítulo 3: A consolidação do movimento de agricultura alternativa no estado do Rio de Janeiro (1970-1989). | 180 |
| 3.1- As gerações dos estudantes alternativos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | 181 |
| 3.2- “Guerra Verde na Serra”: Revolução Verde e o panorama agrícola da região serrana do estado do Rio de Janeiro..... | 190 |
| 3.3- A comunidade Arca de Noé: uma expressão da vida alternativa na serra (1970-1980) | 219 |
| 3.4- “Por uma comida sem veneno”: a criação da Coonatura (1979) | 225 |
| 3.5- De núcleo rural da Coonatura à referência estadual na produção de alimentos orgânicos: o caso do Brejal (Petrópolis)..... | 242 |
| 3.6- A Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) | 257 |
| | |
| Capítulo 4: De alternativa à orgânica: a propagação da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro ao longo dos anos 1990 | 265 |

| | |
|---|-----|
| 4.1- Rio, capital da Ecologia: A Eco 92 e a amplificação da temática ambiental no Rio de Janeiro e no Brasil..... | 269 |
| 4.2- De utópica a orgânica | 286 |
| 4.3- Fazendinha Agroecológica km 47: o Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA) | 289 |
| 4.4- A Rede Agroecologia- Rio | 312 |
| 4.5- “A saúde está na feira”: a Feira Orgânica da Glória, a primeira feira orgânica dos cariocas..... | 318 |

Capítulo 5: Mercado em ascensão ou resistência permanente? Agroecologia, legislação e políticas públicas para a agricultura orgânica brasileira e fluminense (2000-2010) 353

| | |
|--|-----|
| 5.1- Os debates agroecológicos e a formulação da legislação orgânica (2000-2002) | 353 |
| 5.2- O Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)- 2002 | 366 |
| 5.3- O governo Lula e a formulação de leis e políticas públicas para a agroecologia | 377 |
| 5.4- Uma legislação construída por diferentes atores e interesses | 381 |
| 5.5- Um panorama da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro | 386 |
| 5.6- Políticas públicas para a agricultura orgânica fluminense | 393 |
| 5.7- Um circuito para a agricultura orgânica: O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) - 2010 | 400 |

Considerações Finais 418

Fontes 423

Referências Bibliográficas 443

INTRODUÇÃO

“Sal, Azeite e Veneno: o que há de errado na mesa do brasileiro?” diz respeito a uma reportagem veiculada no ano de 1978 no *Globo Repórter*, programa televisivo de grande audiência transmitido pela TV Globo a partir da década de 1970. O referido programa problematizava, de maneira inédita nos meios televisivos, os efeitos deletérios, e até então em grande parte desconhecidos, do uso de pesticidas nas lavouras brasileiras. Mais do que isso, o programa, em plena ditadura civil-militar¹ (1964-1985), apontava que o uso destas substâncias era indiscriminado no Brasil e que existiam poucas informações sobre os seus reais efeitos a curto e longo prazos. Demonstrava, assim, uma grande ineficiência e até mesmo uma despreocupação por parte das autoridades públicas em estabelecer marcos regulatórios eficientes para o controle destes produtos, que cada vez mais eram utilizados no país. O contexto histórico em que se passa *Sal, azeite e veneno* é emblemático.

Àquele momento, o governo civil-militar sinalizava uma incipiente redemocratização “lenta, gradual e segura”, o que significava um tímido respiro aos críticos e militantes, que gradativamente começariam a se organizar em associações, ONGs, protótipos de partidos políticos e movimentos sociais mais amplos. A Lei da Anistia, de 1979, por exemplo, foi um dos mecanismos que trazia de volta às ruas as vozes caladas pelos “anos de chumbo”, marcados por prisões arbitrárias, censura, torturas, desaparecimentos e mortes. Não coincidentemente, era o período em que os efeitos da modernização agrícola e transformações brutais de paisagens e regiões, implementadas no país nas décadas anteriores, estavam cada vez mais evidentes. Ao mesmo tempo, tomava força um movimento ambientalista, no qual as problemáticas relacionadas à agricultura brasileira ganhavam espaço de debates e questionamentos.

É neste enquadramento histórico que, dentre outras diferentes iniciativas no país, consumidores cariocas se mobilizaram e buscaram formar uma cooperativa para o fornecimento de alimentos naturais, produzidos sem nenhum tipo de aditivos químicos. Estavam preocupados com questões ambientais e alimentares, visto que se popularizavam casos recorrentes de

¹Concordamos com a tendência historiográfica, popularizada, sobretudo, a partir dos estudos do historiador Daniel Aarão Reis, de compreender este período histórico como um governo civil-militar. Embora tenhamos consciência de que as decisões finais do período viessem do alto escalão militar, é inegável, a nosso ver, o apoio e a influência da esfera civil, representada por parte do empresariado nacional e estrangeiro, e por uma considerável parcela da elite brasileira. Para um resumo desta interpretação veiculada na esfera pública mais ampla, ver: REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. *O Globo*, 31 de março de 2012.

contaminação de frutas, legumes e verduras por alto índices de agrotóxicos utilizados nas lavouras fluminenses. Surgia então a Coonatura, Cooperativa Mista de Produtores e Consumidores de Alimentos, Ideias e Soluções Naturais, criada em 1978, na cidade do Rio de Janeiro. Reunindo um público diverso de classe média, a Coonatura buscava mobilizar iniciativas que produzissem alimentos para suprir uma demanda que crescia àquele momento. Esta cooperativa foi criada a partir de cartas enviadas ao *Jornal do Brasil*, por um casal da cidade do Rio de Janeiro, que buscava pessoas que quisessem aderir a um movimento de promoção de uma agricultura natural. A carta inicial intitulada “*Por uma comida sem veneno*” teve a resposta de mais de 300 cartas de pessoas. Das cartas e matérias no jornal, foram organizadas reuniões no Parque Lage, na cidade do Rio de Janeiro, onde essas pessoas mobilizaram-se e fundaram a Coonatura. É a partir deste cenário que um dos membros da recém-criada cooperativa se dirigiu até a cidade de Petrópolis, região serrana do estado, buscando iniciar o cultivo de alimentos naturais, visto que as condições ambientais da região eram propícias. A localidade escolhida foi o Brejal, área rural da cidade, marcada por pequenas propriedades agrícolas que se dedicavam, majoritariamente, ao cultivo de verduras e legumes produzidos com agrotóxicos. Ali, inicialmente, alguns poucos agricultores aceitariam o desafio de iniciar uma transição, abandonando os métodos convencionais de produção e partindo para a produção isenta de qualquer tipo de química. Destaca-se, neste sentido, o papel de mulheres agricultoras da região. Elas começaram a fornecer seus produtos oriundos de suas hortas caseiras, já isentos de agrotóxicos, à Coonatura, demonstrando a seus maridos, pais, irmãos e vizinhos, que era possível receber um valor digno pela produção e que havia demanda por aqueles produtos naturais. O Brejal se tornou, então, o maior fornecedor de alimentos “alternativos” (depois chamados de orgânicos) à Coonatura, tornando-se pioneiro e referência na produção desse tipo de cultivo em todo o estado. Outra iniciativa relevante para compreendermos a difusão da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro é a criação da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), em 1985, na cidade de Nova Friburgo, também região serrana do estado. Idealizada por jovens de classe média, originalmente urbanos, essa associação surgiu a partir da realização do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, em 1984, na cidade de Petrópolis. O encontro reuniu pessoas milhares de pessoas, brasileiras e estrangeiras, e refletia a consolidação de um movimento que nutria críticas ao cenário político e agrícola do país àquele momento e buscava difundir alternativas ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. A ABIO é portanto expressão deste movimento e, com o passar dos anos, se consolidou como a maior certificadora de alimentos orgânicos do estado, com grande expressão em cenário nacional. As atuações da

Coonatura e da Abio são alguns elementos que nos ajudam a alcançar o principal objetivo deste trabalho: compreender o processo histórico de consolidação da agricultura orgânica, inicialmente conhecida como agricultura alternativa, no estado do Rio de Janeiro.

Esta tese é uma história conectada relacionando questões globais, nacionais, regionais e pessoais. É um trabalho sobre agrotóxicos e programas internacionais de desenvolvimento, agroecologia e resistência. É também um trabalho ligado à história da minha própria família. Venho de uma família de pequenos agricultores, descendentes de alemães, que se estabeleceram em um vale de clima ameno e propício às práticas agrícolas. Nesta localidade, conhecida como Caititu, uma pequena rua do município de Petrópolis- RJ, meu bisavô, vindo da Alemanha ainda no século XIX, meu avô e meu pai seguiram o caminho da agricultura, talvez a maior herança da família. Nasci e cresci neste mesmo vale, presenciando diariamente as dinâmicas, desafios e dificuldades de meus familiares em relação à agricultura.

Era década de 1990 e, àquele momento, as práticas e métodos agrícolas tradicionais passados de geração em geração eram, cada vez mais, substituídos por produtos e técnicas considerados “modernos”. Lembro de ouvir meu avô e meu pai chamarem de “remédio” tais produtos “modernos”. Lembro-me do cheiro forte, do cuidado que eles tinham para que eu e meus primos não tivéssemos contato com o produto. Lembro-me da imagem de meu pai com o pulverizador nas costas e o seu semblante visivelmente exausto. Tais cenas eram observadas por mim de modo mais frequente justamente nos meses de verão, quando ocorriam as férias escolares; certamente o período mais difícil para os dois agricultores da família, tendo em vista as altas temperaturas e o desconforto em passarem o dia todo expostos ao sol e àquelas “misteriosas” substâncias “salvadoras” da produção.

Lembro-me da ausência de meu pai aos domingos, “dia de feira”, assim como lembro-me de suas queixas ao voltar pra casa: era cada dia mais difícil concorrer com produtos vindos de fora da cidade, esteticamente mais bonitos e com preço menor, pois eram produzidos e/ou comprados em grande quantidade. Lembro-me das queixas físicas decorrentes da lida no campo: ardência e vermelhidão nos olhos, dores estomacais, falta de ar; e das dores emocionais também: crises depressivas cada vez mais constantes, problemas com álcool, medo constante de adoecer.

Todo este cenário fez com que meu pai, agricultor desde os 12 anos de idade, buscasse, pela primeira vez em sua vida, se dedicar a outra atividade no final da década de 1990. Depois de muito relutar, ele finalmente reconhecia que era insustentável seguir pelo caminho da

agricultura naquele momento. Finalmente conseguiu emprego em uma grande empresa multinacional presente na cidade, produtora de peças de aviões. Era o seu primeiro emprego formal, com carteira assinada. Foi a primeira vez em mais de 40 anos de vida que ele tinha descanso semanal remunerado e férias. Tudo parecia estável, até que um evento, que chocou o mundo, influenciou o futuro profissional de meu pai: o atentado às Torres Gêmeas (World Trade Center) nos EUA em 11 de setembro de 2001, o qual, dentre outras graves consequências, provocaria uma séria crise no setor de aviação, justamente o ramo da empresa na qual meu pai trabalhava há pouco mais de um ano. Demissões em massa ocorreram e, como meu pai havia sido contratado há pouco tempo, ficou desempregado.

Era início de 2002 e mudanças na minha família novamente ocorreriam. Meu pai demitido, minha mãe prestes a dar a luz à minha irmã, futuro incerto. Alguns meses separaram o momento da demissão e uma nova oportunidade profissional. Um tradicional sítio pertencente à ordem das Irmãs de Sion, localizado no final de nossa rua, famoso por produzir alimentos “naturais”, procurava por alguém para ser responsável pela produção agrícola do lugar. Seria a primeira vez que meu pai ouviria o termo “agricultura orgânica”. Lá percebeu que esta modalidade agrícola tinha muitas semelhanças às técnicas que ele havia aprendido quando jovem com seu pai e seu avô.

O trabalho no sítio, bem próximo de casa, o deixava feliz, afinal, era o que ele sabia e gostava de fazer. Lembro-me dos elogios que ele recebia das irmãs de Sion: a horta produzia como nunca. Em 2003, mesmo ano em que era decretada a primeira lei que regulamentava a produção orgânica no Brasil, meu pai passava a representar o sítio Sion na Feira Orgânica da Glória, realizada todos os sábados na cidade do Rio de Janeiro. O estranhamento inicial, causado pela “cidade grande” e por um “público alternativo”, foi dando lugar a um sentimento de pertencimento e acolhimento: talvez pela primeira vez na vida meu pai encontrava tantas pessoas que valorizavam verdadeiramente o seu trabalho. O medo de “descer a serra” foi dando lugar à segurança. Naquele mesmo ano, meu pai decidiu lutar contra a doença que o acompanhava por quase toda a sua vida: o alcoolismo. Seria a última vez que ele beberia uma gota de álcool. Ele costuma dizer que passou a sentir um grande incômodo com o fato de ver tantas pessoas preocupadas com saúde e que valorizavam tanto o seu trabalho, enquanto ele próprio vivia um conflito interno com o álcool. Dois anos se passaram e, apesar do bom rendimento da horta coordenada por meu pai, as irmãs de Sion resolveram vender o sítio. Depois de um bom tempo de reflexão e angústia pela incerteza do futuro, meu pai decidiu pleitear junto ao coletivo da Feira Orgânica da Glória uma barraca própria: ele desejava voltar

a produzir em suas próprias terras, porém, desta vez, de maneira orgânica. Assim, desde 2005, todos os sábados, venho acompanhando meu pai e minha mãe naquele espaço novo e diferente de tudo o que eu conhecia sobre feiras. Acompanhei a inserção de meus pais no “mundo” dos orgânicos. Àquele momento, lembro que meus amigos e familiares não conheciam nada ou quase nada sobre o tema. Em todo nosso círculo social, foi meu pai quem “apresentou” o termo e o seu significado. No meu caso, foram 16 anos frequentando a Feira Orgânica da Glória praticamente todos os sábados. Lá terminei o ensino fundamental, o ensino médio, a graduação, o mestrado e passei, pelo menos, a metade do doutorado. Durante todo esse tempo, pude acompanhar os desafios, as obrigações, as vantagens, desvantagens, a transição de diversos agricultores da agricultura convencional para a orgânica, o público alvo, a popularização da prática para o público em geral. Por outro lado, minha trajetória enquanto historiadora ambiental me levou a buscar a historicidade daquilo que já fazia parte do meu cotidiano, mas que me gerava muitas questões em relação às suas origens e processo de consolidação.

A historiadora ambiental Regina Horta Duarte, uma das primeiras autoras que eu tive a oportunidade de conhecer quando me inseri neste campo, ainda no início da graduação, argumenta que, ao se voltarem para o estudo da natureza, os historiadores se apresentam como pesquisadores que fornecem um conhecimento fundamental para a compreensão do presente e para a orientação na construção do futuro (Duarte, 2005). Já a historiadora Maria Inés Mudrovcic aponta que diversas mudanças que se manifestaram na historiografia, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, como a consolidação da história de gênero e da história da descolonização, estão intrinsecamente ligadas às experiências pessoais dos historiadores que transcendem o ambiente acadêmico. A autora explora a dimensão ética e moral do historiador na contemporaneidade, argumentando que as mudanças ocorridas no campo historiográfico podem ser compreendidas à luz de atitudes críticas alinhadas à dimensão das próprias origens dos analistas, com impactos epistemológicos e programáticos na análise histórica (Mudrovcic, 2016).

Cabe ressaltar ainda que este é um trabalho sobre pessoas comuns em luta por trabalho, sobrevivência econômica e ideais: agricultores, agrônomos e consumidores. Pessoas “comuns”, oriundas do campo ou da cidade, da academia ou da lavoura, que, de alguma forma, tiveram suas trajetórias entrelaçadas pelo mesmo cenário histórico, ou pelos mesmos objetivos, ou por objetivos opostos. O que as conectou? A agricultura e as diferentes formas de pensá-la, praticá-la e vivenciá-la. Mas de que agricultura estamos falando? A que a humanidade praticou durante o Período Neolítico? Ou a agricultura de subsistência praticada nos feudos medievais europeus?

Ou ainda aquela que tinha papel central na economia local de povos africanos ou ameríndios, antes de serem sistematicamente explorados e dizimados pelos colonizadores? Estamos falando de uma agricultura predatória e de larga escala, como a adotada pelos portugueses durante todo o período colonial brasileiro? É possível falarmos de agriculturas, no plural? Ou existe apenas uma, que foi sendo modificada e adaptada por cada sociedade, em cada período histórico?

Houve uma pluralidade das modalidades agrícolas ao longo dos séculos e até mesmo milênios, e a agricultura sobre a qual nos debruçaremos neste estudo refere-se à agricultura contemporânea. Iremos nos ater, mais especificamente, à agricultura dos séculos XX e XXI, alvo de diversas intervenções, estudos científicos, novas técnicas e novos paradigmas. A industrialização, iniciada na Europa em meados do século XVIII, chegou ao campo com grande intensidade no “breve século XX”, como denominou o historiador Eric Hobsbawm, ao retratar o século onde ocorreram duas guerras mundiais; o surgimento de armamentos químicos, do avião; a difusão do automóvel, a bomba atômica, a configuração de um mundo bipolar, a internet; o avanço avassalador dos meios de comunicação, satélites, foguetes, homem na lua, no espaço, no fundo do mar, uma “quase” terceira guerra mundial, a globalização, e mais guerras. Mas o que tantas mudanças têm a ver com o nosso tema? A resposta é: tudo. A liberdade de criação tecnológica e política dos humanos no século XX, mas, sobretudo a partir da chamada Grande Aceleração, é decorrência direta da massiva exploração dos elementos naturais, incluindo os processos de expansão globais das fronteiras agrícolas.² A agricultura contemporânea, fio condutor deste trabalho, é, pois, produto do mundo e dos processos sociais, econômicos, culturais e científicos que existiam no século XX e que, com mudanças e permanências, seguem existindo no século XXI.

Abordando o conceito de uma história “agro-ambiental”, Sara Gregg aponta que, embora o papel central da agricultura para a história da América seja indiscutível, por muito tempo, este tema foi ignorado ou colocado em segundo plano em análises dos impactos naturais e econômicos de desenvolvimentos agrícolas. No entanto, a autora aponta que, nos últimos anos, alguns historiadores ambientais passaram a considerar a importância desempenhada pela agricultura em processos históricos. Neste sentido, a história agro-ambiental, ou seja, o estudo da história ambiental da agricultura, vem permitindo analisar as “interseções da ecologia com as atividades econômicas, principalmente aquelas que conduzem ao sustento humano” (Gregg, 2010: 426). A autora ressalta que, nos últimos anos, diferentes segmentos da história agro-

² Sobre o debate acerca de mudanças ecológicas intensas e as relações entre sociedade e natureza nestes processos, ver: CHARBONNIER, Pierre. *Abundância e liberdade*. Uma história ambiental das ideias políticas. Trad. Fabio Mascaro Querido. São Paulo: Boitempo, 2021.

ambiental têm surgido, incluindo os estudos acerca dos alimentos, (como as *commodities* e alimentos processados), a história da produção em áreas de cultivo agrícola, e aqueles que têm privilegiado os impactos da tecnologia na produção agrícola. Reforça ainda que há outras possibilidades de investigações históricas, dentre elas, sobre o desenvolvimento da agricultura industrial e, por outro lado, o crescimento da agricultura orgânica e as continuidades entre as gerações anteriores e a “nova cultura orgânica”, possibilitando aos historiadores a conexão dos “padrões históricos de uso da terra com as estratégias modernas mais avançadas para a produção sustentável” (Gregg, 2010: 435).

Refletindo sobre as ponderações de Gregg, e pensando em nosso estudo, podemos definir a presente pesquisa enquanto uma análise que engloba os dois últimos campos de investigação citados acima: o avanço da agroindústria e a consolidação da agricultura orgânica, compreendendo a difusão desta modalidade agrícola como uma resposta e uma via alternativa à modernização agrícola. A agricultura - ou os processos produtivos agrícolas - passou por profundas transformações, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Enquanto os países desenvolvidos ou pertencentes ao dito “Primeiro Mundo” (tal como denominação no contexto da Guerra Fria), passavam por um processo de modernização agrícola desde fins do século XIX e início do século XX, o chamado “Terceiro Mundo” era inserido neste processo, por programas internacionais de desenvolvimento, com acentuada velocidade a partir dos anos 1950. Esses programas englobaram a introdução de adubos químicos, sementes geneticamente modificadas, agrotóxicos e outros elementos que fizeram parte da chamada “Revolução Verde”.

Para Wilson Picado, o conceito de Revolução Verde é aberto e multifacetado, englobando diversos elementos, dentre os quais se destaca a ampla transformação tecnológica do setor agrícola, após a Segunda Guerra Mundial, especialmente no Terceiro Mundo. A Revolução Verde pode significar uma dinâmica mudança no âmbito das práticas de aprimoramento técnico na agricultura, assim como pode estar intrinsecamente relacionada a estratégias geopolíticas de contenção do avanço comunista em países economicamente desfavorecidos, o que faz com que o conceito adquira um caráter político e econômico. Ademais, tal processo engloba, como já ressaltai, a implementação da mecanização dos processos produtivos, bem como a inserção de substâncias químicas no campo. Ao realizar uma análise sobre a difusão da Revolução Verde em países como o México, a Índia e Costa Rica, o autor demonstra como os Estados Unidos buscaram ampliar a sua supremacia geopolítica sobre nações latino-americanas e asiáticas. Tais territórios foram alvo da disseminação de pacotes

tecnológicos, em que estavam inclusas sementes padronizadas, contrastando com a anterior diversidade ecológica e social dessas localidades (Picado, 2008; Picado 2014).

Em artigo recente, Picado chama atenção para o surgimento de novas narrativas sobre a Revolução Verde, abordando que, embora os estudos considerem este processo global há várias décadas, a história de sua difusão na América Latina ainda merece aprofundamento e compreensão de suas especificidades. Nesta região, as tecnologias agrícolas, trazidas pela Revolução Verde, como maquinário agrícola e fertilizantes, foram apropriadas por grandes latifundiários, que concentravam sua produção em alimentos para exportação, caso do café, algodão e cana-de-açúcar. No entanto, ainda são incipientes os estudos que abordam os impactos da modernização agrícola entre camponeses de distintos gêneros e grupos étnicos. Além disso, segundo Picado, algumas questões merecem ser privilegiadas, como o impacto de tais tecnologias na saúde humana e em distintos ecossistemas. Outro ponto relevante abordado é a importância de se destacar o papel fundamental desempenhado pelas políticas internas dos países latino-americanos na adoção destes pacotes tecnológicos característicos da Revolução Verde, concomitantes à pressão externa exercida pelos interesses geopolíticos estadunidenses (Picado, 2022).

Em âmbito internacional, a disseminação da Revolução Verde esteve inserida no período histórico em que se difunde a noção de “desenvolvimento”, que, conforme assinalado por Amy Staples, refere-se a um programa de caráter internacional, cujo objetivo seria a promoção do progresso econômico mundial segundo as diretrizes dos países do Primeiro Mundo direcionadas aos países mais pobres do globo. Destacaram-se, neste processo, organizações internacionais, como o Banco Mundial, a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e a OMS (Organização Mundial da Saúde), cujos esforços buscavam, através de abordagens científicas, estabelecer parcerias entre entidades públicas e privadas nos países alvos, a fim de superar problemas sociais, econômicos e de saúde pública, buscando estabelecer melhoria de renda, de emprego, de saúde, nutrição, redução da mortalidade infantil e aumento da produtividade agrícola (Staples, 2006).

Neste sentido, a Revolução Verde se inseriu neste cenário mais amplo de promoção do desenvolvimento, a partir de múltiplos esforços envolvendo diversos atores e instituições. Em nosso estudo, buscando seguir as indicações de Wilson Picado para as investigações das especificidades locais da Revolução Verde, abordaremos a chegada dessa modernização agrícola no Brasil, buscando entender como diferentes governos, instituições de pesquisa e de extensionismo rural, bem como agrônomos e agricultores buscaram adaptar tais técnicas às

realidades locais.³ Examinamos também as distintas percepções em torno destas transformações nos meios agrícolas ao longo dos anos, entendendo como problemáticas envolvendo tal panorama, como, por exemplo o uso de agrotóxicos, despertaram movimentos contestatórios.

A literatura convencionou atribuir à modernização da agricultura brasileira o título de “modernização conservadora”, visto que tal processo manteve e ainda ampliou a desigualdade social no campo considerando pequenos e grandes produtores rurais. Tal modernização se baseou na ampliação da produção agrícola a partir de novos recursos tecnológicos, embora a estrutura fundiária brasileira não tenha sofrido alterações (Silva, 1982; Silva, 2000; Klanovicz, 2007; Luzzi, 2007). Tal processo está atrelado ao que Angus Wright ressaltou a respeito das transformações agrícolas em áreas tropicais e subtropicais; alvos de projetos de promoção do desenvolvimento a partir da expansão de áreas agricultáveis. A inserção de novas técnicas agrícolas propiciou a produção em larga escala em terras antes pouco férteis, o que provocou consequências políticas, culturais e econômicas em diversos contextos nacionais. Analisando o caso do México, Wright expôs que projetos de irrigação em larga escala, financiados pelo estado, bem como o uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, levaram ao “aproveitamento” de terras antes pouco adequadas ao cultivo agrícola, como vales desérticos ao norte do México e planícies tropicais úmidas, ao sul. Nesse sentido, os agroquímicos tornaram-se elementos centrais para a superação de barreiras enfrentadas para o uso “mais completo” das terras mexicanas: novos territórios podiam ser utilizados para produção agrícola. Ampliavam-se as fronteiras econômicas de terras “recém-produtivas”. No entanto, o autor ressalta que tal processo não resultaria em um “caminho tão direto para a prosperidade e a felicidade”, como difundido em meados do século XX:

A estratégia de desenvolvimento econômico que abriu novas fronteiras foi consideravelmente afetada por uma combinação de problemas ecológicos, econômicos e de saúde inerentes às tecnologias recém-adotadas na produção agrícola. Embora permitisse um rápido crescimento econômico, ela também

³ Romulo Andrade destaca que as concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento não constituíam ideias fixas e foram alvos de intensos debates ao longo dos anos. Enquanto os países do Primeiro Mundo buscavam promover o desenvolvimento econômico dos países mais pobres, estes buscavam adaptar e remodelar programas de desenvolvimento conforme suas próprias demandas. Em relação à América Latina em alguns casos, as particularidades e necessidades locais eram negligenciadas, enquanto em outros, intelectuais buscavam promover discussões e análises de possíveis definições para o desenvolvimento. Andrade demonstra também que, em muitos casos, os programas de desenvolvimento encontravam certa resistência por parte da população, em situações, por exemplo, quando havia fortes interferências em seu dia a dia, ou quando o objetivo destes projetos girava em torno da mudança de hábitos e de costumes locais. Cf.: ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia na Era do Desenvolvimento: Saúde, Alimentação e Meio Ambiente*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro: 2012.

mantinha, tirava vantagem e, de alguma maneira, ampliava as já profundas desigualdades na sociedade mexicana. O início do século XXI encontrou muitos mexicanos buscando novos arranjos políticos, enquanto, ao mesmo tempo, procuravam por soluções mais sustentáveis para o problema ancestral de manutenção da saúde do solo e, com ele, da saúde da sociedade humana (Wright, 2012: 138).

O caso mexicano de modernização agrícola apresenta muitas semelhanças ao caso brasileiro. Claiton Márcio da Silva demonstra os elementos responsáveis pela expansão da fronteira agrícola no Cerrado brasileiro, consolidado a partir de práticas de fertilização em larga escala, inserção de monoculturas, principalmente soja e milho, a utilização de agrotóxicos e maquinário agrícola, bem como o incentivo à migração. Neste processo, tal expansão territorial brasileira foi vista como solução para entraves do desenvolvimento do país. A procura por fertilizantes e migrantes ‘aptos’ (a utilizarem as tecnologias típicas da Revolução Verde) se consolidou como respostas do governo e do *agrobusiness*, afim de atender aos “desafios do ambiente”. Assim, a “conquista do Cerrado”, como nas palavras de Silva, foi promovida a partir da expansão deste *agrobusiness* em terras anteriormente consideradas inférteis, e levaram a uma transformação do ambiente e das relações de poder na sociedade. A gradativa mudança da percepção sobre a fertilidade das terras e o avanço da agricultura e pecuária contribuíram para a inserção do Brasil na *Grande Aceleração*:

Com a mudança da percepção sobre a fertilidade das terras e o avanço da agricultura, cada vez mais relacionada com a pecuária, relatórios técnicos apontam a dinâmica da Grande Aceleração nos Cerrados: “a região passa por mudanças aceleradas. A construção da nova capital em Brasília no final dos anos 1950 intensificou o processo de ocupação da fronteira agrícola no coração do Cerrado”. Como resultado, esta expansão agrícola combinada com as inovações da pecuária geraram um efeito que não é apenas local, mas global e que ainda está em curso. Nota-se, por exemplo, o aumento da emissão de dióxido de carbono — decorrentes do aumento do desmatamento e das queimadas — e um significativo aumento populacional, que atinge 43 milhões de habitantes (Silva, 2018: 412).

Neste cenário, sobretudo a partir do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foram postos em voga projetos de modernização da agricultura, que buscavam unir ciência, técnica, indústria e comércio em programas específicos para aperfeiçoamento dos métodos de cultivo. Foi dada grande ênfase à assistência técnica, no intuito de promover a educação adequada ao trabalhador rural, (associado, àquele momento, ao atraso) e na melhoria de conhecimentos técnicos pelos grandes fazendeiros. Defendia-se, por parte do governo, uma maior integração entre indústria e agropecuária, a modernização da agricultura e a manutenção

das grandes propriedades rurais. Neste sentido, foi promovida a expansão do sistema agromercantil, a partir da intensificação do uso de fertilizantes e tratores (Silva, 2009).

Como ressaltado, um dos pilares para esta “modernização conservadora” da agricultura brasileira, assim como em outros contextos nacionais, diz respeito ao intensivo uso de agrotóxicos e adubos químicos. Tais substâncias, utilizadas com maior intensidade a partir das duas guerras mundiais, passaram a ser alvo de uma série de pesquisas, ao longo do século XX, que buscavam atender a distintos interesses, como o extermínio de vetores causadores de doenças, humanas e vegetais, e, no contexto das guerras, serviram como “armas químicas” (Russell, 2001). Neste cenário, se destacou o DDT (Dicloro Difênil Tricloroetano), cujas propriedades inseticidas foram descobertas em 1939. O uso desta substância foi considerado um marco revolucionário à época, provocando transformações significativas nas áreas de agricultura e saúde pública (Alves Filho, 2002). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o uso de tais substâncias passou a ser direcionado ao setor agrícola, e relacionado ao discurso de redução de pragas e de aumento da produtividade agrícola (Forneck; Klug, 2016). Russell aponta que, ao longo da Guerra Fria, as exportações de pesticidas estavam relacionadas ao aumento da produção de alimentos e aliadas a estratégias geopolíticas estadunidenses. Direcionando assistência técnica a países subdesenvolvidos com o discurso de alavancar a produção agrícola, os EUA buscavam consolidar aliados ao bloco capitalista, bem como expandir oportunidades de mercado. Desta forma, a agricultura se consolidava como um elemento central para a defesa dos interesses estadunidenses e, neste cenário, os agrotóxicos possuíam papel relevante (Russell, 2001).

Quanto ao termo utilizado para se referir a estas substâncias, privilegiaremos a palavra “agrotóxico”, uma vez que ela carrega uma visão crítica e problematizadora. Enquanto no exterior se popularizava o termo “pesticida”, no período histórico em que tais químicos se difundiam no Brasil, por volta da década de 1940, foi consagrado o termo “defensivo agrícola”, sendo utilizado por políticos, cientistas, técnicos e agricultores do período, trazendo um aspecto positivo para seu uso. No entanto, a partir das gradativas constatações sobre a toxicidade destes produtos, tomou força, em fins da década de 1970, o nome “agrotóxico”, cuja formulação é atribuída ao agrônomo Adilson Paschoal, um dos nomes que se consolidaram na luta contra o uso indiscriminado dessas substâncias no Brasil. Embora empresários e entidades do ramo do setor químico, bem como alguns políticos e cientistas seguissem utilizando o termo “defensivo”, o termo agrotóxico foi adotado por uma parcela significativa da população, sendo, inclusive, adotado pela legislação federal que regularia o seu uso em fins dos anos 1980. Assim,

ao nos referirmos a ideias e atores que utilizavam “defensivo”, o mencionaremos entre aspas, enquanto agrotóxico, como ressaltado, será mencionado para expressar nosso posicionamento ou de atores que concordavam com os significados do termo.

Luzzi ressalta que as consequências do modelo agrícola característico da Revolução Verde começavam a se tornar visíveis para uma maior parcela da população à medida em que os debates internacionais sobre danos causados por agrotóxicos se expandiam. Como visto, àquele momento, passavam a ser evidenciadas as implicações ecológicas geradas pelo novo modelo de desenvolvimento agrícola, incluindo perda da biodiversidade, empobrecimento das populações rurais, intoxicações de trabalhadores rurais, consumidores e do meio ambiente. A autora ressalta que, no Brasil, as primeiras críticas surgiram principalmente de intelectuais e por uma parcela da categoria profissional dos engenheiros agrônomos, que desempenhou um papel relevante na luta contra o uso indiscriminado de agrotóxicos e na promoção do debate em torno de alternativas agrícolas que fossem ambientalmente mais sustentáveis e socialmente mais justas (Luzzi, 2007). Paulino e Gomes apontam que este movimento ganhou força durante as décadas de 1970 e 1980, quando, além de parcela de profissionais, especialmente agrônomos, as universidades se constituíam como espaços favoráveis a este debate, incluindo os movimentos estudantis, que se expressavam, por exemplo, através da organização de congressos mobilizados pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Os discursos contrários à Revolução Verde desencadeavam nas universidades, àquele momento, a formação de diversos grupos de estudos e pesquisa em técnicas e tecnologias agrícolas alternativas. Ao longo do tempo, propostas alternativas eram amadurecidas e estes “estudantes militantes alternativos” se graduavam, o que resultava, em muitos casos, na criação de Organizações não-governamentais e outras iniciativas voltadas para difusão das ideias e práticas alternativas.

Em outras palavras, alunos das ciências agrárias passam a ter contato com a temática, formando grupos de agricultura alternativa dentro dos cursos de agronomia, estudantes estes que farão parte, posteriormente, de quadros profissionais das organizações não governamentais, dos movimentos sociais e do Estado. (Paulino; Gomes, 2020: 312).

Ao abordarmos tal movimento de agricultura alternativa, estaremos, portanto, nos referindo a um movimento heterogêneo, iniciado nos meios agrônômicos, mas que alcançaria outras esferas sociais, como agricultores, estudantes, políticos e profissionais liberais. Cabe ressaltar que, quando atribuímos aos engenheiros agrônomos determinada importância para a disseminação deste movimento em âmbito internacional, estamos tratando de um grupo relativamente coeso, porém restrito, de profissionais desta categoria que discordavam dos

métodos e modelos agrícolas hegemônicos que eram difundidos majoritariamente naqueles meios científicos. Trata-se, portanto, de um grupo minoritário. Tal movimento defendia a difusão da agricultura alternativa, conceito aberto, que entenderemos, neste trabalho, como a abrangência de diferentes tipos de cultivo, onde estavam inclusas as agriculturas orgânica, biológica, biodinâmica e a permacultura. Estes conceitos foram criados, em maioria, ainda no início do século XX, sobretudo na Europa, em países como França e Alemanha, mas se difundiram a partir da emergência de uma consciência político-ecológica, nos anos 1960 e 1970. Jalcione Almeida destacou, em texto escrito nos anos 1980, que tais correntes agrícolas compunham a corrente técnico-científica do movimento ambientalista e representavam “ramos” nas condutas por uma agricultura alternativa:

a) o ramo orgânico: o “movimento” por uma agricultura orgânica surgiu inicialmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, como consequência da preocupação crescente com os efeitos adversos do sistema de produção agrícola implementado naqueles países, particularmente a respeito da produção contínua e intensiva de grãos comerciais e do amplo uso de produtos químicos.

[...]

Existem muitas definições para caracterizar a agricultura que aplica técnicas orgânicas. Algumas simplesmente especificam uma lista de práticas permitidas, excluindo várias outras tecnologias e abordagens gerais; outras, não somente mencionam práticas permitidas, excluindo várias outras tecnologias e abordagens gerais; outras, não somente mencionam práticas tecnológicas e de manejo de cultivos agrícolas, mas incluem também afirmações sobre diversos valores pessoais e sociais envolvendo assuntos tais como proteção do ecossistema, conservação de alimentos e saúde. A dificuldade, expressa na diversidade de definições, origina-se das múltiplas concepções acerca das características básicas da agricultura orgânica e de seus objetivos. Muitos grupos parecem aceitar a definição de agricultura orgânica que fornece o Ministério de Agricultura dos Estados Unidos, através de seu *Study Team on Organic Farm* (CNPq,1984), definindo-a *como um sistema de produção que evita, ou exclui completamente, o uso de fertilizantes pesticidas, reguladores do crescimento e aditivos para a alimentação animal compostos sinteticamente*. Tanto quanto possível, os sistemas produtivos da agricultura orgânica baseiam-se na rotação de cultivos, no aproveitamento dos resíduos de cultivos e dejetos animais, na utilização intensiva de plantas leguminosas, no uso de minerais naturais e aspectos de controle biológico de pragas para manter a estrutura e produtividade do solo.

[...]

b) o ramo biodinâmico: a proposta de agricultura biodinâmica nasceu na Alemanha, em 1924, com Rudolf Steiner, a partir de um curso que surgiu do interesse de um grupo de agricultores preocupados com problemas como a degeneração das variedades vegetais e o aumento da incidência das doenças nos animais. A partir desse curso, foram traçadas diretrizes e noções básicas sobre como deveriam ser vistos a agricultura, os solos, as doenças, o agricultor. Um dos aspectos técnicos que distinguem a agricultura biodinâmica dos outros ramos é o uso de preparos biodinâmicos, à base de dejetos animais. Outro aspecto importante é aquele relacionado com a influência dos astros sobre as plantas, tese ainda questionada pela teoria agrônômica acadêmica até nossos dias. Atualmente esse ramo encontra-se

fortemente organizado na Alemanha, Suíça, Suécia, Dinamarca, Inglaterra e de forma incipiente, no Brasil.

[...]

c) o ramo biológico: este é um ramo também recente, ligado à figura do agrônomo francês Claude Albert. Ele tenta demonstrar a irracionalidade dos métodos agrícolas modernos e apresenta os princípios fundamentais da agricultura biológica. A agricultura biológica encara os alimentos como mantenedores da saúde do homem, dando grande importância à qualidade biológica dos mesmos. Por isso recusa aqueles alimentos não-equilibrados metabolicamente e com resíduos de produtos sintetizados através de processos químicos. Para Claude Albert, ecossistemas equilibrados produzirão alimentos desequilibrados.

d) o ramo da permacultura: este é outro ramo técnico de agricultura alternativa que propõe grupos de agricultores e ecologistas, especialmente localizados na Austrália. É uma proposta pouco desenvolvida no Brasil e está relacionada com os fundamentos lançados pelo biólogo japonês M. Fukuoka. Os quatro princípios de Fukuoka que regem a permacultura são: 1) não revolver o solo; 2) não utilizar adubos químicos; 3) não usar herbicidas; 4) não usar fungicidas e inseticidas (Almeida, 1989: 3-4).

Abrangendo, portanto, distintas práticas, e um movimento, o termo “alternativo” se consolidava por representar, de fato, uma alternativa ao modelo agrícola hegemônico no Brasil. Desta forma, importante ressaltar que, como entre as décadas de 1970 e 1980, o termo “alternativo” era usado tanto para a mobilização social quanto para a prática agrícola, utilizaremos também esta expressão a fim de evitar o anacronismo. Quando estivermos nos referindo ao contexto histórico de difusão da agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social, bem como de consolidação da agricultura orgânica, a partir dos anos 1990, passaremos então, a utilizar estes dois termos.

Enquanto prática agrícola, no contexto brasileiro, a agricultura alternativa representava um intercâmbio entre diversas correntes, não havendo a predominância de uma delas. Apenas ao longo da década de 1990, é que tais práticas passariam a ser majoritariamente identificadas como “agricultura orgânica”. Importante frisar que o modelo alternativo, defendido por diversos atores nos anos 1970 e 1980, representava não só novos métodos agrícolas para o campo, mas reivindicava também mudanças sociais e econômicas no espaço rural, buscando diminuir as desigualdades geradas pelo modelo agrícola dominante.

Foi então a partir de fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 que um novo paradigma conceitual e metodológico se difundiu também em nosso país: a agroecologia.⁴ (Schmitt, 2016).

⁴ A passagem da terminologia “alternativa” para “agroecologia”, na virada da década de 1980 para 1990, assim como “defensivo” para “agrotóxico” nas décadas anteriores, marcava o contexto histórico em que estas transições estavam inseridas, refletindo as transformações sociais e o amadurecimento de debates em torno da agricultura, sustentabilidade e ecologia. A constituição da agroecologia enquanto uma ciência, tomava força, sobretudo, a partir da difusão de autores renomados, tais como Miguel Altieri e Stepan Gliessman. Enquanto o primeiro desenvolve suas pesquisas na Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, o segundo está vinculado à Universidade de Santa Cruz, na Espanha. Estes centros de ensino, juntamente com a Universidade de Córdoba,

Como destaca Wezel, a palavra “agroecologia” tem sua origem no início do século XX, embora sua definição tenha se modificado de forma significativa desde então. Tais transformações estão relacionadas, sobretudo, à consolidação de duas outras disciplinas, das quais a agroecologia é herdeira: a agronomia e a ecologia. O primeiro a utilizar o termo teria sido o agrônomo russo Besin, na década de 1920, quando descrevia a aplicação da ecologia na agricultura, um significado, que, segundo Wezel, ainda é válido. Outro exemplo do uso do termo é apontado por Wezel ao longo da década de 1950, quando o ecologista alemão Tischler publicou diversos estudos utilizando o termo ao apresentar estudos em manejo de pragas, biologia do solo e proteção de plantas em paisagens agrícolas. Na ocasião, o alemão analisou as interações de diferentes componentes, como plantas, animais, o solo e o clima, dentro de agroecossistemas. Tal abordagem combinou ecologia e agronomia. A partir da década de 1970, a agroecologia seguiu sendo abordada enquanto uma disciplina científica, mas se consolidaria também como um movimento e conjunto de práticas, sobretudo nos anos 1980. O autor aponta que ao longo destas décadas houve um aumento gradativo na inserção da ecologia na agricultura, em certa parte relacionada a respostas ao fenômeno da Revolução Verde. Abordando o caso brasileiro, Wezel afirma que, diferente dos EUA, onde a agroecologia foi inicialmente difundida por cientistas preocupados com a devastação ambiental provocada pela agricultura, no Brasil a base da agroecologia se estabeleceu a partir de diferentes tipos de movimentos, apoiados em práticas agrícolas tradicionais e não a partir da ciência. Tais movimentos, como veremos na tese, tomaram força a partir da década de 1970, expressos em diferentes tipos de agricultura alternativa, que adotavam postura crítica aos efeitos da modernização agrícola sobre os corpos dos trabalhadores⁵ e suas autonomias, assim como sobre a qualidade alimentar (Wezel, 2009). O etnoecólogo Victor Toledo aponta que, assim como muitas outras disciplinas híbridas, como a história ambiental, a agroecologia representa “um salto epistemológico e metodológico que propicia novas maneiras de fazer ciência.” (Toledo, 2016: 43). Para ele, a agroecologia já

também na Espanha, se consolidaram referências na proposição de articulações entre ciências sociais e agricultura, introduzindo a dimensão social no desenvolvimento agrícola (Paulinho; Gomes, 2020).

⁵ Podemos estabelecer um diálogo com o trabalho de Linda Nash, que realiza uma análise centrada na conexão entre saúde e ambiente. Abordando o uso de pesticidas após a Segunda Guerra Mundial, especificamente nos Estados Unidos, a autora discorre acerca dos impactos destes produtos sobre os trabalhadores rurais e o meio ambiente, demonstrando como a gradual percepção de vulnerabilidade destes elementos levou ao entendimento de que emergia um novo problema de saúde pública. Os frequentes casos de intoxicação por parte de trabalhadores do campo levou a certa conscientização popular e política. Neste contexto, cresciam estudos que passavam a vincular a agricultura convencional a doenças como o câncer e demonstravam que os homens do campo estavam em risco substancialmente maior de desenvolver tais enfermidades. Cf.: NASH, Linda. *The Fruits of Ill-Health: Pesticides and Workers' Bodies in Post-World War II California*. *Osiris*, v.19 - *Landscapes of Exposure: Knowledge and Illness in Modern Environments*, 2004; NASH, LINDA. *Inescapable ecologies: a history of environment, disease and knowledge*. University of California Press, Califórnia, 2006.

constitui um novo paradigma científico, um campo que se caracteriza por ser uma ciência política e socialmente comprometida. Além do aspecto científico, Moledo ressalta outras duas esferas da agroecologia. Em primeiro lugar, ela é uma prática que envolve inovação tecnológica e prática. No entanto, a agroecologia não é caracterizada por uma inovação tecnológica desenvolvida em centros de pesquisa e depois repassada aos agricultores: ela é resultado tanto do conhecimento tradicional do agricultor quanto do conhecimento acadêmico. Por fim, a agroecologia é também um movimento social, reunindo acadêmicos, gestores públicos e representantes de organizações de agricultores e movimentos sociais. Moledo ainda ressalta que a agroecologia adota o chamado “diálogo de saberes”, associado ao processo de “descolonização da mente”. Tal noção parte do princípio de que agroecólogos não sabem tudo, se diferenciando, por exemplo, dos agrônomos convencionais, que segundo Moledo “se colocam diante dos camponeses com uma postura de supremacia e arrogância” (Moledo, 2016: 44). Wezel destaca que no Brasil o termo agroecologia é utilizado para designar as três esferas, a científica, a prática e o movimento social, havendo a predominância da identificação do conceito relacionado a um movimento social e/ou prática. (Wezel, 2009).

Schmitt destaca que esta nova abordagem para pensar a sustentabilidade agrícola esteve relacionada ao movimento de agricultura alternativa, constituído nas décadas anteriores, caracterizado, por exemplo, na organização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAS) e na consolidação de uma rede de geração e trocas de tecnologias alternativas, expressa na atuação da Rede Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), atuante em nível nacional (Schmitt, 2016). Concordando com Wezel (2009) e Schmitt (2016), Paulino e Gomes ressaltam que as redes que compunham o movimento de agricultura alternativa se tornariam base para a institucionalização da agroecologia no Brasil. Tais redes foram formadas por atores que adquiriram certo acúmulo de capital científico e político, com destaque para atividades acadêmicas e movimentos sociais, o que propiciou um certo “preparo” para que se inserissem em um universo institucionalizado no campo da agroecologia, que se consolidava ao longo dos anos 1990:

Assim, o movimento agriculturas alternativas, que já surge num misto de ciência e militância, de uma academia politizada com profissionais participando de diferentes instituições que procuravam mudar a realidade do campo, ainda deve ser considerada como um braço de novas proposições do saber e de novos fazeres da universidade, pois é nela que surgem as definições e categorizações teórico-científicas e parte da visibilidade nacional e política para legitimar o movimento. (Paulino; Gomes, 2020: 315).

Neste mesmo período, no “guarda-chuva” da sustentabilidade se consolidavam, sobretudo em países desenvolvidos, debates públicos em torno de sistemas agroalimentares e a qualidade alimentar, contribuindo para a construção de circuitos alternativos de produção e consumo, que possibilitavam o contato direto entre produtores e consumidores, a exemplo do crescente mercado de alimentos orgânicos (Schmitt, 2016).

Em âmbito internacional, a agricultura orgânica se consolidava enquanto uma alternativa “atraente” para os sistemas de cultivo dominantes entre os agricultores e o público. Nos anos 80 já eram 623 mil áreas agrícolas orgânicas em todo o mundo, o que correspondia a cerca de 31,5 milhões de hectares gerenciados de maneira orgânica. Em 2004, as vendas mundiais de produtos orgânicos teriam atingido 28 bilhões de dólares (Lockeretz, 2007).

É este o cenário nacional e global a que nosso estudo está vinculado. E é a partir deste mesmo panorama que formulamos nossa questão de pesquisa: Que fatores sociais, científicos, políticos e ambientais, em âmbitos regional, nacional e internacional, propiciaram o início e a propagação do cultivo de alimentos orgânicos no estado do Rio de Janeiro? Analisaremos o período que vai da década de 1970 - quando o movimento ecológico brasileiro se consolidou e refletiu ações no estado do Rio de Janeiro, como a criação da Coonatura- até o ano de 2010, momento em que é criado o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), um importante mecanismo que possibilitou a democratização de meios de comercialização a pequenos produtores orgânicos do estado, e contribuiu para um aumento considerável da prática nos anos que se seguiram.

Com a realização desta pesquisa, buscamos contribuir com distintas áreas da história, sobretudo a história ambiental, a história das ciências, a história da saúde e a história social. Buscamos também dialogar com outras ciências, como a agronomia e as ciências sociais. Estudos já realizados nestas áreas do conhecimento vêm se dedicando a analisar as dimensões sociais e ambientais da agricultura brasileira no século XX, compreendendo, por exemplo, as consequências e impactos de processos de modernização agrícola, bem como a disseminação de métodos alternativos a esse cenário; a atuação de profissionais envolvidos com práticas agrícolas, como agrônomos e extensionistas rurais; políticas públicas direcionadas à agricultura em diferentes contextos históricos; os debates sobre alimentação e saúde do trabalhador rural e do consumidor; as ideias e controvérsias científicas em torno da agricultura; os debates sobre toxicidade dos agrotóxicos e seus impactos sociais e econômicos; as análises sobre mercado agrícola e os impactos econômicos destas atividades para os múltiplos atores envolvidos com o mundo rural; a consolidação de práticas e políticas voltadas à agroecologia, bem como experiências de transição agroecológica. Ao dialogarmos com tais áreas e estudos, buscamos

colaborar com pesquisas de âmbito regional, com ênfase na compreensão de especificidades locais, pensando o caso do estado do Rio de Janeiro, em diálogo com outros estudos de caso no cenário nacional.

Jó Klanovicz em sua tese *Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)*, analisou o processo de modernização agrícola da produção de maçãs em municípios do sul do país, buscando compreender as novas relações estabelecidas entre grupos humanos e não-humanos a partir deste processo. O trabalho buscou compreender as respostas dadas pelo ambiente a estas transformações, analisando, por exemplo, os impactos do aumento de pragas e fungos sobre as lavouras e as percepções por parte dos agricultores locais.⁶

Já Elenita Malta Pereira, em seu estudo *A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger*, trouxe, a partir de um estudo biográfico de um dos ambientalistas mais notórios do país, elementos importantes sobre debates em torno das controvérsias acerca do uso de agrotóxicos no Brasil, bem como a constituição de um movimento ecológico que, dentre outras pautas, buscava se posicionar criticamente em relação ao cenário agrícola brasileiro. A autora lança luz sobre o processo de construção de uma ética ecológica na atuação de Lutzenberger e seus pares.⁷

Realizando um estudo de caso sobre o estado de Santa Catarina, Carvalho, Nodari e Nodari demonstraram as transformações conceituais e sociais em torno dos termos defensivos/agrotóxicos, demonstrando como, ao longo da década de 1980, ficaram suficientemente evidentes os efeitos negativos destes químicos em relação à saúde dos agricultores e extensionistas rurais, além das dúvidas acerca da qualidade dos alimentos consumidos. Os autores buscaram relacionar as diferentes fases de percepção em torno do uso dos agrotóxicos a um cenário mais amplo de mudanças de atitude devido a experiências vivenciadas por agricultores e técnicos agrícolas, assim como pela influência de um contexto social de circulação de ideias ambientalistas, sobretudo a partir dos anos 1980.⁸

Pesquisadores de diversas áreas e nacionalidades integram a rede *Fostering Effective Agroecology for Sustainable Transformation (FEAST)*, criada em 2015, com o objetivo de

⁶ Ver: KLANOVICZ, Jó. *Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2007.

⁷ Ver: PEREIRA, Elenita Malta. *A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

⁸ Ver: CARVALHO Miguel MX, NODARI Eunice S, NODARI Rubens O. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v.24, n. 1, p.75-91. 2017.

promoção de pesquisas que contribuam para a conservação da agroecologia da agrobiodiversidade e a sustentabilidade do sistema alimentar. Artigo intitulado *Building an Agroecology Knowledge Network for Agrobiodiversity Conservation* traz resultados sobre intercâmbio de conhecimento entre membros da rede, apontando como a agroecologia vem sendo cada vez mais reconhecida em âmbito global e vem sendo considerada elemento fundamental para o enfrentamento de crises alimentares e climáticas contemporâneas. Os autores buscam discutir como integrar agricultores e outros atores em redes de conhecimento para promoção da agroecologia, desde a esfera local, até a global.⁹

Destaque pode ser dado também a pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), no qual esta pesquisa está inserida, que vêm se debruçando em análises centradas na história ambiental, história das ciências e história da saúde, com foco em compreender as transformações na agricultura brasileira, especialmente no século XX, relacionando tal cenário a projetos de desenvolvimento promovidos por diferentes governos brasileiros. Pode ser citada a tese desenvolvida por Claiton Marcio da Silva, defendida no ano de 2009, intitulada *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*, a pesquisa buscou analisar a atuação da AIA no Brasil, demonstrando como esta agência filantrópica, vinculada à Fundação Rockefeller, buscou promover junto ao Estado brasileiro projetos que levassem à melhoria dos padrões de vida, sobretudo no meio rural. O autor centrou sua análise em um contexto histórico de consolidação da influência estadunidense no continente americano, buscando a manutenção de interesses econômicos e políticos no âmbito da Guerra Fria. Silva demonstrou a difusão e adaptação de programas de assistência técnica direcionados à agricultura oriundos dos Estados Unidos, apontando como as realidades locais adaptaram-se a estas inovações agrícolas, através de processos de dificuldades, negociações e resistências.¹⁰ Em outro trabalho do autor, intitulado *Entre Fênix e Ceres: a grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado*, publicado em 2018, no periódico *Varia História*, Silva discute o processo de avanço da fronteira agrícola em direção ao Cerrado brasileiro, inserindo este fenômeno social, econômico e ambiental nos debates sobre a Grande Aceleração. São destacados elementos como pesquisas

⁹ Ver: Nimmo, E.R.; Nelson, E.; Gómez-Tovar, L.; García, M.M.; Spring, A.; Lacerda, A.E.B.; de Carvalho, A.I.; Blay-Palmer, A. Building an Agroecology Knowledge Network for Agrobiodiversity Conservation. *Conservation* 2023, 3, 491–508.

¹⁰ Ver: SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225p.

em fertilidade do solo, intensificação da monocultura e incentivo à migração sulista tiveram papel central na ruptura com os processos tradicionais de ocupação da região.¹¹

Vanessa Pereira da Silva e Mello em sua tese *A EMBRAPA na Amazônia oriental: ditadura militar, desenvolvimento e ambientalismo (1972-1993)*, defendida em 2017, buscou analisar a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), especificamente no que diz respeito à inserção da agenda do desenvolvimento sustentável na atuação da instituição, criada pelo governo civil-militar com o objetivo de promoção do desenvolvimento agrícola brasileiro. A historiadora analisou como uma agência voltada para a promoção da modernização agrícola, incorporou debates e ações voltadas à inserção da sustentabilidade na agricultura brasileira. A pesquisa teve recorte temporal compreendido entre os anos de 1972, ano de criação da Embrapa, e 1993, quando foi lançado o primeiro plano diretor do Centro de Pesquisa Agroflorestral da Amazônia Oriental, uma das unidades da EMBRAPA, foco da análise da autora.¹² Em outro trabalho, publicado por Vanessa Mello em coautoria com Dominichi Miranda de Sá, intitulado *Science and the Green Revolution in the Brazilian Amazon: The Establishment of Embrapa during of the Civilian-Military Dictatorship and the Emergence of Environmental Movements (1972-1991)*, publicado em 2022, no periódico *Halac*, é analisado o contexto histórico de criação da EMBRAPA e seus objetivos, baseados na difusão da modernização agrícola amparada pelo pacote tecnológico característico da Revolução Verde. As autoras exploraram o cenário político, científico e ambiental do período, abordando a política de desenvolvimento econômico do regime civil-militar, bem como a emergência de movimentos ambientalistas no contexto da redemocratização brasileira.¹³

Já Leonardo Lignani, em tese defendida em 2022, nomeada *A ciência entre o “uso seguro” e a proibição dos agrotóxicos: toxicologia, políticas de saúde internacional regulamentação agrícola na trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (Brasil, 1937-1985)*, buscou compreender, através da trajetória do médico e toxicologista Waldemar Ferreira de Almeida, o papel do ramo da toxicologia nos debates e consolidação de marcos regulatórios para o uso de agrotóxicos no Brasil. O autor demonstrou como se posicionavam política e

¹¹ Ver: SILVA, Claiton Márcio da. Entre Fênix e Ceres: A grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado. *Varia hist.* [online]. vol.34, n.65, 2018, pp.409-444.

¹²Ver: MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *A EMBRAPA na Amazônia oriental: ditadura militar, desenvolvimento e ambientalismo (1972-1993)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

¹³ Ver: MELLO, Vanessa Pereira da Silva e; SÁ, Dominichi Miranda de. *Science and the Green Revolution in the Brazilian Amazon: The Establishment of Embrapa during of the Civilian-Military Dictatorship and the Emergence of Environmental Movements (1972-1991)*. *Halac*, v.12 n.2 (2022).

cientificamente os toxicologistas em um período em que se difundia e crescia o uso de químicos agrícolas, apontando o papel desta ciência enquanto intermediadora entre os conflitos e controvérsias envolvendo atores que defendiam restrições e proibições em torno do uso de agrotóxicos e aqueles que eram contrários a mecanismos de controle mais rigorosos. O período de análise do trabalho compreende os anos de 1937 a 1985, recorte em que ocorre a inserção do uso de químicos na agricultura, a sua ampliação e posterior contestação.¹⁴

Paula Fortini Moreira em dissertação também defendida no PPGHCS em 2022, intitulada “*Por uma comida sem veneno*”: *ambientalismo, contracultura e formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro na redemocratização (1979-1985)* busca compreender o processo histórico de formação do movimento agroecológico na cidade do Rio de Janeiro, atentando-se aos debates sobre saúde e ambiente, em âmbito local. A historiadora relacionou seu estudo à difusão de um movimento de contracultura, que se opunha aos padrões de consumo e à difusão do modelo agroindustrial amplamente difundido no período.¹⁵

Ingrid Fonseca Casazza desenvolve atualmente pesquisa pós-doutoral intitulada *Uma história socioambiental e da saúde no Velho Chico: fruticultura e agrotóxicos no Submédio do Rio São Francisco (1945-2017)*. O objetivo do estudo é compreender historicamente os impactos ambientais e sanitários de projetos de desenvolvimento para a região. A historiadora investiga, por exemplo, as consequências de grandes projetos de irrigação agrícola voltados para a dispersão de modelos agroindustriais regionais sob uma perspectiva ecológica.

Outro programa que estabelece diálogo com a presente pesquisa é o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Com pesquisas interdisciplinares, o CPDA desenvolve estudos centrados em questões agrárias, alimentares e rurais. Podem ser citados os estudos de Claudia Job Schmitt, professora do programa, que desenvolve estudos no campo das ciências sociais que analisam a formulação e a proposição de políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia. Seu estudo de doutoramento, por exemplo, intitulado *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul*, defendido em 2003, buscou analisar as transformações ocorridas em propriedades agrícolas familiares a partir de suas inserções em redes alternativas que possuíam

¹⁴ Ver: LIGNANI, Leonardo de Bem. A ciência entre o “uso seguro” e a proibição dos agrotóxicos: toxicologia, políticas de saúde internacional regulamentação agrícola na trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (Brasil, 1937-1985). Tese (Doutorado Acadêmico em História das Ciências e da Saúde), Rio de Janeiro, 2022.

¹⁵ Ver: MOREIRA, Paula Fortini. “Por uma comida sem veneno”: ambientalismo, contracultura e formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro na redemocratização (1979-1985). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

o objetivo de promoção da produção e consumo de alimentos orgânicos. Analisando diversas comunidades rurais, Schmitt observou, como, ao longo da década de 1990, estas famílias foram impactadas por novas formas de organização social, amparadas em princípios baseados na sustentabilidade ambiental e justiça social.¹⁶ Em outro estudo, intitulado *A transformação das “ideias agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar*, publicado em 2016, a autora analisou como a emergência da agroecologia como referencial técnico e político contribuiu para influenciar políticas públicas, abordando controvérsias entre diferentes atores e instituições que buscaram converter ideias agroecológicas em instrumentos legais.¹⁷

Nilza Luzzi, em sua tese *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*, defendida em 2007, abordou os caminhos percorridos para a construção de um debate agroecológico no Brasil, compreendendo, entre os anos 1980 e os anos 2000, o papel de diferentes atores sociais envolvidos com a agroecologia. São analisados movimentos sociais rurais, organizações não-governamentais, instituições de estado e documentos referenciais relevantes para a consolidação da agroecologia enquanto elemento importante na formulação de políticas públicas para a agricultura familiar.¹⁸

Outro estudo realizado no âmbito do CPDA que dialoga diretamente com nosso estudo é a tese de Juliano Luis Palm, intitulado *Processos de transição agroecológica: ecologia de projetos- uma abordagem pragmática, sistêmica e territorial na Região Serrana Fluminense*. A pesquisa, centrada nos municípios serranos de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, buscou compreender os processos de inserção de métodos modernizantes em territórios marcados pela agricultura familiar e seus impactos sociais e econômicos, bem como a relevância de distintos atores e de políticas públicas em processos de transição agroecológica na região analisada.¹⁹

Mayná Peixinho Moreno de Melo, em sua dissertação *A permanência de jovens na agricultura a partir da participação em Redes Alimentares Alternativas*, defendida em 2022, também no CPDA, buscou analisar os desafios enfrentados por jovens rurais fluminenses para

¹⁶ Ver: SCHMITT, Claudia Job. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado- Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

¹⁷Ver: SCHMITT, Claudia Job. *A transformação das “ideias agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar*. *Política & Sociedade* - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016.

¹⁸ Ver: LUZZI, Nilza. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2007.

¹⁹ Ver: PALM, Juliano L. *Processos de transição agroecológica: ecologia de projetos- uma abordagem pragmática, sistêmica e territorial na Região Serrana Fluminense*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2021.

a permanência no campo e no trabalho agrícola e o importante papel de redes alimentares alternativas, caracterizadas pela comercialização direta de produtos oriundos da agricultura familiar, que tem gerado efeitos que têm proporcionado a permanência de um considerável número de jovens no universo rural e agrícola. Destaque é dado à Feira Orgânica da Glória e ao Circuito Carioca de Feira Orgânica (CCFO), objetos de estudo também analisados por nosso trabalho.²⁰

Já análises desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica (PPGAO), do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos permitiram estabelecer um importante diálogo com o campo da agronomia, área de extrema relevância para nossa pesquisa. O referido programa, criado no ano de 2009, é resultado de esforços institucionais que foram se fortalecendo ao longo dos anos 2000 em prol da promoção de iniciativas voltadas à formação de profissionais atuantes no campo da agroecologia. No âmbito do programa, a agrônoma Lucia Helena Maria de Almeida, defendeu, em 2014, o estudo *Quintal agroecológico: uma abordagem para a disseminação de práticas agrícolas amigáveis em unidades familiares na Região Serrana Fluminense*. O objetivo foi analisar o projeto “Quintais agroecológicos”, implementado após a tragédia climática de 2011 ocorrida na região serrana fluminense, e buscou contribuir para a melhoria das condições de segurança alimentar, de saúde e qualidade de vida das famílias de agricultores. A análise de Almeida buscou observar as estratégias técnicas e sociais de implementação do projeto e seus resultados, compreendendo as transformações locais em unidades de produção familiares.²¹

Já Eiser Luis da Costa Felipe defendeu, no ano de 2017, a dissertação *O papel da formação técnica alternativa e da extensão rural pública na construção de redes de apoio à transição agroecológica e à produção orgânica: um estudo no município de São José do Vale do Rio Preto*. Felipe teve por objetivo realizar uma análise das condições ambientais e sociais da região serrana do Rio de Janeiro, ressaltando o quadro de degradação ecológica e os problemas de saúde ocasionados pelo uso intenso de agrotóxicos e adubos químicos nestes territórios. O autor destaca a importância da adoção de práticas agroecológicas por parte dos agricultores para modificar tal cenário e, além disso, ressalta a necessidade de uma formação alternativa dos técnicos extensionistas, que busquem atuar na promoção da agroecologia.

²⁰ Ver: PEIXINHO MORENO, Mayna. Jovens em rede – a permanência de jovens na agricultura a partir da participação em Circuitos Curtos de Comercialização. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2022.

²¹ Ver: ALMEIDA, Lucia Helena Maria de. *Quintal agroecológico: uma abordagem para a disseminação de práticas agrícolas amigáveis em unidades familiares na Região Serrana Fluminense*. 2014. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

Felippe aborda um estudo de caso de formação alternativa extraclasse realizada ao longo da década de 1970, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o que levou à formação de profissionais que passaram a atuar em prol de iniciativas agroecológicas no estado fluminense nas décadas posteriores.²²

Nosso estudo, portanto, busca contribuir para as distintas áreas do conhecimento que vêm se debruçando em analisar a agricultura em seus aspectos sociais, ambientais, econômicos e científicos. O trabalho está estruturado em cinco capítulos, os quais foram construídos a partir da análise de fontes primárias e secundárias variadas. Buscamos estabelecer diálogo com autores de diversas áreas, como a história das ciências, história da saúde, sociologia e agronomia. Quanto às fontes primárias, nos debruçamos sobre distintos documentos que nos forneceram informações sobre debates, ideias, controvérsias, posicionamentos e ações, nos meios sociais, políticos, intelectuais e científicos no período estudado. Destaque deve ser dado aos jornais do período, acessados a partir da *Hemeroteca Digital*, da Fundação Biblioteca Nacional. Tais fontes foram importantes meios para a realização da pesquisa, uma vez que nos permitiu dar continuidade à investigação durante a pandemia de Covid-19, e também analisar diversas reportagens e informações sobre ideias e atores relevantes para nosso estudo. Ao abordar a relevância dos jornais como fonte histórica, o historiador José D'Assunção Barros afirma que, se o jornal transmite informações, ele também transmite discursos, opiniões, análises da realidade geradas no âmbito da sociedade e que retornam a ela:

São capazes, os jornais, de revelar verdades e aspectos da realidade que certos interesses políticos e econômicos prefeririam conservar ocultos; mas também é dos jornais a possibilidade de construir meias-verdades, de silenciar sobre certos fatos e não outros, de selecionar e redefinir a informação a ser transmitida. A um só tempo, os jornais retratam e elaboram representações da realidade, e já modificam e interagem sobre esta mesma realidade. [...] A história – através de seus acontecimentos e das representações dos acontecimentos- atravessa as páginas dos jornais de muitas maneiras. A função declarada de um jornal, evidentemente, é apresentar aos leitores cenários da realidade- da realidade que aconteceu, que está acontecendo, ou que talvez esteja por acontecer. Isso situa o jornal como um texto de caráter realista – não no sentido de que ele exponha a realidade de maneira objetiva e rigorosamente imparcial, sem deformações e manipulações, mas no sentido de que qualquer jornal pretende convencer o seu leitor de que falar sobre a realidade e mesmo sobre a verdade é o seu compromisso inalienável. Portanto, o que aconteceu na história, e o que está acontecendo na história, atravessa o jornal nas suas diversas matérias, pois os textos jornalísticos produzem

²²Ver: FELIPPE, Eiser Luis da Costa. O papel da formação técnica alternativa e da extensão rural pública na construção de redes de apoio à transição agroecológica e à produção orgânica: um estudo no município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, 2017.

incessantemente representações da realidade histórica. Se são perfeitamente fidedignas ou confiáveis as representações jornalísticas dos acontecimentos, ou se são corretas as análises que os diversos jornalistas estabelecem sobre os acontecimentos, este é outro ponto a discutir. De todo modo, o caráter “realista” dos jornais está no fato de que eles produzem um discurso sobre a realidade, ao contrário de um texto de literatura fictícia, por exemplo. (Barros, 2023: 2-3)

Refletindo o exposto por Barros, na pesquisa com os jornais não estive em busca de informações fidedignas sobre a realidade, mas, para compreender a difusão de diversos elementos, tais como conceitos e termos difundidos em certo período histórico, informações sobre debates políticos e científicos, opiniões e posicionamento de atores que se mobilizaram acerca dos temas estudados, informações sobre denúncias acerca do uso de agrotóxicos, dados diversos sobre número de associados a determinadas iniciativas, número de trabalhadores rurais intoxicados, dados sobre vendas, recursos destinados, etc. Através dos jornais, analisados entre os anos de 1970 a 2010, pudemos observar o “surgimento” e a posterior popularização do termo agrotóxico; a mobilização de agrônomos em defesa da regulamentação do uso destas substâncias e da obrigatoriedade do receituário agrônomo para a compra dos mesmos; as trocas de cartas que levaram à formação da Coonatura, bem como o crescimento de associados ao longo dos anos; reportagens sobre os casos cada vez mais recorrentes de intoxicação de agricultores na região serrana do Rio; as ideias em torno da formação do Partido Verde; dados sobre a difusão da agricultura orgânica fluminense; a difusão do conceito de “agroecologia”, dentre outros inúmeros pontos que o leitor perceberá ao longo das páginas que se seguem.

Outra fonte de grande relevância para a realização do trabalho foram entrevistas realizadas com atores inseridos, de alguma forma, na consolidação da agricultura orgânica fluminense. Foram agricultores, agrônomos, técnicos, ambientalistas e consumidores que se dispuseram a conceder depoimentos que, mais do que preencher lacunas, foram fontes de informações, inspiração e incentivo para a escrita do trabalho. Foram realizadas entrevistas nas cidades de Petrópolis, Rio de Janeiro e Seropédica, bem como através de e-mails, aplicativos como *whatsapp* e reuniões virtuais. Estes depoimentos foram gravados e posteriormente transcritos, parcial ou integralmente com a prévia autorização dos entrevistados. Todos, sem exceção, permitiram a divulgação de seus nomes. O trabalho com este tipo de fonte foi anteriormente aprovado junto ao Comitê de Ética da Fiocruz, e todos os participantes assinaram termo autorizando a divulgação de suas falas.

Documentos disponibilizados a partir da Comissão Nacional da Verdade, através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), permitiram observar documentos de Estado, produzidos no âmbito do governo civil-militar, através do Sistema Nacional de

Informações (SNI), um complexo instrumento secreto de fiscalização que gerava informações de diversas pessoas, associações, instituições, eventos, manifestações, que, de alguma forma, representassem algum tipo de ameaça à manutenção do poder estabelecido. Muitos atores e iniciativas relacionados ao movimento de agricultura alternativa foram observados de perto por agentes do SNI, o que reforça a ideia de que tal movimento se posicionava de maneira crítica em relação ao governo ditatorial e às suas políticas em prol da modernização agrícola.

Outras fontes relevantes foram documentos disponibilizados por Cristina Ribeiro, coordenadora da ABIO, os quais abordam o processo de criação da associação, bem como os mecanismos de atuação desta instituição ao longo dos anos. Dados quantitativos também foram importantes, pois nos permitiram acompanhar, por exemplo, o número de associados ao longo dos anos, os municípios fluminenses de onde são oriundos, como se organizam, etc.

Já a análise do Dossiê Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, pertencente ao fundo Paulo Barragat, localizado e disponibilizado para consulta no arquivo histórico da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz foi importante, pois permitiu a análise da elaboração do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, que, como mencionado acima, foi uma clara tentativa de o governo civil- militar impulsionar a indústria nacional de agrotóxicos. A partir do estudo desta fonte, pudemos observar os objetivos do programa, bem como os seus desdobramentos, a partir de dados acerca da produção e uso de agrotóxicos no Brasil nos anos subsequentes à elaboração do programa. Também traz informações importantes acerca dos produtos químicos consumidos no Brasil no período analisado, bem como sobre a atuação de empresas do ramo no país.

Anais de congressos e encontros científicos, como os anais dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, realizados ao longo da década de 1980, e do I Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2002, também foram consultados. Os anais desses eventos trazem informações importantes, como número de participantes, as principais temáticas debatidas, instituições envolvidas, assim como o conteúdo dos trabalhos apresentados. São importantes instrumentos para a compreensão das ideias difundidas à época em que foram realizados.

Quanto à estrutura dos capítulos, estes foram divididos em sequências temporais que nos permitiram localizar processos globais, nacionais e regionais que foram relevantes para a compreensão de nossa história conectada: a consolidação da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro e o triunfo do conhecimento local no intercâmbio de ideias e ações com outros atores.

Desta forma, no capítulo 1 realizamos um balanço historiográfico acerca do fenômeno conhecido como “Revolução Verde” enquanto um produto das relações geopolíticas e políticas

desenvolvimentistas postas em prática no âmbito da Guerra Fria. Buscamos analisar as principais características e consequências da disseminação de pacotes tecnológicos voltados para a agricultura. Ênfase foi dada ao caso brasileiro, destacando o cenário estabelecido a partir destas políticas de modernização agrícola, incluindo as políticas públicas de incentivo ao uso de agrotóxicos, como é o caso do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, posto em prática durante a ditadura civil-militar no período de 1975 a 1979, e que teve grande relevância para o estabelecimento do modelo agroindustrial brasileiro.

No capítulo 2, compreendendo os anos 1970 e 1980, buscamos evidenciar movimentos de protesto que questionavam o impacto de políticas desenvolvimentistas na saúde e meio ambiente. Ênfase foi dada aos impactos do livro *Silent Spring*, alerta mundial aos malefícios causados pelo uso de substâncias químicas na natureza, principalmente o DDT, bem como foi destacada a emergência do movimento ecologista e sua vinculação com o movimento de “agricultura alternativa”, sobretudo no Brasil. Destacamos o caráter multifacetado deste movimento no país, analisando sua vinculação a uma crítica política frente a um governo antidemocrático e o seu crescimento perante o processo de redemocratização. Neste sentido, abordamos, por exemplo, o processo de criação do Partido Verde, bem como os debates em torno da temática ambiental na formulação da Constituição Federal de 1988. Outros pontos debatidos foram os debates e as disputas em torno do uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil, bem como o processo de formulação da chamada Lei dos Agrotóxicos, de 1989, uma vitória para atores diversos que se mobilizavam em torno de mecanismos mais rígidos de controle ao uso destas substâncias no país.

Já no capítulo 3, buscamos compreender como se constituiu um movimento de agricultura alternativa no estado do Rio de Janeiro, evidenciando os aspectos sociais e ambientais que foram relevantes para que se estabelecesse na região serrana fluminense uma tradição agrícola familiar, que, aliada a outros fatores, contribuiu para que a região se tornasse a pioneira em todo o estado na produção de alimentos alternativos. Ênfase foi dada à criação de iniciativas como a Coonatura e à ABIO, destacando o papel que os membros destas instituições tiveram na disseminação da agricultura alternativa no estado do Rio de Janeiro. Ressaltamos como estes atores estavam a par dos movimentos alternativo e ecológico que ocorriam em âmbito mundial, argumentando que iniciativas promovidas no estado, ao longo dos anos 1970 e 1980, não foram casos isolados, mas sim estiveram relacionadas a este panorama mais amplo.

No capítulo 4, abordando a década de 1990, buscamos demonstrar a passagem de uma agricultura alternativa para a agricultura orgânica, ancorada nos preceitos da agroecologia, que também se consolidava como ciência, prática e movimento social “herdeiro” do movimento de

agricultura alternativa dos anos anteriores. A realização da Eco-92 na cidade do Rio de Janeiro foi um elemento relevante para a difusão de uma “consciência ambiental” em maior escala, contribuindo para mais iniciativas em prol da sustentabilidade ambiental e, mais especificamente, em prol de práticas agrícolas amparadas em métodos agroecológicos de produção. Ênfase foi dada ao papel desempenhado por instituições de ensino e pesquisa, que adotavam abordagens agroecológicas em seus quadros. Destacamos a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO) e a EMBRAPA- Agrobiologia, importantes centros de pesquisa voltados à agricultura orgânica, que fundaram em 1993 o Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), fornecendo suporte a produtores do estado.

Já no capítulo 5, destacamos os debates em torno da formulação inédita da legislação de alimentos orgânicos, bem como iniciativas públicas estaduais que de alguma forma buscavam impulsionar esta prática no Rio de Janeiro. Destaque foi dado para a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), criado em 2010, fruto de parceria entre a Abio e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Capítulo 1

Uma revolução para o campo? Geopolítica, Revolução Verde e agrotóxicos na história da agricultura brasileira do século XX.

Nos últimos anos, um tópico tem despertado a atenção de todos aqueles minimamente preocupados com questões relacionadas à segurança alimentar, saúde e meio ambiente: a crescente liberação de agrotóxicos no Brasil. Desde 2016, uma sequência contínua e significativa de aprovações desses produtos tem alertado especialistas e consumidores. Até setembro de 2019, foram autorizados 325 novos tipos destas substâncias, que passaram a ser utilizados nas lavouras brasileiras.²³ Em maio do mesmo ano, quando já haviam sido aprovados 290 produtos, constatou-se que 41% destas substâncias eram classificadas de extrema ou alta toxicidade, e 32% eram banidas na União Europeia.²⁴ Tais números continuaram a crescer, com a liberação de 562 agrotóxicos em 2021²⁵, superando os 493 do ano anterior.²⁶ Em 2022, foram liberados 652 agrotóxicos,²⁷ estabelecendo um marco histórico, pois a sequência representou a maior quantidade já aprovada desde 2005, quando o Ministério da Agricultura começou a divulgar tais dados.²⁸ Nas últimas décadas, o Brasil se consolidou como um dos principais consumidores de agrotóxicos em escala global. O propósito deste capítulo é debater tais questões, evidenciando o processo histórico de disseminação e implementação de programas de modernização agrícola, ao longo do século XX, característicos da chamada “Revolução Verde”. Foi realizado um estudo do panorama internacional, buscando estabelecer conexões com as particularidades e singularidades do contexto brasileiro.

²³ Fonte: TOOGE, Rikard. Governo autoriza mais 63 agrotóxicos, sendo 7 novos. Total de registros em 2019 chega a 325. Portal G1, 17 de setembro de 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/09/17/governo-autoriza-mais-63-agrotoxicos-sendo-7-novos-total-de-registros-em-2019-chega-a-325.ghtml>. Acesso em 17 de setembro de 2019; MELO, Luísa. Ritmo de liberação de agrotóxicos em 2019 é o maior já registrado. Portal G1, 26 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/26/ritmo-de-liberacao-de-agrotoxicos-em-2019-e-o-maior-ja-registrado.ghtml>. Acesso em 17 de setembro de 2019.

²⁴DAMASIO, Kevin. Liberação Recorde reacende debate sobre uso de agrotóxicos no Brasil. National Geographic Brasil: Meio Ambiente, 26 de julho de 2019.

Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/07/liberacao-recorde-reacende-debate-sobre-uso-de-agrotoxicos-no-brasil-entenda>. Acesso em 17 de setembro de 2019.

²⁵SALATI, Paula. Após novo recorde, Brasil encerra 2021 com 562 agrotóxicos liberados, sendo 33 inéditos. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/01/18/apos-novo-recorde-brasil-encerra-2021-com-562-agrotoxicos-liberados-sendo-33-ineditos.ghtml>. Acesso em 11 de maio de 2023.

²⁶ Fonte: Número de agrotóxicos registrados em 2020 é o mais alto da série histórica; maioria é genérico, diz governo. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml>. Acesso em 11 de maio de 2023.

²⁷ SALATI, Paula. Aprovação de agrotóxicos no Brasil bate recorde anual desde 2016. *Op.cit.*

²⁸Fonte: TOOGE, Rikard. Governo autoriza mais 63 agrotóxicos, sendo 7 novos. Total de registros em 2019 chega a 325. *Op. Cit.*, 17 de setembro de 2019.

MELO, Luísa. Ritmo de liberação de agrotóxicos em 2019 é o maior já registrado. *Op. Cit.* 26 de maio de 2019.

1.1 – Guerra Fria, relações internacionais e desenvolvimento

O “breve século XX”, como denominou Eric Hobsbawm, foi caracterizado por dois conflitos mundiais de grande magnitude, inovações significativas na ciência e tecnologia, a bipolaridade mundial, períodos de crescimento econômico, seguidos por crises e colapsos econômicos em diversas partes do mundo. Hobsbawm apelidou de “Era da Catástrofe” o período que se estendeu do início da Primeira Guerra Mundial (1914) até o fim da Segunda Guerra Mundial (1945). Após esta primeira “era”, se seguiram 25 ou 30 anos de um crescimento econômico extraordinário nos países do norte e uma grande transformação social, modificando profundamente a sociedade humana. A este período, o historiador atribuiu o nome “Era de Ouro”. Já a última parte do século, iniciada na década de 1970, foi uma era de “decomposição, incerteza e crise” e até mesmo de catástrofes para algumas áreas do mundo (Hobsbawm, 1995).

O que iremos debater neste capítulo está centrado no período em que Hobsbawm denominou de “Era do Ouro”. Como aponta Padrós, o período posterior à Segunda Guerra Mundial, além de ser marcado pela Guerra Fria, foi também um período de hegemonia americana e crescimento produtivo nos países desenvolvidos. Os primeiros trinta anos após a guerra foram consolidados por uma surpreendente recuperação do mundo capitalista, caracterizada por um crescimento econômico e por avanços tecnológicos, que teriam revolucionado as pautas de consumo e comportamento das pessoas (Padrós, 2000).

A segunda metade do século XX foi marcada pela Guerra Fria, fenômeno histórico, compreendido como um conflito político-ideológico entre o mundo capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e o mundo socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ambos, àquele momento, emergiam como as duas maiores potências político-militares do mundo. Era a consolidação de um mundo bipolar. Como aponta Hobsbawm, a URSS passou a exercer controle e influência sobre parte do globo, especialmente aquela ocupada pelo Exército Vermelho e outras forças armadas socialistas no final da Segunda Guerra Mundial. Já os EUA exerciam controle sobre o resto do globo capitalista, assumindo o que restou da antiga hegemonia das antigas potências europeias (Hobsbawm, 1995).

Os Estados Unidos da América despontaram, ao final da Segunda Guerra Mundial, com as maiores vantagens políticas e militares em relação a qualquer outra nação do mundo. Como demonstra Vizentini, os EUA detinham o domínio do mar, possuíam bases aéreas e navais, exércitos em todos os continentes, além da bomba atômica e uma aviação eficiente e estratégica, capaz de atingir todas as áreas do planeta. No plano econômico, o dólar se impunha como a

moeda de maior influência do mundo, através da realização da Conferência de Bretton Woods²⁹, da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI)³⁰ e do Banco Mundial³¹. (Vizentini, 2000).

Tal panorama permitiu aos EUA o controle dos investimentos e de intercâmbios de mercadorias em escala global. Tudo isso aliado aos avanços tecnológicos alcançados ao longo da guerra, que garantia aos estadunidenses uma vantagem ainda maior nos planos militar e econômico. A criação da Organização das Nações Unidas³² favoreceu ainda os EUA no plano diplomático, servindo como instrumento ideológico, jurídico e político, necessários à formação de um sistema mundial calcado no livre fluxo de mercadorias e de capitais. Neste mesmo cenário, a Europa Ocidental encontrava-se devastada em decorrência da guerra, com uma crescente dependência das importações dos produtos estadunidenses. Os EUA buscaram estruturar um mercado europeu que fosse favorável ao seu comércio, aliado à estruturação de um aparato material contrário às tendências que ameaçavam seus interesses, como os movimentos de esquerda, que tomavam força na Europa, sobretudo na França, Itália e Grécia. *A Doutrina Truman*³³ e o *Plano Marshall*³⁴ expressaram esta política (Vizentini, 2000.). Estes

²⁹A Conferência de Bretton Woods foi realizada em julho de 1944, nos Estados Unidos, quando representantes de 44 países reuniram-se para debater o panorama econômico mundial. Durante o acordo, buscou-se resolver a falta de pagamentos internacionais, sobretudo dos países endividados pela guerra, mantendo o dinamismo da relação produção-consumo. Durante o acordo diversas propostas foram aprovadas, dentre elas, a aceitação do dólar como moeda internacional e conversível em ouro e a criação de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Cf.: PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, Prosperidade e Estado de Bem-estar social. Op. Cit.*, 2000; STAPLES, Amy L. S. *The birth of development: How the world bank, Food and Agriculture Organization, and World Health Organization Changed the World, 1945-1965*. Ohio: The Kent State University Press (New Studies in U.S. Foreign Relations, n.16), 2006.

³⁰O Fundo Monetário Internacional (FMI) fora criado durante a Conferência de Bretton Woods, em 1944, com o objetivo de regular a aplicação das novas normas monetárias, promover a estabilidade dos tipos de câmbio e favorecer um sistema multilateral de pagamentos. Cf.: PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, Prosperidade e Estado de Bem-estar social. Op. Cit.*, 2000.

³¹O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial priorizava a reconstrução europeia, investindo capital nas economias destruídas e reconvertendo as estruturas produtivas às novas necessidades no contexto pós-guerra. Cf.: PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, Prosperidade e Estado de Bem-estar social*. In: Filho, Daniel Reis et al. *O Século XX: O Tempo das Crises, Revoluções, Fascismo e Guerras*. Rio de Janeiro, 2000.

³²A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada logo após a Segunda Guerra Mundial, em 24 de outubro de 1945, e é uma organização intergovernamental fundada a fim de garantir a paz mundial, além de promover objetivos mais amplos, como a cooperação econômica, social, política, militar, humanitária, cultural ou técnico-científica. Cf.: XAVIER, Ana Isabel et al. *A Organização das Nações Unidas. Humana global*, 2007.

³³Como aponta Arturo Escobar, a Doutrina Truman levou a uma nova compreensão do panorama mundial, especialmente no que diz respeito aos países economicamente menos avançados. Buscava-se criar condições necessárias para inserir em todo mundo os requisitos necessários para o alcance de altos índices de industrialização e urbanização, a mecanização da agricultura, um rápido crescimento dos níveis de vida e da produção material, adoção da educação e valores culturais modernos. Para alcançar tais objetivos, o capital, a ciência e a tecnologia seriam os principais componentes necessários. Cf.: ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo: Construcción e desconstrucción del desarrollo*. Fundação Editorial el perro y la rana, 2007, p. 20.

³⁴ O Plano Marshall foi criado em 1947, em um contexto em que os EUA visavam conter o avanço comunista e garantir os mercados europeus. Consistiu em uma política de estabilização dos países ocidentais europeus, além da busca pela expansão do comércio mundial, a garantia da estabilidade financeira interna e o desenvolvimento da

programas marcaram a partilha da Europa, levando à formação de alianças político-militares tanto por parte dos EUA, como pela URSS (Andrade, 2012: 38).

A posição mantida pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria ajudou este país a manter influência política e econômica tanto sobre os aliados europeus, como sobre os países periféricos tidos como subdesenvolvidos, ou seja, países da América Latina, Ásia Oriental, África e Oriente Médio (Vizentini, 2000). Posteriormente, a maioria dos novos Estados pós-coloniais, que viria a fazer parte do chamado “Terceiro Mundo”³⁵, embora não tivesse uma boa imagem acerca dos Estados Unidos, adotou um posicionamento anticomunista em suas políticas internas, posicionando-se, no cenário internacional, enquanto países não alinhados ao bloco socialista (Hobsbawm, 1995).

A compreensão deste cenário histórico se faz necessária, uma vez que tanto os Estados Unidos, como a União Soviética buscaram exercer influência através de mecanismos distintos, objetivando angariar a adesão do maior número de países aliados. No caso norte-americano, um destes mecanismos foi o advento do programa internacional de promoção do desenvolvimento³⁶. Rômulo Andrade destaca que o conceito de desenvolvimento e o seu oposto, o subdesenvolvimento, foram abordados a partir do Programa Ponto IV, iniciado no discurso de posse do presidente norte-americano Harry Truman, em 1949. O objetivo do programa era promover ajuda econômica aos países da África, Ásia e América Latina, no âmbito das disputas geopolíticas da Guerra Fria (Andrade, 2012). Os países subdesenvolvidos, cuja principal característica seria a pobreza de parte significativa da população, seriam aqueles marcados pela falta de industrialização, a baixa urbanização, agricultura baseada em técnicas rudimentares e o analfabetismo (Mello, 2017). Naquele contexto, os estadunidenses tinham a

cooperação econômica europeia. Cf.: SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). *Relações internacionais no mundo atual*, v.2, n.14, 2011, p. 34.

³⁵De acordo com Arturo Escobar, as noções de “subdesenvolvimento” e “Terceiro Mundo” surgiram enquanto conceitos no âmbito da redefinição do poder global e de estruturas do Ocidente e do Oriente. Os países pobres tornaram-se alvo de uma série de programas e intervenções, cujos principais objetivos seriam mudanças na estrutura da população e de produção; o avanço do comunismo em determinados lugares e a contenção do comunismo no mundo capitalista. Cf: ESCOBAR, Arturo. Power and Visibility: development and the invention and management of the Third World. *Cultural Anthropology*, vol. 3, No. 4, 1988, p. 429 e 430.

³⁶A ideia de impedir o avanço da influência de nações concorrentes, através da cooperação entre as nações não era novidade no período em que surge a noção de desenvolvimento. Um exemplo é trazido no texto de Magali Romero de Sá, Jaime Benchimol, Simone Kropf, Larissa Viana e André Felipe Cândido da Silva, que aborda o movimento médico-científico promovido por Alemanha e França voltado à América Latina, no período entre guerras, que visava ampliar o campo de influência e recuperar posições culturais, econômicas e científicas destes países na América, através de cooperações intelectuais. Cf: SÁ, Magali Romero; BENCHIMOL, Jaime L.; KROPF, Simone; VIANA, Larissa; SILVA, André Felipe Cândido da. Medicina, ciência e poder: as relações entre França, Alemanha e Brasil no período de 1919 a 1942. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 16, p. 247-261, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n1/15.pdf>.

crença de que o mundo ocidental possuía aparato tecnológico capaz de superar os problemas existentes nas regiões mais pobres do mundo. Bastava difundi-lo (Andrade, 2012).

Amy Staples realiza uma abordagem acerca do surgimento do conceito de desenvolvimento a partir do entendimento de que o conflito mais significativo no âmbito da chamada Guerra Fria não teria sido o impasse militar e ideológico entre o bloco capitalista e o socialista, mas sim, o debate entre norte e sul sobre o desenvolvimento econômico. Para a autora, o desenvolvimento é um processo histórico, que envolveu a cooperação internacional, direcionada ao Terceiro Mundo, nas origens com o intuito de melhoria do padrão de vida das pessoas, racionalizando e modernizando as economias e os estados. Staples enfatiza o papel de agências especializadas da ONU, especialmente o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), na promoção de esforços para promover o desenvolvimento econômico global. Neste sentido, o desenvolvimento era tido como obrigação internacional, um amplo serviço público e um esforço contínuo de promoção do bem-estar global. A autora destaca a atuação dos agentes destas instituições da ONU, apontando a sua importância, pois, diferentemente das potências imperiais, não procuravam governar, nem buscavam conversão religiosa ao ideário político, como missionários, ou lucrar, como empresas multinacionais. Estes atores tiveram acesso a influência e recursos amplos, ajudando a criar um senso de comunidade internacional e uma obrigação entre seus membros para promoção do bem-estar geral, que na época significava industrialização e políticas agrícolas e sanitárias (Staples, 2006).

A saúde, aliada ao crescimento econômico, foi ponto central para as políticas de desenvolvimento. Base da universalização da tecnologia, as grandes potências esperavam que a ciência fosse capaz de gerar e interpretar dados que fornecessem um diagnóstico sobre o que faltava ao mundo “subdesenvolvido” e quais estratégias utilizar para torná-los desenvolvidos. (Borowy, 2013: 451-485) Por isso exatamente, apesar da grande ênfase analítica dada aos conflitos militares, políticos e diplomáticos entre EUA e URSS no âmbito da Guerra Fria, estudos recentes buscam focar as suas dimensões científicas e sanitárias. Marcos Cueto, por exemplo, em seu texto *International Health, the Early Cold War and Latin America*, destaca o crescimento de programas médicos e científicos internacionais, que se deram em um momento em que novas propostas de modernização para países em desenvolvimento ocorriam. Neste sentido, a saúde internacional se consolidava como um importante mecanismo para a política externa e econômica e estava no centro de atuação de uma rede de instituições multilaterais, bilaterais e filantrópicas (Cueto, 2008: 18-19).

Neste processo, destaque vem sendo dado aos papéis exercidos por agente envolvidos nas relações de cooperação multilaterais estabelecidas neste contexto, sejam eles pertencentes a países desenvolvidos ou países em desenvolvimento. Em livro recente, organizado pelos autores Magali Romero de Sá, Dominichi Miranda de Sá e André Felipe Cândido da Silva, intitulado “As ciências na história das relações Brasil-EUA”, é possível analisar estudos que demonstram a dimensão científica das relações bilaterais entre Brasil e EUA em diversos períodos da história, incluindo a Guerra Fria, momento em que a pauta do desenvolvimento permeava os debates no âmbito das relações multilaterais entre países capitalistas. Tais análises buscaram superar a ideia de que estes dois países se relacionavam a partir de uma dominação puramente política, econômica e militar por parte dos estadunidenses, bem como problematizar a análise da “teoria da dependência”, por meio da qual estima-se que países subdesenvolvidos, como o Brasil, possuíam dependência e subordinação intrínseca e estrutural em relação aos países desenvolvidos. Tais perspectivas, como apontam os organizadores do livro em sua apresentação, acabavam impondo a atores e agências locais destes países ditos “periféricos” um papel passivo em relação a iniciativas orquestradas pelo norte global, especialmente pelos EUA. Defendendo outra análise, os autores apresentam uma concepção mais complexa e dinâmica, difundida pela historiografia sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990, por meio da qual tais relações são vistas a partir de negociações, barganhas e intercâmbios, nas quais sujeitos de países em desenvolvimento puderam atuar em prol de seus próprios interesses. Tal perspectiva passa a privilegiar a dimensão cultural e diplomática nas relações internacionais, superando a dualidade *dominador x dominado*, desta forma, compreendendo as relações com os estadunidenses a partir de contestações, apropriações, adaptações e resistências. No caso da difusão de conhecimento e produção científica, tidos como elementos centrais na superação da pobreza e do subdesenvolvimento, foram implementados intercâmbios, alianças, circulação de ideias e profissionais que demonstram as múltiplas facetas que dão protagonismo não somente a agentes e instituições do norte global, mas também a atores do mundo “subdesenvolvido”, como brasileiros e outros latino-americanos, que tiveram papéis ativos e centrais na promoção de programas científicos no âmbito da Guerra Fria e em outros períodos históricos. (Sá; Sá; Silva, 2020: 7-16).

Como já mencionado, destaca-se neste cenário a atuação de agências internacionais, que adotaram, como principais responsabilidades, a promoção do desenvolvimento em países periféricos. Em relação à atuação da FAO, esta esteve centrada no objetivo de promover a cooperação alimentar com foco no Terceiro Mundo. Àquele momento, o debate alimentar destacou interesses em comum de atores estatais e não estatais, cujo método era promover a

alimentação através do provimento de uma agricultura excedente, que estimulasse o desenvolvimento econômico. Neste processo, os Estados Unidos consolidaram-se enquanto maior fornecedor de suporte alimentar, a partir de uma política de ajuda externa e multilateral voltada ao mundo subdesenvolvido, cujo caráter demonstra, mais uma vez, a estratégia utilizada por este país em promover ajuda econômica enquanto uma ferramenta política a fim de ampliar o domínio norte-americano perante o mundo (Rietkerk, 2015: 127-130).

Neste cenário, a FAO passou a desenvolver programas que visavam a modernização agrícola, através do argumento de que seria possível produzir alimentos suficientes para a superação da fome mundial. Técnicos de diversos países recebiam bolsas de estudos a fim de aprender técnicas consideradas “modernas” para a implantação desses métodos em seus países de origem. Além da atuação de agências como a FAO, ênfase também deve ser dada à atuação de agências filantrópicas privadas, que já estavam presentes em diversos países, através de projetos que visassem, dentre outras coisas, a modernização do campo. Como apontam Nally e Taylor, a filantropia contemporânea buscou determinar prioridades de desenvolvimento nacional e internacional, buscando oferecer a indivíduos e comunidades a autossuficiência e autonomia social (Nally; Taylor, 2015).

Uma destas agências foi a Fundação Rockefeller, instituição filantrópica pertencente a uma família que, desde o século XIX era detentora de uma grande fortuna, adquirida, originalmente, a partir da exploração de petróleo. Ainda no final do século XIX, a família Rockefeller iniciou a participação em atividades filantrópicas³⁷. Nally e Taylor apontam que a Fundação Rockefeller buscou promover projetos de desenvolvimento rural que procuravam “emancipar” a tradição camponesa, transformando o trabalhador do campo em um sujeito produtivo e empreendedor. Os autores apontam que as ações da Fundação Rockefeller teriam marcado o início de programas de cooperação internacional para a modernização agrária. A atuação da fundação teria começado ainda no início do século XX, através das atividades da *General Education Board* (GEB), que atuava estrategicamente no sul dos Estados Unidos, como uma espécie de campos de testes para o desenvolvimento de uma teoria da modernização

³⁷Um dos fatores que explicam o envolvimento da família com a filantropia, de acordo com Tota, foi o fato dos Rockefeller buscarem mudar a imagem de suas empresas, que eram conhecidas pela violência contra os trabalhadores. Por décadas, a família promoveu a filantropia através de missões religiosas e culturais. Sobre a atuação da Fundação Rockefeller. Cf.: TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014. Ver também: CUETO, Marcos. *Missionaries of Science: The Rockefeller Foundation and Latin America*. Ed. Bloomington, Indiana University Press, 1994; PALMER, Steven. *Gênese da saúde global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 420p; SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225p.

agrícola. A GEB fora criada em 1903, com o intuito de financiar educação pública no campo e promover o desenvolvimento econômico a agricultores no sul dos EUA (Nally; Taylor, 2015). Outra instituição vinculada à Fundação Rockefeller foi a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), que desenvolveu programas que incluíam a cooperação técnica agrícola, programas de alfabetização e pró-saneamento. Esta agência atuou em diversos países, dentre eles o Brasil, Venezuela, China e Índia. A ação da agência no Brasil, por exemplo, se deu em torno de programas de assistência técnica para agricultura, desenvolvendo pesquisas que acompanharam os projetos de expansão territorial, sobretudo para o Cerrado (Silva, 2009).

Tanto a atuação da FAO como a de instituições filantrópicas privadas teve papel relevante na propagação de métodos agrícolas modernizantes. Em síntese, a agricultura esteve no centro de diversos programas de desenvolvimento, e sua modernização constituía o discurso de superação da fome e da pobreza nos países mais pobres. A crença era de que caso o pacote tecnológico agrícola fosse incorporado às unidades agrícolas, o fim da fome e da desnutrição, importantes propulsores do subdesenvolvimento, seria objetivo facilmente alcançado.

1.2 - Revolução Verde: a dispersão de um novo modelo agrícola

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) projetos de modernização agrícola ganharam forte impulso. A agricultura passou a representar um campo propício à promoção do desenvolvimento, e a sua modernização poderia ser destinada aos países mais pobres e deveria ser orientada pela experiência dos EUA, que era embasada, de acordo com os próprios estadunidenses, no progresso social, econômico, técnico e científico.

A respeito da experiência estadunidense, Edmund Russell aponta que, em meados do século XX, os EUA haviam aproveitado economicamente a maior parte das terras agricultáveis do país e, para isso, inseriram métodos modernizantes no cultivo, como o uso de insumos químicos, para ampliar a colheita final. Em alguns casos, como na colheita de algodão, o aumento da produção chegava a 60%. Neste cenário, o governo passou a incentivar maiores investimento em sementes, fertilizantes e pesticidas (Russell, 2001: 190). Analisando a modernização agrícola no Vale Central da Califórnia, região que desde o século XIX é uma das maiores produtoras agrícolas do mundo, Linda Nash ressalta as profundas transformações realizadas na região ao longo do século XX, o que incluiu a construção de represas e canais de irrigação, a destruição de paisagens nativas em favor de colheitas altamente rentáveis e a introdução de pesticidas e de espécies não nativas. Tal processo teve início, de acordo com

Nash, ainda na década de 1920, mas obteve um rápido crescimento no período pós-guerra. Áreas de encosta e áreas secas, antes ignoradas pelos agricultores, passaram a ser utilizadas, devido à inserção de novas tecnologias de irrigação e máquinas aprimoradas, que permitiram que os agricultores as nivelassem e as irrigassem. Além disso, a mecanização da produção, assim como a inserção de sementes híbridas provocaram profundas mudanças na forma como os agricultores plantavam. Máquinas colheitadeiras especializadas para frutas e algodão foram inseridas nos processos produtivos, e centenas de novas variedades de plantas passaram a ser cultivadas. Tais mudanças nos meios produtivos vieram acompanhadas de mudanças sociais. Devido aos altos custos de insumos, assim como aos subsídios federais destinados aos grandes produtores, muitos pequenos produtores deixaram suas terras e seus cultivos. Não por acaso, neste período, o número de fazendas dedicadas à agricultura começou a cair, levando a uma maior concentração de terras na Califórnia. Neste período, este estado assumiu a liderança na produção agrícola americana, com colheitas recordes (Nash, 2006: 128-130).

À medida que a agricultura tornava-se mais comercial e mais industrial nos Estados Unidos e na Europa, havia o discurso de preocupação de que os países tropicais e subtropicais, subdesenvolvidos em sua maioria, ficassem muito defasados em relação à produção agrícola. Desta forma, motivados por interesses já expostos, os países mais ricos, sobretudo os EUA, buscaram métodos específicos a fim de modernizar a agricultura em nações em situação de “atraso industrial”, além de buscar aprimorá-la nos países desenvolvidos (Wright, 1994: 6). Através da FAO e de programas de ajuda externa dos EUA, foram destinadas a outros países estas técnicas de modernização agrícola (Silva, 2009).

Sobre este panorama, diversos jornais brasileiros na década de 1970 noticiaram o vencedor do prêmio Nobel da Paz do ano de 1970: o norte americano Norman Ernest Borlaug, cientista-agrônomo, especialista em genética de plantas. A ele foi creditada a elaboração da “Revolução Verde”.³⁸ O *Jornal do Brasil* de 23 de outubro de 1970, por exemplo, traz uma reportagem com entrevista concedida, na Cidade do México, pelo cientista premiado em consequência de suas pesquisas sobre novas variedades de trigo. Era o responsável pelo Centro Internacional de Melhoramentos do Milho e Trigo, com sede no México. Em sua entrevista, frisa por diversas vezes os problemas existentes no mundo devido ao crescimento demográfico, apontando soluções que deveriam ser tomadas em caráter urgente para que a fome não assolasse o planeta até o final daquele século. Segue apontando que a solução seria a agricultura “merecer um tratamento justo”, e, assim, seria uma “esperança neste século”. Ernest afirmou também que

³⁸ GENTE. *Jornal do Brasil*, 25 de novembro de 1971, 1º caderno, p. 7.

há 30 anos esforços vinham sendo feitos “em favor da solução de problemas sociais”, referindo-se à Revolução Verde, que teria tido início, segundo o próprio entrevistado, há 26 anos, no México, através de “modernas” variedades de trigo, “numa época em que camponeses tomavam cientistas por feiticeiros”. Na mesma entrevista, o cientista fez um apelo aos países “subdesenvolvidos”, para que estes estimulassem a agricultura junto ao desenvolvimento industrial, afirmando a importância destes países colocarem à disposição dos cientistas os meios necessários ao combate à fome. Destacou também críticas a governos que estariam impondo dificuldades às técnicas da Revolução Verde, em especial o governo do Paquistão, que argumentou que o gado morreria com a redução das pastagens, além de muitos estudiosos no país afirmarem que o trigo vermelho (uma variedade decorrente das pesquisas) levaria as mulheres a se tornarem estéreis. A reportagem em questão ainda dá conta da presença de seis técnicos brasileiros, mais especificamente do Rio Grande do Sul, no Centro comandado por Ernest, sendo treinados graças a um convênio entre a Fecotrig (Federação das Cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul), a Secretaria de Agricultura e a Empresa *Massey-Ferguson*, que possibilitava a viagem de pesquisadores.³⁹

O texto citado acima é emblemático. Que relações existiam entre um americano, coordenando instituição de pesquisa agrícola no México, preocupado com o caso paquistanês, recebendo brasileiros para treinamento? Tal cenário retrata as características da chamada “Revolução Verde”. Com a promessa de pôr fim à fome mundial, novas técnicas agrícolas, baseadas no uso de adubos químicos, máquinas e agrotóxicos, foram estimuladas em diversos países, buscando aumentar consideravelmente a produção, além de permitir que terrenos, antes impróprios a determinados tipos de alimentos, se tornassem adequados ao cultivo.

Angus Wright afirma que, nos anos 1940, a Fundação Rockefeller e o governo mexicano iniciaram uma série de pesquisas agrícolas. Os membros da Fundação, assim como os pesquisadores envolvidos, desejavam que o programa fosse bem sucedido no México, para que pudesse posteriormente ser implantado em diversos outros países, a fim de promover o desenvolvimento econômico. Tal objetivo teria sido alcançado, pois muitos métodos e técnicas de inovação agrícola característicos da Revolução Verde foram propagados não somente nos países pobres, mas também nos ditos desenvolvidos. (Wright, 1994: 6). No México, ao passo em que a área irrigada crescia, maior o número de sementes desenvolvidas pelos pesquisadores.

³⁹NOBEL DA PAZ diz que coexistência é a única solução. *Jornal do Brasil*, 23 de outubro de 1970, 1º Caderno, p. 17.

Estas sementes só poderiam ser bem sucedidas, de acordo com os próprios estudiosos, caso todo o “pacote” característico da Revolução Verde fosse adotado:

Eram concebidas para absorver e converter mais nitrogênio em grãos; porém uma maior quantidade de nitrogênio seria tóxico para as plantas, se não fosse liberada com água adequada, aplicada nos momentos certos. Na sequência, havia a expectativa de que a massa maior de material de plantas produzido mais densamente num solo mais úmido e num ambiente de campo atrairia mais doenças de plantas e pragas de inseto. Isso requereria um uso mais intenso dos pesticidas sintéticos que acabavam de ser desenvolvidos. (Wright, 2012: 154).

Embora o processo de modernização agrícola tenha tido início desde pelo menos a década de 1940, o termo “Revolução Verde” fora popularizado apenas no final da década de 1960, mais especificamente no ano de 1968, quando William Gaud, então membro da *Agency for International Development*, utilizou a expressão para descrever o processo de transformação mundial dos processos produtivos, o qual teria sido resultado de financiamento estadunidense e filantrópico que ocasionou a promoção do uso de fertilizantes, irrigação, sementes “melhoradas” e crédito agrícola. Nas palavras de Gaud, citado por Patel (2013):

Esses e outros desenvolvimentos no campo da agricultura contém os ingredientes de uma nova revolução. Não é uma Revolução Vermelha Violeta, como a dos Soviéticos, nem é uma Revolução Branca, como a do Xá do Irã. Eu chamo isso de Revolução Verde. (Gaud, 1968 *apud* Patel, 2013: 5)

O historiador Wilson Picado afirma que o termo Revolução Verde é um conceito aberto e difuso, que pode ser relacionado a um grande processo histórico que engloba a mudança tecnológica agrícola desenvolvida para o “Terceiro Mundo”. Na verdade, argumenta que o termo também pode ser vinculado a uma estratégia geopolítica de contenção do comunismo nos países mais pobres do globo (Picado, 2014). Neste trabalho, parece-nos apropriado o entendimento da Revolução Verde enquanto um macroprocesso, que esteve sim relacionado ao “melhoramento” das técnicas da produção, mas igualmente ligado às relações multilaterais estabelecidas entre o “Primeiro” e o “Terceiro Mundo” no âmbito da Guerra Fria. Ainda de acordo com Angus Wright, a Revolução Verde foi um fenômeno capaz de modificar economias e paisagens em todo o mundo, consolidando estruturalmente um modelo de desenvolvimento agrícola internacional (Wright, 2012: 137).

Para Picado, a expansão das sementes híbridas e do conhecimento agrônomo de origem americana, em países como México, Índia e Costa Rica, foram processos estritamente relacionados com o posicionamento estratégico dos Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, como potência hegemônica ao longo da Guerra Fria.

(Picado, 2008). Wright aponta que, ao selecionar plantas e testá-las na grande diversidade de condições naturais existentes no México, os pesquisadores puderam desenvolver novos tipos de sementes que seriam capazes de produzir rendimentos mais altos do que as sementes tradicionais em um mesmo espaço de terra (Wright, 1994: 6). A transformação da paisagem física daquele país, a partir de obras de irrigação e uso de pesticidas e fertilizantes sintéticos, teve implicações econômicas, políticas e culturais para todo o mundo, pois o caso mexicano era visto como uma espécie de “campo de testes experimentais”, mostrando-se extremamente favorável aos interesses comerciais e à política externa norte-americana (Wright, 2012: 137).

A dispersão geográfica das sementes e plantas, segundo Picado, foi também um processo de dispersão de sistemas de poder econômicos e políticos, como, por exemplo, o cultivo escravista da cana de açúcar nas Antilhas e no Brasil, o trigo na América espanhola colonial, e o cultivo de bananas na América Central:

Tampoco faltan ejemplos en la historia de casos en los cuales el cultivo de una semilla exótica en una agricultura, más allá de las respectivas implicaciones ecológicas, llevaba implícitos determinados procesos y valores sociales. (Picado, 2008: 46).

A Revolução Verde constituiu, para o autor, um exemplo desta dinâmica de dispersão na história recente. O que a caracterizaria seria o fato de que a chegada de novas sementes a um continente implicava uma ampliação de sua biodiversidade. A Revolução Verde estabeleceu uma distribuição de sementes no chamado Terceiro Mundo, tendendo não somente a uma homogeneização genética, que contrastava com a variedade agroecológica e social das agriculturas nas quais se inseria, mas também a uma marcada uniformização dos sistemas de cultivo, cada vez mais pressionados pela mecanização, irrigação e o uso de fertilizantes de origem industrial. (Picado, 2008).

Em outro estudo abordando diferentes narrativas sobre a Revolução Verde, Picado buscou confrontar uma narrativa “dominante” em relação a esse fenômeno e sua dispersão na América Latina, propondo uma nova periodização e, sobretudo, a existência de múltiplas “revoluções verdes”, atreladas a contextos políticos locais e diferentes graus de modernização agrícola. O autor destaca que muitos estudos focaram estritamente nos programas de melhoramento genético de plantas no México, financiados pela Fundação Rockefeller ao longo dos anos 1940, em detrimento do restante da América Latina. Tais narrativas acabaram minimizando outras experiências que não estiveram relacionadas aos experimentos mexicanos, não considerando como cada país latino-americano promoveu a sua própria modernização agrícola. Além disso, Picado aponta a importância de “sair” da sombra de personagens tidos

como centrais nas narrativas sobre a Revolução Verde, como, por exemplo, o cientista Norman Borlaug e a Fundação Rockefeller, e privilegiar outros atores sociais, instituições, programas e experiências locais. Ao tomar a Revolução Verde como a simples transferência de um pacote, incluindo um conjunto de insumos e conhecimentos gerados sem nenhum tipo de vínculo com instituições públicas, privadas, políticas ou culturas locais, “aparece mais como um processo de transferência de tecnologia do que como uma mudança estrutural da agricultura no Terceiro Mundo” (Picado, 2022: 8).

Mudança estrutural e processo de transformação agrícola que foi incorporado em diferentes períodos e em distintas realidades, este novo modelo agrícola passou a exigir grandes projetos de irrigação, assim como ampliou o orçamento do cultivo, em relação ao uso de agrotóxicos e de maquinário na produção agrícola. Tais requisitos levaram à necessidade de financiamentos públicos e privados em grande escala, o que causou profundas mudanças sociais e econômicas, uma vez que os agricultores tradicionais com pouco capital foram substituídos por aqueles que podiam financiar tais despesas. Além disso, a maior demanda por água e o uso de produtos químicos geraram profundos impactos ambientais. A Revolução Verde se consolidou, assim, como um dos maiores agentes globais de mudança social e ambiental nas décadas posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial (Wright, 1994: 7).

Importante frisar a importância de um dos principais pilares do modelo agrícola difundido pela Revolução Verde: o uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos. Tais substâncias passaram a ser utilizadas com maior intensidade a partir das duas guerras mundiais. Neste contexto histórico, estes produtos tiveram usos variados: foram utilizados enquanto arma, cujo uso foi responsável por mais mortes do que as próprias armas nucleares (enquanto as bombas atômicas mataram cerca de 100.000 pessoas, armas químicas teriam matado cerca de 90.000 na Primeira Guerra Mundial e 350.000 na segunda, além das vítimas das câmaras de gás nazistas); como também foram utilizados como controle de “pragas”, responsáveis pela transmissão de diversas doenças que acometiam soldados em combate. Tal panorama impulsionou uma série pesquisas e mobilizou indústrias químicas, no desenvolvimento de substâncias que aniquilassem tanto os “inimigos” humanos, na chamada “Guerra Química”, assim como os não humanos, como os insetos.

As demandas da guerra propiciaram o aumento de consumo de algumas substâncias, antes pouco utilizadas. A mais expressiva delas talvez tenha sido o DDT⁴⁰. Antes pouco conhecido, esta substância passou a ser atraente, inicialmente, no extermínio de piolhos, que representavam um grande problema para os soldados em combate. O DDT, formado por elementos sintéticos, mostrou-se extremamente atrativo, uma vez que as importações de inseticidas botânicos, à base de arsênicos, estavam sendo dificultadas devido à guerra. O DDT, ao contrário, não dependia de importações, uma vez que o sintético poderia ser produzido em território americano. Além disso, observou-se uma eficácia maior em relação a outros compostos químicos utilizados para extermínio de “pragas”. Logo se constatou que o produto matava rapidamente insetos e era suposta e relativamente “não tóxico” para a humanidade. Os pesquisadores o tratavam como uma solução “mágica”, principalmente por matar mosquitos e piolhos em doses baixas e ter um efeito prolongado. Testes continuaram sendo feitos por laboratórios estadunidenses, na busca pela certificação de que o DDT não traria danos aos seres humanos. Animais foram testados e, quando estes ingeriam quantidades relativamente grandes, apresentavam sintomas de nervosismo, convulsões e até mesmo morte. No entanto, o exército americano necessitava urgentemente de um inseticida eficaz e, apesar dos testes, apostou no uso do produto (Russell, 2001: 123-124). Esta substância foi rapidamente inserida nos Estados Unidos, seja no controle de mosquitos, seja na agricultura. (Nash, 2006: 133).

Como aponta Marcos Cueto, durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA preocupavam-se com a possibilidade de que ditas doenças tropicais, sobretudo a malária, pudessem contaminar seus soldados, além de levar contaminação de doenças já erradicadas ao próprio território norte-americano, através do contato com regiões menos desenvolvidas, devido ao comércio, à guerra e o transporte aéreo. Ao longo da guerra, oito milhões de soldados estadunidenses foram expostos a doenças, como a malária, e destes, 460.872 soldados foram acometidos pela doença. Graças ao uso de mecanismos, como o uso de inseticidas, as taxas de mortalidade entre os soldados apresentaram-se baixas. Tal panorama favoreceu o raciocínio americano de que seria possível controlar doenças em países subdesenvolvidos sem alterações sociais e sem promoção de melhorias em saúde pública (Cueto, 2008: 17-41).⁴¹

⁴⁰ As propriedades inseticidas do DDT (Dicloro Difênil Tricloroetano) foram descobertas em 1939. O DDT é um composto orgânico sintetizado por Otto Ziedler em 1874. Foi considerado um marco revolucionário no controle de ‘pragas’, desencadeando mudanças importantes na agricultura e na saúde pública, levando o responsável pelo seu desenvolvimento, Paul Muller, a ganhar o Prêmio Nobel de fisiologia e medicina em 1948. Cf.: ALVES FILHO, José Prado. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2002, p. 24.

⁴¹ Alguns autores vêm debatendo o chamado “otimismo sanitário”, referente a campanhas verticais, que visavam erradicar doenças infecciosas, a partir de soluções pontuais e simples, como o uso de inseticidas e injeções no

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, empresas de armamentos e produtos químicos, que outrora lucravam com a guerra, reformularam suas indústrias, visando evitar falência. Gradativamente, deixava-se de produzir material bélico e passava-se a produzir máquinas, implementos agrícolas e agrotóxicos, substâncias químicas dirigidas às áreas de produção com a promessa de reduzir “pragas” e “ervas daninhas”, além de aumentar a produtividade das lavouras (Forneck; Klug, 2016). Neste período, a indústria de agrotóxicos apresentou grande crescimento. As vendas teriam passado de 40 milhões de dólares em 1939, para 300 milhões em 1959, e 2 bilhões em 1975. Em 1963, mais de 100.000 toneladas de DDT foram produzidas em todo o mundo, e, em 1966, mais de 8.000 empresas preparavam 60.000 formulações diferentes a partir de 500 produtos (Paschoal, 1978: 10). Outros produtos químicos da mesma classe que o DDT rapidamente foram incorporados para uso agrícola. O uso de herbicidas desfolhantes também foi ampliado, como o ácido 2,4- diclofenoxiacético (2,4-D), substância à base de hormônios, muito utilizada em culturas como cevada e arroz e, posteriormente, também na Guerra do Vietnã (1959-1975). Frequentemente havia a substituição de substâncias químicas, devido à crescente resistência dos insetos ao DDT. (Nash, 2006: 133).

No âmbito da Guerra Fria, líderes governamentais perceberam que as exportações de pesticidas seriam elementos centrais no aumento da produção alimentícia e no combate à doenças. Seriam importantes também na busca por aliados naquele cenário histórico, bem como cumpriam o objetivo de ampliar mercados (Russell, 2001: 189-190).

Angus Wright aponta que, mesmo após a proibição do DDT e outros pesticidas nos Estados Unidos e na Europa, graças a protestos variados, como, por exemplo, o livro *Primavera Silenciosa*, da bióloga estadunidense Rachel Carson⁴², este mercado continuou a crescer, sendo implantadas plantas industriais nos países do Terceiro Mundo. A principal justificativa dada para a venda de substâncias já proibidas nos países desenvolvidos era a dependência que países

controle de doenças tropicais. Sobre esta discussão ver: CUETO, Marcos. La “cultura de la sobrevivência” y la salud pública internacional en América Latina: la Guerra Fría y la erradicación de enfermedades a mediados del siglo XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar. 2015, p.255-273; HOCHMAN, Gilberto. From autonomy to partial alignment: national malaria programs in the time of global eradication, Brazil, 1941-61. *Canadian Bulletin of Medical History*, St. John's, v.25, n.1, p.201-232, 2008; HOCHMAN, Gilberto. "O Brasil não é só doença": o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2009, vol.16, suppl.1, pp.313-331; MUNIZ, Érico Silva Alves. Basta aplicar uma injeção? Saúde, doença e desenvolvimento: o programa de erradicação da boubá no Brasil (1956-1961). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

⁴²Um marco para debates acerca dos problemas resultantes do uso em larga escala de substâncias químicas na agricultura é o trabalho “Primavera Silenciosa” (1962). O trabalho é um alerta, conhecido em nível mundial, sobre o cenário de degradação ambiental a partir do uso de agrotóxicos nos Estados Unidos. É tido por muitos autores como a inflexão para o início de um amplo e expressivo movimento ambientalista que contesta o modelo de desenvolvimento adotado pelos países capitalistas, reivindicando medidas de proteção à natureza. O livro *Primavera Silenciosa*, assim como a formação e atuação do movimento ambientalista mundial serão pontos destacados no capítulo 2 deste trabalho.

tropicais ou subtropicais tinham por pesticidas baratos, para controlar doenças como a malária e outras transmitidas por insetos, enfermidades então consideradas típicas dessas regiões. De acordo com o autor, as condições sociais e ecológicas dos países subdesenvolvidos tendiam a ampliar rapidamente os efeitos nocivos destas substâncias e, como o seu principal uso era voltado à agricultura de exportação, destinada aos países ricos, os consumidores estadunidenses e europeus começaram a temer os riscos de contaminação nos alimentos por substâncias já proibidas pelos seus países de origem. Além disso, a proibição de alguns pesticidas não significava que os ainda permitidos eram seguros para uso e para consumo. Em muitos casos, os pesticidas que apresentavam grandes problemas ambientais, em longo prazo e que estavam associados à possibilidade de câncer e outras doenças crônicas, acabaram sendo trocados por pesticidas que eram absorvidos muito mais rapidamente no meio ambiente e muito mais nocivos às pessoas, plantas e animais. Os impactos foram muito maiores no então Terceiro Mundo, onde um expressivo número de trabalhadores rurais entrou em contato com esses produtos químicos devido à falta de equipamentos de segurança ou de regulamentações eficazes em seus países (Wright, 1994: 11-12).

Linda Nash aponta que a ampliação do uso dessas substâncias químicas no período pós-segunda guerra provocou mudanças no entendimento do corpo no ambiente e de suas relações nos processos de saúde e doença. O desenvolvimento do saneamento e o controle de mosquitos por meio de pesticidas e outras tecnologias enfraqueceram as conexões entre doença e meio ambiente. A partir da década de 1950, quando especialistas começaram a investigar o envenenamento por agrotóxicos, chegou-se à conclusão de que os corpos humanos absorviam muito mais essas substâncias do que se havia reconhecido anteriormente, além da percepção de que o ambiente local também estaria sendo afetado. A visão de que o corpo era autossuficiente e singular do início do século XX, deu lugar, até o final do século, à constatação de que era poroso e suscetível às modernas paisagens (Nash, 2006: 13). Não demorou muito para se chegar à conclusão de que a paisagem agrícola moderna estava produzindo mais do que colheitas recordes: também estava produzindo doenças (Nash, 2006).

Frente a este breve panorama histórico acerca do contexto internacional pós-Segunda Guerra Mundial, no qual buscamos abordar as cooperações e relações multilaterais científicas, técnicas, políticas e sociais estabelecidas entre diferentes países no âmbito da Guerra Fria, nos debruçaremos, a seguir, no caso brasileiro, compreendendo os múltiplos fatores envolvidos na propagação de métodos, programas e técnicas de modernização agrícola no país.

1.3- A Revolução Verde e seus impactos no Brasil

No Brasil, assim como em diversos outros países, a inserção do “pacote tecnológico” característico da Revolução Verde esteve diretamente relacionada às tentativas, por parte de diferentes governos, de “vencer” o “subdesenvolvimento”, tendo, como um dos seus principais pilares, a modernização da agricultura.

O “subdesenvolvimento” da América Latina era explicado através da concepção da existência de “etapas” a serem alcançadas em um processo rumo ao progresso, e a industrialização passou a ser vista como o caminho “mais fácil” para pular fases e alcançar de maneira mais rápida o desenvolvimento. Neste sentido foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), em 1948, que concretizou um corpo teórico de defesa da industrialização para a América Latina. No contexto de criação da CEPAL, havia uma insatisfação muito grande com a exclusão da América Latina do Plano Marshall (Pereira, 2011). Uma mudança neste panorama só ocorreria a partir do alinhamento de Cuba à URSS, em 1961⁴³, e o crescimento dos movimentos de esquerda na América Latina, o que fez os Estados Unidos ampliarem a destinação de recursos para estes países (Cervo; Bueno, 2002).

Como apontaram os historiadores Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, no cerne do debate sobre o desenvolvimento, inclusive no âmbito de atuação da CEPAL, acreditava-se que os problemas de abastecimento dos grandes centros urbanos - caracterizado por uma escassez crônica de gêneros alimentícios – seriam decorrência da estrutura fundiária, baseada na dualidade latifúndio x minifúndio, o que explicaria o baixo índice das forças produtivas e a incapacidade de gerar alimentos a um baixo custo para o mercado interno. Nesta perspectiva, o atraso da agricultura era visto como o principal obstáculo para o desenvolvimento urbano. Por outro lado, as relações de produção no campo brasileiro, marcadas pela falta de salários, acabavam por atrasar a expansão do mercado consumidor de produtos industriais. Nestes dois casos, a transformação e modernização do campo eram então vistas como primordiais para o desenvolvimento capitalista brasileiro (Linhares; Silva, 1981).

O pós-Segunda Guerra vinha sendo marcado por distintos projetos que buscavam avaliar as possibilidades de promoção do desenvolvimento no Brasil. Diferentes atores convergiam na ideia de que a concentração de terras representava atraso e obstáculo à promoção do desenvolvimento. Frente a este panorama, sobretudo os atores vinculados às ideias situadas à

⁴³Para maiores informações sobre o alinhamento de Cuba à URSS, ver: SILVA, Marcos Antonio da. Revisitando a Guerra Fria: autonomia relativa e dependência na relação Cuba-URSS. Revista de Geopolítica, v. 4, nº 2, p. 104 - 126, jul./dez. 2013.

esquerda no cenário político (como o Partido Comunista Brasileiro – PCB, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e as Ligas Camponesas) lutavam por uma reforma agrária no país. Por outro lado, por parte de grandes proprietários de terra, naquele momento já amparados por grandes empresas, havia a defesa da modernização agrícola com forte apoio estatal (Medeiros, 2019: 179).

Havia a crença de que a modernização agrícola poderia ser alcançada através da cooperação com outros países, sobretudo dos EUA. Historicamente, diferentes governos brasileiros ao longo do século XX, mantiveram relações bilaterais com os Estados Unidos (Cervo; Bueno, 2002). No decorrer do século XX, a política externa norte-americana voltada à América Latina, incluindo o Brasil, passou por modificações. Inicialmente, pautada em intervenções militares, os estadunidenses reformularam e implementaram estratégias variadas: além do estabelecimento de iniciativas de dominação econômica, política e militar, os EUA buscaram promover outros modos de relação com a América Latina, como, por exemplo, a diplomacia cultural⁴⁴. A Política da Boa Vizinhança⁴⁵ sinalizou essa mudança de postura dos EUA em relação à América Latina. Adotada no governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) promoveu o abandono de uma postura diplomática *hard power* em favor do *soft power*⁴⁶ sobre os vizinhos latino-americanos (Galdioli, 2008).

⁴⁴ A historiografia vem apontando a importância da dimensão cultural nas relações internacionais norte – americana ao longo do século XX. Nesta perspectiva, é dada grande importância ao papel que a cultura desempenhou aliada aos mecanismos de poder. Os meios de comunicação em massa, tal como o rádio, por exemplo, foram instrumentos de divulgação da “imagem americana”, com o objetivo de promover a noção de superioridade política, econômica e cultural dos EUA e passar a imagem de que este país era o ideal de progresso, dos valores democráticos e de civilização. Cf.: SÁ, Magali Romero de; SÁ, Dominichi Miranda de; SILVA, André Felipe Cândido da. (orgs.). *As ciências na história das relações Brasil-EUA*. 1. Ed., Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2020; TOTA, Pedro Antonio. *O imperialismo sedutor: a americanização no Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; TOTA, Antonio Pedro. *Cultura e dominação: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra Fria*. *Perspectivas*, vol.27, 2005.

⁴⁵ A Política da Boa Vizinhança utilizou, dentre outros instrumentos, a cultura norte-americana para promover uma boa relação dos Estados Unidos com toda a América Latina, de modo a manter a região como uma área de influência norte-americana. Àquele momento, era necessário aos EUA conquistar a confiança dos países latino-americanos, pois estes representavam um mercado importante para a recuperação econômica pós-crise de 1929, além do fato da influência alemã ganhar espaço na região. Desta forma, Roosevelt adotou a Política da Boa Vizinhança que funcionou como mecanismo para estabelecimento de uma relação de cooperação entre os Estados Unidos e os vizinhos do sul. Cf.: GALDIOLI, Andreza da Silva. *A cultura norte-americana como um instrumento do soft power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a política de boa vizinhança*. 2008. 147 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008.

⁴⁶ O “*hard power*” ou “poder duro” diz respeito a uma forma de poder na qual o seu exercício se dá por meio de coerção e indução, baseando-se nas forças militar e econômica. Por outro lado, o “*soft power*”, ou “poder brando” refere-se à atração como forma de poder, concretizada através da cultura, dos valores políticos e de formulações de políticas externas. Cf.: NYE, J. *Soft Power: the Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004 *apud* GALDIOLI, Andreza da Silva. *A cultura norte-americana como um instrumento do soft power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a política de boa vizinhança*. 2008. 147 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008.

Por outro lado, no caso brasileiro, o governo buscou atingir distintos interesses a partir destas relações bilaterais, não só com os EUA, mas com outras potências estrangeiras⁴⁷. Um grande exemplo foi a política pendular adotada por Getúlio Vargas⁴⁸ (1930-1945), ora aproximando-se dos alemães, ora dos estadunidenses. O Brasil oscilou na proximidade com estes países até 1942, quando foi estabelecida uma aliança entre Brasil e os Estados Unidos (Sá; Sá; Silva, 2020)⁴⁹. Neste ano foram assinados os Acordos de Washington, de cunho militar, estratégico e econômico, que determinaram que os Estados Unidos deveriam fornecer ao Brasil material bélico e recursos financeiros que seriam destinados a projetos nacionais, voltados, por exemplo, ao saneamento básico. Em contrapartida, o Brasil forneceria matérias primas estratégicas, como a borracha e minérios. Tais acordos, para Cervo e Bueno, inauguraram uma nova etapa da colaboração entre os dois países (Cervo; Bueno, 2002: 282; Mello, 2017:31).

No período 1945-1964, o Brasil seguiu reivindicando e negociando recursos junto aos EUA, a fim de promover o desenvolvimento econômico. Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), o Brasil seguiu procurando barganhar a obtenção de financiamentos para a modernização do país a partir do fornecimento de materiais estratégicos. O governo brasileiro, neste período, caracterizou-se como mais ou menos concessivo, conciliando uma vertente nacionalista com a conjuntura internacional. No governo de Juscelino Kubitschek⁵⁰ (JK) (1956-

⁴⁷ Alguns autores vêm demonstrando as reivindicações, barganhas e estratégias estabelecidas por atores brasileiros no âmbito das relações internacionais e diplomáticas. Nesta perspectiva, supera-se a visão de que os países latino-americanos foram meros agentes passivos das políticas instituídas pelas principais potências mundiais, sobretudo EUA e demonstra-se que estes buscaram reivindicar seus próprios interesses, a partir de adaptações e negociações com estas potências. Cf.: SÁ, Magali Romero de; SÁ, Dominichi Miranda de; SILVA, André Felipe Cândido da. (orgs.). *As ciências na história das relações Brasil-EUA*. 1. Ed., Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2020.

⁴⁸Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, no Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1882. Foi deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, deputado federal, Ministro da Fazenda durante o governo Washington Luiz, presidente do Rio Grande do Sul, candidatando-se à presidência em 1930. Ao perder as eleições para Júlio Prestes, em uma eleição repleta de suspeitas de fraudes, Vargas e seus aliados dão um golpe de Estado, conhecido como “Revolução de 1930”. Torna-se chefe do Governo Provisório, de 1930 a 1934, posteriormente assumindo o governo constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), período em que Vargas torna-se um ditador, a partir de um novo golpe de estado autoritário. Foi deposto em 1945, sendo eleito para um novo mandato em 1950. Suicidou-se em 24 de agosto de 1954, frente às pressões políticas sofridas pela oposição. Ver: VARGAS, Getúlio. *Dicionário- Histórico Bibliográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, 2009.

⁴⁹Segundo Cervo e Bueno, o Brasil procurou tirar proveito da disputa existente entre Estados Unidos e Alemanha, que configuravam dois blocos de poder. Segundo os autores, a indefinição brasileira permitiu ao país tirar vantagens econômicas e comerciais. A Alemanha necessitava das matérias primas e do mercado brasileiro, o que explicaria as facilidades proporcionadas ao Brasil. Por outro lado, os EUA buscavam obter o apoio do Brasil devido a fatores como a sua posição geográfica e seus minérios. Este cenário permaneceria até 1942, quando a Alemanha retrai sua presença comercial na América do Sul, devido à Segunda Guerra, assim como o Brasil se viu pressionado por razões internas, como, por exemplo, a pressão popular. Estes fatores levaram o governo brasileiro a abandonar a relação com os alemães, alinhando-se aos EUA em fins de 1941, início de 1942. Cf.: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. *Op.cit.*, 2002. p.269.

⁵⁰Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina, Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902. Formou-se médico em 1927 e foi deputado federal, prefeito de Belo Horizonte, governou o estado de Minas Gerais. Chega à presidência do país em 1956, permanecendo no cargo até 1961. Um de seus atos mais marcantes foi a construção da cidade de Brasília como nova capital do país. Juntamente com Carlos Lacerda e João Goulart formou a Frente Ampla, buscando a redemocratização do Brasil durante a Ditadura Civil- Militar (1964-1985). Faleceu em 22 de

1961), assim como no governo Vargas, havia a forte crença de que as relações internacionais, sobretudo com os Estados Unidos, eram fundamentais para vencer o subdesenvolvimento. Defendia-se fortemente o recebimento de capitais e recursos tecnológicos por meio de cooperação internacional, assim como a ampliação do mercado exterior do Brasil, buscando o aumento da capacidade de importação de bens e equipamentos necessários ao desenvolvimento (Cervo; Bueno, 2002).

A política externa tornou-se, assim, ponto central nos programas contra o subdesenvolvimento no governo JK. (Cervo; Bueno, 2002). A partir da segunda metade da década de 1950 é posto em voga, portanto, um projeto de desenvolvimento dependente e associado aos capitais internacionais, a fim de dispor de condições para o empreendimento de um surto industrial no país. Foi o chamado nacional-desenvolvimentismo, sob o lema: “50 anos em 5” (Reis, 2014). A proposta de governo de JK era a de modernizar o país a partir do aprofundamento da inserção do Brasil no mundo capitalista, mediante a intensificação do processo de industrialização e da integração do território brasileiro. Seu Plano de Metas refletia o seu “otimismo desenvolvimentista”, projeto político e econômico que reforçava o papel do estado (Hochman, 2009: 313-331).

Neste cenário, a partir da década de 1960, o governo brasileiro buscou ampliar a cooperação técnica internacional, pois a considerava um fator relevante para a mudança de perfil de desenvolvimento do país. Àquele momento havia certo conhecimento de que o modelo de desenvolvimento adotado até então estava estritamente relacionado ao crescimento econômico, sem levar em consideração os aspectos sociais. Desta forma, buscou-se atribuir a esta cooperação técnica a função específica de disseminar os efeitos sociais do desenvolvimento (Cervo, 1994).⁵¹

agosto de 1976, em um acidente de automóvel. Ver: KUBITSCHKEK, Juscelino. *Dicionário- Histórico Bibliográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, 2009.

⁵¹Sobre os efeitos sociais do desenvolvimento destaca-se o pensamento de Celso Furtado. A partir de sua análise, o desenvolvimento é pensado a partir de uma perspectiva histórica e internacional, baseado na relação Centro/Periferia, estabelecida a partir de uma organização global assimétrica. O subdesenvolvimento teria um caráter permanente, no qual se destacaria a dependência em relação aos países desenvolvidos, o atraso e a má distribuição de renda. Neste panorama, ocorre a importação de padrões de consumo externo, sendo a desigualdade necessária à manutenção deste sistema. Neste sentido, o subdesenvolvimento estaria sendo reproduzido a partir do mercado, tendo o crescimento econômico um caráter limitado devido, sobretudo, à dependência e às relações externas. A partir de uma análise histórica, observou-se então, um sistema estrutural que se reproduz ciclicamente, não sendo o subdesenvolvimento um estágio passageiro e superável para o desenvolvimento. Cf.: FURTADO, Celso. O Subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da Unicamp, nº 1, agosto de 1992.

1.4- A cooperação técnica como meio de modernização

A assistência técnica, no período estudado, era tida como uma das propulsoras do desenvolvimento. Como destaca Vanessa Mello, esta ideia, inclusive, foi difundida no Programa Ponto IV, já citado anteriormente, quando Truman defendeu o uso de tecnologias que fossem capazes de aumentar a produção de alimentos, elevando o padrão de vida das populações do Terceiro Mundo. Caberia, então, aos Estados Unidos fornecer os conhecimentos técnicos para que os países mais pobres desenvolvessem suas indústrias nacionais e alcançassem seu desenvolvimento econômico. Para a autora, o Programa Ponto IV foi responsável por institucionalizar a assistência técnica a partir da cooperação internacional, embora desde o início do século XX já existissem instituições que promoviam ajuda internacional em diversos países da América Latina, como é o caso da Fundação Rockefeller (Mello, 2017: 24).

A Fundação Rockefeller desenvolveu fortes laços no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Nelson Rockefeller⁵² teve grande atuação na campanha da terceira reeleição de Roosevelt, em 1940. O milionário havia doado cerca de 25 mil dólares à campanha do presidenciável, exercendo forte influência em seu plano de governo, sendo favorável a uma urgente aproximação com a América Latina, com ênfase na cooperação internacional. Após sua reeleição, Roosevelt reelaborou sua política para a América Latina e Nelson Rockefeller teve um papel relevante nesta política. O filantropo possuía várias críticas à burocracia estabelecida na política norte-americana para tratar das relações com a América Latina. Acreditava que a maneira mais eficiente de ampliar as relações no continente seria através da adoção de medidas que promovessem uma cooperação estreita, econômica e cultural com todos os governos da região, o que seria possível alcançar através de um salto qualitativo na vida dos povos latino-americanos, com a adoção de medidas em que estavam incluídas a compra da produção agrícola e mineral locais. O objetivo seria controlar, de forma pacífica, as relações estabelecidas, sobretudo, pela Política da Boa Vizinhança. As ideias de Rockefeller foram aceitas pelo governo americano e, em 1940, passou a dirigir o *Office for Coordination of Commercial and*

⁵²Nelson Rockefeller (1908-1979) era o segundo filho de John Rockefeller Jr., da multimilionária família dona da *Standart Oil Company*, presente em vários países da América Latina. Atuou em diversos projetos de filantropia, atrelados à fundação de sua família, a Fundação Rockefeller. Nelson foi o idealizador da *American International Association for Economic and Social Development (AIA)*, citada anteriormente, e, através desta agência, construiu um diálogo com diversos atores e grupos sociais durante as décadas de 1940 e 1950. Sobre a atuação de Nelson Rockefeller ver: TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. *Op.cit.*, 2014; TOTA, Pedro Antonio. *O imperialismo sedutor: a americanização no Brasil na época da Segunda Guerra*. *Op.cit.*, 2000; SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. *Op. Cit.*, 2009.

Cultural Relations between the Americas, que no ano seguinte passaria a se chamar *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) (Tota, 2000).⁵³

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, Nelson coordenou as atividades do OCIAA no Brasil, criando relações com governos e empresários brasileiros, tornando a América Latina o seu território de atuação. Ficaria no cargo até 1944, quando, por ocasião da aproximação do final da Segunda Guerra Mundial, deixou a instituição. Com o fim da guerra e a atenção norte-americana voltada para a Europa, os recursos destinados pelo governo americano à América Latina diminuiriam consideravelmente. No entanto, Rockefeller continuou a exercer suas atividades, não abandonando os programas criados para toda a América ao longo do conflito, tendo em vista que a região representava a sua área de atuação, assim como a sua possibilidade de ascensão política. Aproveitando as relações feitas ao longo da guerra, Rockefeller criou condições para continuar alguns programas, que, entretanto, deixariam de representar acordos entre o governo americano e o brasileiro, passando a iniciativas filantrópicas privadas. Assim, seria um dos fundadores, em 1946, da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), instituição responsável por desenvolver projetos de cooperação técnica (Silva, 2009). Como destaca Pedro Tota, a finalidade da AIA era desenvolver a pesquisa técnico-científica. A crença era a de que, desde corretamente aplicada, a técnica poderia superar todos os problemas relacionados ao atraso econômico e à pobreza (Tota, 2014).

No Brasil, a atuação da agência destacou-se em programas de assistência técnica em agricultura, disseminados através de projetos agrícolas negociados entre a agência e o Estado brasileiro, assim como com demais grupos sociais envolvidos, como os agricultores. Claiton Silva argumenta que os projetos da AIA encontraram resistências e tiveram que se adaptar às realidades culturais e sociais nos locais em que eram implementados. O autor demonstra que, por vezes, os diferentes setores que dialogavam com esta agência se apropriavam de suas ideias e as levavam adiante conforme seus próprios interesses (Silva, 2009).

⁵³ No âmbito de criação da OCIAA, o objetivo norte-americano era acabar com a influência do Eixo no continente americano, promover a segurança de seu próprio país e garantir a posição dominante dos Estados Unidos na América Latina. Para alcançar tais objetivos, o OCIAA buscou promover intercâmbios cultural, técnico, científico e a aproximação das relações econômicas entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, sobretudo o Brasil. Buscava-se inserir os ideais estadunidenses em todos os setores possíveis dos países da América Latina, através de mecanismos como a difusão de imagens positivas da sociedade estadunidense e seus valores, o *American way of life*. Para tal foram utilizados distintos meios de comunicação, como o rádio, a imprensa, filmes etc. Cf.: MACEDO, Kárita Bernardo de. O “Office of the Coordinator of Inter-American Affairs” entra em cena: novas abordagens para uma Política de Boa Vizinhaça. *Encontro Nacional de História da Mídia*, 2013. TOTA, Pedro Antonio. *O imperialismo sedutor: a americanização no Brasil na época da Segunda Guerra*. *Op.cit.*, 2000.

No caso brasileiro, a AIA buscou implementar projetos inspirados nas experiências norte-americanas de crédito rural e extensionismo, buscando adaptar estas experiências às condições locais, pois acreditava-se que através desta adaptação seria possível o êxito agrícola nos países subdesenvolvidos (Silva, 2009).

O Estado de Minas Gerais foi especialmente alvo dos programas de cooperação técnica agrícola. Nelson Rockefeller chegou ao estado em 1948, considerando que ali existisse uma possibilidade maior de repetir o êxito da revolução agrícola americana. O governador mineiro, Milton Campos havia sido eleito há apenas alguns meses, assumindo uma política de implantação de medidas democráticas e de reformas econômicas. No campo agrícola, o governo mineiro havia criado um instituto de pesquisa agrônômica, a Estação Central de Experimentação Vegetal e o Serviço de Cultura de Trigo. Tais medidas agradavam a Nelson Rockefeller que encontrou um cenário favorável à concretização do que propunha: o fornecimento de ajuda financeira aos agricultores, através de empréstimos bancários baratos, com o objetivo de promoção de modernas técnicas agrícolas. Com este intuito foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), fruto de acordo entre o governo de Minas Gerais e a AIA. Esperava-se que o agricultor tivesse ajuda e suporte para melhoria de sua condição de vida, através de empréstimos a juros baixos, fornecimento de vacinas e medicamentos para os animais, orientações sobre alimentação e higiene e ensinamentos sobre como racionalizar a produção agrícola. Tudo isso seria proporcionado pelos técnicos da ACAR (Tota, 2014).

A atuação da ACAR teve o auxílio de clubes juvenis que buscavam difundir a organização e ética no campo entre adolescentes. Foram os chamados 4S (saber, sentir, servir, saúde) que ensinavam como plantar, vacinar animais, lavar alimentos etc. Tais clubes foram criados por sugestão da AIA, inspirados nos 4H estadunidenses (*head, heart, hands, health*), clubes rurais criados no início do século XX que ensinavam a jovens o trato das atividades agrícolas (Tota, 2014).

Após o fim do mandato de Milton Campos, Juscelino Kubitschek assumiu o governo mineiro, dando continuidade ao acordo entre o estado e a ACAR. Mais tarde, ao assumir a presidência da república, JK assinou um acordo com Nelson Rockefeller, ampliando a experiência da ACAR para todo o país. Foi criada então, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR), que passou a contar com especialistas brasileiros, estadunidenses e de outras nacionalidades, responsáveis por assistir membros de organizações filiadas (Tota, 2014).

A cooperação técnica no período analisado não se deu de forma unívoca. Como destaca Silva, o discurso do período era de que o desenvolvimento agrícola nos países subdesenvolvidos deveria ser promovido a partir de múltiplos esforços, tanto privados, quanto públicos, como programas de ajuda externa dos Estados Unidos, de instituições de ensinos particulares, da igreja e de agências como a FAO (Silva, 2009). Ao analisarmos jornais do período, foi possível observar também o papel desempenhado pela FAO no que diz respeito à cooperação técnica internacional. Constantemente a sua atuação era reportada em diversos periódicos, sempre de uma maneira positiva, destacando os feitos da agência, tanto no Brasil, como na América Latina. Como exemplo, pode ser mencionada reportagem do jornal *Correio da Manhã*:

Os pequenos agricultores de 200 municípios de 12 Estados do Brasil deverão trocar em breve os velhos processos de agricultura ainda colonial, pelas modernas técnicas destinadas a apagar, definitivamente, a imagem do Jeca Tatú. O plano, que será executado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e suas filiadas, sob a orientação da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), inclui a concessão de créditos e o estabelecimento de um sistema considerado revolucionário: o sistema cooperativo.

Os técnicos partirão do princípio de que todos os manuais de agricultura, elaborados em gabinetes fechados servem apenas para bibliotecas e exposições. O método será o do “aprender fazendo”, o único de acordo com a realidade brasileira, onde o homem do campo jamais poderia servir-se de manuais, pela simples razão de ser analfabeto.⁵⁴



Figura 1: Foto presente na matéria do Jornal *Correio da Manhã*, cuja legenda diz: “Modifica-se o Panorama rural: o pequeno agricultor já tem quem o oriente como tratar da lavoura e do gado”. Fonte: *Correio da Manhã*, 1 de janeiro de 1960, p. 41.

⁵⁴ *Correio da Manhã*, 1 de janeiro de 1960, p.41.

Técnica vai acabar com história do Jéca-Tatú

Título de reportagem do Jornal *Correio da Manhã* em referência à campanha orientada pela FAO no Brasil para a cooperação técnica na agricultura. Fonte: *Correio da Manhã*, 1 de janeiro de 1960, p. 42.

A mesma reportagem aponta a presença da FAO em diversos estados brasileiros, através da atuação de técnicos vinculados às associações de assistência rural, que estariam desenvolvendo atividades junto aos agricultores e pecuaristas, visando a assistência econômica e difusão de ensinamentos sobre as novas técnicas. São mencionados na matéria a concessão de empréstimos supervisionados e o atendimento a milhares de famílias através dos programas de extensão. Só a assistência em Minas Gerais teria instalado 71 escritórios, concedido 7 mil empréstimos supervisionados, atendendo a cerca de 300 mil famílias e organizado 62 clubes 4-S. Bolsas de estudo eram concedidas a estrangeiros, no âmbito do Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, direcionado ao setor agrícola. No caso brasileiro, tais bolsas eram parcerias entre a FAO e ABCAR. Em 1960, por exemplo, foram concedidas bolsas de estudos a dois técnicos colombianos, um argentino e um nicaraguense. Por vezes, técnicos brasileiros também eram contemplados com tal benefício.⁵⁵ Além da cooperação técnica promovida pela FAO, foi possível observar a promoção de diversos programas, assim como a divulgação de inúmeras pesquisas com dados e estatísticas sobre o problema da fome no Brasil. Eram também promovidas campanhas específicas para o combate à fome, destinadas não só ao Brasil, mas a diversos países, sobretudo os subdesenvolvidos.

⁵⁵ NOVAS bolsas de estudos a técnicos estrangeiros. *Última Hora*, 18 de janeiro de 1960, p.13.

AULA DE ORTICULTURA EM UM CLUBE "4-S" EM MINAS GERAIS



Imagem demonstrando as atividades do Clube 4-S em Minas Gerais. Fonte: *Correio da Manhã*, 1 de janeiro de 1960, p. 42.

"APRENDER-FAZENDO": A MELHOR MANEIRA DE ENSINAR



Figura demonstrando a cooperação técnica promovida pela FAO através do clube 4-S. Fonte: *Correio da Manhã*, 1 de janeiro de 1960, p. 42.

Como pode ser observado, por vezes, a imagem do agricultor tradicional e seus métodos, foi associada ao subdesenvolvimento e ao atraso, algo que deveria ser superado. Na reportagem acima, inclusive, o agricultor brasileiro é comparado à figura do Jeca Tatu⁵⁶, que representava um homem improdutivo e atrasado. Por outro lado, acreditava-se que, por meio da cooperação técnica, aliada ao uso de novas tecnologias e novas técnicas agrícolas, como o uso de adubos químicos e agrotóxicos, o desenvolvimento poderia ser alcançado.

Os jornais também apontavam programas de crédito rural, instituídos a partir de parcerias entre o governo brasileiro e agências multilaterais, como o BID (Banco Interamericano de desenvolvimento). O *Jornal do Comércio*, de 13 de janeiro de 1962, traz informações sobre a “Operação Aliança”, que diz respeito à supervisão do crédito rural no país. A reportagem afirma que o crédito supervisionado no estado de Minas Gerais seria um dos mais “adiantados”, envolvendo serviços técnicos de engenheiros agrônomos, médicos-veterinários, sociólogos, arquitetos, economistas e especialistas em economia doméstica. O crédito supervisionado seria um sistema de promoção econômica, uma vez que uma de suas finalidades principais seria fornecer uma combinação de elementos produtivos, não só no que diz respeito a bens materiais no campo, mas também em relação “à dignificação do homem, da família e do meio social em que vivem.” Segundo a matéria, o extensionismo rural teria extrema importância para o desenvolvimento econômico e social das famílias rurais. O “progresso” da atividade agrícola e do meio rural empreendido em alguns países, como os EUA, teria sido possível graças à extensão, pois outras medidas para o desenvolvimento agrícola, como o crédito, só poderiam obter resultados positivos “quando está preparado o caminho para o êxito.”⁵⁷

Finalizando a matéria:

⁵⁶Desde início do século XX, sobretudo a partir das obras *Velha Praga* (1914) e *Urupês* (1919) de Monteiro Lobato, a figura do Jeca Tatu passa a ser associada, de forma racista, estereotipada e preconceituosa, ao homem do campo, quando era imputada a este a culpa pela miséria e atraso do país. A partir desta perspectiva, homens livres e pobres do campo eram vistos como improdutivos, inconstantes, preguiçosos, arreados, atrasados e ignorantes, além de serem constantemente responsabilizados pelo atraso econômico do país. Cf.: CAMPOS, André Luiz Vieira. Terra, trabalho e progresso na obra de Monteiro Lobato. *Revista Brasileira de História*, vol.6, nº 12, março-agosto de 1986; HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. “Pouca saúde e muita saúde”: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004; SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.183-203. SILVA, Claiton Marcio da. Os outros são o atraso: populações rurais e modernização agrícola em Minas Gerais (1950-1960). In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. 1ªed, Rio de Janeiro: Mauad X, 2015; PEREIRA, João Baptista Borges; QUEIROZ, Renato da Silva. Por onde anda o Jeca Tatu? Arcaísmo e modernidade no contexto agrário. *REVISTA USP*, São Paulo, n.64, p. 6-13, dezembro/fevereiro 2004-2005.

⁵⁷ CRÉDITO rural na Operação –Aliança: declarações do Sr. Alfonse Rochac, Diretor – executivo do BID. *Jornal do Comércio*, 13 de janeiro de 1962, 1º caderno, p.8.

A extensão [...] é o principal ingrediente do desenvolvimento econômico e social entre agricultores que, quando crianças ou jovens, não foram beneficiados com um grau desejável de ensino. As demais medidas, como complementares, são aceleradoras desse desenvolvimento. Quando se conjugam crédito e educação, os resultados são maiores e mais rápidos que quando um só é aplicado separadamente.⁵⁸

Outra reportagem, também do *Jornal do Comércio*, dá conta de um pedido do Brasil junto ao BID, a quantia de Cr\$ 50 bilhões para projetos no campo. Três projetos que totalizariam o valor abordado teriam sido encaminhados ao BID, através de uma missão da FAO, que visitaria o Brasil naquela semana. Competiria à FAO a análise de projetos agrícolas destinados ao BID, e, caso fossem aprovados, seriam encaminhados ao banco para financiamento.⁵⁹

Ao analisarmos os jornais do período, observa-se então, a crença de que seria possível alcançar uma agricultura moderna a partir da concessão de empréstimos, aliados ao extensionismo rural. Nesta perspectiva, podemos concluir que o pequeno agricultor era tido como alguém ignorante, responsável pelo grande atraso no país e que deveria ser um ser passivo, pronto a ser ensinado por técnicos qualificados para o desenvolvimento agrícola e consequente desenvolvimento econômico do país. O conhecimento tradicional dos homens do campo, muitas vezes passado de pais para filhos, era tido como algo totalmente equivocado e que deveria ser superado.

A política de crédito rural do Estado brasileiro foi ampliada a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, já durante a ditadura civil-militar brasileira⁶⁰. Este sistema passou a atuar como um instrumento governamental no “atendimento das diretrizes traçadas para o setor agrícola”. O crédito agropecuário cresceu de Cr\$ 6.652 milhões para 45.775 milhões entre 1965 e 1974, o que representava um aumento de 588%. Do total de financiamentos concedidos pela rede bancária brasileira, a participação do setor agropecuário cresceu, no mesmo período, de 8% para 25%.⁶¹ Tal política de concessão de crédito rural trouxe resultados imediatos no que diz respeito, por exemplo, ao consumo de agrotóxicos no país: em um período de 10 anos, entre 1964 e 1974, os números saltaram de 16 mil toneladas para mais

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ BRASIL pede ao BID 50 bilhões para projetos no campo. *Jornal do Comércio*, 5 de agosto de 1965, 1º caderno, p. 8.

⁶⁰ O Regime Civil-Militar brasileiro foi implantado no Brasil a partir de um golpe militar que derrubou o presidente eleito João Goulart, em fins de março e começo de abril de 1964, encerrando a experiência democrática iniciada em 1945. O regime resultou de um cenário complexo, estabelecido a partir de uma “ampla aliança social” entre civis e militares, também apoiado pelos Estados Unidos da América. Foi um período marcado pelo fim das liberdades individuais, censura, autoritarismo e forte repressão. Teve 21 anos de duração. Cf.: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. *Op.cit.*, 2014.

⁶¹ BRASIL, Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE. Principais decisões (normas e programas) adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, após apreciação no CDE. Julho a dezembro de 1975. Dossiê Programa Nacional de Defensivos Agrícolas – CDE, Fundo Paulo Barragat, p. 14.

de 100 mil toneladas anuais. Estas substâncias passavam a ser isentas de alguns impostos e, além disso, o Sistema Nacional de Crédito Rural condicionava a concessão de crédito aos agricultores com a destinação obrigatória de 15% do valor para a compra de insumos agrícolas (Lignani; Brandão, 2022: 341-342). Neste cenário, contribuía a consolidação de um complexo sistema de extensão rural, coordenado pela ABCAR, que possuía escritórios regionais atuando diretamente com as populações rurais locais. O custeio para atuação destes escritórios era garantido pelo governo federal (65%) e pelos governos estaduais, municipais e entidades privadas (40%). No ano de 1965, mesmo ano da implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural, existiam 16 serviços estaduais de extensionismo rural distribuídos nos estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Reportagem do *Correio da Manhã*, aponta como se dava o funcionamento de tal sistema:

Os serviços de extensão atuam no meio rural através de unidades de campo denominadas Escritórios Locais, que cobrem uma área de trabalho geralmente correspondente a um município ou, em alguns casos, a dois municípios. Na instalação do serviço em novas áreas, os escritórios são, de preferência, localizados próximos uns aos outros, de modo a permitir sua eficiente e constante supervisão, a cargo de um escritório regional.

Os Escritórios Locais constituem realmente as unidades de trabalho do Sistema de Extensão Rural. Em cada um deles encontra-se uma equipe técnica, composta de dois extensionistas, sendo um para a agricultura e o outro para a economia doméstica. O primeiro é um engenheiro agrônomo ou, em certos casos, médico veterinário, ou técnico agrícola. O outro é, geralmente, uma professora diplomada, assistente social, nutricionista ou moça que, possuindo curso secundário ou correspondente, tenha alguma especialização em economia doméstica. As tarefas burocráticas são realizadas, no Escritório Local, por um funcionário administrativo.

Cada escritório regional é dirigido por uma equipe de extensionistas cuja função é coordenar, orientar e incentivar o trabalho na região. Ao escritório estadual ou central incumbe fixar as diretrizes básicas de trabalho, coordenar a execução do programa, no estado, bem como adotar as medidas técnicas e administrativas de suporte ao pessoal de campo.

Está vinculada à estrutura do Sistema ABCAR uma rede constituída por quatro Centros de Treinamento, localizados em Viçosa (MG), Recife (PE), Florianópolis (SC) e Pelotas (RS), com o objetivo de dar capacitação inicial e em serviço aos técnicos.⁶²

Embora anteriormente já existissem iniciativas a fim de difundir o modelo agrícola norte-americano, no Brasil, é a partir das décadas de 1960 e 1970, sobretudo a partir da implementação do regime civil-militar, que passa efetivamente a ocorrer uma modificação estrutural, centrada na instalação de um novo modelo calcado na inserção de novas técnicas

⁶² O SISTEMA de extensão rural. *Correio da Manhã*, 26 de março de 1965, 2º Caderno, p. 3.

agrícolas (Melo, 2017: 36). Importante mencionar, neste cenário, a criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em 1972, com o objetivo de promoção de pesquisa científica em prol da modernização agrícola do país, através da inserção do pacote tecnológico característico da Revolução Verde.⁶³

Neste período se consolida um parque industrial, aliado ao chamado “milagre econômico” e o estabelecimento de um sistema de crédito rural; elementos que vão transformar profundamente as bases produtivas agrícolas e o meio rural: ampliaram a concentração de terra, a crescente mecanização levou à gradativa expulsão de mão de obra campesina, ampliando um forte processo de êxodo rural (Martine, 1991: 9-10). Tal processo está relacionado ao que Graziano chamou de:

processo histórico de passagem da agricultura brasileira do chamado complexo rural para uma dinâmica comandada pelo complexos agroindustriais. A substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (Silva, 1998: 1).

Como principal estratégia estava, portanto, a modernização associada à dependência financeira e a integração com uma indústria agrícola, sobretudo aquelas de tratores e agrotóxicos, fazendo com que o agricultor ficasse totalmente subordinado a estas novas técnicas e tecnologias. Como em outros contextos nacionais, como o México, por exemplo, tal modernização levou à exclusão. Este modelo foi implantado com o objetivo de superação do modelo tradicional, e toda a estrutura social, produtiva e ambiental deveria estar preparada para a introdução destas técnicas modernizantes. Para este fim, projetos governamentais visavam inserir um novo padrão técnico de produção, distante das realidades produtivas no país (Souza, 2011: 233-235).

Diante de tal cenário, a modernização da agricultura no Brasil foi promovida no país mantendo a concentração de terras, ampliando um processo de exclusão e marginalização das populações mais pobres em relação à transformação gradativa do mundo rural (Silva, 1982; Silva, 2000; Klanovicz, 2007; Luzzi, 2007; Souza, 2011). Políticas de modernização subsidiaram o crédito agrícola e estimularam a implantação de uma indústria voltada à produção de agrotóxicos no país, não levando em conta as necessidades estruturais, assim como o despreparo do trabalhador rural para as novas tecnologias com difícil execução. Além disso, as

⁶³ Sobre a criação da Embrapa, ver: MELLO, Vanessa Pereira da Silva e; SÁ, Dominichi Miranda de. Science and the Green Revolution in the Brazilian Amazon: The Establishment of Embrapa during of the Civilian-Military Dictatorship and the Emergence of Environmental Movements (1972-1991). *Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 12(2), 2022.

instituições públicas voltadas à proteção ambiental e à saúde dos trabalhadores eram extremamente ineficientes. (Soares; Porto, 2007).

1.5 – O Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA): o Brasil rumo à liderança mundial no consumo de agrotóxicos

No âmbito do governo civil - militar, especificamente no governo Geisel (1974-1979), foi criado o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), em agosto de 1975, um claro incentivo à produção e consumo de agrotóxicos em território brasileiro. O programa previa investimentos da ordem de Cr\$1,3 bilhão, no período de 1975 a 1980, e objetivava a elevação da participação da produção nacional na demanda interna de agrotóxicos. Esperava-se elevar a produção nacional de 22% em 1974, para 50% em 1980. Fazia parte das diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que determinava a execução de novos programas a fim de promover, progressivamente, a autossuficiência nacional na produção de insumos agrícolas.⁶⁴

Como destacam Lignani e Brandão, o objetivo do programa era reduzir a dependência de importações, visto que o Brasil, àquele momento, crescia como mercado consumidor de agrotóxicos. Apenas poucos princípios ativos, isto é, substâncias químicas com as propriedades biocidas que dão origem a produtos formulados, eram produzidos em território nacional (Lignani; Brandão, 2022: 338). No contexto de criação do PNDA, o consumo de agrotóxicos (incluindo inseticidas, fungicidas e herbicidas) havia passado de 16,2 mil toneladas em 1964 para 101 mil toneladas em 1974. Porém, a produção nacional expressava uma mínima parcela no fornecimento destes produtos: até 1958 eram produzidos apenas os inseticidas BHC⁶⁵ e Parathion⁶⁶, e, naquele ano, foi iniciada a produção de DDT, que àquele momento era a

⁶⁴BRASIL, Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE. Principais decisões (normas e programas) adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, após apreciação no CDE. Julho a dezembro de 1975. Dossiê Programa Nacional de Defensivos Agrícolas – CDE, Fundo Paulo Barragat/DAD/COC-Fiocruz, p. 5.

⁶⁵ O BHC é um inseticida altamente tóxico, proibido no Brasil em 1985. A sigla vem do nome em inglês *Benzene Hexachloride* e é um produto utilizado para combater pragas na lavoura e, ao entrar em contato com a pele, pode causar danos irreversíveis ao sistema nervoso central. Foi bastante utilizado nas lavouras de café do Paraná. Cf.: Veneno proibido no Brasil é levado do Paraná ao Rio para ser incinerado. *O Globo*, Portal RPC, 11 de novembro 2011.

⁶⁶ O parathion é uma substância organofosforada, uma das muitas substâncias criadas para substituição de produtos organoclorados. Os organofosforados seriam menos persistentes na atmosfera, sendo mais fácil o seu uso para tratamento de problemas orgânicos. São utilizados de um modo geral na piscicultura. cf.: CRUZ, Claudinei; NETO, Joaquim G; MENEZES, Manoel Lima de. Toxicidade aguda do inseticida paration metílico e do biopesticida azadiractina de folhas de neem (*azadirachta indica*) para alevino e juvenil de pacu (*Piaractus mesopotamicus*). *Pesticidas: R.Ecotoxicol. e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 14, p. 93-102, jan./dez. 2004; MACHADO, Marcelo Rubens; FANTA, Edith. Effects of the organophosphorous methyl parathion on the branchial epithelium of a freshwater fish *Metynnis roosevelti*. *Braz. arch. biol. technol.*, Curitiba, v.46, n.3, p.361-372, June 2003. .

substância química mais produzida no Brasil. Em 1967 havia sido iniciada a produção de fungicidas e a de herbicidas em 1973. Em 1975, ano de criação do programa, a produção interna girava em torno dos seguintes produtos: BHC, DDT, Parathion, Maneb, Oxiclreto de Cobre, Ziram, Thiram e Propanil, crescendo de 4 mil toneladas em 1964, para 22 mil toneladas em 1974, ainda representando um valor baixo comparado ao consumo total nacional. Portanto, a maior parte dos princípios ativos utilizados no Brasil advinha de indústrias estrangeiras.

O documento de criação do PNDA apresenta o argumento de que a produção nacional seria limitada, sobretudo quanto ao número de “defensivos” produzidos, sendo insuficientes para o controle de todas as variedades de insetos, fungos e ervas daninhas que estariam “infestando” a lavoura brasileira.⁶⁷ Ênfase é dada à importância de redução da dependência nacional em relação às importações de “defensivos agrícolas”. Para a execução do plano foi criado o Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento, integrado por membros dos ministérios da Indústria e do Comércio, da Agricultura, Fazenda e Saúde, que ficariam encarregados de: I) ampliar os estudos e ações, em nível nacional, sobre a toxicidade dos defensivos para a humanidade e os animais e sobre o efeito dos resíduos e suas consequências biológicas; II) estabelecer controles, através de laboratórios, no tocante ao efeito de defensivos sobre os alimentos; III) realizar o levantamento sistemático das pragas e doenças de importância econômica e sua resistência aos defensivos agrícolas; IV) determinar os danos causados pelos insetos, doenças e ervas daninhas para diferentes áreas, em culturas de importância econômica; V) levantar as taxas de utilização de defensivos para cada cultura, visando a estabelecer a demanda ideal e a economicidade de seu emprego, para cada cultura; VI) estabelecer as especificações nacionais para a caracterização dos defensivos, visando aos controles de qualidade; VII) criar o Centro Nacional de Pesquisas de Produtos Fitossanitários; VIII) intensificar e ampliar as campanhas de utilização adequada de defensivos, visando à proteção do aplicador, à diminuição dos resíduos e a proteção do meio ambiente; IX) promover estudos visando à concessão de prioridade às indústrias de defensivos agrícolas, quanto à disponibilidade de matérias-primas nacionais, sempre que se configure situação de déficit em relação à demanda; X) promover estudos visando estimular a indústria nacional para a produção, no país, daquelas matérias-primas necessárias à expansão da oferta interna de

⁶⁷ BRASIL, Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE. Principais decisões (normas e programas) adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, após apreciação no CDE. Julho a dezembro de 1975. Dossiê Programa Nacional de Defensivos Agrícolas – CDE, Fundo Paulo Barragat/DAD/COC-Fiocruz, p. 5 e 6.

defensivos; XI) promover outras medidas, de interesse para a execução dos objetivos do programa⁶⁸.

Em relação às perspectivas do II PND, esperava-se que houvesse uma expansão da oferta de produtos agrícolas a partir do crescimento da área cultivada e de uma maior produtividade. A expansão da área cultivada se daria a partir da implantação de uma infraestrutura que permitisse o “deslocamento” da fronteira agrícola e através do uso de terras menos produtivas que seriam disponibilizadas para o uso agrícola. Por outro lado, os “ganhos de produtividade” seriam em decorrência da introdução de melhorias nos processos produtivos e de comercialização, permitindo atender melhor às demandas do mercado interno e criar condições mais favoráveis à competição no mercado internacional. Como resultado, esperava-se a expansão da demanda interna, a substituição de importação de produtos agrícolas e o aumento de exportações. O discurso era de que seria alcançada uma melhoria na distribuição de renda no setor agropecuário, a partir de melhoria na remuneração da força de trabalho e ampliação do acesso aos elementos produtivos, a programas de educação formal e técnica, e programas de saúde e nutrição.⁶⁹

O programa ainda afirmava que o adequado aproveitamento da terra seria obtido através de estímulo a especializações, execução de uma reforma agrária e de programas de redistribuição de terras, sobretudo em áreas em que distorções de propriedades fundiárias fossem obstáculos ao desenvolvimento agrícola, no que se refere à produção e ao bem estar do trabalhador. Também é mencionado o “alargamento” da fronteira agrícola, principalmente no Centro-Oeste (inclusive nas regiões dos cerrados), no Nordeste (principalmente nos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia) e no Norte do país. No sul deveria haver a liberação de áreas de pastagens, através do uso de tecnologia. Uma melhor “utilização” da terra permitiria também a expansão nas áreas tradicionais. Em áreas pouco ocupadas, o programa previa estimular fluxo migratório, promovendo a ocupação de terras ao longo das rodovias, “aproveitando o potencial de terras disponíveis e incorporando-as ao processo produtivo”. O discurso era de que a agricultura brasileira seria transformada até o final da década, em “um setor dinâmico e moderno comparado ao que é observado em países de maior grau de desenvolvimento”. Em curto prazo, esperava-se o desenvolvimento do setor agrícola através de uma rápida introdução

⁶⁸ *Ibidem*, p. 7 e 8.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 15.

de técnicas agrícolas modernas. Em longo prazo, pesquisas deveriam ser promovidas, sendo incorporadas aos processos produtivos e de comercialização.⁷⁰

Na tabela abaixo podemos observar as projeções para a produção nacional nos anos seguintes à criação do II PND:

| Fator de Produção | 1974 (1) | 1979 (2) |
|--|-----------------|-----------------|
| Fertilizantes (mil toneladas) | 1600 | 3100 |
| Defensivos (mil toneladas) | 101 | 215 |
| Tratores em operação (mil unidades) | 254 | 510 |
| Terra (milhões de hectares) | 42 | 50 |

Dados do II PND sobre utilização e estimativa de fatores de produção da agricultura brasileira. O ano de 1974 foi observado e o de 1979, projetado.

Sobre o uso de “defensivos”, o programa trouxe dados, afirmando a importância econômica de tal uso. Segundo o documento, a agricultura moderna dependeria de determinados fatores de produção para o aumento da produtividade. Os fatores seriam as máquinas agrícolas, fertilizantes e corretivos, variedades de sementes melhoradas, irrigação e defensivos. A FAO é citada, sendo afirmado que a agência vinha enfatizando a necessidade do aumento da utilização de “defensivos agrícolas”, a fim de superar “o desnível” entre a taxa de crescimento populacional e a produção de alimentos. Segundo a agência, estimava-se a perda de cerca de 30% da produção mundial por prejuízos causados por pragas e doenças. Abaixo podemos observar dados fornecidos pelo documento do PNDA em relação ao uso de agrotóxicos nas lavouras brasileiras e em nível mundial:

⁷⁰ *Ibidem*, p. 15 e 16.

| | |
|-------------|-----|
| Inseticidas | 49% |
| Acaricidas | 3% |
| Formicidas | 3% |
| Fungicidas | 16% |
| Herbicidas | 29% |

Dados do II PND sobre utilização de agrotóxicos no Brasil.

| | |
|-------------|-----|
| Inseticidas | 55% |
| Herbicidas | 30% |
| Fungicidas | 15% |

Dados da FAO sobre utilização de agrotóxicos mundial. Fonte:
II PNDA

Em relação ao principal objetivo do programa (expandir a produção interna de pesticidas e conseqüentemente reduzir a importação destas substâncias)⁷¹, podemos supor que a meta foi atingida parcialmente. Isto porque a produção interna de fato cresceu a partir do PNDA. Como destacam Lignani e Brandão, em 1974, 77% do total de pesticidas comprados no Brasil eram importados. Já em 1979, este número caiu para 50% (Lignani; Brandão, 2022). Enquanto no

⁷¹ Sobre esta discussão ver: SILVEIRA, José Maria F.J.; FUTINO, Ana Maria. O Plano Nacional de Defensivos Agrícolas e a criação da indústria brasileira de defensivos. *Agricultura em São Paulo*, v.37, n.3, p.129-146, 1990; ALVES FILHO, José Prado. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. *Op. Cit.*, 2002; PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio; SILVA, Leticia. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. *Revista de Economia*, Universidade Federal do Paraná, v.36, nº1, 2010; PELAEZ, V. M., DA SILVA, L. R., GUIMARÃES, T. A., DAL RI, F., & TEODOROVICZ, T. A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. *Revista Brasileira De Inovação*, 14, 2015, pp. 153-178; LIGNANI, Leonardo de Bem; BRANDÃO, Júlia Lima Gorges. A ditadura dos agrotóxicos: o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas e as mudanças na produção e no consumo de pesticidas no Brasil, 1975-1985. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, abr.-jun. 2022, p.337-359; LIGNANI, Leonardo de Bem. A ciência entre o “uso seguro” e a proibição dos agrotóxicos: toxicologia, políticas de saúde internacional regulamentação agrícola na trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (Brasil, 1937-1985). Tese (Doutorado Acadêmico em História das Ciências e da Saúde), Rio de Janeiro, 2022.

ano de 1974 se produziu um total de 13.719 toneladas de inseticidas⁷²; 7.8663 toneladas de fungicidas⁷³; e 886 toneladas de herbicidas⁷⁴, em 1980, ano final do PNDA, foram produzidas 50.295 toneladas de inseticidas⁷⁵, 40.046 toneladas de herbicidas⁷⁶ e 46.656 toneladas de fungicidas⁷⁷.⁷⁸

O objetivo principal do PNDA foi parcial no tocante à nacionalização da produção de princípios ativos de agrotóxicos. O que se observou nos anos que se seguiram ao PNDA foi a produção em território brasileiro apenas das últimas etapas de produção de agrotóxicos. Foram ínfimos os projetos com capital exclusivamente nacional e seguia sendo necessária a importação de matérias primas para a formulação final dos compostos comercializados no país. Os valores, em dólares, de gastos com as importações destes produtos primários, aumentou mais de dez vezes no período entre 1974 e 1980. Na prática, como em outros setores industriais, o que de fato ocorreu foi a abertura da indústria de pesticidas a inúmeras empresas transnacionais que produziam no Brasil apenas a etapa final da produção, concentrando as pesquisas de inovação e patentes nos seus países de origem (Lignani; Brandão, 2022: 352-353). Este cenário não foi exclusividade brasileira. A lógica expansionista de grandes conglomerados multinacionais do ramo tinha por característica estabelecer as atividades de pesquisa e inovação nos países sedes de suas matrizes e expandir filiais em países menos desenvolvidos, onde existiam brechas legislativas menos restritivas à produção e comercialização destes produtos, que, inclusive, já sofriam restrições e proibições nos países de origem destas empresas (Pelaez, 2015; Lignani; Brandão, 2022), caso dos organoclorados, o que iremos debater no próximo capítulo.

Nas tabelas abaixo⁷⁹ podemos observar as empresas dedicadas à fabricação de agrotóxicos no Brasil, em 1980:

⁷² Eram produzidas as substâncias: BHC, DDT e Parathion.

⁷³ Eram produzidas as substâncias: MANEB, Oxícloreto de Cobre, Ziram e Thiram.

⁷⁴ Era produzida a substância: Propanil.

⁷⁵ Foram produzidos: Butóxido de piperonila técnico, Extrato de piretro, Coumaphos técnico, Fenitrothion técnico, Fenthion técnico, Parathion etílico técnico, Trichlorfon técnico, Clorocanfeno técnico, BHC técnico, DDT técnico, Dichlorvos técnico, Dicrotophos técnico, Monocrotophos técnico, Dimetoato técnico, Dodecacloro técnico, Fosfato de Alumínio, Phorate técnico, Malathion técnico, Trichlorfon técnico, Aldicarb técnico.

⁷⁶ Foram produzidos: Ametrina técnica, Atrazina técnica, Simazina técnica, Diuron técnico, Propanil técnico, Butilate técnico, Molinate técnico, Vernolate técnico, Ácido 2,4 D técnico, Trifluralina técnica, Paraquat técnico, Sal isopropilamínico da N-fosfonometil Glicina.

⁷⁷ Foram produzidos: Calda Bordaleza, Hidróxido de cobre, Oxícloreto de cobre técnico, Maneb técnico, Thiram técnico, Ziram técnico, Sulfato de Cobre.

⁷⁸ Dados retirados do relatório: Conselho de Desenvolvimento Industrial: Indústrias químicas, Petroquímicas e Farmacêuticas. A indústria brasileira de defensivos agrícolas. Brasília, 1982. Dossiê Programa Nacional de Defensivos Agrícolas – CDE, Fundo Paulo Barragat/DAD/COC-Fiocruz p. 18-28.

⁷⁹ Dados retirados do relatório: Conselho de Desenvolvimento Industrial: Indústrias químicas, Petroquímicas e Farmacêuticas. A indústria brasileira de defensivos agrícolas. Brasília, 1982. Dossiê Programa Nacional de Defensivos Agrícolas – CDE, Fundo Paulo Barragat, DAD/COC-Fiocruz p. 18-28.

| Empresas produtoras de inseticidas existentes no Brasil em 1980 | |
|---|------------------------|
| Empresa | Localização |
| Pirisa-Piretro Industrial LTDA. | Taquara- RS |
| Bayer do Brasil S/A | Belford Roxo – RJ |
| Mathersa S/A | São Caetano do Sul- SP |
| S/A Indústrias Reunidas Matarazzo | São Caetano do Sul- SP |
| Hoechst do Brasil S/A | Suzano – SP |
| Labormax produtos químicos LTDA. | Indaiatuba- SP |
| Shell Química S/A | Paulínia – SP |
| Nortox Agroquímica S/A | Arapongas- PR |
| Paraquímica S/A | São Paulo – SP |
| Agroceres S/A | Matão – SP |
| Casa Bernardo S/A | Santos – SP |
| Cyanamid Química do Brasil LTDA. | Resende- RJ |
| Leivas Leite S/A | Pelotas – RS |
| Union Carbide do Brasil S/A | Cubatão- SP |
| Defensa - Indústria de Defensivos Agrícolas S/A | Taquari- RS |
| Walinter S/A | Araraquara – SP |
| Dinagro Agropecuária LTDA. | Ribeirão Preto-SP |
| M.L. Indústrias Químicas | Serrana – SP |

| Empresas produtoras de Herbicidas existentes no Brasil em 1980 | |
|--|--------------------------|
| Empresas | Localização |
| Ciba- Geigy Química S/A | Rio de Janeiro – RJ |
| CNDA- Companhia Nacional de Defensivos Agrícolas | Portão – RS |
| Stauffer Produtos Químicos LTDA. | Paulínia – SP |
| Dow Química S/A | Aratu – BA |
| Du Pont do Brasil S/A | Barra Mansa – RJ |
| Nortox Agroquímica S/A | Arapongas – PR |
| ICI Brasil S/A | Paulínia – SP |
| Bayer do Brasil S/A | Belford Roxo – RJ |
| Rohm and Haas Brasil LTDA. | Jacarei- SP |
| Indústrias Monsanto S/A | São José dos Campos – SP |
| Elanco Química LTDA. | Cosmópolis – SP |
| Defensa - Indústria de Defensivos Agrícolas S/A | Taquari – RS |

| Empresas produtoras de Fungicidas existentes no Brasil em 1980 | |
|--|--------------------|
| Empresas | Localização |
| Sandoz do Brasil S/A | Resende – RJ |
| Du pont do Brasil S/A | Barra Mansa – RJ |
| Rohm and Haas Brasil LTDA. | Jacarei – SP |
| Giulini Adolfo Mer Indústrias Químicas S/A | São Paulo – SP |
| CNDA - Companhia Nacional de Defensivos Agrícolas | Portão – RS |
| Produquímica | Suzano- SP |

Como podemos observar, grande parte das empresas do ramo de agrotóxicos instaladas no Brasil após o PNDA são multinacionais estrangeiras. Como demonstraram Lignani e Brandão, dos projetos implementados no âmbito do PNDA, a participação nacional seguiu pequena, visto que, dos 16 projetos industriais mais significativos postos em prática a partir de 1975, apenas 4 possuíam participação do capital nacional (Lignani; Brandão, 2022: 347).

A historiografia brasileira vem se dedicando a compreender as relações estabelecidas entre o governo civil-militar, o empresariado e o capital estrangeiro, demonstrando como o Estado brasileiro beneficiou e foi beneficiado a partir de parcerias que subsidiavam distintos

ramos da iniciativa privada, dentre eles o da indústria química. O elemento “civil”⁸⁰ presente no governo ditatorial, vem sendo justamente centrado na participação do empresariado, nacional e estrangeiro, nas agendas e ações pactuadas juntamente à cúpula militar que governou o Brasil ao longo dos 21 anos compreendidos entre 1964 e 1985. Exemplo disto pode ser visto na obra do historiador Pedro Campos, que realizou um estudo sobre as empresas de construção pesada ao longo da ditadura civil-militar. Para Campos, estudar o empresariado brasileiro, seus interesses e projetos, pode ajudar significativamente na compreensão do regime em questão, visto a importância de tal segmento para a sustentação da ditadura (Campos, 2012). Assim, analisando o que foi exposto pelo autor, podemos refletir sobre os interesses imbricados no estímulo à indústria de agrotóxicos em território brasileiro, visto que grandes empresas se estabeleceram no país devido a diversos subsídios e incentivos, encontrando um amplo mercado, cada vez mais amparado pela ação estatal.

Especificamente sobre empresas transnacionais beneficiadas neste período, foram postos em prática projetos de abertura econômica, o que permitia grande fluxo de capital estrangeiro no país. A justificativa era atrair capital externo para alavancar o crescimento econômico e modernizar as bases produtivas do país, mas, na prática, significou subordinação a interesses externos, beneficiamento de uma elite econômica e industrial intimamente conectada ao governo militar, inflação e arrocho salarial.

Como destacou o historiador René Dreifuss, o capitalismo brasileiro do pós-Segunda Guerra, se consolidava como “transnacional, oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista” (Dreifuss, 1981: 49). A partir da entrada de um bloco de empresas multinacionais na economia brasileira, as quais buscavam atender interesses estadunidenses, novas relações políticas e econômicas se consolidaram, como:

- a) uma crescente concentração econômica e centralização de capital com a predominância de grandes unidades industriais e financeiras integradas;
- b) um processo de controle oligopolista do mercado (Dreifuss, 1981: 49).

Através de dados quantitativos, Dreifuss demonstrou que, a partir da década de 1960, algumas dezenas de grupos “multibilionários” passaram a possuir um “papel estratégico” na economia brasileira, liderando os segmentos em que operavam, controlando grande parte da produção e da circulação de bens em território brasileiro. O historiador ainda aponta que mais da metade dessas empresas se estabeleceram em São Paulo, cerca de um terço, no Rio de

⁸⁰ Sobre a participação civil ao longo do regime militar, ver: DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Janeiro, e uma parcela menor no estado de Minas Gerais. (Dreifuss, 1981: 49-50). O autor apontou que, após o golpe de 1964, houve um aumento considerável da tendência de desnacionalização, concentração e predominância em setores industriais específicos das multinacionais, o que foi possível graças à imposição das condições econômicas e políticas trazidas pelo regime civil-militar. Neste cenário, se consolidou a supremacia do capital estadunidense. Segundo o autor, em 1969, “a apropriação da economia brasileira por interesses multinacionais era um fato consumado”. Novamente apontando dados, Dreifuss apontou que as companhias multinacionais controlavam:

37,7% da indústria de aço, 38% da indústria metalúrgica, 75,9% dos produtos químicos e derivados do petróleo, 81,5% da borracha, 60,9 % das máquinas, motores e equipamentos industriais, 100% dos automóveis e caminhões, 77,5% de peças e acessórios para veículos [...] 55,1% dos produtos alimentícios, 94,1% dos produtos farmacêuticos. [...]. (Dreifuss, 1981: 62).

Compreendendo a instalação de um parque industrial voltado à produção de agrotóxicos em território brasileiro ao longo do regime civil-militar, podemos concluir que este foi mais um dos setores impulsionados. Além disso, observamos, ao longo deste capítulo, que a consolidação de uma mudança estrutural na agricultura brasileira se deu a partir da congregação de vários elementos, internacionais e nacionais. Dentre eles, projetos de desenvolvimento e modernização agrícola, que já vinham sendo idealizados e postos em prática desde pelo menos o fim da Segunda Guerra Mundial, que se consolidaram a partir da atuação de diversos atores, como instituições filantrópicas, agências multilaterais, empresas privadas e o Estado Brasileiro, que se mobilizaram na efetivação de acordos de cooperação, programas de extensionismo e assistência rural, a consolidação de um complexo sistema de crédito rural, o incentivo e subsídios para a consolidação da agroindústria brasileira. Cabe ressaltar que, todas estas transformações, ocorridas gradualmente a partir da segunda metade do século XX, mantiveram ou ampliaram a concentração de terras no país, gerando ainda mais desigualdade, exclusão e vulnerabilidade social.

Importante mencionar também que tais políticas de modernização agrícola, como o estabelecimento do PNDA, ocorriam em um período histórico em que, internacionalmente, pesticidas (sobretudo os organoclorados) vinham tendo o seu grau de toxicidade reavaliados e sofriam restrições e banimentos especialmente nos EUA e na União Europeia, enquanto, como visto, seguiam sendo produzidos e comercializados em países em desenvolvimento, como o Brasil (Weir; Shapiro, 1981; Davis, 2014; Lignani; Brandão, 2022). Como abordaremos no próximo capítulo, a partir da década de 1960 se fortalece um movimento ambientalista

multifacetado, que acaba impulsionando estudos, debates e outras manifestações que traziam à tona os malefícios trazidos ao meio ambiente e aos seres humanos pelo aparato de modernização agrícola.

Capítulo 2

“Sal, azeite e veneno: o que há de errado na mesa do brasileiro?”⁸¹ Debates sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos e o movimento de agricultura alternativa no Brasil (1970-1989)

O otimismo gerado pelas políticas de desenvolvimento postas em prática após a Segunda Guerra Mundial deu lugar a vozes de preocupação e protesto. A década de 1960 trouxe um alerta, em nível mundial, de que os impactos trazidos por estes projetos desenvolvimentistas poderiam ser catastróficos em curto, médio e longo prazo.

Como demonstram Soraya Boudia e Nathalie Jas, a escala dos problemas causados à saúde e ao meio ambiente mudou radicalmente após a Segunda Guerra Mundial. Novas tecnologias como a química nuclear e a química sintética inauguraram uma nova era, ampliando consideravelmente as escalas de problemas ambientais, que deixavam de ser locais, e passavam a afetar todo o planeta, atingindo não somente pequenos coletivos, mas todos os ecossistemas. Tais consequências não eram necessariamente imediatas e podiam se estender por muitas gerações (Boudia; Jas, 2015: 383-384).

McNeill e Engelke apontam impactos ocasionados pela ação humana tão significativos que levaram a Terra a uma nova era geológica, denominada “Antropoceno”. Tal conceito emerge em início dos anos 2000, evidenciando a constatação de que a humanidade e seus atos vinham sendo capazes de exercer forte influência na ecologia global. Essas mudanças foram particularmente evidenciadas a partir da alteração da composição atmosférica, com um notável aumento de dióxido de carbono. Embora o início desta nova era geológica não seja um consenso entre os estudiosos do tema, McNeill e Engelke defendem que o Antropoceno teve início a partir da segunda metade do século XX, quando a ação humana se tornou o foco central na governança dos ciclos biogeoquímicos cruciais, como o ciclo do carbono, enxofre e nitrogênio, que compõem o “sistema terrestre”. A intensificação da intervenção humana e suas consequências foram tão rápidas e profundas que a este período histórico foi atribuído o termo “Grande Aceleração”, como o processo que deu início ao Antropoceno:

Within the last three human generations, three-quarters of the human-caused loading of the atmosphere with carbon dioxide took place. The number of motor vehicles on Earth increased from 40 million to 850 million. The number of people nearly tripled, and the number of city dwellers rose from about 700 million to 3.7 billion. In 1950 the world produced about 1 million tons of

⁸¹Título de reportagem exibida pelo Globo Repórter em 16 de maio de 1978, cuja repercussão favoreceu a visibilidade para o público em geral do movimento contra o uso indiscriminado de agrotóxicos.

plastics but by 2015 that rose to nearly 300 million tons. In the same time span, the quantities of nitrogen synthesized (mainly for fertilizers) climbed from under 4 million tons to more than 85 million tons. (McNeill, 2015: 4)

Como demonstra Borowy, a partir do processo da “Grande Aceleração”, a economia mundial promoveu um significativo aumento na transformação de matérias primas em bens de consumo e, sobretudo, em resíduos. No cerne da questão estava o uso do petróleo, que provocou mudanças profundas no hábito humano. A partir deste período, enquanto o número de automóveis aumentou de cerca de 40 milhões para 700 milhões e a população urbana passou de 30 para 50 por cento, as emissões de Dióxido de Carbono aumentaram 17 vezes, o consumo de água, 9 vezes, e as terras sob uso agrícola, 2 vezes (Borowy, 2014: 17). Pelo fato de não haver precedentes de tamanhas proporção e impacto, os efeitos na saúde e no meio ambiente representavam problemas desconhecidos a serem enfrentados pelos especialistas e agentes do poder público. Para Boudia e Jas, o caso da toxicidade das substâncias químicas, como o DDT, ilustra muito bem esta questão, uma vez que seu uso era recente e havia claros limites nas abordagens desenvolvidas para gerenciá-las. Os sistemas regulatórios tinham que lidar com um grande fluxo de novas substâncias que eram rapidamente inseridas no mercado, sem que a maioria tivesse passado por uma rigorosa avaliação e regulamento prévio (Boudia; Jas, 2015: 383-384). Para se ter uma ideia, durante as décadas de 1950 e 1960, o consumo de pesticidas sintéticos aumentou consideravelmente. Enquanto em 1953 havia cerca de 50 substâncias ativas destes produtos, em 1964, aproximadamente 500 substâncias eram utilizadas na formulação de outros produtos fitossanitários. No caso da França, o principal fator para aprovação oficial de novos compostos químicos era a eficiência agrícola. Onde tal eficiência foi comprovada, a recusa era improvável, mesmo quando os riscos à saúde eram conhecidos. A questão seria encontrar meios de permissão de tais produtos agrícolas sem ocasionar incidentes sanitários visíveis (Jas, 2007: 377).

Davis aponta que os primeiros testes de toxicidade do DDT foram realizados ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, os relatórios iniciais dos especialistas apontavam que o composto seria uma das substâncias mais eficazes já criadas e que a toxicidade humana seria muito baixa. Surgido, como já mencionei, como um produto “mágico”, o DDT foi alvo de interesse de inúmeras instituições, como universidades, empresas agroquímicas e instituições privadas. Além disso, a experiência obtida com este composto serviu de parâmetro para avaliações de outros inseticidas e produtos químicos sintéticos. Devido ao fato desta substância ser uma novidade no mercado e estudos sobre o produto ainda estarem em curso, o autor aponta que os cientistas tinham pouco conhecimento sobre quais doses, concentrações e

formas seriam eficazes no controle de insetos sem representar riscos para outros organismos vivos. Assim, a maioria dos estudos, feitos por organizações diferentes (algumas com agendas concorrentes), promoveu diversos testes e experimentos complexos que não apresentavam muita continuidade e ligação entre si, o que tornava as análises de substâncias, como o DDT, desconexas (Davis, 2014: 42-43).

Como visto, tais substâncias faziam parte de um “pacote tecnológico”, que visava soluções pontuais que levariam desenvolvimento a países desprovidos de recursos materiais e econômicos. Chegava-se à conclusão de que o “preço” a se pagar pelo desenvolvimento tinha um alto custo ambiental e na saúde humana. A uma mulher, bióloga e ativista é atribuído o pioneirismo por tornar público o iminente colapso ambiental que o mundo estava prestes a observar caso não houvesse bruscas mudanças de atitude⁸². Seu nome: Rachel Carson. A bióloga norte-americana é autora do livro de renome mundial, *Silent Spring*, (“Primavera Silenciosa” na versão em português), publicado originalmente em 1962.

2.1- “Primavera silenciosa”: a consolidação da crítica ambiental internacional

“Estes borrifos, estes pós, estes aerossóis, são agora aplicados quase universalmente em fazendas, em jardins, em florestas, em residências; são substâncias químicas não seletivas, que tem poder para matar toda espécie de insetos - tanto os “bons” como os “maus”; tem poder para silenciar o canto dos pássaros e para deter o pulo dos peixes nas correntezas; para revestir as folhas das plantas com uma película mortal e, para perdurar, embebidas no solo. Tudo isto, de uma só vez, ainda que o objetivo desejado seja apenas a eliminação de umas poucas ervas, ou uns poucos insetos. Pode alguém acreditar que seja possível instituir semelhantes barragens de venenos sobre a superfície da Terra, sem a tornar inadequada para a vida toda? Tais substâncias não deveriam ser denominadas “inseticidas” e sim “biocidas” (Carson, 1969: 17-18).

O trecho acima, retirado do livro *Primavera Silenciosa*, demonstra o tom crítico, e até mesmo inédito, adotado pela autora ao longo da obra. Carson apontou que a história da vida sobre a Terra vinha sendo, ao longo dos séculos, uma história de interação. As formas físicas, os animais e a vegetação foram sendo moldados pelo meio ambiente. Porém, o efeito oposto, a vida humana modificando o meio ambiente, se intensificou no século em que a autora escrevia

⁸² Diversos autores apontam Rachel Carson e sua obra, *Silent Spring*, como elementos propulsores do movimento ambientalista que tomaria força em fins da década de 1960, considerando a obra como impulsionador de uma série de estudos e reavaliações internacionais acerca do uso de pesticidas. Cf.: RUSSELL, Edmund. *War and nature: Fighting humans and insects with chemicals from World War I to Silent Spring*. Cambridge University Press, 2001; WRIGHT, Angus. *The death of Ramón González: the modern agricultural dilemma*. University of Texas Press, 1994; DAVIS, Frederick Rowe. *Banned: a history of pesticides and the science of toxicology*. New Haven: Yale University Press. 2014; MCNEILL, Jr. ENGELKE, P. *The Great Acceleration: an environmental history of the Anthropocene since 1945*. Harvard University Press, Massachusetts, 2015.

o livro, o século XX. A humanidade teria adquirido capacidade “significativa” e de “inquietante magnitude” para alterar a natureza ao seu redor, sendo a mais alarmante alteração a contaminação do ar, da terra, dos rios e dos mares “por via de materiais perigosos e até letais”. Tal contaminação seria, em sua maior parte, irreversível e universal e vinha sendo causada pelas substâncias químicas em “parceria” com a radiação. Sobre os químicos, Carson afirmou que, seu uso em terras de cultivo, em florestas ou jardins, é fixado por longo tempo no solo, entrando em organismos vivos, passando de um ser vivo a outro, iniciando uma cadeia de “envenenamento e mortes” (Carson, 1969: 15-16).

Após anos de estudos, Carson reuniu um extenso arquivo, que continha relatos, cartas e artigos de cientistas que apoiavam seu projeto, intitulado inicialmente *Man against the earth* (Homem contra a Terra). Lytle (2007) aponta que a bióloga conquistou o apoio de diversos especialistas (que já expressavam preocupações acerca do meio ambiente), sobretudo pela facilidade da autora em “traduzir” o jargão científico para uma linguagem simples, que fosse facilmente interpretada por qualquer leitor leigo (Lytle, 2007: 5-6). Em sua obra, a bióloga trouxe elementos científicos que apontavam os efeitos deletérios dos pesticidas, em especial o DDT, sobre o meio ambiente e o título final do trabalho, “*Silent Spring*”, referia-se ao canto dos pássaros, que já não cantavam mais por estarem sendo envenenados por estas substâncias. O estudo chamou a atenção de uma influente revista, *The New Yorker*, que o publicou em séries, alcançando grande visibilidade perante a sociedade norte-americana e, posteriormente, em nível internacional. A repercussão de *Silent Spring* rendeu à Carson campanhas difamatórias que buscavam desmoralizá-la e deslegitimar seu trabalho, promovidas por cientistas, empresários e burocratas governamentais (como fabricantes de químicos e membros do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos). Sua obra e sua trajetória foram mesmo consideradas subversivas por parte da sociedade norte-americana do período. Mulher, solteira e ativista, Carson enfrentou múltiplas críticas e ataques, antes de ser, finalmente, reconhecida como uma das mulheres mais influentes de sua época. Apesar da forte oposição, sua mensagem tornou-se bem-sucedida e logo o estudo tornou-se livro, um *best-seller* traduzido para várias línguas, incluindo o português (McNeil, 2000; Lytle, 2007).

Após tamanha repercussão, a comunidade técnica internacional iniciou processos de reavaliação dos problemas de segurança e eficácia dos pesticidas. Nos Estados Unidos foi criada a EPA (*Environmental Protection Agency*) que levou ao banimento ou restrição de vários produtos organoclorados, como o DDT, proibido a partir de 1972, por conta de constatações cada vez mais evidentes da toxicidade destas substâncias (Davis, 2014: IX) Àquele momento, chegava-se à conclusão de que a promessa de pôr fim aos insetos era ineficaz, pois era

observada a redução do efeito de produtos organoclorados com o tempo, exigindo dosagens cada vez mais altas. A grande capacidade residual destas substâncias (ou seja, a persistência no ambiente por longo período de tempo), antes vista como um ponto positivo, passou a ser encarada como um inconveniente, que trazia impactos ecológicos graves. Estudos detectavam resíduos em praticamente todos os ecossistemas, levando, então, à intensificação das pesquisas toxicológicas em diversos países (Flores, 2004: 113).

Para Davis, o DDT foi responsável por transformar o ramo da toxicologia (ciência que estuda o efeito de substâncias químicas nos organismos vivos), à medida que cientistas esforçavam-se para determinar o grau de toxicidade deste novo químico. Este composto levou a mais investigações por parte de entomologistas, toxicologistas e biólogos do que qualquer outro pesticida existente anteriormente. Destaca-se o papel da Universidade de Chicago e seu Laboratório de Toxicidade, cuja ampla gama de pesquisas, desde a Segunda Guerra Mundial, representou, para o autor, um episódio central no desenvolvimento da toxicologia, principalmente pelo fato de ser um dos primeiros laboratórios a se dedicar exclusivamente à pesquisa toxicológica. O referido laboratório lançou as bases para uma disciplina independente, treinando auditores e apoiando a pesquisa de inúmeras substâncias. No momento da publicação e repercussão de *Silent Spring*, o ramo da toxicologia se consolidava como uma disciplina particular, com o desenvolvimento de sociedades profissionais e periódicos acadêmicos. Como a maioria da população americana tinha pouco acesso à pesquisa científica ou aos debates relacionados aos pesticidas e demais substâncias químicas, coube aos escritores de ciência com linguagem popular estabelecer a ligação entre cientistas, formuladores de políticas públicas e o público em geral. Rachel Carson teria sido a mais notável escritora, ao alertar os estadunidenses sobre o risco dos inseticidas e também inspirar atenção por parte do governo dos EUA, que solicitou a ampliação dos estudos toxicológicos, reviu a coordenação de agências e a legislação, claramente defasada, ampliando os debates acerca dos riscos ambientais cada vez mais associados aos pesticidas (Davis, 2014).

Além dos impactos no meio ambiente, o risco à saúde humana passou a ser pauta de interesse dos estudos toxicológicos. Como demonstra Lignani, a profissionalização da toxicologia esteve associada às discussões sobre “saúde ambiental”, ao se constatar que substâncias químicas presentes no ambiente poderiam chegar ao organismo humano (Lignani, 2018: 126). Tal questão foi problematizada na obra de Carson, que apontou novos problemas de saúde pública derivados das radiações e o uso “interminável” de substâncias químicas, que vinham provocando:

adocimento súbito, ou a morte repentina, de fazendeiros, de pulverizadores de inseticidas, de pilotos polvilhadores, e de outros seres humanos continuamente expostos a quantidades consideráveis de pesticidas [...] (Carson, 1969: 196).

Linda Nash também abordou justamente a relação entre doenças e o uso de pesticidas no pós-Segunda Guerra. Para a autora, o corpo dos trabalhadores rurais passou a ser constantemente ameaçado pela industrialização da agricultura, seja pelo uso cada vez maior de “máquinas perigosas”, seja pelo uso indiscriminado de produtos químicos, tornando o campo um dos locais mais perigosos de se trabalhar. Gradualmente a vulnerabilidade do meio ambiente e dos corpos humanos tornava-se um novo problema de saúde pública. Com constantes denúncias por envenenamento de trabalhadores rurais, crescia aos poucos uma consciência política e ecológica em uma maior parcela da sociedade. Chegava-se à conclusão de que o corpo humano absorvia muito mais estes compostos do que se havia constatado anteriormente e que trabalhadores rurais estariam mais propensos ao risco de doenças, como o câncer. Nash chama a atenção para envenenamentos agudos nas décadas de 1940 e 1950 ocasionados pelo uso de pesticidas organofosforados⁸³, apresentando alguns casos de trabalhadores na Califórnia que adoeceram ao mesmo tempo após a utilização de *parathion* (pesticida da classe dos organofosforados):

Em 8 de julho de 1949, várias equipes de trabalhadores rurais chegaram a um pomar de peras, no Vale do Sacramento, perto da cidade de Marysville. Eles tinham vindo para a colheita. O dia estava quente e úmido, com pouco vento. Pouco depois do almoço, alguns dos homens adoeceram. No meio da tarde, pelo menos uma dúzia de colhedores estava doente demais para trabalhar. Alguns se deitaram nos campos onde haviam trabalhado; outros abandonaram o trabalho. Logo os enfermos pingavam suor e a maioria também vomitava violentamente. Outros viram seus braços e pernas tremendo incontrolavelmente. Todos foram levados para o hospital. [...]. (Nash, 2006: 128).

Ao passo em que se intensificava a percepção dos impactos do uso de pesticidas, tomava força uma série de eventos (em grande parte influenciados por todo o debate em curso sobre o uso de produtos químicos, meio ambiente e saúde humana), que levava a temática ambiental a

⁸³A partir da intensificação das restrições aos produtos organoclorados, os organofosforados (antes utilizados em menor escala) foram considerados a melhor alternativa de substituição. No entanto, ao passo que os clorados apresentavam como principal característica a longa persistência no meio ambiente, principal motivo do banimento de produtos desta classe, os organofosforados apresentavam risco de intoxicação aguda, ou seja, provocavam, por vezes, o envenenamento das pessoas expostas a eles de forma momentânea. Para Davis, os impactos do livro de Carson e a proibição do uso de organoclorados revelaram “uma trágica ironia”, pois embora tenham sido promovidos inúmeros estudos a respeito dos clorados, pouco se explorou a respeito dos organofosforados e sua toxicidade. Cf.: DAVIS, Frederick Rowe. *Banned: a history of pesticides and the science of toxicology*. New Haven: Yale University Press. 2014. p. xii.

um público cada vez mais amplo. Segundo Davis, o banimento do DDT soou como o “coroamento” do movimento ambientalista americano, consolidado em uma década de ativismo impulsionado a partir da publicação de *Silent Spring*, que teria “cativado os corações e as mentes dos americanos” (Davis, 2014: IX). No entanto, McNeill e Engelke apontam ser uma “simplificação grosseira” atribuir o surgimento de um movimento em massa e global a um único livro. O que os autores apresentam é que desde cerca de um século antes de *Silent Spring*, nos Estados Unidos se intensificava um movimento de debates públicos, que girava principalmente em torno da utilização de florestas, o que levou à criação dos primeiros parques nacionais. O mesmo aconteceu na Europa, quando ocorreram debates sobre poluição industrial, por exemplo. Assim, quando a mensagem de Carson foi passada, os tempos estavam “maduros” (McNeill, 2015: 185).

O que os autores abordam diz respeito aos debates conservacionistas e preservacionistas difundidos em fins do século XIX, que demonstravam claras preocupações com o iminente perigo do fim de recursos naturais no âmbito do avanço da industrialização⁸⁴. Donald Worster aponta que a ideia predominante de conservação da natureza antes de 1920 estava ligada a uma ideologia progressiva de utilitarismo. Já a que se difundiu após 1945 diz respeito à proteção da natureza se dirigindo a uma preservação baseada na ecologia. Entre estes dois períodos, ocorreu uma transição, com intensos debates, sobre o rumo do movimento de proteção à natureza, impactado pelo amadurecimento de uma “nova ecologia” que impõe uma postura ética perante à temática do meio ambiente (Worster, 1997: 256-261). Para Acot, a partir da década de 1920 começou a se organizar uma estrutura internacional permanente do movimento de proteção da natureza, quando foram realizadas reflexões mais aprofundadas e uma ampliação das informações. O autor aponta que a mundialização efetiva do problema ambiental foi

⁸⁴ Entre fins do século XIX e início do século XX passaram a ocorrer debates sobre a proteção de espécies ameaçadas de extinção e de recursos naturais importantes para o mundo ocidental industrializado. Nesse contexto espaços para a conservação de paisagens naturais começaram a ser definidos. Nos Estados Unidos ocorria um debate entre correntes conservacionistas e preservacionistas. Os conservacionistas, que tinham como principal mentor a figura de Gifford Pinchot (1865-1946), acreditavam na possibilidade de uma exploração racional de recursos como o solo, as florestas e a água. Tal movimento era sintetizado em três princípios básicos: desenvolvimento, que consistia na utilização dos recursos pela geração presente; a prevenção do desperdício, e o uso racional dos recursos naturais que abrangesse muitas pessoas, sobretudo as gerações futuras. Os preservacionistas possuíam uma visão instrumental da relação humanidade/natureza. Já o preservacionismo, cujo mais notório pensador era John Muir (1838-1914), estaria ligado à ideia de proteção de áreas intocadas, apartadas completamente de intervenção humana, cuja intenção seria preservar, para as futuras gerações, áreas com grande beleza natural em estado virgem. Nesta corrente, os seres humanos seriam parte integrante da natureza, que levaria ao prazer através de sua contemplação. Os preservacionistas eram contrários à presença humana mais efetiva em áreas virgens, que deveriam, unicamente, ser destinadas ao lazer. As divergências entre essas correntes, representadas nas figuras de Muir e Pinchot, influenciaram as preocupações com a natureza nos Estados Unidos. Cf.: ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2009.

materialmente favorecida pelo cenário de desenvolvimento das telecomunicações no pós-guerra, assim como pelo gradativo aumento da conscientização, por parte do público, sobre uma internacionalização dos grandes problemas enfrentados no período: a Guerra Fria se desenvolvia em escala global e as armas nucleares representavam uma ameaça jamais vista para a humanidade. É neste momento que ocorre uma aproximação entre ecólogos e protetores da natureza. Cada vez mais discutiam os impactos ecológicos das atividades humanas. Temas como as poluições industriais eram associados aos debates sobre a nocividade de pesticidas organoclorados e organofosforados. Este assunto, especificamente, desempenhava um papel muito relevante na ascensão da consciência social dos riscos causados pela utilização destas substâncias (Acot, 1990: 166-167).

Neste período, um grande desafio era pensar a superação da pobreza dos países periféricos, sobretudo após o processo de descolonização de vários países africanos. Buscava-se pensar alternativas para o crescimento econômico destes países, que estavam “ansiosos” pelo desenvolvimento e industrialização. Porém, um grande dilema para os países centrais seria de que forma apoiar o desenvolvimento destas nações, o que demandava grande exploração de recursos naturais, sem que a flora e fauna fossem destruídas, como europeus e estadunidenses debatiam no período (Borowy, 2014: 22).

Um grande passo para as discussões sobre o meio ambiente ocorreu em 1968, quando os problemas ambientais são abordados pela primeira vez em conferência da ONU, durante a Conferência Intergovernamental de Peritos sobre as Bases Científicas de Utilização Racional e da Conservação dos Recursos da Biosfera, realizada em Paris pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), com colaboração da OMS (Organização Mundial de Saúde), FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e do Conselho Internacional das Uniões Científicas (Acot, 1990: 166-169).

É neste cenário que se reúne pela primeira vez, também em 1968, o Clube de Roma, um grupo formado inicialmente por trinta indivíduos de dez países, dentre cientistas, economistas, educadores, industriais e funcionários públicos, visando discutir a situação presente e futura da humanidade. O Clube de Roma se consolidou como uma organização informal, cujos objetivos eram a promoção da compreensão dos componentes interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais - que constituíam o sistema global em que a humanidade vivia. A intenção era trazer um novo entendimento aos formuladores de políticas e ao público em geral, para que se pudessem promover novas iniciativas e novas ações políticas:

Todos estão unidos, entretanto, por sua convicção primordial de que os principais problemas que humanidade enfrenta são de tal complexidade e estão tão inter-relacionados que as instituições e políticas tradicionais não são mais capazes de enfrentá-los, nem mesmo enfrentar todo o seu conteúdo⁸⁵.

Nos encontros do grupo eram debatidos os problemas que vinham ocorrendo em todas as nações, fossem elas desenvolvidas ou subdesenvolvidas, como a pobreza no meio da abundância, a degradação do meio ambiente, a perda de credibilidade das instituições, o aumento descontrolado do meio urbano, inflação etc. Tais problemas tinham em comum três características: “ocorrem, até certo ponto, em todas as sociedades; contém elementos técnicos, sociais econômicos e políticos; e, o mais importante de tudo: eles interagem.”⁸⁶ O Clube de Roma se propôs a realizar um estudo que buscasse analisar a evolução do sistema econômico mundial ao longo de mais de um século. O resultado foi publicado em 1972, sob o título “*The Limits to Growth: a report for the Club of Rome’s*” e demonstrou enorme pessimismo. As simulações feitas pelo grupo apontaram que o crescimento econômico, definitivamente, não poderia ser mantido, gerando um colapso em algum momento da segunda década do século XXI. Caso o modelo de desenvolvimento prosseguisse, o esgotamento gradual dos recursos não renováveis, junto com o aumento da poluição e do crescimento populacional, resultariam no pico e no conseqüente declínio da produção agrícola e industrial mundial. Posteriormente, haveria um declínio da população, como conseqüência da redução da disponibilidade de alimentos e serviços. Somente intervenções que buscassem conter o crescimento econômico e reduzir o consumo de recursos naturais poderiam evitar um colapso. O estudo teve grande repercussão, ampliando os debates acerca do crescimento econômico e seus impactos (Bardi, 2011: 1-3).

Ainda em 1972, a realização da Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano) representou o ápice da cooperação internacional sobre o meio ambiente. Neste evento foram lançadas as bases de uma legislação internacional para o ambiente, sendo debatidos pontos cruciais, como a proibição do armamento atômico, além de questões sociais relevantes, como a condenação à discriminação racial, o *apartheid*, o colonialismo (Acot, 1990: 166-169). Recomendada pelo *The economic and Social Council* (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas), a Conferência de Estocolmo discorreu sobre os problemas que o planeta estaria prestes a enfrentar. O objetivo seria reduzir o comprometimento da qualidade do ambiente humano, ocasionado pela poluição, erosão,

⁸⁵MEADOWS, Donella, *et. all. The limits to growth: a report for the Club of Rome’s Project on the predicamento f mankind*. Universe Books, New York, 1972, p. 10-11.

⁸⁶*Idem*, 1972, p. 11.

degradação do solo, efeitos de biocidas, resíduos, ruídos etc, que estariam prejudicando o bem estar físico e mental da humanidade. Assim, seria urgente uma ação unificada, em nível internacional, que limitasse, eliminando se possível, a deterioração do meio ambiente. Participaram da Conferência 113 países e cerca de 250 instituições governamentais e não governamentais. Importantíssima pelo seu contexto histórico, assim como por evidenciar internacionalmente a questão ambiental, a Conferência de 72 deixou clara a polarização entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Além disso, evidenciou a entrada definitiva da temática ambiental nas relações multilaterais, determinando pontos prioritários para futuras negociações sobre o meio ambiente. Neste sentido, foi criado, durante o evento, o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que permitiu que se mantivesse um ritmo crescente de debates sobre meio ambiente nas pautas das Nações Unidas. A Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ou Declaração de Estocolmo, foi o documento resultante da conferência e delineou os princípios básicos, metas e objetivos a serem atingidos conjuntamente entre as nações (Ferrari, 2014: 52-80). A realização da referida conferência ocorreu em um momento em que se delineava no cenário internacional um conjunto de formulações críticas aos modelos de desenvolvimento. Neste sentido, podem ser destacadas outras conferências internacionais temáticas, como a Conferência de Matérias Primas e Desenvolvimento (Nova York, 1974), a Conferência de Alimentos (Roma, 1974), a Conferência de População (Bucareste, 1974), Direito dos Mares (Caracas, 1974 e Genebra, 1975). Tais encontros internacionais marcaram um ciclo de conferências que se realizariam até fins da década de 1970 e sinalizavam uma reorganização da ordem econômica internacional, quando se reconhecia que os benefícios trazidos pelo progresso econômico e tecnológico chegavam de forma desigual entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento (Pires-Alves; Cueto, 2017: 2138).

Viola também aponta a década de 1970 como marco para a emergência de uma consciência ecológica mundial, quando, pela primeira vez, os problemas de degradação do meio ambiente, provocados pelo crescimento econômico passaram a ser percebidos como problemas globais (Viola, 1992: 68). Naquele momento, portanto, a percepção sobre os problemas ambientais crescia para uma maior parcela da sociedade e temas como emissão de gases poluentes, resíduos sólidos, metais tóxicos, derramamento de óleos, aquecimento global, dentre outros, tornavam-se mais populares. Para Worster, no âmbito da Guerra Fria e da corrida armamentista descontrolada, o pensamento ecológico teria “brilhado” na mente popular, com um significado muito bem definido: em prol do desarmamento e uma postura anti-guerra. O surgimento de uma “nova ecologia” trazia um novo entendimento de ambiente, compreendendo

o ecossistema junto a valores morais, inerente a uma ética de interdependência e tolerância (Worster, 1997: 256-261).

Segundo Acot, a “ideologia ecologista”, difundida, sobretudo, a partir da década de 1970, exprimia a ideia de que a humanidade é parte integrante da natureza, estabelecendo-se, assim, uma relação de igualdade com todas as outras formas vivas. A ecologia difundia uma visão sistêmica de mundo, na qual todos os elementos do planeta, incluindo as sociedades humanas, interagiriam em uma rede de relações. A partir da premissa de que a humanidade é parte da natureza, a ecologia tornou-se o que Acot denomina de “biologismo social dos ecólogos” de caráter atuante, militante, com posicionamento contrário aos sistemas econômicos vigentes do período - o capitalismo e o socialismo - que teriam a mesma finalidade: o crescimento econômico a qualquer preço. Os ecólogos demonstravam preocupações com o caráter esgotável dos recursos naturais da Terra e da fragilidade de seu equilíbrio, considerando-a um grande ecossistema. Neste contexto, o movimento ecologista se apresentou enquanto “antiprodutivista”. No fim dos anos 1970, o ecologismo tornava-se uma visão de mundo e um modo de vida, alcançando visibilidade mundial. Os ecologistas propunham uma rejeição dos modos de vida nas sociedades capitalistas. Estas ideias encontraram espaço na sociedade, aliadas a ideias de redução de crescimento (Acot, 1990: 168-172). Para Worster, um número crescente de ecologistas, portanto, criticava o conjunto de valores associados à ascensão da classe burguesa, de produção e consumo ilimitados, individualismo, e domínio da natureza; a ecologia seria “o grito de guerra da revolução” (Worster, 1997: 341). O crescimento da visibilidade ambiental levou, inclusive, a mídia americana a batizar a década de 1970 como a “Era da Ecologia”:

No início daquele ano [1970], as capas das revistas de notícias eram enfeitadas com uma imagem absolutamente bela da Terra: uma fotografia tirada do espaço sideral, mostrando uma bola envolta em nuvens rodeada por uma escuridão infinita e vazia. Aquele planeta solitário, agora entendido de uma maneira que nenhuma época anterior do homem poderia ter compartilhado, era um lugar terrivelmente frágil. Sua película de vida – o único meio de sobrevivência do homem – era muito mais fina e mais vulnerável do que qualquer pessoa até então imaginara (Worster, 1997: 341-342).

A ecologia também incorporava um receio “reavivado” da escassez *malthusiana*, um medo de aproximação dos limites.⁸⁷ Esta “nova ecologia” trazia a percepção clara de que a

⁸⁷Segundo a teoria malthusiana, a produção de alimentos cresceria em uma progressão aritmética, enquanto o crescimento demográfico cresceria em progressão geométrica, o que levaria a um inevitável colapso na humanidade, levando a Terra ao limite, acarretando a escassez de alimentos e a consequente fome da população.

natureza era frágil e indefesa, um contraponto à ideia de que ela deveria ser conquistada e superada pela humanidade (Worster, 1997: 341).

Outro ponto importante neste contexto histórico foi a incorporação da saúde nos debates acerca do desenvolvimento. A Conferência Internacional sobre Atenção Primária de Saúde, também conhecida como Conferência de Alma Ata, realizada em 1978, no Cazaquistão, marcou a ampliação de um debate mais geral sobre saúde global, desenvolvimento e cooperação internacional (Pires-Alves; Cueto, 2017: 2138). A Declaração de Alma Alta sobre Cuidados Primários enfatizou a noção de saúde enquanto um “estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”.⁸⁸ O documento também ressaltou a desigualdade existente no estado de saúde dos povos, sobretudo entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento e mesmo dentro dos países. Tal panorama seria política, social e economicamente inaceitável e deveria ser alvo de preocupação comum a todos os países. A promoção da saúde seria essencial para o desenvolvimento econômico e social contínuo e contribuiria para a melhoria na qualidade de vida e também para a paz mundial⁸⁹. Como veremos no decorrer deste trabalho, a saúde foi constantemente vinculada a discursos e ações que criticavam e questionavam o avanço de programas desenvolvimentistas e que defendiam novas alternativas a este cenário, inclusive nos meios agrícolas, foco deste estudo.

A década de 1980 trouxe a intensificação dos debates ambientais e de saúde pública. Uma novidade trazida neste contexto foi a difusão do termo desenvolvimento sustentável, popularizado nas décadas subsequentes, tornando-se norte de políticas públicas internacionais de desenvolvimento planejadas para o século XXI. No início da década de 1980, a ONU estabeleceu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo objetivo central era propor estratégias ambientais em longo prazo. A comissão ficou conhecida por Comissão Brundtland, em homenagem à sua presidente, Gro Brundtland. Após três anos de trabalho, o grupo entregou um relatório, intitulado *Our Common Future*, que ficou marcado por popularizar o conceito de desenvolvimento sustentável como “a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (Borowy, 2013: 3). Analisando a atuação da Comissão Brundtland, Íris Borowy abordou as negociações em torno do tema, apontando as diferentes perspectivas e posicionamentos de membros da comissão. O trabalho exigiu conciliação entre os próprios

⁸⁸Declaração de Alma Ata sobre Cuidados Primários. Fonte: Ministério da Saúde, 06 de junho de 2002. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf. Acesso em 22 de junho de 2021.

⁸⁹*Ibidem*.

membros e entre países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, além de exigir um equilíbrio entre os meios científicos e políticos. Neste contexto, os debates sobre a concepção de saúde englobariam tanto fatores econômicos, como emprego, renda, padrões de vida, aliados aos fatores ambientais, como o acesso à água limpa, ar puro, proteção contra desastres naturais. Assim, a estabilidade da saúde pública em longo prazo exigiria uma conciliação entre a economia e o meio ambiente (Borowy, 2013: 3-14). O conceito de desenvolvimento sustentável se consolidou enquanto uma terceira via às alternativas existentes até então. Representava a superação da dicotomia desenvolvimentismo *versus* “crescimento zero”, apontando que seria possível manter o crescimento econômico eficiente em longo prazo, acompanhando melhorias das condições sociais aliadas ao respeito ao meio ambiente. Havia a preocupação com perdas ambientais potencialmente importantes e com a pobreza e concentração de renda. Buscava-se, portanto, o desenvolvimento de políticas que atendessem a esses objetivos de forma compensatória (Romeiro, 2012: 68-70).

2.2- Os movimentos ecológicos brasileiros

Era um dia ensolarado na manhã de 24 de fevereiro de 1980, quando crianças cariocas participavam da “passeata alegre”, em defesa da ecologia, como afirmava o *Jornal do Brasil*. Com cartazes coloridos, as crianças saíram pela Avenida Atlântica e entoavam um coro que dizia: “só quem tem cabeça oca não vê que a floresta e água limpinha não podem acabar.” A líder do movimento, uma menina de sete anos, leu uma carta direcionada ao então presidente da República, João Figueiredo, que dizia:

A gente não quer crescer e viver num mundo feio e esperamos que o senhor responda porque agora somos muitos a lutar pela preservação da natureza [...] Antes isso aqui era um praça, agora é um monte de edifícios. Já fizemos uma passeata no Parque Lage ano passado e o senhor não respondeu nossa primeira carta, acho que anda muito ocupado, sem tempo.⁹⁰

Outra reportagem, cujo título é “A briga entre ecologistas e fazendeiros em Bocaina de Minas: uma ameaça ao Parque Nacional de Itatiaia” mostra a batalha travada entre ecologistas e fazendeiros da região localizada em uma das estradas de acesso ao Parque Nacional de Itatiaia. A matéria apresenta posicionamentos de ambos os lados:

Para o Sr Tidonio (dono de uma das serralherias que foram denunciadas), tudo está sendo respeitado, as nascentes, os 20% de mata virgem a serem

⁹⁰ CRIANÇAS do Rio defendem a ecologia. *Jornal do Brasil*, 24 de fevereiro de 1980, p. 7.

resguardados, “ainda tem muito mato”. Suas preocupações são outras: - Nossa região é perfeita. O que nos afeta mesmo é a infiltração de pessoas, “os invasores”, que não nos trazem progresso, que não trabalham na madeira porque são preguiçosos, melhor seria trazer um bando de índios da Amazônia para povoar isso aqui, em vez dessa gente que está chegando. É gente de baixa moral. [...] Se depender do Sr. Tidonio, nenhum “invasor” invade mais as terras de Bocaina, porque “eu não vendo, se me aparecer um cabeludo desses, eu não vendo.” Quanto à denúncia de que madeireiros não querem comunidades rurais por perto porque seus membros denunciam o desmatamento, o sr Tidonio rebate: - Nada disso. Cortando lenha a gente colabora na energia, na economia do petróleo. Essa gente nova é nociva, parasita, como não corta madeira ou trabalha, não traz emprego para a região, não traz progresso. São fanáticos, adoram as árvores. Nós não somos fanáticos pela natureza, mas pelo progresso. E estamos dentro da lei.⁹¹

Por outro lado, Lino de Sá, idealizador de um polo ecológico e “plantador” de 10 mil árvores na região, relata ameaças sofridas e que passou a ser alvo de acusações, “passando de acusador a acusado, de defensor a devastador florestal”, sendo processado por tirar árvores da nascente do Rio Preto e encomendar micos. Ao que tudo indica, o ecologista estaria sendo alvo de uma represália, por parte de fazendeiros da região, insatisfeitos com sua atuação na região:

Antônio Amorim, o Garrafão, também foi acusado de desmatar, pela primeira vez em sua vida, apenas porque era para “seu Lino”. – Essa pena que estou pagando não é para mim, é para o Lino. Aí tem muito serrador serrando há muitos anos. Os fazendeiros sempre fizeram queimadas, nunca aconteceu nada. Porque fazendeiro não vai dar parte de outro. E o pobre, que depende deles, menos ainda. Há 37 anos, tiro árvores daqui, sempre fiz isso, nunca deu nada. Mas dessa vez tirei 10 árvores para o Lino e eles não gostam dele. O Lino quer por a ordem.⁹²

Lino estava respondendo pela retirada de 10 pinhos nas nascentes, que ele alegava não ter pagado ou ordenado tal derrubada. “Quando soube que a pessoa a quem encomendei o material para construção da minha casa retirava de forma incorreta, mandei interromper o trabalho imediatamente.” Ainda sobre a acusação de ter encomendado micos, Lino diz que esta nem se “sustentou”, explicando que “todos na comunidade ecológica são vegetarianos”. Após ser inocentando por depoimentos, Lino afirmou:

Eles querem na verdade atingir o movimento ecológico na Bocaina, e do ponto de vista moral até conseguiram: esse inquérito pra mim, membro e criador da Aprobo, é uma desmoralização e uma vitória moral deles. [...] Tem coisas que eles, os políticos, madeireiros, poderosos locais, não nos perdoam [...].⁹³

⁹¹ A BRIGA entre ecologistas e fazendeiros em Bocaina de Minas: uma ameaça ao Parque Nacional de Itatiaia. *Jornal do Brasil*, 30 de novembro de 1980. Caderno B, p.8.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ *Ibidem*.

As vozes do movimento ecológico mundial ecoaram no Brasil, pelo menos desde a década de 1970 e, com maior intensidade, a partir da década de 1980, momento em que o Brasil vivia a transição da ditadura civil – militar para o regime democrático e aumentavam as críticas ao modelo econômico adotado nas últimas décadas, com o impulsionamento de políticas de desenvolvimento de alto impacto ambiental. Reportagens como estas, citadas acima, passaram a ocupar constantemente as páginas dos jornais de maior expressão do período em questão. Muitas matérias traziam a atuação de um movimento ecológico em diversos eventos cotidianos, como atos contrários a derrubadas de árvores para construção de prédios, vitórias do movimento, como recuos na realização de obras por parte de prefeituras e estados, protestos em defesa da vida animal, manifestações contrárias ao uso de energia nuclear e também críticas e embates por parte do poder público. Exemplo foi a proibição de manifestação por parte da prefeitura de Porto Alegre, que determinara que a polícia civil recolhesse material em casas e estabelecimentos comerciais referentes ao movimento ecológico, que se posicionava na cidade contra obras prejudiciais ao meio ambiente, como a construção de arranha-céus e a ocupação de reservas ambientais⁹⁴.

Em relação ao Rio Grande do Sul, inclusive, o estado assumiu grande protagonismo no movimento ecológico brasileiro do período. Elenita Malta Pereira analisa a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, a AGAPAN, fundada ainda em 1971, atuando em diversas lutas em defesa do meio ambiente em âmbito estadual e também nacional. A ética ecológica permeou a atuação da entidade, e seus fundadores tinham amplo conhecimento sobre o movimento ecológico mundial. Um deles se consagrou como um dos mais notórios ambientalistas brasileiros: José Lutzenberger. Gaúcho, ele havia trabalhado por mais de uma década na multinacional química *BASF*, atuando na Alemanha, Venezuela e Marrocos. No exterior, passou a ter contato com ideias ecológicas, como a biologia holística. Além disso, a postura agressiva nos negócios da empresa e a entrada no ramo dos pesticidas no final dos anos 1960 foram decisivos para que Lutzenberger deixasse a multinacional e voltasse ao Brasil no início dos anos 70 (Pereira, 2016). Em reportagem intitulada “José Lutzenberger: o Dom Quixote da Ecologia Brasileira⁹⁵”, do jornal *O Pasquim*, de 12 de maio de 1977,

⁹⁴ADVOGADO impetra segurança porque prefeito gaúcho não permite campanha ecológica. *Jornal do Brasil*, 11 de janeiro de 1980, 1º Caderno, p. 7.

⁹⁵Elenita Pereira aponta que Lutzenberger foi seguidamente referido como um “Dom Quixote” do ambiente pela imprensa dos anos 1970. A ideia era como se ele “bradasse no deserto, lutasse solitário contra tudo e contra todos”. O referido apelido teria sido dado pelo Secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, e, sobre isso Lutzenberger disse: “Não acho que esse apelido me seja ofensivo. Ao contrário: Dom Quixote representa a figura de quem lutou violentamente contra forças invencíveis.” Cf.: PEREIRA, Elenita Malta. A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

Lutzenberger concede uma entrevista abordando sua trajetória profissional e ecológica. Indagado por ter trabalhado muito tempo como “vendedor de fertilizantes” e como teria ocorrido o processo de transformação pessoal, o agrônomo responde:

Não propriamente vendedor, mas ajudava os vendedores. Era assessor técnico em agroquímica da Basf, onde passei 15 anos, quase todos fora da Alemanha, como delegado da empresa. Inicialmente na Venezuela atendendo o norte da América do Sul, desde o Peru até as Guianas e as Ilhas de Caraíbas. Mais tarde, na África do Norte, da Mauritânia até a Tunísia. Comecei a trabalhar nessa indústria química em 1957, porque não havia muita possibilidade de avanço profissional por aqui. Sempre fui naturalista e biólogo, com interesse todo especial pelas Ciências Naturais e também pelo contato direto com a natureza. Não via nos fertilizantes químicos um grande problema ecológico. Recusei proposta de uma empresa que lidava quase exclusivamente com o DDT. Não se conheciam os grandes danos ecológicos produzidos pelo DDT. O método de emprego do inseticida era brutal e indiscriminado. Matava-se mosquitos, mas junto com eles milhares de outros seres, inclusive pássaros, répteis, peixes etc. Como naturalista não podia aceitar uma coisa dessas. Com o correr dos anos a Basf passou a lidar com o DDT, tornando-se por volta de 1970 uma das maiores empresas do ramo. Chegou o momento em que não podia mais coadunar o meu trabalho com minha consciência. Abandonei o trabalho e voltei para o Brasil para me tornar um profissional liberal autônomo e lutar justamente contra esse flagelo que conheço de dentro: a agroquímica moderna.⁹⁶

Ao retornar ao Brasil, Lutzenberger procurou atuar em iniciativas relacionadas à conservação da natureza, quando encontrou um grupo de pessoas ligadas ao naturismo, que dariam início à AGAPAN. Em seus primeiros anos de atuação, o objetivo da entidade e do próprio Lutzenberger era a ampliação da conscientização para que cada vez mais pessoas adotassem uma “nova ética ecológica”. A AGAPAN não se declarava partidária, tampouco adotou uma postura crítica ao governo civil-militar, o que, para Pereira, justifica o fato de não ter sido alvo de censura. Apesar de apartidária e se intitular “nem de esquerda, nem de direita”, a AGAPAN se inseria na luta política, buscando junto à ecologia, justiça social, pluralismo cultural, partidário, organizacional, a não violência, etc. Como demonstra a autora, os princípios ecológicos da AGAPAN buscavam superar a dicotomia “revolucionário” versus “conservador”. (Pereira, 2016: 367). Inclusive, na década de 1980, momento de transição e abertura política, a entidade se posicionou contrária à fundação de um Partido Verde no Brasil. Dentre as justificativas, o presidente da AGAPAN à época, Flavio Lewgoy, apontou a realidade nacional como um problema, visto que, ao contrário da França e Alemanha, onde a situação político-partidária seria diversa, permitindo a atuação dos partidos verdes, no Brasil, a união das lutas

⁹⁶ JOSÉ LUTZENBERGER: o Dom Quixote da Ecologia Brasileira. *O Pasquim*, 12 de maio de 1977, p. 6.

em favor da ecologia em uma única sigla levaria ao enfraquecimento do movimento ecológico brasileiro.⁹⁷ Lutzenberger posicionava-se da mesma forma, afirmando que a proteção ambiental não poderia ser atributo de um único partido, pois seria um tema transversal, transcendendo ideologias (Pereira, 2016: 369):

Sou contra. Em primeiro lugar, a ecologia é tão importante que não se pode sectarizar. Se fizermos um PV, todos irão contra ele. Aliás, é o que acontece na Alemanha, onde o Partido Verde não conseguiu aprovar uma lei até hoje. Sem o PV, conseguimos trabalhar transpartidariamente e conseguimos aprovar a Lei dos Agrotóxicos. É que precisamos estar com todos, ou, se for o caso, contra todos. Não somos a favor de ninguém, exceto da vida e de um mundo melhor. Se o PV ficar forte, será tão corrupto quanto podem ser os outros partidos. Quando presidi a AGAPAN e vinha alguém do interior ou de outro estado pedindo para criar uma nova entidade naquela comunidade. Não queremos montar uma grande burocracia, justificava. Do contrário, estaríamos fazendo a mesma coisa que combatemos. Uma imensa concentração de poder sempre leva a alguma forma de corrupção.⁹⁸

Pereira afirma que a questão política nunca foi um tema fácil na entidade. Apesar de ser considerado que a luta ecológica seria uma luta política, os seus anos iniciais coincidiram justamente com os “anos de chumbo” da ditadura civil-militar brasileira, quando manifestações políticas estariam proibidas e a perseguição e cassação de professores universitários, grande parte dos membros da AGAPAN, era algo comum. Portanto, tal cenário talvez tenha sido o motivo para tal posicionamento em relação à política. O próprio Lutzenberger, em seus discursos, deixava claro que a entidade não atuaria para fins partidários e sim de defesa ambiental: “não somos nem de direita, nem de esquerda, nem de centro. Somos pra frente” (Pereira, 2016: 365-367).

Apesar do posicionamento contrário do grupo gaúcho que resistia à formação de um partido político voltado à temática ambiental, o movimento ecológico que se organizava no Rio de Janeiro sinalizava a necessidade de formação de um partido que reunisse as demandas ambientais e encontrasse a possibilidade de se posicionar mais efetivamente no cenário político brasileiro.⁹⁹

Àquele período, o Brasil despontava como a 8ª economia do mundo capitalista, apesar de ter uma das maiores desigualdades de distribuição de renda no planeta. Aliado a isso, se destacava negativamente no cenário internacional por ser um dos maiores devastadores ambientais entre os países de renda média e alta (acima de mil dólares *per capita*). O cenário era de intensa exploração florestal, com monocultivos em larga escala que estavam

⁹⁷GAÚCHOS contra Partido Verde. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1985. p. 5.

⁹⁸ O USO dos agrotóxicos é um verdadeiro escândalo. *O Pioneiro*, 06 de abril de 1990, p. 22.

⁹⁹GAÚCHOS criaram as leis pioneiras de preservação. *Jornal do Brasil*, 08 de janeiro de 1989, 1º Caderno, p. 12.

“transformando em desertos importantes áreas do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Amazônia” (Viola, 1992: 82-83). Tudo isso aliado ao uso indiscriminado de agrotóxicos e à atividade industrial, com grande produção de resíduos tóxicos. A legislação brasileira que tratava destas problemáticas era totalmente defasada, não havendo, por exemplo, nenhum controle antipolvente nas fábricas e nos automóveis até o final da década de 1970¹⁰⁰. O controle sanitário da produção agrícola era ineficiente, com a permissão de substâncias químicas altamente tóxicas, como o caso do DDT, proibido no Brasil para uso agrícola apenas em 1985.¹⁰¹ Outras pautas como a falta de saneamento básico para a maior parte da população, a construção da usina nuclear de Angra dos Reis, a produção de armamentos, o crescimento econômico acelerado e predatório, eram temas que se popularizavam nos crescentes movimentos ecológicos que se delineavam no Brasil. A posição da delegação brasileira durante a Conferência de Estocolmo de 1972 de defesa “intransigente” da industrialização sem “impedimentos” conservacionistas (Duarte, 2015: 65), que argumentava que as preocupações com os problemas ambientais escondiam interesses imperialistas que tinham por objetivo impedir a ascensão dos países em desenvolvimento, dava o tom da atenção dada aos problemas ambientais pela ditadura civil-militar brasileira: a questão ambiental não estava presente nos discursos dos governos militares, tampouco nas políticas efetivas (Viola, 1992: 84-85). Sobre tal posicionamento, Lutzenberger afirmou:

É um posicionamento dos mais cretinos. Foi a posição do Governo Brasileiro na 1ª Conferência do Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. [de que era cedo para o Brasil se preocupar com poluição]. “Tragam para o Brasil os poluidores”. Algumas indústrias estão encontrando dificuldades em operar nos países onde a população tem um nível de consciência ecológica mais desenvolvida. Resultado: instalam as indústrias poluidoras nos países subdesenvolvidos como o Brasil.¹⁰²

Este era o cenário político-ambiental criticado pelos emergentes movimentos ecológicos brasileiros. Inicialmente vistos como utópicos, exagerados e desconexos com a realidade, aos

¹⁰⁰ Como aponta Regina Horta Duarte, em fins da década de 1960, a questão da poluição já se destacava como um problema a ser resolvido. A Organização Pan-americana de Saúde (Opas) atuava no Brasil desde o início da década, buscando estabelecer parcerias com universidades e órgãos públicos para consolidar medidas ambientais. O presidente Castelo Branco assinou, já no fim de seu mandato, o Decreto-Lei nº 303, que criava o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental, cujo objetivo era “aprender com os erros cometidos pelos países industrializados e evitá-los no Brasil”. Porém, a posse de Costa e Silva e mudanças nas políticas públicas levaram à revogação da lei em setembro de 1967. Cf.: DUARTE, Regina Horta. “Turn to pollute”: poluição atmosférica e modelo de desenvolvimento no “milagre” brasileiro (1967-1973). *Tempo*, vol. 21, n. 37, 2015. p. 67.

¹⁰¹ Sobre os debates sobre o DDT no Brasil, ver: LIGNANI, Leonardo. “Os Debates sobre o DDT na trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (1965-1973): Toxicologia dos Agrotóxicos e Articulação entre Ciência, Saúde e Ambiente. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 7 (3), 2018.

¹⁰² JOSÉ Lutzenberger: o Dom Quixote da Ecologia Brasileira. *O Pasquim*, maio de 1977, p. 7.

poucos estes movimentos foram adquirindo maior visibilidade perante a sociedade e chamando atenção do poder público:

De repente, parece que estamos lendo um jornal sueco ou dinamarquês. As manchetes, como as do JB, anunciam que um juiz interditou a criminosa usina de Angra 1; o presidente liberou 82 milhões para a ecologia; uma multinacional foi condenada por um incêndio; reabriram o canal para salvar a lagoa de Piratininga, etc, etc.¹⁰³

Múltiplas associações ambientais se delineavam na virada dos anos 70 para os 80, sem que, contudo, deixassem de ser observadas de perto pelo regime civil-militar. Documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI)¹⁰⁴, disponibilizados recentemente através da Comissão Nacional da Verdade, demonstram que as entidades ambientais de maior expressão do período eram monitoradas por agentes do governo, tendo suas atividades detalhadas em documentos confidenciais:

| Entidades voltadas à defesa do Meio Ambiente em 1983 | | | | |
|---|---|-------------------------------------|--------------------------|---|
| Nome | Endereço | Natureza Jurídica | Área de atuação | Campo de atuação |
| Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). | Av. Presidente Wilson, 164, Rio de Janeiro. | Sociedade Privada | Todo território nacional | Meio Ambiente, controle de poluição e saneamento básico |
| Associação Brasileira de Solidariedade à Libertação Total de Pássaros Engaiolados | Av. Almirante Barroso, 72, Rio de Janeiro. | Sociedade civil sem fins lucrativos | Rio de Janeiro | Recursos Naturais |
| Asociacion Interamericana de Igienieria Sanitaria y Ambiental (AIDIS) | Av. Presidente Wilson, 164, Rio de Janeiro. | Sociedade civil privada | Continente americano | Meio Ambiente e Saneamento básico |
| Campanha Popular em Defesa da Natureza (CPDN) | Rua Sambaiba, 400 Rio de Janeiro. | Sociedade civil privada | Todo território nacional | Meio Ambiente e Recursos Naturais |

¹⁰³ SANT'ANNA, Affonso. Ruschi, o mito do herói fundador. *Jornal do Brasil*, 08 de junho de 1986. Caderno B, p. 4.

¹⁰⁴ Como Aponta Heloísa Sterling, entre 1964 e 1970 foi criado, no âmbito da ditadura civil-militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI), que era um instrumento de coleta e análise de informações e de inteligência. Funcionava como um órgão de formulação de estratégias para a presidência da República e como o núcleo principal de uma rede de informações que atuava dentro da sociedade e nos mais diversos níveis de administração pública. O SNI estruturava-se através de agências regionais, que propiciavam ao sistema “uma capilaridade sem precedentes”. Os agentes do SNI eram responsáveis por produzir relatórios que traziam informações e avaliações sobre o governo e o público em geral, analisando o comportamento de agentes e instituições da sociedade, como igrejas, sindicatos, entidades estudantis, imprensa, movimentos sociais etc. Cf.: STERLING, Heloísa. Órgãos de Informação e repressão da ditadura. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>. Serviço Secreto. Arquivo Nacional, Memórias Reveladas. Disponível em: [O serviço secreto \(memoriasreveladas.gov.br\)](http://servico.secreto(memoriasreveladas.gov.br)). Acesso em 26 de julho de 2021.

| | | | | |
|--|--|--|--------------------------|---|
| Centro Norte- Fluminense para Conservação da Natureza | Rua Tenente Coronel Cardoso, 460, Campos. | Sociedade civil privada | Região Norte-Fluminense | Meio ambiente, controle de poluição e recursos naturais. |
| Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) | Praia de Botafogo, 210, Rio de Janeiro. | Fundação Privada | Território Nacional | Recursos Naturais e Meio ambiente |
| Habitat - Educação Ecológica | Praia de Icaraí, 113, Niterói. | Sociedade Civil Privada | Niterói | Meio ambiente, Educação ambiental, e controle de poluição |
| Centro de Estudos e Conservação da Natureza (CECNA) | Rua Alberto Braune, 88, Nova Friburgo. | Entidade de Caráter Filantrópico | Território Nacional | Meio Ambiente e Educação Ambiental |
| Associação Amigos de Petrópolis, Patrimônio, Proteção dos Animais e defesa da Ecologia (APANDE) | Rua Professor Cardoso Fontes, 288, Petrópolis. | Entidade civil sem fins lucrativos. | Petrópolis | Recursos Naturais e Meio ambiente |
| Grupo Excursionista Agulhas Negras (GEAN) | Rua dos Andradas, 260, Resende. | Sociedade Civil Privada | Todo território nacional | Recursos Naturais e Meio ambiente |
| Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPE) | Angra dos Reis. | Objetivo: Pagnar contra a instalação de Usinas Nucleares | - | - |
| Cooperativa Mista dos Produtores e Consumidores de Alimentos, Ideias e Soluções Naturais (Coonatura) | Rua Dona Mariana, 149, Botafogo. | - | Estado do Rio de Janeiro | - |
| Associação Nacional de Defesa do Ambiente Natural (ANDAN) | - | - | - | - |
| Associação Capixaba de Proteção e Estudos do Meio Ambiente (ACAPEMA) | Espírito Santo | - | Estado do Espírito Santo | - |

Principais Entidades Ecológicas apontadas por documento confidencial do Serviço Nacional de Informação. Fonte: Entidades e/ou grupos voltados para a defesa do meio ambiente. Serviço Nacional de Informações, Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8. Referência: BR DFANBSB V8. MIC, GNC.CCC.83009913. 17 de novembro de 1983.

Em documento confidencial do SNI de setembro de 1986, intitulado “Entidades e/ou movimentos em defesa do meio ambiente” é apontado que existiam há cerca de dez anos. As entidades ecológicas estariam passando por “empecilhos” para que fossem reconhecidas, por serem entidades pequenas, sem acesso aos meios de comunicação e desarticuladas entre si. O mesmo documento destaca o Rio de Janeiro, afirmando que o movimento neste estado havia se intensificado com o surgimento da Assembleia Permanente em Defesa do Meio Ambiente (APDMA), criada em 1985. A partir deste momento teriam começado a participar do ativismo ecológico “vários elementos” que já haviam alcançado notoriedade em outras áreas, eram eles: Fernando Gabeira, Carlos Minc Baumfeld, Liszt Benjamin Vieira Aragon e Lucélia Santos, que se uniram para formar o Partido Verde, como será destacado mais à frente. Tais atuações, junto à APDMA teriam dado maior destaque ao ativismo ecológico no Rio de Janeiro.

O documento segue abordando as entidades ecológicas, afirmando que, para estas conseguirem registro, deveriam obedecer a um processo relativamente complexo. De acordo com a visão do documento, o maior problema seria o fato de que os ecologistas estariam encontrando dificuldade em angariar recursos humanos. Alguns grupos ecológicos contariam com cerca de 1.500 associados, mas apenas cerca de 50 pessoas trabalhariam efetivamente em prol das instituições.

É feita uma explicação detalhada sobre os tipos de instituições ecológicas mais comuns:

| Entidades ecológicas | |
|-------------------------------|--|
| Tipo | Descrição |
| Fundações | Com toda regulamentação jurídica que orienta o seu funcionamento. |
| Cooperativas Formais | Funcionam de acordo com o modelo legal. |
| Cooperativas Informais | Atuam legalmente como uma associação civil. |
| Associações | São entidades civis que possuem uma diretoria eleita, mas que, na prática, terminam sendo a direção de um colegiado. |

Fonte: Entidades e/ou movimentos em defesa do Meio Ambiente. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Associação Rio de Janeiro, setembro de 1986. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

Quanto às orientações políticas dos grupos ecológicos, é apontado que são divergentes, havendo, inclusive, grupos que dizem que a ecologia não tem relação com a política. Cada grupo teria a sua questão fundamental, no que diz respeito à sua plataforma de ação. Existiriam os seguintes “tipos” de grupos ecológicos: i) grupos que têm atuação local, a partir de uma questão de interesse comunitário. Tais grupos atuavam no máximo em nível regional; ii) grupos que se articulavam em função de questões ideológicas e de um projeto de intervenção política; iii) grupos que estavam em transição entre o grupo ecológico e unidade de produção ecológica. Sobre os recursos financeiros de cada entidade, havia a variação na forma de obtenção destes recursos. Algumas tinham atuação econômica e sobreviveriam de ministrar cursos e de mensalidades de sócios, outras, de vendas de produtos. Os demais grupos dependeriam exclusivamente da contribuição dos associados.¹⁰⁵

Um dos temas que mais mobilizou a atuação de tais entidades dizia respeito à mobilização contrária ao uso de energia nuclear. Brasil e Alemanha Ocidental haviam assinado, em junho de 1975, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de cooperação para o uso pacífico de energia nuclear em território brasileiro, visando a inserção de tecnologia de reatores e da técnica de enriquecimento de urânio. Tal acordo gerou grande insatisfação, sendo alvo de inúmeros protestos:

Nesse meio tempo, o Acordo Nuclear, especificamente o Programa Nuclear Brasileiro, tem-se constituído em alvo por violentas críticas de vários segmentos da sociedade. Esses debates envolvem matérias de natureza política, econômica e ecológica, ora provocando movimentos contestatórios de massa e reação científica contra a opção nuclear, ora incluindo fricções no relacionamento internacional, como foi o caso da crise momentânea¹⁰⁶ entre o Brasil e os Estados Unidos¹⁰⁷.

Os documentos do SNI traziam os nomes de algumas organizações que atuavam neste movimento contestatório à instalação de usinas nucleares no Brasil. Em 30 de janeiro de 1980, por exemplo, são citadas, como de maiores expressões, a ACAPEMA – Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente, no Espírito Santo e a COONATURA – Cooperativa Mista de Produtores e Consumidores de Alimentos, Ideias e Soluções Naturais, no Rio de Janeiro (cuja

¹⁰⁵Entidades e/ou movimentos em defesa do Meio Ambiente. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Associação Rio de Janeiro, setembro de 1986. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

¹⁰⁶ Tal crise teria se dado devido a uma “suspensão temporária” do Acordo Nuclear por parte dos Estados Unidos, uma vez que o Brasil recusou-se a assinar ao Tratado de não – proliferação nuclear, em 1967.

¹⁰⁷ Programa Nuclear Brasileiro, condenações e movimentos de protesto. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8. Referência: BR DFANBSB V8. MIC, GNC.CCC.80002741. 17 de abril de 1980.

atuação abordaremos mais adiante). O relatório dizia que tais entidades vinham organizando movimentos voltados ao combate “sistemático” à instalação das usinas nucleares e que estavam sendo chamados a participar estudantes, além de “políticos ligados à oposição os quais se valem da oportunidade para fazer proselitismo eleitoral, bem como para criticar o acordo nuclear Brasil- Alemanha.” (p. 2). A Coonatura teria preparado uma marcha ciclística a Angra dos Reis, para protestar contra a instalação da Central Nuclear da Praia de Itaorna, ato semelhante ao que a Acapema havia planejado algum tempo antes em uma jornada de Vitória a Aracruz, no estado do Espírito Santo. Na jornada ciclística a Angra, os participantes mobilizaram manifestações em alguns pontos da cidade do Rio de Janeiro e dirigiram-se à estrada Rio- Santos em direção a Angra dos Reis, entre os dias 17 a 19 de janeiro de 1980. Foram promovidos “comícios relâmpagos”, onde se chamava a atenção da população e da imprensa para a necessidade da defesa do meio ambiente e da volta ao consumo de alimentos naturais, relacionando tais temáticas ao protesto contra a instalação da Usina Nuclear Alvaro Alberto.¹⁰⁸ Participaram da jornada 16 jovens associados à Coonatura, que, ao chegarem em Angra dos Reis, foram recebidos por mais de 300 pessoas que seguiram em passeata pelas ruas da cidade, finalizando com um ato público. Por fim, o documento do SNI minimiza o movimento, concluindo que: “O movimento patrocinado pela Coonatura não teve repercussão, reduzindo-se a proporções mínimas.” (p. 3).¹⁰⁹

Os documentos do SNI seguiram destacando movimentos em diversas cidades, demonstrando fiscalizar de perto os objetivos e ações dos movimentos ecologistas do período. Os jornais também destacavam tais movimentos, como outro evento realizado em Angra no ano de 1983, quando o Coletivo “Hiroshima Nunca Mais” organizou 48 horas de “política e lazer” na manifestação intitulada “Pela vida, pela paz, Hiroshima nunca mais”, contra programas nucleares e a ativação de usinas. A matéria aponta que os moradores da cidade teriam participado ativamente da programação, confeccionando faixas e camisetas e participando da

¹⁰⁸Apesar da grande repercussão de movimentos contrários à instalação de uma usina nuclear no Brasil, foram instaladas duas usinas nucleares no município de Angra dos Reis, que formam a Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto. A primeira usina brasileira, Angra 1, entrou em operação em 1985. Já Angra 2 opera desde o ano 2000. Já Angra 3 obteve sua licença de construção em 2010, estava prevista para entrar em operação no ano de 2014, mas em 2019 teve sua operação interrompida pela Operação Lava Jato e, até junho de 2021 não teve sua construção retomada. Cf.: História- Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – Usinas Nucleares de Angra dos Reis mostram outro lado da matriz energética brasileira. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, ano 7, Ed. 63, 2010; LUNA, Denise. Brasil terá mais seis usinas nucleares a partir de 2030. *O Estado de São Paulo*, 26 de setembro de 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-planeja-investir-us-30-bi-em-reactores-nucleares-em-dez-anos,70003026352> . Acesso em 08 de junho de 2021.

¹⁰⁹Movimento Contestatório contra a instalação de Usinas Nucleares. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8. Referência: BR DFANBSB V8. MIC, GNC.CCC.80002222. 30 de janeiro de 1980.

passeata. O ponto alto da manifestação ficou por conta de debate na Câmara Municipal, quando foram discutidas as causas e consequências do funcionamento das usinas. O jornalista Fernando Gabeira, cuja trajetória ecológica será mencionada mais à frente, participou do movimento, respondendo inúmeras perguntas sobre o real perigo da energia nuclear.¹¹⁰ Dentre as principais críticas às usinas nucleares, estavam os fatos de serem caras, perigosas e desnecessárias. Criticava-se a falta de planejamento e informação à população em geral, sobretudo aos moradores de Angra dos Reis. Um plano de evacuação, em caso de acidente, mostrava-se ineficiente, não prevendo a instalação de sirenes, ambulâncias e uma integração entre o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil do município. Inaugurada em 1985, a Usina Angra I foi alvo de intenso debate e polêmicas, tendo sido, por exemplo, interditada em 1986, momento em que já possuía uma “piscina” com 20 toneladas de lixo atômico: “nem na terra e nem no mar pode-se jogar o lixo cuja vida útil é de 30 mil anos”, afirmou Carlos Minc, um dos fundadores do Partido Verde¹¹¹. Os protestos foram acentuados com o acidente nuclear de Chernobyl, Ucrânia (URSS), ocorrido em 26 de abril de 1986, considerado o maior desastre nuclear comercial da história. Naquele ano, Angra foi palco de mais um protesto, desta vez com proporções ainda maiores, reunindo cerca de 5 mil pessoas, dentre artistas, políticos, ecologistas e físicos. A Usina de Chernobyl foi o símbolo do movimento, organizado pelos grupos “Hiroshima Nunca Mais” e Sociedade Angrense de Proteção Ecológica. Os manifestantes chamavam as usinas de “crimes lesa humanidade” e afirmavam que o “verde é vida”.

¹¹⁰ ANGRA dos Reis realiza jornada antinuclear. *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1983, 1º Caderno, p. 12.

¹¹¹ ANGRA se veste de verde e faz protesto contra usina. *Jornal do Brasil*, 12 de julho de 1986, 1º Caderno, p. 7.



“Faixas e cartazes alertam para o perigo das usinas nucleares”. Fotografia de Antônio Batalha. *Jornal do Brasil*, 12 de julho de 1986, 1º Caderno, p. 7.



Charge problematizando a questão nuclear. *Jornal do Brasil*, 15 de junho de 1986, Caderno B, p. 4.

| CUSTO SOCIAL DO ACORDO NUCLEAR BRASIL-ALEMANHA | |
|--|------------------------------------|
| US\$ 7,5 bilhões | corresponde a |
| | 2.900 escolas com 8 salas |
| | + 98.000 creches para 100 crianças |
| | + 1.300 pronto-socorros |
| | + 1.8 milhão de casas populares |

Parte de panfleto distribuído para participantes do IV Congresso Paulista de Ecologistas e Pacifistas, realizado de 20 a 29 de outubro de 1989, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Fonte: Documentos confidenciais da Associação São Paulo- Sistema Nacional de Informações, 14 de dezembro de 1989.

2.3- A partidarização do movimento ecológico: a criação do Partido Verde no Brasil

[...] Acreditamos que dificilmente existirá outra nação onde a potencialidade da causa ecológica seja tão grande. Também dificilmente existirá outra nação onde a urgência dessa luta seja tamanha. O Brasil é um dos países do mundo com mais natureza e vida a defender e, simultaneamente, um dos países onde elas estão sendo mais rapidamente devastadas pela voracidade dos modelos econômicos predatórios, do capitalismo selvagem, pelo descaso e inoperância do Estado e pelo ainda baixo nível de consciência e organização dos cidadãos. Acreditamos que esse quadro pode ser modificado e que as condições para tanto nunca estiveram tão favoráveis quanto agora, apesar de tudo. Por isso o Partido Verde surge como alternativa política para os que acreditam na possibilidade de uma vida diferente e de uma nova sociedade.¹¹²
(Trecho do Manifesto do PV, 1987).

Na segunda metade da década de 1980, os ecologistas já formavam movimentos sólidos e possuíam visibilidade perante a sociedade brasileira, com a existência de aproximadamente 900 associações em todo o Brasil. No fim da ditadura civil-militar, esses movimentos buscavam participar ativamente da vida pública, obtendo um caráter político no contexto da redemocratização brasileira. Como aponta Santos, os anos 1980 revelaram uma grande articulação e mobilização popular, que buscava reivindicar melhorias nas condições de vida, com pautas como o saneamento básico, moradia, saúde, educação. É neste contexto que crescem diversas formas de protesto, como o movimento feminista, o movimento negro, o movimento estudantil e o movimento ecologista. Diminuíam as repressões contra os movimentos sociais, além do fim da censura e da imprensa terem aberto espaço para protestos contra o regime militar e sua política de desenvolvimento. Neste momento, os movimentos ambientalistas brasileiros lançaram-se em protestos e campanhas de grande visibilidade nacional (Santos, 2008: 52). Passaram também a visar a ocupação de cargos executivos e legislativos no empenho de promoção das pautas ambientais. Os verdes brasileiros buscavam se organizar, inspirados no cenário internacional, quando, entre fins da década de 1970 e início da década de 1980, emergiram inúmeros “partidos verdes”, que representavam uma nova forma de movimento político, que se distinguia de outros partidos, sobretudo por sua organização ecologicamente orientada, participativa e descentralizada, além de estreitas relações com os movimentos sociais dos anos 1960 e 1970. Nos últimos anos da década de 1980, os verdes conquistaram expressivo sucesso eleitoral, ganhando representação parlamentar em países como Alemanha, Bélgica e Suécia (Burchell, 2002: 1-2).

¹¹²Manifesto do Partido Verde. Especial Lua Nova, 3 (4), junho de 1987. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/s4kbwJwLsx8HSzctcfSxbjJ/?lang=pt>. Acesso em 24 de junho de 2021.

No Brasil, entre fins de 1985 e início de 1986, ano eleitoral decisivo para os rumos políticos do Brasil, pelo fato de que o Congresso Nacional, eleito em 1986, seria responsável por elaborar a nova constituição brasileira, cerca de 100 associações ecológicas buscavam participar ativamente das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, formando a Coordenação Interestadual Ecológica para a Constituinte. Esperava-se eleger cerca de 25 candidatos, por diversas siglas, em busca de uma opção eco-política. “Ecologizar” a constituinte era a palavra de ordem¹¹³. Dentre as pautas reivindicadas estavam o reconhecimento do “ecocídio” como crime até a formulação de uma política nacional voltada às pesquisas científicas e tecnológicas com foco ambiental. Com articulações de diversas entidades, foram criadas as Assembleias Permanentes, que elaboraram um programa de defesa ecológica para os Estados brasileiros. Tais programas foram submetidos a inúmeros candidatos às prefeituras simpáticos à causa ambiental, que se comprometiam com os movimentos ecológicos.

Com o discurso de que a questão ambiental estaria entrelaçada com a questão social, parte dos movimentos defendeu a formação de um Partido Verde, seguindo o exemplo de outros países, e criando as Listas Verdes, criadas no âmbito da Reunião Interestadual de Ecologia Política, realizada em novembro de 1985. Tais listas reuniam nomes de militantes ecológicos que apoiariam candidatos nos estados onde não existiriam condições de lançamento de candidaturas próprias.

Como aponta Santos, o cenário político antecedente à nova constituição impulsionou a criação de novos partidos, dentre estes o Partido Verde. Certamente seria uma grande oportunidade de concretizar legalmente pautas ambientais reivindicadas pelo grupo de ambientalistas que crescia àquele momento. (Santos, 2008: 47).

Reportagem de 26 de janeiro de 1986 aponta que os possíveis candidatos, pelo Rio de Janeiro, apoiados pelas Listas Verdes para as eleições gerais daquele ano seriam: Fernando Gabeira (pelo Partido Verde, em vias de criação), Liszt Vieira e Lucia Arruda (PT) e José Frejat (PDT). Em São Paulo e Rio Grande do Sul, além dos partidos citados, seriam apoiados candidatos do PMDB.¹¹⁴

¹¹³ ECOLOGISTAS lançam o verde na Constituinte. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1986, p. 6.

¹¹⁴SALLES, Simone. Movimento Ecológico progride e se prepara para a Constituinte. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1986, 1º Caderno, p. 18.



Idealizadores do Partido Verde brasileiro. Foto de Aguinaldo Ramos, *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1985, 1º Caderno, p. 26.

Os idealizadores do PV¹¹⁵, àquele momento, encontravam dificuldade em sua legalização devido à Lei Orgânica dos Partidos de 1980, que exigia a formação de diretórios em 20% dos municípios de pelo menos 5 estados. A única hipótese de legalização seria a alteração da referida lei, prometida pelas lideranças da Câmara legislativa. “Não é possível que o direito à organização política dos cidadãos continue amarrado ao ranço burocrático-cartorialista herdado da ditadura”¹¹⁶, disse Alfredo Sirkis, um dos idealizadores do partido. Neste momento, havia também a aproximação do coletivo ecológico com o PT, PDT, PMDB e PSB¹¹⁷. Em caso de fracasso na legalização do PV, a ideia era fazer com que as listas verdes disputassem as eleições de 1986 em outras legendas, especificamente os partidos citados acima.¹¹⁸ Tal cenário de fato ocorreu, pois o Partido Verde conseguiu seu registro oficial apenas em 1993, tendo nomes como Fernando Gabeira se candidatando a governador do Rio de Janeiro e Carlos Minc a deputado estadual (eleito com 24.641 votos) pelo PT nas eleições de 1986¹¹⁹.

¹¹⁵ Dentre os idealizadores do PV podem ser destacados: Fernando Gabeira, Carlos Minc, Alfredo Sirkis, John Neschling e Lucélia Santos.

¹¹⁶ CÔRTEZ, Celina. Partido Verde amadurece ação visando eleger parlamentares. *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1985. 1º Caderno, p. 26.

¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹⁸ SÍRKIS, Alfredo. Notícias do “front” verde. *Jornal do Brasil*, 13 de dezembro de 1985, Caderno B, p. 10.

¹¹⁹ MARTINS, Franklin. PV faz assembleia geral em que nem tudo são flores. *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1986, 1º Caderno, p. 4.

Dentre as premissas do partido, estava a não exclusividade aos temas ecológicos. Faria parte de seus objetivos “a busca do equilíbrio nas relações humanas”. Na reunião de formação oficial do PV, no final de janeiro de 1986, realizada no Teatro Clara Nunes, na cidade do Rio de Janeiro, umas das propostas que mais empolgou a plateia, que contava com “feministas, militantes de Movimentos Negros, gays, estudantes e pacifistas”, foi a criação de um Coletivo Antirracista. Ao ideário do partido uniam-se jovens, que se encontravam em diversos colégios e no Parque Lage a fim de debater a criação de coletivos do Partido Verde¹²⁰.

O lema da fundação do partido fazia referência a uma máxima maoísta: “autonomia, movimento e multiplicidade”, além das frases: “Que floresçam as mil flores” e “Verde que te quero verde”¹²¹. Dentre os objetivos estaria o incentivo à cultura, à liberalização dos “tóxicos” (referência às drogas ilícitas, em especial a maconha), a defesa do aborto, além de manifestações antirracistas, propostas pela preservação das águas da Baía de Guanabara e democratização dos meios de comunicação.¹²² Críticas ao uso abusivo de agrotóxicos também surgiam, vinculadas às pautas reivindicatórias do partido ecologista que se formava àquele momento. Exemplo disto foram as expectativas para um debate entre candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro. Os membros do PV prometeram colocar no lugar da cadeira de qualquer candidato faltoso uma lata de agrotóxico para representá-lo, o que demonstra que o assunto possuía relevância no âmbito das contestações promovidas pelos verdes políticos.¹²³ Já ao longo da campanha eleitoral de 1986, a coligação PT/PV, além de espalhar flores e desenhos nos folhetos, dizia:

Você acorda com barulho, respira fumaça, come tomate com agrotóxico, sabe que há metal pesado na água que você bebe, pega parasita de pele na praia, sofre com o trânsito, com as enchentes, com os deslizamentos das encostas e tem pesadelo com Angra-Chernobyl.¹²⁴

Fernando Gabeira, que se candidataria ao governo do Estado do Rio de Janeiro, primava pela valorização das “culturas oprimidas”, em especial a cultura negra, o fortalecimento e produção cultura feminina e as artes manuais, um tratamento “liberal” aos consumidores de

¹²⁰Atuação do Movimento Ecológico Brasileiro. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações-Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no S1istema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8. Referência: BR DFANBSB V8. MIC, GNC.CCC.86012829. 5 de março de 1986.

¹²¹ CÔRTEZ, Celina. Partido Verde amadurece ação visando eleger parlamentares. *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1985. 1º Caderno, p. 26.

¹²²Atuação do Movimento Ecológico Brasileiro. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações-Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no S1istema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8. Referência: BR DFANBSB V8. MIC, GNC.CCC.86012829. 5 de março de 1986.

¹²³ LANCE livre. *Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 1985, 1º Caderno, p. 6.

¹²⁴ MENDONÇA, Thais de. Ciclo dos Santinhos chega ao fim. *Jornal do Brasil*, 30 de outubro de 1986, p. 7.

“tóxicos”, isentando os usuários de responderem criminalmente pelo consumo. Em relação ao aborto, o objetivo era garantir que as mulheres tivessem filhos nas melhores condições, mas que pudessem interromper a gravidez quando achassem necessário.¹²⁵

Os fundadores do partido se declaravam desvinculados de uma política tradicional e afirmavam que conquistavam o apoio dos segmentos mais jovens da população “pela ampla liberalidade”.¹²⁶ Em comum, muitos deles participaram de movimentos contrários à ditadura (caso de Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Carlos Minc, presos e exilados¹²⁷) e se identificavam com o socialismo. Ao retornarem ao Brasil, no final da década de 1970, engajaram-se em movimentos de cunho ecológico.¹²⁸ Como aponta Santos, a experiência cultural e política obtida pelos idealizadores do PV, no tempo em que estiveram exilados, foi importante para definir as ações do grupo ao retornarem ao Brasil. No exílio, tiveram contato com os movimentos verdes, pacifistas e alternativos, assim como os partidos verdes da Alemanha e da Suécia (Santos, 2008: 95). Inclusive, documentos confidenciais do governo brasileiro apontam aproximação dos articuladores do movimento ecológico com o Partido Verde alemão, afirmando existir correspondência permanente entre os verdes dos dois países.¹²⁹

O ano eleitoral de 1986 contou com um “calendário ecológico”, com quatro jornadas nacionais: em 5 de julho, o Dia da Fumaça, para manifestações contra a poluição industrial; em 6 de agosto, aniversário da explosão em Hiroshima, com a Jornada pela Paz e Direitos Humanos; em 21 de setembro, com a Jornada de Defesa das Florestas, contra o desmatamento e degradação; e 16 de outubro, Dia Nacional de Luta Contra os Agrotóxicos e Biocidas.¹³⁰

A candidatura mais expressiva foi a de Fernando Gabeira, que concorreu ao governo do estado do Rio de Janeiro pelo PT, como dito anteriormente. Porém, seu nome não foi unânime dentre os correligionários do Partido dos Trabalhadores, isto porque muitos questionaram a representatividade que ele teria perante as bandeiras tradicionais do partido: a classe

¹²⁵ *Ibidem.*

¹²⁶ *Ibidem.*

¹²⁷ Fernando Gabeira fez parte do Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8, criado em 1968 e Alfredo Sirkis e Carlos Minc participaram da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. Tais movimentos atuaram em ações contrárias à ditadura civil-militar brasileira e foram duramente reprimidos pelo regime militar. Cf.: SANTOS, Adriana V. A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil. Dissertação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 94 e 95.

¹²⁸ CÔRTEZ, Celina. Partido Verde amadurece ação visando eleger parlamentares. *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1985. 1º Caderno, p. 26.

¹²⁹ Partido verde (PV): criação, estrutura e legalização. Documento Confidencia da Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – 11 de março de 1987, p. 3.

¹³⁰ CÔRTEZ, Celina. Partido Verde amadurece ação visando eleger parlamentares. *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1985. 1º Caderno, p. 26.

trabalhadora e a reorganização do movimento sindical.¹³¹ O próprio Gabeira afirma que a resistência à sua candidatura se deu sob o argumento de que o candidato tinha de ser trabalhador, tendo ele argumentado ser um “trabalhador intelectual” (Gabeira, 2012: 116).

A campanha de Gabeira teve alguns pontos marcantes, como a marcha “Fala Mulher”, na Avenida Rio Branco, que conseguiu mobilizar mais de 2 mil pessoas. Gabeira afirma que este movimento foi uma tentativa das mulheres do PT e do PV de colocarem sua temática nas eleições, algo que jamais havia acontecido, embora as eleições no período pós-ditadura estivessem apenas começando (Gabeira, 2012). Outro evento marcante da campanha foi o abraço à Lagoa Rodrigo de Freitas, que mobilizou cerca de 70 mil pessoas, que se abraçavam em torno de 8 quilômetros de orla: (Gabeira, 2012)

No abraço à Lagoa ninguém chorava. Era uma multidão alegre e colorida. Não estava ali para ouvir discursos. Não havia um palanque de onde brotariam palavras de ordem. Como candidato, limitei-me a entrar num barco, percorrer a orla saudando os manifestantes. Minha família estava comigo: Yamê, com quem vivia fazia quatro anos, nossa filha Tami, e Maya, esta ainda dentro da barriga da mãe. Marchávamos para uma previsível derrota, mas cheios de otimismo. A realidade, de certa maneira, justificou o otimismo. A votação do PT triplicou no Rio, foi plantada a semente do Partido Verde, saímos todos satisfeitos. (*Ibidem*, pág. 118).



O abraço à Lagoa Rodrigo de Freitas. Foto de Evandro Teixeira, em 26 de Outubro de 1986. *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1986. Retrospectiva 86, p. 22.

¹³¹ PT NÃO veta candidatos, mas critica critérios. *Tribuna da Imprensa*, 02 de maio de 1986, p. 3.

O ato simbólico com repercussão nacional trouxe novos ares ao movimento ecológico carioca. Matéria assinada pelo jornalista Edílson Martins, do *Jornal do Brasil*, aponta que a partir das grandes proporções decorrentes do “abraço”, o Rio de Janeiro definitivamente se apropriava da hegemonia do movimento ecológico brasileiro, antes protagonizado por Porto Alegre, São Paulo e Florianópolis:

O abraço tornou-se possível – e vitorioso, portanto um grande triunfo- porque permitiu reunir o conservacionista, o preservacionista, os militantes pela paz, as terapias do corpo, o pessoal da macro, os desocupados – e não são poucos – os carentes, os deslumbrados, o cidadão sério que no domingo não suporta ficar em casa, o agrônomo. O abraço tirou o mico-leão-dourado, as dunas de Cabo Frio, a usina nuclear Angra I da linha de frente da questão ecológica e conseguiu atrelar outras questões. Eis aí o pulo do gato. [...] ¹³²

As eleições de 1986 foram significativas para o recém-criado Partido Verde. Apesar da derrota de Gabeira nas urnas, que conquistou o terceiro lugar na disputa pelo Estado do Rio de Janeiro, o partido conquistou visibilidade perante a sociedade, levando a questão ambiental, aliada a demandas populares, ao conhecimento de um maior número de pessoas. A aliança com o PT foi um tema que gerou discussões após as eleições: ameaçava gerar uma divisão entre os verdes: enquanto os nomes mais conhecidos do partido, como Gabeira, Carlos Minc e Alfredo Sirks (fundadores do PV) acenavam uma aliança permanente junto ao Partido dos Trabalhadores, os núcleos de bairros e associações ecologistas, assim como jovens militantes, desejavam a separação do PT, defendendo “o direito de voz aos militantes jovens e desconhecidos para impedir que o partido se transforme em um departamento do PT”. ¹³³

¹³²MARTINS, Edílson. Aquele abraço: a manifestação da Lagoa mostrou que o movimento ecológico no Rio saiu do gueto da gaiola verde. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 2 de novembro de 1986, p. 8.

¹³³UNIÃO com PT ameaça dividir PV. *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1987, 1º Caderno, p. 3.



Fernando Gabeira discursando em plenária do Partido Verde. Foto de Sonia D'Almeida, em 19 de janeiro de 1987, *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, p.2.

Após as eleições, o partido seguiu buscando sua legalização e buscou se organizar de maneira mais objetiva, instalando núcleos em diversos municípios, em áreas de atuação específicas. Neste sentido foi realizada a 1ª Reunião Plenária do PV, em 18 de janeiro de 1987, contando com a participação de dois delegados de cada núcleo. Tal evento teve por objetivo eleger um Conselho Político Provisório e definir os rumos do partido. Em fevereiro do mesmo ano, o partido se reuniu novamente, elegendo a Executiva Regional Provisória, cuja composição era: Leonardo Netto, Alfredo Syrkis, Fernando Gabeira, Guido Gelli, Patrícia Kranz, Hortense Marcier, Maurício Lobo Abreu; Tereza Virgínia e Jorge Badia. Neste encontro ficou definida a data de entrada do pedido de registro do PV junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE): 5 de junho de 1987, que, não por acaso, é o dia do Meio Ambiente¹³⁴.

A atuação do PV seguiu sendo alvo de controvérsias entre os ecologistas. Dentre as objeções feitas ao partido, estava a crítica de que o PV estaria “desenraizado” da realidade brasileira, idealizado pelas elites, distante do “país real”.¹³⁵ Nas eleições presidenciais de 1989, houve uma tentativa, por parte do PV, de lançamento de Gabeira a vice de Lula. Porém, apesar de o PT enxergar com bons olhos tal chapa, PSB e PC do B “bombardearam” a ideia. Gabeira

¹³⁴Partido Verde (PV): criação, estrutura e legalização. Documento Confidencia da Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – 11 de março de 1987, p. 6.

¹³⁵ARNT, Ricardo. País ecocida. *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1986, p. 48.

aponta que os opositores a ele diziam que ele não tinha o perfil “viril” que o povo brasileiro esperaria de um candidato, “diziam que eu parecia gay”, disse ele, em seu livro sobre sua vida na política. Outros apontavam que um nome ligado à luta das minorias poderia enfraquecer a campanha, podendo ser apenas “propaganda para marcar oposição”. Por fim, o PSB foi escolhido para disputar as eleições como vice de Lula. Assim, o PV decidiu lançar candidatura própria à presidência, tendo Gabeira como candidato, que obteve 125.842 votos, conquistando apenas 0,18% dos votos válidos.¹³⁶

Após as eleições de 1989, Gabeira retornou à Europa, enquanto o PV buscava sua legalização formal (Gabeira havia disputado as eleições de 1989 com o registro provisório do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE¹³⁷). O PV foi formalizado apenas em 1993. O documento apontava que o PV atendia a todas as exigências legais, demonstrando estar definitivamente organizado em 8 estados e no Distrito Federal, tendo eleito o seu Diretório Nacional, presidido por Alfredo Syrkis, e respectiva Comissão Executiva no prazo legal estabelecido.¹³⁸

2.4- Novas perspectivas agrícolas: a agricultura alternativa

Perante os ares de mudança observados mundialmente com a difusão de uma ética ambiental, críticas a projetos de desenvolvimento e novos debates que relacionavam cada vez mais saúde e ambiente, a agricultura foi tema relevante, alvo de novas perspectivas. Como visto, o otimismo gerado a partir da difusão da Revolução Verde passou a ser ofuscado por novos estudos, movimentos, debates e ações que problematizavam as mudanças tecnológicas no campo. A modernização agrícola difundida globalmente, calcada no uso de agrotóxicos, adubos químicos, mecanização do campo, ampliação das áreas agrícolas cultiváveis, dentre outros desdobramentos, passou a ser encarada enquanto um grave problema ambiental e de saúde pública e, conseqüentemente, novas alternativas passaram a ser difundidas.

Neste contexto surge a agroecologia, definida por Gliessman como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o manejo de agroecossistemas sustentáveis” (Gliessman, 2002: 13). A agroecologia diz respeito ao conhecimento necessário para o desenvolvimento de

¹³⁶ Fonte: Atlas das eleições presidenciais. Disponível em:

<https://sites.google.com/site/atlasleicoespresidenciais/1989>. Acesso em 25 de junho de 2021.

¹³⁷ CAMPOS, Patrícia; SOUSA, Luis Otávio de; DANTAS, André. Verbete: GABEIRA, Fernando. CPDOC/FGV- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-paulo-nagle-gabeira>. Acesso em 25 de junho de 2021.

¹³⁸BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Registro de Partido nº 243, Classe 7ª- Distrito Federal – Brasília, 30 de setembro de 1993.

uma agricultura que seja, ao mesmo tempo, ambientalmente adequada e altamente produtiva, além de economicamente viável. Esta ciência estabelece condições para novos paradigmas agrícolas, buscando eliminar as diferenças entre a formação de conhecimento e a sua aplicação. Além disso, a agroecologia busca valorizar o conhecimento de agricultores locais, o compartilhamento desses saberes e a sua aplicação rumo a um objetivo comum de sustentabilidade. Gliessman aponta que o caminho sustentável na agricultura é a única opção de preservar a produtividade em longo prazo, junto com mudanças nos padrões de consumo e de uso do solo, buscando uma maior igualdade que beneficie a todos, desde os agricultores até os consumidores. (Gliessman, 2002: 13).

Wezel *et. al.* apontam que a partir da década de 1970 a agroecologia passa por mudanças, continuando a ser definida como uma disciplina científica, mas gradualmente surge também como um movimento e como um conjunto de práticas. Neste período histórico, há um aumento gradativo da inserção da aplicação da ecologia à agricultura, o que pode ser explicado como uma resposta à Revolução Verde. Assim, há, portanto, um crescente interesse do ponto de vista ecológico inserido na agricultura. O conceito de “agroecossistemas” surge também neste momento, indicando “ecossistemas domesticados”, algo intermediário entre um ecossistema natural e um ecossistema fabricado. A relação entre agroecossistemas e agroecologia está no fato de que a agroecologia passou a ser definida como uma forma de proteger recursos naturais, com diretrizes para gerenciar agroecossistemas sustentáveis (Wezel *et. al.*, 2009: 5).

Ehlers salienta que, ao longo dos anos 70, a oposição ao padrão agrícola "convencional" concentrava-se em torno de um amplo conjunto de propostas "alternativas", que ficou conhecido como agricultura alternativa, de base agroecológica. Em diversos países (sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, inicialmente) passou a crescer o interesse por este movimento. Em 1972, por ocasião destes debates foi criada na França, a *International Federation on Organic Agriculture Movement* (IFOAM), que reuniu cerca de 400 entidades "agroambientalistas" e foi a primeira organização internacional criada para fortalecer a agricultura alternativa. As atribuições da entidade se referem à troca de informações entre entidades associadas, a padronização de normas técnicas internacionais, além da certificação de produtos orgânicos. Neste contexto crescia o interesse de pesquisadores e da opinião pública pelo movimento alternativo, atingindo grande número de consumidores que se preocupavam com a qualidade dos alimentos. Assim se popularizou, por exemplo, a agricultura orgânica, uma modalidade de agricultura alternativa (Ehlers, 1994: 239).

No Brasil, entre os anos 1970 e 1980, toma força o modelo agrícola que ficou conhecido, à época, como agricultura alternativa, que emergia como um desdobramento do movimento ecológico. A agricultura alternativa do período abordado neste capítulo englobava uma série de modalidades agrícolas, como a agricultura natural, agricultura biodinâmica, agricultura biológica, agricultura orgânica, agricultura ecológica, dentre outros conceitos originários, sobretudo, de países europeus, como França e Alemanha. Tais modalidades foram idealizadas ainda no início do século XX, porém, é justamente quando houve intensa mobilização ecológica mundial que se popularizaram e constituíram a base de diversos cultivos alternativos. (Ehlers, 1994: 239). Apesar destas correntes agrícolas terem diferenças teóricas e práticas, todas exprimiam o contexto histórico que estamos debatendo neste trabalho e representavam alternativas ao modelo agrícola vigente. A agricultura alternativa brasileira, praticada nos anos 70 e 80, se constituía como um intercâmbio destas práticas, não representando um conceito único e restrito. Elenita Pereira, afirma, por exemplo, que Lutezenberger, um defensor desta modalidade agrícola contestatória, utilizava o termo “agricultura ecológica” e também os termos “biológica”, “orgânica” e “regenerativa” (Pereira, 2016: 39). Como destaca Canuto, na fase inicial dos movimentos alternativos brasileiros (ou ecológicos), muitas “bandeiras” vinham do debate internacional. No entanto, com o passar do tempo, as temáticas e problemáticas nacionais e locais foram sendo incorporadas ao debate, embora a agroecologia, em si, não fosse abordada explicitamente. O que havia, segundo o autor, era uma forte defesa da conservação da natureza, com debates em grande parte relacionados à região amazônica. A visibilidade política dada aos impactos negativos dos projetos de modernização agrícola só foram impulsionados pela questão dos agrotóxicos (Canuto, 1998: 50).

Tais movimentos passaram a ser caracterizados, de acordo com Schmitt et al, por um conjunto diversificado de iniciativas locais, que se desenvolveu em diferentes regiões do país, mobilizados “por un universo heterogéneo de organizaciones no gubernamentales em colaboración com movimientos y organizaciones de agricultores familiares” (Schmitt; Nierdele, 2017: 75).

Como destacou Brandenburg, a agricultura alternativa, enquanto um movimento socialmente organizado, surge como um “contra movimento”, uma alternativa à política de modernização agrícola, que, por seu caráter excludente, levou à reação de agricultores familiares submetidos a esta exclusão, ou seja, aqueles que estiveram de fora de subsídios governamentais ou de serviços prestados por órgãos públicos voltados à assistência técnica. Incluídos neste panorama, em algumas regiões do Brasil, parte destes agricultores passam a atuar junto a órgãos ligados à movimentos religiosos, católicos ou protestantes, caso da

Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligado à Igreja Católica¹³⁹, bem como órgãos que desenvolveram assistência técnica a agricultores com um viés crítico à agricultura convencional, resgatando práticas agrícolas tradicionais que já eram de conhecimento de muitos agricultores e vinham sendo rechaçadas frente às políticas de modernização agrícola. Para o autor, a agricultura alternativa passou a representar “uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significou a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa” (Brandenburg, 2002: 12).

Reportagem do *Diário de Pernambuco*, de 14 de outubro de 1985, ilustra como a agricultura alternativa e outras correntes agrícolas passavam a ser difundidas no país, embora que ainda em pequena escala se compararmos ao panorama agrícola hegemônico. O texto dá conta da visita ao Brasil de um inglês, Herbert Koepp, especialista em agricultura biodinâmica, diretor, desde 1970, do curso de biodinâmica do Emerson College, na Inglaterra. O especialista veio ao Brasil a convite de uma associação de agricultura alternativa de São Paulo. Explicando o conceito de agricultura biodinâmica, uma das correntes agrícolas que a agricultura alternativa do período englobava, ele afirmou:

A agricultura biodinâmica é um sistema que procura trabalhar a fazenda para que ela seja autossuficiente. O trabalho é realizado de acordo com as condições locais do cultivo e culturas adaptadas. Esse tipo de propriedade é mais numeroso na parte norte dos países da Europa, de clima temperado, como Alemanha, Holanda, Suécia e Suíça, sendo que geralmente está localizado em lugares onde a tecnologia de insumos é mais avançada. A ação de agricultura alternativa é na Europa e Estados Unidos muitas vezes contra-atacada pelas grandes empresas produtoras de pesticidas e fertilizantes, através de altos investimentos em projetos de pesquisa que procuram evidenciar as vantagens desses insumos.¹⁴⁰

A reportagem afirma que Koepp trabalhou no Brasil com um grupo de especialistas em agricultura biodinâmica no Paraná. Segundo sua opinião, no Brasil, o interesse por métodos alternativos da parte de universidades e entidades de pesquisa seria maior do que ele havia

¹³⁹ Como destaca Luzzi (2007), citando Petersen e Almeida (2004), a partir da criação da Comissão Pastoral da Terra e do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ao longo da década de 1970, momento de intensa repressão pelo regime ditatorial que governava o país, ocorre o favorecimento de discussões, em meio à comunidades rurais, sobre as dificuldades impostas pelo processo de modernização agrícola pelo qual vinha passando o Brasil. É a partir da mobilização destes ambientes locais, onde vão ocorrer debates mais organizados através da atuação das CEBs, que o movimento de agricultura alternativa toma força. Cf.: PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. Rincões Transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro - uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória). Rio de Janeiro, abr. 2004 *apud* LUZZI, Nilza. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2007, p. 13.

¹⁴⁰ ESPECIALISTA inglês mostra vantagens da biodinâmica. *Diário de Pernambuco*, 14 de outubro de 1985, Economia Agrícola, p. 9.

encontrado em outros países. No entanto, apesar de pesquisadores brasileiros virem mostrando interesse em resolver os problemas trazidos pela agricultura convencional, havia “chegado a hora de tomar uma atitude prática.”¹⁴¹

Outra reportagem, desta vez do *Correio Braziliense*, intitulada “Plantando o natural” traz uma mobilização que ocorria na capital federal para a criação de uma Associação de Agricultura Alternativa:

A ideia de que ao sentarmos à mesa para as refeições diárias estamos na verdade consumindo compostos químicos extremamente prejudiciais para nosso organismo há muito deixou os livros de ficção científica para se instalar em nosso cotidiano. E se estamos ainda muito longe de uma conscientização geral e profunda dos problemas gerados no meio ambiente e na saúde da população pelos métodos de agricultura hoje utilizados, não se pode deixar de reconhecer também que mais e mais pessoas acordam para os recados difundidos desde a década de sessenta pelos movimentos alternativos.¹⁴²

Os objetivos da associação seriam: incentivo à troca de informações e experiências entre agricultores; apoio e colaboração com o ensino de ecologia e tecnologias agrícolas alternativas em escolas e em comunidades rurais; conscientização da população sobre a importância do consumo de produtos crescidos de maneira orgânica, além de evidenciar os perigos do uso de químicos na produção de alimentos. A iniciativa contava com o apoio da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Distrito Federal.¹⁴³

A ideia da referida associação parece ter ido à frente, uma vez que o mesmo periódico, desta vez com reportagem de 1989, trouxe informações sobre a “recém-criada” Associação de Agricultura Alternativa, “nascida” interligada à Associação de Engenheiros Agrônomos do Distrito Federal. Tratava-se de um grupo com dez produtores com propriedades em bairros de Brasília, que, fazia alguns meses, promoviam uma feira todos os sábados:

Apesar de não ter ainda condições de suprir a demanda do Plano Piloto, a experiência da feirinha está mostrando que há uma clientela estável e que é preciso arranjar meios de crescer e consolidar a produção alternativa sem o uso de insumos industriais. Para isso, eles estão trabalhando para tentar abrir linhas de crédito específicas para financiamento da agricultura orgânica, enquanto juntam argumentos técnicos e econômicos.¹⁴⁴

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² PLANTANDO o natural. *Correio Brasiliense*, 15 de setembro de 1986, p. 17.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ LIMA, Angélica Torres. Alimento natural não está livre de venenos. *Correio Braziliense*, 26 de fevereiro de 1989, p. 6.

O movimento de agricultura alternativa, portanto, foi iniciado a partir da constatação da inviabilidade social, ecológica e econômica do modelo agrícola adotado hegemonicamente nas décadas anteriores. Neste modelo agrícola alternativo, os agroecossistemas são diversificados pelas rotações de cultura e plantio intercalado, técnicas tidas como suficientes para garantir o controle de pragas e patógenos. Ervas, consideradas daninhas pela agricultura convencional, poderiam, nesta modalidade, se tornar úteis, ao trazerem do solo os nutrientes necessários à lavoura. Outras ervas realmente daninhas poderiam ser controladas mecanicamente e a partir das rotações de cultura.¹⁴⁵

Para os atores que defendiam tal modelo agrícola, a agricultura alternativa seria a “verdadeira” agricultura, e esta deveria abandonar o benefício de pequenos núcleos privilegiados de consumidores de produtos naturais (com alto poder aquisitivo), para se transformar na grande fornecedora de alimentos ao povo brasileiro, através de alimentos de alta qualidade biológica.¹⁴⁶

Mas quem são estes atores? A partir dos anos 1970, um grupo diverso, formado por intelectuais, agrônomos, estudantes, agricultores e jovens passa a se mobilizar em prol de iniciativas que objetivavam impulsionar práticas voltadas à promoção da agricultura alternativa. Tais iniciativas iam desde palestras, encontros, pesquisas, manifestações, até a criação de entidades, associações e comunidades rurais, onde eram produzidos alimentos naturais.

Destaca-se uma parcela minoritária de agrônomos e outras áreas afins, que adotavam uma postura crítica ao cenário agrícola estabelecido no país e buscava se mobilizar em prol de métodos alternativos de produção e na tentativa de regulamentar o uso de substâncias químicas na área agrícola. A este pequeno grupo, chamaremos “agrônomos alternativos”, que destoavam em relação à maioria de seus pares profissionais, os quais chamaremos “agrônomos convencionais”, ou seja, aqueles defensores dos métodos modernizantes de produção. Grande parte dos “agrônomos alternativos” ocupavam quadros em universidades, instituições de pesquisa e assistência técnica, sem que, contudo, neste primeiro momento, obtivessem apoio das instituições as quais se dedicavam profissionalmente. A atuação destes se dava, em maioria, de maneira autônoma e independente. Importante também mencionar que o movimento de agricultura alternativa, em grande parte, surge vinculado às contestações políticas ao regime civil-militar, como poderemos observar adiante.

¹⁴⁵PASCHOAL, Adilson. Alternativas ao uso de agrotóxicos. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 122.

¹⁴⁶Discurso de introdução da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil no II Encontro de Agricultura Alternativa. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 16.

2.5- A luta contra os agrotóxicos

Há quem goste do agro; há quem goste do tóxico,
Que te deixa mais magro, longe de um homem
lógico;

Uns gostam da vida, outros gostam do sonho.
Uma dose de inseticida te torna medonho.

Tudo era pequeno. O lucro importante.
Um monte de veneno. Tudo cresceu num instante.

O morango da lavoura deu inchado e muito
vermelho.
Olhem para a cenoura é maior que o coelho.

Espero que razões tenha, reclamo gasto saliva.
Cortaram pra fazer lenha a mata que era nativa.

Pra que não vire uma voçoroca,
Cuide da terra com o coração.
Que teus filhos tenham pipoca;
Que na mesa não te falte o pão.

Dizem que atrás disso estão as internacionais,
O que não deixa de alarmar o interior e as capitais.

Na horta nascem legumes que atacam as coronárias;
No campo os vagalumes, perdidos, são párias.¹⁴⁷

A letra de música citada acima traz uma série de elementos que fizeram parte de um movimento crítico ao cenário agrícola estabelecido no Brasil com a difusão da chamada Revolução Verde. Os agrotóxicos, tema da canção, certamente foram elementos centrais nesta “revolução” agrícola, sendo tema de intensos debates e controvérsias, sobretudo a partir da virada da década de 1970 para a década de 1980. É interessante notar o tom utilizado pelo compositor, relacionando as palavras “tóxico” e “veneno” aos pesticidas - predominantemente chamados “defensivos” desde quando seu uso foi popularizado no Brasil - e associando o uso destas substâncias a problemas de ordem ambiental e de saúde. No verso “dizem que atrás disso estão as internacionais”, alusão é feita às multinacionais de agrotóxicos, que ditavam o tom das políticas governamentais voltadas à regulamentação da produção e do consumo de agrotóxicos em território nacional.

¹⁴⁷Música intitulada “Agrotóxico”, de autoria de Lairton Neuraci Rezende. Fonte: Departamento de Censura da Polícia Federal, junho de 1986. Consultado digitalmente através do Sistema de informações do Arquivo Nacional.

Frente ao avanço do debate ecológico em âmbitos internacional e nacional, a questão da modernização agrícola, em especial o uso de pesticidas e adubos químicos, conquistou gradativamente maior atenção por parte de diferentes atores no cenário brasileiro. Analisando a trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida¹⁴⁸, notório pesquisador da área de toxicologia dos agrotóxicos, Leonardo Lignani, demonstra como, no âmbito dos debates sobre toxicidade dos pesticidas (sobretudo o DDT, já proibido em diversos países), pesquisadores brasileiros da área da toxicologia buscaram estabelecer a noção de “uso seguro” para tais substâncias. Tal noção buscou apontar que o problema em torno destas substâncias não era o seu emprego no campo, mas o uso inadequado dos produtos. Lignani aponta que Waldemar Almeida buscou atuar junto ao poder público buscando desenvolver projetos que visavam o desenvolvimento agrícola, e, ao mesmo tempo, empenhou-se em criar sistemas para monitorar casos de intoxicações, além de atuar em conjunto com comissões buscando estabelecer marcos regulatórios para a utilização destas substâncias (Lignani, 2018: 124-125).

Um exemplo pode ser identificado em matéria do *Suplemento Cultural* em 1979. Nela, Waldemar F. Almeida, em artigo intitulado *Toxicologia e Meio Ambiente*, aponta os benefícios econômicos e sociais trazidos pelo “progresso” da química, afirmando que a humanidade estaria em contato com 70.000 compostos sintéticos considerados “indispensáveis”. No entanto, Almeida aponta a periculosidade desses produtos, afirmando que podem contaminar o ar, o solo, as águas e os alimentos. Ênfase é dada às pesquisas em toxicologia, que vinha verificando as consequências de altas doses desses produtos, que produziriam intoxicações agudas; assim como das pequenas doses, que estariam sendo liberadas gradativamente no ar, na água e nos alimentos, podendo acarretar problemas “gravíssimos”, tanto nos seres humanos, como em outros animais. Sobre isso, Almeida afirma que novas enfermidades teriam surgido, algumas de “extrema” gravidade e até mesmo “mortais”, como lesões broncopulmonares causadas pela poluição do ar, lesões cerebrais, causadas pela ingestão de peixes contaminados, lesões hepáticas e intoxicações coletivas por ingestão de alimentos contaminados por pesticidas.¹⁴⁹

¹⁴⁸ W. F. de Almeida, médico de formação, desenvolveu intensa pesquisa na área de toxicologia dos agrotóxicos, tendo atuado no Instituto Biológico de São Paulo e no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS- Fiocruz). Atuou junto ao poder público a fim de desenvolver projetos que buscavam estabelecer políticas de desenvolvimento agrícola aliadas à criação de sistemas de monitoramento de intoxicações, procurando estabelecer marcos regulatórios para a utilização de pesticidas. Cf.: LIGNANI, Leonardo. Os debates sobre o DDT na Trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (1965- 1973): toxicologia dos agrotóxicos e articulação entre ciência, saúde e ambiente. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v.7, n.3, set.-dez.. 2018. p. 124 e 125.

¹⁴⁹ ALMEIDA, Waldemar F. Toxicologia e Meio Ambiente. *Suplemento Cultural* – O Estado de São Paulo, 17 de junho de 1979, ano III, nº 137, p.12.

Almeida segue o artigo apontando o “surgimento” da ecotoxicologia, que seria um novo ramo da toxicologia e da ecologia, relacionado com o estudo dos efeitos tóxicos, causados por substâncias químicas, no meio ambiente, entendido como um ecossistema integrado (no qual a humanidade estaria incluída). A matéria ainda veio acompanhada da seguinte tabela:

Tabela 1
Exposição a tóxicos ambientais e seus efeitos

| | | Exposição a | |
|---------|-------------------------------------|---|--|
| | | doses relativamente altas, por poucas vezes ou mes- mo por uma só vez | doses pequenas, por numerosas vezes |
| Efeitos | imediatos ou em poucos dias | <u>Intoxicações agudas</u> (envenenamentos no sentido clássico) | <u>Reações de hipersensibilidade</u> (ex: aeroalérgenos; corantes em alimentos) |
| | Após período relativamente longo | <u>Reações retardadas</u> (exemplos: 1) ação neurotóxica retardada por composto organo- fosforado; 2) fibrose pulmonar por paraquat; 3) câncer transplacen- tário por N-nitroso-N- metilamina) | <u>Efeitos "Crônicos"</u> 1) Paralisia, cegueira, icterícia (mercúrio metílico em alimentos — peixes, grãos) 2) Ação immunosupressora (fungicidas à base de compostos orgânicos de enxofre) 3) Efeito teratogênico (dioxina, mercúrio metílico, talidomida) 4) Efeito mutagênico (aflatoxina, benzo (a) pireno, EMS) 5) Efeito carcinogênico (aflatoxina, nitrosaminas, benzo (a) pireno, alguns pesticidas). |

Tabela exposta em artigo de Waldemar F. Almeida, publicado no Suplemento Cultural, apontando as consequências de uso de altas e pequenas doses de substâncias químicas. Fonte: *Suplemento Cultural* – O Estado de São Paulo, 17 de junho de 1979, ano III, nº 137, p.12.

Na reportagem abaixo, de julho de 1975, é possível observar a perspectiva do “uso seguro”, quando, em campanha promovida pelo Ministério da Agricultura, são atribuídos à “utilização mal orientada” os casos de intoxicações “em homens e animais”.

Defensivos vão ter campanha

São Paulo — O Ministro da Agricultura, Sr. Airsson Paulistelli, lança na próxima sexta-feira, em Ribeirão Preto, a Campanha do Uso Adequado de Defensivos Agrícolas, a fim de esclarecer ao agricultor brasileiro sobre o uso correto daqueles

produtos, cuja utilização, mal orientada, vem provocando intoxicações em homens e animais.

Para a campanha na região de Ribeirão Preto — posteriormente ela se estenderá a outras áreas de São Paulo e de outros Estados —

foram designados nove engenheiros agrônomos, oito dos quais atuarão como monitores e um como supervisor.

Cada monitor treinará, no máximo, quatro turmas de 15 agricultores, em períodos de dois dias cada turma,

totalizando 480 agricultores de defensivos. A campanha do uso adequado é uma promoção conjunta da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, órgão da Secretaria de Agricultura.

Defensivos vão ter campanha. *Jornal do Brasil*, 13 de julho de 1975, 1º Caderno, p. 29.

Além da noção de “uso seguro”, outros dois pontos merecem ser destacados na reportagem acima: em primeiro lugar, recai sobre o agricultor brasileiro a “responsabilidade” pelo uso “mal orientado” dos “defensivos”, ou seja, caso tais trabalhadores tivessem boa orientação, o problema em torno da toxicidade destas substâncias estaria sanado. Em segundo lugar, cabe ressaltar a atuação conjunta do Ministério da Agricultura com a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas, a ANDEF, que se intitulava “sociedade civil, de âmbito nacional e sem fins lucrativos”¹⁵⁰. Sobre a ANDEF, criada em 1974 com o objetivo de unificar os interesses da indústria de agrotóxicos, é interessante notar a sua atuação enquanto lobista deste setor. Em sua formação, apareciam membros de filiais de grandes empresas multinacionais do ramo, como a Bayer e a Basf. Em diversas ocasiões, foi possível observar a atuação desta associação junto a órgãos públicos, o que nos permite supor que estas relações alinhavam-se a interesses de grandes corporações (Lignani; Brandão, 2022: 352-353). A ANDEF empenhou-se na divulgação de estratégias que visavam difundir o “uso adequado dos defensivos agrícolas”, através de campanhas organizadas em parcerias com instituições públicas, que buscavam neutralizar as críticas a partir do crescimento do movimento ambientalista. Como tentativa de respondê-las, sobretudo de que a ideia de “uso adequado” seria uma mera campanha de vendas, a ANDEF responsabilizava a área governamental, que deveria ter a atribuição de fiscalizar, pois era no Estado que estariam todos os instrumentos, meios e recursos necessários para a promoção de campanhas, incluindo redes de assistência técnica, defesa sanitária, estruturas operacionais e o poder coercitivo fiscalizador. Como aponta Alves Filho, na busca pelo estabelecimento do “uso adequado”, a ANDEF buscou envolver, além dos órgãos públicos, a comunidade técnica, tanto na agronomia, quanto nas áreas de saúde, buscando, inclusive criar uma infraestrutura na área toxicológica. Neste sentido, por exemplo,

¹⁵⁰INSETICIDAS. Carta enviada ao *Jornal do Brasil* por Lysis Aloé, diretor executivo da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas. *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1976, p. 10.

foi editado o livro *Tratamento das intoxicações agudas*, que, inclusive, tinha como um dos autores, Waldemar Ferreira de Almeida, já citado anteriormente (Alves Filho, 2002: 62-63). As estreitas relações entre a ANDEF, representantes das empresas do ramo de pesticidas, e os órgãos públicos, como o Ministério da Agricultura, nos permite supor interferências destas empresas nos instrumentos legais de regulamentação dos agrotóxicos, sobretudo ao longo do governo civil-militar.

Um exemplo disto pode ser encontrado em um documento confidencial do Serviço Nacional de Informações, datado de 12 de novembro de 1982, intitulado “Registro de Defensivos Agrícolas”. Neste documento, ficou evidente que algumas empresas multinacionais, atuantes no setor de “defensivos”, estavam buscando influenciar o Ministério da Agricultura para realizar alterações na legislação relacionadas ao registro de seus produtos. Essas empresas solicitavam que os dados referentes à eficiência, toxicologia e resíduos de seus produtos fossem tratados como informações exclusivas e confidenciais para cada registro. No entanto, o próprio documento ressaltava que, caso essa solicitação fosse atendida, seria quase impossível para um produtor nacional obter o registro de um “defensivo”, mesmo que esse produto já tivesse perdido sua patente, tivesse seu processo de fabricação amplamente conhecido e seu uso fosse difundido tanto no país, como no exterior. Isso aconteceria, pois, na prática, não seria permitido utilizar as publicações científicas internacionais que traziam informações sobre a eficiência e toxicologia dos produtos para fins de registro. Assim, cada empresa que quisesse registrar um novo produto seria obrigada a repetir todos os testes, o que consumiria muito tempo e geraria altos custos. Além disso, o documento apontou que a maioria desses testes não poderia ser realizada no Brasil, devido às deficiências nessa área de pesquisa. Como resultado, as empresas multinacionais poderiam contornar a legislação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o qual não permitia a patente de produtos químicos no Brasil, concedendo apenas o direito de exclusividade sobre processos industriais.

O documento aponta que o interesse em influenciar tais regras foi liderado pelas Indústrias Monsanto S.A., com apoio de outros grupos estrangeiros para a elaboração do texto, feito pela ANDEF. Cabe ressaltar que a série de modificações, que regulariam os requisitos de registros de dados fornecidos ao Ministério da Saúde e da Agricultura, implicava alterações nos resultados toxicológicos e ambientais.¹⁵¹ Como pudemos observar no capítulo anterior, o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, promovido pelo governo civil-militar, teve como um dos principais resultados a entrada de grandes empresas multinacionais no ramo de

¹⁵¹Registro de Defensivos Agrícolas. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações. 12 de novembro de 1982. Consultado digitalmente através do Sistema de informações do Arquivo Nacional.

agrotóxicos, apesar do objetivo inicial do programa ser o fortalecimento da produção nacional destas substâncias. O documento citado demonstra como empresas estrangeiras buscavam influenciar normas brasileiras de produção de agrotóxicos, visando dificultar o registro de patentes brasileiras, o que pode ser uma justificativa para a predominância de multinacionais em detrimento de empresas brasileiras no ramo.

A noção de “uso seguro”, bem como estas constantes relações entre empresas químicas e órgãos públicos que envolviam, sobretudo, a mediação da ANDEF, foram por vezes denunciadas por atores mobilizados com a causa ambiental.

Elenita Pereira demonstra a atuação de Lutzenberger neste sentido. O ambientalista considerava “um verdadeiro escândalo” a união entre a ANDEF e a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, por exemplo, que, durante a década de 1970, promoveram campanhas recomendando o uso de “defensivos” (Pereira, 2016: 203). Outro episódio também demonstrado por Pereira aponta um telegrama elaborado por Lutzenberger direcionado ao então presidente da ANDEF, Lysis Aloé. Tratava-se de um texto irônico criticando a contaminação de tomates por mercúrio, em abril de 1980. A contaminação de tomates por fungicidas mercuriais, inclusive, já vinha sendo denunciada por Lutzenberger há algum tempo em espaços na imprensa que lhe eram concedidos frequentemente (Pereira, 2016: 171).

Sobre a problemática dos pesticidas, inclusive, o agrônomo escreveu dois artigos, que abordavam aspectos ecológicos, econômicos e políticos em torno destas substâncias. Intitulados “A insensatez da bioquímica” e “Contaminação Insidiosa”, os textos teriam rendido a Lutzenberger um processo movido pela ANDEF. “É uma transa das multinacionais?”, indagou Mário Augusto, que entrevistava Lutzenberger. Juarez Fonseca, jornalista do *Zero Hora* que também participava da entrevista responde:

São grupos nacionais e multinacionais que operam no ramo. Ameaçaram de processá-lo por calúnia e difamação sugerindo inclusive o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Qual seria o significado político e econômico da indústria química? Por que há fertilizantes proibidos em alguns lugares e em outros não?

Lutzenberger responde:

O panorama da agricultura moderna não é diferente dos outros ramos da tecnologia moderna. O tipo de progresso que hoje testemunhamos, apresentado como o caminho do futuro, não é o único que o homem poderia trilhar. Apoiar-se quase exclusivamente em decisões que têm muito mais a ver com a ampliação do poder econômico do que com fatos estritamente técnicos e científicos. A quase totalidade das tecnologias predominantes foram escolhidas não por serem o único caminho tecnicamente viável ou mais eficiente, mas por contribuírem para a manutenção e ampliação do poder dos centros econômicos existentes, das burocracias governamentais e empresas

nacionais ou multinacionais. De 1945 pra cá, aliás, um pouco antes, as pesquisas na agricultura seguiram o rumo da agroquímica, que interessa a determinados centros industriais, mas não ao agricultor e ao consumidor. Antes do DDT, a pesquisa agrônômica estava toda dirigida no sentido da procura de soluções biológicas e ecológicas. Surgiu então o DDT, uma tecnologia brutal, de aplicação indiscriminada e que partia de um enfoque simplório e que possibilitava grandes faturamentos. As grandes indústrias químicas montaram centros de pesquisa e conseguiram dominar gradativamente toda a pesquisa agrônômica. Hoje, ou até muito recentemente, quase não existia a pesquisa que ainda procura soluções biológicas e ecológicas.

[...]

A descoberta de novos produtos exige grandes somas de dinheiro, milhões de dólares, além de um razoável número de cientistas. Quem gasta essas cifras, certamente quer ver o resultado traduzido em lucros. As empresas faturam centenas de milhões de dólares com os pesticidas de todos os tipos. Claro que esses produtos são pesquisados. Agora a pesquisa mais lógica, à procura de soluções biológicas e integradas também custa dinheiro e pressupõe a movimentação de técnicos e cientistas de alto nível. Em termos imediatos não produz produtos vendáveis. Apenas recomendações, em geral gratuitas. Não podemos esperar que qualquer das indústrias gaste dinheiro para produzir recomendações. Isso só pode ser feito pelos governos, pelas universidades e empresas agrícolas individuais.¹⁵²

Lutzenberger teve atuação combativa em relação aos agrotóxicos e às multinacionais químicas. Para ele, tais empresas atuavam com “métodos mafiosos” para evitarem uma regulamentação eficiente, defendendo os pesticidas mesmo após comprovados graves danos ecológicos e sanitários, como no caso do DDT e dos venenos mercuriais. Quanto ao poder público, este assumiria o mesmo enfoque da indústria química, defendendo os interesses desta. Ademais, o assessoramento técnico estaria quase totalmente em mãos da própria indústria ou de seus esquemas comerciais.¹⁵³ Além dos processos que recebeu da ANDEF, também teve embates com outros atores, como no caso em que foi processado por injúria pelo Secretário da Saúde de Porto Alegre, Jair Soares, após xingar a mãe do referido funcionário gaúcho. O embate teria ocorrido após o agrônomo tentar impedir que funcionários da secretaria pulverizassem BHC em uma área da cidade. Em outro episódio, novamente relacionado à ANDEF, Lutzenberger teria definido como “ecopornografia” uma campanha que visava estimular o uso de inseticidas, ameaçando ainda, falar mais sobre a “ética” dos fabricantes de pesticidas: “afinal, depois de 15 anos lidando com a Basf e similares, ele sabe muito bem que ética é essa.”¹⁵⁴

¹⁵² JOSÉ Lutzenberger: o Dom Quixote da Ecologia Brasileira. *O Pasquim*, maio de 1977, p. 6.

¹⁵³ COMER está ficando muito perigoso. *Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1980, Caderno B, p. 7.

¹⁵⁴ FREDERICO, Carlos. Por uma consciência ecológica. *Opinião*, 7 de janeiro de 1977, p. 19.



José Lutzenberger. Fonte: *O Pasquim*, maio de 1977, p.7.

Ao passo que os debates sobre pesticidas cresciam, as percepções acerca de seu uso modificavam-se, e surgiram novas perspectivas que variavam de acordo com os atores que se mobilizavam em torno do tema. Como visto, para parte da comunidade técnica e membros do poder público, o problema relacionado a estas substâncias era o mau uso e não os produtos em si. Porém, cabe ressaltar que esta não foi a única visão acerca do tema em questão. Outros atores, sobretudo aqueles envolvidos com a temática ambientalista, criticavam tal posicionamento, defendendo medidas mais efetivas no combate ao uso de pesticidas e afins.

Sobre a perspectiva do “uso seguro”, Lutzenberger, por exemplo, afirmou que tal conceito poderia ser julgado de forma jurídica e não técnica, uma vez que a finalidade seria proteger o acusador da contaminação. Para ele, o conceito da “dose admissível diária” apenas evitaria “aparecer cadáveres na rua”, mas nada faria para evitar os efeitos crônicos do envenenamento sistemático com doses pequenas:

Esse conceito não leva em conta uma série de fatores fundamentais. Primeiro, os efeitos cumulativos: a ingestão diária durante anos de doses pequenas de um determinado veneno pode significar acúmulo ou concentração desse veneno no organismo, em determinados órgãos. O estrago assim só aparece depois de certo tempo, anos ou décadas. No caso de substâncias que não se acumulam no organismo, a consequência são estragos pequenos e diários no sistema nervoso, que, no início não chegam a incomodar, mas podem tornar-se fatais. A pessoa dificilmente terá condições de reconhecer a causa de seus males, ou seja, substâncias como o DDT e demais clorados, certos metais pesados e os inseticidas fosforados.¹⁵⁵

Além dos efeitos cumulativos, Lutzenberger apontou os efeitos causados pela combinação de dois ou mais venenos agindo concomitantemente:

Nesse caso o efeito global costuma ser maior do que a soma de cada um dos venenos. Digamos que o veneno A tenha um efeito 5 e o veneno B o efeito 6. Os dois agentes conjuntamente não terão efeito 5 mais 6, ou seja, 11, mas efeito 5 vezes 6, ou seja, 30. Hoje nosso organismo é bombardeado diariamente não com dois ou três, mas com centenas de venenos. Todos em doses supostamente “admissíveis”.¹⁵⁶

Como é possível verificar pela fala de Lutzenberger, assim como de diversos atores do período, cada vez mais se vinculava os efeitos deletérios dos agrotóxicos à saúde humana. A associação ao câncer e demais doenças crônicas, assim como intoxicações agudas, permeou os discursos daqueles que buscavam uma legislação rígida em relação a estas substâncias e defendiam métodos alternativos de produção alimentar. Especialmente os pesticidas clorados eram vinculados à destruição da escala biológica, ao acúmulo de resíduos nos organismos animais e estudos comprovavam sua persistência de anos no meio ambiente, passando de organismos menores, como algas, para outros maiores, como peixes, aves, chegando até a humanidade. Em meados da década de 1980, embora ainda não houvesse comprovação, havia suspeitas de que estas substâncias contribuiriam para ampliar índices de câncer na boca, na pele e fígado, especialmente entre agricultores, expostos diretamente a estas substâncias¹⁵⁷. Os jornais do período traziam casos constantes de suspeitas e comprovações de uma série de doenças e mortes associadas aos tóxicos agrícolas.

Em Minas Gerais, no município de Maria da Fé, houve a suspeita de que casos de quatro crianças que nasceram com anencefalia (ausência de cérebro) estivessem associados às fortes concentrações de lindano, BHC e heptaclo ro encontradas no ponto de captação das águas do ribeirão Cambuí para o abastecimento da cidade. Os moradores da região vinham reivindicando

¹⁵⁵ COMER está ficando muito perigoso. *Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1980, Caderno B, p. 7.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ CLORADOS elevam índice de câncer. *Jornal do Brasil*, 25 de abril de 1980, 1º Caderno, p. 12.

constantemente a mudança do ponto de captação de água. Os resultados de pesquisas mostraram a presença de agrotóxicos no sangue de trabalhadores rurais, e, além disso, o que preocupou os pesquisadores foi o resultado da análise da água servida à população. Constatou-se a presença de traços de BHC, lindado e heptacloro na proporção de 0,475 miligramas/litros, sendo que o valor máximo permitido era de 0,004 mg/l. Um dos líderes do movimento ecológico da região apontou que fazendeiros e lavradores da região, apesar das orientações dadas por técnicos da Emater, não tomavam cuidados necessários nos manejos dos “defensivos” e lavavam tambores e embalagens dos produtos no próprio rio ou seus afluentes. Além disso, em épocas de plantio seriam muitos casos de intoxicação aguda atendidos no hospital municipal:

-Quando o ribeirão transborda, isso aqui fica cheio de sacos e vidros de veneno- atesta o madeireiro Manoel Caetano, que tem sua serraria às margens do Cambuí. O médico Antônio Langone, do hospital municipal, conta: “Um dia desses, atendi uma moça com intoxicação aguda, que bebeu da água de um riacho no qual ela própria e outros trabalhadores lavavam as cenouras colhidas.”. Há casos quase incompreensíveis, como o do trabalhador rural Mário Ernesto e de sua comadre Maria Cordeiro, que morreram no final do ano passado após tomarem a cachaça por eles guardada em um frasco de agrotóxico.¹⁵⁸

Em outro caso relatado pelo *Jornal do Brasil*, é abordado o caso da Companhia Nitro Química Brasileira (empresa do Grupo Votorantim), quando cerca de 100 trabalhadores denunciaram as condições de trabalho a que eram submetidos na companhia, de propriedade de Antônio Ermírio de Moraes (à época candidato ao governo de São Paulo pelo PTB). Foi realizado um pedido de interdição pela Secretaria de Relações do Trabalho e da Saúde, quando seus representantes se disseram alarmados com os resultados dos laudos apresentados. “Esse homem é um açougueiro”, denunciou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas de São Paulo, se referindo ao médico da empresa, acusado de esconder o resultado de exames que comprovavam a contaminação por dissulfeto de carbono nos empregados. Na área de produção de clorados havia funcionários que não possuíam mais unhas nos dedos por conta do contato com esses produtos.

Ermírio Moraes, em campanha eleitoral, teve o episódio vinculado à sua imagem e seu principal adversário, Paulo Maluf, aproveitou a questão para atacá-lo. O Tribunal Regional Eleitoral retirou do ar parte do programa de propaganda eleitoral de Maluf, quando foi feita uma simulação de um júri que iria julgar Ermírio como “envenenador” dos trabalhadores da

¹⁵⁸ ARAÚJO, José Guilherme. Agrotóxico pode ser causa da anencefalia em Minas. *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1986, 1º Caderno, p. 6.

Nitro Química. A tendência do comitê central de campanha do candidato do PTB foi a de não assumir ou comentar a questão envolvendo a empresa. Ermírio, por sua vez, admitiu em campanha ao interior do Estado que “alguns” dos funcionários de sua empresa podiam ter problemas de saúde devido “à natureza tóxica dos produtos fabricados pela empresa.”¹⁵⁹



Protesto de trabalhadores em frente à Companhia Nitro Química. Fotografia de José Carlos Brasil, *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1986, 1º Caderno, p. 4.

No sul do país, casos de mortes e envenenamentos eram constantemente noticiados nos jornais do período. Reportagem do *Jornal do Brasil*, de 29 de janeiro de 1984 apontava a vulnerabilidade dos agricultores em relação à exposição a substâncias tóxicas no campo.

Sem máscara, luvas, nem camisa, o agricultor José Pires Siqueira, 23 anos, arriscou-se a aplicar inseticida Paration no combate à lagarta da lavoura de soja. [...] Mesmo avisado pelo patrão de que a pulverização deveria ser feita com todo o cuidado e com roupas adequadas, ele não levou a recomendação a sério: a negligência custou-lhe a vida.

Ele foi uma das três vítimas, este ano, no Estado, de envenenamento por agrotóxicos. As outras foram o agricultor Osvaldo Britske, 44 anos, de Carazinho, e Rogerio Ritter de Oliveira, três anos, filho de agricultores de Osório. O Centro de Informações Toxicológicas (CIT) da Secretaria de Saúde

¹⁵⁹ CARVALHO, Sônia. DRT ouve funcionários e manda inspecionar empresa de Ermírio. *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1986, 1º Caderno, p. 4.

e do Meio Ambiente informou que, este ano, já foram notificados outros sete casos de intoxicação¹⁶⁰.

A reportagem segue dizendo que o agricultor morto, José Pires, realizou a aplicação de agrotóxicos em um dia de muito calor e talvez por isso ele não tenha usado o equipamento de proteção adequado. Com o suor, as partículas de agrotóxicos teriam aderido à pele, e, quando foi levado ao hospital, apresentou quadro grave de insuficiência renal e respiratória. Morreu depois de ter entrado em estado de choque. O outro agricultor citado, José Britske, morrera dois dias antes, após ter sido envenenado após ingerir Ecadrin (organoclorado), tentando desentupir, com a boca, a mangueira do pulverizador. Já a criança de três anos, também citada na reportagem, filha de agricultores teria ingerido agrotóxico e morrido alguns dias depois com quadro de insuficiência respiratória progressiva, fibrose pulmonar, alteração hepática e insuficiência renal.¹⁶¹

Em Mogi Mirim, Lucas Sanvido, agricultor de 38 anos relatou ter se intoxicado 3 vezes. A primeira ocorrera 10 anos antes, com Aldrin 40. Após uma aplicação, começou a sentir a boca queimada, tontura e ânsia de vômito. Na segunda vez, com o mesmo agrotóxico, oito anos antes, sentiu-se mal, teve a visão turvada, perdeu os sentidos. Já na terceira vez, cerca de quatro anos, a intoxicação foi mais grave, aumentando gradativamente durante um período de quatro meses. O agricultor perdia os sentidos, sentia a boca queimada e tinha pesadelos. Tal crise havia começado quando selecionava sementes de arroz tratadas com Aldrin. Teve que ficar de cama, um mês sem trabalhar, perdeu 10 quilos em uma semana. Apesar dos episódios de enfermidade sofridos por Lucas, ele seguiu utilizando as substâncias, pois “matam mesmo e são mais baratas”, afirmou. Na mesma cidade, Irene M. passou momentos de apuros, iniciados quando lavava a roupa que o marido havia utilizado durante a pulverização de plantações. A água estava branca, contou ela. “Senti uma bola no estômago e durante dois ou três dias, dores”. Após passar por três médicos, foi diagnosticada com intoxicação.¹⁶²

Como dito, relatos como esses eram constantes nas páginas dos jornais, que traziam dados alarmantes. Estudo promovido pela Universidade de Campinas (UNICAMP), no ano de 1983, mostrou que, na cidade de Campinas, de 1.073 trabalhadores rurais, 133 sofreram algum tipo de intoxicação pelo uso de agrotóxicos. Destes 133, 21% declararam já terem sofrido de duas a quatro intoxicações e 36% foram internados. Os dados foram coletados pelo Grupo de

¹⁶⁰AGROTÓXICO no Sul matou 3 e envenenou 7 este ano. *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1984, 1º Caderno, p. 18.

¹⁶¹*Ibidem*.

¹⁶²*Ibidem*.

Vigilância Epidemiológica em Ecotoxicologia de Pesticidas da Unicamp, coordenado, inclusive, por Waldemar Ferreira, já citado anteriormente. A referida pesquisa apontou que, dentre os trabalhadores que manipulavam diretamente agrotóxicos, 40% apresentaram um nível de enzimas inferior ao normal, o que indicava risco de intoxicação. Eram trabalhadores cuja faixa etária de 15 a 24 anos estava mais exposta aos pesticidas. Reclamavam de dores de cabeça, enjoos e fraqueza.¹⁶³ Já outra pesquisa, realizada pela Emater de Minas Gerais com 778 agricultores de nove cidades mineiras, demonstrou que 44% deles estavam intoxicados por inseticidas e 43% nunca tinham recebido qualquer informação sobre o uso de agrotóxicos. Além disso, 24% dos entrevistados eram menores, tinham entre 10 e 17 anos. A falta de equipamentos de proteção e de cuidados individuais foram outros dados alarmantes divulgados pela pesquisa: 51% não tomava nenhum cuidado e só 31% tinha o hábito de lavar as mãos após as aplicações de pesticidas. Apenas 10% usavam máscaras, 2,8% vestiam macacões e luvas e 0,2% usavam óculos para proteger os olhos. Quanto aos impactos no meio ambiente, os dados eram igualmente alarmantes: 53% dos entrevistados revelaram que simplesmente deixavam a embalagem no campo, quando deveriam ser destruídas e os restos enterrados em local especial, longe de rios, lagos e nascentes. Além disso, 78% nada sabia a respeito do período de carência dos agrotóxicos, fazendo a colheita indiscriminadamente, não levando em consideração que o pesticida ainda poderia estar nos alimentos: “Isso pode levar o veneno diretamente à mesa do consumidor e a população é que paga com todos esses erros na aplicação”, comentou o técnico responsável pela pesquisa.¹⁶⁴

As notícias e reportagens cada vez mais constantes de contaminação de trabalhadores e chances potenciais de adoecimento por parte do consumidor em longo prazo (como o trecho citado abaixo), certamente foram elementos que importaram para o avanço do movimento de agricultura alternativa, que se consolida mais efetivamente ao longo da década de 1980.

Na época em que os irmãos Grimm escreveram o conto da Branca de Neve e os Sete Anões, precisaram dotar a madrasta invejosa de poderes mágicos para lhe permitir envenenar a maçã destinada à sua enteada. Hoje a bruxaria talvez não fosse necessária: não só as maçãs, mas todos os alimentos estão embebidos em modernos agrotóxicos, conservantes e estabilizantes, de efeito quase tão danoso quanto uma poção mágica feita de unhas de morcego e dentes de dragão.¹⁶⁵

¹⁶³ *Ibidem*.


¹⁶⁴ AGROTÓXICO envenena até bebês no Sul. *Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1988. 1º Caderno, p. 16.

¹⁶⁵ PAIVA, Anabela. AGRICULTURA biológica evita o envenenamento. *Jornal do Brasil*, 07 de agosto de 1987, p. 5.


Considerando que, neste contexto, os jornais, rádios e a televisão eram veículos de comunicação em massa, podemos supor que, se a problemática “agrotóxico” estava cada vez mais presente nestes meios, ela se popularizava na sociedade em geral, gerando reações significativas a respeito do assunto. O programa “Debates”, da rádio Fluminense AM de 06 de dezembro de 1984, por exemplo, abordou o tema “Quem tem medo dos agrotóxicos?”, reunindo especialistas em torno da área: Eduardo Costa, secretário estadual de saúde (Rio de Janeiro); Cláudio Amaral, diretor do Departamento de Epidemiologia; Herbert Praxedes, chefe do Serviço de Hematologia; Luis Alberto Leite, presidente da Pesagro; e Florentino Três, agrônomo da Emater.

QUEM TEM MEDO DOS AGROTÓXICOS?


De repente, surge um novo fantasma: os agrotóxicos. Consumir frutas e legumes deixou de ser um ato saudável e inocente para se tornar motivo de preocupação. É quase de pânico. No campo a situação é mais grave: muitas pessoas, por ignorância ou descuido, pagaram ou ainda pagam o tributo de viverem em contato direto com produtos tóxicos utilizados como fitossanitários. Que substâncias são essas? Quais os seus reais perigos para os agricultores e para o grande público, nos centros de consumo? Quais os alimentos mais sujeitos à contaminação por tais drogas e os sintomas mais visíveis de intoxicação pelas mesmas? Que cuidados devem ser observados no manuseio desses produtos e no consumo dos alimentos por elas afetados? Que tipos de controle têm usado os governos? As respostas para estas perguntas você terá quarta-feira, dia 5, pela palavra de autoridades que entendem do assunto.




Eduardo Costa
— Secretário
de Saúde do Estado




**Luis Alberto
Leite**
— Presidente
da Pesagro



Cláudio Amaral
— Diretor do
Dep. Geral de
Epidemiologia



Herbert Praxedes
— Chefe do Serv.
de Hematologia
do HUAP



Florentino Três
— Agrônomo
da
Emater

Ligue-se no assunto do momento.
E ligue na **AM Fluminense**, para informar-se melhor.

DEBATES

Quarta-feira/9:30 da manhã
(Coordenação do jornalista Olegário Wangüestel Jr.)

RADIO Fluminense am 540

Chamada do programa “Debates”, cujo tema seria “Quem tem medo dos agrotóxicos?”. *O Fluminense*, 01 de dezembro de 1984, p. 2.

Novamente tratado como um “fantasma”, o agrotóxico foi classificado como problema alarmante, “devido ao jugo dos países menos desenvolvidos aos interesses das empresas multinacionais neles instaladas”. No debate, quando foram respondidas diversas perguntas dos ouvintes, foi ressaltada a importância em promover a conscientização da população para o problema.¹⁶⁶

Um importante programa sobre o tema havia ido ao ar alguns anos antes, tendo sido, provavelmente, a primeira reportagem sobre agrotóxicos veiculada em cadeia nacional com grande repercussão. *Sal, azeite e veneno* foi ao ar no *Globo Repórter* de 16 de maio de 1978 abordando as problemáticas em torno dos agrotóxicos. Cabe ressaltar que, ao longo da década de 1970, a televisão se expandia nacionalmente. Assistir emissoras como a Rede Globo, criada em 1965, caiu no gosto do povo brasileiro, tornando-se hábito popular. Programas jornalísticos, como o *Fantástico* e o *Globo Repórter* marcavam um novo *status* para o jornalismo¹⁶⁷. A década também foi marcada pela censura dos meios de comunicação, por conta da ditadura, o que nos permite supor que, quando a referida reportagem acerca dos agrotóxicos foi ao ar, causou grande impacto, visto que assuntos mais polêmicos como este passavam por censura:

Nessa época, o Bourdoukan fez um documentário, *Sal, Azeite e Veneno*, que foi o primeiro trabalho feito no Brasil a respeito da contaminação daquilo que você come. E foi em pleno período da ditadura, quase não vai para o ar, porque naquela época ecologia era subversão (Resende, 2007: 216).

Algum tempo depois, inclusive, o *Jornal do Brasil* aponta a demissão de toda a equipe responsável pela produção do “bombástico” programa, que vinha tratando com muito destaque de problemas ecológicos: “Só para ter uma ideia de quantos problemas enfrentamos, basta lembrar que os anunciantes de *Globo Rural* são justamente os fabricantes de pesticidas combatidos neste programa”¹⁶⁸.

A ideia da reportagem teria surgido após o episódio da visita do presidente norte-americano Jimmy Carter ao Brasil, quando todos os integrantes de sua comitiva teriam recebido um pequeno livro preparado pelo governo americano com informações sobre alimentos, água e condições gerais de higiene no Brasil, e que advertia a comitiva para não comerem legumes crus ou frutas com casca e evitarem todo tipo de saladas ou outros alimentos crus. Após o episódio, repórteres começaram a investigar o motivo do aviso em questão, buscando descobrir,

¹⁶⁶ SECRETÁRIO compara agrotóxico no Brasil à tragédia na Índia. *O Fluminense*, 06 de dezembro de 1984, p. 5.

¹⁶⁷ 70 ANOS da televisão brasileira. *Memória Globo*. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/exclusivo-memoria-globo/projetos-especiais/70-anos-da-televisao/#tv70>. Acesso em 29 de julho de 2021.

¹⁶⁸ O GLOBO Repórter vira “enlatado”. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1980, Caderno B, p. 30.

portanto, “o que havia de errado com nossa salada a ponto dos estadunidenses recomendarem a seus funcionários não comê-la”¹⁶⁹.

No programa exibido pelo Globo Repórter em questão, o diretor da ANDEF é interpelado pela produção sobre o assunto, respondendo: “eu não vou dar entrevista, a Rádio Globo está me devendo”. A narração do programa, após a negativa da entrevista, aponta que era um assunto delicado e faltavam estatísticas sobre acidentes com venenos. O questionamento junto ao diretor da ANDEF dizia respeito à opinião do mesmo sobre a necessidade de prescrição de agrônomos para a compra de agrotóxicos, algo que já vinha sendo debatido e defendido por ecologistas do período. No programa são mostrados trechos de um agricultor aplicando agrotóxico na lavoura. Um especialista em agricultura denuncia, no mesmo momento, o uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil. A reportagem parte para outro ponto, que abordou a análise da quantidade de venenos em alimentos adquiridos nas feiras livres e mercados de São Paulo, além dos efeitos da aplicação das substâncias em ratos, realizada pelo Instituto Biológico de São Paulo a pedido do *Globo Repórter*. Neste momento é ressaltada a falta de informação da população, dos trabalhadores e dos comerciantes sobre o perigo envolvendo os agrotóxicos (Resende, 2007: 216). A reportagem constatou agricultores que faziam as colheitas dois dias depois de aplicar um veneno (cujo prazo de segurança entre aplicação e colheita é de no mínimo 15 dias), além da falta de equipamentos necessários ao manuseio de pesticidas¹⁷⁰.

Quanto aos resultados da pesquisa, foram mostradas imagens de um rato debilitado, com sintomas que também apareceriam em humanos. Por fim, o rato morre. Já a mostra de alimentos apontou que todos os produtos analisados continham resíduos químicos tóxicos, muitos proibidos na Europa, EUA e Japão, incluindo o DDT. A reportagem mostra ainda que eram praticamente desconhecidas as implicações crônicas de doses diárias de venenos agrícolas, ainda que pequenas e dentro do permitido em lei. O programa termina com o professor Waldemar (provavelmente Waldemar Ferreira de Almeida), apontando soluções já desenvolvidas por países desenvolvidos (Resende, 2007: 216).

Como podemos supor, *Sal, Azeite e Veneno* teve grande repercussão. Como destacou o *Jornal do Brasil*, nos dias seguintes à reportagem as vendas de hortaliças caíram cerca de 50% nas grandes cidades brasileiras.¹⁷¹ Sobre o programa, Joaquim Moura, um dos fundadores da Coonatura, apontou:

Assisti ao excelente *Globo repórter* Sal, Azeite e Veneno (O que há de errado em nossa salada?). Pela primeira vez, creio, a TV se ocupa, afinal, com a talvez

¹⁶⁹ SAL, Azeite e veneno. Prova da contaminação. *Luta democrática*, 16 de maio de 1978, p. 5.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ POR uma comida sem veneno. *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro de 1979, Caderno B, p. 10.

mais terrível ameaça que compromete o futuro de todos nós, presentes e futuros. Estão nos envenenando a todos (...). Por isso mesmo, fico constrangido ao verificar como este poderoso veículo que é a TV se dedica a difundir tantas e tão equivocadas práticas de vida e de alimentação, cigarros, inseticidas, detergentes, doces, margarinas, alimentos industrializados, contaminados no plantio, no cultivo, na colheita, na estocagem, beneficiamento, processamento e embalagem. Pobre povo. Quando chegará o dia em que veremos na TV um anúncio de cebola natural? De chá de erva cidreira? De salsa e cebolinhas orgânicas?¹⁷²

Dentre outras reações ao programa, pode-se destacar o recebimento de cartas pela produção do programa, dentre elas a do Sindicato Rural de Caarapó, em Mato Grosso e a da Companhia Rio-Grandense de Saneamento, que, além de elogios, propôs diversos temas para serem desenvolvidos pelo *Globo Repórter*:

Queremos cumprimentar essa equipe não só pela coragem de ter defendido o incauto consumidor, mas também pela seriedade com o que o fez. O programa foi tecnicamente irrepreensível e de um gabarito jornalístico ao nível dos melhores programas do gênero feitos atualmente em países desenvolvidos. Ressaltamos ainda o alto valor educativo da reportagem. Eu e meus colegas de trabalho, que temos estado envolvidos com os malefícios também advindos do uso abusivo de defensivos agrícolas, temos certeza de que nenhuma campanha de conscientização teria produzido efeito tão bombástico qual tal *Globo Repórter*, pois este foi veiculado pelo meio de comunicação de penetração mais avassaladora atualmente em nosso país.¹⁷³

Outra opinião:

GOL DE PLACA: SEN-SA-CI-O-NAL O Globo Repórter “Sal, Azeite e Veneno” da última terça feira. Hoje, quando o jornalismo no Brasil tem tantas coisas proibidas, o que torna mais difícil realizar um bom trabalho, e a Globo, com um excelente trabalho de pesquisa, consegue apresentar um programa de tão alta qualidade, é de se louvar.¹⁷⁴

Opiniões contrárias ao programa também surgiram:

Anunciado como uma denúncia contra o abusado uso de pesticidas sobre os vegetais, o Globo Repórter de terça feira mais uma vez pecou e justamente por falta de informações claras, objetivas, sinceras e coerentes. O texto, quase todo em indagações, não passou de superficial. A chamada denúncia se limitou a mostrar que é um perigo comer verduras e legumes crus, no entanto, após testes em laboratórios, as perigosas verduras e os perigosos legumes apresentavam substâncias venenosas dentro dos padrões permitidos pela

¹⁷²MOURA, Joaquim. Anunciemos a natureza. Seção: O Leitor escreve. *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1978, Caderno B, p. 5.

¹⁷³POR DENTRO da TV. *O Estado de Mato Grosso*, 21 de julho de 1978, p. 6..

¹⁷⁴CAMPOS, Cidinha. *Jornal dos Sports*, 19 de maio de 1978, p. 10.

legislação brasileira. Alguém pode entender isso? Então, após o programa, a pergunta: para que um *Globo Repórter* com o título de “Sal, Azeite e Veneno”? Só para deixar o espectador com medo e certo de que está sendo envenenado dentro dos padrões permitidos pela lei?¹⁷⁵

Cabe ressaltar que, até fins da década de 1980, a legislação brasileira que regia o uso de agrotóxicos no Brasil era totalmente defasada, datando do ano de 1934 (Pelaez, 2015; Pereira, 2016), não acompanhando, portanto, o “bombardeio” de novos produtos que eram constantemente postos em comercialização no mercado brasileiro, especialmente depois do PNDA de 1975. Exemplo disto é a entrevista ao *Jornal do Brasil* de Luis Piragibe, químico industrial e técnico do Serviço de Análise Tecnológica da Divisão de Vigilância Sanitária de Alimentos, que afirmou:

A fiscalização tudo sabe e nada faz. A Divisão de Vigilância é normativa, só funciona em casos de denúncia. Nos 30 anos em que trabalhei no Instituto Nacional de Saúde Pública, de 1947 a 1977, apenas três produtos foram levados para análise.¹⁷⁶

Uma das maiores reivindicações do movimento que destacaremos neste tópico diz respeito à luta pela regulamentação do uso de agrotóxicos, uma vez que, para os atores mobilizados nesta causa, o uso de agrotóxicos no Brasil era indiscriminado. O próprio termo “agrotóxico” surge justamente no momento em que crescem as indagações acerca de seu uso e sua toxicidade. Ao analisarmos jornais do período, observou-se que, até a década de 1970, o termo utilizado para abordar os pesticidas era “defensivo agrícola”.¹⁷⁷ Como visto, se observou nestas décadas um grande otimismo em relação ao uso destas substâncias, sendo citados exemplos exitosos, em diversos países, sobre o aumento considerável da produção de alimentos, a diminuição de pragas agrícolas, e ampliação de áreas agricultáveis. Já na década de 1970, o termo “agrotóxico” aparece ainda em pequena quantidade, na maioria dos registros, citado por Adilson Paschoal, a quem é creditada a criação deste termo.¹⁷⁸

¹⁷⁵ GLOBO Repórter, *Correio de Notícias*, 18 de maio de 1978, p. 11.

¹⁷⁶ COMER está ficando muito perigoso. *Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1980, Caderno B, p. 7.

¹⁷⁷ Sobre as discussões em torno dos termos “defensivo” e “agrotóxico”, ver: CARVALHO Miguel MX, NODARI Eunice S, NODARI Rubens O. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v.24, n. 1, p.75-91. 2017; PEREIRA, Elenita Malta. “Agrotóxicos” versus “Defensivos”. In: PEREIRA, Elenita Malta. A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

¹⁷⁸ Artigos produzidos pelo agrônomo Adilson Paschoal (Ph.D. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) aparecem constantemente em pelo menos três periódicos da década de 1970: *Ciência e Cultura* (SP), *Suplemento Cultural – O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* (RJ). Em seus textos, Paschoal aborda temas variados em relação ao uso inadequado de agrotóxicos, críticas às indústrias químicas, manejo ecológico do solo, controle natural de pragas etc.

Paschoal se consagrou como um dos maiores críticos ao uso de agrotóxicos, fazendo parte de um movimento que reivindicava, no mínimo, a regulamentação legal do uso destes químicos. Formado em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo, a trajetória deste ator se entrelaça à de diversos outros agrônomos, que se destacaram na luta contra o uso indiscriminado de agrotóxicos e na defesa de uma agricultura alternativa, como será destacado no decorrer deste estudo.

Autor de diversas obras, Paschoal popularizou o termo “agrotóxico”, ampliando para uma parcela maior da sociedade a problemática em torno de sua produção e uso. Em reportagem do dia 29 de janeiro de 1979, no caderno *Suplemento Cultural* de *O Estado de São Paulo*, intitulada “Os agrotóxicos e a crise ambiental”, Paschoal analisa os efeitos colaterais dos produtos químicos utilizados no controle de “pragas”, afirmando que a sua utilização maciça leva a um grave desequilíbrio da natureza, colocando em risco a vida dos homens e dos animais. O agrônomo afirmava estar propondo o uso do nome agrotóxico, pois acredita ser errada a nomenclatura dada a estas substâncias, referindo-se a nomes como “defensivo”. Sobre isto, diz:

O termo defensivo é incoerente, uma vez que muitos desses produtos podem acentuar os danos provocados pelas pragas, devido aos desequilíbrios biológicos que causam com a eliminação de predadores, parasitos, patógenos e competidores; como então chamar de defensivo algo que também pode agir no sentido de agravar a situação da agricultura e diminuir o lucro dos agricultores? Quando pensamos em termos de natureza, tais produtos químicos não podem ser encarados como instrumentos de defesa, mas sim de destruição e perturbação do equilíbrio da biosfera. A palavra “agrotóxico” não apresenta os inconvenientes das outras terminologias. Pode ser usada em sentido geral para incluir todos os produtos químicos (inseticidas, acaricidas, herbicidas, fungicidas etc.) empregados nos agroecossistemas. Evidencia a exata natureza desses produtos (tóxicos), o local de uso (agroecossistemas), além de identificar a ciência que estuda os seus efeitos (Toxicologia e Toxicologia ambiental).¹⁷⁹

No momento em que Paschoal debatia e difundia o termo “agrotóxico”, o Brasil figurava entre os cinco países que mais aplicavam estas substâncias no mundo. Para o agrônomo, a razão do uso exagerado de agrotóxicos no Brasil se devia a dois fatos: em primeiro lugar, a política governamental, através de projetos como o PNDA (citado no capítulo 1 deste trabalho), e a propagação das firmas do setor agroquímico, que influenciava desde o agricultor até o profissional nas universidades, que incentivavam o emprego dos agrotóxicos nas lavouras brasileiras. Em segundo lugar, o modelo de agricultura industrial, simplificado e instável, caracterizado por monoculturas, variedades mais produtivas e adubação química, que geraria

¹⁷⁹PASCHOAL, Adilson. Os agrotóxicos e a crise ambiental. *Suplemento Cultural – O Estado de São Paulo*, 29 de janeiro de 1978, ano II, nº 67, p. 10.

pragas e acentuaria os seus danos, exigindo assim o uso de agrotóxicos, que provocariam ainda maiores novos desequilíbrios, gerando novas pragas, que exigem novos agrotóxicos, em um ciclo sem fim.¹⁸⁰

Como destaca Alves Filho, Adilson Paschoal e José Lutzenberger foram nomes que fizeram parte de um amplo debate que englobava temas ambientais e a questão dos agrotóxicos, envolvendo diversos atores sociais, em especial a categoria profissional dos agrônomos, desde o final da década de 1970. Cabe ressaltar que, quando abordamos a categoria profissional de agrônomos, não nos referimos ao grupo profissional de forma generalizada, afinal, a maior parte dos profissionais desta área, no período abordado neste estudo, era adepta dos métodos convencionais de produção, com amplo uso de agrotóxicos e adubos químicos.

Apesar das controvérsias envolvendo o uso de agrotóxicos, como os discursos de grande parte da comunidade técnica e científica de que o problema estaria no mal uso e não no uso em si, cresciam, sobretudo entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, vozes críticas, que, além de defenderem a regulamentação do uso de agrotóxicos no Brasil, promoviam novos métodos alternativos de produção, excluindo o uso de substâncias químicas nos processos produtivos.

2.6- O papel dos agrônomos alternativos na difusão da agricultura alternativa brasileira

O modelo econômico implantado no Brasil pelo regime autoritário trouxe desastrosas consequências para a imensa maioria do povo brasileiro.

Se foi eficiente e competente para o grande capital, especialmente para as multinacionais, foi pernicioso para a Nação brasileira.

Na área da agricultura o modelo, por meio de seus instrumentos de política – ensino, pesquisa, extensão, crédito e outros – se orientou no sentido de levar o capitalismo ao campo, através da chamada modernização da agricultura.

Essa modernização, entretanto, não foi outra coisa do que o privilegiamento às culturas de exportação e ao emprego massivo de insumos e máquinas produzidas no exterior ou aqui, mas quase exclusivamente com capital estrangeiro.

Para viabilizar esse esquema e dada a inexistência de tecnologia criada para as condições brasileiras e compatível com os objetivos do grande capital, simplesmente, transplantaram-se para as condições tropicais da maior parte do Brasil, as práticas, máquinas e procedimentos gerados, em e para climas temperados.

As consequências estão aí à vista de todos: monocultura, erosão, dilapidação ambiental, aumento da ocorrência de pragas e doenças, redução

¹⁸⁰PASCHOAL, Adilson. Alternativas ao uso de agrotóxicos. Anais do II Encontro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 121.

de produtividade, inviabilidade econômica, êxodo rural, miséria, desnutrição do povo.

O processo de modernização, como é sabido, foi implantado com a cooptação de numerosos engenheiros agrônomos e outros profissionais afins. Para isso, criou-se todo um ambiente e uma estratégia de convencimento, sobretudo dos jovens, a partir das escolas de agronomia.

No 11º Congresso de Agronomia, realizado em 1979 em Curitiba, essa estratégia de envolvimento da categoria foi posta a nu e os agrônomos, a partir daí, vêm fazendo uma autocrítica de sua conduta, como nenhuma outra categoria profissional o fez até agora. É por isso, entre outras razões, que hoje o agrônomo é um profissional respeitado.

Nesse processo viu-se a necessidade de novos rumos para a agricultura nacional. De repente, as técnicas agrícolas rurais consagradas ao longo dos tempos, como o emprego do húmus, foram estigmatizadas como sinônimo de atraso.

Gerou-se, igualmente, uma reação de vários outros setores, especialmente porque a qualidade biológica dos alimentos foi altamente comprometida. Como produto da reação surgiram numerosos movimentos ambientalistas e de contestação em todo o Brasil.¹⁸¹

O discurso do agrônomo Luiz Carlos Pinheiro Machado, então presidente da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), marca uma mudança paradigmática importante em parte da categoria profissional de engenheiros agrônomos brasileiros na virada da década de 1970 para 1980. Como já ressaltado neste trabalho, a modernização da agricultura brasileira veio acompanhada de novos métodos, substâncias, maquinário e transformações sociais que se consolidaram no Brasil desde ao menos a década de 1950. Em relação aos meios agrônômicos, tais métodos tornaram-se dominantes nos meios acadêmicos de ensino e nas práticas cotidianas da profissão. Inclusive, estes profissionais foram peças fundamentais para a difusão da agricultura convencional a partir, por exemplo, da prática de assistência técnica e extensão rural, amplamente estimuladas pelo poder público, como instrumentos de inserção de métodos modernizantes no campo brasileiro. Tendo em vista tal cenário, qual a importância da referida profissão na difusão da agricultura alternativa?

Como destaca Luzzi (2007), assim como a opinião pública, a atuação de engenheiros agrônomos também foi influenciada pelo crescente debate em torno dos agrotóxicos, sobretudo pela atuação de nomes como Lutzenberger e Paschoal. Assim como estes, ganhavam visibilidade outros nomes no campo da agronomia que buscavam implementar, através da ciência, métodos alternativos de produção (Luzzi, 2007: 14).

¹⁸¹ MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Prefácio. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. 1985, p. 11 e 12.

Lutzenberger, além de ser um grande militante contra os agrotóxicos, também foi defensor da agricultura alternativa, mobilizando-se em torno do tema e tornando-se um nome central na difusão deste movimento.

Na Europa, nos Estados Unidos, no Japão e na Austrália existe um florescente movimento denominado “Agricultura Orgânica”, que consiste na adoção pelos agricultores de um trabalho completamente fora do esquema predominante, sem a utilização de fertilizantes e tampouco pesticidas químicos. Eu mesmo venho desenvolvendo, há quatro anos, em Torres, um viveiro de plantas decorativas. Em todo esse tempo não usei um quilo de fertilizantes ou pesticidas químicos, no entanto consegui resultados fantásticos. Estou construindo solos onde antes existiam penas dunas de areias brancas.

O agricultor moderno, devido a propaganda da agroquímica, tem um enfoque simplório e tecnocrático das coisas. Não vê mais a natureza como uma magnífica sinfonia que é. Vê a terra apenas como um capital ou uma mina que se explora. Na praga um agente patogênico e na enfermidade fungosa um simples alvo militar, um inimigo a combater.

Já o agricultor orgânico tem um enfoque diferente. Para ele a praga não é inimigo nenhum, mas apenas um indicador biológico, uma resposta da natureza as suas práticas. Ao invés de usar uma arma mais violenta, ele se pergunta: qual o erro que cometi, o que a natureza está querendo me dizer? Enquanto o agricultor moderno parte para a aspirina para combater a dor de cabeça, o agricultor orgânico procura as causas da dor de cabeça. Está, portanto, em permanente diálogo com a natureza.¹⁸²

Para Lutzenberg, a opção crescente pela agricultura alternativa se explicaria também pela crise econômica e pelos altos preços dos pesticidas. Na década de 1980, o Brasil correspondia a 5% do consumo mundial de agrotóxicos, mas o agrônomo ressaltou que já existiam alguns pontos positivos:

Os setores de pesquisa e fomento do Ministério da Agricultura estão procurando métodos alternativos, mais baratos. Enquanto isso os engenheiros agrônomos pressionam pelo uso de métodos biológicos e há fatos concretos, como a obrigatoriedade do uso de receituário agrônômico, a partir de 1982 no Rio Grande do Sul e a lei estadual de controle de agrotóxicos.¹⁸³

A atuação do gaúcho Luiz Carlos Pinheiro Machado (1928-2020) é elemento que expressa muito bem como parte da categoria profissional dos engenheiros agrônomos mobilizou-se em prol da agricultura alternativa, sobretudo a partir da década de 1980. Em tons sempre críticos ao cenário agrícola estabelecido no Brasil nas décadas anteriores, Pinheiro Machado havia sido “aposentado” do cargo de professor catedrático da Faculdade de

¹⁸² JOSÉ Lutzenberger: o Dom Quixote da Ecologia Brasileira. *O Pasquim*, maio de 1977, p. 6.

¹⁸³ USO de agrotóxicos aumenta 200% e mata 17 no Sul. *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1985, p. 26.

Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964 (retornando ao cargo em 1979, após a Lei da Anistia) Durante o regime civil-militar vinha sendo acompanhado de perto pelo SNI, acusado de ser “doutrinador esquerdista”. “Inteligente, insinuante, com grande capacidade como professor. É muito apreciado pelos estudantes, particularmente os esquerdistas”, descreveu documento do SNI de março de 1970. Outra descrição foi a de que “exerce atuação nociva ao meio estudantil, onde alicia elementos, estimula movimentos de protesto, greves, passeatas, assembleias, etc, tudo de caráter esquerdista”. O objetivo do documento em questão era enquadrar Pinheiro Machado no Ato Institucional nº5, o mais duro do regime militar, “já que a punição recebida pelo nominado logo após a Revolução foi somente a “aposentadoria”.¹⁸⁴

Como é possível perceber no documento citado acima, Pinheiro Machado possuía uma postura atuante e combativa em relação à ditadura civil-militar, (ele era filiado ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, desde 1945), consolidando-se como um grande nome crítico ao cenário agrícola difundido, aprofundado e estimulado após o golpe de 1964. O agrônomo trouxe visibilidade ao tema nos próprios meios agrônômicos, sendo inúmeras vezes convidado a palestrar em congressos e encontros da área. No XI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado em Curitiba, advertiu:

O Brasil não poderá contar com a agricultura para resolver o problema de sua dívida externa, enquanto se mantiver dependente da maciça importação de insumos e sujeito ao controle que as multinacionais exercem sobre a comercialização de seus produtos, impondo os preços de acordo com as condições do mercado.¹⁸⁵

O agrônomo passou por importantes cargos na área ao longo de sua carreira tendo sido presidente da Federação dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Sul, presidente da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, entre 1983 e 1984 e presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre 1985 e 1986. Foi professor catedrático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Católica Argentina. Ao longo de sua trajetória desenvolveu centenas de projetos sustentáveis, com foco na produção animal.¹⁸⁶

¹⁸⁴ “Luiz Carlos Pinheiro Machado” Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência de Porto Alegre, 19 de março de 1970. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

¹⁸⁵ AGRÔNOMO critica o controle. *Diário do Paraná*, 25 de outubro de 1979, p. 1.

¹⁸⁶ Cf.: <https://noticias.ufsc.br/2020/07/nota-de-pesar-falece-luiz-carlos-pinheiro-machado-o-pinheiro-professor-aposentado-do-cca/>. Acesso em 13 de agosto de 2021.

Destaque também merece ser dado à trajetória de outros nomes, como Ana Maria Primavesi (1920-2020), austríaca radicada no Brasil. Sobrevivente dos horrores da Segunda Guerra Mundial, Ana migrou para o Brasil logo após o conflito, junto com seu marido, Artur Primavesi (1918-1977), também engenheiro agrônomo. Dentre outras passagens, como consultorias em projetos no Cerrado e na Amazônia, o trabalho do casal Primavesi na Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, marcou a trajetória acadêmica de ambos em terras brasileiras. Os Primavesi desenvolveram inúmeros trabalhos na área de agricultura tropical. A morte precoce de Artur, em 1977, não impediu Ana de prosseguir seus estudos, que culminaram na publicação do livro *Manejo Ecológico do Solo*, um trabalho com conteúdo tido como revolucionário e polêmico, publicado em 1980 (Knabben, 2019). Primavesi analisou o solo sob uma perspectiva ecológica, buscando conciliar o manejo consciente do uso do solo, com a conservação do meio ambiente. A agrônoma adotou uma postura crítica em relação ao cenário agrícola estabelecido no Brasil e à relação de domínio da humanidade sobre a natureza, observada ao longo do tempo. Para ela, a ecologia seria a melhor alternativa a todos os danos ao meio ambiente e à saúde humana provocados pela modernização da agricultura. Dentre várias constatações de seus estudos, uma delas foi a conclusão de que, inicialmente, a produtividade crescera radicalmente, mas não devido ao fato de se colher mais em uma mesma área de colheita, e sim pelo fato de os pesticidas e adubos químicos permitirem produzir mais em áreas maiores. Após certa estagnação, a produção não crescia mais, apesar do aumento das tecnologias e do uso de insumos. Além disso, Primavesi demonstrou que o sistema moderno de produção não respeitava as cadeias ecológicas, as especificidades de cada solo, de cada clima. Seriam, portanto, práticas totalmente antiecológicas¹⁸⁷:

A agricultura biológica não é uma alternativa, mas um imperativo, porque considera a terra uma base sagrada com a missão de produzir, em primeiro plano, alimentos para desenvolver a saúde e a inteligência da nação. Assim, essa forma de agricultura não é uma simples substituição de métodos químicos por biológicos, ou substâncias sintéticas por naturais para salvar o meio ambiente de uma poluição cada vez mais ameaçadora.

Portanto, a conservação dos solos e do meio ambiente depende de uma filosofia honesta e responsável que sirva à comunidade e sobrevivência das gerações futuras. Assim, a agricultura que trabalha com métodos ecológicos não é uma substituição de fatores, mas uma revolução moral, na qual o homem sente-se irmanado à natureza, manejando-a com zelo, em lugar de explorá-la, exauri-la e destruí-la na procura de lucros fáceis e imediatos. (Ana Maria Primavesi em entrevista ao Diário do Paraná, 1981).¹⁸⁸

¹⁸⁷PRIMAVESI, Ana. *Manejo ecológico de pragas e doenças: técnicas alternativas para a produção agropecuária e defesa do meio ambiente*. São Paulo: Nobel, 1994.

¹⁸⁸PRESERVAÇÃO do meio ambiente é imperativo, afirma pesquisadora. *Diário do Paraná*, 2º Caderno, 21 de março de 1981, p. 12.

O trabalho de Ana Primavesi, como aponta Knabben, “vendeu três edições em seis meses, e logo tornou-se obrigatório para todos os que desejavam adentrar nesse novo universo da agricultura orgânica” (Knabben, 2017: 388). No entanto, se por um lado, atraiu a atenção e a admiração por parte dos “agrônomos alternativos”, por outro foi desacreditado e visto com certo deboche pelos agrônomos convencionais. Como destaca Luzzi (2007), as publicações de “agrônomos alternativos”, como Primavesi, não eram bem recebidas nas escolas de agronomia e demais órgãos de pesquisa agropecuária, sendo inclusive alvo de hostilidade por estudantes, professores e representantes da indústria química, caso da ANDEF (Luzzi, 2007: 14). Exemplo disto foi descrito na biografia da agrônoma, escrita pela autora Virgínia Knabben, que conta episódio em que o *Jornal Engenheiro Agrônomo*, importante periódico do meio, publicou resenha crítica do livro de Primavesi que fugia do padrão da publicação pelo tamanho: 19 páginas de críticas ferrenhas à obra:

Dezenove laudas de crítica minuciosa, citando pontos de discordância página por página, e que, no final, concluía que o objetivo principal perseguido pela autora, ou seja, o manejo ecológico do solo, infelizmente não foi atingido, e muito menos o manejo dos solos tropicais (Knabben, 2017: 388)

Em outra ocasião, Primavesi foi convidada para um congresso na cidade de Goiânia:

Como tinha sido convidada como oradora, as firmas de agrotóxico resolveram mandar, em peso, seus representantes para a confrontarem. Quando chegou, o organizador do evento a chamou e informou sobre a “boa intenção” das firmas de insumos e disse a ela que se ela não quisesse mais fazer a apresentação, ele entenderia, porque pelo jeito, a briga seria feia. Ana agradeceu a informação, mas disse que não tinha medo, iria apenas mostrar como a natureza trabalha. (Knabben, 2017: 379).

Por outro lado, como dito, Primavesi conquistava respeito por parte do movimento de agricultura alternativa. Adilson Paschoal foi um dos agrônomos que ficou admirado com o trabalho de Ana. Em meados de 1980, ao visitar o departamento de solos e geologia da USP, Paschoal foi “apresentado” ao livro da agrônoma por um amigo, um dos docentes da faculdade, que teceu duras críticas ao trabalho. Ao sair do encontro, Paschoal concluiu que, se o amigo, que era adepto da agricultura química, tinha tecido tantas críticas, era porque o livro realmente era bom. Dias depois, Paschoal leu o livro e ficou admirado com a análise do solo a partir da

perspectiva ecológica desenvolvida por Ana Primavesi. Desde então, Paschoal e Ana atuaram em diversos eventos e causas em prol da agricultura alternativa¹⁸⁹.



Adilson Paschoal e Ana Maria Primavesi. Foto: Rafael Stedile. Disponível em: Blog Ana Maria Primavesi. <https://anamariaprimavesi.com.br/2019/11/26/lancamento-do-livro-pragas-agrotoxicos-e-a-crise-ambiente-problemas-e-solucoes/>. Acesso em 28 de junho de 2021.

Outra agrônoma que marcou a agricultura alternativa brasileira foi Johanna Dobereiner (1924-2000), tcheca naturalizada brasileira, que chegou ao Brasil em 1951. Conhecida internacionalmente por seus trabalhos, a agrônoma foi pioneira na técnica de fixação biológica de nitrogênio (FBN), algo que ia contra o que vinha se desenvolvendo no Brasil: o cultivo baseado no uso intensivo de adubos nitrogenados, ou seja, adubação química.

Seu grande feito foi identificar um tipo de bactéria capaz de manter um curioso sistema de parceria com as plantas. Em troca do gás carbônico captado no processo de fotossíntese, essas bactérias, do tipo das *rhizobium*, alimentam as plantas com nitrogênio. A técnica desenvolvida por Johanna consiste em implantar esses microorganismos nas sementes de soja. Quando a semente germina, as bactérias produzem nódulos nas raízes da planta que funcionam como usinas para a extração de nitrogênio do ar. Desse modo, a planta dispensa o uso de nutrientes químicos, à base de derivados do petróleo.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Blog Ana Maria Primavesi. Disponível em: Lançamento do Livro: Pragas, Agrotóxicos e a Crise Ambiente. Problemas e soluções. | Ana Maria Primavesi. Acesso em 28 de junho de 2021.

¹⁹⁰TRAUMANN, Thomas. A senhora das criaturas milagrosas. *Veja*, 28 de agosto de 1996, p. 78.

Ao defender o uso de microorganismos para promover o aumento da produtividade, o trabalho de Dobereiner representou, à época, uma mudança paradigmática e sua contribuição auxiliou o Brasil a se tornar o segundo maior produtor mundial de soja. Com a inserção da FBN na produção de soja, o qual contribuiu para o Programa Brasileiro de Melhoramento da Soja, de 1964, o país eliminou consideravelmente o uso de adubos químicos, o que representou uma economia anual de mais de 2 bilhões de dólares, além da sustentabilidade trazida pela técnica, uma vez que não provocava danos ambientais. Além disso, Dobereiner foi responsável pela descoberta de novas espécies de bactérias e recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais.¹⁹¹ Funcionária e coordenadora do Centro Nacional de Pesquisas de Biologia dos Solos (CNPBS) da Embrapa de Seropédica (município fluminense) e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por décadas, foi uma das poucas brasileiras a serem indicadas a um Prêmio Nobel, o de Química, além de ser vencedora do prêmio científico da Unesco destinado a trabalhos que colaboraram com o desenvolvimento de países do Terceiro Mundo. Também foi responsável, na década de 1970, pela seleção de mudas de cana-de-açúcar para o Programa Proálcool e, ao longo da década de 1990, desenvolvia estudos para permitir o plantio em larga escala de palmeiras de dendê na Amazônia, uma alternativa natural ao óleo diesel.¹⁹²

Sobre o que pensava sobre agricultura alternativa, Dobereiner afirmou:

A agricultura alternativa ou biológica pode ser focalizada sob vários aspectos e têm várias definições, mas pode-se salientar que são duas as correntes principais que mais ou menos representam o movimento, as ideias de uma agricultura alternativa ou agricultura biológica.

A primeira corrente defende uma agricultura *stricto sensu*, uma agricultura que volta à origem dos tempos, antes de se ter fertilizantes químicos e defensivos ou agrotóxicos, e que condena, como venenos, tanto adubos quanto produtos químicos que possam ajudar a curar plantas doentes. Essa corrente de agricultura biológica *stricto sensu* tem grande mérito; entretanto, sob o ponto de vista político nós precisamos aumentar nossa produção, nossa produtividade, dar meios de vida para os que vivem no interior, nas fazendas.

A população está crescendo, a terra está ficando cada vez mais escassa, e precisamos produzir cada vez mais. [...] Portanto, acredito, e defendo aqui um ponto de vista meu, pessoal, do grupo e também da EMBRAPA, de que uma agricultura biológica *stricto sensu*, como eu defini agora, hoje em dia não é mais possível. Por outro lado, os que me conhecem sabem que, desde que trabalho em pesquisa, ou seja, desde 1951, tenho defendido uma agricultura biológica, lógica, fundada em bases científicas. Precisamos encontrar meios

¹⁹¹Fonte: Johanna Dobereiner: a cientista que revolucionou a agricultura. Disponível em: <https://www.embrapa.br/johanna-dobereiner/quem-foi>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

¹⁹² TRAUMANN, Thomas. A senhora das criaturas milagrosas. *Veja*, 28 de agosto de 1996, p. 79.

de substituir, o máximo possível, os investimentos, não somente por razões ecológicas, mas também econômicas.

Precisamos, portanto, entrar num compromisso, e os sistemas alternativos que proporemos são sistemas baseados em experimentos. Estamos muito longe de saber o que fazer. Estamos no início de uma espécie de revolução da agricultura e a ciência precisa elaborar tecnologias baseadas em experimentos. Experimentos com repetições e testados em várias regiões mostram que tal tratamento é equivalente a outro, produz o mesmo resultado, a mesma quantidade que o outro, no qual parte dos insumos foi substituída por fontes biológicas. Isso sim, vai levar a uma agricultura mais econômica, mais social e com chances muito boas de se transformar numa agricultura do futuro. Talvez o nosso país necessite especialmente desse tipo de agricultura.¹⁹³ .

Analisando a fala de Dobereiner em um importante encontro de agricultura alternativa, podemos observar que, segundo sua perspectiva, esta corrente agrícola deveria ser baseada em métodos científicos. Segundo, o cerne de seu trabalho estava em encontrar na própria natureza os elementos químicos necessários a uma agricultura produtiva.



Johanna Dobereiner na década de 1980.
Fonte: *Manchete Rural*, novembro de 1989, p. 20.

¹⁹³ DOBEREINER, Johanna. Perspectivas da agricultura alternativa no Brasil: análise sob o ponto de vista da pesquisa. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro, 1985, p. 61-62.



Foto: Arquivo Manchete e Divulgação.
 Fonte: *Manchete Rural*, dezembro de 1996, p. 22.

Considerado pioneiro da agricultura alternativa no Brasil por seus pares, Yoshio Tsuzuki, agrônomo, vivia em um sítio nos arredores de São Paulo, na cidade de Cotia, adquirido em 1973, onde desenvolveu a produção de hortaliças e frutas utilizando métodos alternativos de produção (Luzzi, 2007: 18). Japonês, Tsuzuki chegou ao Brasil na década de 1950, já formado em agronomia pela Universidade de Osaka, onde nascera. Assim como Lutzenberger, Tsuzuki também trabalhou em uma multinacional química, a Bayer, onde lidou com inúmeros agrotóxicos. Entretanto, decidiu abandonar a carreira, passando a dedicar-se à pesquisa de agricultura orgânica. Ele fundou uma empresa, a Agrotécnica S.A., voltada a pesquisar a introdução de agricultura orgânica em projetos de maior amplitude.¹⁹⁴ Para ele, seria de suma importância a utilização de produtos naturais para as produções agrícolas, o que levaria ao equilíbrio ecológico, a manutenção do meio ambiente e a consequente diminuição dos custos de produção.¹⁹⁵

Sobre sua trajetória e sua experiência com alimentos naturais, Tsuzuki apontou:

¹⁹⁴ ERVAS podem ser úteis à agricultura. *Diário do Paraná*, 7 de abril de 1981, 2º Caderno, p. 1.

¹⁹⁵ AGRICULTURA biológica defendida por agrônomo. *Diário do Paraná*, 31 de outubro de 1980, 2º Caderno, p. 1.

Em 1973, abandonei completamente o comércio de defensivos e de adubos químicos e mudei minha vida, começando com as experiências de agricultura alternativa. De cinco anos pra cá, tenho comercializado várias verduras, vendendo-as para São Paulo, pesquisando, e também ganhando um pouco de dinheiro com isso.

O princípio da agricultura orgânica mais importante é o fornecimento de matéria orgânica para a terra. Todas as plantas resistem às doenças e às pragas. Durante os últimos cinco anos, nunca sofri ataque de pragas, entre 15 espécies de verduras.

[...]

Assim, durante cinco anos venho plantando com fornecimento constante de matéria orgânica como nutriente para as plantas, e por outro lado, para melhorar a estrutura física e a condição química e biológica do solo. Neste caso, vocês podem conseguir controlar doenças e pragas tão facilmente como eu.

Nestes últimos cinco anos não gastei nenhuma grama de adubo químico e nenhuma grama de defensivos. Em minha concepção, a planta que cresce em terra bem curtida resiste muito bem às doenças e pragas. Ao contrário, terra pobre, que não tem matéria orgânica, ou que tenha excesso de nitrogênio, ou ainda terra não curtida com matéria orgânica, sempre sofre ataque de pragas.¹⁹⁶

Tsuzuki foi um dos responsáveis, em 1989, pela criação da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), em parceria com um grupo de profissionais vinculados à Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP), que, como veremos mais adiante, ao longo da década de 1980, foi dirigida por Walter Lazzarini, agrônomo que passa a integrar movimentos de agricultura alternativa (Luzzi, 2007: 18). Segundo o site da AAO, a associação:

A AAO é a primeira Associação de Agricultura Orgânica do Brasil, fundada em 1989 por grandes nomes da agroecologia como Ana Maria Primavesi. Através da associação, a ciência agrônômica voltada para a produção de alimentos saudáveis chegou a diversos produtores que atualmente vivem da agricultura orgânica e que através das feiras geram renda para suas famílias. O slogan “Orgânico para todos” sintetiza a missão da AAO de alcançar mais produtores e a população brasileira através do comércio justo e solidário.¹⁹⁷

Lutzenberger, Paschoal, Primavesi, Pinheiro Machado, Tsuzuki e Dobereiner foram nomes pioneiros que se mobilizaram em torno da agricultura alternativa e na luta contra os agrotóxicos. Em comum, além de serem agrônomos, nutriam duras críticas ao cenário agrícola estabelecido, desenvolveram estudos científicos que demonstravam ser possível uma agricultura natural e eficiente e buscaram promover a agricultura alternativa a um público cada vez mais diverso e amplo. No entanto, não podemos perder de vista que a maior parte destes nomes defendiam ideias que iam contra projetos amplamente amparados por grandes e

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ Quem somos. Disponível em: <https://www.ao.org.br/>. Acesso em 28 de julho de 2023.

poderosas empresas e instituições que exerciam forte influência perante o meio político, marcado por um governo antidemocrático. Apesar do fortalecimento do movimento de agricultura alternativa coincidir com o processo de reabertura política, ainda era um cenário conturbado.

Em entrevista à autora Virgínia Knabben, Adilson Paschoal sintetizou um breve panorama do que representava o movimento e o que enfrentaram os agrônomos alternativos naquele período:

Durante a década de 1970, o enfoque principal eram os agrotóxicos, e as figuras de destaque que apareciam na mídia eram o Pinheiro Machado, com a questão zootécnica, o Lutz e eu, que combatíamos os agrotóxicos contra empresas e multinacionais poderosíssimas, e nos intitulavam *hippies*, malucos, além de nos colocarem em algumas situações constrangedoras. Fui ameaçado várias vezes. A ameaça vinha primeiro de forma a desacreditar a ideia de que era possível fazer agricultura sem o uso de agrotóxicos, apesar de eu ter, em meu livro, provado que esses produtos tinham aumentado o número de pragas no Brasil. Em todo lugar que eu ia, ou em todo o lugar em que o Lutz ia, lá estavam as companhias de agrotóxicos criticando as ideias ecológicas. Só que eu havia voltado recentemente dos Estados Unidos, com uma bagagem científica bastante forte; o Lutz, no sul, também lia muito, em alemão, francês, inglês e a AGAPAN havia se tornado um núcleo muito forte de pesquisa. Por ter ele trabalhado para uma indústria de agrotóxicos e por isso conhecer os dois lados, ele conseguia contra-argumentar facilmente. A primeira tentativa foi essa, de desacreditar a ideia, mas não conseguiram porque nossos argumentos eram lógicos, claros demais para serem contestados. A segunda tentativa foi subornar-me. Certo dia, recebi uma carta confidencial, sem remetente, em que eu era convidado a ser diretor de uma importante instituição de agrotóxicos, que seria instalada na região de Campinas, São Paulo. Queriam comprar a minha honra; mais uma tentativa frustrada. Mais tarde, descobri tratar-se do Centro de Defensivos Agrícolas da Embrapa, em Jaguariúna, que, na gestão de Luis Carlos Pinheiro Machado nessa importante instituição, conseguimos transformar no Centro de Defesa da Agricultura, hoje Embrapa Meio Ambiente. (Knabben, 2017: 393).

Outro ponto que merece ser destacado é o papel desempenhado por algumas associações de engenharia agrônoma estaduais e pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB). A FAEAB foi criada no ano de 1963, momento em que os engenheiros agrônomos passavam a almejar a regulamentação da profissão em novas bases e a formulação de um estatuto próprio para a profissão. A concretização desta federação se deu nos espaços da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), contando com a presença de 11 delegações estaduais, instâncias máximas regionais em que os agrônomos se organizavam desde 1933, quando foi regulamentada a profissão. A partir da criação da FAEAB, o posicionamento da instituição se mostrou bastante conservador, “se alinhando com as forças políticas da época” (Cavallet, 1999: 60). Durante as décadas de 1960 e 1970, o que se observou foram tentativas, por parte da categoria, de participação ativa nas políticas agrícolas do país em

um contexto de modernização agrícola. É a partir do final da década de 1970, momento em que se fortalece a luta pela redemocratização do país, que mudanças passam a ocorrer na FAEAB. A categoria, representada pela federação, gradativamente se distanciava do regime político vigente, incorporando em seu escopo a preocupação com temas sociais, políticos e ecológicos (Cavallet, 1999: 16).

As ideias alternativas foram acolhidas, em um primeiro momento, por parte da Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP) (Luzzi, 2007: 16). Exemplo disto, foi o convite feito a José Lutzenberger para discursar sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos no Primeiro Congresso Paulista de Agronomia, promovido pela AEASP, em 1977. A fala do gaúcho teria impactado o público presente, cerca de 500 agrônomos, e Lutz foi aplaudido de pé. No ano seguinte, a associação paulista o escolheu para receber o prêmio “Engenheiro Agrônomo do Ano” (Knabben, 2017: 375), considerado o reconhecimento máximo para a categoria profissional. Como destaca Elenita Pereira, o então presidente da AEASP, Walter Lazzarini, afirmou ter escolhido o gaúcho:

porque ele representava a posição do novo agrônomo, que refuta decisões de gabinete burocráticas, ressaltando a necessidade de maior participação dos engenheiros agrônomos no momento em que existe uma abertura política e em que a classe quer participar, pois chega de monólogo (Pereira, 2016: 209).

O prêmio, no entanto, acabou gerando polêmica entre a categoria profissional. Agrônomos solicitaram a cassação da honraria concedida a Lutzenberger. Um dos argumentos utilizados, foi o fato dele ser gaúcho e a associação, paulista. Embates contrários e favoráveis ao prêmio ocorreram em uma assembleia geral extraordinária, promovida a pedido de 30 agrônomos, representados por José Romero e Lysis Aloe, vinculados à ANDEF. Falta de “postura agrônômica”, “o homem que está contra a agricultura brasileira, contra a pesquisa brasileira, contra o país que tem uma agricultura altamente tecnificada” eram argumentos utilizados contra Lutzenberger, além disso, defendeu-se: “vamos votar a favor de colegas pesquisadores, extensionistas, que lutam pelo uso correto de adubos e defensivos”. Por outro lado, enquanto defensor da manutenção do prêmio ao gaúcho, Walter Lazzarini ressaltou a ligação entre os contestadores do prêmios e o setor de “defensivos”, apontando membros da ANDEF, bem como funcionários de multinacionais de agroquímicos. Outro ponto relevante levantado pelo presidente da AEASP foi a relação da suposta cassação do prêmio como um elemento da ditadura militar:

para Lazzarini, a cassação afetaria o prestígio da AEASP, depois de tantos esforços para se manter independente das interferências de empresas, da Secretaria e Ministério da Agricultura, do regime como um todo. Pior, a cassação que foi recentemente abolida neste país corre o risco de ser ressuscitada pela categoria dos agrônomos (Lazzarini, 1979: 5 *apud* Pereira, 2016: 211-212).

Por fim, por votação “esmagadora”, o prêmio a Lutzenberger foi mantido. Como demonstra Pereira, a manutenção do prêmio demonstrou uma inclinação de parte da categoria dos engenheiros agrônomos à questão ecológica, além da percepção de que os embates contra os agrotóxicos e a devastação da natureza adquiriam um forte viés político e representavam uma luta pela democracia naquele período, quando o país vivia um processo de abertura política e movimentos sociais começavam a tomar força (Pereira, 2016: 211-214). O episódio envolvendo Lutzenberger e a AEASP demonstra, além destas questões envolvendo ecologia e democracia, como a agricultura alternativa se popularizava, pelo menos nos meios agronômicos, àquele momento.

No ano seguinte ao episódio do prêmio concedido pela AEASP, 1978, Lutzenberger teria proposto à Walter Lazzarini a formação de um cadastro de pessoas e iniciativas ligadas à agricultura alternativa no Brasil. Knabben destaca que o primeiro nome sugerido por Lutzenberger teria sido o de Ana Primavesi. O grupo passou, então, a se reunir nos espaços da associação paulista, formando o Grupo de Agricultura Alternativa (GAA). O nome agricultura alternativa teria sido escolhido

por contemplar as diversas correntes já existentes na época: agricultura biodinâmica, natural, biológica e outras. Não se falava muito em agricultura orgânica, apesar de Eduardo Pires [agrônomo, diretor técnico-científico da AEASP] falar de um tal composto orgânico, e ninguém ali saber direito do que se tratava (Knabben, 2017: 381).

Sobre o perfil dos participantes do GAA, Knabben afirma se tratar de um grupo formado por jovens em sua maioria, com variadas profissões, incluindo engenheiros agrônomos, produtores ecológicos, estudantes, artistas, profissionais liberais, membros de comunidades rurais etc. A autora aponta ainda que havia um questionamento, por parte dos agrônomos, da formação que haviam recebido e o registro de que eram “influenciados” por alguns movimentos alternativos internacionais, por *Silent Spring*, por outras propostas alternativas e denúncias de envenenamento causado pelo uso de agrotóxicos (Knabben, 2017: 381-382).

Alguns anos mais tarde, o movimento de oposição à agricultura convencional, que era formado majoritariamente por pessoas politicamente de esquerda, acabou se difundindo em outras associações agronômicas estaduais (RS, ES, RJ) e chegou à FAEAB (nível nacional,

portanto), quando Walter Lazzarini (ex-presidente da AEASP) assumiu a presidência da federação nacional no início da década de 1980. Essa instituição passou a ter papel relevante na defesa pela regulamentação do uso de agrotóxicos e em prol da agricultura alternativa (Luzzi, 2007: 16).

Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, quando já era presidente da FAEAB, Walter Lazzarini demonstrou seu pensamento crítico em relação ao cenário brasileiro, afirmando ser “praticamente” impossível a implantação de uma agricultura biológica no Brasil, isto porque o governo estaria submetido aos interesses internacionais, não tendo liberdade para escolher “seu próprio caminho” na agricultura. “Seria preciso que houvesse uma reestruturação do atual modelo agrícola, que privilegia o capital externo, mas isso é impossível, pois o país não tem força para romper com a dependência internacional”, afirmou ele.¹⁹⁸



Recortes de jornais da década de 1980 presentes em folhetos da campanha de Walter Lazzarini para deputado estadual em 1982. O desenho em destaque é do próprio Lazzarini e as reportagens dizem respeito às mudanças ocorridas nas associações de agrônomos e a defesa da participação da classe nas políticas voltadas à agricultura brasileira. Fonte: PORQUE candidato, porque PMDB. *Propostas de Campanha- PMDB*, p. 3. [Folheto distribuído pelo PMDB referente à campanha vitoriosa de Walter Lazzarini ao cargo de deputado estadual em 1982]. Fonte: Serviço Nacional de Informações, Agência de São Paulo, 09 de novembro de 1982, Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_82013032_d0001de0001.

¹⁹⁸ MODELO agrônomo é imposto ao Brasil. *Jornal do Commercio*, 07 de fevereiro de 1981, 2 Caderno, p. 13.

Além da postura crítica acerca do uso de agrotóxicos no país, a FAEAB, no comando de Walter Lazzarini e depois de Luiz Carlos Pinheiro Machado, foi responsável pela organização de inúmeros eventos que buscavam debater a situação agrícola e política do país, e, além de adotar uma postura crítica, marcava a própria autocrítica pela qual passava a profissão dos agrônomos naquele período.

A nossa participação política iniciada através de entidades de classe, de forma ampla e democrática, mostrou a identidade perfeita dos anseios de uma categoria profissional com a luta de toda a sociedade- a democratização do país.

Um grande espaço foi ocupado na luta pela modificação do modelo de desenvolvimento concentrador e espoliador, pela alteração do modelo agrícola incapaz de produzir os alimentos necessários à população brasileira e pela constante degradação do meio ambiente.

Toda essa organização e mobilização precisam ser instrumentalizadas através de um meio eficaz de representação dos segmentos envolvidos.¹⁹⁹

2.7- Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs)

A atuação dos agrônomos alternativos teve sua máxima expressão na realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), realizados ao longo da década de 1980, em diferentes cidades brasileiras. Os EBAAs foram resultado de um amadurecimento da causa alternativa em território brasileiro e foram importantes instrumentos de pressão sobre o poder público no que diz respeito à regulamentação do uso de agrotóxicos e ao incentivo e atenção à agricultura alternativa (embora neste ponto pouco tenha sido feito por parte do poder público até o início dos anos 2000).

Jean Weid, um dos entusiastas da agricultura alternativa no Brasil, destacou que os Ebaas foram desdobramento da iniciativa do grupo de agrônomos de São Paulo, vinculados à FEASP, que “irradiaram” suas ideias para a esfera nacional, chegando à FEAB²⁰⁰, instituição promotora destes encontros em parceria com as associações estaduais de engenheiros agrônomos e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. Teve apoio de outras instituições, como o CNPq, Emater, Embrapa²⁰¹. Nomes importantes da agricultura alternativa

¹⁹⁹ PORQUE candidato, porque PMDB. *Propostas de Campanha- PMDB*, p. 3. [Folheto distribuído pelo PMDB referente à campanha vitoriosa de Walter Lazzarini ao cargo de deputado estadual em 1982]. Fonte: Serviço Nacional de Informações, Agência de São Paulo, 09 de novembro de 1982, Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_82013032_d0001de0001.

²⁰⁰ Entrevista de Jean Marc von der Weid concedida à autora na cidade do Rio de Janeiro, em 01 de agosto de 2023.

²⁰¹ A referência ao apoio destas instituições é indicada nas primeiras páginas dos anais do encontro. No entanto, não encontramos informações sobre como se deram as circunstâncias em que estes apoios ocorreram, visto que se tratavam de órgãos que possuíam como norte a promoção de pesquisas e assistências técnicas que visavam, majoritariamente, a difusão da agricultura convencional. Nossa hipótese é a de que tal apoio tenha vindo de

brasileira, como José Lutzenberger, Ana Maria Primavesi, Adilson Paschoal e Pinheiro Machado participaram dos eventos, além de nomes estrangeiros de renome mundial, como o agrônomo francês Claude Albert, especialista em agricultura biológica, que compareceu a convite de Pinheiro Machado (Luzzi, 2007: 18).

Os erros e fracassos da agricultura convencional são tantos, que este Encontro não é propriamente de agricultura alternativa. É antes, simplesmente de agricultura, por ser a verdadeira, aquela que produz alimentos e matérias primas saudáveis, que oferece lucratividade ao agricultor e é sustentável, sem dilapidar irreversivelmente o meio ambiente.²⁰²

O I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizado em Curitiba, entre 20 e 24 de abril de 1981, foi organizado em ação conjunta da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba. Como destaca Nilsa Luzzi, o evento foi ideia de Lutzenberger e o encontro foi pensado para ser em São Paulo. No entanto, o então prefeito Paulo Maluf não apoiou a ideia e evento acabou sendo realizado em Curitiba, com o apoio da prefeitura (Luzzi, 2007: 17). O evento teve caráter bastante técnico, reuniu cerca de 1.000 pessoas, dentre técnicos ambientalistas e estudantes de agronomia.²⁰³



Fonte: *Diário da Tarde*, ano 82, 25 de abril de 1981, p.1.

profissionais vinculados a estes órgãos, cujas participações no movimento alternativo se davam por iniciativa própria, não representando, portanto, iniciativas ou projetos inseridos nas áreas de atuação destas instituições.

²⁰² Discurso de introdução da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil no II Encontro de Agricultura Alternativa. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 13.

²⁰³ ECÓLOGO denuncia a máfia dos pesticidas do Brasil. *Diário do Paraná*, 23 de janeiro de 1981, 1º Caderno, p. 6.

Assuntos como o uso inadequado de adubos químicos e agrotóxicos e crítica às multinacionais químicas foram pautas centrais dos debates que ocorreram ao longo do evento. Adilson Paschoal, por exemplo, apresentou um trabalho sobre o manejo de pragas e doenças, afirmando ser possível reduzir “praticamente a zero” as importações de insumos químicos, caso fosse promovido um rigoroso controle na aplicação de adubos e agrotóxicos. Além disso, defendeu a agricultura orgânica:

As práticas de agricultura orgânica, usando fertilizantes naturais e aplicando adequadamente os insumos químicos, não só vão reduzir os gastos com importação e o custo de produção agrícola, como vão permitir a participação do pequeno produtor no mercado.²⁰⁴

Ana Primavesi criticou os métodos utilizados na agricultura brasileira, afirmando que estes são inadequados, pois foram importados de países europeus, cujos climas e solos são diferentes e exigem outros cuidados. Além disso, criticou também a crescente migração de especialistas de São Paulo e Rio Grande do Sul para a região amazônica, com métodos também inadequados para o tipo do solo local.²⁰⁵

Luzzi destaca que, além das palestras, foram apresentados relatos de experiências alternativas já existentes no Brasil, embora esse tipo de cultivo fosse praticamente inexistente, havendo alguns poucos exemplos em São Paulo (dentre eles a produção de Yoshio Tsuzuki), (Luzzi, 2007: 18) e, como destacamos, algumas experiências comunitárias no Rio de Janeiro, sobretudo na região serrana, como foi o caso da comunidade rural liderada por João Ávila, adepto da agricultura biodinâmica e a experiência impulsionada pela Coonatura, como destacaremos no próximo capítulo.

Do encontro foi firmado um documento, nomeado “Carta de Curitiba”, que contou com a assinatura dos presentes em prol da produção de alimentos capazes de melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento harmônico da agricultura brasileira. Foi defendido enfaticamente o uso de adubação orgânica, como forma de se produzir melhor sem que o meio ambiente fosse afetado.²⁰⁶

O II EBAA foi realizado na cidade de Petrópolis (cerca de 90 km da cidade do Rio de Janeiro), de 2 a 6 de abril de 1984. Dos quatro encontros realizados ao longo da década de 1980, (ocorreriam ainda, o encontro de Cuiabá, em 1987 e Porto Alegre, em 1989) este foi o único não realizado em uma capital, o que pode ser explicado pela tradição rural de Petrópolis e da

²⁰⁴ QUÍMICA importada não ajuda lavoura. *Tribuna da Imprensa*, 25/26 de abril de 1981, p. 8.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ ENCERRADO encontro sobre agricultura. *Diário da Tarde*, ano 82, 25 de abril de 1981, p. 2.

região serrana em geral²⁰⁷, os recorrentes casos de intoxicação por agrotóxicos nas lavouras da região e o fato de a cidade do Rio de Janeiro não apresentar vocação rural.

Este evento foi promovido pela FAEAB e pela AEARJ (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro), teve apoio de importantes instituições de pesquisa, como o CNPq, a EMATER-Rio, a EMBRAPA, a PESAGRO-Rio, a UFRRJ, além da Prefeitura Municipal de Petrópolis. O apoio das referidas instituições pode indicar o crescimento gradativo do interesse e atenção que a agricultura alternativa conquistava nos meios técnicos. Portanto, se, em fins da década de 1970, a prática era excluída e desacreditada pelos meios agrônômicos, incluindo os espaços científicos destas mesmas instituições, já em meados dos anos 80, o tema mobilizava pesquisadores pertencentes a estes órgãos de pesquisa e assistência rural.²⁰⁸

Antônio Abboud, um dos idealizadores e organizadores do evento, afirmou ser uma surpresa a participação de milhares de pessoas do Brasil todo. A grande novidade para ele foi o fato de conseguirem juntar não somente os participantes do movimento de agricultura alternativa, mas também políticos e acadêmicos de renome nacional e internacional, que passaram a apoiar o movimento.²⁰⁹ Em relação ao primeiro encontro de 1981, o público foi ampliado, com cerca de 1800 pessoas, dentre técnicos, agricultores, ambientalistas, intelectuais, estudantes e secretários de diversas cidades e estados brasileiros, a grande novidade do encontro. Assim como o encontro de Curitiba, nomes renomados da agricultura alternativa nacional e internacional estiveram presentes, tais como Ana Primavesi, José Lutzenberger, Yoshio Tsuzuki e Johanna Dobereiner.

²⁰⁷ As cidades serranas de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo eram, desde pelo menos a década de 1950, e são até os dias atuais, as maiores produtoras de hortaliças do estado, sendo responsáveis pelo abastecimento de toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

²⁰⁸ Como veremos no capítulo 4 deste trabalho, estas instituições tiveram papel relevante na formulação de métodos científicos e na assistência técnica à agricultura alternativa, sobretudo a partir da década de 1990.

²⁰⁹ Entrevista de Antônio Carlos Souza Abboud concedida à autora via e-mail, em 27 de abril de 2021.



Folheto do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Fonte: Rede Agronomia. Disponível em:

<https://agronomos.ning.com/profiles/blogs/encontro-brasileiro-de-agricultura-alternativa>. Acesso em 09 de agosto de 2021.

Do II EBAA saiu um protocolo de intenções, a “Carta de Petrópolis” assinado por 24 secretários de Agricultura, Saúde e Meio Ambiente de 11 estados.²¹⁰ Neste documento, os signatários se comprometeram a criar legislações estaduais sobre agrotóxicos e biocidas e a redirecionar a pesquisa agropecuária para o uso de alternativas mais adequadas à realidade nacional, respeitando as peculiaridades regionais. Os secretários se comprometeram, ainda, a

²¹⁰ Participaram secretários dos seguintes estados: Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Fonte: Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, Rio de Janeiro, 1985, p. 305 e 306.

trocar informações na busca pelo diagnóstico de problemas ecotoxicológicos. Nilza Luzzi destaca que a significativa presença de secretários de estado foi resultado da mudança da conjuntura política que ocorreu com as eleições diretas em 1982 para governadores. Assim, em vários estados, foram eleitos governadores progressistas, o que permitiu que muitos agrônomos alternativos passassem a ocupar cargos públicos (Luzzi, 2007: 21). Outro ponto relevante do II EBAA foi a contribuição para a aprovação de um novo currículo mínimo para os cursos de agronomia, com a inclusão de temas caros às ciências sociais e meio ambiente, contribuindo para a formação de profissionais com uma visão mais crítica em relação aos panoramas ambientais e sociais. Tal mudança foi reflexo da mobilização de estudantes e uma pequena parcela de professores apoiados pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) (Paulino; Gomes, 2020: 314). Sobre este panorama, Lucia Helena Almeida, estudante de agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no período aponta:

Em 1985 teve a reformulação dos currículos das agrárias, então, os cursos que eram de quatro anos, passaram a ser de cinco anos. E aí, tinha uma coisa de formar profissionais mais ecléticos. [...] Passamos a ter disciplinas da sociologia, não que antes não tivesse, mas tinha tudo meio assim: carga horária pequena e também no tempo da ditadura. E aí, eu acho que foi expandindo, sabe? A gente passou a ter uma disciplina de filosofia... então, por pior que fosse o professor, ele passava pra gente fichar alguns capítulos do Capital [de Marx], por exemplo. E aí, isso ia dando uma base pra gente, a gente ia por outros caminhos.²¹¹

Já o III EBAA foi realizado em Cuiabá, de 12 a 17 de abril de 1987, contando com a participação de aproximadamente 3.000 pessoas, reunindo, portanto, um público mais amplo do que as edições anteriores. O encontro foi estruturado em dois eixos, sendo um de cunho político, com a apresentação de painéis, e outro de caráter técnico-científico, com a apresentação de trabalhos.²¹² Além disso, ocorreram grupos de discussões e cursos. Nos intervalos estavam previstas exposições culturais.²¹³ Luzzi aponta que neste encontro a presença majoritária passou a ser de estudantes, apesar da presença ainda marcante dos agrônomos. Outro fator importante foi a expressiva presença de cerca de 300 agricultores ligados a movimentos sociais rurais. A participação de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (criados ao longo da década de 1980 e inseridos no movimento pela redemocratização que mobilizava inúmeros movimentos sociais àquele momento), nos debates do evento foi também

²¹¹ Entrevista de Lucia Helena Almeida concedida à autora na cidade de Petrópolis, em 07 de agosto de 2023.

²¹² AGRICULTURA alternativa. *Correio Braziliense*, 17 de fevereiro de 1987, p.30.

²¹³ AGRICULTURA. *Correio Braziliense*, 17 de março de 1987, p. 8

muito marcante. Naquele momento, o governo civil-militar já havia chegado ao fim e, embora os dois encontros anteriores tenham ocorrido durante a chamada “abertura”, ou seja, um processo transitório rumo à democracia e o tom crítico ao regime tenha sido presente, a realização do III EBAA durante um período democrático certamente possibilitou uma maior mobilização social. Sobre isso, Pinheiro Machado apontou:

Afim de melhor refletirmos, tomo a liberdade de lembrar que o 1º EBAA realizado em Curitiba, marcou um momento decisivo na evolução de todo o movimento relacionado com a agricultura sadia deste país, entretanto aquele encontro deu-se em condições muito particulares, pois o Brasil vivia em plena ditadura. O Brasil vivia momentos em que os jovens, os estudantes, os profissionais, os trabalhadores do campo, enfim, todos não tinham a menor possibilidade de um diálogo franco e aberto, e mais, por razões que já foram exaustivamente debatidas neste encontro, o modelo econômico, no seu sub-modelo agrícola, impunha como condição para seu êxito e para o seu avanço, o silêncio e a não manifestação das pessoas. Era, portanto, necessário romper em primeiro lugar com aquela condição de autoritarismo vigente.

O 2º EBAA que se realizou em Petrópolis em 1983, ocorreu em um momento mais aberto, ainda sob a vigência do regime autoritário e conseqüentemente demandando cautelas e precauções de todos aqueles que participaram do evento.

Neste 3º EBAA, algumas características novas em nosso país devem ser consideradas, para balizarmos corretamente as ações futuras. A modificação mais decisiva, mais importante é que hoje, graças aos avanços do povo brasileiro, as suas conquistas, ainda que incompletas e parciais, temos condições de discutir livremente, abertamente, sem nenhum tipo de preconceito, freio ou grilhão.

Esta situação implica, desde logo, na modificação da conduta de cada um de nós. Se antes nossas posições eram fundamentalmente voltadas para que promovêssemos e forçássemos a abertura, por que este era o objetivo primeiro a ser alcançado, hoje temos condições de realizar o tipo de discussão que estamos fazendo aqui, em cada escola, em cada cidade, em cada acampamento, em cada local onde as pessoas se reúnem. Esta nova condição, desde logo, implica em um momento qualitativamente diferente que nos cabe avaliar na sua plenitude.²¹⁴

De fato, a presença de profissionais com formação em ciências sociais e economia, além dos próprios movimentos sociais, marcou a mudança no foco das discussões: enquanto o primeiro e o segundo encontro foram predominantemente técnicos, o terceiro teve como foco as questões sociais da produção agrícola (Luzzi, 2007: 23-24).

Já o IV EBAA foi realizado em Porto Alegre, de 19 a 24 de março de 1989, reunindo diversas autoridades. Assim como no terceiro EBAA, este também foi dividido em dois eixos, sendo um de cunho político e outro de caráter técnico-científico. A organização dos painéis temáticos ficou da seguinte forma:

²¹⁴ MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Caminhos para o movimento de agricultura alternativa. Anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1987, p. 117 e 118.

Painel I:

Título: Crise e a tecnologia

Temas ou eixos: - Raízes da crise do atual modelo de desenvolvimento
 - Formação do modelo brasileiro: impactos sociais e ambientais
 - Alternativas para a crise.

Painel II:

Título: Organização social e Agricultura Alternativa

Temas ou eixos: - Questão indígena;
 - Questão sindical;
 - Questão da Terra;
 - Questão Ecológica.

Painel III:

Título: Tecnologia e Recursos Naturais

Temas ou eixos: - Questão internacional e os modelos de desenvolvimento;
 - Importância política, econômica e social;
 - As lutas pela conservação de recursos naturais renováveis e pelo direito à terra.²¹⁵

O ponto alto do encontro foi o debate do painel “Tecnologia e recursos naturais”, entre José Lutzenberger, Pedro Hidalgo, ex- ministro de agricultura do Chile, do governo de Salvador Allende e o agrônomo Claus Germe, técnico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e vinculado ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Paraná (MST/PR).

Assistido por cerca de 2.000 pessoas, o debate ficou marcado principalmente pela divergência política entre Lutzenberger e o chileno Hidalgo. Enquanto o gaúcho defendia uma mudança da orientação da política de desenvolvimento da Amazônia sem alterações no regime político vigente no país como forma de resolver a devastação florestal da região, o chileno apontou que somente com a implantação de um regime socialista – democrático (como o chileno na década de 1970) é que a questão poderia realmente ser resolvida. Divergências à parte, os debatedores concordaram com o fato de que os recursos naturais latino-americanos estavam sendo “depredados” para o pagamento da dívida externa junto aos países desenvolvidos.

Clauss Germe, por sua parte, discursou acerca dos métodos alternativos de produção utilizados pelos camponeses. Para ele, a agricultura alternativa teria surgido de uma necessidade de remediar a situação das populações carentes para “impedir uma convulsão social”. “Um

²¹⁵ IV Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, Agência Central, 28 de março de 1989. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

povo só consegue usar uma tecnologia que lhe traga benefícios se ele tiver o domínio de seu destino”.²¹⁶

Os participantes do encontro realizaram, em 22 de março de 1989, um ato público de protesto contra o “arrocho salarial” e reivindicando Reforma Agrária imediata. O protesto foi realizado no Lago da Prefeitura de Porto Alegre e marcou o final dos trabalhos do dia, dando início a uma passeata pelas ruas da cidade, partindo para o prédio da reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os manifestantes carregavam faixas defendendo a agricultura alternativa e a Reforma Agrária, além de tecerem críticas ao presidente da república, José Sarney²¹⁷, e ao líder rural Ronaldo Ramos Caiado²¹⁸, da União Democrática Ruralista (UDR)^{219, 220}.

²¹⁶ IV Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, Agência Central, 21 de junho de 1989. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

²¹⁷ Antigo aliado do governo civil-militar, filiado à ARENA (Aliança Renovadora Nacional, partido da posição durante o regime militar) durante os 21 anos do regime, José Sarney migrou para o PMDB, em 1984, no contexto da redemocratização brasileira. Àquele momento, se candidatou à vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. Ambos são eleitos indiretamente em 1985 por um Colégio Eleitoral. No entanto, Neves falece antes de assumir e, desta forma, Sarney torna-se o primeiro presidente civil a ocupar a presidência do país depois de 21 anos de governo ditatorial. Seu governo foi marcado pela promulgação da Constituição de 1988, hiperinflação herdada do governo militar, bem como acusações de corrupção. Ver: José Sarney. Centro de Referência de Acervos Presidenciais. Arquivo Nacional. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/111-jose-sarney>. Acesso em 10 de julho de 2023.

²¹⁸ Ronaldo Caiado pertence a uma influente família do estado de Goiás. Foi o principal idealizador e presidente da União Democrática Nacional. Foi candidato às eleições presidenciais de 1989 (ficando em décimo lugar, com 0,68% das intenções de voto) e candidato ao estado de Goiás em 1994, quando também não se elegeu. Foi também deputado federal eleito em 1998, 2002, 2006 e 2010. Em 2014 tornou-se Senador e, em 2018, eleito governador do estado de Goiás, se reelegendo em 2022. Desde a década de 1980, vem defendendo pautas ruralistas, pregando o combate aos movimentos sociais do campo e em defesa do agronegócio. Ver: Anapolino, médico, governador: os mais de 30 anos de Ronaldo Caiado na política. Disponível em: <https://folhaz.com.br/politica/ronaldo-caiado-medico-governador-idade/>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

²¹⁹ A União Democrática Nacional (UDR), criada em 1985, foi uma entidade conservadora, criada com o intuito de representar o patronato rural, atuar no combate aos trabalhadores rurais e sem terras e defender a manutenção da estrutura fundiária, calcada nos latifúndios. A UDR teve fim oficial no início dos anos 1990, no entanto, seus idealizadores seguiram atuando no cenário político, compondo a chamada “Bancada Ruralista”, que, desde então, vem legislando em prol dos grandes proprietários rurais. Para maiores informações, ver: BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Rev.Inst. Est. Bras.*, SP, 40, 1996.

²²⁰ IV Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, Agência Central, 21 de junho de 1989. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.



Nota à População!

Por todo o Brasil hoje ecoa um único grito: "Deixem viver a natureza!". A questão ecológica, a partir do assassinato de Chico Mendes, virou assunto internacional. Estão matando a mata e matando gente que luta pela terra e pela ocupação racional da floresta. No campo, tombam agricultores que querem somente plantar e produzir. Os que não morrem na luta são jogados nas favelas. O sistema gera a crise para sugar dos trabalhadores toda a sua força. 70 milhões de pessoas no Brasil passam fome; e, na luta pela sobrevivência, caem na marginalidade.

A "Nova República" frustrou o povo: A Constituinte foi uma farsa e se constituiu numa das cartas mais conservadoras da história. Somado a isso veio o "Plano Verão", extinguindo ministérios, desvalorizando o cruzado e congelando salários. Tudo isso para cumprimento às ordens do FMI e do pagamento da dívida externa, trazendo mais uma vez prejuízos às questões vitais do país, como a educação através do corte de verbas e o sucateamento das Universidades públicas na efetivação do interesse de privatizá-las.

Por isto não dá mais para calar! A massa trabalhadora de novo se levanta pedindo o fim deste governo, o fim dos assassinatos no campo e o fim da destruição da Amazônia. Os trabalhadores devem ter claro que as mudanças não acontecem sozinhas; elas são o resultado da luta e da mobilização. Ainda é hora de fazer emergir a consciência de classe para combater o inimigo comum: a burguesia!

Junte-se a nós nesta luta!

Fim à violência no campo!

Reforma agrária já!

Euro público e gratuito!

EBAA - Terra, Vida, Luta!

Panfleto do IV EBAA. Fonte: Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, intitulado IV Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (IV EBAA)- Porto Alegre, 07 de junho de 1989.

Documento confidencial do Serviço Nacional de Informações demonstra que havia planos para a realização do V Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa de 14 a 21 de abril

de 1992, em São Paulo. Havia a expectativa da participação de 3000 pessoas e grande euforia pela proximidade do evento com a realização da Eco 92/Rio. O V EBAA estava sendo organizado por organizações como o MST, a CUT, a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Reuniria, portanto, trabalhadores sem-terra, pequenos e médios agricultores, estudantes e profissionais de agronomia e pesquisadores de diferentes áreas defensores de modelos alternativos de agricultura.

Está prevista a participação de aproximadamente 3.000 pessoas no 5º EBAA, como resultado de sua crescente afirmação desde que teve início a série de encontros, em 1981, assim como pelo impacto especial que tende a imprimir como parte dos eventos que a sociedade civil brasileira planeja realizar em paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser celebrada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

O histórico dessa sequência de encontros alternativos sobre a agricultura brasileira remonta à fase de reanimação das oposições democráticas e dos movimentos sociais no Brasil, já no final da década de 70, como esforço rumo à superação do regime militar implantado em 1964.

Inicialmente organizado por estudantes de agronomia, em conjunto com profissionais já formados da mesma área, o EBAA ampliou-se ao longo dos anos para constituir-se hoje, num espaço de discussão, estudo, elaboração, divulgação e intercâmbio entre brasileiros interessados na busca de um desenvolvimento harmônico e autossustentável da agropecuária, conjugado a processos mais globais de defesa do meio ambiente e afirmação de uma organização social mais justa.

O EBAA reúne ampla diversidade de trabalhadores sem-terra, pequenos e médios agricultores, estudantes e profissionais de agronomia, pesquisadores, especialistas e defensores de modelos alternativos de agricultura. Desde 1981 vem lançando inovações com os métodos de controle integrado e biológico de pragas e planos de diversificação de culturas. Tem-se pautado por um espírito democrático de debate e de questionamento às práticas tradicionais de produção e ao modelo agrícola vigente.²²¹

O V EBAA não chegou a se realizar. Uma possível explicação é a mudança pela qual passou a FAEAB no início da década de 1990. Como aponta Luzzi, no início dessa década as multinacionais retomaram a influência sobre a associação, havendo, portanto, um retrocesso nas ideias e ações progressistas da instituição (Luzzi, 2007: 16). Como apontou Jean Weid, integrante do movimento alternativo da época:

quando a FAEAB e a FEAB foram recuperadas pelos veneneiros, uma iniciativa pensada pela ANDEF, eles vão tomar esse negócio, então foram

²²¹Projeto de cooperação – governo paralelo. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, 17 de dezembro de 1991. Consultado digitalmente através do Sistema de informações do Arquivo Nacional. Referência: dfansb_h4_mic_gnc_eee_910025729.

estado por estado, derrubando o pessoal alternativo. Até que tomaram conta da coisa toda e com isso morreu esse grupo.²²²

Apesar da falta de continuidade dos eventos ao longo da década de 1990, pode-se dizer que a realização dos EBAA, foi, em grande parte, exitosa, sobretudo no que diz respeito à pressão exercida sobre o poder público para a regulamentação do uso de agrotóxicos. A Lei dos Agrotóxicos, sancionada em 1989, a qual abordaremos mais à frente, assim como as legislações estaduais, decretadas anteriormente, são resultado do esforço coletivo de diversos atores e instituições que se mobilizaram para buscar modificar o cenário agrícola estabelecido. Além disso, os encontros propiciaram a difusão dos métodos alternativos de produção nos próprios meios agrônômicos. Se, no I EBAA a prática era marginalizada pela maioria das instituições e profissionais da área, o IV e último evento demonstrou a adesão de um maior número de atores e órgãos de pesquisa, além do comprometimento de autoridades políticas com o tema, o que certamente refletiu nas legislações estaduais e na legislação federal. Por fim, é possível percebermos a ampliação do público participante ao longo dos encontros: se no EBAA de 1981 o público era majoritariamente técnico, o de 1989 permitiu a ampliação dos debates para setores mais amplos da sociedade, com destaque para os movimentos sociais.

2.8 – Projeto Tecnologias Alternativas (PTA)

No âmbito do fortalecimento do movimento alternativo, destacou-se, em 1983, a criação do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA)²²³, ligado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)²²⁴. A ideia da iniciativa era oferecer apoio aos trabalhadores rurais, fornecendo tecnologias alternativas a partir de uma atuação política em consonância aos movimentos sociais (Paulino; Gomes, 2020: 322).

²²² Entrevista de Jean Marc von der Weid concedida à autora na cidade do Rio de Janeiro, em 01 de agosto de 2023.

²²³ Ao longo da década de 1990, a iniciativa muda de nomenclatura, passando a chamar-se AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, termos que passam a se destacar nos debates agrícolas e ecológicos ao longo daquela década, como ressaltaremos mais à frente no capítulo 4 deste trabalho.

²²⁴ Esta federação, criada em 1961, é uma organização não –governamental, que surgiu com o intuito de promoção do desenvolvimento “local, comunitário e associativo”, desenvolvendo um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo. A partir do estabelecimento do governo civil-militar, passou a ter como foco a resistência à ditadura, a formação das oposições sindicais e de movimentos comunitários de base. Ao longo da década de 1970, atuou junto a movimentos sociais que lutaram contra a carestia, o trabalho infantil e desigualdades econômicas e sociais. Já na década de 1980, durante o processo de transição democrática, a FASE lutou pela promoção do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, atuando junto a movimentos em prol das mulheres, negros, povos indígenas. Para maiores informações, ver: FASE- Quem somos? Disponível em: https://fase.org.br/pt/quem_somos/quem-somos/. Acesso em 31 de julho de 2023.

Para compreendermos os objetivos e áreas de atuação deste projeto, precisamos compreender a trajetória de seu idealizador: Jean Marc von der Weid. Brasileiro com descendência suíça, Weid possui uma história de militância política contestatória ao regime civil militar e um importante papel na difusão do movimento alternativo/agroecológico brasileiro. Estudante de engenharia química na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre os anos 1964 e 1968, ou seja, os primeiros quatro anos de governo ditatorial, Weid fazia parte do movimento estudantil do período. Em 1969 chegou à presidência da UNE (União Nacional dos Estudantes), que estava na ilegalidade, sendo preso neste mesmo ano. Em 1971, após dois anos de prisão, é trocado pelo embaixador suíço Giovanni Bucher, sequestrado por movimentos armados contrários à ditadura. Segue para o Chile e posteriormente para a França, onde se forma e se especializa em economia agrícola. Ainda no exílio foi coordenador dos comitês de campanha em prol da lei anistia brasileira na Europa.²²⁵

Durante o exílio e após o retorno ao Brasil, possível a partir da Lei da Anistia (1979), Weid seguiu sendo monitorado pelo Sistema Nacional de Informações, como mostram documentos disponibilizados pela Comissão Nacional da Verdade. Exemplo disso são reportagens de jornais estrangeiros que abordavam sua atuação e seus passos no exterior.



²²⁵ Von der Weid, Jean Marc. Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/von-der-weid-jean-marc>. Acesso em 28 de julho de 2023.



Recortes dos jornais *Sunday Times* (primeira imagem) e *The Guardian* (segunda imagem), de Londres, apontando a proibição de entrada de Jean Weid na Inglaterra. Os recortes, enviados pela embaixada do Brasil em Londres, faziam parte de um amplo dossiê sobre Weid e outros exilados durante o regime civil-militar. Fonte: Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- 12 de março de 1978. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

Outro documento, desta vez datado já após a anistia, traz informações que dão conta de sua participação em uma conferência sobre o Brasil, realizada na Nicarágua, intitulada “*Brasil y la hora actual en la geopolítica suramericana*”. O documento²²⁶ apontava:

O dr. Van der Weid é doutor em economia com ampla experiência como assessor em Planificação Agrícola e Regional das Nações Unidas na Guiné, Moçambique e Senegal, e dirige, atualmente, equipes de pesquisa no Instituto de Análise Social e Econômica do Brasil, sendo, ademais, membro da

²²⁶ As informações vieram diretamente da embaixada brasileira em Managua e o documento ressalta as relações políticas entre Brasil e Nicarágua, que havia se libertado, em 1979, de um governo ditatorial que governava o país há quatro décadas. Tal situação demonstra o poder de abrangência do Sistema Nacional de Informações, que não restringia sua área de atuação apenas ao território brasileiro, mas fazia parte de um amplo sistema de trocas de informações, em âmbito internacional, com outras ditaduras militares da América Latina. Tal operação ficou conhecida como Operação Condor. Cf.: PADRÓS, Enrique S. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. *Organon*, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, 2009.

Comissão Coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).²²⁷

O trecho citado acima faz referência justamente à parte da trajetória de nosso personagem que está diretamente relacionada à sua atuação no movimento alternativo/agroecológico brasileiro que se fortalecia no período em que ele retornava ao Brasil após longos anos no exílio. É justamente em sua estadia na França que Weid “abandona” seus estudos em engenharia química e forma-se em economia agrícola na *Sorbonne*, fazendo mestrado, posteriormente, em desenvolvimento rural. Ainda neste mesmo país, trabalhou como pesquisador no *Institut National de la Recherche Agronomique* (INRA), segundo ele, equivalente da Embrapa na França.²²⁸

O que aprendi de agronomia foi a teoria e a prática da Revolução Verde e não me foi dito que havia outras formas de se produzir em agricultura. É verdade que já naquele tempo pesquisei os impactos sociais e econômicos da expansão deste modelo, mas o que estava em questão nunca foi o modelo tecnológico, mas o controle das multinacionais sobre os processos produtivos, os insumos e os mercados.

As críticas ao modelo de desenvolvimento da Revolução Verde apareciam de relance mas tinham pouco impacto. Assisti a uma palestra no INRA por um pesquisador da região de Bordeaux, François Chaboussou, onde ele questionava cientificamente o uso de agrotóxicos e adubos químicos na agricultura, mas descartei estas novas ideias como fora da realidade. Outra palestra questionando a racionalidade da agricultura americana, feita por um pesquisador de Wisconsin em intercâmbio na França deixou-me com um incomodo sentimento de que algo estava errado mas não sabia onde e logo foi esquecida. No INRA as pesquisas eram dirigidas à compreensão dos mercados internacionais de produtos primários agrícolas, minha tese foi sobre a indústria açucareira no Brasil e nada me preparou para entender a economia de agricultores familiares, em particular a lógica da agricultura tradicional.

Havia outra vertente de interesse pela agricultura e que era a questão política e as estratégias de revolução social discutidas pela esquerda exilada. O velho debate teórico sobre a natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil passava pela compreensão sobre o que era o campesinato brasileiro. Era um debate quase escolástico com muito pouco de dados concretos e resultados de pesquisas de campo. Na Sorbonne tivemos aulas interessantes sobre os processos de revolução socialista na Rússia e na China e sobre as diferentes formas pelas quais os camponeses foram espoliados em nome da “acumulação socialista do capital”. Embora muitos de nós aceitássemos que isto era um mal inevitável para o “futuro radioso de todos” eu fazia parte da minoria que não

²²⁷ Conferência sobre o Brasil na Nicarágua. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- 22 de fevereiro de 1983. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

²²⁸ VON DER WEID, Jean Marc. 30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal. Parte I- A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas. 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>. Acesso em 28 de julho de 2023.

aceitava esta lógica e constatava a brutal ineficiência das fazendas coletivas (kolkozos e sovkozos na Rússia e comunas populares na China) identificando no mundo rural o calcanhar de Aquiles da construção econômica do socialismo. Outros problemas como a ausência de liberdades civis eram vistos como desvios de processos revolucionários traumáticos provocados pelo enfrentamento com as forças do imperialismo, mas não como algo inevitável apesar de terem ocorrido em todos os casos conhecidos. Era complicado para muitos de nós conciliar a vocação libertária de nossa participação na luta contra a ditadura no Brasil com as práticas e teorias do marxismo leninismo ou do maoísmo. No imediato, entretanto, eu e vários outros nos alinhamos por um programa de reforma agrária no Brasil tentando não pensar no momento em que o partido do proletariado no poder se voltaria contra os “pequenos burgueses” rurais, “kulaks” na Rússia ou “mauvais hoberaux” na China, terminologias que disfarçavam a verdadeira guerra contra o campesinato nestes países.²²⁹

Ao retornar ao Brasil, Jean buscou atuar na área agrícola, tendo dificuldades de se inserir no meio devido a seu passado de “agitador estudantil”, como ele próprio afirmou. Sem alternativas, passa a trabalhar em uma empresa de consultoria privada: “Dediquei-me a elaborar projetos de desenvolvimento rural de tipo empresarial e adquiri um conhecimento que me faltava: a forma de funcionamento do capitalismo selvagem brasileiro. Não ganhava mal, mas estava totalmente desestimulado.”²³⁰ Ainda na França, Jean havia conhecido projetos de tecnologias alternativas e decidiu pôr em prática um projeto semelhante no Brasil. Em entrevista à autora, ele conta que ainda em 1981 começou a traçar um projeto sobre o tema e sentiu a necessidade de buscar pessoas que estivessem envolvidas em causas semelhantes. Buscando identificar e difundir tecnologias alternativas, Jean tentou, com muita dificuldade, localizar iniciativas entre agricultores, sindicatos, instituições de pesquisa, como a Embrapa, e universidades.

Conheci as pessoas que já estavam nesse jogo, até porque fui procurá-las. Quando a gente começou nosso projeto, no primeiro ano, eu saí de onde eu tava e falei: vou cair de boca aqui nesse negócio e acabou que o primeiro ano inteiro, eu estava sozinho, era a Ong do “eu sozinho”. Uma das coisas que fiz foi: não posso começar um projeto que está procurando identificar e difundir tecnologias alternativas, começar do zero, então eu vou olhar quem é que já fez alguma coisa, aí saí batendo cabeça... Procurei Embrapa, Embrater, universidades, Centros de pesquisa estaduais, tentando procurar na área dos agricultores... e você não achava nada, absolutamente nada. Mas comeci a pensar o seguinte: identificar pessoas na área técnico-científica você tinha lugares para isso. Identificar todos os agricultores, você tinha o mundo. Eram

²²⁹ VON DER WEID, Jean Marc. 30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal. Parte I- A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas. 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>. Acesso em 28 de julho de 2023.

²³⁰ VON DER WEID, Jean Marc. 30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal. Parte I- A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas. 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>. Acesso em 28 de julho de 2023.

5 milhões de agricultores familiares, não tinha como bater na porta de cada um. E como a gente chega organicamente nesse público? E evidentemente, a única forma que eu tinha era passar por quem eu conheço. E quem eu conhecia? Gente de esquerda, militante de esquerda. Eu tinha sido presidente da UNE, então procurei quem eu conheço, busquei quem é que tem o contato. E evidentemente quem tinha contato com o mundo rural na esquerda era a Igreja, a Igreja Católica, Igreja Protestante, mas a Católica tinha mais peso na época. E aí fui procurar a Pastoral da Terra, tinha as Comunidades Eclesiais de Base e aí fui vendo um cardeal que eu conhecia, outros padres que eram militantes de esquerda e aí fui “cutucando” esse pessoal e eles foram me passando contatos. Quando eu formulava a questão, você conhece alguma experiência alternativa? Eles diziam: alternativa a que? E quando você explicava, eles achavam a ideia ótima. Então ficava aquele impasse, procura dali, procura daqui. As pessoas que tinham alguma experiência eram muito poucas. Embora, veja só, nós começamos o primeiro projeto em 81, mas só começamos efetivamente em marco de 83, que foi o tempo de nós conseguirmos apoio, um espaço pra trabalhar.²³¹

Ao longo dos dois anos de idealização do projeto, Jean conta que foi aos poucos conhecendo os debates sobre agricultura alternativa no Brasil. Após saber da realização do I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), em 1981, ele foi até Curitiba, buscar informações sobre os organizadores, que eram ligados à FAEAB e à FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) e a partir de então foi contatando alguns nomes vinculados ao movimento.

Na verdade esse movimento tem algumas cabeças chaves. Uma delas, do ponto de vista conceitual, você vai ter a Ana Maria Primavesi, o Pinheiro Machado, o Lutzenberger, tinha o pessoal da biodinâmica. [...] Tinha essa turminha de São Paulo, um grupo de agrônomos em que um deles se elegeu presidente da Federação do Estado de São Paulo e era uma turma progressista. Eles tomaram conta da federação de São Paulo e a partir desta federação foram capturando outras federações. Essas foram as coisas que estavam começando.²³²

O apoio e espaço necessário à concretização do projeto encabeçado por Jean foram encontrados junto à Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Em 1983, o PTA- Fase iniciava oficialmente suas atividades, como um anexo a esta ONG. Acompanhando de perto a atuação da iniciativa, assim como de seu fundador, o SNI apontou:

O Projeto Tecnologias Alternativas é desenvolvido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). O coordenador nacional do

²³¹ Entrevista de Jean Marc von der Weid concedida à autora na cidade do Rio de Janeiro, em 01 de agosto de 2023.

²³² *Ibidem*.

projeto é Jean Marc von der Weid, elemento possuidor de vasto prontuário nesta AR (Associação Regional).²³³

Ainda de acordo com o sistema de vigilância da ditadura civil-militar, o PTA era voltado ao pequeno agricultor, buscando ceder conhecimento sobre técnicas de cultivo, conscientizá-lo “política e sindicalmente” sobre a “união de classes”. Foi também ressaltado que o projeto baseava-se na hipótese de que as técnicas de produção vigentes, as organizações de propriedade e trabalho, o sistema de armazenagem, transformação e comercialização de produtos seriam inadequados ao pequeno produtor e à sua condição. Segundo documentos do SNI, os objetivos do projeto eram:

Identificar um sistema alternativo adaptado às condições dos pequenos produtores onde inclui a identificação de técnicas de cultivo e criação, processos de organização do trabalho, sistemas de armazenamento, transformação e comercialização de produtos;
 Identificar métodos adequados para transferência de tecnologias aos pequenos produtores;
 Elaborar um acervo de técnicas de produção, transformação e comercialização e o acesso dos produtores aos mesmos;
 Produzir material de divulgação das técnicas adaptadas à pequena propriedade dirigido à produtores, sindicatos e aos movimentos existentes no campo;
 Formar uma equipe de técnicos nas áreas de produção, organização e comercialização capazes de se constituírem num instrumento de assessoria às comunidades e de formação de quadro das mesmas;
 Influir na política de pesquisa, formação e extensão de organismos estatais nos mais variados níveis;
 O projeto é desenvolvido em âmbito nacional e recebe, para tal, subvenção de organismos estrangeiros.²³⁴

Em outro documento, o SNI completou informações sobre o PTA, afirmando que o projeto tinha também por objetivo

Colocar à disposição das comunidades camponesas, sindicatos rurais, cooperativas, grupos de base da CPT, associações de produtores e outros, assistência técnica que lhes permitia tirar o melhor partido possível do trabalho pelo emprego de recursos simples a baixos custos. Através de uma organização adequada da produção e da comercialização, o projeto pretende contribuir de forma significativa à melhoria do nível de vida do agricultor pobre e reforçar a capacidade de resistência de comunidades camponesas em face a desagregação de suas economias.

²³³ Projeto Tecnologia Alternativas. Documento Confidencial do Sistema Nacional de Informações. Agência Central, 17 de setembro de 1984. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

²³⁴ *Ibidem*.

O projeto se insere no quadro de um amplo movimento de resistência à expulsão dos pequenos agricultores de suas terras, tendo, atualmente, seu aspecto central nos esforços para garantir o direito de propriedade.²³⁵

Sobre a atuação do PTA já em funcionamento, Weid aponta ter “rodado” praticamente todo o Brasil com o plano de atingir a agricultura familiar, embora tenha concentrado as atividades nas regiões sudeste, nordeste e sul, onde estavam, segundo ele, o “grosso” da agricultura familiar: “Então eu rodei muito, acho que praticamente todos os estados dessas três regiões, mais uns do que outros, uma certa concentração em Pernambuco, na Bahia, Maranhão, depois Ceará. [...]”²³⁶ A estratégia, segundo ele, era a busca pela mobilização das EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) estaduais e de movimentos sindicais rurais, as pastorais, os movimentos eclesiais de base.²³⁷

A gente tinha toda uma tecnologia na época que se levantava o tema junto aos agricultores, as práticas que eles tinham e como você discutia as soluções e como você iria buscar as alternativas ou deles ou de outros lugares para você trazer.²³⁸

Com o passar do tempo e frente às experiências já vivenciadas no âmbito do PTA, Jean aponta que as estratégias de atuação da iniciativas foram mudando. Ao invés da equipe chegar com soluções prontas e predefinidas, ele e sua equipe passaram a buscar analisar os problemas enfrentados no campo juntos de agricultores: “A gente pode até depois sair pesquisando se tem solução pra isso em algum outro lugar, mas inicialmente, você está trabalhando é ali”²³⁹. Exemplo disto foi dado por ele, contando o caso de uma técnica de fabricação de uma cauda para extermínio de uma lagarta prejudicial à lavoura, cuja produção exigia a aplicação de álcool e o uso de uma garrafa pet:

A gente viu, tinha uma fórmula de aplicação que não precisava você ter um regador para fazer isso, nem um borrifador, você pegava uma garrafa plástica e perfurava pra você poder fazer uma aplicação bem baratinha. Aí eu fiz esse negócio em vários lugares, fiz testes, então eu fui em um lugar que sabia que só tinha gente ferrada [sic]. Isso foi em Pernambuco, visitamos uma comunidade, aplicamos um formulário, explicamos tudo e aí no final perguntamos: e aí, o que vocês acham? Vão aplicar? A resposta foi não. Perguntamos: e por que não? - A gente não tem condição, respondeu o lavrador. É que o litro de álcool é caro né e esse negócio de garrafa pet a gente usa pra guardar semente, entendeu?! Então eu pensei: é, eu tenho que rever o conceito, que o que é adaptado não necessariamente é muito barato. O

²³⁵ Projeto Tecnologia Alternativa. Documento Confidencial do Sistema Nacional de Informações. Agência Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1984. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

²³⁶ Entrevista de Jean Marc von der Weid concedida à autora na cidade do Rio de Janeiro, em 01 de agosto de 2023.

²³⁷ *Ibidem.*

²³⁸ *Ibidem.*

²³⁹ *Ibidem.*

princípio nosso é o seguinte: tem que usar uma coisa que seja sustentável, barato, acessível. Agora, o que é barato pra um, não é para o outro.²⁴⁰

Outro ponto destacado foi o fato de as experiências desenvolvidas pelos próprios agricultores serem valorizadas e promovidas pelo PTA. Exemplo disto foi demonstrado no *Diário de Pernambuco*, de 15 de dezembro de 1989, que trouxe uma experiência desenvolvida por pequenos agricultores da cidade de Domingos Martins, no Espírito Santo. A tecnologia foi adotada como modelo pelo PTA, que teria feito um folheto, segundo a reportagem, para a divulgação entre os agricultores da região. A experiência demonstra como o projeto buscava inserir o conhecimento e a vivência de agricultores enquanto agentes ativos na produção de tecnologias alternativas, não apenas considerando estes camponeses como meros receptores de técnicas desenvolvidas no âmbito da atuação do PTA.

²⁴⁰ *Ibidem.*

BENFEITORIA

Máquina de bater feijão

Bater feijão é tarefa ingrata: o feijão espanha, mas quem leva a surra é o locomo.

Essa é uma verdade que o pequeno produtor sente na carne, depois de passar o dia inteiro curvado sobre a pilha de feijão, batendo com a vira ou o cambite - dois peas atados por uma tira de couro - para quebrar as vagens e extrair os grãos.

E o serviço rende pouco: uma pessoa consegue fazer no máximo dois sacos por dia.

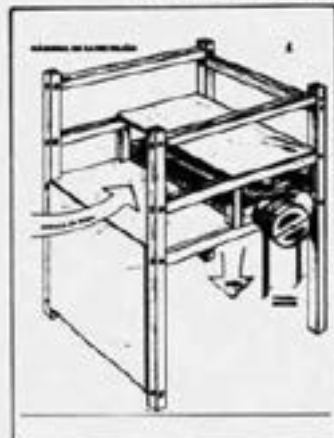
Sem dinheiro para comprar batedores mecânicos, os agricultores do município de Domingos Martins, a 50 km de Vitória ES, enfrentam os inconvenientes da lida manual de feijão até desenvolverem uma máquina simples e barata, para ser feita na propriedade.

A máquina foi adotada como modelo pelo Projeto Tecnologias Alternativas, da Federação de Ongas para Assistência Social e Educacional (FASE), que fez um folheto para divulgação entre os produtores da região.

A estrutura da máquina de bater feijão é toda de madeira. A batição é feita por dois rolos com vergalhões de ferro cravados na madeira, que deve ser dura e resistente para não rachar.

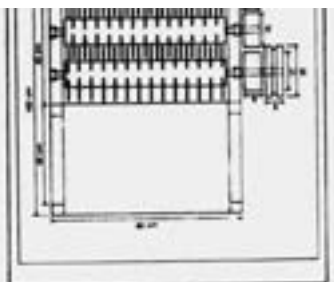
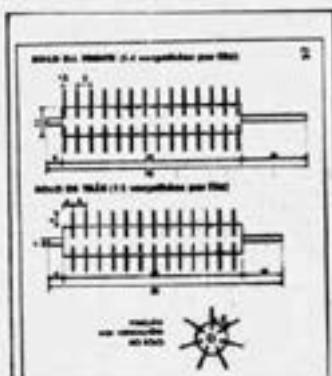
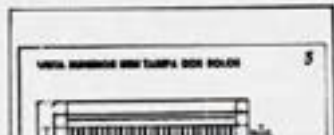
Um motor estacionário de até 5 HP é suficiente para movimentar os rolos. Se o agri-

- 2 tábuas de madeira com 80 cm x 44 cm x 2 cm de espessura.
- 2 toras de madeira (bem cilíndricas) medindo 68 cm de comprimento x 11 cm de diâmetro.
- 216 vergalhões de ferro de 3/8" com 12 cm.
- 2 eixos de 1", o primeiro com 98 cm e o segundo com 88 cm.
- 4 rolamentos (não precisam ser novos)
- 1 polia sulcada medindo 8 cm de espessura x 22 cm de diâmetro.
- 2 polias lisas, a primeira medindo 8 cm de espessura x 17 cm de diâmetro e a segunda com 7 cm x 15 cm.
- 2 correias de transmissão.



no não a pelo menos 3 cm de profundidade para evitar que elas se desprendam e possam, dessa maneira, provocar acidentes.

4. Encaixe os rolamentos nos mancais (conforme detalhes do desenho 3) e instale as toras, colocando o que tem eixo maior na frente. Repare no desenho que além dos vergalhões cravados nas toras existem mais dois suportes para vergalhões. O primeiro fica sobre a tora da frente e tem uma única fileira de três vergalhões. Já o segundo suporte fica exatamente atrás da tora do fundo, com quatro vergalhões. Esses suportes fixos contribuem para o direcionamento das ramas do feijão dentro da máquina.



COMO CONSTRUIR

1. Monte a armação de madeira com caibros de 5 cm x 6 cm (conforme desenho 1), usando sistema de encaixe reforçados com parafusos. A máquina deve ficar com 80 cm de frente x 97 cm nas laterais x 1,46 m de altura.
2. Prepare os rolos de bater o feijão com muito cuidado, pois eles são a alma da máquina. Devem ser de madeira resistente e medido fibres de comprimento x 11 cm de diâmetro. Para introduzir os eixos, pode-se cortar as duas toras ao meio, de comprimento, escavar as canaletas e depois juntar as partes, prendendo-as com cintas metálicas. Outro jeito é abrir um canal direto no centro da tora. O importante é que haja folga, senão o rolo vai girar em falso, comprometendo o funcionamento da máquina. Os eixos são de 1" e têm uma pequena diferença de comprimento: 98 centímetros para o rolo da frente e 88 centímetros para o rolo do fundo. Os eixos têm de ser colocados bem justos dentro das toras.
3. Fixe os vergalhões na tora obedecendo rigorosamente aos espaçamentos (verifique desenho 2). Cada tora tem sete fileiras de vergalhões, sempre espaçados de 5 cm x 5 cm. Na tora da frente vão 14 vergalhões por fileira, o primeiro deles colocado a 1,5 cm da borda da tora. A tora de trás tem três vergalhões por fileira - uma a menos -, iniciando a 4 cm da borda. Essa disposição desmontada dos vergalhões garante eficiência na hora de bater o feijão. É importante curvar os vergalhões

5. A batidora já está quase pronta. Faltava apenas montar as polias (conforme o desenho 4). Para evitar o processo de embocamento da máquina, é necessário que a polia lisa do eixo da frente seja um pouco maior do que a do eixo do fundo. As duas polias lisas trabalham em paralelo, ligadas através de correia. E a polia de sulco, também instalada no eixo de frente, é quem realiza a transmissão da energia vinda do motor estacionário ou do microtrator.



cultor possuir microtrator, pode acoplar a máquina ao motor do trator por meio de uma correa de transmissão. Existe ainda a possibilidade de operar a máquina manualmente, substituindo-se o motor pela manivela, desde que se faça algumas adaptações no sistema de rolamento.

A operação de bater feijão pode ser feita por uma só pessoa, embora o ideal sejam duas: a primeira alimentando a máquina com as ramas e a segunda recolhendo o feijão debulhado, que cai direto no chão. A palha cai junto, exigindo limpeza constante para permitir eventual reapassada.

MATERIAL NECESSÁRIO

- caibros de madeira para a armação.

Reportagem do periódico *Diário de Pernambuco* demonstrando o processo de desenvolvimento de "máquina de bater feijão" divulgado pelo PTA. Fonte: *Diário de Pernambuco*, 15 de dezembro de 1989, p. 5.

O Jornal do Commercio, de 18 de dezembro de 1989, trouxe entrevista de Silvio Almeida, economista e companheiro de exílio de Jean que se juntou ao PTA logo nos seus

primeiros meses de elaboração. O texto abordava as experiências vivenciadas ao longo dos seis anos de vigência do PTA. Segundo a publicação, a proposta de trabalho do projeto se baseava em dois princípios: o primeiro seria a importância das pequenas propriedades, “que pouco a pouco foram marginalizadas devido a políticas oficiais adversas”.

Como exemplo, Silvio Gomes de Almeida [coordenador nacional do programa] cita as pesquisas tecnológicas sobre agricultura patrocinadas pelo Governo, que se orientam segundo as necessidades dos grandes produtores, não sendo, portanto, adequadas aos pequenos. Apesar disto, existem no Brasil 6 milhões de unidades agrícolas, das quais 80% são de pequenos produtores, que, segundo dados da PTA, produzem entre 60% e 70% do total de bens alimentares do País.²⁴¹

O segundo princípio se referia ao crédito agrícola hipotecário, que, segundo Almeida, era custoso para o pequeno produtor, “impedindo-o de ter acesso a tais financiamentos. É salientado, ainda, que os pequenos produtores possuíam as piores terras:

Assim, queremos criar tecnologias e formas de organização da produção, para que os pequenos produtores tenham condições de fortalecer o poder de resistência às políticas desestruturadoras. No início da década, o processo de redemocratização permitiu que se ouvissem as reivindicações da sociedade, e a luta por melhores condições de vida no campo começou a se acentuar. O que não havia sido colocado em discussão, ainda, era como tratar a pequena produção, de modo a possibilitar a ela acesso à tecnologia. O PTA nasceu desta reflexão.²⁴²

A reportagem ainda traz informações de que, ao final da década de 1980, o PTA estava presente em 12 estados, ordenado em uma rede de organizações autônomas articuladas, que cooperavam entre si em busca de promoção de tecnologia alternativa. Cada estado teria sua própria rede, organizada em pelo menos uma instituição formada por sindicatos rurais, pequenas cooperativas, associações de agrônomos e pastorais da terra. Àquele momento, o programa tinha 120 profissionais das áreas de agronomia, biologia e veterinária. O orçamento destinado ao PTA era proveniente, em 90%, de financiamento oriundo de entidades internacionais privadas, interessadas em apoiar o desenvolvimento da agricultura dos países do “Terceiro Mundo”. Os outros 10% viriam de organismos oficiais (a reportagem não aponta que organismos seriam esses).²⁴³

²⁴¹ ALMEIDA, Silvio Gomes de. Entrevista à Maurício Bacellar. Tecnologias alternativas levam produtividade a pequeno produtor. *Jornal do Commercio*, 18 de dezembro de 1989, p. 20.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ BACELLAR, Maurício. Tecnologias alternativas levam produtividade a pequeno produtor. *Jornal do Commercio*, 18 de dezembro de 1989, p. 20.

Em 1989, o PTA sofreria mudanças. O projeto passava a se chamar Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Documento do SNI afirmou que a mudança seria “fruto de um racha na Rede-PTA”. De acordo com o mesmo documento, as prioridades da AS-PTA eram:

Aprofundar concepções e estratégias para a geração e difusão de tecnologias que aportem no caminho da construção de um novo modelo agrícola;
 Desenvolver as metodologias necessárias para a concretização destas concepções e estratégias (por exemplo, diagnóstico rápido, experimentação participativa, comunicação técnica rural, capacitação de trabalhadores etc.);
 Elaborar propostas de políticas públicas que venham a potencializar as experiências desenvolvidas a nível (sic) local (relação micro-macro). Por exemplo, elaboração de propostas de currículos em universidades, escolas técnicas e ensino rural; programas de pesquisas; programas de extensão; projetos micro-regionais de desenvolvimento; programas de crédito rural, etc.;
 Participar dos grandes debates nacionais e macro-regionais sobre política do desenvolvimento agrícola, buscando influenciar as direções dos movimentos sociais rurais (CUT em particular), dos partidos políticos, os meios universitários, e a opinião pública;
 Assessorar as ONGs da Rede-PTA e outras na adoção de métodos e estratégias que maximalizem o impacto das propostas de agricultura alternativa no país.
 Influenciar as agências financiadoras não governamentais, governamentais e multinacionais para apoiar estas concepções e estratégias.²⁴⁴

O documento do SNI aponta ainda um certo temor em relação às ações futuras da Ong, demonstrando a amplitude que o projeto havia chegado àquele momento. O texto afirma ser “nítida” a linha marxista dos integrantes daquela nova formação da AS-PTA, havendo a expectativa de um “recrudescimento nas questões fundiárias no Brasil”, sobretudo onde o governo federal não possuía atuação mais efetiva. Segundo as palavras do documento, tal panorama deixava um “espaço para as ações do clero progressista (seu principal cliente), através das Comissões Pastorais da Terra (CPT), fomentadoras das invasões de terras e desobediência civil”.²⁴⁵ O texto encontrado nos arquivos do SNI demonstra que, mesmo após o fim da ditadura civil militar, antigos “inimigos” do regime, sendo eles pessoas ou instituições, seguiam sendo monitorados e representando incômodo aos grupos dominantes. Sobre o vínculo do movimento alternativo com o espectro político da esquerda, Weid aponta:

A esquerda sempre olhou para a agricultura familiar como uma coisa, digamos, tática. Ela faz parte da luta para tomar o poder. É uma questão

²⁴⁴ AS-PTA/Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (AS-PTA/FASE). Documento Confidencial do Sistema Nacional de Informações. Agência Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1990. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

²⁴⁵ *Ibidem*.

técnica, mas também é uma questão política e social. [...] Aí tinha aquela história... embora a nossa proposta fosse atingir o conjunto da agricultura familiar, a nossa porta de entrada era a esquerda, eram os militantes da Pastoral da Terra, militantes das Comunidades Eclesiais de Base, do movimento sindical, gente de esquerda. E então você chegava nos sindicatos, as cooperativas, estão na mão desse pessoal, todo mundo de origem das Comunidades Eclesiais de Base e que àquela altura eram petistas. Então tudo bem, o instrumento orgânico estava ali. Só que é o seguinte: a gente ingenuamente não se tocou que ao entrar por essa porta, ao mesmo tempo que você tinha uma adesão garantida porque os caras estavam simpáticos aos movimentos de esquerda e confiavam na gente que também era, então tocavam aquilo junto conosco. Porém, você tinha a oposição de todo mundo que não era de esquerda. E se você quer chegar em um conjunto, você não pode ficar trancado nessa porta de entrada, senão você vai estar isolado e não há nenhuma necessidade disso, não é uma coisa exclusivamente para pessoas de esquerda.[...] Ou seja, politicamente não, como do ponto de vista do futuro da agricultura você não tira os outros, ou a gente acha que agricultura ecológica é só pra gente de esquerda? Se for pra esquerda vai ser pouco, em termo da grande massa dos agricultores brasileiros não são todos de esquerda e dificilmente chegarão a ser.²⁴⁶

A atuação da Ong PTA/AS-PTA demonstra o caráter multifacetado que o movimento alternativo congregava já em fins da década de 1980. Enquanto organização da sociedade civil, este projeto contribuiu para a formulação de um debate e um movimento agroecológico que se constituiria e se fortaleceria na década seguinte.

2.9- Atores e debates na (tardia) formulação de legislações para o uso de agrotóxicos no Brasil

A mobilização do movimento de agricultura alternativa, bem como daqueles que criticavam o uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil, crescia ao longo da década de 1980, momento, como visto, oportuno para o fortalecimento de diversas manifestações sociais no âmbito da redemocratização brasileira. Como já ressaltai, a legislação que tratava da produção, distribuição, armazenamento, comercialização e uso de “defensivos agrícolas” era regulamentada pelo Decreto Federal nº 24.114, de 12 de abril de 1934, instrumento totalmente ultrapassado e insuficiente para regulamentar o então panorama dos pesticidas no Brasil.

Especialmente por parte dos “agrônomos alternativos”, um tema específico tomava força: a defesa pela adoção de um receituário agrônomo²⁴⁷ obrigatório para a compra de agrotóxicos. Walter Lazzarini foi um dos nomes que mais se destacou nesse sentido. Como

²⁴⁶ Entrevista de Jean Marc von der Weid concedida à autora na cidade do Rio de Janeiro, em 01 de agosto de 2023.

²⁴⁷ Para uma abordagem mais aprofundada sobre o tema, ver: ALVES FILHO, José Prado. *O uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo: Annablume, 2002.

visto, o agrônomo chegou à presidência da FAEAB, levando a pauta alternativa ao nível nacional. Concomitantemente, se inseria nos meios políticos, concorrendo à deputado estadual por São Paulo nas eleições de 1982, cargo para o qual foi eleito e permaneceria até 1991. Ao longo de sua campanha, a defesa do receituário agrônômico foi uma das principais bandeiras defendidas:

O Receituário Agrônômico é uma das importantes lutas dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo e do Brasil. [...] Através do Receituário Agrônômico será diminuída violentamente a quantidade de venenos usados nas lavouras, obtendo alimentos saudáveis, evitando intoxicação e morte dos trabalhadores rurais, diminuindo o custo para o agricultor e conseqüentemente abaixando os preços para os consumidores.²⁴⁸

Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, de 07 e fevereiro de 1981, Lazzarini havia afirmado que a classe [parte dela] dos engenheiros agrônomos estaria, há cerca de 5 anos (ou seja, desde meados da década de 1970), propondo ao governo federal a alteração da “agricultura tradicional”. Nada, porém, havia sido feito. O agrônomo apontou ainda que o Brasil era o “paraíso das multinacionais”, pois estas comercializavam qualquer tipo de defensivo, não havendo, por parte do governo, um controle rígido. “O governo não está interessado em defender os interesses do país e sim das multinacionais.” Um exemplo disto seria o fato de o Ministério da Agricultura baixar portaria que deixava livre a comercialização dos agrotóxicos, quando tramitava na Câmara dos Deputados um projeto de lei que estabelecia a adoção do receituário agrônômico, que consistia em uma obrigatória prescrição técnica formalizada para a compra de insumos químicos, feita por técnicos especializados.²⁴⁹

A FAEAB se engajou na defesa da obrigatoriedade do receituário agrônômico, o que impactaria diretamente na saúde pública com maior controle sobre a toxicidade dos produtos agrícolas, na proteção ecológica e na economia de custos na produção.²⁵⁰ Em junho de 1980, esta instituição havia encaminhado a Brasília um documento em defesa ao projeto do receituário agrônômico, que pedia rapidez na tramitação na Câmara. Assinaram, além de Walter Lazzarini, Walter Gonçalves, da Coordenação Nacional dos Geólogos, Wilson R. Gonçalves da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros, Fernando Burmeister, do Instituto dos Arquitetos do

²⁴⁸ PORQUE candidato, porque PMDB. *Propostas de Campanha- PMDB*, p. 3. [Folheto distribuído pelo PMDB referente à campanha vitoriosa de Walter Lazzarini ao cargo de deputado estadual em 1982]. Fonte: Serviço Nacional de Informações, Agência de São Paulo, 09 de novembro de 1982, p. 13.

²⁴⁹ MODELO agrônomo é imposto ao Brasil. *Jornal do Commercio*, 07 de fevereiro de 1981, 2 Caderno, p. 13.

²⁵⁰ AGRÔNOMOS querem aplicação de defensivos sob receita como se fossem remédios. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1980, 1º Caderno, p. 6.

Brasil e Fernando Herkenhoff, da Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais. O documento afirmava:

“O receituário agrônômico é um elemento não só de defesa da saúde pública brasileira, como de defesa dos agricultores que tem tido aumento no custo de produção em função do uso excessivo dos caros defensivos, em sua quase totalidade importados.”²⁵¹

Em outra reportagem, Lazzarini denuncia que as empresas produtoras de agrotóxicos estavam fazendo uma campanha para que os deputados não aprovassem a implementação do receituário agrônômico. O agrônomo afirmou que a objeção à aprovação do receituário iria contra os interesses nacionais.²⁵²

Outro ponto de destaque por parte do movimento alternativo e que mobilizou a defesa por uma legislação mais efetiva em relação à venda de agrotóxicos era o fato de no Brasil serem facilitadas as vendas de substâncias com alto grau de toxicidade, já proibidas em outros países, sobretudo na Europa e nos EUA²⁵³. Exemplo disto é o que foi debatido na Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Defesa dos Consumidores, em 18 de outubro de 1984. Na ocasião, um dos interlocutores, Jean Pierre Alain, membro da Organização Internacional de Associações de Consumidores, defendeu a agricultura alternativa, bem como uma rigorosa legislação que pudesse regular o uso e a comercialização de agrotóxicos. Alain afirmou que o governo brasileiro facilitava a entrada de venenos perigosos (inclusive proibidos nos países de origem) por pressões das empresas do ramo. Como exemplo, ele citou o DDT, cujo uso havia sido proibido há mais de 20 anos na Europa e nos EUA, seguia sendo utilizado no Brasil “até mesmo em hortaliças”.

Quanto à exportação maciça de venenos pelos países industrializados para o Terceiro Mundo, Jean Pierre disse que isso acontece porque as leis de uso e comercialização não são tão rígidas quanto na Europa e devido ao favorecimento de pragas num clima tropical. Segundo ele, é preciso mobilizar a população, imprensa e associações de defesa de consumidores para forçar aos governos a deterem o uso de venenos.²⁵⁴

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² DENÚNCIA de agrônomos: receituários. *Diário do Paraná*, 22 de agosto de 1980, p. 1.

²⁵³ Sobre este assunto, ver: DAVIS, Frederick Rowe. *Banned: a history of pesticides and the science of toxicology*. New Haven: Yale University Press, 2014; LIGNANI, Leonardo de Bem; BRANDÃO, Júlia Lima Gorges. A ditadura dos agrotóxicos: o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas e as mudanças na produção e no consumo de pesticidas no Brasil, 1975-1985. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, abr.-jun. 2022, p. 352-353.

²⁵⁴ ENTIDADE internacional: Conservas contaminadas por agrotóxicos levam à morte. *Tribuna da Imprensa*, 19 de outubro de 1984, p. 12.

Em outro exemplo, desta vez em discurso da campanha de Lazzarini ao estado de São Paulo, é apontado que a venda “indiscriminada e abusiva” dos venenos agrícolas só beneficiava as multinacionais do setor: “São produtos tóxicos e muito perigosos que são proibidos em outros países e aqui podem ser comprados até por crianças.” A solução para diminuir consideravelmente o uso destes produtos seria a suspensão “imediate” da importação dos produtos proibidos em outros países, a proibição do uso dos produtos mais tóxicos, o controle biológico de pragas, além da implantação do receituário agrônômico, já ressaltado acima.²⁵⁵

O assunto chegava com mais intensidade nos meios políticos. “Morre gente todos os dias, vítima de defensivos agrícolas”, afirmou uma fonte do Ministério do Interior. Apesar disso, o governo federal pouco se mobilizava para reverter tal situação. Em 1984, só o que havia era um estudo conjunto dos ministérios da Agricultura, Planejamento, Saúde, Interior, Trabalho e Indústria e Comércio que visava “criar mais controle e responsabilizar os vários setores envolvidos com o problema, numa ação comum que gere parâmetros seguros de uso de defensivos agrícolas”²⁵⁶ O objetivo final seria a promulgação de um projeto de lei que substituísse a legislação de 1934, sendo tecnicamente melhor, atualizada por portarias e que estabelecesse uma multa muito mais elevada que o valor de Cr\$5. O intuito era levar a responsabilidade desde a indústria até o usuário final, o que passava pelo comércio e pela prescrição de defensivos²⁵⁷.

Ao longo da década de 1980 uma série de controvérsias, envolvendo diversos atores, mobilizou tais debates sobre uma nova legislação de agrotóxicos. Documento do Serviço Nacional de Informações, de 1984²⁵⁸ trazia informações sobre esta questão. Interessante notar, em primeiro lugar, o uso do termo “agrotóxico” em um documento oficial, o que nos permite supor que os debates sobre tais substâncias, inclusive em torno da nomenclatura, ampliavam-se, mobilizando, inclusive, o poder público. O documento apontava que, sob a alegação de desatualização da política nacional de defensivos agrícolas, “que segundo alguns técnicos, tem exposto o meio ambiente às mais diversas formas de agressão”, alguns estados vinham editando e regulamentando o uso de agrotóxicos, “embargando” assim a aplicação da legislação federal. Nesse sentido foi pioneiro o estado do Rio Grande do Sul, que em 1982 promulgou a lei nº

²⁵⁵ PORQUE candidato, porque PMDB. *Propostas de Campanha- PMDB*, p. 3. [Folheto distribuído pelo PMDB referente à campanha vitoriosa de Walter Lazzarini ao cargo de deputado estadual em 1982]. Fonte: Serviço Nacional de Informações, Agência de São Paulo, 09 de novembro de 1982.

²⁵⁶ AGROTÓXICO, sem muito controle, mata todos os dias. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1984, 1º Caderno, p. 20.

²⁵⁷ *Ibidem*.

²⁵⁸ Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência Central, 18 de setembro de 1984. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. p. 3.

7.747, de 22 de dezembro de 1982, a qual dispunha sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas em nível estadual. Tal feito teria causado grande polêmica entre as empresas de agrotóxicos, ecologistas, técnicos e o governo do estado. A ANDEF, inclusive, promovera uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), defendendo a inconstitucionalidade da lei.²⁵⁹

A verdade é que a aprovação da “lei dos agrotóxicos”, no RS, provocou uma reação favorável e até uma certa euforia por parte de vários parlamentares e ecologistas de outros estados que, inclusive, se reuniram na Assembleia gaúcha com o Deputado Antenor Ferrari [PMDB], com diversas entidades preservacionistas e técnicos, para tratar do assunto.²⁶⁰

O motivo para a elaboração do documento pelo SNI seria alertar para a possibilidade do aparecimento de diversos diplomas legais, em cada estado, como já era o caso do Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Bahia, que estariam em preparativos para a elaboração e aprovação de leis semelhantes à do Rio Grande do Sul. É demonstrada preocupação com as empresas do ramo, pois, se aprovadas tais leis, um impasse seria gerado, visto que estas não saberiam qual legislação seguir (estadual ou federal). Além disso, caso os decretos estaduais passassem a se sobrepor sobre o federal, poderia haver conflitos na comercialização e distribuição interestadual dos “defensivos”, o que dificultaria a sua utilização, “com possíveis consequências indesejáveis para a produção agrícola nacional”. Teriam sido abordados também os aspectos conflitantes entre as leis estaduais e federais e que o Ministério da Agricultura teria adotado como providência uma minuta de um anteprojeto de lei que teria sido enviada a diversas entidades ligadas ao setor para consulta. As conclusões seriam:

- em face do posicionamento assumido pelos órgãos governamentais, entidades de classes e indústrias e, diante da situação política criada, prevê-se um litígio que deverá perdurar, por algum tempo, na área judicial;
- toda a discussão tem girado em torno dos interesses de cada grupo, sem a participação, no entanto, daquele mais importante – o agricultor- que, talvez, seja o único penalizado na situação vigente;
- ao que parece, a minuta elaborada pelo MA vem ao encontro dos anseios daqueles que preconizavam a necessidade de atualização da legislação federal, bem como fortalece esse alto órgão, no que concerne às suas atribuições normativas e fiscais, com relação ao assunto em pauta;
- torna-se necessário, entretanto, que, dada a importância do tema e a repercussão pública alcançada pelas iniciativas estaduais, os resultados dos entendimentos sejam divulgados o mais breve possível e possibilitem uma rápida tramitação do anteprojeto e sua regulamentação nos canais

²⁵⁹ Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência Central, 18 de setembro de 1984. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. p. 3.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 3 e 4.

competentes, reconhecidamente emperrados, em face da excessiva burocracia.²⁶¹

Àquela altura, “quase nada havia sido resolvido”, apontou o documento. O processo movido pela ANDEF continuava pendente no STF. Sobre o anteprojeto de lei, apresentado pelo Ministério da Agricultura, o Congresso Nacional teria a possibilidade, “após 50 anos de vigência”, de rever a regulamentação dos agrotóxicos no país e assim revogar a legislação de 1934, para adotar uma “mais adequada aos novos tempos”²⁶².

Outros documentos dão informações de legislações em outros estados, como Minas Gerais e Goiás. Em Minas, a lei nº 9.121 de 30 de dezembro de 1985, regulamentou o uso de agrotóxicos e biocidas em todo o estado, gerando manifestações a favor e contra, envolvendo entidades ambientalistas e líderes rurais mineiros. O presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG) declarou em tom autoritário: “não será essa legislação que irá impedir o desenvolvimento da agricultura mineira. Se ficar claro que a lei causa algum tipo de problema para o setor agrícola, ela terá de ser revogada, ampliada ou modificada.”²⁶³ A posição oficial da Federação, no entanto, era a de que havia a necessidade de modernizar a legislação federal sobre o assunto, o que tornava a legislação mineira um “bom princípio”. Por outro lado, a lei teria servido para “acalmar” as associações ecológicas, que vinham reivindicando um controle mais firme em relação ao meio ambiente. Para o secretário de Ciência e Tecnologia do estado, Milton de Lima Filho, a lei nº 9.121 beneficiaria todas as categorias sociais, pois os produtos contaminados por agrotóxicos vinham indiscriminadamente causando graves efeitos para a saúde da população. Ainda segundo ele, o estado mineiro antecipou-se ao Governo Federal e tomou medidas que visavam evitar que o consumidor de produtos agropecuários se transformasse em “cobaia de multinacionais que aqui faziam suas experiências e acumulavam lucros”²⁶⁴.

Em Goiás, a Assembleia Legislativa aprovou, em junho de 1984, o projeto-lei, de autoria do deputado Ivan Ornelas (PMDB), elaborado junto à Associação dos Engenheiros Agrônomos de Goiás, que também regulamentava o uso de agrotóxicos no estado.²⁶⁵ Santa Catarina também promulgou sua legislação a respeito dos agrotóxicos em 1984, a exemplo de outros 14 estados

²⁶¹Nova legislação sobre agrotóxicos. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência Central, 18 de setembro de 1984. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. p. 5 e 6.

²⁶²*Ibidem*, p. 6.

²⁶³A fiscalização sobre o uso de agrotóxicos em Minas Gerais. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, Associação BH, V8, 86011528, janeiro de 1986.

²⁶⁴*Ibidem*.

²⁶⁵Regulamentação estadual sobre a utilização dos agrotóxicos. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, Associação Goiás, V8, 84009213, janeiro de 1986.

(incluindo os já citados anteriormente) (Carvalho; Nodari; Nodari, 2017: 75-91). Já o Rio de Janeiro criou, em 1984, a Comissão Estadual de Controle de Agrotóxicos e Biocidas e a Lei Especial de Agrotóxicos, nº 801 de 20 de novembro de 1984, sancionada pelo governador Leonel Brizola.²⁶⁶

Cabe ressaltar que, tanto as legislações dos estados, como a legislação federal, decretada em 1989 (a qual abordaremos mais a frente), foram resultado de amplas discussões e pressões da sociedade civil, que levaram as reivindicações ambientalistas ao ambiente político. No Rio Grande do Sul, por exemplo, no âmbito da aprovação da legislação de agrotóxicos, já mencionada anteriormente, houve a participação de entidades civis do estado. A Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Antenor Ferrari, contou com a assessoria de entidades ambientalistas para a definição da referida lei, o que, inclusive, abriu precedentes para a participação popular em outras tratativas na câmara legislativa gaúcha, algo até então inédito no país.²⁶⁷

Outro assunto que mobilizou ações em torno dos agrotóxicos foram os debates em torno dos pesticidas organoclorados, como o DDT. As próprias legislações estaduais, mencionadas anteriormente, incluíam a proibição destas substâncias. Àquele momento, se associava este uso a tumores cancerígenos e alterações no sistema nervoso. A visibilidade que *Primavera Silenciosa* trouxe, como visto, ajudou a levar a uma série de restrições e proibições destes pesticidas em diversos países. No Brasil, além das pressões de diversos atores, os produtos brasileiros começavam a sofrer restrições no exterior (Lignani; Brandão, 2022: 342). Em 1971, por exemplo, os Estados Unidos rejeitaram mais de um milhão de toneladas de carne enlatada brasileira por estar com alto teor de BHC, um organoclorado utilizado nas pastagens. A carne teria retornado ao Brasil e consumida internamente²⁶⁸. Frente a isto, ocorreu a proibição do uso de clorados em pastagens, através da Portaria nº 357, de 14 de outubro de 1971, do Ministério da Agricultura. Para o engenheiro agrônomo e ecotoxicologista Reinaldo Skalisz, tal proibição ocorreu devido ao fato de os países compradores não estarem aceitando carnes e seus derivados com resíduos de clorados. No entanto, o Ministério da Saúde autorizava que tal carne fosse comercializada no Brasil. “Para o Brasil tudo serve, para os importadores não”, declarou o agrônomo.²⁶⁹

²⁶⁶RIO DE JANEIRO, Lei Ordinária nº 801 de 20 de novembro de 1984. Dispõe sobre o controle no uso de defensivo agrícola a nível estadual e dá outras providências. Disponível em: *Lei Ordinária 801 1984 de Rio de Janeiro RJ (leisestaduais.com.br)*. Acesso em 29 de julho de 2021.

²⁶⁷ASSEMBLEIA distribui credenciais e quer participação de entidades nas comissões. *Pioneiro- RS*, 14 de setembro de 1983, p. 7.

²⁶⁸PAULISTA está comendo carne contaminada. *Tribuna da Imprensa*, 17 de janeiro de 1979, p. 6.

²⁶⁹SKALISZ, Reinaldo. A questão dos agrotóxicos. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 116.

Pesquisas realizadas pela OMS ainda na década de 1970 mostraram que concentrações tóxicas de DDT e BHC no Brasil eram de três a cinco vezes superiores às constatadas no consumidor americano.²⁷⁰ Adilson Paschoal denunciava que apenas os produtos para exportação passavam por processo de análise toxicológica, visto que no Brasil a realidade era a falta de laboratórios de toxicologia para a determinação de resíduos de inseticidas nos alimentos, o que fazia com que os produtos internos fossem consumidos sem nenhum controle.²⁷¹

Àquele momento existiam três tipos básicos de agrotóxicos, como ressaltou o Ministro da Saúde da época, Waldyr Arcoverde. Os mercuriais, que já eram proibidos no Brasil por representarem perigo de contaminação de alimentos, meio ambiente e alterações ecossistêmicas; os clorados, que persistiam durante muitos anos no meio ambiente, com alto poder de destruição da escala biológica; e os fosforados e carbamatos, que agiam no bloqueio da transmissão nervosa de seres vivos, sendo mais tóxicos que os clorados, mas tinham baixa persistência no meio ambiente e não eram cumulativos no organismo.²⁷² Portanto, ao passo em que clorados vinham sofrendo restrições devido à sua persistência no meio ambiente e no organismo, sendo, por exemplo, detectados no leite materno e associados ao câncer e doenças a longo prazo, especialistas já alertavam que os fosforados, uma nova geração de pesticidas que vinha substituindo em larga escala os clorados, estavam associados a intoxicações e mortes agudas, súbitas, sendo, portanto, mais perigosos, apesar de não persistirem por longo tempo no ambiente e em organismos humanos. Podemos observar tais constatações na fala de um renomado agrônomo francês, Claude Aubert, durante encontro de agricultura realizado no Brasil em 1984:

Há uns dez anos atrás, quando se falava nas palestras que tinha de ser prudente no uso de pesticidas, especialmente de organoclorados, os agrônomos clássicos diziam: “Você está exagerando, porque a gente está usando tão pouco que realmente não há perigo algum...” De fato, quando se analisavam os produtos, encontrava-se esses venenos em quantidades tão ínfimas que poderíamos dizer que não apresentavam problema nenhum.

Assim foi até o dia em que o pessoal se interessou em analisar o leite das mulheres. A surpresa foi grande e o espanto geral quando se descobriu que na França, (aqui no Brasil não sei se o estudo foi feito), o teor de organoclorados no leite das mulheres era de 20 a 50 vezes superior ao do leite das vacas.

Isso não era de se surpreender, porque é só raciocinar que a mulher se encontra no final da cadeia alimentar [...] Os pesticidas que ela vai acumulando, elimina através do leite, numa quantidade muito mais concentrada. Essa foi uma observação e uma constatação, além de outras, que

²⁷⁰ MAIS um título para o Brasil: ingere mais DDT que os Estados Unidos. *Realidade (SP)*, abril 1972, p. 100.

²⁷¹ AGRÔNOMO alerta para inseticidas. *Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1981, 1º Caderno, p. 6.

²⁷² AGROTÓXICO, sem muito controle, mata todos os dias. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1984, 1º Caderno, p. 20.

levaram à proibição do uso de organoclorados, na Europa, podemos não absorver mais estes produtos, mas já os acumulamos nas nossas gorduras e continuamos com eles em nosso corpo. [...] Esse é o caso dos organoclorados. São precisos, portanto, 20 a 25 anos de uso de um produto para se começar a dar conta que ele é perigoso. Uma vez que se dá conta de seu perigo, leva-se mais 20 ou 25 anos para eliminar os seus efeitos.

Os agrônomos disseram que se vocês não querem os pesticidas que deixam resíduos, então criar-se-ão os que não deixam resíduos. Então, iniciou-se a segunda geração de pesticidas, os organofosforados que, de fato têm efeito muito mais forte, mas que são eliminados em poucos dias. Aí disseram que o problema estava solucionado. De fato não acabou o problema, porque desapareceu o produto, mas ele se transformou num produto de degradação que é muito mal conhecido. E não se sabe qual é o efeito dos produtos de degradação; há um total desconhecimento. [...] De fato quando se fazem outras análises, de vez em quando se descobre uma molécula, especialmente de fungicidas com base de carbonatos. Esses produtos se degradam rapidamente, mas um belo dia descobriu-se, entre os produtos de degradação, um metabólito cancerígeno. Serve isso para dizer que não se resolve nada usando-se produtos rapidamente degradáveis²⁷³.

Como demonstram Lignani e Brandão, nos EUA a substituição gradativa de clorados por fosforados ocorreu após as restrições ao primeiro grupo de pesticidas, frente aos debates que se intensificavam a partir dos anos 1960. Já no Brasil, a restrição aos clorados ocorreu apenas na década de 1980, momento em que os fosforados já eram utilizados no país em maior número e, conseqüentemente, o uso de clorados tornava-se obsoleto. Portanto, as legislações que restringiam o uso de clorados em solo brasileiro foram promovidas tardiamente, tornando os marcos regulatórios anacrônicos e insuficientes (Lignani; Brandão, 2022: 354).

Mesmo após a proibição de substâncias comprovadamente prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, o uso destes pesticidas seguiu sendo noticiado pelos jornais do período. Reportagem de uma página inteira do *Jornal do Brasil*, de dezembro de 1984, apontava, por exemplo, que no Estado do Rio de Janeiro, eram estocados e vendidos agrotóxicos proibidos pelo Ministério da Agricultura. Estas substâncias estavam sendo postas à venda nas cooperativas e casas comerciais de pelo menos três municípios fluminenses: Rio Bonito, Casemiro de Abreu e Silva Jardim. A denúncia foi realizada pelo presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro, Agostinho Guerreiro. Além disso, algumas indústrias estariam produzindo dois venenos altamente perigosos também proibidos: cianeto de potássio, utilizado como raticida, e o acetato de fenil mercúrio, contra fungos. Para o diretor da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos do Ministério da Saúde, José Xavier, estes fatos demonstravam a precariedade da ação fiscalizadora do Governo Federal

²⁷³ AUBERT, Claude. *Agricultura Orgânica*. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. 1985, p. 23 e 24.

e dos Estados sobre a produção e a comercialização de produtos químicos altamente tóxicos, além de indicar falhas na legislação, pois pouco adiantaria o Ministério da Saúde proibir se a produção continuava.

Para o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, tal fato demonstrava falta de organização para um controle eficiente do emprego de produtos perigosos. O estado estava buscando mapear junto à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) os locais em que estavam sendo produzidos e estocados os produtos altamente tóxicos²⁷⁴, como é apontado na imagem abaixo:



Distribuição de multinacionais químicas no Rio de Janeiro que estocavam produtos altamente tóxicos. *Jornal do Brasil*, 24 de dezembro de 1984, 1º Caderno, p. 4.

Segundo a reportagem, em Irajá estava localizada a Ciba Geyer, que produzia cinco produtos altamente poluidores: cresol, epicloridina, malathion técnico, anilina e cloreto de cianurilo. Em Belford Roxo estava a fábrica da Bayer, que produzia disocianato de tolueno, da anilina, do cloro, do nitrobenzeno e do fosgênio. As áreas de maior risco ficavam localizadas

²⁷⁴ ESTADO do Rio estoca e vende agrotóxicos proibidos. *Jornal do Brasil*, 24 de dezembro de 1984, 1º Caderno, p. 4.

em Honório Gurgel, onde estava localizada a Eletroquímica Panamericana, e na Praia da Ribeira, na Ilha do Governador, onde estava localizada a Solutec S/A. Estas duas últimas produziam cloro líquido engarrafado sob pressão. Em caso de vazamento, o produto escapa podendo levar à morte por edema pulmonar.²⁷⁵

Frente a toda a problemática em torno dos agrotóxicos, que envolvia escândalos, mortes, doenças e desastres ambientais, a pressão exercida por entidades ambientalistas, profissionais de agronomia e áreas afins, além das controvérsias entre as legislações estaduais e a federal, a promulgação de uma nova legislação nacional para tratar os agrotóxicos avançava em fins dos anos 1980. Documentos do SNI demonstram a participação da ANDEF e da FAEAB na proposição de anteprojeto de uma lei nacional de agrotóxicos, que viria a ser decretada em 1989. No documento em questão, o então presidente da FAEAB, Floriano Barbosa Isolan, envia, via telegrama, a cópia do referido anteprojeto ao Ministro- chefe do SNI, solicitando sancioná-lo sem vetos.²⁷⁶ Reportagem de 1985, do jornal *Tribuna da Imprensa* aponta que 31 órgãos, representantes de ministérios e entidades, dentre estas a AGAPAN, integravam uma comissão responsável por preparar o anteprojeto da lei nacional de agrotóxicos, que àquele momento tramitava no Congresso Nacional. A matéria aponta ainda que estava sendo preparada uma campanha nacional para pressionar a aprovação da lei na câmara federal e no senado. Segundo o então presidente da AGAPAN, Flávio Lewgoy o objetivo era fazer uma campanha no estilo das Diretas Já, enviando cópias do projeto a todos que pudessem ajudar na aprovação.

O movimento buscava também montar nas ruas painéis e cartazes dos deputados que votassem contra ou a favor do projeto. Lewgoy previa ainda uma forte reação das indústrias de agrotóxicos, que teriam seus interesses contrariados pela lei. A estimativa era de que o projeto fosse aprovado em seis meses, o que dependeria das pressões dos fabricantes de agrotóxicos. Mesmo numa avaliação pessimista, acreditava-se que a lei entraria em vigor até o final de 1986. O presidente da AGAPAN aponta que, enquanto a referida lei não fosse aprovada, existiriam duas “armas” para a proteção de agricultores e consumidores contra os efeitos dos agrotóxicos: a portaria do Ministério da Agricultura que proibia o uso de organoclorados, de 1985, e as leis estaduais e municipais que restringiam a aplicação de agrotóxicos.²⁷⁷

A lei foi finalmente aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 1989 e sancionada apenas em 11 de julho de 1989. A lei de agrotóxicos dispunha sobre a pesquisa, a

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ Lei Nacional de Agrotóxicos de número 1924/89. Entidades e/ou movimentos em defesa do Meio Ambiente. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Associação Rio de Janeiro, 11 de julho de 1989. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

²⁷⁷ ENTIDADES farão lobby contra os agrotóxicos. *Tribuna da Imprensa*, 14 e 15 de dezembro de 1985, p. 3.

experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. O documento classificou “agrotóxicos e afins” como:

- a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;
 - b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento.
- II- componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins²⁷⁸.

Um grande destaque para essa legislação deve ser dado à aprovação do receituário agrônomo, que se consolidou como um mecanismo institucional criado a fim de buscar reverter os problemas ambientais brasileiros ocasionados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nos meios agropecuários (Alves Filho, 2002: 16).

A lei dos agrotóxicos representou, portanto, um avanço importante para a agricultura brasileira, tendo em vista que a legislação anterior, de 1934, estabelecida quando não se levava em conta o potencial tóxico dos pesticidas para a saúde e o meio ambiente e, além disso, obviamente não acompanhava as inovações que ocorriam constantemente na indústria química. Sobre isto, Mauro Cirne, funcionário do Ministério da Agricultura e presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Encosta Superior do Nordeste apontou:

Felizmente, depois de anos de luta dos engenheiros agrônomos, dos ambientalistas e professores, o presidente da República sancionou em 11 de julho a Nova Lei dos Agrotóxicos, sob o número 7802. Esta é uma lei bastante avançada, cujos detalhes estão fundamentados em priorizar a saúde humana e a proteção do meio ambiente sob os seguintes aspectos: definir claramente, no seu texto, o termo agrotóxico, ao invés de utilizar nomes que escondiam sublinaramente os efeitos tóxicos destes produtos; estabelecer proibições de registros e uso de agrotóxicos que não tenham antídoto ou tratamento eficaz no Brasil ou que não se disponha de métodos definitivos de desativação.

²⁷⁸ BRASIL, LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm. Acesso em 06 de agosto de 2021.

Manter a necessidade de apresentação do receituário agrônomo de profissional habilitado para toda pessoa que deseje adquirir agrotóxicos, determinar que os custos referentes à inutilização de agrotóxicos proibidos ficarão a cargo da empresa infratora e criar a importante figura do crime ecológico, ligado aos agrotóxicos, punindo com penalidade de dois a quatro anos de reclusão e multa de 100 a 1000 MVRs os agricultores, prestadores de serviço de aplicação, comerciantes, transportadoras, indústrias produtoras de agrotóxicos e profissionais responsáveis quando descumprirem determinações estabelecidas em leis e regulamentos que disciplinam o assunto e também quando não promoverem as necessárias medidas de proteção à saúde e ao meio ambiente.²⁷⁹

Como visto, outra vitória do movimento de protesto aos pesticidas foi a inserção do termo “agrotóxico” na legislação. A indústria, por outro lado, não reconheceu tal termo, seguindo utilizando o termo “defensivo”. A ANDEF, no entanto, após a aprovação da lei dos agrotóxicos, altera sua denominação para “Associação Nacional de Defesa Vegetal” (Alves Filho, 2002: 62 e 63).

²⁷⁹ CIRNE, Mauro. Lei dos agrotóxicos: Vitória da agricultura. *Pioneiro*, 07 de dezembro de 1989, p. 54.

Capítulo 3

A consolidação do movimento de agricultura alternativa no estado do Rio de Janeiro (1970-1989)

O movimento de agricultura alternativa no Brasil, como visto anteriormente, foi impulsionado a partir da atuação de diferentes atores e instituições, consolidando-se como uma mobilização heterogênea de ações e ideias. Nos capítulos anteriores, buscamos compreender a disseminação de um modelo agrícola hegemônico, calcado no uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos, que é implementado no Brasil à base de incentivo estatal, crédito agrícola e assistência técnica rural. Dedicamo-nos, também, a entender como se estabelece um movimento contestatório a este cenário agrícola, vinculado a questões ambientais e de saúde, derivados de movimentos ecológicos em âmbitos internacional e nacional. Nos capítulos que virão a seguir, nos debruçaremos ao estudo do caso do Rio de Janeiro, compreendendo como este cenário mais amplo reverberou neste estado, levando à consolidação de iniciativas em prol da agricultura alternativa.

Neste estado, tem relevância a mobilização de uma classe média urbana, sobretudo da capital, Rio de Janeiro, que passou a preocupar-se com questões ambientais mais abrangentes. No caso da agricultura, a gradativa visibilidade dada em torno do uso indiscriminado de agrotóxicos e a conseqüente contaminação de alimentos são elementos importantes para compreendermos a difusão da agricultura alternativa. Ademais, assim como no cenário nacional, é importante destacar a importância dos meios agrônômicos neste processo. No entanto, podemos ressaltar uma peculiaridade no caso fluminense: enquanto no cenário nacional há o destaque para uma parcela de agrônomos formados e atuantes na difusão da agricultura alternativa, caso de José Lutzenberger, Pinheiro Machado e Walter Lazzarini, no Rio de Janeiro, em um primeiro momento, destaca-se a atuação de estudantes que se empenharam em difundir experiências alternativas concretas e buscaram contestar o ensino agrônômico nos meios universitários, ainda que encontrassem, àquele momento, pouco ou nenhum apoio institucional. Neste sentido, destaca-se um corpo discente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada no município de Seropédica, Baixada Fluminense. A partir de fins da década de 1970, ocorre a formação de um pequeno grupo de estudantes que, ao tomarem conhecimento de teorias alternativas que se difundiam no Brasil e em outros países, como a agricultura biodinâmica, buscam se mobilizar em prol desta causa, passando a contestar o ensino hegemônico transmitido na universidade, calcado na agricultura

convencional. Quanto a experiências práticas, que de fato irão possibilitar a produção de alimentos cultivados com base nos princípios alternativos, destaca-se a região serrana do estado fluminense, tida como pioneira na produção de alimentos naturais em âmbito estadual.

3.1- As gerações dos estudantes alternativos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Como dito, ao pensarmos a formação de um movimento alternativo no estado do Rio de Janeiro, devemos levar em conta os ambientes sociais (urbanos e rurais), políticos e acadêmicos relevantes neste processo. Neste último âmbito, destacam-se algumas gerações de estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (popularmente conhecida como “Rural”) vinculados às ciências agrárias, que, cientes das correntes agrícolas alternativas que se fortaleciam e mobilizados pelo movimento ambientalista que se consolidava ao longo da década de 1970 no Brasil, buscaram a promoção destas ideias no ambiente acadêmico, muito embora não tenham obtido sucesso em um primeiro momento.

O que chamaremos de primeira geração de estudantes alternativos da Rural corresponde às turmas que entraram na UFRRJ a partir da segunda metade da década de 1970, momento em que ideias vinculadas à agricultura alternativa começaram a circular naquele espaço. Tal grupo buscou difundir as ideias alternativas em um espaço hegemonicamente dominado pelas técnicas relativas à agricultura convencional. Embora não compusesse a maioria dos estudantes de agronomia do período, tal grupo foi capaz de influenciar as gerações posteriores, estabelecendo naquela universidade uma certa tradição militante que mais tarde se consolidaria em iniciativas promovidas pela própria universidade em prol daquilo que se consolidaria como agroecologia.

José Guilherme Marinho Guerra, estudante de agronomia da UFRRJ entre fins da década de 1970 e início da década de 1980, considera-se herdeiro da primeira “geração alternativa” da Rural, que segundo ele, foi responsável pela formação de uma “célula rebelde” dentro da universidade e que questionava o padrão de informações que eles recebiam dentro do curso de agronomia. Guerra aponta que, dentre os professores da universidade, havia um certo “vácuo” em relação ao apoio a métodos alternativos de produção, uma vez que, desde pelo menos a década de 1950, prevalecia nos quadros da instituição os métodos convencionais de produção. Guerra aponta, inclusive, ser comum no âmbito de diversas escolas de agronomia no Brasil (e não era diferente na UFRRJ), o estabelecimento de convênios entre o governo brasileiro e o governo americano (como trabalhamos no capítulo 1 deste trabalho), quando diversos professores e pesquisadores saíram do Brasil para se especializarem:

Só que a formação era em torno desse grande pacote da Revolução Verde. E aí quando esses profissionais retornam, aquela foi a formação que eles tiveram no nível de pós-graduação, e aí aquilo que era passado para a garotada toda, o que a gente via era aquilo. E sempre com a lógica dos avanços tecnológicos, do avanços científicos. Então eu vivi isso, eu vivi esse momento, quando a agricultura brasileira já passava por um processo de expansão enorme, com o uso intensivo de fertilizantes sintéticos, uso de agrotóxicos, uso de maquinaria pesada, então isso tudo fez parte da minha formação.²⁸⁰

Assim, apesar de, entre os anos 1970 e 1980, o norte teórico-metodológico difundido nos cursos de agronomia e áreas afins da universidade dizer respeito às técnicas agrícolas convencionais, um número considerável de estudantes de agronomia desta instituição passou a engajar-se na militância em prol de mudanças estruturais no campo.

E essa célula rebelde que a gente tinha aqui foi que começou a buscar outros caminhos resgatando a história, principalmente no estado do Rio de Janeiro, da agricultura familiar, em um estado que sempre foi o que predominou. Isso sempre foi a realidade do estado do Rio de Janeiro.²⁸¹

Em comum, os estudantes alternativos eram jovens, pertencentes à classe média do Rio de Janeiro, estavam imbuídos das ideias e ações ecológicas que circulavam internacionalmente e buscaram pôr em prática as teorias de diversas correntes alternativas agrícolas que se difundiam no período. Muitos deles empenharam-se em projetos comunitários e impulsionaram experiências agrícolas alternativas em cidades próximas à cidade do Rio de Janeiro, como destacaremos à frente.

Maria do Carmo Fernandes, hoje pesquisadora da Pesagro-Rio, formou-se em biologia na UFRRJ, em 1980. Ela afirma que ao longo da década de 1970 havia, de forma incipiente, alguma preocupação ambiental entre alguns estudantes, principalmente das áreas agrônômicas e biológicas. Fernandes ingressou no movimento estudantil ecológico buscando, principalmente, alternativas para a resolução de problemas ambientais que já ocorriam de forma preocupante no Brasil. No início, participava de discussões com os amigos que tinham a mesma percepção para os problemas ambientais que já eram vivenciados na época. Sobre a questão institucional, a pesquisadora aponta que havia um movimento majoritário de convencimento dos agricultores por parte do meio técnico ligado à agricultura, incluindo a pesquisa, o ensino e a extensão, de que os agroquímicos eram eficientes para resolver todos os problemas da agricultura. Assim, era muito difícil encontrar quaisquer iniciativas e a difusão de métodos

²⁸⁰ Entrevista de José Guilherme Marinho Guerra à autora, realizada na sede da Embrapa –Agrobiologia em 28 de fevereiro de 2023.

²⁸¹ *Ibidem*.

agroecológicos nos ambientes acadêmicos e institucionais que fugissem do “pacote tecnológico” imposto no período. Os métodos alternativos de produção eram ignorados, eliminados e desacreditados pelo sistema dominante técnico de produção.²⁸²

Outro nome vinculado à este grupo é Antônio Carlos de Souza Abboud, estudante de agronomia da UFRRJ da turma de 1979, e atual professor da mesma universidade. Abboud afirma ter conhecido movimento ecológico e alternativo desde o primeiro ano da faculdade e que a difusão destas ideias ocorria por meio de atividades independentes sem apoio institucional, sendo muitas vezes, inclusive, criticadas pela instituição. Como fator relevante para a mudança de posicionamento por parte da própria universidade e na difusão da agricultura alternativa pelo estado do Rio de Janeiro, Abboud considera relevante este movimento estudantil surgido na UFRRJ, o qual teve uma repercussão importante, contribuindo para outras iniciativas dentro e fora da universidade. Além disso, com o passar do tempo e amadurecimento do movimento, alguns dos seus docentes foram aderindo ao movimento, como foi o caso dos professores Raul de Lucena e Dejair Lopes de Almeida, cujas trajetórias abordaremos no próximo capítulo. Abboud aponta que, desde a graduação, passou a participar de inúmeros grupos de discussão, viagens, seminários, práticas e eventos relacionados à temática.²⁸³ Exemplo disso foi o II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, evento em que ele foi um dos organizadores. Recém formado e bolsista de aperfeiçoamento profissional da Embrapa- Unidade de Apoio ao Programa Nacional de Pesquisa em Biologia do Solo (coordenado pela professora Johanna Dobereiner), ao longo do II Encontro, realizado em Petrópolis, Abboud versou sobre adubação verde, um método alternativo de produção:

A adubação verde é muito antiga e vem sendo utilizada nas mais diversas regiões do mundo. Entretanto, nos últimos anos, marcadamente desde que os fertilizantes químicos entraram no panorama da agricultura moderna, tal prática ficou esquecida e relegada a segundo plano. Atualmente, devido à elevação acelerada de preços dos insumos industrializados, à queda de fertilidade natural dos solos explorados intensivamente e a uma série de outros problemas impostos pelo uso maciço de tecnologias inapropriadas, surge a necessidade, a cada dia mais urgente, de se buscarem soluções práticas visando à obtenção de uma agricultura cada vez mais auto-sustentada, utilizando de maneira mais intensa os recursos locais.²⁸⁴

Quando questionado se havia forte oposição aos métodos agroecológicos de produção no meio acadêmico, Abboud afirma: “Sim, havia. Éramos discriminados como pessoas que não

²⁸² Entrevista de Maria do Carmo de Araújo Fernandes concedida à autora, via e-mail, em 5 de abril de 2021.

²⁸³ Entrevista de Antônio Carlos Souza Abboud concedida à autora via e-mail, em 27 de abril de 2021.

²⁸⁴ ABBOUD, Antonio Carlos de Souza. Adubação verde. *Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa*, Rio de Janeiro: 1985, p. 181.

estudavam, usavam drogas, eram rebeldes, etc.”²⁸⁵ Em relação a estes embates e zombarias em relação ao movimento alternativo, Lucia Helena Almeida, agrônoma, estudante de agronomia da Rural nos anos 1980, aponta um fato curioso em relação à participação deste grupo nos EBAA: “O EBAA tinha um apelido. Pessoal do outro lado [defensores da agricultura convencional] chamava de “oba”! Ah, é oba né!? Porque fica todo mundo na cachaça, todo mundo fumando maconha [sic]...”²⁸⁶

Já Eiser Felipe formou-se em agronomia na mesma universidade em 1981. Em sua dissertação, ele afirma ter integrado um grupo de estudos biodinâmicos na UFRRJ em 1977, ano em que passou a atuar como agricultor orgânico no município de Cachoeiras de Macacu, interior do estado do Rio de Janeiro. Desde então passou a atuar em projetos de conversão agroecológica, tendo atuado como extensionista rural pela Emater-Rio (Empresa de Assistência Técnica Rural do Rio de Janeiro), em projetos de transição de agricultura convencional para orgânica em cultivos de olerícolas, café e caqui. Trabalhou em diversos outros projetos que buscaram incentivar a agricultura orgânica, especialmente no município de São José do Vale do Rio Preto (fronteiriço à Petrópolis e Teresópolis), local onde foi alocado pela Emater e foi um dos fundadores da Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Rio Preto, conhecido por “Horta Orgânica” (Felipe, 2017: VI).

Paulo Aguinaga, outro nome integrante do que Guerra chamou de “célula rebelde”, ingressou no curso de agronomia da UFRRJ no ano de 1977, mas aponta que ficou decepcionado com o conteúdo das disciplinas, focado na disseminação da agricultura convencional. No terceiro período do curso, conheceu João Carlos Ávila, que havia passado alguns anos na Alemanha e teve contato com a agricultura biodinâmica, sendo o responsável por introduzir o conceito desta modalidade agrícola no Brasil. Ávila foi até a UFRRJ para promover uma capacitação aos estudantes sobre o tema, porém, a faculdade não cedeu espaço para a realização do evento e alguns alunos então decidiram se reunir em um dos jardins do espaço para escutar tais ensinamentos sobre os princípios da agricultura biodinâmica.

E ai só para você ter uma ideia de como a coisa era desprezada, a faculdade não cedeu nenhuma sala pra gente fazer a palestra. Ai nós alunos nos organizamos e acabamos nos reunindo no jardim, um pequeno grupo, por volta de 10 pessoas, e então o João Carlos começou a falar sobre a biodinâmica, os princípios, o que era. E eu falei é isso que eu quero.²⁸⁷

²⁸⁵ Entrevista de Antônio Carlos de Souza Abboud concedida à autora via e-mail, em 27 de abril de 2021.

²⁸⁶ Entrevista de Lucia Helena Almeida concedida à autora na cidade de Petrópolis, em 07 de agosto de 2023.

²⁸⁷ Entrevista de Paulo Aguinaga concedida à autora na sede do Sindicato Rural de Petrópolis, em 04 de outubro de 2018.

Aguinaga acabaria abandonando o curso de agronomia e partiria para experiências agrícolas alternativas práticas na região serrana do Rio de Janeiro, nas cidades de Nova Friburgo e Petrópolis, assim como Roberto Selig, carioca, que acabou trocando o curso de economia pelo de agronomia, ingressando na UFRRJ em 1978.

Quando eu cheguei na rural eu comecei a buscar envolvimento com a agricultura, já que a gente não tinha nenhuma bagagem, então comecei a trabalhar com ensaios, experimentos, as ligações com as regiões vizinhas da universidade, que tinham planos ali, projetos de pesquisa com os agricultores, então fui me envolvendo com isso. E já existia um questionamento com a questão da química, existia um desconforto nisso aí, o que se chamava agricultura alternativa, eram todos esses caminhos, já existia um questionamento incipiente, mas a gente foi vivendo isso aí, na própria EMBRAPA – Agrobiologia, a Embrapa também tinha uma coisa de estudo de agrobiologia, com a professora Johanna Dobereiner, que depois ela virou uma pessoa importantíssima nessa questão da soja, dos microorganismos, do fixador de nitrogênio, mas existia um... não era direcionado para uma agricultura alternativa, mas era uma tradição de estudo das condições biológicas do solo, que você valorizava a questão da matéria orgânica do solo, então isso também fazia parte do ambiente...²⁸⁸

Assim como Aguinaga, após a formatura, Selig mudou-se para Teresópolis e lá iniciou o cultivo de alimentos orgânicos na região, onde permanece até os dias atuais, sendo uma referência na agricultura orgânica daquele município. Sua história se entrelaça com a de diversos outros jovens, que deixavam a cidade grande e buscavam no campo a concretização de seus ideais: uma agricultura natural em consonância com o meio ambiente e a saúde.

Além da presença de João Carlos Ávila com a palestra sobre agricultura biodinâmica nos espaços da universidade, no mesmo ano de 1977, os estudantes alternativos receberam José Lutzenberger, que palestrou sobre o lançamento de seu livro *Manifesto Ecológico Brasileiro: o fim do futuro?* e participou de reuniões com o grupo de estudos alternativos, o que foi importante para consolidar uma “nova consciência em seus membros”, apontou Eiser Felipe (Felipe, 2017: 40). No ano seguinte, o grupo de alunos alternativos convidou Herbert Hans Koepf, referência sobre os estudos biodinâmicos no Reino Unido. Como o palestrante era doutor em ciências do solo, Eiser aponta que a palestra foi autorizada pelo reitor da universidade. Já em 1979, o grupo recebeu o agrônomo austríaco Franz Leher, referência na produção de compostos orgânicos. Eiser Felipe ressalta também a importância da publicação, em 1978, do livro de Ana Maria Primavesi, *Manejo Ecológico do Solo*, que se tornou “livro de cabeceira” para aquela geração de estudantes alternativos. Felipe conta que a presença destes

²⁸⁸ Entrevista de Roberto Selig concedida à autora via plataforma Zoom, em 31 de março de 2021.

nomes no movimento alternativo no espaço acadêmico foram relevantes para as turmas do fim da década de 1970 e anos 1980, mobilizando parte dos alunos que continuariam a realizar estudos de maneira autônoma à universidade, contestando os paradigmas agrícolas ensinados naquele ambiente acadêmico. Um curioso exemplo vivenciado e exposto por ele em relação a estas contestações, diz respeito a uma aula prática sobre o plantio de cereais, na qual os discentes deveriam realizar um experimento com uso de agrotóxicos no solo. No dia posterior, foi encontrado um pássaro morto sobre o canteiro de arroz e algumas pessoas decidiram expor o fato para o restante da turma. Um dos estudantes, Tadeu, entrou em sala de aula, durante a aula teórica, com o pássaro morto em suas mãos, questionando o professor da disciplina: “olhe o que estamos fazendo! É isto que nos ensinam?” (Felippe, 2017: 41).

A mobilização deste corpo estudantil alternativo da UFRRJ levou à formação de uma espécie de grupo de estudos intitulado Centro de Estudos de Agronomia (CEA). Lucia Helena Almeida aponta se tratar de uma espécie de Centro Acadêmico, mas passou se chamar Centro de Estudos de Agronomia devido à ditadura:

Mas ele foi Centro de Estudos de Agronomia porque ele foi criado na clandestinidade. Não podia ter centro acadêmico durante a ditadura e aí virou centro de estudos. Funcionava em uma casa lá no 49 [km] e era disfarçado mesmo. Eles compravam livros, estudavam, mas compravam livros de quem? Eles compravam livros da Ana Maria Primavesi, do Lutzenberger, E aí a gente foi fazendo o nosso movimento, então começamos a questionar o currículo de agronomia, começamos a pressionar para que toda disciplina o professor tivesse a obrigação de falar pra gente como fazer a fertilidade com adubo orgânico. Mas eles resistiam e a gente ia pra cima.²⁸⁹

Eiser conta que havia certa tensão no âmbito das reuniões do CEA justamente devido ao regime civil-militar e às proibições de reuniões em grupo. Havia certa tensão e expectativas e o grupo era sempre alertado com avisos de fora: “Olha o AI-5! Cuidado!” (Felippe, 2017: 41).

A primeira geração “alternativa” da Rural foi relevante para outra iniciativa: a formação do Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), em 1983, cuja proposta era “estudar, praticar a difundir a agricultura alternativa e ecológica dentro e fora da universidade.”²⁹⁰ O grupo surgira da necessidade, encontrada, por parte dos estudantes da universidade, de buscarem e terem contato com métodos e conhecimentos alternativos aos que eram difundidos na grade curricular do curso de agronomia e áreas afins.

²⁸⁹ Entrevista de Lucia Helena Almeida concedida à autora na cidade de Petrópolis, em 07 de agosto de 2023.

²⁹⁰ Grupo de Agricultura Ecológica. Disponível em:

<https://extensaoufrj.wordpress.com/grupos/militantes/gae/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2023.



Cartaz com princípios do Grupo de Agricultura Ecológica, S/D. Fonte: Grupo de Agricultura Ecológica – Agroecologia em Rede. Disponível em: [Grupo de Agricultura Ecológica - GAE - Estudar, praticar e difundir a Agroecologia - Agroecologia em Rede](#). Acesso em 27 de fevereiro de 2023.

O grupo, desde a sua criação, passou a se reunir semanalmente, buscando estudar e debater temas relacionados à agricultura alternativa, além de organizar eventos e outras ações que levassem à difusão da agricultura agroecológica. O grupo veio criando projetos, como uma horta agroecológica, desenvolvida nos espaços da universidade, onde são experimentadas técnicas sustentáveis de produção.²⁹¹ O GAE passou também a apresentar diversos trabalhos acadêmicos em congressos, promovendo visitas técnicas a agricultores, propondo cursos junto a outras iniciativas e participando de movimentos sociais em prol da agroecologia. Exemplo disto foi a participação do GAE no XXVII Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia (CONEA), promovido pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e do Centro Acadêmico de Agronomia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), realizado entre 21 a 26 de julho no campus da UFV. O evento reuniu cerca de 500 pessoas, congregando participantes de diversos estados brasileiros. Assim como os eventos já mencionados anteriormente, caso dos EBAA, este congresso adotou uma postura crítica e militante em

²⁹¹ *Ibidem*.

relação ao cenário agrícola brasileiro, contando, inclusive, com palestrantes pertencentes a importantes movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Temas como eleições diretas, reforma agrária, universidade e o cenário político geral foram amplamente debatidos durante o evento²⁹², mostrando o tom crítico adotado pelos meios agrônômicos àquele período, como bem já ressaltamos anteriormente. Não obtivemos acesso à fala de representantes do GAE na íntegra, mas a sua participação na ocasião demonstra que o movimento iniciado por estudantes da UFRRJ estava vinculado aos debates nacionais que envolviam temas caros à agricultura alternativa no período.

Ao abordarmos algumas trajetórias de estudantes vinculados às ciências naturais e agrárias da UFRRJ, podemos observar como mobilizações estudantis no âmbito acadêmico foram importantes para definir o rumo de profissionais que, nas décadas seguintes, iriam atuar em prol de iniciativas importantes para a consolidação da agricultura alternativa. José Guilherme Guerra passaria a atuar como pesquisador da Embrapa-Agrobiologia desde o final da década de 1980 e Antonio Carlos de Souza Abboud se tornaria professor da mesma universidade em que se formou, ambos dedicando-se a pesquisas na área de agroecologia e agricultura orgânica. Maria do Carmo Fernandes passaria a atuar na Pesagro-Rio, desenvolvendo pesquisas na área de olericultura, com foco na agricultura orgânica. Já Paulo Aguinaga e Roberto Selig se vinculariam a movimentos e instituições da sociedade civil, a saber: a Coonatura e a ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro), buscando impulsionar experiências efetivas em prol da agricultura alternativa, atuando em cidades da região serrana, como Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis. Lúcia Helena Almeida ressalta a importância daquela geração para a agricultura alternativa:

Se você fizer um mapeamento dos primórdios dessas organizações de apoio à agricultura alternativa no Brasil sempre tinha alguém da Rural. E eu acho que isso tem muito a ver com essa vanguarda lá desde 1976.²⁹³

Eiser Felipe, abordando justamente a contribuição deste movimento formado por estudantes “ruralinos” (como são chamados popularmente os estudantes da UFRRJ), mostra trajetórias ligadas a esta geração que se tornaram influentes, em iniciativas relevantes para a difusão da agricultura alternativa/agroecológica em múltiplos espaços locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais:

²⁹² XXVII Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (CONEA) na Universidade Federal de Viçosa. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações – Agência Belo Horizonte, 23 de agosto de 1984. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

²⁹³ Entrevista de Lucia Helena Almeida concedida à autora na cidade de Petrópolis, em 07 de agosto de 2023.

- Tadeu Caldas membro da IFOAM (sigla em inglês para Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica), residente na Alemanha e consultor até hoje para projetos ecológicos e de fornecimento de alimentos orgânicos;

- Paulo Aguinaga (pioneiro da agricultura orgânica em Petrópolis em 1979), distribuidor de produtos orgânicos pela COONATURA nos anos 80, criou depois a BIOHORTAS, foi diretor financeiro da “Horta Orgânica” nos anos 90 e início do século XXI, respectivamente, e é atual gestor público na municipalidade;

- Rogério Dias (fiscal agropecuário do MAPA, que conduziu toda a discussão, em nível federal, da regulamentação da agricultura orgânica de 1994 a 2009, foi coordenador de agroecologia no MAPA por 15 anos, aposentando-se em julho de 2017) e sendo atualmente vice coordenador da ABA (Associação Brasileira de Agroecologia);

[...]

Eiser Felipe (autor) – pioneiro da agricultura orgânica em Cachoeiras de Macacú – RJ, depois extensionista rural pela Emater-Rio, responsável pela introdução da agricultura orgânica em São José do Vale do Rio Preto e estruturação da “REDE de Apoio à Transição Agroecológica e a Conversão à Produção Orgânica em São José do Vale do Rio Preto” possibilitada pela Extensão Rural “Alternativa”.

- Sheila Fialho (extensionista da Emater-Rio e primeira presidente da ABIO), dentre outros. (Felipe, 2017).

No caso do Rio de Janeiro, muitos desses estudantes ou recém-formados profissionais alternativos buscariam mobilizar-se em prol da difusão de novas abordagens a respeito da agricultura fluminense, àquele momento tomada pela agricultura convencional. Dados alarmantes sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos, bem como índices cada vez mais altos de intoxicações de trabalhadores rurais e contaminação de alimentos motivariam ações, ainda que em pequena escala, por parte desses profissionais alternativos. Como apontando por Felipe, muitos deles passam a fazer parte dos quadros profissionais de instituições técnicas e de pesquisa que tinham como norte a modernização agrícola e assim como no espaço acadêmico, irão buscar questionar os mecanismos de atuação destes órgãos e buscar implementar projetos e ações em prol de alternativas ao cenário agrícola hegemônico difundido pela Revolução Verde. A seguir nos debruçaremos sobre o cenário agrícola, bem como sobre as primeiras iniciativas voltadas à agricultura alternativa na região serrana do estado do Rio de Janeiro. A escolha deve-se ao fato da serra fluminense ter se consolidado como a maior fornecedora de alimentos, sobretudo olerícolas, à região metropolitana do Rio de Janeiro, o que, conseqüentemente fez com que os processos de modernização agrícola, bem como suas

consequências, fossem intensos naquele território. Não por acaso, as primeiras iniciativas práticas, em prol da agricultura alternativa, se estabeleceriam nesta região.

3.2- “Guerra Verde na Serra²⁹⁴”: Revolução Verde e o panorama agrícola da região serrana fluminense nas décadas de 1970 e 1980

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do censo de 1970, apontavam que o estado do Rio de Janeiro contava com 72.390 estabelecimentos²⁹⁵ agropecuários, distribuídos em 64 municípios, sendo que, desse total, 37.090 possuíam menos de 10 hectares²⁹⁶, 28.743 de 10 a 100 hectares²⁹⁸, 6.252 de 100 a 1.000 hectares²⁹⁹, 294 possuíam de 1.000 a 10.000 hectares³⁰⁰ e 2 possuíam de 10.000 a 100.000 hectares. Tais números demonstram haver um predomínio de pequenas propriedades rurais no estado, embora a maior parte do território total seja ocupado por médias e grandes propriedades, seguindo a lógica de formação e ocupação territorial historicamente constituída em nosso país. Do total de estabelecimentos, havia o predomínio da prática da agricultura, praticada em 48.848 propriedades, seguida da pecuária, que era praticada em 13.544 estabelecimentos. Em relação às propriedades onde a agricultura era desenvolvida, 3.232 estabelecimentos faziam uso de fertilizantes e adubos químicos, já superando o uso de fertilizantes orgânicos (2.922), enquanto outros 2.021 estabelecimentos utilizavam fertilizantes químicos e orgânicos.³⁰¹ O censo seguinte, de 1983, trouxe, além do uso de fertilizantes, dados sobre o uso de “defensivos” e os números demonstram um crescimento expressivo do número de substâncias químicas nos processos agrícolas. Àquele momento, de 45.823 estabelecimentos que se dedicavam à agricultura, 8.986 faziam uso de adubos químicos e 18.391 faziam uso de “defensivos

²⁹⁴ Título retirado de matéria do *Jornal do Brasil*, de 17 de junho de 1988, p. 36, que aponta os malefícios causados pelos agrotóxicos nas lavouras da cidade de Petrópolis.

²⁹⁵ O conceito de estabelecimento adotado no Censo de 1970 pelo IBGE foi: “todo terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de gado; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e as hortas domésticas.” Fonte: IBGE. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, 1970, p. XX.

²⁹⁶ 1 hectare equivale a 10.000 m².

²⁹⁷ Desse total, 4.838 propriedades possuíam menos de 1 hectare, 4.283, de 1 a 2 hectares, 15.452, de 2 a 5 hectares, 12.517 de 5 a 10 hectares. Fonte: IBGE. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, 1970, p. 2.

²⁹⁸ Desse total, 12.325 propriedades possuíam de 10 a 20 hectares, 11.094 de 20 a 50 hectares, 5.324 de 50 a 100 hectares. Fonte: IBGE. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, 1970, p. 2.

²⁹⁹ Desse total, 3.461 propriedades de 100 a 200 hectares, 2.229 de 200 a 500 hectares, 562 de 500 a 1.000 hectares. Fonte: IBGE. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, 1970, p. 2.

³⁰⁰ Desse total, 206 propriedade possuíam de 1.000 a 2.000 hectares, 22 de 2.000 a 2.500 hectares, 48 de 2.500 a 5.000 hectares e 18 de 5.000 a 10.000 hectares. Fonte: IBGE. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, 1970, p. 2.

³⁰¹ Emprego de força nos trabalhos agrários e uso de fertilizantes, segundo a condição do produtor, a atividade econômica e grupos de área total. IBGE. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, 1970, p. 2.

agrícolas”.³⁰² Embora os dados de 1970 não trouxessem informações sobre o uso destas substâncias, podemos deduzir que a disseminação dos métodos “modernizantes” entre os agricultores fluminenses tornava-se cada vez mais comum. Neste mesmo período histórico, o estado passava por um processo de “desruralização”, entendido por Alentejano como “esvaziamento econômico e demográfico e perda de peso político e cultural” (Alentejano, 2005: 50). Em 1970, a população rural fluminense era de 1.088.656 pessoas, enquanto em 1980, esse número caiu para 923.329 (Alentejano, 2005: 50). As décadas seguintes continuariam com tal tendência. Quais fatores foram relevantes para este processo?

Como demonstra Alentejano, até o início do século XX, o território fluminense organizava-se hegemonicamente sob a égide do capital agrário e mercantil. As diferentes condições ambientais presentes no estado foram fundamentais como elementos definidores das múltiplas atividades realizadas e para “diferentes formas de ordenamento territorial” (Alentejano, 2000: 51). Até a virada do século, havia basicamente quatro regiões no estado com características distintas, fruto deste ordenamento territorial:

(1) a região do Vale do Paraíba, dominada pela oligarquia cafeeira e marcada pela ampla destruição da Mata Atlântica produzida pelo avanço extensivo e degradador da cultura do café, num ambiente onde as condições edafoclimáticas originais eram extremamente favoráveis; (2) a região das baixadas situadas a leste da região da Baixada da Guanabara, estendendo-se até os limites com o Espírito Santo, ao norte, dominada pela oligarquia canavieira e marcada pela existência de inúmeros engenhos de açúcar em meio aos amplos canaviais que se estendiam pelas baixadas aluviais e tabuleiros litorâneos; (3) a região da Baixada da Guanabara, dominada pelo capital comercial que organizava a agroexportação e a redistribuição interna dos bens e da riqueza, a partir do controle sobre a vasta área navegável da baía e rios que nela desembocavam; (4) uma vasta região cujo elemento de unidade é a topografia acidentada, estendendo-se do litoral sul até o noroeste do estado, passando pela área da Serra dos Órgãos, a qual, por não ser reivindicada por nenhuma fração expressiva do capital, mantinha-se como área de fronteira e como tal, de reprodução do campesinato, dentre eles, antigos escravos recém libertados e imigrantes (principalmente alemães e suíços) (Alentejano, 2000: 51 e 52).

É ao longo do século XX que profundas transformações ocorreram, sobretudo nas regiões do Vale do Paraíba e da Baixada Fluminense. Enquanto a primeira passa por um esvaziamento demográfico e econômico, sobretudo em razão da decadência da cafeicultura observada desde o século anterior, a segunda passa a sofrer as consequências da crescente industrialização da cidade do Rio de Janeiro. Em relação à região serrana, esta passa a desempenhar uma importante função em nível estadual: a de abastecimento alimentício, visto

³⁰² IBGE. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, 1983, p.16.

que representava uma área com grande número de pequenos produtores que serão relevantes para o abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro (Alentejano, 2000: 52 e 53). É neste fato que encontramos possíveis respostas para a região serrana se consolidar como pioneira na produção alternativa. Nossa hipótese é que, devido à proximidade física entre a região serrana e a região metropolitana do Rio de Janeiro, assim como devido às especificidades ambientais da região, propícias ao cultivo de verduras e legumes, as cidades serranas foram alvo dos chamados “novos rurais alternativos”, jovens de classe média urbana, embuídos das ideias ambientalistas que circulavam em nível nacional e internacional, que, pregando a valorização do mundo rural e natural, voltaram-se para o campo para buscar consolidar experiências práticas de produção de alimentos alternativos.

Historicamente, a região serrana fluminense foi marcada por projetos de colonização europeia, fato que tem relevância para o perfil agrícola da região. Cidades serranas como Petrópolis e Nova Friburgo foram alvo de projetos de colonização ao longo do século XIX, onde milhares de imigrantes europeus (alemães e suíços, principalmente) se estabeleceram. A estimativa é de que o Brasil tenha recebido cerca de 3.700.000 imigrantes europeus entre os anos de 1820 e 1930, concentrando-se, majoritariamente na região sudeste do país (Mayer, 2003: 66).

A colonização europeia em cidades serranas ajuda a compreender o estabelecimento de pequenas propriedades agrícolas familiares. No município de Nova Friburgo, por exemplo, ao longo do século XIX, ocorreu um processo de ocupação da terra a partir da implantação de colônias formadas majoritariamente por imigrantes suíços. Entre 1819 e 1824 houve, na região, projetos de assentamentos de imigrantes europeus, o que deu origem, algum tempo depois, à Colônia e à Vila de Nova Friburgo. Tal projeto, segundo Mayer, é considerado um marco na política de colonização estrangeira no Brasil e sinalizou a introdução do trabalho livre e a promoção de uma organização social fundamentada na pequena propriedade (Mayer, 2003: 32).

Desta forma, buscou-se trazer para a referida colônia uma diversidade de profissionais, visando criar uma cidade na qual as necessidades básicas pudessem ser atendidas. Dentre as preocupações para a formação de Nova Friburgo estaria o incremento da agricultura. Neste sentido, a instalação da Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, confirmou uma necessidade consolidada desde fins do século XVIII: a necessidade da capitania se estabelecer como uma área produtora, tendo a agricultura de subsistência um papel valorizado visto a necessidade de alimentar a Corte.

Neste cenário, onde a agricultura voltada para o mercado interno passa a ser valorizada, onde a necessidade de povoamento se torna importante, a

imigração europeia se delineia como um caminho para resolver estas questões e, como consequência, acabaria por equilibrar a heterogeneidade étnica da Colônia. Isto explicaria a importância dada à escolha da região onde estes futuros imigrantes iriam se instalar (Sanglard, 2000: 23-25).

Já Petrópolis foi uma cidade planejada no século XIX, com forte vínculo com a Família Imperial. As terras que dariam origem a este município foram adquiridas ainda no Primeiro Reinado (1822-1831) por D. Pedro I, que possuía planos de construir um palácio de verão na região. A renúncia, o retorno a Portugal e posterior morte do monarca impediram a concretização dos projetos iniciais voltados às futuras terras de Petrópolis. Seria durante o governo de D. Pedro II que os anseios do primeiro imperador do país seriam implementados. As terras adquiridas pela família real foram arrendadas ao Major Júlio Frederico Koeler³⁰³, um engenheiro que possuía prestígio junto à Família Real, responsável pela criação da planta urbanística da futura cidade. Koeler projetou a cidade de forma hierárquica, preocupando-se em reproduzir no terreno a organização espacial da monarquia brasileira, que possuía grande apreço pela região. Para tanto, foram pensadas três classes de ocupação:

A primeira formada pela Vila Imperial, composta pelo Palácio Imperial e os lotes de terra destinados à nobreza que orbitava ao redor do Imperador; a segunda formada por prazos de terras organizados em quarteirões destinados aos colonos germânicos e a terceira composta por lotes maiores nos quarteirões mais distantes, sendo estes obrigados a cultivar e produzir alimentos formando uma espécie de cinturão verde de abastecimento para a cidade (Winter, 2019: 129).

Koeler planejou uma padronização de lotes e o estabelecimento de colônias agrícolas de grande porte, o que se mostrou fracassado, uma vez que a maior parte dos colonos que chegavam na região era de trabalhadores industriais, sem conhecimento de práticas agrícolas.

³⁰³Julio Frederico Koeler (1804-1847) era natural de Mainz (que viria a ser anexado à Alemanha após a unificação do país). Chegou ao Brasil em 1828, sendo incorporado ao exército imperial, conquistando naturalização brasileira algum tempo depois. Engenheiro, foi incumbido pela Família Real de comandar a construção da Estrada Normal da Serra da Estrela, cujo principal objetivo seria permitir o acesso de carruagens à Fazenda do Córrego Seco, propriedade adquirida por D. Pedro I que daria origem à cidade de Petrópolis. Junto de Paulo Barbosa (brigadeiro de armas, companheiro de Koeler do Corpo de Engenheiros do Exército Imperial, e também mordomo da Casa Imperial, possuindo grande prestígio junto ao imperador D. Pedro II), Koeler foi responsável pela elaboração do projeto que ficou conhecido como “Povoação Palácio de Petrópolis, que previa a doação de terras da fazenda imperial a colonos livres que chegavam para povoar a região e formarem colônias agrícolas. O então imperador D. Pedro II, que já tinha a pretensão de construir um palácio de verão naquelas terras, arrendou as terras da Fazenda do Córrego Seco para Koeler, para a fundação do povoamento das terras que viriam a ser Petrópolis. Koeler deveria seguir exigências, como “criação do projeto e construção do Palácio Imperial; urbanização de uma Vila Imperial com quarteirões imperiais; edificação de uma igreja em louvor a São Pedro de Alcântara; construção de um cemitério; cobrança de foros imperiais dos colonos moradores; e expulsão de terceiros das terras ocupadas ilegalmente”. Cf.: História- Petrópolis (RJ). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1512/>. Acesso em 03 de março de 2022; Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=1839>. Acesso em 03 de março de 2022.

Desta forma, a “lavoura comercial” planejada pelo idealizador de Petrópolis não prosperou. A colônia agrícola planejada deu espaço a vilas coloniais com imigrantes que plantavam para consumo próprio e até mesmo podiam realizar escambos entre vizinhos próximos, com a venda de alimentos atendendo apenas ao comércio local. Um significativo número de colonos identificados com o trabalho agrícola migrou para regiões mais afastadas do Centro, ocupando áreas próximas aos rios Preto e Fagundes (loais que atualmente fazem parte dos últimos distritos de Petrópolis, os mais distantes da região central da cidade). Winter aponta que, em relação à agricultura, a superfície cultivada em 1857 era de 130 hectares de um total 2.000 hectares habitados naquele momento, um número relativamente pequeno se comparado à área útil dos quarteirões. (Winter, 2019: 134-139).

Portanto, Nova Friburgo e Petrópolis, além de serem cidades serranas, têm em comum os seus processos de criação e planejamento marcados pela imigração europeia, nas quais a implementação da agricultura esteve como objetivo importante a ser alcançado a partir da consolidação das cidades. Em Petrópolis, apesar do projeto inicial de estabelecimento de grandes colônias agrícolas não prosperar, é importante destacar a consolidação de pequenas unidades familiares de produção agrícola, que passam a ter um papel importante no abastecimento interno. Este mesmo perfil agrícola pode ser verificado em Nova Friburgo. Assim, historicamente, a região serrana fluminense é marcada pela tradição agrícola familiar: são pequenas propriedades rurais, de 1 a 12 hectares, as quais caracterizam um perfil de produção que, em grande parte, é derivado desses imigrantes europeus que ocuparam a região durante os séculos XIX e XX (Peres; Moreira, 2007; Oliveira, 2010).

Alentejano destaca que, nas primeiras décadas do século XX, a região serrana passou a ter um papel importante como uma área de reprodução do capital comercial, pois desempenhou dois papéis essenciais em âmbito estadual: além de abastecer o mercado interno, sobretudo a região metropolitana do Rio de Janeiro, se constituiu como um importante elo de ligação com outros pontos do país, pois duas principais ligações rodoviárias com outros estados e regiões passavam pela serra fluminense, o que foi propício ao surgimento de atividades de apoio frente à grande circulação de mercadorias e pessoas (Alentejano, 2005: 53-54). Já a partir da década de 1940, a região serrana torna-se área de expansão turística, devido, sobretudo, à proximidade com a capital e às condições climáticas, com destaque para o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, além da construção de rodovias que perpassam a região, a saber, a Rio-Bahia e a Rio-Belo Horizonte. Tal panorama acabou contribuindo para um cenário de desruralização, uma vez que a região foi incorporada cada vez mais à lógica social e econômica da metrópole, passando a ter um ordenamento territorial englobado aos interesses do capital imobiliário, que avançou

sobre territórios até então ocupados pelos pequenos agricultores e passaram a servir de residências de veraneio e segunda moradia para uma elite urbana. Entretanto, Alentejano destaca que tal cenário não significou o fim da produção agrícola na região, uma vez que esta continuou sendo um importante pólo de fornecimento de alimentos, sobretudo hortigranjeiros, para a capital e região metropolitana. Os pequenos agricultores, seguiram, portanto, reproduzindo suas práticas agrícolas, sobretudo em locais mais afastados e desvalorizados pela especulação imobiliária (Alentejano, 2005: 57).

O abastecimento à região metropolitana portanto continuou, mas os atravessadores³⁰⁴ passaram a controlar o processo, pois a maioria dos produtores não tinha condições de realizar o transporte e a venda de sua produção (Alentejano, 2005: 53-54). Como demonstra Seabra, o início do século XX foi marcado pela expansão demográfica na região metropolitana do Rio de Janeiro, o que promoveu um rearranjo das relações entre as áreas de consumo e de produção no espaço fluminense. O autor aponta a relação entre o crescimento da procura por produtos alimentícios, seja na capital, seja na Baixada Fluminense (em expansão), e o surgimento de empresas intermediárias de comercialização. A crescente demanda gerada pelo crescimento demográfico acabava por “empurrar” as áreas produtivas para locais cada vez mais distantes e afastados, o que passou a exigir uma nova logística adequada às novas lógicas de comercialização (Seabra, 2018: 361):

A permanência do pequeno produtor integrado ao grande circuito de comercialização estava atrelada ao procedimento de inclusão da sua produção ao modelo controlado pelas empresas intermediárias da comercialização. À medida que aumentava a distância (física e de interação social) entre produtores e consumidores, os intermediários ganhavam força na gestão dos fluxos de gêneros agrícolas (Seabra, 2018: 362).

Junto às novas dinâmicas de logística impostas aos agricultores serranos devido ao reordenamento territorial, comercial e social pelo qual passava a região serrana ao longo do século XX, os métodos agrícolas “modernizantes”, característicos da Revolução Verde, também provocaram intensas transformações nestas pequenas propriedades agrícolas.

A preocupação com o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura fluminense é uma problemática que de há muito vem gerando discussões e mobilizando a comunidade organizada do nosso estado. O engajamento da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro

³⁰⁴ Atravessador ou intermediário é o termo utilizado, no comércio de hortigranjeiros, para pessoas que compram os alimentos do agricultor e revendem para o consumidor final. Essa prática é muito comum, principalmente, no mercado de alimentos convencionais. Tal prática é criticada principalmente pela baixa remuneração cedida ao agricultor e a maior parte do lucro ficar com o atravessador.

(FAMERJ), em conjunto com outras entidades representativas da nossa sociedade na luta em defesa da vida e da preservação ambiental, se fez consequência natural, mas também obrigatória nesse processo.³⁰⁵

A fala acima, de um representante da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), proferida no II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (1984), aponta uma preocupação acerca do panorama da agricultura fluminense naquele período (década de 1980). Apesar de não encontrarmos o motivo para a escolha de Petrópolis para sediar o evento, temos como hipótese o fato de que o município era um grande produtor de hortaliças e legumes para todo o estado e já apresentava inúmeros problemas decorrentes do uso indiscriminado de agrotóxicos e adubos químicos, além de estar relativamente próximo da capital, Rio de Janeiro.

As unidades de produção serranas, majoritariamente familiares, foram fortemente impactadas pelas mudanças tecnológicas ocorridas na agricultura brasileira na segunda metade do século XX. Anteriormente marcadas por técnicas agrícolas tradicionais e naturais, passadas de geração em geração, grande parte das unidades de produção agrícola desta região foi fortemente afetada pela chegada dos métodos modernizantes de produção, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, acompanhando a tendência nacional de “modernização” agrícola calcada no aparato tecnológico da Revolução Verde. Muitos agricultores se viram obrigados a aderir a tais métodos, pois a cada dia perdiam sua competitividade nos mercados locais e regionais perante a nova lógica de mercado a que eram inseridos involuntariamente naquele momento. Além disso, para muitos trabalhadores do campo, a ideia vendida pelas grandes multinacionais de agrotóxicos de ampliar a produção e reduzir o tempo entre plantio e colheita (sem que fossem explicitados os efeitos colaterais desses processos) parecia bastante sedutora.

A Serra Fluminense se tornou um claro exemplo dos impactos sociais e ambientais ocasionados pela modernização da agricultura, sobretudo pelo grande número de pequenas unidades agrícolas nesta região³⁰⁶. Se nos grandes centros urbanos os debates sobre agrotóxicos, toxicidade, produtividade e segurança alimentar tomavam força, era no campo que se sentiam mais intensamente as consequências e os efeitos desta transformação agrícola.

³⁰⁵Discurso do representante da FAMERJ no II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. *Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa*, 1985, p. 18.

³⁰⁶ Estudo de 2007 apontou que o consumo de agrotóxicos na região serrana fluminense é bastante elevado, superando em cinco vezes a média da região sudeste e em dezoito vezes a média do estado do Rio de Janeiro. Além disso, no período do estudo, dos 32 agrotóxicos mais utilizados, 17 sofriam grandes restrições em outros países. Cf.: PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 2007, p. 613.

Diferentemente de outras regiões do país, como no Cerrado brasileiro, onde a inserção de maquinários agrícolas modernos e a expansão das terras cultiváveis foram predominantes (juntamente com o uso de químicos)³⁰⁷, a serra fluminense foi afetada principalmente pela inserção de agrotóxicos e adubos químicos nos processos produtivos, isto é, o modelo de produção familiar se manteve, o que sofreu forte alteração foram os métodos agrícolas. Eiser Felipe aponta que o estado do Rio de Janeiro não foi contemplado integralmente pelo processo de modernização agrícola, uma vez que, no Brasil, foi privilegiada a grande propriedade e a produção de culturas agrícolas com alto valor para o mercado de exportação, características que não condiziam com a realidade do estado fluminense. No entanto, embora não tenha ocorrido uma substituição completa dos métodos modernizantes agrícolas pelos métodos tradicionais, houve a incorporação de elementos desta modernização (Felippe, 2017: 19). Gradualmente, parte dos conhecimentos tradicionais, passados de geração em geração, foram sendo substituídos por substâncias e técnicas que prometiam aumentar a produção e diminuir as “pragas” que prejudicavam a lavoura. As lógicas econômicas e sociais existentes até então oriundas da prática camponesa vão se modificando, dando espaço à capitalização da produção.

Como demonstrou Juliano Palm, o panorama de modernização agrícola na serra fluminense, impulsionado a partir de meados do século XX, levou a um processo estrutural de consolidação de uma agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional. Tal sistema se expressou como um ambiente técnico-administrativo que passou a exercer influência sobre grande parte dos agricultores da região. O autor cita múltiplos fatores relevantes neste processo, relacionados a políticas desenvolvimentistas cujo objetivo era a promoção da chamada “modernização conservadora” da agricultura. Dentre os fatores, são destacados:

a crescente urbanização e industrialização da Região Metropolitana do estado; as melhorias na estrutura de estradas e redes de comunicação da Região Serrana; a criação de diferentes tipos de infraestruturas, visando dinamizar a logística de escoamento da produção agrícola; a expansão da rede de revendedores de agrotóxicos e fertilizantes industrializados nesses municípios; como também a implantação de políticas de desenvolvimento rural, especialmente nas áreas de assistência técnica e crédito. Ao longo deste processo, a Região Serrana Fluminense foi se tornando um dos polos mais importantes de produção agrícola no estado do Rio de Janeiro (Palm, 2021: 86).

³⁰⁷ Sobre este processo, ver: SILVA, Claiton Márcio da. Entre Fênix e Ceres: A grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado. *Varia hist.* [online]. vol.34, n.65, 2018, pp.409-444.

O autor argumenta que as melhorias das vias, implementadas ao longo do século XX³⁰⁸, que interligam os municípios serranos à região metropolitana, bem como ligam as cidades entre si, foram de extrema importância para consolidar a articulação entre a produção agrícola na serra e o mercado consumidor na região metropolitana. Tal panorama contribuiu, inclusive, para a predominância dos tipos de cultivos desde então: se antes o tempo de saída das áreas de produção até o local de destino para o consumo era maior, havia o predomínio do cultivo de alimentos mais resistentes, como raízes e tubérculos. Com a melhoria das estradas e rodovias, o tempo entre a origem e o destino encurtou, permitindo o cultivo de alimentos mais “frágeis”, caso das folhosas (Palm, 2021: 87-91). Tal cenário, inclusive, contribuiu para que o consumo de hortaliças passasse a ser um hábito característico da população fluminense. O nível do consumo *per capita* é o maior do país. Em 2000 eram 54 quilos por ano, enquanto o volume de produção representava perto de 8% do total nacional (Guerra, *et. al*, 2007: 24).

Outro fator relevante, destacado por Palm, foi a criação, na década de 1970, das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA). Criadas pelo regime civil-militar, o objetivo era dinamizar o abastecimento alimentício dos grandes centros urbanos do país, incentivando a consolidação de regiões agrícolas especializadas em determinados tipos de cultivo (caso das hortaliças na região serrana), produzidos a partir da inserção de técnicas “modernizantes” (Palm, 2021: 87-91).

Como resultado deste panorama, Palm afirma que muitas famílias de agricultores acabaram sendo influenciadas a aderirem majoritariamente à produção convencional de hortaliças, abandonando outras culturas produzidas historicamente. A limitação física, para expansão de áreas agricultáveis das pequenas propriedades familiares predominantes na serra, fez com que a produção de hortaliças se mostrasse um caminho para um retorno financeiro maior e mais rápido (Palm, 2021: 89). Aliado aos elementos citados acima, Palm demonstra como uma rede entrelaçada de iniciativas provocou a disseminação da agricultura convencional na região serrana. Houve a ampliação de estabelecimentos comerciais revendedores de substâncias químicas agrícolas, como agrotóxicos e adubos químicos, o que facilitou o acesso dos agricultores da região a estes produtos. A aquisição destes era facilitada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, que, como visto no capítulo 1 deste trabalho, previa a destinação

³⁰⁸ Podem ser destacadas a rodovia Rio-Petrópolis, construída em 1928; as melhorias nas rodovias que ligam as cidades de Teresópolis e Nova Friburgo à capital, na década de 1950; a melhoria, na década de 1960, do acesso entre Teresópolis e Nova Friburgo, permitindo o tráfego de caminhões nas comunidades rurais que ligam os dois municípios. *Cf.*: PALM, Juliano L. Processos de transição agroecológica: ecologia de projetos- uma abordagem pragmática, sistêmica e territorial na Região Serrana Fluminense. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2021, p. 87.

obrigatória de parte da quantia para a compra de insumos químicos. Ademais, muitos estabelecimentos que vendiam tais insumos, bem como unidades bancárias de acesso ao crédito rural, eram instalados ao lado de importantes centros de comércio da produção agrícola da região serrana, caso da unidade da CEASA de Nova Friburgo e do Mercado do Produtor, de Teresópolis. Cabe ressaltar ainda o papel da assistência técnica e extensionismo rural, que, assim como no restante do país, foi relevante para a difusão da modernização agrícola na serra fluminense. No estado do Rio, tem relevância a EMATER³⁰⁹ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.) (Palm, 2021: 89-90).

Frente a este panorama, os pequenos agricultores familiares tiveram que enfrentar novos desafios que modificavam cada vez mais seus cotidianos e os inseriam em uma nova lógica produtiva, amparada em novas formas de comércio e de cultivo. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, período em que debates sobre agrotóxicos e toxicidade tomam força no Brasil, os defensores do uso de agrotóxicos, adubos químicos e demais métodos modernizantes (sobretudo representantes, políticos e técnicos vinculados às indústrias químicas) possuíam um discurso hegemônico de que, como já vimos, o problema não estava centrado no uso destes produtos, mas no mal uso, imputando, portanto, a “culpa” e a responsabilidade aos agricultores, que muitas vezes eram tratados como ignorantes e mal instruídos. Nos próprios debates do emergente movimento de agricultura alternativa, que ocorriam principalmente nos meios acadêmicos e agrônômicos, por muitas vezes, a figura do agricultor era invisibilizada, sendo priorizados, nos discursos e pesquisas, outros elementos, como o consumidor final e o meio ambiente.

No entanto, não era incomum encontrar nos jornais de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, a veiculação de casos de intoxicações e até mesmo mortes de agricultores, além de denúncias pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e afins nas cidades analisadas neste estudo.

A seção “Ecologia” do *Jornal do Brasil*, de 18 de março de 1984 trazia matéria de página inteira intitulada “Hortigranjeiros do Rio são envenenados por agrotóxicos”. O texto começava com um alerta:

³⁰⁹ As Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural foram criadas no âmbito do regime civil-militar, vinculadas à EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural)³⁰⁹. As EMATER deveriam atuar em âmbito estadual, atuando como empresas públicas e seguindo um modelo padrão de extensionismo rural. Cf.: CAPORAL, Francisco R. *La extension agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Una aproximación histórico-crítica a la evolución y enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el paso del paradigma dominante*. Tesis Doctoral-Universidad de Córdoba, Espanha, 1998, p. 67 e 68.

O carioca que gosta de frutas, verduras e legumes está se envenenando a cada dia: o uso de agrotóxicos (defensivos agrícolas) é indiscriminado e descontrolado nas áreas produtoras. Pelo menos 90% das 120 mil toneladas mensais de hortifrutigranjeiros consumidas pelos fluminenses apresentam resíduos de agrotóxicos – garante a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro. E ninguém sabe o grau de contaminação porque não existe controle de qualidade dos alimentos.³¹⁰

A matéria segue com palavras da dona de um pequeno comércio no município de Teresópolis³¹¹ que vendia agrotóxicos: “Eu é que não dou verduras e legumes para meus filhos. Os homens botam inseticida em um dia e colhem as folhas no outro.” Um agricultor que estava no balcão no momento da entrevista argumenta: “Se a gente respeitar todos os prazos e carências, se arrisca a perder a produção. Tem mesmo é que pulverizar o veneno nem que seja para colher logo depois.”³¹² Aplicações feitas na véspera da colheita (quando o tempo recomendado seria de semanas), o uso de agrotóxicos em produtos não indicados, a aplicação de produtos muito perigosos e já proibidos em outros países, e altas dosagens eram alguns dos grandes problemas existentes nas lavouras da Serra fluminense, apontava a reportagem, que ainda trouxe o ponto de vista de Daniel Fonseca Pinto, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro (AEARJ), e que explicita bem o panorama estabelecido no estado fluminense, assim como no restante do Brasil:

De 67 pra cá, com a intensificação do crédito rural e outros estímulos concedidos à agricultura, o uso de agrotóxicos aumentou muito, acarretando a quebra do equilíbrio natural, a destruição do ecossistema. Antes havia bichos que comiam bichos, uma das formas de controles biológico natural da lavoura. Mas os chamados defensivos matam tudo indiscriminadamente. Criou-se uma espécie de dependência da lavoura, que ficou ainda mais indefesa, necessitando de um uso cada vez maior desses produtos.

A quase total falta de fiscalização e controle no uso de agrotóxicos gerou várias consequências nefastas: a intoxicação frequente do trabalhador rural que manuseia os defensivos sem nenhuma proteção e a poluição dos cursos d’água, que ficam contaminados. [...] A última e pior consequência é a contaminação dos próprios alimentos, sem que se saiba, até agora, em que grau o consumidor vem sendo envenenado³¹³.

Sobre a fiscalização, Daniel Fonseca afirmou:

A atuação do órgão federal responsável – a Defesa Sanitária Vegetal – do Ministério da Agricultura – no Estado do Rio de Janeiro, é praticamente nula,

³¹⁰ HORTIGRANJEIROS do Rio são envenenados por agrotóxicos. *Ecologia, Jornal do Brasil*, 18 de março de 1984, 1º Caderno, p. 18.

³¹¹ Assim como Petrópolis e Nova Friburgo, o município de Teresópolis (distante da cidade carioca cerca de 100 km), também se consolidou como grande produtora de hortigranjeiros convencionais para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

³¹² HORTIGRANJEIROS do Rio são envenenados por agrotóxicos. *Ecologia, Jornal do Brasil*, 18 de março de 1984, 1º Caderno, p. 18.

³¹³ *Ibidem*.

na orientação e controle do uso de agrotóxicos. [...] O único órgão que, apesar da carência de pessoal e recursos, procura levar alguma orientação é a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário.³¹⁴

Sobre a EMATER-Rio, será possível analisar a sua atuação em diversos casos explanados neste trabalho, sobretudo na busca pela regulamentação do uso adequado de agrotóxicos. Embora, desde a sua criação na década de 1970, o objetivo desta instituição tenha sido a difusão da modernização agrícola, ao longo da década de 1980, alguns questionamentos passam a ser feitos, como por exemplo a tecnologia agrícola empregada nas lavouras (Palm, 2021: 91). Como em outros casos, nossa hipótese é a de que a atuação de profissionais isolados, mobilizados pelo movimento de agricultura alternativa e pelos debates em torno dos agrotóxicos, tenha sido central junto a agricultores, visando a conscientização para o uso adequado de substâncias químicas, bem como para a adoção de técnicas alternativas. No entanto, a agricultura convencional seguiu sendo o norte teórico metodológico da instituição. Exemplo disto é a reportagem do jornal *O Fluminense*, na qual o diretor técnico da Emater-Rio afirma que uma agricultura que atendesse à demanda mundial exclusivamente biológica, sem o uso de agrotóxicos, seria uma utopia. A entrevista se deu no âmbito de uma campanha, realizada no ano de 1984, no Rio de Janeiro contra o uso de “defensivos agrícolas” liderada pela AEARJ. O diretor afirmou que tal campanha ocorria sem que fosse comprovado que, no estado do Rio de Janeiro, estivessem sendo comercializados produtos com teores tóxicos superiores aos níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Ainda assegurou que o trabalhador rural estaria sendo assistido em relação ao uso de agrotóxicos no sentido de orientação quanto ao uso correto do “defensivo”, o que nos permite estabelecer relação com a controversa noção de “uso seguro”, compartilhada por parte da comunidade técnica no período em questão. A referida reportagem apontou, por fim, que o Rio de Janeiro estaria entre os maiores consumidores de agrotóxicos do país, juntamente com Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Fluminense citou ainda estudos realizados no estado de Santa Catarina no ano anterior, que revelaram que o uso intensivo de venenos para combater pragas, ao invés de reduzi-las, teria propiciado o surgimento de 400 novos tipos de doenças vegetais nos últimos 45 anos. O diretor da Emater rebate: para ele, as “pragas” seriam sempre as mesmas; a novidade é que estariam sendo classificadas finalmente pelos entomologistas.³¹⁵

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ EMATER acha utopia fim dos agrotóxicos. *O Fluminense*, 28 de julho de 1984, p. 7.

Quanto às atuações da Emater na promoção de campanhas e projetos em prol do controle do uso de agrotóxicos, sobretudo na região serrana destaca-se a atuação da agrônoma Sheila Fialho³¹⁶. Formada pela UFRRJ e pertencente ao grupo dos estudantes alternativos, esta técnica da Emater liderou diversas visitas a sítios no município de Teresópolis, mais precisamente em Motas, distrito rural da cidade. Na primeira propriedade, no Sítio Santa Rosa, Fialho constatou que o agricultor Lierete Couto estava pulverizando a lavoura de salsa com o carbamato Manzate, muito utilizado para folhas no estado do Rio. O uso deste produto, no entanto, representava um grande risco, visto que não era especificada a sua tolerância nas culturas. “Se não sabemos as dosagens toleradas pelas plantas, como avaliar o grau absorvível pelo organismo humano?” O uso do carbamato, à época, estava sendo associado a aumento na tireóide, e ao câncer, não devendo, portanto, ser utilizado em hortaliças folhosas, como a salsa. Já no segundo sítio visitado pela técnica da Emater, o agricultor Juvenal Rodrigues usava o fungicida Antracol na lavoura de alface. Entretanto, o produto não era recomendado para este tipo de plantação. “Ah, não é? Já uso isso há algum tempo. Então o que devo usar?”, perguntava o agricultor a Fialho. Ao mesmo tempo, outra agricultora da mesma localidade relatava casos de intoxicações ocorridos com seus familiares: seu marido “quase morreu” enquanto fazia uma pulverização de jiló com um produto fosforado. O filho de outro trabalhador rural teria passado pelo mesmo problema.

A técnica da Emater segue relatando o que encontra em suas visitas periódicas, apontadas pelo jornal como “verdadeiras barbaridades”, a exemplo de um produtor utilizando o já citado fungicida Manzate, que, ao invés da dosagem recomendada, de 240g por cada 100 litros, utilizava 1.000g por litro. Em outro caso, um agricultor havia aplicado o inseticida Rodiatox 60, cuja carência era de 60 dias, apenas dois dias antes da colheita da couve.³¹⁷

A Emater havia iniciado em fevereiro de 1984 uma campanha na mesma localidade citada acima, Motas, em Teresópolis, cujo objetivo era o esclarecimento contra o uso indiscriminado de agrotóxicos:

Na localidade de Motas, que pertence ao terceiro distrito de Teresópolis, a campanha começou com palestras e a inauguração de um cemitério de embalagens dos agrotóxicos, para evitar que os venenos atinjam as crianças, que costumavam brincar com vidros, sacos plásticos e caixas de defensivos.

³¹⁶ A agrônoma Sheila Fialho participou ativamente do movimento de agricultura alternativa do período. Além de fazer parte do grupo de estudantes da Rural que questionava as técnicas agrícolas convencionais ensinadas no espaço acadêmico, foi uma das organizadoras do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, bem como uma das fundadoras da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, Enquanto técnica da EMATER, atuando principalmente no município de Teresópolis, seu nome aparece em diversas iniciativas junto de agricultores da região, buscando conscientizá-los sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos.

³¹⁷ EMATER acha utopia fim dos agrotóxicos. *O Fluminense*, 28 de julho de 1984, p. 7.

Além dos males que podem causar aos consumidores, os agrotóxicos, entre eles o Radiatox, Tamaron, Mansate, Benomil, Dithane e Antracol, provocam doenças nos próprios agricultores, que estão sofrendo de pressão alta, diabetes transitórias e dores de cabeça em consequência de lesões nos rins e no fígado causados pelos venenos.³¹⁸

Para a campanha foi convidado o médico Waldir Barbosa, que buscou esclarecer os agricultores sobre os riscos trazidos pelo uso indevido de agrotóxicos, principalmente para aqueles que fazem as pulverizações das lavouras sem os cuidados indispensáveis. A Comunidade de Motas era responsável por boa parte dos hortigranjeiros (como o tomate, repolho, salsa, pimentão e beterraba) que abasteciam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que justificava a grande preocupação com a produção na região. O médico palestrante, que também era vice-prefeito do município de Teresópolis, relatou diversos casos de intoxicação na região, dando destaque ao seu último paciente, um funcionário da Ceasa que comeu um tomate no mercado. O homem teria retirado o tomate de uma das caixas destinadas ao Rio de Janeiro, comendo – o sem lavar, apenas limpando-o na calça. Poucos minutos depois, teria começado a sentir sintomas de intoxicação, como náuseas, vômitos, diarreia e febre. Acabou sendo levado inconsciente para o Hospital das Clínicas de Teresópolis e, somente depois de muitos dias de tratamento, ele ficou fora de perigo.

O médico seguiu fazendo alertas, apontando que os produtos pulverizados fora do prazo de carência iriam acumulando os venenos no organismo humano:

As doenças costumam a manifestar-se, mas o consumo continuado de alimentos contaminados pode provocar o câncer principalmente no aparelho digestivo e graves lesões nos rins e fígado. Os venenos dos agrotóxicos provocam também convulsões, que muitas vezes são confundidas com ataques epiléticos, e graves distúrbios no sistema nervoso central. Esses venenos, por não serem degradáveis costumam acumular-se na gordura e no sangue, concentrando-se, inclusive, no leite materno.³¹⁹

³¹⁸ AGROTÓXICO gera intoxicações ao ficar no tomate. Ambiente, *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 19 de fevereiro de 1984, p. 12.

³¹⁹ *Ibidem*.



Fotografia de um trabalhador rural pulverizando sua horta sem nenhum equipamento de proteção. Fonte: Fotografia de Ezídio Barroso. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 19 de fevereiro de 1984, p. 12.



Nas imagens observamos um agricultor pulverizando sua horta com um agrotóxico altamente perigoso, sem qualquer item de proteção indicado aos agricultores no momento da aplicação de pesticidas. Já a segunda imagem vemos a embalagem do fungicida Brestan, de produção da multinacional Hoechst, onde chama a atenção a advertência: “Cuidado, atenção: Produto Tóxico. Fonte: Fotos de Vidal da Trindade para o *Jornal do Brasil* de 18 de março de 1984, 1º Caderno, p. 18.

Como podemos analisar na reportagem acima, ainda que existissem iniciativas como da EMATER, o cenário era de quase inexistência de mecanismos de fiscalização e instrução aos agricultores, o que fazia com que cada vez mais trabalhadores rurais adoecessem – e até mesmo morressem – vítimas do uso indiscriminado de agrotóxicos em suas lavouras. Abaixo, trazemos uma série de reportagens que exemplificam tais casos, comprovando a situação de vulnerabilidade que estes homens, mulheres e crianças do campo estavam submetidos diariamente.

Reportagem do dia 25 de agosto de 1984, do *Jornal do Brasil* abordou a morte de um agricultor de 36 anos em Nova Friburgo, cujo título era: “Lavrador vítima de agrotóxicos morre em Friburgo”. O agricultor plantava tomate e pimentão no Vale das Andorinhas, distrito de Riograndina. Sobre a causa do óbito, o jornal apontou “insuficiência renal e hepática e septicemia (infecção geral do organismo), esta provocada por pneumonia química, que causa infecção bacteriana”. O secretário estadual de saúde, ao saber da morte, solicitou à prefeitura de Friburgo para comunicar qualquer novo caso de infecção por agrotóxico, o que nos permite supor que já era algo esperado. A Emater- Rio havia entregado uma lista dos agrotóxicos utilizados pelo agricultor ao médico e dela constavam 33 produtos diferentes, a maioria à base de cloro (da categoria dos organoclorados), o que para o profissional da saúde foi a causa da intoxicação e consequente morte. A concentração de agrotóxicos na lavoura do falecido também foi analisada. Sobre o episódio, o diretor da Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho do estado afirmou: “a manipulação dos agrotóxicos é feita de maneira errada, por pessoas semi-alfabetizadas, de forma empírica, e essa situação precisa ser corrigida”³²⁰. Não havia nada específico sobre o manuseio de agrotóxicos na legislação trabalhista, apontou o diretor, que completou: “mesmo a fiscalização do trabalho com esses produtos é extremamente difícil, pois são utilizados em áreas rurais, enormes e de difícil acesso.”³²¹ Na mesma reportagem, técnicos das empresas Hokko do Brasil e Ilhabrás, do ramo de agrotóxicos, negaram a possibilidade de que o agricultor tenha morrido com os produtos de fabricação das empresas:

Os engenheiros agrônomos Takashi Kavavata e Timoteo Yamamoto, técnicos da Hokko Brasil, consideraram quase impossível que os seus produtos tenham intoxicado o lavrador, justificando que quase todos são da classe 4, da classificação do Ministério da Saúde, faixa de produtos agrícolas tidos como “praticamente não tóxicos”.³²²

³²⁰ LAVRADOR vítima de agrotóxicos morre em Friburgo. *Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1984, 1º Caderno, p. 8.

³²¹ *Ibidem*.

³²² *Ibidem*.

Como já abordado anteriormente, a legislação que vigorava no período era defasada, datando de 1934, o que tornava a classificação “praticamente não tóxico” extremamente ampla. Além disso, podemos ver, em mais um exemplo, a responsabilização do agricultor em casos de intoxicação.

Ainda em 1985, outro episódio envolvendo agrotóxicos na Serra veio à tona. Desta vez, o caso ocorreu na localidade de Coqueiros, na divisa entre os municípios de Petrópolis e Vassouras (hoje o local pertence ao município de Paty do Alferes), deixando 17 crianças mortas e outras 5 internadas. Uma equipe da Pesagro-Rio (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro)³²³, que já vinha avaliando o nível de contaminação por agrotóxicos em agricultores em Friburgo, seguiu para Coqueiros, onde as crianças morreram entre fevereiro e março, vítimas de uma doença de causa até então não identificada.³²⁴ Os sintomas das mortes e internações eram os mesmos: diarreia, vômito e distensão do abdômen. A região de Coqueiros, distante cerca de 120 km do Rio de Janeiro, tinha por principal atividade econômica o cultivo de tomates. A suspeita de médicos e autoridades locais era de que o emprego abusivo de agrotóxicos pudesse estar associado às mortes e internações.

Com 92 casas espalhadas por grotas e partes baixas de morros, 700 habitantes e grande número de crianças, Coqueiros vive basicamente do cultivo de tomates. A doença- caracterizada por vômitos, diarreias e inchaço da barriga- atacou também adultos, mas só matou crianças com menos de três anos. Houve diversos casos de mortes de duas crianças na mesma família.³²⁵

No momento em que a “doença” surgiu, o ônibus que transportava os moradores para localidades próximas havia deixado de circular e assim as dificuldades de locomoção e comunicação se acentuaram. O local não contava com energia elétrica, médicos ou telefones. Poucas famílias possuíam carros e muitos pais precisaram andar cerca de 13km a pé, para levarem seus filhos ao médico. A dificuldade de acesso e de comunicação, portanto, pode ter atrasado o socorro, o que, conseqüentemente, pode ter contribuído para as 17 mortes. Nos locais onde as crianças foram atendidas, os médicos acabaram não percebendo que as vítimas vinham

³²³ A Pesagro foi criada para difundir a modernização agrícola fluminense. Criada em 1976 durante o mandato do governador Faria Lima (1975-1981), a Pesagro deveria ser vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. Os objetivos da instituição seriam: “promover, planejar, estimular, supervisionar, coordenar e executar atividades de pesquisas, visando desenvolver e difundir conhecimentos e tecnologia a serem empregadas no desenvolvimento do agropecuário industrial”. As ações em prol da agricultura orgânica/alternativa (como veremos no próximo capítulo), bem como campanhas de conscientização em relação ao uso de agrotóxicos representavam, portanto, exceções dentro da instituição. Fonte: PESAGRO/RIO já tem estatutos aprovados. *O Fluminense*, 21 de janeiro de 1976, p. 2.

³²⁴ PESAGRO vai a Coqueiros para ver se agrotóxico matou mesmo 17 crianças. *Jornal do Brasil*, 11 de julho de 1985, 1º Caderno, p. 13.

³²⁵ DOENÇA que matou 17 crianças ressurgiu em Coqueiros. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 10 de julho de 1985, p. 13.

do mesmo local e quem teria atentado para o caso foi um agente funerário, intrigado com a encomenda de muitos caixões para a mesma localidade. O agente comentou o caso com a diretora da escola de Coqueiros, que comunicou o ocorrido à Secretaria de Saúde de Petrópolis. Só então é que tiveram início as investigações sobre o caso. Passados alguns meses, algumas crianças voltaram a apresentar os mesmos sintomas:

Francisco Macedo Filho, 33 anos, lavrador nascido em Coqueiros, perdeu filha de dois anos e cinco meses e garoto de dois meses, em março, vítimas da misteriosa doença. A menina ainda resistiu 50 dias, mas o bebê adoeceu sexta-feira e morreu na terça-feira seguinte. Ele hoje tem apenas uma filha de quatro anos, que na ocasião também chegou a ser internada.

Empregado do proprietário de um sítio, Francisco trabalha na plantação de tomate e diz que na área o uso de inseticidas é comum, sobretudo no combate a lagartas que atacam as partes novas da planta e do fruto. Francisco conta que antes nunca havia ocorrido a doença que matou dois de seus filhos e outras 15 crianças. Como outros lavradores, admite que ano passado, sobretudo em dezembro, mês em que choveu muito na região, o uso de agrotóxicos foi maior.

[...]

Os vestígios de que os horticultores empregam agrotóxicos demais são evidentes. Quem não está acostumado a frequentar o lugar sente o cheiro dos produtos até mesmo em trechos de estradas perto das plantações. Há também muitas latas e outros recipientes vazios de Malatol, Decis, Dithane M-45, Tiobel, Kelthone, Folidol e outros. Alguns são transformados em vasos de plantas ornamentais, comprovando o que a equipe de pesquisadores que trabalha no lugar observou: os habitantes de Coqueiros convivem com os agrotóxicos como se eles não fossem nocivos à saúde³²⁶.

³²⁶ *Ibidem*.



Fotografia de José Roberto Serra. Agricultor que perdeu 2 filhos na tragédia de Coqueiros. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 10 de julho de 1985, p. 13.

O caso teve grande repercussão, chegando a nomes como Fernando Gabeira e o deputado estadual Liszt Vieira, fundadores do PV, que pediram providências ao Ministério da Saúde e à Secretaria Estadual de Saúde para fiscalizar a produção de alimentos.³²⁷

Ainda em julho, o *Jornal do Brasil* apontou que exames de sangue feitos na Fundação Oswaldo Cruz nada revelaram sobre uma suposta doença contagiosa. Tais exames foram realizados para detectarem a presença de vírus no sangue das crianças internadas sob suspeita de estarem com a mesma doença que vitimou 17 crianças no início do ano. A presença de material viral deu negativo, assim como o teste para bactérias. Persistia, assim, a suspeita de que, de fato, ocorreu uma contaminação em massa por agrotóxicos. A Pesagro voltaria ao local para a realização de exame para avaliar o nível de agrotóxicos no sangue dos moradores locais. Independentemente dos resultados, a equipe de Petrópolis, integrada por representantes das Secretarias de Educação e Saúde da cidade, com apoio da EMATER, decidiu realizar um

³²⁷ *Ibidem*.

trabalho de esclarecimento dos moradores de Coqueiros sobre questões como higiene, saneamento e o perigo do uso de agrotóxicos.³²⁸



Imagem da capa do *Jornal do Brasil*, de 10 de julho de 1985, mostrando crianças vítimas da intoxicação em massa ocorrida em Coqueiros. Destaque para a lata de agrotóxico ao lado delas. Fotografia de José Roberto Serra. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1985, p. 1.

³²⁸ EXAMES de sangue nada revelam sobre doença que matou 17 crianças. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 12 de julho de 1985, p. 9.

José Roberto Serra — 17/07/85

Em Coqueiros, o silêncio de uma tragédia

Antes mesmo do caso da intoxicação de cerca de 20 pessoas no Quarteirão Ingelheim pela provável aplicação excessiva de defensivos numa estufa de orquídeas, os médicos da Secretaria Municipal de Saúde já registraram outros casos mais sérios em áreas essencialmente agrícolas de Petrópolis. A ocorrência mais grave foi em 1985, quando 17 crianças da região de Coqueiros, em Araras, morreram entre fevereiro e março e outras cinco foram internadas com sintomas de intoxicação pelo uso exagerado de agrotóxicos nas plantações de tomates.

A ausência de um laboratório próximo a Coqueiros, que diagnosticasse rapidamente o problema, e a falta de conhecimento teórico sobre os sintomas da intoxicação por parte dos profissionais da rede pública de saúde foram os principais problemas enfrentados na época pela Secretaria de Saúde. Até hoje não ficou esclarecida, oficialmente, a causa das mortes das crianças. Mas a doença ainda atingiu outros moradores da comunidade, que sentiram dores de cabeça e tiveram vômitos, diarreia e inchaço na barriga.

Coqueiros, hoje, continua usando grandes quantidades de agrotóxicos para garantir a produção de tomates, um produto que, por causa de suas várias mutações genéticas, só sobrevive às doenças e aos insetos se tratado com defensivos. Os lavradores não admitem que as mortes em 1985 estejam relacionadas ao uso de agrotóxicos e evitam falar no assunto, com medo de que a publicidade em torno da questão possa tirar-lhes o meio de sobrevivência. O trabalho da Comissão Municipal de Controle de Agro-

tóxicos e Biocidas no local será difícil. Por não relacionarem os agrotóxicos à doença misteriosa que atingiu as crianças há três anos, os lavradores deixaram de comunicar a ocorrência à fiscalização sanitária da Prefeitura, que só foi acionada quatro meses depois pela escola municipal da área. A demora impediu a constatação da intoxicação, porque o exame que identifica a enzima acetilcolinesterase no sangue só pode ser feito durante os primeiros dias da ocorrência do problema.

Campos de Coqueiros: 17 crianças mortas em 85



Reportagem sobre a tragédia de Coqueiros. Fotografia de José Roberto Serra, *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1988, p. 36.

Reportagem intitulada “Guerra Verde na Serra”, de 1988, também cita a tragédia de Coqueiros. Três anos após o ocorrido, o texto afirma que Coqueiros seguia fazendo uso de uma grande quantidade de agrotóxicos para a garantia da produção de tomates, “um produto que, por causa de suas várias mutações genéticas, só sobrevive às doenças e aos insetos se tratados com defensivos³²⁹”. Os agricultores não admitiriam, segundo a matéria, que as mortes ocorridas

³²⁹ Apesar da grande dificuldade de se produzir tomates sem o uso de químicos, tal argumentação pode ser facilmente contestada nos dias atuais, tendo em vista a existência de diversas lavouras orgânicas de tomates em diversas regiões do Brasil, e de muitos estudos que demonstram cientificamente tal possibilidade. Ver: MOREIRA, Claudia Araujo. *Biofertilizantes: nutrição e desenvolvimento de tomate orgânico*. 2012. xii, 110 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Agrônomicas de Botucatu, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115627>>; BORGUINI, Renata Galhardo. *Avaliação do potencial antioxidante e de algumas características físico-químicas do tomate*

em 1985 estariam relacionadas ao uso de agrotóxicos e evitaram falar no assunto, temendo que a repercussão em torno da polêmica impactasse em seus “meios de sobrevivência”.³³⁰

A mesma edição do *Jornal do Brasil* traz uma página inteira sobre os malefícios trazidos pelo uso de agrotóxicos nas lavouras de Petrópolis:

Uma produção ameaçada pela desinformação

Petrópolis produz 40 mil toneladas de produtos hortigranjeiros por ano só para a Ceasa do Rio. Além disso, ainda abastece as feiras livres e mercados da Baixada Fluminense e de Três Rios, representando um dos maiores centros produtores do Estado. Uma pesquisa preliminar realizada pela Emater concluiu que praticamente todas as regiões de plantio de legumes e verduras do município estão saturadas de agrotóxicos. Taquaril, Brejal, Quissamã, Caxambu, Bonfim, Vale do Cuiabá, Santa Isabel, Pedro do Rio, Secretário, Posse e Vale das Videiras são as regiões onde mais se faz uso de defensivos poderosos, que têm, em sua fórmula, os organofosforados e organoclorados, substâncias altamente tóxicas.³³¹

A referida reportagem dá conta de alguns casos de intoxicações suspeitas por agrotóxicos, além de trazer relatos dos próprios agricultores sobre os efeitos do uso destas substâncias, como a fala de um agricultor da Posse:

Meu tio Gabriel e meu primo Luís também estão doentes do fígado. Quando procuramos o posto de saúde, os médicos só tratam os sintomas, mas nunca nos disseram que o problema vinha dos agrotóxicos. Mas meu pai, que abandonou estes produtos há dez anos, nunca mais se sentiu mal. [...] nas áreas de plantio onde são usados os defensivos, os próprios lavradores aprenderam métodos caseiros para tratar do fígado: tomam coca-cola quente para provocar arrotos ou água barrenta para vômitos. Mas sempre voltam a ter os mesmos sintomas, dias depois.³³²

(*Lycopersicon esculentum*) orgânico em comparação ao convencional. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6133/tde-14082006-153722/en.php>.

³³⁰ GUERRA verde na Serra: Petrópolis prepara uma campanha para salvar suas lavouras, saturadas pelo uso de agrotóxicos. *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1988, p. 36.

³³¹ *Ibidem*.

³³² *Ibidem*.

Guerra verde na serra

Petrópolis prepara uma campanha para salvar suas lavouras, saturadas pelo uso de agrotóxicos

Foto: Celso Mesquita



As lavouras de Petrópolis abastecem a Rio com 40 mil toneladas de hortifrutigranjeiros por ano. Na maioria delas, como as de Lassandú, os defensivos são usados indiscriminadamente

Célia Abend

Legumes e verduras sem excesso de agrotóxicos. Esta realidade está muito próxima dos produtores da municipalidade de Petrópolis e, consequentemente, dos consumidores de várias cidades do Estado do Rio. Até o final deste mês, a secretaria de Saúde daquela cidade recebe seis subgrupos para regulamentação dos usos de agrotóxicos nas várias áreas de produção agrícola do município e para controle da saúde da população. Os projetos estão sendo estudados por uma comissão representada por vários setores da administração pública e da comunidade, e que deverá ser constituída pelo prefeito Paulo Ratter ainda na primeira quinzena do julho.

A ideia de criar a comissão surgiu a partir da mobilização de profissionais das secretarias municipal e estadual de saúde, junto à associação de moradores do Quarteirão Ingegnieros onde, há cerca de dois meses, ocorreu a intoxicação de cerca de vinte pessoas, vítimas da estufa de uma plantação de repolchos. A impossibilidade de constatação das verdadeiras causas da intoxicação — uma constante em todos os casos semelhantes em Petrópolis — des-

plantações", explicou o diretor do Centro de Saúde, Sílmur Leite Freitas, que representa o secretário de Saúde nos reuniões da comissão. Ele informou ainda que o objetivo do governo municipal é criar um programa de atendimento à população, específico para o uso de agrotóxicos, para que a política de saúde neste campo deixe de ser "uma mera aplicação de incidentes".

Baseado no Conselho Municipal de Controle de Agrotóxicos e Biotóxicos, o grupo está dividido entre uma equipe de ação local — formada por médicos do setor de Epidemiologia da Secretaria de Saúde, técnicos da Emater, representantes da comunidade e da Secretaria Municipal de Educação — e por uma associação técnica, com integrantes das secretarias estaduais de Agricultura e Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Fierma e Proagro. As reuniões da comissão são realizadas no Centro de Saúde e os trabalhos estão em fase de levantamento de todos os produtos utilizados nos campos de plantação, com os respectivos controles de dosagem pela Emater.

Na próxima reunião geral da comissão, no dia 30, serão apresentadas as relações finais de seis sub-

grupos, a comercialização de agrotóxicos e biotóxicos deverá ser controlada, através do cadastramento e fiscalização do Departamento de Vigilância Sanitária e todos os comprados deverão ser acompanhados de uma receita emitida por agrônomo. Para o registro e notificação dos diagnósticos de doenças ligadas à contaminação por defensivos, a Secretaria de Saúde de Petrópolis deverá contar com um suporte laboratorial humano e ambiental, a ser instalado no Centro de Saúde. Ainda nos planos da comissão está a elaboração de um projeto a ser submetido ao prefeito e à Câmara dos Vereadores. Se aprovado, Petrópolis passará a contar com uma legislação específica para regulamentar o uso dos agrotóxicos.

Apesar de estar ainda em fase de organização, a comissão já iniciou seus trabalhos. O representante da Emater em Petrópolis, Paulo Afonso Barros de Sá Freire, está visitando todas as regiões de atividades hortifrutigranjeiras do município para saber quais são os produtos mais utilizados nas plantações e se os lavadores aplicam os defensivos nos doses recomendadas pelo Ministério da Saúde. Dois médicos do Departa-

Uma produção ameaçada pela desinformação

Petrópolis produz 40 mil toneladas de produtos hortifrutigranjeiros por ano e os usa em Casas do Rio. Além disso, ainda abastece as áreas-ítem e mercados da Baixada Fluminense e de Três Rios, representando um dos maiores centros produtores do Estado. Uma pesquisa preliminar realizada pela Emater concluiu que praticamente todos os tipos de grãos de legumes e verduras de município estão saturados de agrotóxicos: Tagardi, Brijel, Quinoid, Casuarin, Bofim, Vale de Cuiabá, Santa Isabel, Pólo do Rio, Serrador, Pólo e Vale dos Vinte são as regiões onde mais se faz uso de defensivos potentes, que são, em sua maioria, os organofosforados e organo-clorados, substâncias altamente tóxicas.

"A desinformação leva ao uso inadequado. Querem todos os tipos de atividades hortifrutigranjeiras serem desta produção", disse o representante da Emater em Petrópolis, Paulo Afonso Barros de Sá Freire. O principal papel da Emater dentro da Comissão Municipal de Controle de Agrotóxicos e Biotóxicos será o de orientar os produtores sobre a produção



Célia, só estereó e adubo



Samuel, só herbicida

de. Para aprender a preparação de um pequeno pacote de terra, onde precisam plantar, em um solo, adubo e inseticida, Samuel aplicou, no último dia 9 de junho, grande quantidade de herbicida Gramaxon 20. Ao invés de retirar manualmente o mato existente com "trator", de grandes e numerosos ramos, ele preferiu aplicar o veneno.

"Mas por que morreram de pouco tempo e os grãos amareliaram um pouco antes de serem colhidos para serem vendidos a

também existem produtores que evitam o uso de defensivos. Há 24 anos plantando verduras para vender nos bairros da Baixada Fluminense, Célia Pereira da Silva, 63, garante que continua usando os mesmos métodos naturais que aplicou quando chegou ao Brasil: estufa de galinha e adubo produzido nas próprias terras. Hoje, Célia já espalhou suas plantações para os terrenos à volta de sua propriedade, divididas igualmente entre de nove filhos.

Guerra Verde na Serra. *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1988, p. 6.

Outro caso ocorrera no pequeno município rural de Sumidouro, vizinho à Nova Friburgo. Neste episódio, uma agricultora, de nome Heloisa, faleceu após ficar internada por volta de 4 meses em decorrência de uma hemorragia cerebral, ocasionada por contaminação de agrotóxicos usados pelo marido da vítima na pequena lavoura da família. Heloisa, segundo o *Jornal do Brasil*, contraiu aplasia medular, necessitando de um transplante, não realizado a tempo. Sobre o caso, o Chefe do Departamento de Epidemiologia do Estado, Claudio Amaral,

ressaltou a dificuldade de controle das vendas dos agrotóxicos, “adquiridos com facilidade até mesmo por crianças”.³³³

Os casos retratados acima podem ser encaixados no que expõem Peres e Moreira, que chamam atenção para os problemas relacionados à agricultura familiar convencional. Para os autores, o enfrentamento dos problemas de saúde e de ordem ambiental relacionados com o manejo de agrotóxicos na agricultura familiar são um grande desafio, sobretudo no que diz respeito à exposição de todo o núcleo familiar aos efeitos nocivos destes produtos, à contaminação do ambiente intradomiciliar, aos processos de descarte de embalagens vazias inadequados e à pouca atenção à destinação dos resíduos do processo produtivo (Peres; Moreira, 2007: 613).

A recorrência dos casos de intoxicação de agricultores por agrotóxicos, no estado do Rio de Janeiro mobilizou, portanto, técnicos vinculados a instituições como a Pesagro e a Emater, bem como acabou influenciando agentes do poder público, em nível municipal e/ou estadual, a pensarem em possíveis soluções para o problema. O crescimento do movimento de agricultura alternativa no estado e ampliação da visibilidade perante a sociedade em geral, sobretudo através dos meios de comunicação, contribuiu para mobilizar políticas públicas estaduais voltadas ao controle do uso de agrotóxicos. A secretaria de desenvolvimento agropecuário, em parceria com a Pesagro, por exemplo, passou a promover a realização de exames toxicológicos em áreas rurais, como a cidade de Nova Friburgo.³³⁴ Em 1985, pesquisa realizada pela Pesagro e a prefeitura da cidade mostraram, que, de 140 agricultores examinados, 57 estavam intoxicados. 12 deles apresentaram níveis críticos de contaminação, com recomendação médica de afastamento, sob o risco de a intoxicação tornar-se irreversível, levando à morte. Outros 25 apresentavam nível baixo de exposição, contaminação leve, e 20 estavam em um nível médio de contaminação. A estes foi recomendado o afastamento imediato do manuseio de agrotóxicos e a realização de novos exames em 30 dias. A pesquisa, pioneira no estado, visava identificar pessoas intoxicadas por agrotóxicos antes do aparecimento dos sintomas clínicos, além de traçar um perfil do trabalhador rural de Nova Friburgo, que àquele momento respondia por 50% dos produtos hortigranjeiros consumidos na região metropolitana do Rio de Janeiro. O estudo foi realizado através de um questionário, com 81 perguntas, quando os agricultores respondiam que tipos de agrotóxicos utilizavam, como costumavam aplicar e onde eram armazenados tais produtos. Depois de respondido o questionário, o agricultor passava por um exame de sangue, chamado colinesterase. Este exame detectava apenas a

³³³ AGROTÓXICO mata lavradora. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 14 de dezembro de 1984, p. 16.

³³⁴ RIO saberá, em 90 dias, o que contamina alimentos. *Jornal do Commercio*, 24 de abril de 1984, p. 10.

contaminação por inseticidas organofosforados e carbamatos, o que indica que ainda poderia haver a contaminação por inseticidas clorados, fungicidas e antibióticos. A intenção inicial do programa era examinar cerca de 250 trabalhadores rurais de Nova Friburgo, o que correspondia a 1% da população rural masculina da cidade. O número de análises, no entanto, poderia crescer, visto que muitos agricultores se apresentavam voluntariamente para participar da pesquisa. Para a Pesagro, tal fato demonstrava um início de conscientização do trabalhador rural para o risco dos agrotóxicos³³⁵.

Reportagem, também de 1985, demonstrou a ineficiência da fiscalização, apontando que em todo o estado só havia cinco fiscais para 64 municípios. O único órgão encarregado de fiscalizar o comércio de agrotóxicos em cerca de 900 pontos de venda era a Delegacia Regional do Ministério da Agricultura no Estado do Rio. Já no campo, a fiscalização não era feita, pois não seria atribuição de nenhum órgão. A reportagem ainda aponta que o estado teria, àquele momento, 70 mil agricultores, dos quais pelo menos 30 mil usavam agrotóxicos sistematicamente. A falta de quem fiscalizasse o uso dos pesticidas nas lavouras era um problema latente. Na região da Baixada Fluminense, por exemplo, havia dois agrônomos para atender a 20 mil produtores. Em contrapartida, diz a reportagem: “enquanto isso, os fabricantes de defensivos tem um exército de vendedores que vão diretamente às fazendas oferecer os produtos ao agricultor, ajudados pela publicidade feita pelas indústrias.”³³⁶

A Pesagro havia iniciado, no final de 1984, o Programa para Redução do Uso de Agrotóxicos, “a mais consistente iniciativa oficial no Estado do Rio para o assunto”, segundo o *Jornal do Brasil*, com orçamento para 1985 de Cr\$280 milhões (equivalente por exemplo, ao preço de sete automóveis corcel). José Tadeu Athayde, agrônomo da Pesagro, citou os erros mais comuns cometidos pelos agricultores: o primeiro seria a compra sem o uso de receituário prescrito por agrônomo (lembrando que, àquele período, o grupo dos agrônomos alternativos defendiam, em âmbito nacional, a obrigatoriedade do receituário agrônômico para a compra de agrotóxicos). “Trata-se, assim, de um comportamento semelhante ao do cidadão que se habitua ir à farmácia comprar antibióticos indicados pelo farmacêutico, sem passar pelo médico”. Baseado nas indicações do vendedor, o agricultor comprava o produto sem saber para que praga ou doença ele serviria ou o momento certo para a aplicação. Além disso, os vendedores de agrotóxicos orientariam os produtores a fazer o uso preventivo, utilizando o produto antes da praga ou doença se manifestar:

³³⁵ AGROTÓXICOS já contaminaram 47 agricultores em Nova Friburgo. *Jornal do Brasil*, 30 de abril de 1985, 1º Caderno, p. 9.

³³⁶ SIMON quer rediscutir lei de agrotóxicos que propôs. *Jornal do Brasil*, 24 de março de 1985, 1º Caderno, p. 30.

o vendedor vende a imagem de que uma plantação sadia não pode ter vestígio de praga ou doença. O que é mentira: há, para cada tipo de plantação, percentuais perfeitamente aceitáveis. Ao fazer a prevenção, o agricultor intoxica a planta, causa desequilíbrio ecológico e cria dependência do uso de agrotóxicos naquela área. O prazo de carência raramente é respeitado. Trata-se do espaço de tempo entre a última aplicação do remédio e a colheita, que varia conforme o tipo de defensivo, e destina-se a permitir a degradação do agrotóxico, para não contaminar o consumidor³³⁷.

O Programa liderado pela Pesagro tinha onze projetos com os objetivos de racionalizar o uso e buscar alternativas naturais para defensivos químicos. Um dos projetos dizia respeito ao diagnóstico do uso de agrotóxicos no estado do Rio. Havia começado em janeiro de 1985 e compreendia a análise de amostras de alimentos comercializados no Ceasa para identificar resíduos e determinar a origem dos produtos contaminados. Outro projeto que seria executado a partir de abril de 1985 dizia respeito à coleta de sangue de agricultores de 200 produtores rurais de Nova Friburgo, cidade a qual, segundo o jornal, fornecia 50% das hortaliças consumidas no estado do Rio de Janeiro.³³⁸

Já a prefeitura de Petrópolis preparava uma campanha em 1988 para a regulamentação do uso de agrotóxicos na cidade. Até o final do mês de junho, a Secretaria de Saúde estaria recebendo seis subprojetos que visavam estabelecer normas para a produção agrícola de vários bairros, visando o “controle da saúde da população”. A iniciativa buscava criar uma comissão sugerida por profissionais das secretarias municipal e estadual de saúde, junto à Associação de Moradores do Quarteirão Ingelheim – bairro de Petrópolis - onde cerca de 20 moradores vizinhos a estufas de orquídeas haviam se intoxicado. A impossibilidade de constatar as causas da intoxicação teria impulsionado a necessidade de um controle rígido na comercialização e uso do agrotóxicos na cidade. O objetivo, portanto, não era eliminar o uso de agrotóxicos em Petrópolis: “queremos apenas encontrar soluções para os problemas de saúde vividos pelos lavradores e vizinhos às plantações”, disse o diretor do Centro de Saúde da cidade. O objetivo era ainda criar um programa de atendimento à população específico para o uso de agrotóxicos. Com o nome de Comissão Municipal de Controle de Agrotóxicos e Biocidas³³⁹, a iniciativa foi dividida entre uma equipe de ação local, formada por médicos epidemiologistas, técnicos da Emater, representantes das comunidades e da Secretaria Municipal de Educação, bem como por uma assessoria técnica, que contava com integrantes das secretarias estaduais de Agricultura e Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz, Feema e Pesagro. No momento da reportagem, os trabalhos

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ *Ibidem*.

³³⁹ Não foram encontradas maiores informações sobre o andamento desta iniciativa nos meses subsequentes à reportagem.

estavam em fase de levantamento de todos os produtos utilizados nas lavouras. O projeto previa uma articulação entre as associações de moradores, entidades representativas dos agricultores, bem como o treinamento de profissionais de saúde para possíveis atendimentos às vítimas de intoxicação por agrotóxicos, assim como a instrução de profissionais de educação, para introduzir matérias sobre o meio ambiente nas escolas de primeiro grau. Os subprojetos apontavam a necessidade do controle da comercialização de agrotóxicos, feito através de cadastramento e fiscalização do Departamento de Vigilância Sanitária, além de defender a compra acompanhada de receituário prescrito por agrônomos.³⁴⁰

Nossa hipótese é a de que um tímido crescimento de iniciativas nesse sentido, estavam relacionadas à repercussão da realização do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizado em Petrópolis, no ano de 1984. A realização deste evento em uma cidade fluminense foi relevante para o cenário agrícola do estado. O Secretário de Desenvolvimento Agropecuário, Elias Camilo Jorge se comprometeu com a análise em laboratório dos hortigranjeiros consumidos no estado do Rio de Janeiro em um prazo de 60 dias. O objetivo era verificar a existência de agrotóxicos acima do permitido. O secretário ainda assegurou que, no mesmo período de 60 dias, já estaria em vigor a lei do receituário agrônômico estadual. Além disso, estaria sendo feita uma reciclagem de cerca de 100 técnicos da secretaria, que trabalhariam no controle do uso indiscriminado de agrotóxicos.³⁴¹ Sobre a análise em laboratório dos alimentos, reportagem do *Jornal do Commercio*, de 24 de abril de 1984, aponta que, em 90 dias, o Rio poderia realizar todas as análises necessárias para determinar a qualidade e a quantidade de agrotóxicos nos alimentos produzidos no estado do Rio ou vindos de outros locais do país. Àquele momento estaria ocorrendo a recuperação de equipamentos do laboratório da Pesagro, para formar a Unidade de Análise de Resíduo³⁴². Reportagem já abordada anteriormente mostra análises promovidas pela Pesagro no município de Nova Friburgo, no ano de 1985³⁴³, o que pode indicar que o projeto foi à frente. Como já mencionado, ainda em 1984 foi sancionada, pelo então governador Leonel Brizola, a Lei Estadual dos Agrotóxicos, que entregou às secretarias estaduais de saúde, agricultura e obras a tarefa pela fiscalização da fabricação,

³⁴⁰ GUERRA verde na Serra: Petrópolis prepara uma campanha para salvar suas lavouras, saturadas pelo uso de agrotóxicos. *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1988, p. 36.

³⁴¹ RIO coibirá excesso de agrotóxico em alimento. *Jornal do Brasil*, 05 de abril de 1984, 1º Caderno, p. 7.

³⁴² RIO saberá, em 90 dias, o que contamina alimentos. *Jornal do Commercio*, 24 de abril de 1984, p. 10.

³⁴³ AGROTÓXICOS já contaminaram 47 agricultores em Nova Friburgo. *Jornal do Brasil*, 30 de abril de 1985, 1º Caderno, p. 9.

manipulação, aplicação, transporte, armazenamento, distribuição, venda e uso de agrotóxicos em todo território fluminense.³⁴⁴

Para Agostinho Guerrero, então presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro, o II EBA teve como resultado mais imediato que se pôde perceber “a comprovação, em nível nacional, da visibilidade técnica, econômica e social daquelas tecnologias alternativas, que vinham sendo usadas nas diversas regiões do país.” Para ele, somente com o “advento da Nova república” (referência à redemocratização pela qual passava o Brasil naquele momento) e a transformação das ideias e da filosofia dominante no sistema de pesquisa e de extensão rural, é que os governos federal e estadual estariam iniciando com maior seriedade a difusão e o estímulo na adoção da agricultura alternativa.

A agricultura alternativa só se tornará uma realidade na medida em que aumente o nível de democratização do país e diminua a dependência econômica dos países industrializados. Este é um tipo de agricultura fortemente democrática, pois, ao introduzir um nível integrado de produção, elimina grande parte da dependência de insumos externos, o que não interessa às grandes multinacionais.³⁴⁵

O campo e a cidade se encontravam todos os dias, seja nos entrepostos comerciais e feiras, seja na mesa dos cariocas. E a preocupação sobre o panorama da agricultura fluminense não se limitava aos órgãos e profissionais do meio agrícola. A crescente divulgação nos meios midiáticos sobre toda a problemática relacionada aos agrotóxicos fez com que muitos consumidores de frutas, legumes e verduras passassem a se preocupar com o que estavam ingerindo. A temática ambiental e a difusão de um movimento ecológico mundial tomavam força também, inquietando, sobretudo, a classe média carioca. Um grande exemplo foi o processo de criação da Coonatura:

Não tem um dia que o noticiário traga só boas notícias. Morre gente atropelada, assaltada e assassinada. De desastre de avião, de sequestro, de câncer, de frio. Tem vulcão explodindo, tem furacão, maremoto etc. Guerras e atentados, poluição nas águas, no ar e agora na terra. Olha aí o agrotóxico. Não se pode mais comer, nem beber e, em muitos lugares, respirar.³⁴⁶

³⁴⁴RIO DE JANEIRO, Lei Ordinária nº 801 de 20 de novembro de 1984. Dispõe sobre o controle no uso de defensivo agrícola a nível estadual e dá outras providências. Disponível em: Lei Ordinária 801 1984 de Rio de Janeiro RJ (leisestaduais.com.br). Acesso em 29 de julho de 2021.

³⁴⁵ SAMPAIO, Nadja. EMBRAPA lança livro para uma agricultura alternativa. *Alto Madeira* (RO), 08 de outubro de 1985, p. 9.

³⁴⁶ LOUREIRO, Andrea Fontoura. O primeiro lugar em redação. *Jornal do Brasil*, Quadrinhos, 30 de setembro de 1984, p. 2.

Além de noticiar casos constantes de intoxicações de agricultores por agrotóxicos, ao longo da década de 1980 era comum encontrar nos jornais a informação de que as vendas de hortaliças e legumes caía consideravelmente. Em maio de 1984, por exemplo, o *Jornal do Brasil* apontava que a Zona Sul do Rio de Janeiro intensificava a busca por alimentos sem agrotóxicos e que a queda da venda de hortigranjeiros pela Ceasa era uma realidade observada nos últimos meses:

Os feirantes revelam que as donas de casa têm acusado uma crescente preocupação com a contaminação dos alimentos. “Mas por que só agora essa preocupação? A gente já usa inseticida há muito tempo”, indaga e exclama Paulo Pereira, que vendo hortaliças na feira da Praça General Osório.³⁴⁷

Outra reportagem do jornal *O Fluminense* apontou que o medo em torno dos agrotóxicos fez cair o preço do morango no estado do Rio de Janeiro. “As pessoas estão com medo de comprar morango para a sobremesa porque pode estar com agrotóxico. Este fantasma que vem atrapalhando as compras das donas de casa fez com que os valores de compra fossem invertidos”, iniciava a reportagem, que dizia ainda que, antes, os morangos não eram comprados por serem caros, mas que, naquele momento, estariam bem mais baratos e não vendiam. A propósito, havia sido divulgado que o fungicida predominantemente utilizado no cultivo de morangos vinha causando distúrbios no organismo, alterando o sistema nervoso e provocando febre, dores de cabeça e vômito. O epidemiologista responsável pela pesquisa afirmou que para todo tipo de alimento havia uma quantidade tolerável de agrotóxico para “não mexer com o organismo”, mas que na verdade este nível não era respeitado pelos produtores.³⁴⁸

No campo, portanto, a situação era preocupante, o que mobilizava diferentes atores. Interessante observar que parecia majoritária a ideia de que o grande problema era o uso incorreto e indiscriminado dos agrotóxicos e que a capacitação e conscientização dos agricultores, acompanhados de leis que regulamentassem tal uso, resolveriam o problema. No entanto, como visto, um grupo alternativo, ainda que minoritário, passava a defender mudanças mais profundas no campo, que modificassem não somente os métodos agrícolas, mas a realidade social e ambiental dos agricultores e agricultoras, assim como a qualidade alimentar dos consumidores. A seguir analisaremos iniciativas, exitosas ou não, que se difundiram, entre fins da década de 1970 e ao longo da década de 1980, como importantes elos de ligação entre

³⁴⁷ ZONA SUL intensifica procura de hortaliças sem agrotóxico. *Jornal do Brasil*, Cidade, 28 de maio de 1984, 1º Caderno, p. 4.

³⁴⁸ MEDO de agrotóxico faz cair preço de morango. *O Fluminense*, 11 de setembro de 1984.

o campo e a cidade e que se tornaram referência na promoção de uma agricultura ecológica, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

3.3- A comunidade Arca de Noé: uma expressão da vida alternativa na serra (1970-1980)

Dentre os múltiplos atores relevantes para pensarmos a agricultura alternativa fluminense, há aqueles que buscaram promover experiências práticas de cultivos naturais, concretizando ideias e conceitos compartilhados entre os simpatizantes deste movimento. Algumas dessas experiências foram comunidades rurais, estabelecidas em diversas cidades brasileiras. No estado do Rio, foram estabelecidas iniciativas nesse sentido em cidades como Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu, ao longo dos anos 1970. Uma experiência foi a comunidade Arca de Noé, idealizada por João Carlos Ávila, em Nova Friburgo. O local reunia, desde 1978, estudantes e profissionais desiludidos com a grande cidade, que optavam por levar uma “vida natural, comunitária, cooperativista e autogerida”.

Como nos tempos bíblicos, em que um dilúvio varreu da Terra todas as violências e impurezas, o homem moderno sente-se ameaçado. A destruição da natureza pelo progresso; uma existência espiritualmente vazia; uma vida em tudo e por tudo artificial, dos alimentos que causam doenças à medicina que se propõe a curar essas doenças- essas seriam as violências e impurezas de agora. A salvação estaria numa volta ao campo (ou na reruralização da sociedade); em novas religiões, seitas e correntes espirituais; numa filosofia de alimentação mais natural (da qual o vegetarianismo, a macrobiótica e o naturismo são os principais ramos); ou numa medicina que, sem desprezar os fundamentos científicos, tenta aproveitar os ensinamentos de antigos métodos de cura, a maior parte vinda do Oriente. Todas essas opções- imensa Arca de Noé no dilúvio dos tempos modernos- chamam-se, à falta de melhor nome, vida alternativa.³⁴⁹

Os membros da comunidade, com idades que variavam entre 18 a 40 anos, seguiam os preceitos da agricultura biodinâmica, orientados pelo próprio Ávila. Para ele, a agricultura biodinâmica tendia a ser cada vez mais eficiente e a ideia era exigir menos trabalho e ampliar os espaços cultivados dispensando o mesmo esforço e o mesmo número de pessoas, que trabalhavam voluntariamente, visto que um dos ideais da comunidade era o fim do salário. A ideia era que ninguém trabalhasse para ninguém, o trabalho seria igual e a produção dividida de forma igualitária. O objetivo era que os jovens aprendessem o que iriam aplicar em outras terras mais tarde. Ávila era contrário a sistemas políticos econômicos, fosse o comunismo, o

³⁴⁹ CABALLERO, Mara. Os Novos Camponeses e os muitos caminhos da vida alternativa. *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1979, Caderno B, p. 1.

socialismo. “Todos os rótulos são rejeitados. Nada de ismos, nem Partido Ecológico. Até o anarquismo é negado, aceito apenas o cooperativismo.”³⁵⁰

Cariocas de Botafogo e Ipanema, entre 18 e 26 anos, entraram em contato com João geralmente através de palestras que dá nas universidades. São estudantes de agronomia, veterinária, engenharia florestal, ciências agrícolas e arquitetura e têm em comum a desilusão com a universidade: a enorme distância entre a teoria e a prática (“na rural há um local onde podemos plantar, mexer com a terra, mas a burocracia é tão grande que ninguém consegue ir lá”, diz um deles). Procuram um novo rumo, a maioria vinda da classe média, à exceção de um que se define de classe alta: é filho de João Fortes, da João Fortes Engenharia, e prefere não falar sobre como a família recebeu a sua saída “para o mato”, com matrícula trancada na Faculdade de agronomia³⁵¹.

OS NOVOS CAMPONESES
E OS MUITOS CAMINHOS DA VIDA ALTERNATIVA



Dois Papas que lembram quatro.

Na comunidade rural Arca de Noé, em Prêdas, os jovens trabalham na plantação. Não muito longe dali, há um curso de agronomia. Lá, os estudantes recebem a orientação de João Fortes, filho de João Fortes Engenharia, e prefere não falar sobre como a família recebeu a sua saída “para o mato”, com matrícula trancada na Faculdade de agronomia³⁵¹.

COMPANY
LIQUID

³⁵⁰ REDESCOBRINDO a vida no campo. *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1979, Caderno B, p. 5.

³⁵¹ *Ibidem*.

Na comunidade rural Arca de Noé, em Friburgo, jovens trabalham na plantação. Não muito longe dali, Odete Lara (à esquerda), medita no seu centro Zen. a música, a vida sem artificios, é um dos caminhos propostos

Reportagem sobre a Comunidade Rural Arca de Noé. *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1979, Caderno B, p. 2.

Uma das maiores dificuldades da Arca de Noé seria a comercialização dos produtos. A ideia era escoar os excedentes, apesar da produção da maioria dos integrantes ser para subsistência.

Sair às duas da manhã do sítio, esperar até as 10 e meia da manhã na Ceasa para saber por que preço os atacadistas vão comprar sua mercadoria e apanhar um vale sobre a importância para receber daí a uma semana foi uma experiência que Ronald Machado Brasão, 28 anos, professor de educação física que, depois de um curso na East – West Foundation, não esperava ter quando resolveu se dedicar à agricultura natural. Conta, inclusive, que um amigo quando morava no Rio e estava com a cuca fundida, ia para a Zona no mangue. Agora que ele está plantando natural e conheceu o esquema, “quando ele está muito na pior, vai para a Ceasa.”³⁵²

O objetivo era estabelecer uma conexão entre produtor/comprador. Ronald, inclusive, havia tentado organizar os agricultores – mesmo os que não plantavam natural – mas a tentativa fracassou: “São inseguros, têm medo.” E o motivo fez com que compreendesse a saída do homem do campo para a cidade: “O homem do campo dá duro, mas quem fica com o lucro é o intermediário.” Outra situação foi narrada: “no outro dia um me pediu para plantar na minha terra, me dava a terça. Não quis: era a Idade Média na minha terra. Soube que também era proprietário, mas de terras distantes. Queria ficar perto de São Pedro, mesmo sendo um arraial. Só conhece Friburgo”.³⁵³

³⁵² *Ibidem.*

³⁵³ *Ibidem.*

O perfil de alguns membros da comunidade e suas atuações foi detalhado pelo *Jornal do Brasil*.

Olhos arregalados, alto, louro, o macaense de 25 anos, Vicente Stanislaw Klonowski diz que só vai deixar a Comunidade Arca de Noé quando a nova cozinha e sala de refeições estiver pronta: - Queria fazer o mundo com minhas mãos, em vez de ser especialista ou projetar. Tranquei matrícula no 5º ano de Arquitetura. Há dois anos estou andando. Faço pesquisa de tecnologia rudimentar: a casa da farinha, o uso de fibras, arquitetura popular utilizando o próprio material da região. Depois eu devo fazer um trabalho sobre tudo isto, mas ainda estou amadurecendo. Queria fazer uma pesquisa entre os índios. Em termos comunitários, é difícil viver. É uma barra. Fiz um levantamento do uso da tecnologia da vela que já está acabando. Estamos perdendo tudo isso. Uma erva, chamada erva-de-leão tem mais vitamina que a cenoura. O caruru é rico em ferro, antianêmico, planta silvestre que dá em qualquer terreno baldio. Mil recursos. É fácil não passar fome. Se acredito em Deus? Se sou ateu? Estou pesquisando.³⁵⁴

Outros membros, Rogério Gribel, 20 anos, Edson Augusto da Silva, 26, Paulo Fortes, 21, Marcia Mariz Gazola, 18, Marilza Carvalho, 25 e seus dois filhos de três e seis anos, levantavam cedo para cuidar “biodinamicamente da horta onde são adicionados ervas como dente-de-leão, camomila, mil folhas, de acordo com os princípios homeopáticos para melhor produtividade da terra.” Já Tasso Lôs, publicitário, descrito como “jovem idealista e romântico” foi para o campo plantar de forma artesanal. O publicitário estaria investindo em uma monocultura de bananas. Para o ano de 1981 ele previa uma produção diária de 8 toneladas de bananas, cujo mercado já estaria estabelecido no período, segundo sua visão.³⁵⁵

Os métodos utilizados também foram apresentados:

João Carlos Ávila vai caminhando pela horta e explica o método. Na área onde se deverá plantar, soltam-se os animais. Ele come o mato, ao invés de se utilizar o trabalho do homem e ao mesmo tempo vai espalhando o esterco, adubando a área. Uma vez limpa a área e o rebanho é transferido para a área seguinte deixando atrás de si o terreno esterçado, a matéria orgânica em plena fase de decomposição. O agricultor limita-se a complementar o trabalho da natureza, espalhando a matéria orgânica, formando canteiros, covas etc, eliminando várias tarefas intermediárias como a roçada e a preparação de compostos orgânicos.

[...]

A Comunidade Arca de Noé utiliza outros métodos ainda. O trigo, por exemplo, planta-se em espiral. – A Via Láctea não é um espiral? Ela é fonte de energia e plantamos assim também. É importante que o microcosmo tenha a mesma forma do macrocosmo. O objetivo da agricultura biodinâmica é a harmonização do macro e do microcosmo.³⁵⁶

³⁵⁴ *Ibidem*.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ *Ibidem*.

João Carlos Ávila, o idealizador da Comunidade Rural Arca de Noé havia deixado suas atividades como professor de alemão e de administração para se dedicar à agricultura natural, utilizando o método biodinâmico, ao qual foi apresentado em uma temporada na Alemanha. Além de viver da renda dos alimentos que produzia em Friburgo, Ávila coordenava outros dois projetos semelhantes: um em Papucaia (município fluminense, próximo à Nova Friburgo) e outro em Campo Grande (na cidade do Rio de Janeiro), promovido pelo Banco Providência. Em entrevista sobre o projeto do Banco Providência, Ávila aponta:

- É uma falácia dizer-se que sem agrotóxicos não dá para se ganhar a vida como agricultor. Na Alemanha as fazendas mais produtivas são justamente as que usam métodos naturais. E no Brasil, além do meu caso, já existem muitos outros exemplos de produtores que obtêm ótima renda rentabilidade sem gastar um tostão sequer com agrotóxicos. Além de agrotóxicos, não se usam adubos químicos em Campo Grande e na Serra: eles enfraquecem a planta que cresce mais rápido, mas também se torna muito mais suscetível a doenças e pragas. O adubo orgânico, obtido e preparado na própria área do projeto, torna a planta mais resistente, com menor incidência de pragas: Os problemas que tivemos até agora foram irrelevantes. Não atingiram nem 35% da produção.³⁵⁷

Paulo Aguinaga foi outro ator que participou da experiência da Arca de Noé:

e então o João Carlos começou a falar sobre a biodinâmica, os princípios, o que era. E eu falei é isso que eu quero. E aí, conversando com ele, ele me convidou para morar no sítio dele em Friburgo. Então larguei a faculdade e fui morar no sítio dele. Claro a família foi toda contra, essas coisas que acontecem... Fiquei lá um tempo e foi muito bom, porque ele tinha muito conhecimento, literatura a gente não tinha quase no Brasil, não tinha material nenhum, então ele tinha muita coisa tanto no francês como no alemão, embora eu não fale nenhum nem outro, mas eu ficava com ele, a gente ficava lendo os livros e praticando e era interessante porque na época ele viajava muito, dando essas palestras e eu ficava morando no sítio e era engraçado que cada vez que ele ia viajar, ficava uma semana, duas semanas e na volta ele falava assim: “Rapaz, descobri o ovo de Colombo, vamos mudar tudo aqui, vamos fazer assim, não vamos mais capinar”... Legal, a gente mudava tudo. Mais um mês fora e vinha mais novidade, aí mudava tudo. Ficou assim um tempo, nisso a gente ia aprendendo, ia fazendo as nossas experiências, foi aí o meu primeiro contato com a agricultura orgânica, nessa linha da biodinâmica adaptada ao Brasil. Fiquei morando no sítio do João talvez um ano, um ano e meio, depois o sítio começou a crescer muito, muitas pessoas morando lá, e tal, aí falei: isso não é muito o que eu quero não. O pessoal falava em fazer uma comunidade rural, então não era muito pra mim.³⁵⁸

³⁵⁷ UM NOVO emprego no campo. *Jornal do Brasil*, 14 de outubro de 1984, p. 5.

³⁵⁸ Entrevista de Paulo Aguinaga concedida à autora na sede do Sindicato Rural de Petrópolis, em 04 de outubro de 2018.

Como podemos observar, a vida comunitária proposta pelos membros da Comunidade Arca de Noé refletia valores difundidos no Brasil e no mundo àquele período histórico. Como demonstrou Tavares, o movimento comunitário alternativo, que se fortalecia àquele momento, tinha sua origem no movimento de contracultura, surgido nos EUA, que teve seu apogeu nos anos 1950 e 1960. Inspirados em filosofias orientais, nas Comunidades *Hippies*, no espírito de *Woodstock* e nas manifestações político-estudantis que tomaram força mundialmente a partir da década de 1960, estes valores questionavam os padrões de vida capitalistas industriais estabelecidos até então (Tavares, 1985: 15-28). Como demonstra Paula Moreira, a contracultura foi um amplo movimento de contestações à sociedade capitalista, que se fortalece ao longo das décadas de 1960 e 1970. Defendia uma vida mais simples, a valorização da natureza, criticava as formas de consumo, pregava o cooperativismo, assim como prezava por transformações nos hábitos alimentares, defendendo uma alimentação mais natural e saudável (Moreira, 2022: 27-28).

Toda a juventude daquela época vivenciou a contestação, a rebeldia, a desobediência. E são os descendentes destes jovens que hoje passam a construir o movimento alternativo[...] Para sair fora do sistema os jovens invadem casas desocupadas, organizam comunidades e passam a trabalhar apenas para garantir a sobrevivência. Eles mesmos criam seus próprios empregos desenvolvendo as suas condições de trabalho e passando a fabricar os produtos de que necessitam para viver. [...] Para tratar da saúde eles preferem a homeopatia, a acunpuntura e o uso de plantas medicinais. Geralmente muitos praticam ioga e outras práticas milenares do Oriente. Em termos de participação política os alternativos não deixam nada a desejar. Inimigos da energia nuclear e da poluição, eles organizam e participam das passeatas e manifestações de protesto. Sem falar no exemplo que já nos dão quando constroem seus próprios geradores de energia alternativos.

Os agitadores da Nova Era, no Brasil, todos os anos realizam seus encontros nacionais. Em todas essas reuniões se discute a organização do movimento e sempre se tem evidenciado a preocupação de unir forças e garantir o respeito à individualidade das pessoas dentro do coletivo, além de permitir a pluralidade das pessoas. [...] Geralmente estas comunidades se preocupam em reservar uma parte do dia para que seus membros possam se dedicar aos estudos, lazer e orações. Os alternativos acreditam que viver assim é dar um exemplo para as pessoas ainda integradas ao sistema de que o trabalho livre e em grupo traz felicidade e paz interior.

A vida nas comunidades alternativas, como não poderia deixar de ser, não é nada simples. A boa convivência entre os participantes é uma preocupação, há até aquela piada das brigas que se originam porque um aperta o tubo de pasta de dente no meio e o outro prefere começar pelo fim. Também são preocupações o manejo da terra, a obtenção de sementes de boa qualidade, o uso de energias alternativas, além da contestação da existência de uma certa rotatividade do pessoal das comunidades. (Tavares, 1985: 15-64).

A Comunidade Arca de Noé, portanto, não representava uma experiência isolada, fazia parte de um movimento mais amplo. Sobre outras iniciativas no Brasil concomitantes à experiência desta comunidade, Tavares apontou que a articulação rural referente ao movimento

era mais representativa que a urbana, citando exemplos em diversos estados brasileiros. No Rio de Janeiro ele apontou diversas comunidades e experiências alternativas, como a Coonatura (que abordaremos no próximo tópico), a Comunidade Sol e Terra, em Jacarepaguá, a Comunidade Sana e a Comunidade Sítio Pedra Aguda (Nova Friburgo). (Tavares, 1985). Não foram encontradas maiores informações sobre o andamento das atividades de comunidades rurais, como a Arca de Noé, o que nos leva a supor que estas experiências não tiveram sucesso a longo prazo no cultivo expressivo de alimentos naturais.

Ao abordar as comunidades alternativas rurais, formadas por jovens provenientes das regiões metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre e buscando compreender os resultados de tais experiências, Viola aponta que a maioria destas comunidades caracterizou-se por uma instabilidade e fragilidade organizacional, onde existiam altas rotatividades de seus membros, dificuldades para estabelecer regras de convivência e para tornarem-se autossuficientes. A vida no campo e a realidade agrícola mostravam-se muito mais difíceis que o imaginado para a maioria, quando decidiam abandonar a cidade e, por este motivo, boa parte retornava à sua origem. O autor afirma que estas primeiras experiências mostraram-se importantes para o grupo alternativo aderir a uma posição mais equilibrada e realista e, assim, buscar dialogar com o espaço urbano, através de entrepostos e restaurantes naturistas (Viola, 1992). O exposto por Viola permite-nos realizar uma relação com o nosso estudo e reforça nossa hipótese de que o “sucesso” inicial da produção alternativa na região serrana do Rio de Janeiro teve grande participação do grupo que levou tais ideias à região, mas só foi possível a consolidação de uma expressiva produção a partir da adesão dos agricultores locais à prática, visto a falta de experiência agrícola destes jovens de origem urbana. A criação e atuação da Coonatura, uma cooperativa criada por consumidores urbanos que mobilizou agricultores reflete esta questão, uma vez que, inicialmente, seus fundadores buscaram produzir em comunidades rurais na Serra, porém, a produção disponibilizada aos membros só teve um considerável aumento a partir do momento em que a cooperativa criou núcleos rurais, onde produtores rurais, já adaptados ao trabalho (a maioria adquiriu os conhecimentos no campo com seus pais e avós) aderiram ao esquema da instituição.

3.4- “Por uma comida sem veneno”: a criação da Coonatura (1979)

Sempre às quintas-feiras, às oito da noite, reúne-se, no colégio Nossa Senhora das Vitórias, em Botafogo, a Coonatura – Cooperativa de Produtores e Consumidores de Ideias, Alimentos e Soluções Naturais. São cerca de duzentas pessoas de todas as idades e profissões, de agrônomos a burocratas,

de fazendeiros a donas de casa, estudantes, artistas, cientistas. Têm, em comum, uma proposta: plantar; uma consciência: a ameaça de destruição que paira sobre o planeta. É uma bandeira: “por uma comida sem veneno”. A cooperativa pretende auxílio do governo e se oferece para com ele colaborar na implantação de hortas orgânicas públicas em escolas, asilos e qualquer espaço disponível.

Há três meses, os cooperados, em sítios e orfanatos, semeiam, fazem canteiros, aprendem a combater, sem recursos químicos, pragas e matos. Num orfanato em Campo Grande, são auto-suficientes em energia, usando cata-ventos e coletores solares. Querem criar uma fazenda modelo diversificada o bastante para suprir a própria mesa. Eventualmente, podem vender o produto de seu trabalho: um alimento sadio, obtido através de relações justas (e livres) de produção. Mas a Coonatura prefere que, ao invés de consumidores, surjam outras Coonaturas, onde o homem urbano, retomando a prática agrícola, se prepare para promover a re-ruralização da sociedade, única chance, na opinião dos novos hortelões (e também na minha) de salvação da espécie humana.³⁵⁹

O trecho acima diz respeito à Coonatura³⁶⁰, a Cooperativa de Produtores e Consumidores de Ideias, Alimentos e Soluções Naturais, criada no ano de 1979, na cidade do Rio de Janeiro. Argumentamos que esta cooperativa refletiu o cenário de difusão de ideias ecológicas que circulavam, sobretudo, nos grandes centros urbanos brasileiros e questionavam a má qualidade alimentar, os problemas de saúde já relacionados ao uso intensivo de agrotóxicos e problemas ambientais cada vez mais evidentes, como a poluição e o desmatamento.

A ideia da Coonatura surgiu através de uma carta enviada ao *Jornal do Brasil* por um casal de classe média da cidade do Rio de Janeiro, Joaquim Moura e Lígia Lara, intitulada “Comida sem veneno”. A carta, de tom crítico, afirmava:

Os preços estão caros e a comida morta ou contaminada. Como não parece mesmo haver qualquer solução oficial à vista, só resta nos organizarmos para produzir, distribuir e consumir alimentos frescos, puros e baratos. Essa carta é uma semente. A proposta é criar uma espécie de cooperativa que distribua, para quem se interesse, hortaliças (para começar) produzidas sem inseticidas nem outras químicas por quem tenha fazenda, sítio ou mesmo terreno grande em casa e queira aumentar ou diversificar sua renda, divertir-se e aprender plantando conforme a natureza e contribuir para melhora da alimentação dos sacrificados cariocas.

Para começar um movimento que pode crescer muito, basta por ora que os interessados entrem em contato conosco, por carta, informando quem queira

³⁵⁹ GUERRA, Regina. *Ecologia I. Revista de Arquitetura, Arte e Cultura*, setembro de 1979, p. 12.

³⁶⁰ Como aponta Paula Moreira, a Coonatura teve dificuldades para se formalizar enquanto uma cooperativa e, ainda no início dos anos 1980, se fundiu à Associação Harmonia Ambiental, criada no ano de 1978, com o objetivo de fortalecimento das mobilizações em torno das questões ecológicas. A partir da fusão, a Coonatura passaria oficialmente a se chamar Associação Harmonia Ambiental Coonatura. Cf.: MOREIRA, Paula Fortini. “Por uma comida sem veneno”: ambientalismo, contracultura e formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro na redemocratização (1979-1985). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022, p. 74-76.

plantar, da disponibilidade e localização da área, e quem queira consumir, suas necessidades semanais de hortaliças, raízes, ovos, queijo, mel, doces naturais, etc.³⁶¹

A carta recebeu centenas de respostas e mais de 200 pessoas combinaram de se encontrar no dia 10 de março de 1979, no Parque Lage, no bairro Jardim Botânico, Rio de Janeiro.³⁶² O objetivo do encontro era discutir métodos de associação e organização de uma cooperativa para produção de alimentos sem agrotóxicos. De 9h às 13h, os participantes conversaram sobre como prosseguir com a ideia de criação de uma cooperativa de produtores e consumidores de alimentos naturais. O *Jornal do Brasil* destacou que o fato de quase 300 leitores de um jornal se reunirem espontaneamente para concretizar uma ideia que várias pessoas já planejavam individualmente poderia ser visto como uma novidade no espaço sócio- político- econômico-cultural do período. Tal cenário seria também:

fruto da conscientização da população para os problemas ecológicos, ambientais, agrícolas e sanitários que os meios de comunicação, a comunidade científica, alguns setores do governo, os organismos internacionais vêm desenvolvendo com ênfase crescente.³⁶³

A qualidade alimentar era uma das grandes justificativas para a desqualificação da vida na cidade e foi ponto central do encontro no Parque Lage. A ideia era que cada membro dedicasse pelo menos um dia da semana a “alguns canteiros de hortaliças ou metros quadrados de cereais”, o que beneficiaria a saúde, as finanças domésticas, o meio ambiente, a economia. Embora considerado utópico por alguns participantes, muitas pessoas se dispuseram a participar da construção do projeto. Foram oferecidos pelos presentes áreas para plantios comuns em 45 fazendas, sítios e terrenos na cidade e em cidades próximas: Campo Grande, Itaboraí, Bangu, Petrópolis, Nova Friburgo, Mauá, Paracambi, Miguel Pereira, Rio Bonito, Campos, Magé, Macaé, Duque de Caxias, Saquarema, Maricá, Itaipu, Queimados, Jacarepaguá, Paulo de Frontin e Rio Claro. O público era diverso e contou com estudantes, economistas, agrônomos, mães, professores, psicólogos, militares, médicos, agricultores, administradores, cientistas, jornalistas, advogados e curiosos.³⁶⁴ No movimento de agricultura alternativa e,

³⁶¹ COMIDA sem veneno. *Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1979, 1º Caderno, p. 5.

³⁶² Paula Moreira, em sua dissertação sobre a formação do movimento agroecológico na cidade do Rio de Janeiro, analisa de maneira pormenorizada a repercussão e as ideias presentes nas cartas que dariam origem à Coonatura. Cf.: MOREIRA, Paula Fortini. “Por uma comida sem veneno”: ambientalismo, contracultura e formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro na redemocratização (1979-1985). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022, p. 61-67.

³⁶³ “POR uma comida sem veneno”: um encontro no Parque Lage. *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1979, Caderno B, p. 9.

³⁶⁴ *Ibidem*.

consequentemente, no movimento de criação da Coonatura, havia uma forte descrença quanto ao futuro nas grandes cidades, com discursos pessimistas quanto à qualidade de vida urbana e uma grande valorização do meio rural. Muitos jovens, incluindo os jovens idealizadores da Coonatura, pretendiam abandonar seus cursos universitários, trabalhos e família para iniciarem uma nova vida no campo.

A SAÍDA ECOLÓGICA

"Já está faltando petróleo no país" — admite o presidente do Conselho Nacional do Petróleo. "A economia do país está dando os sinais mais inquietos de perda de substância" — protesta um respeitad

procer político, ao lançar as bases de um novo Partido. É uma dona-de-casa: "Eu, que tenho quatro filhos, dos 16 aos 23 anos, sei o nome da sobrinheira dessa gente: mínyre". É a

crise configurada, denunciada e sofrida. A perplexidade parece geral, inclusive, nos meios oficialmente encarregados de buscar soluções e administrar os recursos que escasseiam. Mas

há quem proponha ainda: uma nova atitude diante da vida e que se define em torno de alguns conceitos básicos: a simplicidade que abre todo o caminho ofensivo e agressivo, a alienação natural, uma es-

cala mais humana de contato, uma tecnologia alienígena e apropriada a pequenas comunidades rurais e a cidades menores, desburocratizadas. Nova palavra, uma atitude e ecologia. Com ela, mais

tempo não para o superestimado desenvolvimento econômico, mas para o desenvolvimento físico-psíquico-social que, segundo os autores da proposta, "é o que interessa".

José da Cunha
Rego Bertolini



Vive e vive bem. Arrebolado em Administração Pública e chefe de seção em uma das Pastagens, na URB. Mora com os pais em Copacabana. Apesar de se considerar, antes de tudo, um ecologista, pretende constituir movimento na cidade grande, coordenando através do Conselho e do Movimento Alternativo Ambiental, das quais faz parte, o projeto perigoso, "a mais atrevida pela possibilidade".

Paulo Fortes



Vive e vive bem, além de trabalhar que de Agronomia, especializado em cultivo de plantas em um meio. Considera as suas ideias que apenas está desenvolvendo uma vida alternativa, mas projeto para sair da cidade grande. Ainda não tem um plano de trabalho definido. Mora com os pais no Rio de Janeiro, mas pretende adquirir terra para ir a algum tempo.

Nina Sargento



Vive e um meio, sobrinha, mora em Copacabana com os pais. Abandonou a carreira de Matemática para estudar. Trabalha como professora em uma escola particular, em Ipanema. Tem família rural, faz um de café e mil, coordenadora para temas de agricultura e a rotina da vida.

Antônio Lago



Quarenta e um anos. Desde sempre interessado em ecologia e no cooperativismo. Para sobreviver, sempre teve que trabalhar de diversos. Já foi responsável no Instituto de Física, em Ipanema, e em uma casa de CIDA, onde plantou uma pequena área que dará começo a uma horta. Não fuma e não bebe. Já come alimentos naturais e pratica a medicina preventiva.

Luís Alberto do
Rego Monteiro



Quarenta e quatro anos. Engenheiro metalurgista CIDA, há 29 anos. Deputado comum federal, entre 21 e 28 anos, delegado de polícia, professor de física. Mora na ilha de Copacabana, em uma casa de CIDA, onde plantou uma pequena área que dará começo a uma horta. Não fuma e não bebe. Já come alimentos naturais e pratica a medicina preventiva.

Paulo Aguinaga



Vive e um meio. Ex-aluno de Agronomia, um movimento iniciado no campo em. Faz parte de Coonatura, tendo participado a faculdade por uma experiência comunitária num sítio em Nova Friburgo.

Joaquim Moura



Fraile e dois anos, desajudado, uma filha, dez filhos naturais, morando em casa no interior de Goiás e Espírito Santo, responsável pelo movimento alternativo de Movimento de Física e de Ciências, através da Fundação de Tecnologia Industrial. Não fuma nem bebe, mas já tentou iniciar um pequeno projeto de horta, sociedade. Mora em Copacabana.

Reportagem do Jornal do Brasil sobre jovens criadores da Coonatura. *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1979, Caderno B, p. 7.

Na reportagem acima podemos observar o perfil de alguns “jovens alternativos”, que participaram do processo de criação da Coonatura, assim como das comunidades rurais já citadas anteriormente. Moradores da cidade do Rio de Janeiro, desejavam migrar para o campo, buscando levar uma vida mais natural. Da esquerda para a direita, vemos, na penúltima foto, Paulo Aguinaga e abaixo a entrevista dada por ele ao jornal:

Estava estudando agronomia, mas constatei que a faculdade não nos dá nenhuma prática. Acredito mesmo que não volte a estudar. Não me atrai em mais nada. [...]

Logo que entrei para a faculdade comecei a me questionar sobre a nossa estrutura social, sobre a exploração do homem pelo homem. Cada vez mais via riqueza ao lado de mais pobreza. Foi quando tive oportunidade de ir para Friburgo. E lá comecei a conhecer um outro modo de vida.³⁶⁵

Outro entrevistado pelo jornal, Paulo Fortes, estudante de agronomia do terceiro ano estava em “preparo” para sair da cidade grande. Morava com os pais, mas pretendia adquirir terra algum tempo depois:

Ao contrário da maioria dos movimentos sociais, o nosso acontece de dentro para fora. Jovens que buscam uma vida alternativa. É uma outra possibilidade de vida social para o futuro. A vida na cidade ainda não é impraticável, mas tende a explodir. [...] Assim, vejo nosso movimento com possibilidade de acarretar, no futuro, uma desburocratização, uma descentralização dos grandes centros. É importante, no entanto, deixar claro que ele representa uma consciência individual de determinados jovens que sabem que a saída da cidade implica simplificação.³⁶⁶

Muitos desses atores se estabeleceram anteriormente em comunidades rurais, como Joaquim Moura, o último retratado da esquerda para direita, que apontou na reportagem que passava metade da semana em Casimiro de Abreu, onde estava sendo implantada uma fazenda coletiva. Eram um milhão de metros quadrados divididos entre 10 pessoas. A terra foi comprada metade à vista e o restante parcelado. Cada pessoa tinha direito a 2 mil metros quadrados de área privativa e o restante era de uso comunitário. A maior parte como reserva ecológica e, nas partes planas, pretendia-se aprender e ensinar a plantar naturalmente.³⁶⁷ Moura era desenhista industrial, à época com 31 anos e havia recentemente abandonado o emprego no Banco Central do Brasil para morar em sítio em Nova Friburgo. Seu objetivo era levar à população carioca alimentos de maior qualidade biológica por menores custos. Além disso, a ideia era propiciar ao consumidor um papel mais ativo nas fontes produtoras e aprofundar a conscientização de todos, promovendo encontros entre os membros da Coonatura formando grupos de estudos para aprimorar o conhecimento dos problemas sociais.³⁶⁸

³⁶⁵ A SAÍDA ecológica. *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1979, Caderno B, p. 7.

³⁶⁶ *Ibidem*.

³⁶⁷ *Ibidem*.

³⁶⁸ COOPERATIVA promove alimentos naturais de produção caseira. *O Fluminense*, 27 de abril de 1979, p. 7.

POR UMA COMIDA SEM VENENO

Um jovem agricultor de 31 anos, Joaquim Moura, carioca formado em Desenhos Industrial e ex-funcionário do Banco Central de Brasil, e sua mulher Lígia Lara, de 21 anos, escreveram uma carta ao JORNAL DO BRASIL, publicada no dia 12 de janeiro passada. Era uma conecção a todos os cidadãos que se sabem ameaçados pelo envenenamento da comida para

que se unissem e vissem e que, juntos, poderiam fazer. Como agir diante dos índices alarmantes de contaminação por produtos químicos, altamente venenosos, encontrados nas verduras e legumes livremente oferecidos às populações urbanas nas feiras e supermercados?

A péssima qualidade dos alimentos encontrados nas grandes cidades é um problema mundial. Os ameri-

canos, cansados de tanta trapaça na comida, exigem de seu Governo que abrigue as indústrias a revelar todos os ingredientes e aditivos nos rótulos de seus produtos, segundo o jornal The New York Times, que anuncia para este ano uma legislação especial contra práticas abusivas. Nos países mais desenvolvidos uma solução vem sendo adotada, em termos ainda incipientes

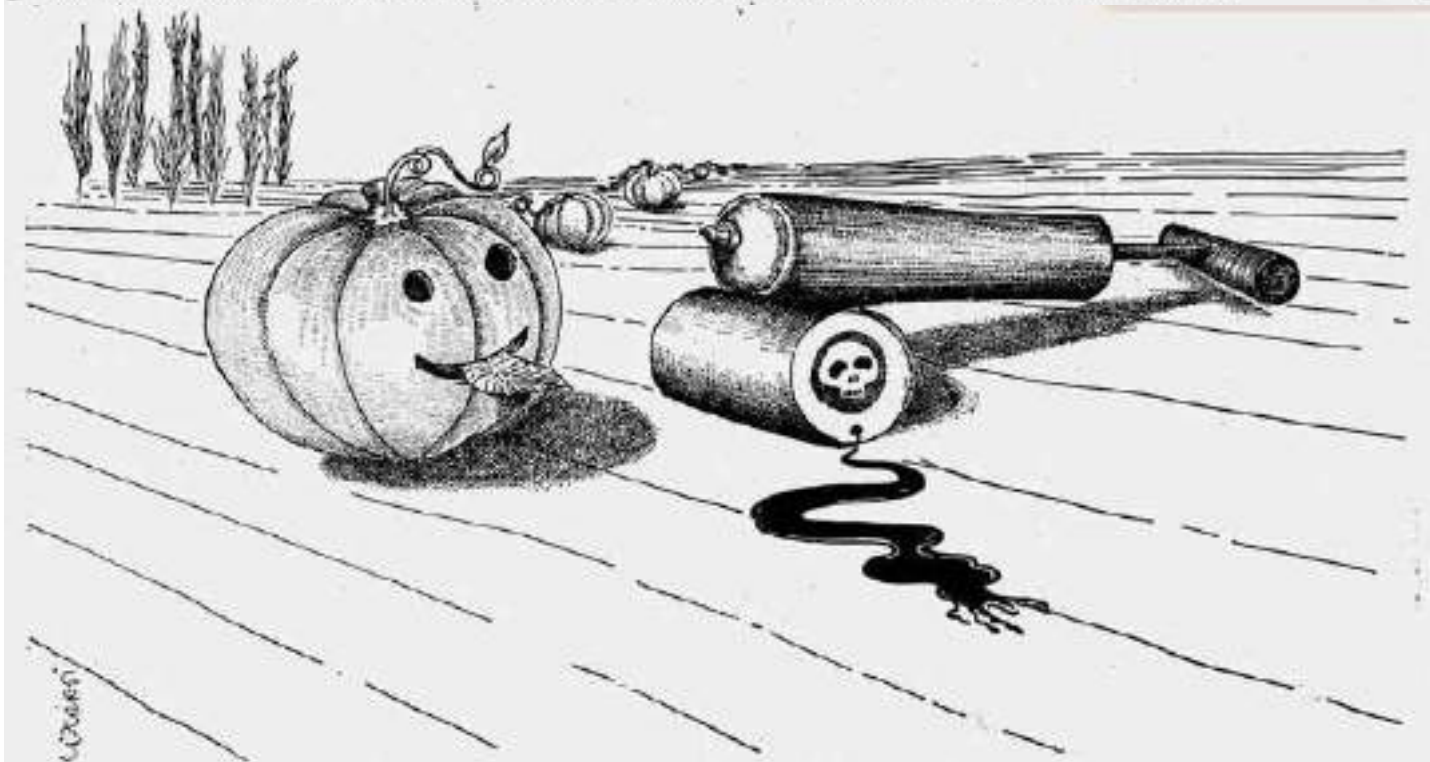
mas promissores: a agricultura orgânica, que abre mão dos fertilizantes e praguicidas químicos e estimula a fertilidade natural da terra com práticas baseadas na Biologia e na Ecologia. Ano passado, a TV Globo levou ao ar um programa Globo Repórter intitulado Sal, Azéite e Veneno (o que há de errado com nossa salada) denunciando nesse envenenamento cotidiano. Nos dias

que se seguiram, as vendas de hortaliças caíram cerca de 50% nas grandes cidades brasileiras. Muita gente se acostumou, mas depois, por não haver opção, tudo voltou ao "normal".

Joaquim e Lígia inquietaram-se e apresentaram uma proposta: a organização, sem intermediários, de produtores e consumidores, para produzir, distribuir e consumir alimentos frescos,

para e baratos, através de uma cooperativa. A resposta dos leitores foi imediata e hoje eles contam com a oferta de oito proprietários de fazendas, sítios e quintais, que se colocam à disposição para o projeto.

Utopia? Bem que não seja, exatamente neste ano em que a agricultura é meta prioritária do próximo Governo.



Reportagem sobre a repercussão da carta de Joaquim Moura e Lígia Lara ao Jornal do Brasil. A iniciativa daria origem à Coonatura. *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro de 1979, Caderno B, p. 9.

No início da Coonatura, sete comissões foram criadas: produção, hortelões, distribuição, técnica, jurídica, finanças e comunicação. A comissão de produção planejava o plantio das diversas áreas, coordenando a oferta de alimentos de acordo com as necessidades de consumo, além de promover ferramentas, tratores e equipamentos necessários, além da localização de fontes de adubos naturais. A comissão dos hortelões coordenaria as equipes, providenciaria transporte, almoço e lanche para os voluntários. A comissão técnica seria responsável por pesquisar, recolher informações, promover experiências práticas, divulgação de orientações e

recomendações sobre as práticas agrícolas alternativas. Comissão de distribuição se ocuparia das necessidades familiares dos participantes, organizando a divisão e entrega das colheitas, tentando localizar áreas na cidade que pudessem estabelecer entrepostos e centros de distribuição. Já a Comissão Jurídica, integrada por advogados, administradores, despachantes e técnicos, elaborariam uma minuta do estatuto. Finanças ficaria encarregada de administrar os recursos, cotas e doações, além de autorizar despesas. E a Comissão de comunicação ficaria encarregada de manter todos os participantes cadastrados, informados do trabalho das outras comissões, além de promover cursos de atualização ecológica e naturalista.³⁶⁹ A Coonatura também contava com uma comissão de estudantes, químicos, físicos e professores para estudar processos alternativos de energia.³⁷⁰

Em abril de 1979, a cooperativa já contava com 300 associados, e em agosto, 400. A ideia era organizar os associados em comissões, grupos, células e núcleos distribuídos por escolas, bairros e cidades. O objetivo era promover a autossuficiência em alimentação, através do plantio de alimentos saudáveis. Hortas caseiras seriam “microcélulas” da Coonatura, “com aproveitamento de todos os quintais de casa existentes”, que deveriam ser fiscalizados por um coordenador. O segundo passo seriam as trocas entre os participantes do programa, por meio das quais cada um plantaria e forneceria alimentos diferentes, fazendo com que as famílias participantes se tornassem autossuficientes em legumes e verduras e o papel do intermediário estaria eliminado.³⁷¹ Outro objetivo era propiciar ao consumidor um papel mais ativo nas fontes produtoras e aprofundar a conscientização de todos, promovendo encontros entre os membros da Coonatura formando grupos de estudos para aprimorar o conhecimento dos problemas sociais.³⁷²

³⁶⁹ “POR uma comida sem veneno”: um encontro no Parque Lage. *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1979, Caderno B, p. 9.

³⁷⁰ REDESCOBRINDO a vida no campo. *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1979, p. 5.

³⁷¹ COOPERATIVA promove alimentos naturais de produção caseira. *O Fluminense*, 27 de abril de 1979, p. 7.

³⁷² *Ibidem*.

“POR UMA COMIDA SEM VENENO” OS UTOPISTAS ESTÃO CHEGANDO



Os jovens não têm experiência de como cultivar a terra mas estão dispostos a aprender e, como resultado, assegurar uma alimentação sadia

Reportagem do Jornal do Brasil falando sobre as experiências da Coonatura. *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1979, p. 5.

A atuação da Coonatura foi além da busca por uma alimentação natural. Houve a intensa participação e organização de diversos eventos, protestos e movimentos, que tinham a temática ambiental como principal reivindicação e estavam vinculados às críticas, cada vez mais robustas, ao regime civil-militar. Podem ser citados, por exemplo, a participação em movimentos de projeção nacional, como: a Campanha em Defesa da Amazônia (1979-1980), a Campanha contra a utilização de energia nuclear no Brasil (1979-1980), a Campanha em Defesa de Sete Quedas, contrária à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1982), a Campanha pela proibição da caça às baleias (1984-1987) (Santos, 2008: 53).

JORNADA ECOLÓGICA PROTESTA CONTRA USINAS NUCLEARES

UM passeio até Angra dos Reis, de bicicleta, é o que membros da COONATURA, uma cooperativa de produtores e consumidores de alimentos, lidas e soluções naturais, está propondo no sentido de ser um grito contra a instalação das usinas nucleares no Brasil e no mundo. Tudo o que desejam, portanto, Joaquim Moura, Marcos Bertoni, Myriam Porto, Carla Maria Guallardi, João Henrique Brito e Evandro Vieira os quais representam cerca de 450 membros da COONATURA) é que não chova na próxima quinta-feira, quando sairão às 8 horas da Cinelândia.

— Mas a chuva não impedirá que façamos o passeio — diz Marcos Bertoni. Chova ou faça sol, nós iremos porque é importante que despertemos a atenção das pessoas sobre a ameaça que as usinas nucle-

ares trarão em termos de saúde não só nossa como da nossa descendência.

A jornada terminará dois dias depois, no sábado, na rodoviária de Angra dos Reis, estando a chegada prevista a partir de 14 horas. Aos mais propensos, Marcos sugere que participem a pé na Cinelândia ou de bicicleta ("Vamos fazer uma volta passando pelas praias") ou então na chegada a Angra dos Reis.

Ele que juntamente com alguns membros da COONATURA dedica-se à agricultura urbana e à mobilização comunitária (a COONATURA já implantou duas hortas, uma em Campo Grande, outra em Jacarepaguá, está situada numa terreno e está implantando uma terceira na Casa do Morral, Cosme Velho, com a colaboração da associação dos moradores do bairro") explica por que é importante impedir que a usina

nuclear de Angra dos Reis entre em funcionamento: — Será uma catástrofe se ela der defeito, como já aconteceu com várias usinas no mundo, as populações sofrerão danos incalculáveis. Além do mais há muitas outras fontes de energia: vento, sol, água, biomassa, que podem ser utilizadas. Renováveis e não poluentes são muito mais democráticas porque "descentralizam" o Poder, ao passo que a energia nuclear é cen-

tralizadora, cara, perigosa e insustentável.

Carla Maria Guallardi complementa: "Todo mundo diz por aí que a demanda em termos de alimentos, de tudo, está crescendo. Mas o que vemos é desperdício. Milhares de carros continuam saindo das fábricas, aumentando a poluição e consumindo gasolina. Será o caso, por exemplo, de o Governo investir o transporte ferroviário. Mas qual a necessidade de

nada de bicicleta, que conta com o apoio da Federação das Associações de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio? João Henrique Brito responde: — A bicicleta é para provar que existe a energia humana e ela tem de ser aproveitada. As pessoas preferem a comodidade do carro a se movimentarem. Por isso é que se tem a gordura, o excesso de entulho.

Foto de Alvo Veloso



Reportagem sobre a Jornada ciclística organizada pela Coonatura em protesto à instalação de Usinas Nucleares no Brasil. *Jornal do Brasil*, 14 de janeiro de 1980, p. 3.

A postura atuante e crítica da Coonatura fez com que ela fosse “observada” de perto pelo Serviço Nacional de Informações e consequentemente pelo regime civil-militar. A própria jornada ciclística à Angra dos Reis, por exemplo, foi “acompanhada” de perto pela polícia em todo seu trajeto.

CICLISTAS PROTESTAM CONTRA USINA NUCLEAR



CERCAMO por policiais durante todo o percurso Rio-Angra dos Reis, um grupo de 17 ciclistas — de 17 a 40 anos — em favor com todo o Serviço Nacional de Informações. Vários de vários países do estado e até de outros, com paradas na

Uma vez iniciada a jornada, os ciclistas — depois de duas entrevistas a jornalistas e emissoras de televisão — saíram em direção por três membros da Polícia Militar, sob o comando de um deles, em direção a Angra dos Reis. Eles já estão discutindo de que se trata de uma

das alternativas. Tendo escolhido um horário de partida com os policiais, eles discutiram a melhor e partiram bem cedo na manhã seguinte. Não sem antes fazerem suas refeições. Não, que estão em

energia. O povo ficou assustado. Os ciclistas de longa distância, mas não tinham para a polícia, hábil a seguir de segurança há

é muito trágica, simples e que não sabe o que é mais rica dos alimentos, e que significa para os

de João Filopinto para que tornasse a questão nuclear e suas consequências, além de outras questões importantes como a agricultura, a indústria, a energia, etc. Um problema que não existe em nossa realidade e que há de ser resolvido de modo a preservar Co-

Ilustração e reportagem sobre o “acompanhamento” policial à jornada ciclística à Angra dos Reis liderada pela Coonatura. *Jornal do Brasil*, 28 de janeiro de 1980, p. 34.

Documentos do Serviço Nacional de Informações descrevem atividades cotidianas da Coonatura, como foi o caso de uma descrição de uma reunião entre associados realizada pela cooperativa em sua sede, no dia 27 de janeiro de 1980, poucos dias após a jornada à Angra dos Reis. O encontro reunira cerca de 50 pessoas e parece ter sido acompanhado de perto por um membro do governo militar, uma vez que são detalhados os nomes dos palestrantes, o teor das falas e até mesmo o material que foi distribuído entre os presentes. A reunião teria sido aberta por um rapaz chamado João, que abordou a jornada ciclista à Angra, apontando que, em todas as localidades por onde passou a caravana, deveriam ter sido distribuídos panfletos à população, o que não ocorreu devido às chuvas que caíram durante todo o trajeto. Outro participante, de nome Renan, contou ter sido despedido da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) por ser um dos idealizadores da caravana à Angra.³⁷³

As atividades variadas promovidas pela Coonatura demonstram que sua atuação, sobretudo na década de 1980, estava vinculada ao movimento ecológico que se difundia no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, tendo mobilizado e participado de diversos eventos, palestras, protestos e mobilizações em torno da temática ambiental, algo que ia muito além da defesa de “uma comida sem veneno”. Reportagem do *Jornal do Brasil* de 27 de fevereiro de 1980 demonstra, por exemplo, a realização de uma mesa-redonda sobre Ecologia e Política promovida pela Coonatura e pelo DCE-UERJ, que teve como participantes Fernando Gabeira, Joaquim Moura e o professor da universidade Reinaldo Carvalho Silva. O evento gerou polêmica na UERJ e o professor participante foi chamado atenção por seu superior “por ter participado de tal evento, ao lado de pessoas notoriamente contrárias ao regime que ele, diretor, apoiava”. Dias depois, o professor Silva recebia uma carta de demissão assinada pelo diretor em questão.³⁷⁴

Outro exemplo de evento organizado pela cooperativa foi um festival realizado no Aterro do Flamengo, que pretendia ser “uma grande manifestação ecológica, musical, cultural, e festiva” e visava sensibilizar a população para os problemas ambientais que estariam ameaçando o presente e o futuro. A festa contou com a participação de inúmeros artistas da MPB, como Erasmo Carlos, Angela Ro Ro, As Frenéticas, Marina e Geraldo Azevedo. No domingo, segundo dia do evento, houve exercícios naturais bioenergéticos, “que os organizadores consideram a mais eficiente e fundamental alternativa para a atual crise energética, pois estimulam a energia vital humana, hoje tão em baixa por causa da alimentação

³⁷³ Coonatura. Documento confidencial do Serviço Nacional de Informação – Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8.

³⁷⁴PROTESTO. *Jornal do Brasil*, 27 de fevereiro de 1980, Caderno B, p. 2.

e hábitos de vida”. Os organizadores do evento esperavam reunir cerca de 20.000 pessoas. Entre os intervalos dos shows foram realizadas palestras e depoimentos de cientistas, ecologistas e naturalistas, com o objetivo de aprofundar a consciência popular dos problemas energéticos e ambientais.³⁷⁵

Aos poucos, os objetivos iniciais da Coonatura relacionados ao fornecimento de alimentos naturais foram sendo adequados às possibilidades encontradas na prática. Embora houvesse grande entusiasmo e pessoas dispostas a trabalhar nas hortas e espaços coletivos, a falta de experiência e de conhecimentos agrícolas práticos parecem ter sido decisivos para as mudanças nos rumos da cooperativa. Os meses iam passando e o número de associados aumentava. Por outro lado, a produção de alimentos era escassa. Havia, portanto, muita procura e pouca produção disponível. Foi assim que, ainda no final de década de 1970, membros da Coonatura buscaram promover o convencimento de agricultores convencionais da região serrana do Rio de Janeiro (mais especificamente na localidade conhecida como Brejal, no município de Petrópolis) à transição da agricultura convencional para métodos naturais/alternativos de produção, processo que mais tarde seria conhecido por “transição agroecológica”.

A Coonatura se estabeleceu inicialmente à Rua Hans Staden, 24, Botafogo. Posteriormente, outro ponto foi aberto na Barra, situado à Rua Conde D’eu, 77. As reuniões para associados eram às primeiras segundas-feiras do mês em Botafogo e nas últimas quintas feiras do mês na Barra. Um meio de divulgação dos eventos, da atuação e de projetos futuros da Coonatura, foram os Boletins da Coonatura, que eram distribuídos bimestralmente aos membros e traziam textos de autores renomados da agricultura natural e de práticas alternativas, receitas de comidas naturais, notícias de movimentos ecologistas no Brasil e no mundo, informativos sobre os balanços financeiros da Cooperativa. Também eram propagandeados diversos serviços alternativos, que provavelmente eram desempenhados pelos associados da Coonatura.

Através de entrevistas com atores que tiveram algum tipo de relação com a Coonatura pudemos analisar detalhes sobre o funcionamento cotidiano da cooperativa. Euler Dantas, ex-associado, aponta que a Coonatura foi um movimento pioneiro que acompanhava a tendência internacional de questionamento dos princípios da Revolução Verde e proposição de práticas produtivas sustentáveis para a agricultura e para a produção de alimentos.

Os associados formavam uma interessante e diversa comunidade. Havia uma efervescência de experiência e trocas, gente oriunda de vários campos e atividades. Em essência, era um espaço de reverberação e prática das

³⁷⁵CONCLAVE do sol faz a festa alternativa no Aterro. *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1981, Caderno B, p. 8.

bandeiras levantadas pelas diversas tribos que poderíamos reunir no que se denominou Nova Era. Agricultores alternativos, ecologistas, artistas e artesãos, místicos, terapeutas holísticos, chefs de cozinha, pequenos empreendedores.³⁷⁶

Euler conta que comprava os alimentos naturais e prestava serviço comunitário, que consistia em trabalhos internos nos manejos dos produtos, mutirões no campo e entregas de doações em instituições beneficentes. Trabalhou também como motorista e na produção do boletim da Coonatura. Sobre o funcionamento da cooperativa, conta que havia uma equipe que trabalhava na coordenação das atividades (comerciais, financeiras, administrativas e relacionais), que funcionava também como um conselho de administração. Havia alguns cargos remunerados, mas a maior parte do trabalho era exercida pelos associados em esquema de voluntariado.³⁷⁷

Glória Mendes, associada à Coonatura da década de 1980 até o fim da cooperativa, aponta que se interessava pela alimentação integral e natural, frequentava lojas e restaurantes de produtos naturais e em algum momento soube que estava sendo formada uma cooperativa:

Quando comecei a ir para a Coonatura, ela já estava bem organizada, a pessoa pagava uma taxa pra se associar, aí eu dividi o dinheiro com a minha irmã, a gente se associou e eu morava em Duque de Caxias, então, tinha coisas que eu também comprava e levava para vender para algumas pessoas lá. Quando eu entrei pra Coonatura eu fiquei sabendo então que tinha um grupo que estava iniciando no Brejal esse processo da agricultura orgânica. [...] Fazer parte disso, eu vejo hoje que a gente enfrentou muita barreira. Eu acho que todo mundo que tava na Coonatura era militante, sabe? Só agora, falando disso, olhando pra trás, eu vejo como que tudo aquilo que a gente tava vivendo era uma experiência muito inovadora, porque... eu enfrentava questões na minha casa, a minha família não aceitava que eu não comia carne, a minha família não aceitava que eu queria comer outro arroz e eu era muito nova, morava com meus pais, nas festas tinha muito brincadeira me ridicularizando, entendeu? Essa postura de militância era uma coisa muito diferente... [...] Uma coisa que ajudava muito eram as reportagens da televisão... porque de vez em quando, principalmente o Fantástico à noite fazia alguma matéria, falando sobre agrotóxico, aí o que que acontecia... na segunda feira, a Coonatura tava assim, cheia de gente... então assim, realmente era um polo de cultura e de militância, porque ali era um lugar onde você encontrava as pessoas que pensavam parecido com você e com certeza, cada pessoa daquela enfrentava situações semelhantes à minha, de ter que dizer pra família que tava comendo de outro jeito, pensando de outro jeito. [...] Quando eu chego hoje num supermercado e eu vejo que tem arroz integral e pão integral pra vender, mesmo que aquele pão não seja tão integral assim, quando eu vejo uma sessão de produtos integrais, eu digo: - “nós vencemos!” Porque é isso, aquilo que era um sonho, hoje é verdade, as pessoas reconhecem.³⁷⁸

³⁷⁶ Entrevista de Euler Dantas concedida à autora via e-mail, em 30 de maio de 2021.

³⁷⁷ *Ibidem*.

³⁷⁸ Entrevista de Glória Mendes à autora, via aplicativo Zoom, em 02 de março de 2021.



Feirinha da Coonatura. Fonte: Acervo pessoal de Paulo Aguinaga.



Feirinha da Coonatura com seus associados e voluntários. Fonte: Acervo pessoal de Paulo Aguinaga.



Reportagem do *Jornal do Brasil* abordando a feira promovida pela Coonatura na Zona Sul do Rio de Janeiro. Fonte: *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1984, 1º Caderno, p. 4

A Coonatura se consolidou, portanto, como uma espécie de comunidade, onde todos buscavam valorizar o trabalho de todos e encontrar atender as necessidades cotidianas dentro de uma vida alternativa aos valores impostos pela sociedade capitalista e pela vida urbana. Assim como a experiência da Comunidade Arca de Noé, muitos valores da Coonatura estavam associados ao movimento de contracultura estabelecido àquele período histórico.



Anúncios de atividades e serviços alternativos veiculados pelos boletins da Coonatura. Fonte: *Boletim da Coonatura*, Nov-dez, 1993.



Receitas publicadas no Boletim da Coonatura. Fonte: *Boletim da Coonatura*, maio-junho, 1992, p. 6.

Esta cooperativa se manteve por anos como a principal intermediária entre consumidores e produtores, estabelecendo pontos de venda em diversos pontos na cidade do Rio de Janeiro, ao longo das décadas de 1980 e 1990. Além disso, promovia diversas iniciativas que buscavam promover a agricultura alternativa em todo o estado do Rio. Uma dessas ações foi a criação, em parceria com a ABIO, da Feira Cultural e Ecológica da Glória, que se consolidou como ponto importante de vendas de alimentos naturais na cidade do Rio. Após o fim da Coonatura, a feira da Glória permaneceu sendo, por cerca de uma década, o principal ponto de vendas deste tipo de alimentos na cidade carioca.

A Coonatura foi uma grande parceira da ABIO. Atuaram juntas no funcionamento de um entreposto orgânico na Cobal do Humaitá e, posteriormente, somaram esforços para a implantação da primeira feira livre

orgânica da cidade, a Feira Ecológica e Cultural da Glória, que viria a ser o modelo para a criação do futuro Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. A Rede Ecológica, coletivo carioca com forte presença no movimento de agroecologia do estado- além de iniciativas empresariais como lojas de produtos naturais e restaurantes vegetarianos na cidade- teve raízes na Coonatura.³⁷⁹

A Coonatura chegava ao fim no início dos anos 2000. Como causas, seus membros apontam divergências administrativas e problemas de logística. Euler Dantas afirma que o fechamento durante muitos meses do trecho da rua Real Grandeza para realização de obras da Prefeitura, dificultando o acesso a travessa Hans Staden, onde funcionavam a sede e o entreposto da Coonatura, foi decisivo para o seu processo de falência. A mudança para o galpão de São Cristóvão, com novos custos e o distanciamento físico da maior parte dos associados (que eram oriundos da Zona Sul) possivelmente contribuiu para esse processo.

Uma das trajetórias que demonstram como as ideias e atores vinculados ao movimento de agricultura alternativa estavam, por vezes, atrelados e presentes em diversas iniciativas foi a de Paulo Aguinaga, pertencente à primeira geração de estudantes alternativos da UFRRJ, que, no momento de criação da Coonatura, havia deixado o curso de agronomia para viver uma experiência no sítio de João Carlos Ávila, em Nova Friburgo. Após a experiência na cidade serrana, Aguinaga foi apresentado à Coonatura. Ao se inserir no projeto, percebeu a constatação: “tinha consumidor, mas não tinha produto, produção zero”³⁸⁰. Tal afirmação nos permite refletir sobre alguns pontos: em primeiro lugar, demonstra a dificuldade, àquele momento, de encontrar áreas produtoras de alimentos naturais, seja pela distância física entre a cidade e o campo, seja pelo fato do mundo rural ser uma realidade distante daquele público urbano de classe média. Em segundo, podemos supor que tal dificuldade se dava porque grande parte das lavouras do estado haviam adotado os “pacotes” tecnológicos característicos da Revolução Verde, sobretudo no que diz respeito ao uso de agrotóxicos.

Após a experiência de Friburgo, Aguinaga decidiu procurar um sítio para produzir. Pelo fato de sua família sempre ter tido casa de veraneio em Petrópolis e ter uma ligação afetiva com a cidade, ela foi escolhida por ele para a procura pelo sítio para iniciar sua produção. Apesar de não conhecer nada da zona rural de Petrópolis (a casa da família ficava no Centro da cidade), ele resolveu ir até o Brejal, localizado no último distrito de Petrópolis (Posse). Como destacaremos mais à frente, a região do Brejal passou a ser a principal fornecedora de alimentos naturais para consumo dos associados à Coonatura. No próximo tópico, abordaremos

³⁷⁹ Entrevista de Euler Dantas concedida à autora via e-mail, em 30 de maio de 2021.

³⁸⁰ Entrevista de Paulo Aguinaga concedida à autora, na sede do Sindicato Rural de Petrópolis, em 04 de outubro de 2018.

justamente o panorama agrícola da região serrana do Rio de Janeiro, compreendendo as suas especificidades ambientais e agrícolas ao longo do período estudado para, no tópico posterior, analisarmos o caso específico do Brejal e a importância da Coonatura para aquela localidade se transformar em uma referência na produção de alimentos naturais/orgânicos em todo o estado do Rio de Janeiro alguns anos mais tarde.

3.5- De núcleo rural da Coonatura à referência estadual na produção de alimentos orgânicos: o caso do Brejal (Petrópolis)

A Coonatura conseguiu estabelecer um forte vínculo com uma região específica, o Brejal, em Petrópolis, que passou a ser conhecido como “núcleo rural” da Coonatura e, com o passar do tempo, se consolidou como uma referência na produção de alimentos orgânicos no estado fluminense. Esta localidade pertence ao último distrito de Petrópolis, a Posse, e está localizada a cerca de 1.000 a 1.100 metros de altitude, com clima tropical de altitude, distando de cerca de 100 km da cidade do Rio de Janeiro, 50 minutos do centro de Petrópolis e 25 minutos de Itaipava (Bloise; Loureiro, 2011: 17). O Brejal é caracterizado pela presença de proprietários, arrendatários, parceiros³⁸¹ e meeiros³⁸², que estão estabelecidos, majoritariamente, em áreas inferiores a 10 hectares. A maior parte das unidades de produção, assim como no restante da região serrana fluminense, é marcada por famílias de agricultores que se dedicam à produção de hortaliças folhosas cultivadas em canteiros (Guerra *et. al*, 2007: 25).

³⁸¹ De acordo com o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964: “Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa ou mista, mediante, certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei; Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei.” Fonte: BRASIL, Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm.

³⁸² Meeiro diz respeito ao agricultor que trabalha em terras de outra pessoa, repartindo os rendimentos da produção com o dono da terra. Fonte: Jus Brasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/como-funciona-um-contrato-de-meeiro-rural/1767299214>.



Paisagem da região central do Brejal, foto tirada pela autora em 31 de janeiro de 2023.



Imagens de satélite do Brejal, distrito da Posse, em Petrópolis. Fonte: Google Earth, agosto de 2023.

No momento em que Paulo Aguinaga chegava ao Brejal, aquela região era marcada pela agricultura convencional, embora a maioria dos agricultores tivesse experiências passadas com técnicas camponesas tradicionais, passadas de geração em geração. Aguinaga conta orgulhoso sobre o momento em que procurava uma propriedade para iniciar o cultivo de alimentos naturais:

Fui até o Brejal, quando eu estava manobrando para ir embora encontrei um produtor na beira da rua, cortando capim para cabra, que é o pai do Levi, que está com a gente até hoje, era o seu Elis. Então perguntei: - O senhor não conhece um sítio para alugar? Ele me recebeu tão bem, disse que conhecia sim, o sítio do irmão dele, estava parado etc. Eu tinha acabado de olhar o sítio e não tinha me atentado para o potencial da área. Conversamos e no mesmo dia a gente resolveu, ai eu aluguei esse sítio, que era no lado do Seu Elis, ali no Brejal. Foi assim que eu caí no Brejal. Aí me mudei pra lá, tinha uma casinha de pau-a-pique, me mudei pra lá, não sabia quase nada de produção, sabia apenas o que eu tinha trazido do João Ávila. Foi muito legal, ai nessa época o Seu Elis me ajudou muito... Eu comecei morando sozinho, na época não tinha luz, não tinha nada, eu isolado, vindo da cidade, então acabei fazendo uma relação, ele quase que me adotou como filho... Então a gente conversava muito, ele me ajudava muito na lavoura, comecei a produzir alguma coisinha, rabanete, essas coisas mais fáceis e começou assim.³⁸³

No início, Paulo afirma que o que conseguia colher levava de ônibus para o Rio de Janeiro, em uma cesta de palha:

eu tinha que andar do sítio até o Brejal, eram 6km, a gente andava a pé, aí pegava ônibus até a Posse, ai da Posse pegava um até Petrópolis [Centro] e de Petrópolis pegava um até o Rio com a cestinha pra vender na Coonatura. Era quase que simbólico. Enfim, aquela coisa de juventude, eu tinha 19 anos, então estava cheio de vontade. Só eu fazia isso no Brejal, os outros eram convencionais. É claro, a demanda do Rio era enorme e começou assim, eu descia com uma cesta, depois com duas cestas, foi o meu limite. Ai comecei a conversar com os meus vizinhos, produtores que era aquela situação, pequenos produtores, na mão de atravessadores que vendiam no Ceasa, normalmente exploravam muito, então todo mundo descapitalizado, procurando uma tábua de salvação, eu falava: - vamos plantar orgânico. A resposta era a mesma: - Não, não adianta plantar assim, se planta sem veneno não colhe nada, mas ai foi aquela coisa de “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, que começou um, começou outro e a gente foi conversando, trocando ideia...³⁸⁴

Algo que Paulo considera importante foi o fato dele não ter chegado com um “pacote pronto”, ele afirma que na verdade também não sabia ao certo como fazer, tinha uma noção,

³⁸³ Entrevista de Paulo Aguinaga concedida à autora, na sede do Sindicato Rural de Petrópolis, em 04 de outubro de 2018.

³⁸⁴ *Ibidem*.

sabia o que estava acontecendo no mundo, mas não tinha a prática. “Eu escutava muito eles, então houve na verdade uma troca de informações, uma troca de saberes. Eu respeitava muito o conhecimento deles e eles o meu”³⁸⁵. No processo de convencimento e adesão de agricultores ao projeto da Coonatura, Paulo aponta que foi fundamental o papel das mulheres do local:

Isso porque os maridos, com raras exceções, como o Sr. Elis, os homens da casa, todos eles tinham aquela mentalidade de plantar para o Ceasa, usar o veneno, eles eram super-resistentes. As mulheres faziam as suas hortinhas para casa, então tinha cebolinha, tinha salsa, tinha couve mineira e lá elas não colocavam veneno, era pra casa. E aí elas me falava: - “Ah Paulo, você não leva uma couve, eu tenho uma couve sobrando aqui uns cinco, seis molhos”. Eu ia lá visitar, realmente estava tudo ok, era horta de casa, então comecei a levar, pagar elas, que começaram a fazer um dinheirinho, isso se espalha, começa um falatório. Então chegou num ponto que era comum as mulheres terem uma renda maior que os maridos, com as suas hortinhas orgânicas elas foram aumentando, e com um preço melhor, então os maridos começaram a pensar: - tem alguma coisa diferente aí. Então começaram a me procurar, mas com eles foi muito mais difícil do que com elas. Um fator relevante foi sim a questão da remuneração, porque naquela época já era uma venda certa, um preço bom e com isso eu consegui comprar uma rural de um vizinho, uma rural velha, foi apreendida não sei quantas vezes, e a gente descia na rural. Aí já começou, eu colhia o rabanete, o outro colhia o nabo, o outro chuchu e a gente foi começando a montar um mix e foi crescendo.³⁸⁶

Uma dessas mulheres a apoiar a ideia inicial da Coonatura foi Ana Maria, agricultora orgânica há 42 anos. Filha e neta de agricultores, ela conta com orgulho sua história com a agricultura orgânica e com a Coonatura. Além dela, atualmente estão envolvidos na produção orgânica suas duas filhas e dois genros. Em entrevista à autora, ela afirma ter conhecido a agricultura orgânica através do Paulo Aguinaga e seus amigos:

Eles chegaram aqui e alugaram uma casinha da minha tia ali e faziam um canteirinho por dia e achavam que estavam fazendo muita coisa (risos). Estavam no início, assim, muito inexperientes, mas eles foram guerreiros, eles conseguiram reunir a vizinhança, faziam reunião, falavam da importância e aí conseguiram conquistar a mim, conquistou dona Virgínia, conquistou dona Luzia Rabello, meu primo Vicente. E aí começou com um pequeno grupinho e aí a agricultura orgânica foi se expandindo. E está nesse patamar que está hoje, com uma quantidade bastante significativa.³⁸⁷

³⁸⁵ *Ibidem.*

³⁸⁶ *Ibidem.*

³⁸⁷ Entrevista de Ana Maria de Oliveira concedida à autora, na cidade de Petrópolis, 28 de janeiro de 2021.



A agricultora Ana Maria em sua horta orgânica, localizada no Brejal – Petrópolis. Foto tirada pela autora, em 28 de janeiro de 2021.

Sobre o papel das mulheres, ela afirma:

No início foram as mulheres. Por isso que tem esses 30 por cento das mulheres até hoje, porque elas foram as primeiras a aderirem à agricultura orgânica aqui. E depois passou para os seus maridos, os maridos para os filhos e nós já estamos mais ou menos na terceira geração da agricultura orgânica, porque já está fazendo 42 anos que a agricultura orgânica está aqui nessa região³⁸⁸.

Ana afirma já ter trabalhado com agricultura convencional junto de seu pai. “No tempo que a gente era jovem, com meu pai, a gente produzia muito tomate que não era orgânico, isso lá atrás, por volta de 1975.” Sobre os motivos que a levaram a ter aceitado aderir à agricultura orgânica, ela afirma ter sido relevante o fato de saber que a agricultura orgânica não prejudica a saúde e nem o meio ambiente.

No começo foi um pouco difícil a gente convencer as pessoas, porque todo mundo falava “a produção não vai pra frente, a gente não vai conseguir produzir sem isso, sem aquilo”. E eu falava: “não, vamos tentar”. E aí a gente caiu de mãos naquilo ali e fomos firmes e hoje em dia a gente percebe que a agricultura orgânica é mais fácil que a outra agricultura e ela produz tão bem quanto a outra.³⁸⁹

Quando questionada sobre a produtividade comparando a produção convencional para a orgânica, dona Maria diz não ver diferença:

Não percebo diferença. Às vezes a gente tem uma cultura ou outra um pouquinho danificada com alguns insetos, mas é tão pouco que nem se compara se você fosse gastar com produtos químicos. Aquele pouquinho que se perde com os bichinhos, é bem menos que você gastaria com produtos químicos. A produtividade é a mesma coisa.³⁹⁰

Já em relação à saúde, as diferenças são grandes:

Ah, em relação à saúde tá melhor, né? A gente quase não tem resfriado, quase não tem alergia, a gente vive muito melhor, com certeza. Só de saber que você tá produzindo para outros um produto limpo, trabalha até com alegria.³⁹¹

O Boletim da Coonatura de dezembro de 1990 traz a história de Luzia, citada por Ana Maria, que desde o início da década de 1980 também fornecia sua pequena produção à Coonatura. Além das tarefas domésticas, a agricultora cuidava de uma lavoura de aproximadamente 1 hectare, onde plantava cebolinha, salsa, coentro, agrião, couve, espinafre e esporadicamente almeirão, brócolis, pimentão, hortelã, acelga, chuchu, mostarda e taioba.

³⁸⁸ *Ibidem.*

³⁸⁹ *Ibidem.*

³⁹⁰ *Ibidem.*

³⁹¹ *Ibidem.*

Antes de fornecer à Coonatura, ela possuía uma pequena horta para o consumo de casa e a maior parte da terra de seu sítio ficava ociosa. Aos poucos, ao observar que sua produção tinha uma remuneração justa, foi gradualmente aumentando sua horta. Já no momento da escrita do texto (setembro de 1990), a agricultora tinha todo o seu sítio em produção e ainda produzia em áreas dos vizinhos. Sua produção era quase integralmente escoada para a Coonatura, o que vinha contribuindo para o orçamento da família. Naquele momento, Luzia contava com o auxílio de Antônio, seu filho, que havia deixado o emprego numa fazenda de suinocultura na região, onde seu pai era administrador. O rapaz não se arrependera da troca, tendo conseguido com a remuneração comprar um fusca e reformar sua casa. Luzia e Antônio faziam questão de mostrar seus trabalhos e afastar as dúvidas quanto à credibilidade de produzir sem “venenos”.

Quem quiser pode vir ver. Aqui a gente não põe nada. Quando dá piolho a gente põe água que eles somem. As cebolinhas que amarelam as pontas, a gente corta e quando a lagarta aperta tem uma simpatia que, no ano passado, quando deu no pimentão, até que funcionou bem.³⁹²

Virgínia Lima foi mais uma mulher a produzir para a Coonatura, sendo responsável a convencer o marido, José Nilton a superar a desconfiança em relação aos orgânicos. O fim do uso dos pesticidas foi um alívio, mas o “preço firme” teria sido o principal atrativo. Paulo Aguinaga teria estabelecido um preço fixo à produção da família, o que era improvável na agricultura convencional: “O orgânico tem preço firme, na safra e na entressafra. Na Ceasa, há dias em que não dá nada”³⁹³, disse José Nilton à *Revista da Alerj*, de junho de 2009, ao contar sua história com os orgânicos. Com o tempo, toda a família aderiu à produção.

A família faz o perfil típico [pequena propriedade, produção familiar] dos produtores orgânicos do Brejal. Com o casal, cultivando 2,5 hectares, trabalham os filhos Marcelo, Márcia e Fabiana, a nora Luciana e o genro Joel. São 120 caixas de hortaliça por semana. Cada um tira um salário.³⁹⁴

³⁹² Boletim da Coonatura, dezembro de 1990, p. 12.

³⁹³ CELEIRO verde na Serra. *Revista da Alerj*, Ano III, número 6, junho de 2009, p. 23.

³⁹⁴ *Ibidem*.



A família produtora de Virgínia e José Nilton. Fonte: CELEIRO verde na Serra. *Revista da Alerj*, Ano III, número 6, junho de 2009, p. 23.

Aos poucos, a melhora na qualidade de vida dos agricultores associados à Coonatura, aliada à estabilidade financeira trazida pela cooperativa, acabou atraindo mais agricultores ao projeto. Aguinaga afirma que, além do fator econômico ter ajudado a motivar a conversão à agricultura orgânica, o fato de conseguir se integrar àquela comunidade rural ajudou muito. “Eu não vim de fora com um projeto pronto pra implantar a força. Eu fui aprendendo muito com eles.”³⁹⁵ Apesar da utilização dos métodos e do pacote tecnológico característico da Revolução Verde, muitos ainda tinham a memória de seus pais. “O pai do Seu Elis mesmo, não pegou a Revolução Verde, e então o Elis me dizia: - “ah meu pai usava isso, usava aquilo” e eu dizia, então vamos recuperar isso.”³⁹⁶

Paulo ressalta que justamente essa geração do Sr. Elis foi atingida pelo auge da Revolução Verde, o auge da propaganda das multinacionais. “A frase que eu mais escutava era

³⁹⁵ Entrevista de Paulo Aguinaga concedida à autora, na sede do Sindicato Rural de Petrópolis, em 04 de outubro de 2018.

³⁹⁶ *Ibidem*.

essa: - se não colocar veneno não dá. Era quase que um mantra que o pessoal repetia. E a gente foi começando a mostrar que dava”.³⁹⁷

Outro produtor do Brejal, associado da Coonatura, Antonio Carlos Correa, o Toninho, afirma ter trabalhado com agrotóxicos dos 7 aos 16 anos, idade em que conheceu o projeto da Coonatura. Questionado sobre os motivos que o levaram a realizar a transição, ele cita a iniciativa de Paulo Aguinaga, que chegou até a fazenda onde trabalhava sugerindo a produção orgânica.

O dono da fazenda aqui era vivo ainda, aí ele gostou da ideia e então eles vieram pra cá. Eu lembro que quando o Paulo chegou, ele pegou essas áreas aqui, aí a gente já começou a trabalhar com orgânico. Mas as vendas eram poucas. Tinha a Coonatura, que ele era representante da Coonatura lá embaixo no Rio, que era em Botafogo, tinha um box na Cobal e tinham as entregas, que eles faziam cestas. [...] A gente começou a trabalhar com eles, a gente trabalhava assalariado. Eles pagavam em torno de 1 salário e meio e aí era eu, meu pai, depois meus irmãos. Só que na época as terras estavam muito viciadas com o convencional, veneno, essas coisas assim e aí tinha muita lagarta. Eu lembro que a gente juntava todo mundo, aí capinava em média aí 4, 5 canteiros de cenoura por dia, quando a gente chegava no outro dia não tinha mais nada, a lagarta tinha comido tudo. E aí ensinaram uma isca, um remédio natural, e aí foi, depois foram aparecendo as caldas alternativas que a gente podia usar. Até uns 15 anos atrás ainda se usava essas caldas alternativas. Só que com o passar do tempo a gente começou a observar, começa a entender um pouco da lavoura, aí entendemos que o excesso de pragas era ou o excesso ou a falta de alguma coisa, e aí de 15 anos pra cá, não se usa mais nada, dificilmente a gente usa alguma coisa aí. E a lagarta, o que diminuiu muito foram os passarinhos que começaram a aparecer aí, o que diminuiu bem mesmo. E aí foram vindo alguns agrônomos, deram algumas dicas, hoje a natureza está em equilíbrio total³⁹⁸.

Quanto às diferenças entre a lavoura convencional e a orgânica, Toninho afirma:

Olha, uma coisa que incomoda até hoje, que aqui tem muitas áreas convencionais por aí, é o remédio, que se diz remédio, mas no caso é veneno, que passava antigamente, tinha aqueles venenos bravos e antigamente passava aqueles motorzinhos na tobata [pequeno maquinário agrícola], aquilo dá uma pressão e sempre vinha aquela poeirazinha do veneno no nariz da gente. Eram 3, 4 dias que a gente ficava com aquele mal gosto na garganta porque a gente ficava com aquela catanga de veneno. Até hoje quando a gente passa perto de alguma lavoura que o pessoal usa os venenos, a gente ainda sente. A diferença é muita, não tem nem comparação não. Aqui a gente trabalha à vontade. Hoje o pessoal que trabalha com o convencional, quando vai passar um veneno na roça, pelas leis ambientais, o cara acho que fica quase igual um astronauta. Tem colocar bota, tem que colocar máscara, roupa e se a gente tiver que usar

³⁹⁷Entrevista de Paulo Aguinaga concedida à autora, na sede do Sindicato Rural de Petrópolis, em 04 de outubro de 2018.

³⁹⁸Entrevista do agricultor Antonio Carlos Correa à autora, realizada em sua propriedade agrícola, no Brejal, Petrópolis, em 03 de abril de 2021.

essas caldas que a gente usa, a gente pode passar assim, do jeito que a gente está aqui, então a qualidade de vida muda muito, porque os remédios acho que só da gente passar, a gente se sente mal. E depois você passa, você tem que estar lidando no outro dia diretamente com aquilo na terra, porque não tem jeito e tem remédio que fica resíduo ali por um bom tempo na terra.³⁹⁹

Já Geraldo, também produtor orgânico do Brejal, além de ressaltar a relevância da Coonatura para ele ter conhecido e aderido à agricultura alternativa, também fala sobre as experiências que observou sobre o uso de agrotóxicos:

Durante esse tempo todo que eu fiquei trabalhando na agricultura convencional, o que que eu via? Eu via muitos problemas, eu perdi um colega com esses problemas, muitas pessoas foram ficando doentes. E surgiu essa oportunidade de trabalhar na agricultura orgânica. A diferença é muito grande. Pra quem está na agricultura convencional, entrar na agricultura orgânica é bem difícil, porque hoje exige muita coisa, mas a agricultura orgânica é totalmente diferente. Hoje eu me acho bem, de lá pra cá não tive mais problemas de saúde, bem poucas vezes vou ao médico, não tem problemas de passar mal, essas dores de cabeça que o povo sente aí nas outras lavouras, aqui é raro de acontecer.⁴⁰⁰

Os malefícios ocasionados pelo uso de agrotóxicos foi também um fator relevante para atrair muitos agricultores ao projeto da Coonatura. Paulo lembra que, com a adesão de mais agricultores e o aumento da procura no Rio, a Coonatura foi aos poucos crescendo.

Então depois o movimento cresceu e ganhou corpo e foi por si mesmo, aí outros produtores aderiram. Nesse comecinho só a gente no Brejal produzia. Chegou um ponto, quando a coisa cresceu, aí de uma rural eu passei para uma Kombi, de uma Kombi vieram duas, depois um caminhão, aí as coisas foram crescendo, mas em um ritmo orgânico, à medida que crescia no Rio a demanda, que a Coonatura se organizava, os consumidores cresciam, a gente ia se organizando também. Então uma coisa que ajudou muito foi esse crescimento simultâneo, a organização dos consumidores no Rio, com a organização da produção no campo.⁴⁰¹

Desta forma, o polo agrícola do Brejal, antes conhecido pela predominância da agricultura convencional, se consolidou como o principal fornecedor de alimentos naturais para a Coonatura, tornando-se região pioneira, em fins da década de 1970, no cultivo de alimentos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro. Na reportagem do *Jornal do Brasil*, de junho de 1988, é contada a história do Sr.º Elis e seus filhos, Levi e Onéas, assim como a atuação da Coonatura na região do Brejal. Albertos, uma sub-região do Brejal, é retratada como um exemplo ao

³⁹⁹ *Ibidem*.

⁴⁰⁰ Entrevista do agricultor Geraldo à autora, realizada em Petrópolis, em 03 de abril de 2021.

⁴⁰¹ Entrevista de Paulo Aguinaga concedida à autora, na cidade de Petrópolis, em 04 de outubro de 2018.

restante do local, que àquele momento era marcado pelo intensivo uso de agrotóxicos. Naquele momento, o núcleo rural da Coonatura, produzia alface, chicória, couve-flor, brócolis, cenoura, ervilha, nabo, batata, repolho e cereais, como soja e feijão. A reportagem afirma que a Coonatura recebeu um importante apoio: Elis Oliveira, àquela época com 57 anos, havia decidido não utilizar mais agrotóxicos depois de ficar doente do fígado. Seus filhos haviam ido também trabalhar com a Coonatura, formando a “equipe de apoio” de Paulo Aguinaga, apontado pela reportagem como coordenador do núcleo rural da Cooperativa. No terreno voltado a produzir alimentos para a Coonatura, trabalhavam oito adultos e três menores, chefiados por Levi. Onéas era o responsável por auxiliar Aguinaga no transporte de 140 cestas padronizadas e mais os produtos avulsos que eram vendidos na feirinha da Coonatura.⁴⁰²

Albertos dá o exemplo que Brejal não vê

Muitos agricultores garantem que não, mas plantar legumes, frutas e verduras sem utilizar agrotóxicos é possível e, com um pouco de paciência, o método natural pode superar a produtividade das plantações onde são usados os defensivos. A prova desta teoria fica numa localidade chamada Albertos, distrito de Posse, onde a Coonatura cultiva alface, espinafre, chicória, couve-flor, brócolis, cenoura, ervilha, nabo, batata, repolho e ainda cereais como soja e feijão sem travar nenhuma batalha química com as pragas.

Albertos fica ao lado de Brejal, um dos locais onde mais se usa agrotóxicos em Petrópolis, e o exemplo da Coonatura já começou a atrair a atenção dos produtores que, até então, não acreditavam que produtividade combina com adubação orgânica. Há três anos instalada numa parte da fazenda de Jorge Cunha, a cooperativa recebeu, no início de suas atividades, um importante apoio: o do lavrador Elis Gonçalves de Oliveira, 57, que decidiu não trabalhar mais com defensivos, depois que ficou seriamente doente do fígado após uma vida inteira de trabalho no campo.

Os dois filhos de Elis, Levi e Onéas, acabaram indo trabalhar com a Coonatura e, hoje, formam a equipe de apoio de Paulo Aguinaga, coordenador do núcleo rural da cooperativa. No terreno arrendado da fazenda, oito adultos e três menores cuidam do cultivo das verduras e dos legumes, chefiados por Levi. Onéas auxilia Paulo no transporte das 140 cestas padronizadas e dos produtos avulsos da feirinha para os associados da Coonatura, em sua sede em Botafogo. Os associados da cooperativa — a maioria da Zona Sul e da Barra — compram os produtos a



Levi segue lições do pai

preços de mercado e o objetivo é abrir núcleos da Coonatura por bairros, à medida em que a produtividade da fazenda for aumentando.

“A primeira providência para garantir a produção sem usar agrotóxicos é recuperar a saúde do solo. Uma planta saudável fica mais resistente às doenças, como o que acontece com o corpo humano”, explicou Paulo Aguinaga. Nas plantações da Coonatura, a monocultura, que

cansa muito o solo, é evitada e, em seu lugar, foi implementado o rodízio de culturas. Os adubos são produzidos no próprio sítio, através do sistema de compostagem (transformação dos resíduos orgânicos em composto orgânico) e cada produto a ser plantado passa pelo critério das plantas companheiras, que, juntas, repelem as pragas e ajudam a se desenvolver. Os insumos orgânicos, segundo Paulo, são mais baratos porque não acompanham os preços baseados na inflação “e a produtividade tende sempre a crescer, depois da fase inicial”, explica Paulo.

A Coonatura já deixou de ser um simples projeto para os produtores de Posse. Depois que a cooperativa conseguiu plantar e colher ervilhas — uma missão impossível sem o uso dos agrotóxicos para os produtores vizinhos — e, em três anos, alcançou a mesma produtividade das outras plantações vizinhas, ela chamou a atenção e despertou uma curiosidade geral. Muitos lavradores da região, seguindo a decisão da família de Elis Gonçalves Oliveira, já estão conscientes dos problemas de saúde causados pelo uso constante de defensivos.

“Meu tio Gabriel e meu primo Luís também estão doentes do fígado. Quando procuramos o posto de saúde, os médicos só tratam os sintomas, mas nunca nos disseram que o problema vinha dos agrotóxicos. Mas meu pai, que abandonou estes produtos há dez anos, nunca mais se sentiu mal”, contou Onéas, 22, acrescentando que, nas áreas de plantio onde são usados os defensivos, os próprios lavradores aprenderam métodos caseiros para tratar o fígado: tomam coca-cola quente para provocar arroto ou água barrenta para vômitos. Mas sempre voltam a ter os mesmos sintomas, dias depois.

Reportagem sobre a família de Elis Oliveira, pioneiro na produção de alimentos orgânicos no estado do Rio de Janeiro. Fonte: *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1988, p. 5.

⁴⁰² ALBERTOS dá o exemplo que Brejal não vê. *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1988, p. 5.

Em entrevista à autora, Levi, filho de Elis, afirma que, antes mesmo de Paulo Aguinaga chegar à região, ele e sua família já produziam orgânico “sem saber”, pois seu pai não era “muito fã de veneno”, devido a episódios de intoxicação sofridos por ele no passado. No entanto, a primeira vez que escutou o termo foi com Paulo Aguinaga.

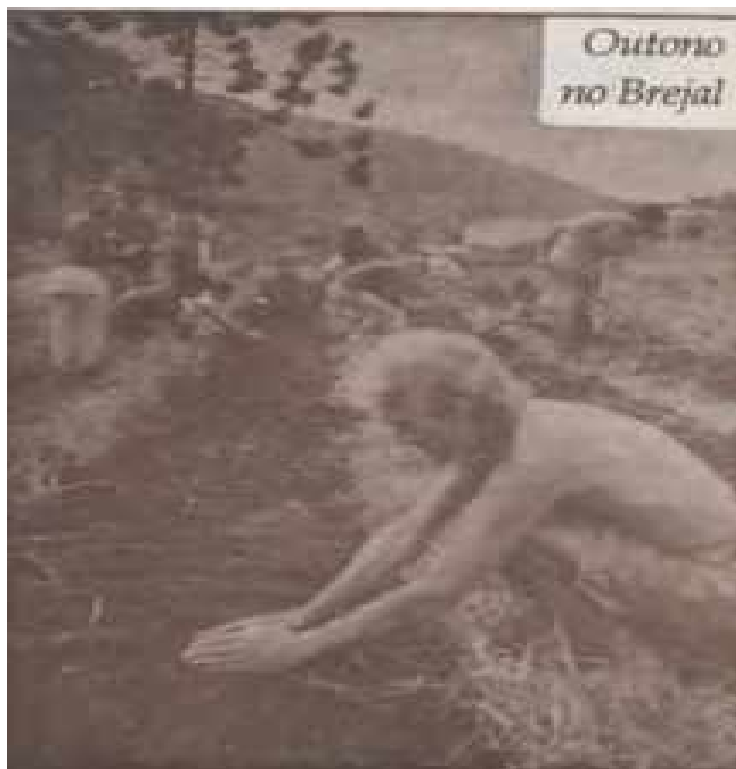
Ele era um estudante e ele veio para o Brejal querendo arrendar um sítio pra produzir orgânico... E aí garoto de faculdade, com aquele gás todo, todo renovado para agricultura. [...]. O Paulo apareceu lá no meu pai, lá na Cachoeirinha através de um corretor de terras. O corretor topou com ele lá na rodoviária em Petrópolis [Centro], aí o Paulo perguntou se ele não conhecia um sítio para arrendar. O corretor trouxe ele até aqui, chegou lá no meu pai e o Paulo novinho, com 17 anos, aí falou de plantar e tal, orgânico, aí meu pai pegou e falou assim: “engraçado, a gente já está aqui com um monte de bicho, não colhe tomate, não colhe abobrinha, não colhe certas coisas e tu (sic) tá falando nesse negócio orgânico? Então, na hora que ele [Paulo] estava saindo pra entrar no fusca do cara, aí meu pai falou com ele assim: - “ah, mas eu fiquei curioso, desculpa de eu te perguntar. Esse negócio de orgânico isso é o que, é um bicho?” Então Paulo saiu do carro para explicar que era uma plantação: “o senhor já até faz isso aí, planta abóbora, não coloca nada, coloca uma cinza, um esterco de porco aí que o senhor tem”. Aí que meu pai entendeu. Então meu pai foi, abraçou ele e falou: - “tu já é dos nossos (sic), pode começar amanhã. O Paulo ficou numa alegria danada, ele magrinho, altão, ficou numa alegria danada. [...] Aí o Paulo chegou lá, não sabia pegar uma enxada, não sabia pegar uma pá, aí trazia umas amigas dele, umas moças grandonas (sic), mais de 2 metros, comia só coisa integral, carne não comia, ovo não comia. “Ah, vim fazer um canteiro”, e aí ia eu e meu irmão, nós botava (sic) uma linha dessa de pedreiro enrolada no bambu, fincava uma estaca pra marcar, ih, não adiantava nada, toda hora ele tinha enxado (sic) na linha. Aí a gente falava com eles: -“ ih, nossa senhora vocês são muito ruim, não vão aprender não”. A gente fazia, levantava as valetas, canteiros e botava eles para acertar. Eles faziam cada buraco no canteiro, aí nós acertava, nós que tinha que semear, troço (sic) que dava pra 5 metros eles botavam em 1 metro. Aí nós começamos a ensinar eles, nós já era da lavoura, né?! Aí nós trabalhava 3 dias pra meu pai e 3 dias para o Paulo.⁴⁰³

O número de associados da Coonatura subiu ao mesmo tempo em que o número de agricultores aderindo à agricultura orgânica cresceu também. Em 1987 eram 1.900 associados e 10 propriedades produtoras, a maioria do Brejal. A maior parte dos consumidores vinha da Zona Sul, mas alguns associados vinham de Nova Iguaçu, Campo Grande, Jacarepaguá.⁴⁰⁴

A cada estação do ano eram promovidas visitas dos associados ao Brejal, eram os mutirões de verão, outono, inverno e primavera, que também eram relatados nos boletins.

⁴⁰³Entrevista do agricultor Levi Oliveira concedida à autora no Brejal/Petrópolis, em 25 de janeiro de 2021.

⁴⁰⁴ AGRICULTURA biológica evita o lento envenenamento. *Jornal do Brasil*, 7 de agosto de 1987, p. 6.



Recorte do Boletim da Coonatura que aborda o mutirão de Outono. Consistia em visitas e dinâmicas com os associados da Coonatura. Fonte: *Boletim da Coonatura*, abril. 1993, p. 7.

O Mutirão do Inverno

O Inverno chegou no Brejal e quase passou sem um mutirão. Ainda em tempo, enchamos três carros e lá chegamos, apesar do 'Alcôa', de um falso horchicô, de um Fiat branco e muita poeira.

Mesmo sem futebol, a turma fez um bom dia neste mutirão. O show dos calouros começou com a capina das cebolas e continuou brevemente com a colheita feita nos sacos (deu até para entender o porquê do nome da Cebolinha, da Turma da Mônica). Enquanto isso, os veteranos lavavam a roupa, quer dizer, literalmente escreviam as coisas azuis que transportam os produtos entre o Brejal e os entrepostos. Além, trabalho super-necessário, a que, sem ser ociosa, os veteranos dão continuidade ao próximo mutirão. Depois de completamente saciados, teve início uma verdadeira "Festa de Babose". Nossa, quanto comida gostosa! Destaque para as quitutes da Martha, os docinhos da Denise, a fonte da Simone, a presença da Carla, os exercícios da Mônica, os poemas do Leoni e a participação de todos.

O Sol saiu e o vento frio nos lembrou o verão. Valeu. Até a Primavera, Brejal.

Para ler

... E o da Primavera

Vai acontecer no sábado, 23 de outubro. Se você quiser participar de um dia de trabalho no Brejal, ligue para a Denise (245-3017) ou para o Artur (4931973) para se informar dos detalhes.

Uma de muitas atividades: Denise e Marlene fazendo a limpeza do espaldado antes do mutirão.

Recorte do Boletim da Coonatura que aborda o mutirão de Inverno. Consistia em visitas e dinâmicas com os associados da Coonatura. Fonte: *Boletim da Coonatura*, set. 1993, p. 3.

O boletim de setembro de 1993 apontou que as visitas ao núcleo rural da Coonatura, o Brejal, vinham propiciando uma grande oportunidade de trocar experiências e enriquecer o trabalho. Em agosto e setembro daquele ano, além dos mutirões, o Brejal recebeu também a visita de um grupo de engenheiros agrônomos da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro. Um casal de associados levou também um grupo de jovens franceses que vieram ao Brasil participar de um programa de trabalho em mutirão na área rural.

Foi um encontro bastante rico e interessante, onde muita informação foi compartilhada. Com eles, visitamos ainda outros dois produtores do Brejal que trabalham com a gente. O rápido convívio entre duas culturas diferentes que a visita proporcionou, ao invés de realçar distâncias, mostrou um enorme potencial de aprendizado recíproco.⁴⁰⁵

O Brejal seguiu sendo o principal fornecedor de alimentos à Coonatura até o seu fim. Defendemos que a incorporação de agricultores tradicionais ao projeto daquela cooperativa seria de extrema importância para o êxito do projeto por mais de 20 anos. Apesar do fim da Coonatura, os produtores do Brejal continuaram se dedicando à agricultura orgânica, tornando a região uma referência na produção de alimentos deste segmento. Paulo Aguinaga, um incentivador do cultivo de alimentos naturais naquele território, estabeleceu residência fixa no Brejal, buscando manter um projeto com agricultores locais. O desafio seria encontrar novos meios de escoamento. Foi então fundada a Biohortas, microempresa cujo objetivo era distribuir e comercializar os alimentos produzidos organicamente no Brejal sob a coordenação de Aguinaga. A partir de contatos estabelecidos durante a experiência da Coonatura, Paulo manteve uma clientela, localizada, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro (Bloise; Loureiro, 2011: 22), que frequenta lojas de produtos naturais, supermercados e a Feira Orgânica da Glória, primeira feira orgânica da cidade do Rio de Janeiro, cujo processo de criação trataremos no próximo capítulo.

O cooperativismo, muito importante no contexto em que a Coonatura surgiu, é da mesma forma o sustentáculo da Biohortas. O Brejal, enquanto núcleo rural da Coonatura, surgiu e cresceu nesse universo da cooperação, que impregnou e fundamenta o Brejal –Biohortas. Ambos mantêm o mesmo espírito de grupo, as mesmas práticas coletivas, a mesma estrutura de diálogo, tão caros ao campesinato. A diferença entre Coonatura (cooperativa) Biohortas (empresa) refere-se apenas à forma jurídica. A Biohortas cumpre o papel de um braço legal para a comercialização da produção desses agricultores. (Bloise; Loureiro, 2011: 22).

⁴⁰⁵ Visita. *Boletim da Coonatura*, set. 1993, p. 3.

A Biohortas chegaria ao fim no início da segunda década do século XXI, no âmbito da criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Enquanto Aguinaga seguiu atuando na associação local e na gestão pública do município de Petrópolis, a produção orgânica do Brejal, por outro lado, continuou crescendo através de diversas cooperativas e grupos de comercialização, sendo responsável por trazer o título de “Capital Estadual dos Produtos Orgânicos”⁴⁰⁶ à cidade de Petrópolis. Mais de 80% dos produtores orgânicos da cidade estão concentrados no Brejal. Além da Coonatura, outra instituição relevante para o fortalecimento dos agricultores orgânicos do Brejal, destaca-se a Associação de Agricultores Biológico do Rio de Janeiro, cuja atuação abordaremos a seguir.

3.6- A Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)

Outra iniciativa que auxiliou consideravelmente a promoção da agricultura alternativa, inicialmente na região serrana, depois, em todo o estado, foi a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, a ABIO.

Aos 02 dias do mês de março do ano de 1985, reuniram-se na cidade de Nova Friburgo as pessoas adiante qualificadas, residentes em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. (...) Organizando assim os trabalhos, a Sra. Presidente propôs a constituição de uma associação civil, sem fins lucrativos, para trabalhar pela promoção e difusão de uma agricultura que se baseie em métodos alternativos de produção.⁴⁰⁷

Assumiu a presidência da reunião de criação da ABIO, Sheila de Almeida Fialho, técnica da EMATER, já citada anteriormente, que, em 1984, havia sido uma das organizadoras do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Os secretários eram Raul de Lucena Duarte Ribeiro, agrônomo, professor da UFRRJ, e a socióloga Cristina Ribeiro, também participantes do encontro. O estatuto da ABIO apontava que a associação era uma instituição de âmbito regional, com sede na cidade de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro. Dentre os membros eleitos no conselho diretor estavam os já citados Raul, Sheila e Cristina, além de João Carlos Ávila e Sérgio Cabral de Carvalho, coordenador do Conselho Interestadual de Controle de Agrotóxicos e Alternativas Agropecuárias. A atuação da ABIO abrangeria todo o campo da agricultura biológica, definida como:

⁴⁰⁶ Lei Estadual nº 8.118 de 25 de setembro de 2018.

⁴⁰⁷ Ata de constituição e fundação da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Acervo: ABIO.

atividade agropecuária com base em métodos alternativos, sem o emprego de agrotóxicos, biocidas, adubos químicos, hormônios, aditivos químicos ou qualquer outro insumo ou prática que pudesse representar riscos à saúde e ao meio ambiente ou desequilíbrios de ordem social.⁴⁰⁸

Suas finalidades eram:

Congregar agricultores cujos métodos de produção se enquadrem na definição acima;

Promover o permanente e rigoroso controle da qualidade e do valor biológico dos produtos comercializados por seus associados, inclusive através de análises para garantir a inexistência de resíduos de agrotóxicos e outros contaminantes, conduzidas em laboratórios oficiais de idoneidade reconhecida;

Proceder, em bases cooperativas, a aquisição de insumos, o transporte e a comercialização de produtos, bem como envidar esforços para obtenção de crédito e de quaisquer outros recursos ou serviços que possam beneficiar seus associados;

Programar qualitativa e quantitativamente a produção de seus associados, visando ao equilíbrio e à maior eficiência de comercialização;

Estudar e praticar métodos alternativos de produção agropecuária e de comercialização de produtos naturais e artesanais;

Promover e patrocinar encontros, seminários, cursos e outras atividades educacionais com o objetivo de dar máxima divulgação aos assuntos ligados à agricultura biológica.⁴⁰⁹

Cristina Ribeiro, uma das fundadoras e coordenadora da ABIO até os dias atuais, conta que, no momento da fundação, não existia nenhuma norma ou legislação que pudesse guiar os rumos da associação. Assim, o regulamento foi inspirado na Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM), cujas normas seguiram como base para a instituição até ser promulgada a legislação brasileira dos alimentos orgânicos, o que aconteceu apenas na década de 2000.⁴¹⁰

A origem da ABIO surgiu da necessidade encontrada por alguns jovens que participaram do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa e buscavam iniciar uma feira de alimentos naturais em Nova Friburgo.

A turma que já se conhecia do encontro resolveu fazer a feira. Juntou todo mundo ali, estava todo mundo disperso, um conhecia o outro, mas o grupo mesmo se aproximou no encontro e aí pensamos em fazer a feira. A gente queria fazer uma feira em Friburgo, então a prefeitura exigiu que se fundasse uma associação. E aí deu no que deu, tá aí até hoje.⁴¹¹

⁴⁰⁸ *Ibidem.*

⁴⁰⁹ *Ibidem.*

⁴¹⁰ Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, na sede da ABIO, em 15 de abril de 2019.

⁴¹¹ *Ibidem.*

Dentre os fundadores, nenhum deles tinha origem rural, porém, todos se identificaram como agricultores. Alguns deles moravam no campo, em cidades como Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, mas a origem era urbana. Tinham, portanto, o mesmo perfil dos jovens idealizadores da Coonatura. Um ano depois de criada, a ABIO foi convidada a abrir um ponto de comercialização dos produtos agrícolas de seus associados no hortomercado da Cobal, situado à Rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, Rio de Janeiro.⁴¹² Em 1987, o *Jornal do Brasil* aponta que a banca da ABIO funcionava às terças, quintas e sábados, da manhã, até o fim da tarde. Naquele ano, a ABIO já possuía 60 associados de 15 propriedades que dividiam os custos do transporte e vendiam a produção abaixo do mercado.⁴¹³

Para comprar na banca da ABIO é melhor ir à Cobal de manhã. Desde às 8h arrumam-se nos tabuleiros laranjas, peras silvestres, morangos, caquis e até bananas amadurecidas sem carbureto. Além de frutas, legumes e laticínios, também estão à venda geleias, picles e hidromel. Os carnívoros incorrigíveis podem encomendar carne de vaca ou coelho, a CZ\$100 o quilo⁴¹⁴.

A feira idealizada em Nova Friburgo também foi à frente. Considerada a primeira feira de produtos da agricultura orgânica do Brasil, a Feira da Saúde, como foi chamada, buscou congregar produtores da agricultura orgânica de toda a região serrana e centro-norte fluminense. Sobre a iniciativa, Sérgio Cabral de Carvalho, um dos fundadores da ABIO afirmou:

O lavrador, depois de expor seu produto realmente natural, sem contaminação e ganhar fama, vai ter garantia de comercialização, além de conseguir melhor preço que, neste sistema, deverá ser decente. A produção da região será altamente valorizada e, o que é mais importante, o dinheiro que sai do município – com a importação de adubos químicos de outros estados, ficará no próprio município. A maior oferta de empregos – porque a agricultura orgânica necessita de maior oferta de empregos – porque a agricultura orgânica necessita de maior mão-de-obra – será outro benefício para a região⁴¹⁵.

Outra reportagem da *Manchete*, de 1985, apontava:

Os cariocas da ABIO acreditam que as plantas não estão irrecuperavelmente viciadas em agrotóxicos e propõem alternativas, que consideram viáveis, para a produção de alimentos puros. Como prova de suas afirmações, apontam a Feira da Saúde, em Nova Friburgo, que começou a funcionar em janeiro, utilizando produtos de hortas e lavouras que seguem rigorosamente os princípios da agricultura orgânica. Raul de Lucena Duarte Ribeiro, professor

⁴¹² Ata de constituição e fundação da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Acervo: ABIO.

⁴¹³ AGRICULTURA biológica evita o lento envenenamento. *Jornal do Brasil*, 07 de agosto de 1987, p. 6.

⁴¹⁴ *Ibidem*.

⁴¹⁵ AGRICULTURA faz feira de produtos. *O Fluminense*, 09 de fevereiro de 1985.

da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e um dos fundadores da ABIO, informa que, na Feira da Saúde, todos os produtos são muito bem analisados, pois sua sobrevivência só será possível na medida em que tiver respaldo e credibilidade.⁴¹⁶

Outra iniciativa foi a criação de uma feira no município de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, inaugurada em 1988, também intitulada “Feira da Saúde”.



Reportagem abordando a criação da Feira da Abio em Niterói. Fonte: *Jornal do Brasil*, 03 de julho de 1988, p. 6.

Em reportagem do *Jornal do Brasil*, de 29 de outubro de 1988, é abordada a Feira de Niterói, bem como o perfil de atuação da ABIO ao longo dos anos 1980. O texto aborda a rotina de Marco Antônio Costa e sua esposa, Angela Maria Silva, ambos professores universitários. Atuantes no processo de criação da ABIO, eles transformaram os sítios que possuíam nos municípios de Itaboraí e Cachoeiras de Macacu em núcleos produtivos da ABIO. O jornal aponta que, enquanto nos sítios assumiam papéis de agricultores, na cidade eram responsáveis pelo ponto de venda na cidade de Niterói.

São mais dois produtores que se submeteram aos rigorosos testes da ABIO e se filiaram à associação, entre outros 40, para vender frutas, legumes e verduras sem agrotóxicos. Vistoriados constantemente sem aviso prévio,

⁴¹⁶ AGRICULTURA natural. *Manchete*, (sem mês), 1985, p. 42.

quem não estiver de acordo com as normas do estatuto da associação é expulso do grupo.⁴¹⁷

O casal garantiu que o movimento das vendas vinha subindo com os meses: “acho que as pessoas estão se preocupando mais com a saúde hoje em dia”, declarou Angela. Já Marco Antonio ressaltou a falta do incentivo governamental e citou como exemplo a questão do crédito rural: “se você pede um empréstimo bancário para aplicar em agricultura biológica, se defronta com 80% de chances dele ser vetado.”⁴¹⁸

NATURALISMO

Para tirar partido do verde

■ **No entreposto de alimentos naturais se vende saúde**

Marco Antônio e Angela Maria Costa da Silva são profissionais universitários, mas se realizam através da agricultura. Transformaram os silos, que têm em Itaboraí e Carbono de Macaé em prédios da ABIO (Associação Biológica do Rio de Janeiro). Lá, marido e mulher, assamem artes de produtores locais, enquanto na cidade são os responsáveis pelo entreposto de alimentos naturais da Travessa Francisco de Almeida, em frente ao número 128 da Avenida Sete de Setembro. São mais dois produtores que se submetem aos rigorosos testes da ABIO e se filiaram à associação, entre outros 45, para vender frutas, legumes, e verduras sem agrotóxicos. Vistoriados constantemente sem aviso prévio, quem não estiver de acordo com as normas do estatuto de associação é expulso do grupo.

Para carregar a bandeira dos alimentos sem agrotóxicos, não é preciso declarar guerra a produtos multinacionais, produtores de adubos químicos e defensivos agrícolas. “É mostrando a qualidade dos produtos que se ganha a confiança dos consumidores”, explica Marco Antônio. “Para nós, agente químico é sinônimo de veneno, o que não combina com comida e mesmo



ainda com saúde.” O casal está com o entreposto desde junho desse ano, mas, segundo Angela, o movimento tem aumentado. “Acho que as pessoas estão se preocupando mais com a saúde hoje em dia”, explica. Outros atrativos do lugar são os preços, que muitas vezes são mais em conta, 30% que aqui sempre é incentivo produtivo da maneira mais natural. Nessas horas, o preço da loja também aumenta e as vendas até assamem o comprador. É o caso dos ovos caipias, por exemplo, pouco por galinhas que não são criadas em granja e não se alimentam de ração. “Eles ficam soltos e muitas vezes é difícil até encontrar o lugar em que passaram os ovos”, explica Marco Antônio. O tomate é outro exemplo. Foi ser muito suscetível a pragas, dificulta o trabalho de quem não usa pesticida e é vendido mais caro. A solução é compensar nos outros alimentos, que acabam saindo mais baratos e pensar na saúde em primeiro lugar. Fora isso, o entreposto faz promoções todas as semanas, com artigos que chegam em maior quantidade. Dessa forma, tudo se pode encontrar a uma de ovos caipias por R\$ 500, quase o dobro do preço do comércio supermercado, como um milho de coque 50% mais barato ou a cenoura abrida em até 70%.

Na verdade, os preços do entreposto competem tanto com os das feiras livres como os dos supermercados. Com exceção das promoções, o que acaba valendo mesmo na loja de ABIO é a qualidade. Marco Antônio e Angela, que nunca tiveram publicidade, insistem que a divulgação basta à boca a boca e resulta do bom trabalho que tem sido feito. “A questão do preço varia muito”, esclarece Marco Antônio. “A única coisa certa é que quanto mais a gente vende, mais os preços baixam”. Na opinião de Marco Antônio, o que falta aos produtores é o incentivo governamental. “Se para dar um exemplo: se você pede um empréstimo bancário para aplicar em agricultura biológica, se defronta com 80% de chances dele ser vetado”, diz. Mas o produtor não gosta de assuntos políticos. Para temas assim, a ABIO reserva datas especiais para encontros e palestras, como o que vai acontecer no dia 25 de novembro no Instituto Cultural Moksha. O tema será “Agricultura Biológica: a opção do futuro”. Os produtores prometem trazer à tona todas as questões da terra. Até lá, vão ficar apenas vendendo saúde.

Daniela Paiva

Entrevista de Marco Antonio e Angela, associados da Abio. Fonte: *Jornal do Brasil*, 29 de outubro de 1988, p. 4

Havia a perspectiva de serem realizadas análises em laboratórios oficiais dos produtos comercializados na feira. Esse, inclusive era um dos objetivos da ABIO. Cabe ressaltar que esta associação desempenhou um papel de fiscalização em um período em que não existia nenhuma

⁴¹⁷ PAIVA, Daniela. Para tirar partido do verde: no entreposto de alimentos naturais se vende saúde. *Jornal do Brasil*, 29 de outubro de 1988, p. 4.

⁴¹⁸ *Ibidem*.

legislação que regulamentasse a prática. Esta instituição participou ativamente dos debates de elaboração da legislação dos orgânicos, decretada somente no ano de 2003. Não por acaso, atualmente, a ABIO é a maior certificadora de produtores orgânicos do estado do Rio de Janeiro, o que ressaltaremos nos próximos capítulos.

Podemos afirmar que, tanto a Coonatura como a ABIO são resultado do contexto histórico em que foram criadas e foram personagens importantes para a difusão da agricultura alternativa/orgânica no estado do Rio de Janeiro. Embora a Coonatura tenha chegado ao fim e a ABIO tenha modificado os rumos de sua atuação, o panorama atual da agricultura orgânica traz consequências notórias da atuação inicial de Coonatura e ABIO, como continuaremos ressaltando neste trabalho. Paulo Aguinaga afirma que, enquanto a Coonatura fortaleceu a produção de alimentos naturais no Brejal, em Petrópolis, a ABIO foi muito relevante para impulsionar essa produção em Nova Friburgo. Como ressaltaremos no capítulo 5, ao longo da década de 1990, ABIO e Coonatura desempenharam diversas iniciativas conjuntas. A Feira Cultural e Ecológica da Glória foi uma delas.

No começo a ABIO teve um papel importante na comercialização, com o Box da Cobal de Botafogo. Esse grupo que se organizou aqui em Petrópolis, todo ele escoava a produção pela Coonatura. Quando a ABIO se estruturou e conseguiu esse Box na Cobal, ela conseguiu um caminhão de doação de um movimento católico estrangeiro, ela trazia do pessoal de Friburgo, do pessoal de Teresópolis, esse pessoal que não tava na nossa logística, então acabou sendo importante para viabilizar também a construção de outros polos de produção através do Box da Cobal. Mais adiante, a gente como movimento, falando em Coonatura e ABIO, naquela época ainda não tinha legislação de certificação. A ABIO era associação de produtores e durante algum tempo a gente caminhou junto, trocava figurinhas, mas cada um com a sua identidade, cada um com o seu movimento, a Coonatura se organizando nessa forma cooperativa, a ABIO se organizando através da Cobal de Botafogo, então acho que ela teve um papel importante.⁴¹⁹

⁴¹⁹ Entrevista de Paulo Aguinaga concedida à autora na sede do Sindicato Rural de Petrópolis, em 04 de outubro de 2018.

REPORTAGEM DE BAIKON *Coonatura e Abio*

Alimentos ecológicos que resistiram aos modismos

Difícil de imaginar, mas os produtos sem agrotóxicos ou aditivos químicos ainda existem. Deixei de Associação de Agricultores Ecológicos (Abio), em parceria com a Associação Harmonia Ambiental (Coonatura), na Cobal do Botafogo, resiste aos modismos e oferece aos clientes da 79 e 80 e ainda pela qualidade de seus alimentos.

Fundada em 1978, a Coonatura é hoje a maior produtora de alimentos ecológicos (sem agrotóxicos e aditivos químicos) do Rio de Janeiro. Em 1994 a Abio — que atualmente também é responsável por essa rígida fiscalização dos horticultores em seus comercializados no box.

Desde o surgimento em 78, quando a Coonatura ocupava uma pequena sala em Copacabana, muita coisa mudou. Hoje a associação tem mais quatro pontos de distribuição de alimentos sem agrotóxicos, um atuando em São Christóvão,

uma favela em Botafogo, outra na Barra, além do Feira Cultural e Ecológica, na Praça do Brasil, na cidade, que funciona aos domingos e sábados. Para a coordenadora de bot do Cobal, Emami Feron, o estigma de que os alimentos ecológicos são mais e mais caros que os outros não passa de uma ilusão. Ele chama a atenção para a maioria de os produtos ecológicos os alimentos pela aparência.

— Tem sempre a variedade maior e mais bonita e de melhor qualidade e mais rica em nutrientes — disse.

Ferona garante que os preços são compatíveis com os praticados nos outros boxes e explica que alguns alimentos podem custar mais caro devido à dificuldade de ao trabalho que se tem na hora de combater uma praga. Outros alimentos agrícolas, ao serem as técnicas são dispensáveis, enquanto o produto. Além de frutas e verduras vendidas no box, também são comercializadas grãos, mel e doces.



HO BOX DA ABIO, na Cobal do Botafogo, só comercializa produtos sem agrotóxicos ou aditivos químicos.

Reportagem do jornal *O Globo*, abordando a parceria entre Abio e Coonatura na Cobal de Botafogo, Rio de Janeiro. Fonte: *O Globo*, 20 de junho de 1996, p. 11.

Há algumas diferenças entre o perfil de produção alternativa que se desenvolveu, inicialmente, em Petrópolis e em Nova Friburgo. Enquanto no primeiro município, o que ocorreu, majoritariamente, foi a transição de trabalhadores rurais, que já eram agricultores, à produção orgânica (em grande parte impulsionados pela Coonatura); em Friburgo, o que parece ter ocorrido, foi o início deste tipo de cultivo por jovens urbanos, os quais se voltaram à região impulsionados pelas ideias agroecológicas que se difundiam na cidade e na academia. Destacase, neste sentido o papel da ABIO, pois a maioria de seus fundadores e membros iniciais desenvolviam atividades de produção alternativa na cidade.

Ao analisarmos a difusão da agricultura alternativa no estado do Rio de Janeiro, com destaque para o pioneirismo da região serrana, podemos afirmar que este processo ocorreu de forma gradual, representando uma pequena parcela em relação à totalidade da produção agrícola no estado. Reportagem do *Jornal do Brasil*, de 28 de maio de 1984, por exemplo, afirmou que “a luta era desigual”, pois enquanto cerca de 40 mil toneladas semanais de alimentos convencionais eram escoados na Ceasa, os poucos pontos de venda de alimentos alternativos, vendiam apenas uma tonelada e meia. No entanto, para o movimento alternativo

que se delineava ao longo da década de 1980, superar ou se aproximar da produção convencional não parecia ser um objetivo inicial, como destacou a própria reportagem.

A procura de produtos sem defensivos triplicou, segundo seus responsáveis, mas eles não estão nem um pouco interessados em aumentar desmesuradamente o volume de suas transações. Antônio Lago, coordenador da feirinha da Coonatura, não quer nem que seja divulgado o endereço da Cooperativa: - não queremos nos transformar num supermercado. Temos hoje 800 associados e, em nossa feirinha semanal, conseguimos fazer 70 cestas, com uma mistura de produtos da época, e, além disso, distribuimos outras 70 senhas para a venda avulsa de produtos. Queremos nos expandir um pouco, mas não muito além disso. Nossa ideia é que outras entidades como a nossa surjam e se reproduzam por todo o país, sem gigantismo.⁴²⁰

Podemos entender que a difusão deste modelo agrícola esteve relacionado a uma mudança de mentalidade de uma parcela específica da sociedade fluminense, a classe média urbana e intelectual, imbuída de uma consciência ecológica e com grande preocupação em relação à qualidade dos alimentos que consumia. Argumentamos, portanto, que esta prática agrícola, que mais tarde iria se consolidar economicamente e legalmente como agricultura orgânica, teve início e foi difundida da cidade para o campo, impulsionada por profissionais da área (sobretudo agrônomos), jovens (em sua maioria estudantes universitários de classe média urbana) e em parte por consumidores, que, assustados com as recorrentes notícias sobre o uso abusivo de agrotóxicos, buscavam soluções alternativas para uma alimentação segura e saudável. No entanto, não podemos perder de vista o papel desempenhado pelos agricultores. Embora tenham visto com certa desconfiança a prática alternativa inicialmente, o papel destes homens e mulheres do campo foi fundamental para a sua consolidação e difusão. O idealismo das comunidades rurais e dos jovens que se dirigiram ao campo ao longo da década de 1980 foi perdendo força, e deu lugar à adesão de agricultoras e agricultores que passaram a se dedicar a prática, ampliar a produção e abastecer milhares de pessoas nos grandes centros urbanos.

Nos próximos capítulos abordaremos a popularização deste tipo de cultivo, compreendendo como a agricultura alternativa passou a ser “orgânica”, além de abordarmos as instituições que estiveram mobilizadas na promoção de estudos, de assistência técnica e de cursos de especialização sobre essa temática. Ressaltaremos também a ampliação da disponibilidade destes alimentos no mercado fluminense, através da disseminação de seu cultivo em outros polos agrícolas além da região serrana. Destaque também será dada à legislação que passa a regulamentar a prática orgânica nos anos 2000.

⁴²⁰ ZONA Sul intensifica procura de hortaliças sem agrotóxico. *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1984, 1º Caderno, p. 4.

Capítulo 4

De alternativa à orgânica: a propagação da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro ao longo dos anos 1990

Um mercado cada vez mais interessante começa a se ampliar no mundo industrializado para países exportadores de alimentos como o Brasil: o dos produtos de origem orgânica, sem agrotóxicos ou pesticidas químicos. Cálculos do Instituto de Agricultura Orgânica da Universidade de Bonn indicam que só na Alemanha – com 78 milhões de consumidores exigentes e de alto padrão de renda- a brecha neste mercado se situa entre 10% e 15% do total de alimentos.

-Quanto mais industrializado e sofisticado um povo, mais buscará uma espécie de retorno à natureza através da alimentação ou de um novo tipo de turismo, menos predatório e que possibilite maior contato com ecossistemas naturais, explicou o professor Ulrich Koepke, fundador do Instituto de Bohn. Ele vê enormes possibilidade para o Brasil neste setor, mas adverte: a partir de 1º de janeiro do ano que vem já vigorarão regras rigorosas para garantir que os produtos naturais obedeçam de fato a todos os requisitos e não sejam simplesmente resultado de um falso marketing verde.⁴²¹

O trecho acima, retirado de uma reportagem do *Jornal do Brasil* de novembro de 1992 nos permite realizar algumas análises. Em primeiro lugar, em uma perspectiva mais global, podemos observar que alimentos orgânicos possuíam uma crescente demanda no exterior, especialmente em países desenvolvidos. Segundo, podemos analisar nos jornais do período, neste e em diversos outros discursos, tentativas de evidenciar um suposto potencial de mercado para a produção orgânica brasileira, o que poderia ser relacionado ao que o ambientalista Carlos Minc chamou de “supermercado da ecologia”⁴²², afinal, certamente, não estava entre os objetivos dos entusiastas do movimento de agricultura alternativa das décadas anteriores transformar esta prática em uma produção em larga escala voltada à exportação. Por último, cabe ressaltar que, embora já existisse uma demanda pela exportação de produtos orgânicos brasileiros, a produção interna ainda era incipiente e, portanto, insuficiente para as expectativas apontadas na matéria. O próprio professor alemão entrevistado, o especialista em agricultura orgânica Ulrich Koepke, que vinha analisando o potencial mercado entre Brasil e Alemanha, apontou que o principal obstáculo ao “mercado natural” seriam falta de incentivos e o fato de a venda ainda ser restrita a locais especializados. Outro entrevistado pela reportagem do *Jornal*

⁴²¹ALIMENTO orgânico conquista os consumidores sofisticados. *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1992, p. 25.

⁴²²MINC, Carlos. O supermercado da ecologia. *Jornal do Brasil*, 5 de janeiro de 1991, 1º Caderno, p. 9.

do Brasil, Jorge Zimmermann, professor do curso de Agricultura Alternativa da Universidade de Brasília, trouxe um pequeno panorama da produção orgânica naquele período:

Atualmente o Brasil já exporta para a Alemanha cacau, banana-passa, café, plantas medicinais e condimentos. Há produtores orgânicos em pelo menos 18 dos 23 estados do país. Na Cobal do Rio, por exemplo, pequenos produtores de Teresópolis, Friburgo e Petrópolis vendem o ano todo os seus produtos cultivados sem agrotóxicos num estande especial da ABIO.⁴²³

A década de 1990 levou a agricultura “alternativa” a um outro patamar. Aos poucos, esta modalidade agrícola foi perdendo o status de “utópica”, e as dúvidas e desconfianças sobre a possibilidade de se produzir alimentos naturais em consonância com a conservação do meio ambiente e da saúde – tanto dos agricultores, como dos consumidores - foram dando lugar a cada vez mais debates e iniciativas da sociedade civil e comunidade técnica na promoção efetiva de pesquisas, encontros, instituições e ações práticas que culminariam, sobretudo nos anos 2000, no “boom” dos alimentos orgânicos. Naquele momento, essa agricultura configurava uma prática relativamente consolidada, amparada por uma legislação específica e conhecida por uma maior parcela da população.

A consolidação da legislação que regulamentou o uso de agrotóxicos no Brasil, no final da década de 1980, representou uma grande vitória para atores que vinham debatendo a toxicidade destes produtos, pelo menos, desde fins da década de 1970. Por outro lado, os debates ecológicos ganharam um novo fôlego no Rio de Janeiro e no país, sobretudo a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. É neste momento que se fortaleceu, em território brasileiro, o debate agroecológico, que, inicialmente, restrito a um pequeno grupo de profissionais e estudantes, passou, a partir da década de 1990, a um conjunto mais articulado e variado de debates e práticas produtivas, sendo gradualmente incorporado por instituições, por um maior número de trabalhadores rurais e por movimentos sociais. É nesta década, inclusive, que o termo “alternativo”, englobando as ideias e práticas contestatórias ao cenário agrícola hegemônico, é gradativamente substituído pelo termo “agroecológico”. Embora a agroecologia enquanto ciência fosse difundida internacionalmente desde pelo menos a década de 1970, no Brasil, o termo toma força entre fins da década de 1980 e início dos anos de 1990. Tem relevância neste fato a grande repercussão de autores como o chileno Miguel Altieri e o estadunidense Stephen Gliessman. A obra de Altieri, intitulada *Agroecologia: bases para uma*

⁴²³ALIMENTO orgânico conquista os consumidores sofisticados. *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1992, p. 25.

agricultura alternativa, foi o primeiro livro de agroecologia traduzido no Brasil pela AS-PTA e contribuiu para a adesão do termo e de uma visão mais sistêmica dos próprios preceitos da agroecologia entre os atores que vinham se mobilizando em relação à agricultura ecológica (Paulino; Gomes, 2020: 315). Jean Marc von der Weid aponta a importância da obra de Altieri naquele contexto:

Em 1986 eu conheci o Altieri, que tinha acabado de lançar nos Estados Unidos aquele livro que a gente traduziu aqui. E os dois conceitos vinham juntos: agricultura alternativa e agroecologia e dizia o seguinte: a agroecologia era base científica da agricultura alternativa. Então ele faz a passagem da nomenclatura naquela altura e a gente usou muito isso. Traduzindo aqui, a gente deve ter vendido uns 100.000 exemplares daquele livro ao longo dos anos e a partir daí a gente começou a incorporar o termo e... eu diria que incorporar o termo é mole [sic], é só trocar de palavra.. mas incorporar a racionalidade da agroecologia é um pouquinho mais complicado.⁴²⁴

Luzzi inclusive destaca o papel desempenhado pela AS-PTA neste processo. O termo “agroecologia” foi introduzido no Brasil a partir de contatos estabelecidos entre membros desta ONG e representantes de outras experiências latino-americanas em agricultura alternativa. A autora ressalta que dessa aproximação foi consolidado o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES), criado em 1989, reunindo diversas ONGs e projetos de toda a América Latina, tendo como objetivo o intercâmbio de informações e a difusão das bases dos preceitos agroecológicos (Luzzi, 2007: 62).

Enquanto o termo “alternativo” recebia críticas pela imprecisão conceitual, o conceito de agroecologia buscou trazer um respaldo científico às ideias alternativas que vinham se consolidando nos anos anteriores. Tal conceito passou a incorporar diferentes áreas do conhecimento, como as ciências sociais, e valorizar a integração dos sistemas produtivos, bem como a atuação do agricultor nesse processo (Luzzi, 2007: 64). Concomitantemente à consolidação do debate agroecológico e do próprio termo “agroecologia”, dentre as diversas correntes agrícolas alternativas, o termo “orgânico” se consolidou ao longo da década de 1990, sendo, posteriormente, incorporado à legislação que regulamentaria a prática no início dos anos 2000.

Como apontam Claudia Schmitt *et. al.*, a construção de uma política nacional de agroecologia (estruturada na segunda década dos anos 2000) tem origem em diversas ações

⁴²⁴ Entrevista de Jean Marc von der Weid concedida à autora na cidade do Rio de Janeiro, em 01 de agosto de 2023.

locais desenvolvidas em distintas partes do Brasil, sobretudo a partir dos anos 1970, por um conjunto de atores (movimentos sociais, ONGs, agricultores familiares), que contribuiriam para a ampliação, ao longo dos anos 1990, de redes agroecológicas em âmbitos local, regional e federal, as quais passaram a estar centradas na atuação de agricultores e técnicos, bem como baseadas na aprendizagem mútua. Neste período histórico também cresciam tentativas em estabelecer diálogos entre a sociedade civil e várias instâncias governamentais, o que permitiu, para os autores, “uma pluralidade de dinâmicas de institucionalização da agroecologia” (Schmitt, *et. al*, 2017: 73-122).

Embora se popularizando, o entendimento de agroecologia no Brasil ainda vem provocando certa confusão, visto as suas múltiplas facetas e significados. Para Dominique Guhur e Nívia Silva:

A agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política. Pode apresentar uma abordagem restrita, como um campo de cultivo agrícola; considerar um agroecossistema mais complexo, como uma unidade de produção (estabelecimento rural, assentamento de reforma agrária) ou mesmo uma região; abarcar todo o sistema agroalimentar; ou convidar a repensar o metabolismo sociedade-natureza, como parte de um projeto societário. Em todos os níveis e dimensões, a agroecologia se apresenta como uma contraposição a determinadas práticas, enfoques ou concepções (Guhur; Silva, 2021: 59-60).

Tendo em vista, portanto, o entendimento da agroecologia enquanto ciência, movimento social e prática que engloba diversos atores e instituições, sob o seu viés, buscaremos evidenciar distintas trajetórias relevantes no processo histórico de consolidação da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro, entendendo essa prática, nesta localidade, enquanto produto de ideias e ações agroecológicas que vinham se consolidando no país há alguns anos.

Neste processo importam alguns elementos: a) a constância e permanência da atuação de um grupo relativamente homogêneo, imbuído de um pensamento agroecológico, responsável por seguir defendendo, consumindo e impulsionando o cultivo de alimentos naturais; b) a constatação, por instituições de pesquisa, de que a agricultura alternativa/orgânica era viável e, portanto, passível de novas pesquisas e novas metodologias; c) a adesão, cada vez mais constante, de agricultores que se dispuseram a iniciar o cultivo de alimentos orgânicos.

Em relação ao estado do Rio de Janeiro, as iniciativas relacionadas à produção de alimentos alternativos, como o pólo agrícola do Brejal, a ABIO e a Coonatura, seguiram, ao longo das décadas de 1990 e 2000, contribuindo para o fortalecimento desta modalidade agrícola, que, neste período, como ressaltado anteriormente, passava a ser mais conhecida como

“agricultura orgânica”. Àquele momento, a temática se popularizava aos poucos, tendo grande relação, como dito, com a realização da Eco-92 no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro.

4.1- Rio, capital da Ecologia: A Eco 92 e a ampliação da temática ambiental no Rio de Janeiro e no Brasil.

A formulação do termo “desenvolvimento sustentável” - e seus consequentes desdobramentos - trouxe novas dinâmicas de cooperação internacional e de políticas voltadas aos países periféricos entre fins da década de 1980 e início da década de 1990. Como destaca Souza, sob a égide do neoliberalismo, uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico se consolidava, e, neste novo “padrão”, ajustes se faziam necessários afim de se promover um modelo de desenvolvimento menos agressivo à natureza em médio e longo prazo, visto que esta passa a ser incorporada como uma “mercadoria” de valor crescente (Souza, 2019: 129). Freitas *et al.* apontam que na virada do século XX para o XXI, organismos financeiros internacionais passaram a exigir a consolidação de legislações ambientais vinculadas a estudos de impactos sociais, enquanto condição para empréstimos aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (Freitas, 2012: 47).

Novaes (1992) demonstrou que os debates do período, em âmbito internacional, davam o tom de “divergências insuperáveis”, considerando fatores políticos e econômicos, em um momento de transição para uma nova ordem mundial. Àquele período histórico, sobretudo os Estados Unidos, enfrentavam novos desafios frente a problemas de desemprego e recessão, agravados pela necessidade de desmonte de um complexo industrial militar, devido ao fim da Guerra Fria.

Nesse quadro, como pensar que o ator principal na questão das mudanças climáticas aceitasse o papel que lhe cabia – o da maior quota na redução de emissão de gases poluentes atmosféricos que contribuem para o cenário em que se discutem as mudanças? Como pensar em fixação de níveis e datas para reduzir emissão de poluentes, se poucas semanas antes da abertura da Conferência do Rio de Janeiro a Presidência dos Estados Unidos dera a vitória ao Escritório de Qualidade liderado pelo vice-presidente Dan Quayle, em sua disputa com a Agência de Proteção Ambiental, na questão no aumento de poluentes na atmosfera? A EPA exigia que as indústrias poluidoras continuassem obrigadas a comunicar em audiências públicas seus aumentos na emissão de poluentes. Quayle argumentava que, numa hora de recessão e desemprego, era prioritário aumentar a produção, ainda que a certos custos ambientais. Ganhou Quayle. (Novaes, 1992: 80).

O autor apontou a tendência norte-americana, e de outros países do norte global, em resistir aos compromissos ambientais. O Japão, por exemplo, afirmou às vésperas da Eco-92 que dificilmente cumpriria o objetivo de chegar aos anos 2000 sem ultrapassar o limite de gases poluentes emitidos nos anos 1990. Outro ponto seria a resistência dos países exportadores de petróleo do mundo árabe, visto que a diminuição do uso e produção de combustíveis fósseis levaria a consequências desastrosas para a receita dos países exportadores, dificultando o desenvolvimento econômico e social destas nações, acarretando fome, desemprego, miséria, além da possibilidade de “pressão” a outros recursos naturais, argumentavam. A Comunidade Econômica Europeia havia proposto um aumento do consumo de combustíveis fósseis condicionada à aceitação por parte de todos os países industrializados. Os produtores de petróleo apontavam que tal ação iria transferir o problema aos exportadores, levando a uma consequente redução de consumo e aumento dos preços: “Penalizaria pobres, em lugar dos ricos” (Novaes, 1992: 81).

Neste cenário histórico, foi realizada a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92 ou ainda Rio-92, na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992. O evento reuniu mais de 160 chefes de estado e contou com a participação diária de cerca de 35 mil pessoas no período em que se realizou. Os debates em torno da realização de um evento de tal magnitude em território brasileiro agitaram os cenários políticos e sociais nos meses que antecederam o evento. Mas, afinal, qual era o panorama ambiental brasileiro às vésperas da realização do maior encontro ambiental do planeta? Qual Brasil seria apresentado ao mundo através da Eco-92?

O então presidente do país, Fernando Collor de Mello⁴²⁵, mostrava-se otimista em seus discursos sobre os possíveis resultados da realização da conferência. Durante participação na Jornada Mundial de Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia, em junho de 1991, ou seja, um ano antes da realização da Eco-92, Collor apontou:

A Rio-92 assentará as bases de uma nova ordem mundial mais equitativa e favorável ao meio ambiente. As expectativas do Brasil não são moderadas e para nós a conferência representa o compromisso assumido por

⁴²⁵ Fernando Collor de Mello (1949) foi presidente do Brasil entre 1990 e 1992, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), tendo sofrido um processo de *impeachment*, que culminou com sua renúncia no final do ano de 1992 e posterior cassação de seus direitos políticos por oito anos. Seu governo é lembrado pela adoção do Plano Collor, projeto neoliberal que incluiu a privatização de empresas estatais o confisco de poupanças em todo o país. O governo Collor foi marcado por um grande escândalo de corrupção denunciado por seu irmão, Pedro Collor, que acusou o então presidente de participar do chamado “Esquema PC”, que envolvia tráfico de influências e irregularidades financeiras e foi organizado pelo tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Faria. Cf.: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/ex-presidente-da-republica/fernando-collor/biografia>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

parte da comunidade internacional de estimular o desenvolvimento, garantindo o acesso às tecnologias saudáveis, do ponto de vista ecológico, sobre bases não comerciais.

Aqui em Estocolmo fomos capazes de preparar terreno para que os países industriais entrassem na era pós industrial e adquirissem a capacidade de desenvolver tecnologias e obter os recursos necessários para promover uma expansão mais sadia.⁴²⁶

A eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, trouxe certo otimismo em relação à questão ambiental, expresso em discursos do próprio presidente e, especialmente com a nomeação do ambientalista José Lutzenberger como Secretário do Meio Ambiente⁴²⁷. Antes de sua posse, Collor assistiu ao lado de Lutzenberger a uma projeção de *slides* de um mapeamento do território nacional, via satélite, promovido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A apresentação mostrou imagens de pistas clandestinas, desmatamento irregulares, exploração ilegal de jazidas de ouro e outros minérios. O satélite detectou, detalhadamente, a chegada dos primeiros grupos de garimpeiros na reserva dos povos Ianomâmis⁴²⁸, sobre a situação, um técnico do INPE afirmou:

Se o governo quisesse, teria facilmente evitado a invasão da área dos índios Ianomâmis [...] O gabinete Militar da Presidência da República, ao qual o INPE está subordinado, foi prontamente avisado da invasão. Mas o governo nada fez. Assim, multiplicaram-se as pistas e a área foi rapidamente tomada por 30 mil garimpeiros. A essa altura, um problema que poderia ter sido

⁴²⁶ COLLOR diz que Eco-92 mudará a economia. *O Fluminense*, 06 de junho de 1991, p. 9.

⁴²⁷ José Lutzenberger ocupou o cargo de Secretário Nacional do Meio Ambiente por dois anos, tendo sido acompanhado de perto pela mídia do período, como destaca Elenita Malta Pereira. A autora aponta a dificuldade do ambientalista em ocupar o cargo, uma vez que, em sua trajetória, ele era contra a criação de partidos políticos e não havia se candidatado a nenhum cargo eletivo. Lutzenberger aceitou o cargo buscando “influenciar mudanças positivas na área ambiental” (p. 442), mas, acabou encontrando diversas “complicações” ao longo do Governo Collor, o que acabou levando à sua saída do cargo em março de 1992. Sobre a trajetória de José Lutzenberger enquanto Secretário de Meio Ambiente do Governo Collor, ver: PEREIRA, Elenita Malta. A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016. p. 441- 525.

⁴²⁸ Os povos Ianomamis ou Yanomami habitam a floresta amazônica há pelo menos mil anos. As comunidades formadas por estes povos fazem parte de um conjunto cultural e linguístico composto por, pelo menos, quatro subgrupos adjacentes que falam línguas da mesma família: a yanomae, yanomami, anima e ninam. O contato desta etnia com povos não-índigenas é relativamente recente, datando do final do século XIX. No Brasil, estes primeiros contatos ocorreram entre os anos 1910 e 1940. Os territórios ianomamis englobam porções de terra no Brasil e na Venezuela. No lado brasileiro, dados de 2019 apontam cerca de 28 mil indígenas. Cf: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/01/quem-sao-os-yanomami-e-qual-e-o-territorio-que-les-ocupam-na-amazonia>. Acesso em 18 de fevereiro de 2023.

resolvido com a remoção de um punhado de invasores, transformou-se num drama para a nação Ianomâmi, com repercussões internacionais.^{429 430}

Ao término da reunião, Collor comentou estar impressionado, pois, apesar do país possuir instrumentos para enfrentar tais problemas, faltaria ação por parte das autoridades públicas. Já Lutzenberger, que, segundo o jornal estaria até então calado, apontou: “Presidente, as coisas não são tão fáceis, por trás desses crimes existem grupos poderosíssimos, grandes empresários, empresas multinacionais”. Após Collor dizer: “este tipo de luta que eu gosto”, Lutzenberger não teria se convencido e completou dizendo que teriam de se preparar para uma oposição ferrenha de grandes interesses econômicos a um programa sério de defesa do meio ambiente^{431. 432}

Os problemas ambientais brasileiros iam muito além daqueles demonstrados a Collor e Lutzenberger nas vésperas da posse do presidente eleito em 1989.⁴³³ Não eram incomuns notícias estupefacentes sobre o cenário de devastação e descaso com povos originários, destruição do bioma amazônico, contaminação dos rios, processos avançados de desertificação⁴³⁴ etc. Tal panorama mostrava as contradições existentes entre o país ser sede de

⁴²⁹ Importante mencionar que, recentemente, em janeiro de 2023, partes do Brasil e do mundo assistiram estupefatos à situação de abandono e vulnerabilidade social e ambiental a que estavam submetidos o povo Ianomâmi. O cenário veio à tona logo após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando o próprio presidente e uma comitiva que incluía ministros de Estado, jornalistas, profissionais de saúde e de Direitos Humanos, estiveram no território Ianomâmi. Centenas de indígenas, sobretudo crianças, foram encontrados em estado de desnutrição profunda, bem como muitos casos de malária e outras doenças foram detectados. Tal panorama está diretamente relacionado à negligência governamental em não prestar assistência a estes povos, sobretudo em meio à crise sanitária pela pandemia de Covid-19, bem como a falta de fiscalização em relação ao garimpo e outras atividades ilegais nos territórios Ianomâmi, o que, permaneceu (como podemos constatar na reportagem de 1990) trazendo impactos ambientais e de saúde pública aos povos que ali vivem.

⁴³⁰ DIAS, Etevaldo. Deixa que eu chuto. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 05 de março de 1990, p. 2.

⁴³¹ *Ibidem*.

⁴³² Apesar de ter saído do cargo, com pouco mais de dois anos, encontrando muitas divergências e obstáculos para pôr em prática suas ideias, Lutzenberger conquistou algumas vitórias, como: a demarcação das terras indígenas Ianomâmi e uma visível queda no desmatamento da Amazônia. No período em que esteve no cargo, também conquistou maior visibilidade no cenário internacional. Cf.: PEREIRA, Elenita Malta. A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016. p. 441- 525.

⁴³³ Como demonstram Vanessa Mello e Dominichi Miranda de Sá, uma das estratégias utilizadas pelo Governo Collor foi a retórica ambiental. Através do discurso de atenção à causa ecológica, as autoras ressaltam os interesses em negociar investimentos e empréstimos internacionais. O próprio convite à Lutzenberger para assumir a pasta do meio ambiente contribuiria para demonstrar a “boa vontade” do novo governo com a causa ambiental e passar a imagem de que, àquele momento, o Brasil passava a se preocupar com a preservação do meio ambiente, em especial, a Amazônia. Cf.: MELLO, Vanessa Pereira da Silva e; SÁ, Dominichi Miranda de. Science and the Green Revolution in the Brazilian Amazon: The Establishment of Embrapa during of the Civilian-Military Dictatorship and the Emergence of Environmental Movements (1972-1991). *Halac*, v.12 n.2 (2022), p. 202.

⁴³⁴ Pesquisadores em história das ciências e da saúde, envolvidos em projeto financiado pelo CNPq intitulado “A Amazônia como microcosmo do Antropoceno: a história das pesquisas transnacionais em ecologia amazônica e impactos ambientais na Grande Aceleração (1952-2002)” vem desenvolvendo estudos que demonstram que a Amazônia foi alvo de grande interesse internacional na virada dos anos 1980 para 1990, sobretudo pelo fortalecimento da ideia de que a Amazônia era um bioma crucial para a regulação climática global.

um grande evento mundial sobre o meio ambiente ao mesmo tempo em que apresentava um cenário escandaloso em relação à conservação ambiental.

Um ano antes da realização da conferência, em junho de 1991 (mesmo período em que o presidente Collor fazia um discurso otimista sobre as expectativas do Brasil em relação à Eco-92) o *Jornal do Brasil* trouxe um panorama sobre a situação ambiental do país, alarmando: “O Brasil que o mundo vai conhecer na II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho do ano que vem, apresentará um diagnóstico sombrio sobre sua situação ambiental.” Ronaldo Brasiliense, o autor da matéria, afirmou que o Brasil faria uma espécie de *mea culpa* perante o mundo durante a Eco, revelando que, em menos de um século, foram destruídos 415 mil quilômetros quadrados de suas florestas tropicais, que contava, àquele período, com pouco mais de 8% de Mata Atlântica e apresentava dezenas de rios poluídos com mais de 1.200 toneladas de mercúrio. Os problemas ambientais podiam ser encontrados em todos os Estados, ressaltou o autor da matéria. Apesar da dimensão continental do país, as 122 unidades de conservação (parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, florestas nacionais, reservas extrativistas e áreas de preservação ambiental) ocupavam, naquele tempo, apenas 3,7% do território e, além disso, grande parte destas áreas conservadas não tinham reguladas a sua situação fundiária.

“O Brasil teria que investir U\$\$ 1,8 bilhão, dinheiro de que não dispõe. Até o primeiro parque nacional criado no país, o de Itatiaia, ainda precisa regularizar 18 mil dos seus 30 mil hectares”, apontou o então diretor de ecossistemas do Ibama, Celso Schenkel. “As medidas de proteção ambiental no Brasil ainda são incipientes e precisam ser intensificadas”, disse a presidente do Ibama, Tânia Munhoz.⁴³⁵

A mesma matéria traz a informação de um relatório promovido pela Comissão Interministerial do Meio Ambiente, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, que seria levada à Genebra, em agosto de 1991. O documento foi elaborado por 63 especialistas de todo o Brasil e iria ser apresentado à sociedade civil em julho, quando haveria audiência pública em Brasília. O relatório trazia:

A redução do desmatamento na Amazônia, em 1990, é o ponto mais positivo do relatório. Na lista dos negativos, incluem-se os riscos de desertificação, já avançada no Rio Grande do Sul. No extremo norte, os principais rios estão poluídos por toneladas de mercúrio, e o Tapajós representa a pior ameaça, sendo contaminado desde 1958 pelos garimpeiros. Cerca de 40% dos manguezais da região costeira foram destruídos; no Pantanal mato-grossense

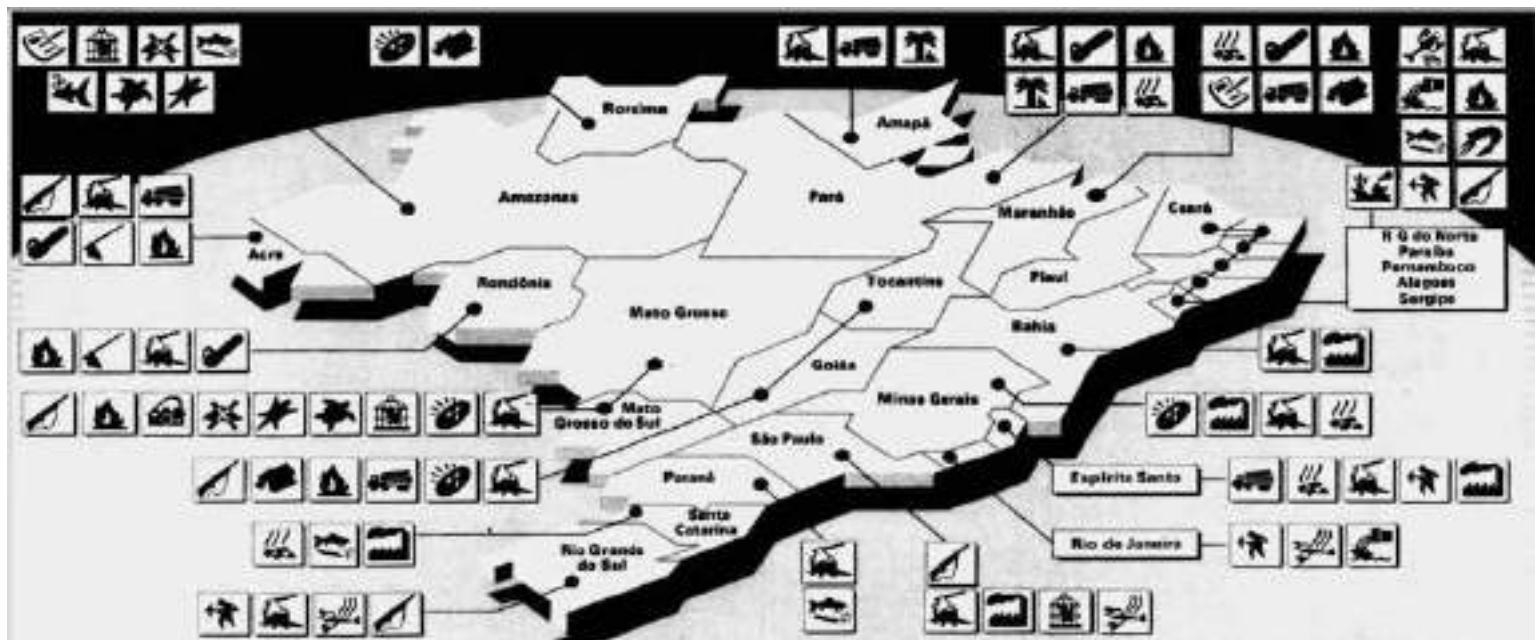
⁴³⁵ BRASILIENSE, Ronaldo. O relatório oficial que será discutido a partir do dia 18 revela um diagnóstico sombrio. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1991, p. 32.

não há um único fiscal para agir contra os contrabandistas de pele. E a Baía de Guanabara, na cidade sede da Rio-92, recebe diariamente 400 toneladas de esgoto sem tratamento.⁴³⁶

Por fim, a referida matéria traz um subtítulo intitulado: “Lutzenberger: um solitário no poder”, apontando que quinze meses depois de assumir o cargo, Lutzenberger, encontrava-se isolado dentro do governo. O texto afirmou que Lutzenberger vinha gradativamente perdendo espaço para outros integrantes do governo e não conseguia conferir uma diretriz clara à política ambiental da gestão Collor. Para o então deputado Fábio Feldmann (PSDB- SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, o único avanço teria acontecido no campo internacional, graças ao prestígio de Lutzenberger, uma vez que, em suas constantes viagens ao exterior, vendia uma imagem renovada do país em relação à questão ambiental. “Mas internamente não há motivos para comemorar, o governo Collor tem sido uma enorme decepção na área ambiental”, disse o deputado⁴³⁷.

⁴³⁶ BRASILIENSE, Ronaldo. O relatório oficial que será discutido a partir do dia 18 revela um diagnóstico sombrio. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1991, p. 32.

⁴³⁷ *Ibidem*.



| | | | | |
|---|--|--|--|--|
|  Projetos de assentamentos |  Conflitos fundiários |  Poluição |  Queimadas |  Uso irregular de moto-serra |
|  Garimpo, mercúrio e agrotóxicos |  Sobrepeca de camarão |  Desmatamento |  Pesca de tartaruga marinha |  Embarcações irregulares |
|  Contrabando de peixes ornamentais |  Comércio de animais silvestres |  Emissão irregular de gases |  Extração irregular de palmito |  Extinção de espécies |
|  Transporte irregular de madeira |  Contrabando de peles |  Pesca irregular |  Produção de carvão |  Obras e lotes em dunas restingas |
|  Invasão de terras |  Turismo descontrolado |  Esgoto |  Pesca de lagosta miúda ovada |  Comércio de lagosta |

Mapa dos problemas ambientais existentes em cada estado no início da década de 1990. Fonte: ECOLOGIA: O Brasil abre o jogo. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1991, p. 32.

Todo este panorama fez com que a realização da Eco-92 no Brasil gerasse críticas e questionamentos por parte de um público militante em relação à temática ambiental. Além das questões envolvendo a gestão pública em relação ao ambiente, todas as contradições existentes entre países do norte e do sul, os interesses do capital relacionados à temática verde e outras pautas provocavam, àquele momento, muitas reivindicações. O ambientalista e colunista da seção *Ecologia* do *Jornal do Brasil*, Carlos Minc, por exemplo, escreveu um panorama da questão ambiental mundial desde a realização da Primeira Conferência Mundial da ONU para o Meio Ambiente, em 1972:

Hoje, às vésperas da 2ª Conferência, devemos realizar um profundo balanço e envolver o conjunto da sociedade nesta reflexão. Caso contrário, o risco real é de que a ECO-92 se transforme num grande exercício de ilusão de massas e num grande supermercado da ecologia.⁴³⁸

⁴³⁸ MINC, Carlos. O supermercado da ecologia. *Jornal do Brasil*, 5 de janeiro de 1991, 1º Caderno, p. 9.

O ambientalista questionava o que de fato teria mudado ao longo dos 19 anos entre os dois eventos. Apesar do aumento de uma consciência ecológica, de legislações específicas e investimentos, “a força da acumulação” predominava, afirmou ele. Desde então a poluição do ar, o desmatamento, a erosão do solo, a “agricultura predatória”, a extinção de espécies aumentavam consideravelmente. Sobre os agrotóxicos, Minc apontava:

A produção de agrotóxicos aumentou 45 vezes, e o relatório *Nosso Futuro Comum* da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁴³⁹ demonstra que a cada ano cerca de 10 mil pessoas morrem e 400 mil são intoxicadas gravemente por estes produtos. No entanto, aumentou consideravelmente o número de pessoas que passam fome: em 1970, 305 milhões de pessoas nos países “em desenvolvimento” não ingeriam as calorias necessárias e apresentavam problemas de saúde e de crescimento. Em 1990 este número saltou para 412 milhões. Neste período, as superpotências gastaram 23 trilhões de dólares em armamentos, valor oito vezes maior do que o necessário para resolver a questão da fome e da desnutrição em todo o planeta.⁴⁴⁰

Minc segue apontando as disparidades entre países ricos e pobres, demonstrando que, apesar dos primeiros serem detentores de apenas 22% da população mundial, foram responsáveis pelo consumo de cerca de 80% do total das matérias primas e energias produzidas entre os anos 70 e 90. Estes países vinham impondo uma “nova e perversa” divisão internacional do trabalho, na qual as modernas tecnologias, como o laser, a robótica, a engenharia genética ficavam nos países ricos enquanto as “indústrias sujas”, com alto consumo de energia e altamente prejudiciais ao meio ambiente (siderúrgicas e indústrias de alumínio, por exemplo, eram alocadas nos países periféricos. Neste sentido, é feito um alerta:

Neste quadro é que devemos refletir sobre a ECO-92, no Rio de Janeiro. Há o risco real do Rio se transformar num supermercado de ponta de equipamentos e processos patenteados para a defesa ambiental. Muito melhor, admitamos, do que mísseis e foguetes. Hoje, os setores produtores de filtros, estações de tratamento e equipamentos ambientais já constituem uma nova fronteira, onde mais capitais são investidos. As multinacionais que ganharam fortunas poluindo, socializando os custos socioambientais, agora vão querer ganhar vendendo os equipamentos para despoluir o que sujaram, criando um componente verde na nossa dívida externa. Será que ao lado das centenas de luxuosos *stands* de promoções e vendas desses ecológicos engenhos estarão nossos perplexos ativistas da ecologia nativa vendendo *bottoms* de defesa da Amazônia e do Pantanal?⁴⁴¹

Como solução, o ambientalista afirmava que a conferência deveria estar centrada na reversão “drástica” dos desequilíbrios, das desigualdades, do desperdício e do ecocídio. Para

⁴³⁹ Como exposto no capítulo 2 deste trabalho, o relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Brundtland no ano de 1987, traria o conceito inédito de desenvolvimento sustentável. Tal conceito seria consolidado como elemento de governança global a partir da realização da Eco-92.

⁴⁴⁰ MINC, Carlos. O supermercado da ecologia. *Jornal do Brasil*, 5 de janeiro de 1991, 1º Caderno, p. 9.

⁴⁴¹ *Ibidem*.

ele, se fazia extremamente necessária uma nova ética nas relações internacionais, a partir de uma “solidariedade ecológica planetária”, incompatível com “exportações de lixo químico e os testes de armas nucleares”.

Modernidade não é trazer as carroças japonesas, que voam a 360 km/h para substituir as nossas carroças, que fazem apenas 250 km/h e já são a primeira *causa mortis*, por atropelamento, dos jovens de 7 a 14 anos nas grandes metrópoles. Modernidade são os planos cicloviários nos municípios, ônibus e táxis movidos a gás natural e acabar com o infanticídio no país.

Educação ambiental e consciência ecológica rimam com nutrição equilibrada, saneamento, saúde e cultura. Não rimam com arrocho salarial e muito menos com recessão.⁴⁴²

Em outro artigo de agosto de 1991, Minc segue o seu tom crítico em relação ao evento, ironizando o fato de que os mesmos empresários que consideravam os agrotóxicos um símbolo da agricultura moderna e tombamentos de prédios históricos como “agressões” a seus próprios empreendimentos, de repente estavam “tomados de um súbito amor ao verde”. Para o ativista ambiental, “os perversos impactos sociais e ambientais do capitalismo excludente não se modificam apenas por ele ser rebatizado pelo desenvolvimento sustentado”. É destacada no artigo a vulnerabilidade da força de trabalho perante este cenário, visto que o “capitalismo predatório” levava à contaminação, envelhecimento precoce e destruição física de grande parcela da classe trabalhadora, através de tecnologias sujas, substâncias cancerígenas e agrotóxicos. No artigo, são destacados por Minc *aldicarb*, *aldrin* e *paraquat*, substâncias já proibidas em outros países e utilizadas em larga escala no Brasil.⁴⁴³

O panorama agrícola brasileiro também era tema debatido nas vésperas da Rio-92. O uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil preocupava o *Greenpeace*, como demonstrou o jornal *Tribuna da Imprensa*, em março de 1992. O então coordenador da campanha de agrotóxicos e agroecologia da entidade, Manuel Baltazar Baptista da Costa, afirmou que o *Greenpeace* estava alarmado com o “descaso” das autoridades brasileiras na fiscalização do uso de produtos químicos na agricultura e na indústria. Foi citado o caso dos clorados, dos quais a substância BHC fazia parte, e muitos produtos deste grupo não estavam sendo classificados como tóxicos, o que vinha colocando em risco a vida dos trabalhadores que os manipulavam.⁴⁴⁴ Costa apontou que o *Greenpeace* estudava mecanismos jurídicos para pressionar o governo em

⁴⁴² *Ibidem*.

⁴⁴³ MINC, Carlos. Ecologia do Trabalhador. *Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1991, p. 2.

⁴⁴⁴ Cabe ressaltar que o uso de clorados no Brasil já era proibido desde 1985 pela Portaria do Ministério da Agricultura nº 329, de 2 de setembro de 1985.

solucionar o caso até a realização da conferência da ONU. Quanto às mortes por agrotóxicos no Brasil, foi reconhecida a dificuldade em obter dados seguros, visto que os óbitos nunca eram registrados com relação ao uso destas substâncias: “morre-se de fígado, do coração, nunca por causa de agrotóxicos”, afirmou o ecologista.⁴⁴⁵

A proximidade da Eco-92 gerava também manifestações e encontros em outras cidades e estados brasileiros que buscavam problematizar a realização do evento. Documentos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República mostram, por exemplo, a ocorrência de manifestações em Belo Horizonte ao longo de maio de 1992. Na ocasião realizou-se na cidade o Encontro Internacional sobre Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento, momento em que manifestantes protestavam contra o evento.

Em 20 de maio, cerca de 100 pessoas participantes do evento realizaram protestos, tendo como líderes alguns militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR-8 e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). No dia seguinte, novamente cerca de 200 manifestantes se reuniram, os quais “repudiavam” a realização da conferência, enalteciam o socialismo e afirmavam que durante a Eco-92 pretendiam protestar contra o evento. Foram distribuídos panfletos críticos, assinados, dentre outras instituições, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT/MG). Sob o título “Eco 92 ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O que é isso?”, o panfleto apontava a presença de governantes, cientistas e personalidades de vários países e indagava: “O que esta reunião tem a ver conosco?” A resposta veio a seguir:

Pode parecer que é só mais uma reunião dos chefes políticos do mundo e que nada tem a ver com os problemas do Brasil e de outros países pobres.

Mas não é bem assim. Estes países do chamado 1º mundo: Europa, Japão, América do Norte, etc. é que tem decidido o nosso modelo de desenvolvimento. Este modelo de desenvolvimento que eles adotaram trouxe muitos problemas tanto para a natureza (destruição das matas, poluição rios), como para as populações (fome, desemprego, aumento da dívida externa). Na Eco-92 os representantes desses países e seus aliados vão tentar oficializar a política de controle de nossos mercados e no Brasil o controle da Amazônia. E o povo vai continuar com a fome, o desemprego e a recessão.⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ DESCASO preocupa *Greenpeace*. *Tribuna da Imprensa*, 11 de março de 1992, p. 11.

⁴⁴⁶ Manifestações contra a “ECO-92”. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – BR DFANBSB H4, 2 de junho de 1992, p. 4. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

O referido encontro realizado em Belo Horizonte reunia a chamada *green press* (imprensa verde), onde os jornalistas mobilizados com a causa ambiental refletiriam sobre o papel da imprensa na defesa do meio ambiente, considerando os problemas econômicos e sociais:

Nossa manifestação é para trazer mais informações a estes profissionais, sobre alguns problemas que nos afligem, como: violência urbana, falta de condições de vida, saúde e educação nas cidades e no campo, grandes projetos do governo que destroem a natureza e expulsam o homem da terra, situação dos povos indígenas, para que essas informações ajudem a influenciar as decisões da Eco-92.⁴⁴⁷



Sátira presente em panfleto distribuído às vésperas da Eco-92, criticando a realização do evento e problematizando a situação de vulnerabilidade dos povos originários em território brasileiro. Fonte: Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – BR DFANBSB H4, 2 de junho de 1992, p. 4. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

Do encontro saiu o “Manifesto à imprensa internacional e à população de Belo Horizonte e região”, onde se problematizou a permanência de “políticas antiecológicas” 20 anos após a realização da Primeira Conferência sobre o Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas. O texto criticava a “onda neoliberal” que crescia mundialmente às vésperas da Eco-92, o que estaria provocando miséria e recessão nos países mais pobres. Em relação ao Brasil, o documento afirmava que o país vivia “a mais perversa crise de sua história”. Diversos problemas existentes foram mencionados, como fome, miséria, violência, destruição ambiental,

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

arrocho salarial, poluição ambiental, falta de moradia, corrupção, extermínio dos povos indígenas, concentração de renda etc. Destaque foi dado à atuação de grandes empresas nacionais e internacionais no país:

Empresas nacionais e multinacionais destroem a fauna e flora e poluem nosso ar. Não existe tratamento para resíduos industriais que são depositados na natureza. A maioria das empresas multinacionais não utiliza 1/3 dos equipamentos despoluentes que usam em seus países de origem. A aplicação indiscriminada de agrotóxicos contamina tudo destruindo principalmente o potencial do subsolo.

Por isso, denunciamos aqueles que há 20 anos definiram essa política e que agora se encontrarão novamente na Eco-92. Nesse momento em que se realiza o Encontro Internacional sobre Imprensa, Ambiente e Desenvolvimento (Green Press), onde toda a imprensa mundial está discutindo ecologia e desenvolvimento, pedimos que seja mostrada a realidade de um país que sofre com as consequências de uma política promovida pelos países ricos, com a conivência de uma minoria brasileira. Consequências geradas pelas exigências de organismos como o FMI, que leva todo um povo a viver ao extremo da pobreza, para pagar a rapinagem e o botim das nações do primeiro mundo sobre os países pobres. A depredação, causada por filiais das empresas destes mesmos países, leva à nossa total degradação, com aumento crescente e sucessivo de espoliação sobre nossa terra e nossa gente. Esta é a nossa verdadeira realidade ecológica.⁴⁴⁸

As críticas e mobilizações populares em torno da temática ambiental, que vinham se consolidando antes mesmo da realização da Eco-92, foram estruturadas e ganharam maior visibilidade a partir da organização do chamado “Fórum Global”, que funcionou de forma paralela à Eco-92, também na cidade do Rio de Janeiro, organizado por Organizações não-governamentais (ONGs), em parcerias com associações, sindicatos, partidos políticos, povos indígenas, igrejas, grupos de defesa ambiental, coletivo de mulheres, movimento negro etc. Assim como o evento oficial, o Fórum Global também foi bastante debatido e organizado com antecedência, mobilizando pessoas de diversas partes do mundo. Um exemplo ocorreu durante o 5º Encontro dos Verdes Europeus, realizado em junho de 1991, em Zurique, na Suíça. Na ocasião, participaram o presidente nacional do Partido Verde brasileiro, o deputado Sid Miguel, o vereador Alfredo Sirks e o jornalista Fernando Gabeira (que àquele momento trabalhava na Alemanha). O encontro reuniu 20 parlamentares “afinados com as bandeiras ecológicas em vários países”. Os representantes do PV levaram ao encontro a proposta de realização de uma reunião de políticos “verdes” de todo o mundo paralela à Rio-92. Ao retornar ao Brasil, Sid Miguel apontou que a proposta dos verdes brasileiros agradou a todos “pela importância dos verdes estarem articulados durante a realização da Rio-92.” O deputado ainda ressaltou: “Hoje muitos políticos se apropriam do discurso ambientalista sem afinidade com a causa. Por isso é

⁴⁴⁸ *Ibidem.*

importante a união daqueles que denunciam as agressões ao meio ambiente em todo o planeta.”⁴⁴⁹

O Fórum Global visava realizar um grande encontro internacional, a ser realizado ao ar livre, “perto do Hotel Glória⁴⁵⁰, compreendendo o Parque do Flamengo e o centro histórico da cidade⁴⁵¹”. O Centro de Convenções do Hotel Glória, com capacidade para 2.500 pessoas foi escolhido para ser o ponto central do fórum, de onde haveria contato direto, via computador, com cerca de mil representantes de ONGs credenciadas para participar da Eco-92, a ser realizada no Riocentro, no bairro da Barra da Tijuca.⁴⁵² A escolha da região do Aterro do Flamengo deveu-se ao fato do local ter condições de reunir multidões, além de existirem diversos hotéis nas proximidades para receber cerca de 10 mil pessoas.⁴⁵³ Além do Aterro do Flamengo, os eventos seriam realizados em outros locais da cidade, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o estádio do Maracanã e a Baixada Fluminense.⁴⁵⁴

Um dos organizadores do Fórum Global, o estadunidense Warren Lindner, membro da *World Wildlife Fund*, Comissão Brundtland e diretor do Centro para Nosso Futuro Comum, afirmou que o evento “paralelo” seria uma chance única para a participação da sociedade civil nas decisões sobre o destino do planeta: “a sociedade tem que exercer pressão política”, disse ele.⁴⁵⁵ Em abril de 1992, cerca de dois meses antes da Eco-92 e do Fórum Global, quatro estruturas metálicas já haviam sido erguidas no Parque do Flamengo para abrigar auditórios. Seis mil pessoas se inscreveram para apresentação de trabalhos até então, o que representava

⁴⁴⁹ PRESIDENTE do PV organiza feira na Conferência. *O Fluminense*, 06 de junho de 1991, p. 9.

⁴⁵⁰ O Hotel Glória é um famoso empreendimento, localizado na Rua Russel, no Bairro Glória, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, distando do Centro cerca de 2km. Inaugurado na década de 1920, o hotel se tornou referência de hospedagem na cidade carioca, sendo o primeiro a receber cinco estrelas no Brasil. Como destaca o jornal *Diário do Rio*, “a proximidade com o centro cultural, financeiro e político da cidade do Rio de Janeiro fez com que o estabelecimento caísse nas graças dos grandes artistas do cinema, cantores, políticos e chefes de Estado”. O hotel foi construído para receber convidados que viriam ao Brasil em ocasião da comemoração do centenário da independência e também ficou famoso por diversos eventos que sediou, como conferências, congressos, bailes de formatura etc. O Hotel Glória foi fechado no ano 2000 e em 2008 foi vendido ao empresário Eike Batista, que pretendia transformá-lo em uma hospedagem de luxo para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, no entanto, as obras da reforma foram paradas em 2013. Em 2016, como pagamento de dívidas de Batista, o hotel passou para um grupo de empresários árabes. Há expectativas de reforma e de um novo lançamento imobiliário no local. Cf.: LUCENA, Felipe. História do Hotel Glória. *Diário do Rio*, 20 de outubro de 2019. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-hotel-gloria-2/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023; PASSOS, Úrsula. Comprado por Eike em 2008, histórico hotel Glória no RJ vai virar prédio residencial. *Folha de S. Paulo*, 5 de junho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/mercado/2020/06/comprado-por-eike-em-2008-historico-hotel-gloria-vai- virar-predio-residencial.shtml>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

⁴⁵¹ RIO-92 usará Aterro para fórum paralelo. *Jornal do Brasil*, 2ª Edição, 05 de julho de 1991, p. 3.

⁴⁵² O bairro Glória e o bairro Barra da Tijuca, ambos pertencentes à cidade do Rio de Janeiro, distam cerca de 35 km um do outro.

⁴⁵³ RIO-92 usará Aterro para fórum paralelo. *Jornal do Brasil*, 2ª Edição, 05 de julho de 1991, p. 3.

⁴⁵⁴ ONGs têm sede na Rio-92. *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 1991, p. 3.

⁴⁵⁵ MUGGIATI, Anna. ENTREVISTA: Warren Linder. *Jornal do Brasil*, 02 de dezembro de 1991, p. 3.

duas mil organizações de 110 países. 700 organizações haviam solicitado instalação de estandes e 450 pedidos seriam atendidos. De 200 propostas de atividades culturais, 70 seriam programadas.⁴⁵⁶ Às vésperas do início do evento, o presidente Collor demonstrou apoio ao Fórum, divulgando mensagem de boas-vindas aos participantes:

Em outubro do ano passado, em mensagem ao Fórum Global 92, indiquei que a busca de soluções para os graves problemas do meio ambiente e do desenvolvimento constitui um enorme desafio para a comunidade internacional. Governos e sociedade civil, sem exceção, devemos unir esforços para construir um planeta socialmente justo e ambientalmente sadio. Em junho próximo, o Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sem dúvida um dos mais importantes encontros internacionais deste final de século. À mesma época, a cidade do Rio de Janeiro estará sendo o palco do Fórum Global 92, para o qual é esperada a participação de milhares de pessoas de todas as procedências. A presença de tão expressivo contingente de setores independentes revela que amplos segmentos das sociedades de praticamente todos os países do mundo estão engajados na luta por uma nova ordem mundial justa, saudável e equilibrada. Esse mundo que almejamos há de ser fundado na participação ativa e democrática das entidades não-governamentais. Representantes oficiais à Rio-92 e participantes do Fórum Global 92 terão diante de si a oportunidade de lançar os alicerces de uma nova relação Homem-Natureza orientada pelo objetivo maior de uma duradoura paz mundial. É com imensa satisfação que, em nome do Governo e de todo o povo brasileiro, estendo aos participantes do Fórum Global 92 as mais cordiais boas vindas e os votos de êxito em suas reuniões, exposições e eventos.

O Brasil e o Rio de Janeiro os recebem de braços abertos.⁴⁵⁷

Quando finalmente chegou o período de realização da Eco-92, enquanto representantes oficiais de centenas de países se reuniam para debater o futuro ecológico do planeta, o Fórum global reunia apresentações, seminários, palestras, exposições, etc, que davam voz a diversos movimentos sociais, em um momento em que a causa ambiental e social ganhava máxima visibilidade. A cerimônia de abertura foi realizada na Praia do Flamengo, no dia 2 de julho de 1992. O ponto alto foi a chegada do Gaia, embarcação que já havia percorrido 17 mil milhas náuticas, vindo da Noruega, trazendo inúmeras mensagens de crianças. Cerca de duas mil crianças esperavam na praia para dar as boas-vindas ao Gaia, através de uma apresentação musical. Algumas crianças presentearam, com um livro de promessas, as seguintes autoridades: Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega; Luiz Antonio Fleury Filho, governador do Estado de São Paulo; Marcelo Alencar, prefeito da cidade do Rio de Janeiro e Maurice

⁴⁵⁶ CONFERÊNCIA do Rio. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 05 de abril de 1992, p. 3.

⁴⁵⁷ Fórum Global 92. Calendário Oficial e listagem de Organizações não-governamentais participantes. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 14 de julho de 1992, p. 3. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

Strong, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Após os agradecimentos, houve o encerramento com o balão “Gota de Esperança”, que iniciaria “sua missão de entregar os tratados e as mensagens da CNUMAD e do Fórum Global pelo mundo inteiro”. Enquanto o balão sobrevoava a praia do Flamengo, Gilberto Gil encerrava a cerimônia com uma apresentação musical.⁴⁵⁸

Um número expressivo de ONGs, sindicatos, entidades ambientalistas, representantes governamentais, instituições de pesquisa, universidades, associações, movimentos sociais etc, do Brasil e do mundo, estiveram presentes no Fórum Global. Além disso, o evento recebeu patrocínio de organizações como o governo do Estado do Rio de Janeiro, a prefeitura do Rio de Janeiro, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, governos da Holanda, Noruega, Reino Unido, Comissão das Comunidades Europeias.⁴⁵⁹

As atividades realizadas no Fórum Global iam desde exposições, documentários, apresentações artísticas, cursos, debates, até reuniões que discutiam, praticamente em tempo real, o que se passava no evento oficial. Carlos Minc, por exemplo, distribuía convites no segundo dia de evento para a primeira reunião da “Comissão do Mentirômetro”, uma espécie de “detector de mentiras” governamentais ao longo da Eco-92. Cada participante poderia levar a fala enganosa do representante oficial de seu país, com a respectiva justificativa. Até o encerramento do evento, o objetivo era reunir “as promessas que já estão há tempos no papel, mas que não foram cumpridas”.⁴⁶⁰

A agricultura sustentável e orgânica também foi tema abordado no fórum, que contou com a participação de membros da *International Federation of Organic Agriculture Movements*, os quais debateram temas referentes a esta prática agrícola e palestraram sobre o seguinte tema: “Agricultura Orgânica, a chave para um ambiente desenvolvido e sustentável”.⁴⁶¹ Experiências de práticas já existentes também foram apresentadas, como o Projeto Pé na Terra, criado em 1989 pelos agricultores orgânicos Maria do Carmo Cibim e João Batista Bohrer, de Nova Friburgo. “A dupla aproveitou para plantar numa área sob a rede de alta tensão, que não pode ser reflorestada. Eles estão obtendo bons resultados, principalmente

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

⁴⁵⁹ Fórum Global 92. Calendário Oficial e listagem de Organizações não- governamentais participantes. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 14 de julho de 1992, p. 3. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

⁴⁶⁰ BLOCO de mentiras. *Jornal do Brasil*, 04 de junho de 1992, p. 9.

⁴⁶¹ Fórum Global 92. Calendário Oficial e listagem de Organizações não- governamentais participantes. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – BR DFANBSB H4, 14 de julho de 1992, p. 78. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

com o feijão”. Ambos participaram do Fórum Global, atuando no Projeto do Futuro, quando lideraram uma oficina sobre horta natural, utilizando material recolhido no local, contando com a ajuda de crianças. O que mais teria chamado a atenção dos agricultores, além da oficina que eles próprios desenvolveram, foi ouvir relatos de experiências de outros países:

No fórum, o que mais chamou atenção de Maria do Carmo foi a experiência da China, que conserva sua agricultura desde os primórdios. Os chineses pretendem dar continuidade a este processo, que consiste em criar porcos para aproveitamento do esterco, que, misturado à água, produz um biofertilizante muito bom para as hortaliças. A experiência da Guatemala também chamou a atenção, já que o país apresentou um trabalho de agricultura orgânica bem adiantado, orientado por técnicos americanos.⁴⁶²

Ao final da realização do Fórum Global foram assinados, pelas diversas organizações que participaram do evento, 32 tratados, dentre eles, o Tratado sobre Agricultura Sustentável, o qual apontou a necessidade imperativa de romper com o modelo de agricultura predominante em favor de novos padrões de sustentabilidade. Baseados nos princípios da equidade, buscavam garantir o controle dos meios de produção e dos recursos naturais por aqueles que trabalham na terra, assegurando a estes trabalhadores uma fonte permanente de renda e alta produtividade. Em relação aos princípios da agricultura sustentável, esta:

é um sistema de organização socioeconômica e técnica do espaço rural fundada numa visão equitativa e participativa do desenvolvimento, e que entende o meio-ambiente e os recursos naturais como base da atividade econômica. A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque científico holístico;

A agricultura sustentável preserva a biodiversidade, mantém a fertilidade dos solos e a boa qualidade dos recursos hídricos, conserva e melhora a estrutura química, física e biológica dos solos, recicla os recursos naturais e conserva a energia. A agricultura sustentável produz alimentos, matérias primas e plantas medicinais diversificados e de alta qualidade;

A agricultura sustentável utiliza os recursos renováveis disponíveis a (sic) nível local, tecnologias apropriadas e acessíveis, minimiza a utilização de insumos externos, aumenta a independência local e a autossuficiência, assegurando uma fonte de renda estável para os pequenos produtores, suas famílias e para as comunidades rurais, permitindo, ao mesmo tempo, a permanência na terra de um maior número de pessoas, o fortalecimento das comunidades rurais e a integração dos homens ao meio ambiente;

A agricultura sustentável respeita os princípios ecológicos da diversidade e interdependência e utiliza os conhecimentos da ciência moderna para

⁴⁶² TRABALHO de vanguarda na agricultura orgânica faz sucesso em Nova Friburgo. *O Fluminense*, 12 a 18 de julho de 1992, p. 5.

desenvolver e não para marginalizar o saber tradicional acumulado ao longo dos séculos.⁴⁶³

Enquanto isso, durante o evento oficial, depois de um amplo debate, envolvendo autoridades de todo o mundo, foi ratificado um plano de ação em nível global, conhecido como “Agenda 21”; um documento abrangente, que visava a promoção do desenvolvimento sustentável e a solução para problemas ambientais cada vez mais evidentes. O documento mobilizou negociações e reuniões lideradas pela Organização das Nações Unidas, que antecederam o evento do Rio de Janeiro, e envolveu embates que incluíam as disparidades existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, recursos destinados à promoção da sustentabilidade global, transferência de tecnologias, recuperação de áreas degradadas, princípios sobre florestas, etc. O texto foi aprovado na última reunião da ONU de preparação da Rio-92, quando foi decidido que a Eco-92 aprovaria o documento com cerca de 800 páginas, com 26 planos de ação, tendo capítulos como: promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura e da zona rural; conservação da biodiversidade biológica; controle de tóxicos químicos; combate ao deflorestamento; ciência para o desenvolvimento sustentável etc.⁴⁶⁴

Apesar das polêmicas e contradições envolvendo a Eco-92 realizada no Rio de Janeiro, é inegável que o evento trouxe notável visibilidade para a pauta ambiental no país, mobilizando distintos setores da sociedade civil:

Desde o começo da semana, o Rio amanhece, literalmente, mais verde. Não são apenas os ecologistas e os inúmeros eventos da Rio-92 que imprimem cor ao cenário carioca. Uma profusão de *outdoors*, nos quais o verde é a cor predominante, espalha-se por toda a cidade, principalmente ao longo da Avenida Brasil. Órgãos oficiais, empresas privadas e instituições filantrópicas pegam carona na Rio-92 e bolaram campanhas, apostando na preservação do meio ambiente como o produto mais consumido do momento. O governo do Paraná veio ao Rio dizer aos estrangeiros- já que a propaganda é toda em inglês- que o estado está “maduro para esta ideia”. Já a Fundação SOS Mata Atlântica aproveitou para pedir verbas, através de um cartaz em que a nota de Cr\$ 50 mil é apontada como “espécie em extinção” naquela região. O Café Capital vale-se do fato de, desde sua fundação, ter optado pela cor verde como sua marca registrada e garante: “Conservamos o verde há mais de um século”. Até a cantora Mara Maravilha entrou na onda e lançou o slogan: “Um ano ecológico merece um eco maravilha”, para anunciar seu LP. Qualquer que seja o anunciante, todos decifraram a mesma mensagem, explicitada no *outdoor* da Volkswagen: “Eco 92. Este é o caminho”.⁴⁶⁵

⁴⁶³ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-92) – Projeto Babilônia. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – BR DFANBSB H4, 16 de junho de 1992, p. 96. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

⁴⁶⁴ BRAGA, Teodomiro. Documentos que a Rio-92 deve aprovar. *Jornal do Brasil*, 09 de abril de 1992, p. 6.

⁴⁶⁵ MESTRINHO lança a Eco-City. *Jornal do Brasil*, 04 de junho de 1992, p. 5.

Embora, obviamente, a pauta ambiental tenha sido adotada a partir de interesses duvidosos, relacionados ao mercado e à publicidade, é possível dizer que a visibilidade trazida à questão ambiental trouxe consequências positivas. Os jornais do período, por exemplo, nos meses anteriores e posteriores ao evento, traziam inúmeras iniciativas relevantes, em diversas partes do país, que foram impulsionadas a partir da realização da Eco-92 no Brasil. A socióloga Cristina Ribeiro, uma das fundadoras da ABIO, aponta uma clara mudança de atitude após a realização do evento na cidade:

A gente consegue perceber com muita clareza como a questão ambiental veio pra cabeça das pessoas, dos consumidores, dos governantes. Antes era assim: o pessoal da EMBRAPA que estava com a gente eram pessoas físicas, não tinha nada a ver com a instituição, da Rural (UFRRJ) também, eram os professores, como o Raul [Duarte de Lucena, um dos fundadores da ABIO], da EMBRAPA o Dejair e José Guilherme, mas eram pessoas, depois da Rio-92, as instituições deram uma virada, passaram a internalizar essa questão. Então foi absolutamente importante, um ponto de virada muito nítido.⁴⁶⁶

Destacaremos a seguir, ao abordamos o impulsionamento da agricultura orgânica, a contribuição dos debates ocasionados ao longo da Eco-92 para a consolidação de iniciativas de relevância para a difusão desta prática agrícola no estado do Rio de Janeiro.

4.2- De utópica à orgânica

Como abordado no início deste capítulo, a agricultura orgânica, passava, ao longo da década de 1990, de uma prática “utópica”, mobilizada e consumida por um número restrito de pessoas, para uma modalidade agrícola que passou a ser estudada e impulsionada por instituições técnicas e de pesquisa. Em nível global, esta modalidade agrícola ganhava cada vez mais visibilidade e a procura pelos produtos orgânicos aumentava, sobretudo nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e países europeus.

Neste contexto de ampliação da visibilidade (ainda que restrita) da agricultura orgânica, instituições como a ABIO seguiram cumprindo um papel importante na difusão desta modalidade agrícola, tanto ao congregar associados agricultores que permaneciam e aderiam à causa, como realizando um papel de fiscalização em um momento em que não existiam mecanismos legais que regulamentassem a prática. Importante ressaltar também a postura

⁴⁶⁶ Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, via aplicativo zoom, em 25 de janeiro de 2023.

militante e crítica de membros da associação. Em reportagem ao *Jornal Manchete*, por exemplo, Marco Antônio Costa, associado e diretor da ABIO, afirma:

os tomates muito rechonchudos, os pimentões corpulentos e as frutas muito grandes estão apenas inchados, devido à quantidade excessiva de água, apresentando muitas vezes gosto e cor degenerados. [...] veneno não é compatível com comida. A praga é um aviso biológico de que a horta não vai bem e a melhor maneira de adubá-la é com esterco: é claro que uma caneca de fertilizante químico substitui um caminhão de esterco, que exige maior mão de obra, mas as pessoas sempre se esquecem de que o produto químico requer toda uma indústria dispendiosa por trás.⁴⁶⁷

Marco Antônio finaliza sua fala reclamando do não cumprimento da lei de agrotóxicos.



O agricultor associado da ABIO, Marco Antônio Costa em sua produção de alimentos orgânicos no início da década de 1990. *Manchete*, 14 de julho de 1990, p. 70.

Em outra reportagem, desta vez de abril de 1992 do *Jornal do Brasil*, Marco Antônio questionava o então deputado Carlos Minc, durante a realização do Fórum Rio XXI⁴⁶⁸, sobre o andamento do projeto de lei de proibição de 10 princípios ativos de agrotóxicos que “pareciam

⁴⁶⁷ UMA dieta vegetariana incorreta pode resultar em anemia, desnutrição e doenças como o escorbuto. *Manchete*, 14 de julho de 1990, p. 71.

⁴⁶⁸ O Fórum Rio Século XXI, realizado em abril de 1992, fora promovido pelo *Jornal do Brasil* com apoio da Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado e patrocínio do Banerj.

estar emperrados na eterna burocracia”. O agricultor também lamentou o fato de ter se falado pouco sobre agricultura no fórum, denunciando a agricultura predatória e convencional.⁴⁶⁹

Já durante a realização da 43ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a ABIO se uniu à Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, a Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro, o grupo *Greenpeace* e a AS-PTA, em protesto contra ideias defendidas em um *workshop* sobre Produtividade Agrícola, que foi realizado nos três primeiros dias da reunião, realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na ocasião discursou Norman Boulag (Prêmio Nobel da Paz em 1970, conhecido como o “Pai da Revolução Verde”), gerando grande polêmica. As associações protestaram pela “falta de espírito democrático” na escolha dos palestrantes, todos pesquisadores conhecidos por defenderem “as mesmas ideias que serviram de base para a Revolução Verde.”

Quando o agrônomo Norman Boulag esteve no Brasil pela primeira vez, em 1972, sua defesa do uso do inseticida DDT para combater insetos transmissores de doenças também causou polêmica. Ele rebateu as críticas com ironia: mandou que os defensores da proibição do uso do inseticida ficassem 10 dias sem comer, para entender a necessidade do produto.

Agora, durante a 43ª reunião da SBPC, os engenheiros agrônomos e ecologistas devolvem a ironia: estranham o fato de que os conferencistas convidados para o *workshop* continuam com as mesmas ideias de 20 anos atrás, apesar das questões já levantadas por cientistas americanos contra as teses da Revolução Verde.⁴⁷⁰

Por outro lado, a Coonatura seguia sendo um importante centro de fornecimento de alimentos orgânicos, sobretudo para a cidade do Rio de Janeiro, ampliando seus pontos de venda, além do endereço original, no bairro de Botafogo, para a Barra e, posteriormente (como destacaremos mais à frente) na Feira Orgânica da Glória. Embora Coonatura e ABIO tenham trabalhado em diversas iniciativas ao longo desta década, ambas seguiram, como já pontuamos, caminhos distintos de atuação. Enquanto a cooperativa se mantinha como referência na comercialização de produtos alternativos e no impulsionamento da adesão de agricultores à agricultura orgânica, sobretudo no Brejal, em Petrópolis, a ABIO seguia um caminho distinto, ocupando espaços mais institucionais, promovendo parcerias com outras entidades de pesquisa e ensino, bem como se consolidando como uma organização de referência nos debates sobre certificação orgânica. Cristina Ribeiro, coordenadora executiva e uma das fundadoras da ABIO, aponta que este papel de fiscalização vinha desde a Feira da Saúde, em Nova Friburgo, abordada

⁴⁶⁹ PROJETO engavetado. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 12 de abril de 1992, p. 27.

⁴⁷⁰ BOURLAG contestado. *Jornal do Brasil*, 19 de julho de 1991, p. 1.

no capítulo 3 deste trabalho. No entanto, não havia nenhuma legislação em nível federal, estadual ou municipal que regesse a prática. Por este motivo, a instituição se baseou na IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica) e buscou adaptar o documento internacional, ajustando regras às necessidades e realidade da agricultura orgânica fluminense. “A ABIO fazia da seguinte forma: o que a gente recomendava, o que a gente permitia e o que a gente proibia. Eram três categorias de práticas e produtos”, afirmou Cristina. Em um período anterior à legislação, ou seja, ao longo da década de 1990, Ribeiro afirma que a ABIO já realizava um trabalho chamado de “certificação participativa”, (tipo de certificação que será incorporada à legislação orgânica anos mais tarde), que diz respeito a um sistema de grupos, cujos membros visitam uns aos outros, garantindo a confiabilidade da produção.⁴⁷¹

O papel destas instituições, as quais já atuavam desde a década anterior, bem como dos agrônomos alternativos (que antes atuavam de forma isolada e agora conseguiram espaço dentro das instituições as quais estavam vinculados para pôr em prática métodos alternativos de produção), se ampliava graças ao ambiente favorável às questões ecológicas por ocasião da Eco-92. Este cenário favoreceu o fortalecimento de pesquisas, cursos, novos métodos, organizações, espaços de comercialização e, mais a frente, legislações específicas para a modalidade agrícola que passava a ser cada vez mais conhecida pela sociedade civil como “agricultura orgânica”. Neste sentido, cabe ressaltar outras instituições com papel relevante no impulsionamento da agricultura orgânica, levando esta prática aos meios científicos e acadêmicos.

4.3- Fazendinha Agroecológica km 47: o Sistema Integrado de Produção Agroecológica

No ano seguinte da realização da Eco-92 na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), também conhecido como “Fazendinha Agroecológica km 47”, em convênio firmado entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Embrapa-Agrobiologia, e Pesagro-Rio, através da Estação Experimental de Seropédica. Tal iniciativa passou a desenvolver atividades em prol da agricultura orgânica em uma área de aproximadamente 60 hectares, no município de Seropédica, sede do *campus* principal da UFRRJ. Reportagem do *Jornal do Brasil*, de junho de 1993, apontou estar em fase de implementação o SIPA, afirmando que tudo que seria produzido no local seria obtido sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos. Além dos estudantes de agronomia, os alunos dos cursos de veterinária e zootecnia poderiam usufruir do espaço. No momento da matéria,

⁴⁷¹ Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, via aplicativo zoom, em 25 de janeiro de 2023.

estavam sendo feitos os levantamentos topográficos e botânicos no local, que contaria no futuro com gado, galinhas, porcos, abelhas e peixes, além da horta e pomar. Haveria ainda uma área de preservação ambiental, com Mata Atlântica e eucaliptos. As mudas já estavam sendo produzidas no campo experimental de fitopatologia e seriam transferidas para o local. Um dos fundadores do projeto, o professor de agronomia, Raul Duarte de Lucena Ribeiro, afirmava que o sistema integrado pretendia atender ao pequeno produtor, fornecendo tecnologias mais baratas com enfoque agroecológico. “Veneno e comida são coisas incompatíveis”, afirmou. O objetivo era fazer com que os alunos aprendessem na prática a utilizar adubação orgânica (à base de esterco bovino e resíduos vegetais) e verde, “que se vale da rotatividade de culturas capazes de fixar nitrogênio”. A iniciativa, segundo o professor, seria um esforço da Rural para mudar a mentalidade relacionada ao sistema de produção, referente ao uso indiscriminado de agrotóxicos.⁴⁷²

Além das questões ecológicas, a Fazendinha foi planejada como um sistema capaz de atender a necessidades econômicas e sociais de agricultores orgânicos. Considerou-se como base social a agricultura familiar, predominante no estado do Rio de Janeiro, com diversificação produtiva em pequenas áreas. Desde o início, foi imperativo desenvolver tecnologias apropriadas, selecionar materiais genéticos, estudar sistemas de produção, garantindo produtividade satisfatória, qualidade dos produtos, benefícios ecológicos e rendimentos econômicos capazes de promover a reprodução social das unidades. Com mais de 50 tecnologias desenvolvidas, a Fazendinha se tornou uma referência, reconhecida nacionalmente e internacionalmente. Centenas de cursos foram promovidos para transferência de tecnologia a agricultores e profissionais que cada vez mais buscavam embasamento teórico e prático para desenvolver agricultura em base agroecológica.⁴⁷³

Como visto, nos anos anteriores se consolidava na UFRRJ um corpo crítico, sobretudo de estudantes, em defesa de métodos alternativos de produção. No período de criação do SIPA se fortalecia naquela universidade uma equipe diversa de distintas áreas, que defendia a inserção da agroecologia nos quadros curriculares da universidade. Tal equipe se mobilizou formulando diversos debates e documentos que culminaram na abertura de uma vaga docente no Departamento de Fitotecnia para a área de agroecologia. O posto foi ocupado pelo professor Antonio Abboud, aluno da instituição durante os anos 70/80 e participante do movimento estudantil universitário do período. Seu nome passou a ter grande relevância na difusão de estudos agroecológicos dentro da universidade desde então.⁴⁷⁴

⁴⁷² RURAL cria fazenda de estudos. *Jornal do Brasil*, 07 de junho de 1993, p. 7.

⁴⁷³ Histórico do PPGA. Disponível em: <https://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgao/historico-do-ppgao/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

⁴⁷⁴ *Ibidem*.

Artigo da revista *A Lavoura*, de junho de 2000, ou seja, quando faziam sete anos de implementação do SIPA, aponta o andamento do sistema, demonstrando que, muito do que se planejava no período de implementação do SIPA, foi concretizado. A mudança de panorama foi um ponto destacado: “em sete anos de projeto, foi possível transformar a paisagem. O que antes era puro capim colonial, hoje são mais de 50 espécies de plantas cultivadas anualmente”. Dentre as espécies, estavam frutíferas entremeadas aos plantios de hortaliças e cereais, legumes, e gramíneas (voltadas à adubação verde e cobertura do solo), além de área de preservação com fragmentos da Mata Atlântica e um horto botânico.⁴⁷⁵

Já em 2003, quando o SIPA completava dez anos, os seus fundadores, Raul de Lucena Duarte Ribeiro, Dejair Lopes de Almeida, e José Guilherme Marinho Guerra, agrônomo atuante desde o início do projeto, apontavam as experiências observadas no projeto em publicação interna da Embrapa-Agrobiologia:

O SIPA tornou-se um espaço para o exercício de pesquisa sistêmica, de caráter multi e interdisciplinar, procurando entender as relações entre os diferentes componentes de um sistema de produção, no qual busca-se o aproveitamento racional das potencialidades locais, dentro de uma estratégia que contribua para a sustentabilidade e a estabilidade da atividade produtiva no meio rural. Neste sistema de produção prioriza-se: alcançar máxima reciclagem de nutrientes; integrar atividades de produção animal e vegetal; alcançar auto-suficiência em nitrogênio, através da rotação e da diversificação de culturas, visando à reciclagem e fixação de N₂; minimizar as perdas de nutrientes por percolação e erosão; importar nutrientes apenas quando necessário para balancear as perdas inevitáveis; manter o equilíbrio nutricional das plantas evitando situações de estresse, de modo que seus mecanismos de defesa não sejam alterados e possam manifestar-se plenamente; manter as populações de fitoparasitos e ervas espontâneas em níveis toleráveis sem o emprego de técnicas que representem impactos negativos de natureza eco-toxicológica; intensificar a implantação de estandes agroflorestais; estabelecer práticas alternativas de manejo de bovinos de leite e de aves poedeiras; monitorar cientificamente os diversos componentes do SIPA (Almeida; Guerra; Ribeiro, 2003: 8).

Localizado em uma região de clima quente e úmido, com temperaturas altas no verão e amenas no inverno, dez anos após a criação do sistema, o cultivo orgânico mostrava-se viável para culturas como: aipim, batata doce, beterraba, cenoura, gengibre, inhame, alho, cebola, alface, bertalha, chicorea, espinafre, rúcula, brócolis, couve, repolho, cebolinha, salsa, almeirão, abóbora, berinjela, chuchu, pimentão, tomate, quiabo, vagem, soja, cana-de-açúcar, café, banana etc. O referido artigo aponta que as técnicas e observações feitas ao longo dos anos no

⁴⁷⁵ Fazendinha Agroecológica. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia. Ano 4, Seropédica. In: *A Lavoura*, junho de 2000, p. 46.

SIPA eram repassadas a produtores, extensionistas, estudantes de nível médio, de graduação e pós-graduação, a professores e pesquisadores que visitavam o local ou participavam de “dias de campo”. O sistema recebia cerca de 1500 visitantes anuais, o que empolgava os autores. Além disso, estes se mostravam otimistas quanto aos resultados obtidos com a experiência:

Os resultados obtidos até o momento, bem como a participação de pesquisadores e técnicos das instituições parceiras, a qual se ampliou em relação ao núcleo inicial, têm demonstrado o êxito do SIPA. As metas propostas têm sido atingidas e até superadas, tornando-se a Fazendinha Agroecológica uma referência em agroecologia e agricultura orgânica, não só no Estado do Rio de Janeiro, mas também em nível nacional. (Almeida; Guerra; Ribeiro, 2003: 15).

O SIPA segue, até os dias atuais, promovendo assistência a agricultores orgânicos da região, bem como desenvolvendo tecnologias que vem contribuindo para o fortalecimento da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Em 2018, quando completava 25 anos, dados disponibilizados pela UFRRJ, através de seu site, apontavam que o SIPA recebia mais de 20.000 visitantes e mais de 1.000 eventos, consolidando-se referência para a agricultura orgânica e um importante centro de formação em agroecologia e agricultura orgânica, com programa de pós-graduação em agricultura orgânica em nível de mestrado, criado no ano de 2010, recebendo grande suporte de toda a estrutura do SIPA e reunindo docentes da UFRRJ, da Embrapa Agrobiologia e Pesagro-Rio.⁴⁷⁶



Foto área do local onde funciona o Sistema Integrado de Produção Agroecológica.
Fonte: Site – Fazendinha Agroecológica km 47. Disponível em: <https://institucional.ufrrj.br/fazendinha/>. Acesso de 20 de fevereiro de 2023.

⁴⁷⁶Histórico do PPGA. Disponível em: <https://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgao/historico-do-ppgao/#sdfootnote2sym>. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

Cabe ressaltar a trajetória dos fundadores do SIPA, bem como as instituições relacionadas à sua criação e ao seu funcionamento. Envolvidos nas décadas anteriores com o movimento de agricultura alternativa, Raul e Dejour foram atores que apresentam grande relevância histórica no processo de crescimento e institucionalização da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro.

Dejour Lopes de Almeida (1931-2019), agrônomo formado pela UFRRJ, com mestrado e doutorado pela mesma instituição e pós doutorado em agricultura orgânica na *École Nationale de Formation Agronomique*, em Toulouse, na França, foi pesquisador da Embrapa-Agrobiologia, idealizador do SIPA e professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências do Solo e Fitotecnia. Participou do movimento de agricultura alternativa da década de 1980, estando presente nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa.⁴⁷⁷ Em 1984, no encontro de Petrópolis, por exemplo, Almeida versou sobre a utilização de fosfatos naturais para solos de regiões tropicais e subtropicais. (pág. 193).⁴⁷⁸ Em entrevista ao Jornal *A voz da Serra*, em 2013, Dejour contou ter sido pesquisador da Embrapa desde a sua fundação até se aposentar, onde desenvolveu pesquisas na área de fertilidade do solo, preocupando-se com a manutenção de matéria orgânica e a fertilidade. Para ele, o objetivo da agroecologia seria:

uma agricultura mais condizente com as condições do pequeno agricultor brasileiro: diversificada, integrada, com maior aproveitamento dos recursos locais e menor dependência de insumos externos à propriedade e em sintonia com a natureza. Cada região tem condições diferentes, o bioma é diferente, o que significa que se precisa ter um tipo específico de trato com a natureza.⁴⁷⁹

Ao longo da entrevista, o agrônomo contou ainda que, apoiado por pesquisadores da Pesagro-Rio, da Embrapa-Solos e por professores da UFRRJ, conseguiu levar para a Embrapa-Agrobiologia a discussão agroecológica, base da agricultura orgânica, o que acabou resultando na criação do SIPA. Ao longo de sua carreira, foi agraciado como o prêmio Johanna Dobereiner, homenagem do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), recebido em 2012. Questionado sobre o que consistia o prêmio, o agrônomo respondeu:

Motivado por essa filosofia, base da agricultura orgânica, levamos para a Embrapa Agrobiologia essa discussão: a ideia de se trabalhar com agricultura orgânica. E fomos apoiado por pesquisadores do Centro, da Pesagro-RJ [Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro], da Embrapa

⁴⁷⁷Nossos mestres. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/fazendinha/2020/08/09/nosso-mestre/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

⁴⁷⁸ALMEIDA, Dejour Lopes de; SALEK, Ronaldo C. Utilização de fosfatos naturais. Anais do II Encontro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 191.

⁴⁷⁹SIAINES, Maurício. Formas de vida e modos de lidar com ela: Dejour Lopes de Almeida. *A Voz da Serra*, 31 de dezembro de 2013.

Solos e por professores da UFRRJ, dando origem a uma parceria que, aliada à nossa experiência como produtor rural, resultou na criação do Sistema Integrado de Produção Agroecológica, a “Fazendinha km 47”, como é conhecida. Hoje, passados 20 anos, a fazendinha continua como um espaço para o exercício da agricultura orgânica e se transformou em um centro de formação em agroecologia e agricultura orgânica com programa de pós-graduação em agricultura orgânica em nível de mestrado. Isso me traz muita satisfação e penso que contribuiu para esse prêmio.⁴⁸⁰

Em entrevista à autora, o agrônomo e pesquisador da Embrapa-Agrobiologia, José Guilherme Marinho Guerra (orientando de Dejair durante a graduação e pós-graduação na UFRRJ, e posteriormente, colega de trabalho no âmbito da Embrapa- Agrobiologia), ressaltou a importância do pesquisador para o panorama da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro.

A história de Dejair é uma história muito rica porque Dejair é filho de pequenos agricultores lá de Bom Jardim ali um pouquinho à frente de Friburgo. E então a história dele foi ligada à pequena agricultura. Ele era um pesquisador de altíssimo nível, mas de uma de uma simplicidade, de uma humildade, aquilo, aquela coisa do agricultor ele incorporava aquela coisa do agricultor, então todos os projetos de pesquisa dele ele trazia como foco o fortalecimento da pequena agricultura, que é um termo que hoje se usa pouco, mas eu quando eu vejo a realidade do Estado do Rio de Janeiro eu gosto muito do termo pequena agricultura porque espelha bem a nossa realidade no estado do Rio de Janeiro. Bem, então Dejair tinha esse processo e com isso ele tinha que trabalhar muito com hortaliças por causa dessa trajetória e essa unidade da Pesagro [que ele trabalhou algum tempo “emprestado” da Embrapa], que era uma unidade de pesquisa em olericultura e foi nesse caminho que eu fui meio que me forjando né trabalhando com ele.⁴⁸¹

Além de sua trajetória junto à Embrapa e ao SIPA, Dejair teve também importante contribuição para o fortalecimento da ABIO, tendo sido um dos primeiros associados da instituição. Em homenagem póstuma, Cristina Ribeiro afirmou:

“Dejair é para mim sinônimo da Fazendinha Agroecológica Km 47 (em Seropédica). Esse legado dele e de outras pessoas – algumas já se foram, como o Raul de Lucena, e outras seguem na luta – que ainda vai inspirar muitas gerações de agricultores orgânicos”.⁴⁸²

Já Raul Duarte de Lucena Ribeiro (1937-2018), como visto no capítulo 3 deste trabalho, participou ativamente do processo de criação da ABIO, sendo o primeiro presidente da

⁴⁸⁰ *Ibidem*.

⁴⁸¹ Entrevista de José Guilherme Marinho Guerra à autora, realizada na sede da Embrapa –Agrobiologia em 28 de fevereiro de 2023.

⁴⁸² DANTAS, Euler. Um adeus para Dejair. Disponível em: <https://abiorj.org/um-adeus-para-dejair/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

instituição. Formado em agronomia pela própria UFRRJ, com mestrado e doutorado na *University of Wisconsin – Madison*, Ribeiro foi acompanhado de perto pelo regime militar por sua atuação em quadros de militância docente, dentro da UFRRJ. Em 1980, por exemplo, é citado pelo Serviço Nacional de Informações por participar de movimentos grevistas “ligados ao movimento esquerdista.”⁴⁸³ Já em 1983, é mencionado por ser o 1º vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Rural (ADUR), que, segundo o documento, era dominada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴⁸⁴. Em outro relatório do SNI, é apresentado um breve histórico sobre o professor:

Em 1980, participava ativamente dos movimentos políticos-contestatórios no campus da UFRRJ;
Em 1981, foi eleito 1º vice-presidente da ADUR-RJ, para a gestão 81/83;
Em agosto de 1984, foi o 5º colocado nas eleições ocorridas na Rural, para a escolha dos professores que integrariam a lista sêxtupla para reitor daquela instituição de ensino superior.⁴⁸⁵

Junto de sua postura contestatória nos quadros da universidade, Raul foi um nome importante na luta contra o uso indiscriminado de agrotóxicos e no fortalecimento da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro. Foi um dos primeiros professores vinculados à UFRRJ a difundir métodos alternativos de produção, e, dentre muitos agricultores, é uma referência enquanto incentivador à adesão de trabalhadores ao cultivo orgânico. Seu nome constantemente aparecia nas páginas dos jornais, como em reportagem do *Jornal do Brasil*, de 18 de março de 1984, quando são denunciados casos de envenenamentos de agricultores na região serrana do Rio. Raul é citado por denunciar o uso do fungicida *Brestan*, à base de estanho, afirmando ser um produto derivado de metal muito perigoso, posto que cumulativo, não sendo eliminado pelo organismo.⁴⁸⁶ Era comum, também, a participação do agrônomo em seminários e conferências, ministrando cursos ou palestras sobre agroecologia e assuntos afins. Exemplo foi a participação no Consagra Rio (Conselho Agropecuário), realizado na cidade de Magé, Rio de Janeiro, em 1991. Na ocasião, foi realizado o 1º Seminário de Agroecologia, que recebeu a presença de autoridades federais, estaduais e municipais, contando com a presença de nomes como José Lutzenberger, então Secretário Nacional do Meio Ambiente. Finalizando o seminário de

⁴⁸³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Documento confidencial do Sistema Nacional de Informações. 16 de junho de 1980, p. 2.

⁴⁸⁴ Agitação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Documento confidencial do Sistema Nacional de Informações, 21 de setembro de 1983, p. 4.

⁴⁸⁵ Eleição para a diretoria da ADURJ-RJ. Documento confidencial do Sistema Nacional de Informações, 07 de janeiro de 1986, P. 6.

⁴⁸⁶ TABAK, Israel. Hortigranjeiros do Rio são envenenados por agrotóxicos. *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1984, p. 18.

agroecologia, o professor Raul palestrou sobre a produção e a comercialização de alimentos naturais, assim como participou de debates sobre agricultura alternativa, educação e desenvolvimento.⁴⁸⁷ Em outro evento, desta vez na cidade de Itaboraí, o agrônomo foi convidado a ministrar palestra sobre técnicas de produção ecológicas. O jornal *O Fluminense* se refere ao professor como:

Pioneiro na produção agroecológica. Ele é uma verdadeira autoridade no assunto, e utiliza estas técnicas há vários anos. O professor Raul de Lucena chegou a ser chamado de “louco” quando passou a desenvolver uma agricultura com preocupações ecológicas, mas provou estar com a razão.⁴⁸⁸

Raul foi contemplado com diversos prêmios ao longo de sua trajetória, como o Prêmio Ambiental Von Martius, concedido pela Câmara Brasil-Alemanha, em 2004, Professor Emérito da UFRRJ, em 2009 e Prêmio Johanna Dobereiner, em 2013 concedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro – CREA RJ e pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro – AEARJ⁴⁸⁹.

Em entrevista, por ocasião dos 20 anos do SIPA, Raul e Dejour contaram sobre a experiência que vivenciaram e como surgiu a ideia de criação do sistema. Dejour, ao falar de sua trajetória, afirma que, enquanto pesquisador da Embrapa, sentia falta de ações mais relacionadas à agricultura de fato, pois eram feitos muitos estudos acadêmicos, mas faltava a prática. Por ser filho de pequenos agricultores, ele acreditava que sua origem acabou contribuindo para que se interessasse por métodos agrícolas mais “rústicos”, como ele mesmo nomeou a agricultura alternativa/orgânica: “Meus estudos voltavam muito para essa parte, eu sempre tive muita simpatia pelas culturas mais rústicas, por exemplo, aipim, inhame, batata doce, que são culturas que exigem menos insumos.”. Um dos grandes responsáveis por inserir a agricultura orgânica nos quadros institucionais da Embrapa, Dejour afirmou:

Então a gente já tinha essa tendência e o centro [da Embrapa] tinha tudo a ver, é o centro de Agrobiologia, você imagina, vamos traduzir o que é centro de agrobiologia? Tem tudo a ver com agricultura biológica, com agricultura orgânica, com alternativa. Então a gente na década de 1970 começou a participar muito dessas reuniões do movimento. [...] Então começamos a pensar porque o centro de agrobiologia não poderia ser o centro que trouxesse a agricultura orgânica pra dentro da Embrapa. Por que, sinceramente, na Embrapa como um todo não se falava em agricultura orgânica, era uma coisa bem rejeitada, não só na pesquisa, mas nas próprias instituições de ensino. Então a gente começou a trabalhar essa ideia de criar na Embrapa um espaço,

⁴⁸⁷ MAGÉ promove seminário de agroecologia dia 18. *O Fluminense*, 16 a 22 de junho de 1991, p. 4.

⁴⁸⁸ AGRICULTOR vai aprender técnicas. *O Fluminense*, 03 de setembro de 1991, p. 5.

⁴⁸⁹ Nossos mestres. Disponível em: <https://institucional.ufrrj.br/fazendinha/2020/08/09/nosso-mestre/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

a gente tinha a ideia que a gente poderia envolver realmente mais pesquisadores nessa atividade e poderia realmente ajudar muito para agricultores que se interessassem pela agricultura orgânica, porque até então, a agricultura orgânica sempre foi puxada pelos próprios agricultores. A pesquisa e o ensino, até então, haviam contribuído muito pouco.⁴⁹⁰

Quanto à ideia de criação do SIPA, Dejair conta que já tinha um contato anterior com o professor Raul, que havia sido seu professor na UFRRJ na década de 1960 e tinha participado também de sua banca de doutorado, em 1991. Além disso, os dois tinham contato através da ABIO, da qual os dois eram associados: “então, conversando com o Raul, ele também aderiu a ideia e disse: vamos fazer isso juntos”.⁴⁹¹

Na mesma entrevista, Raul afirma que Dejair foi o grande mentor do projeto e que, quando foi chamado para aderir, “aquilo caiu como uma luva”, visto que era uma iniciativa “única e inédita” no Brasil, referindo-se à concepção de trabalhar e monitorar um sistema:

Eu me lembro bem do título da frase: “vamos monitorar os componentes edafo-biológicos de um sistema”, então essa pesquisa de um sistema, em lugar daquela pesquisa pontual, daquela experimentação pontual é que foi, no meu ponto de vista, foi o que me estimulou mais, e eu tenho certeza que ele e o pessoal que trabalhou nessa concepção, foi isso que também os estimulou. Era um enfoque diferenciado de se fazer pesquisa agrônômica. Não só o viés da agricultura orgânica, aquela ideia da paisagem, da diversificação, da integração entre pecuária e lavoura, da introdução do elemento arbóreo, agora a gente vê ai a agrofloresta sendo badalada, como uma vanguarda, uma frente de mudança de paradigma, então todas essas questões elas vinham contempladas na proposta do Dejair. Devo enfatizar que a Fazendinha ela funcionou realmente como um estopim, um gatilho de recrutamento de docência e pesquisadores em torno de um projeto inter-institucional, porque esse também foi um viés importante dentro da ideia do Dejair: era fazer a coisa em conjunto, trazendo, além da Embrapa, outras instituições de pesquisa e ensino que realmente conectavam aqui o *campus* Seropédica e foi fundamental trazer essas instituições juntas para iniciar o projeto.⁴⁹²

⁴⁹⁰ ALMEIDA, Dejair. Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – UFRRJ. 20 anos da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Youtube. 20 de maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL-IN3k. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

⁴⁹¹ ALMEIDA, Dejair. Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – UFRRJ. 20 anos da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Youtube. 20 de maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL-IN3k. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

⁴⁹² RIBEIRO, Raul de Lucena Duarte. Entrevista. Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – UFRRJ. 20 anos da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Youtube. 20 de maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL-IN3k. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.



Dejair Lopes de Almeida (à esquerda) e Raul de Lucena (à direita) em entrevista por ocasião do aniversário de 20 anos do SIPA. Fonte: Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – UFRRJ. 20 anos da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Youtube. 20 de maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL_IN3k. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.



Raul de Lucena e Dejair Lopes de Almeida caminhando pelo SIPA. Fonte: Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – UFRRJ. 20 anos da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Youtube. 20 de maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL_IN3k. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

Finalizando a entrevista em comemoração aos 20 anos do SIPA, Dejair e Raul deixam uma mensagem crítica em relação ao cenário agrícola do Brasil e do estado do Rio de Janeiro, bem como chamam atenção à falta de incentivo e de promoção de pesquisas e ensino no campo da agroecologia. Dejair aponta:

Eu acho que essa coisa da agricultura alternativa, da agricultura biológica, da agricultura orgânica, da agroecologia, isso não tem volta, isso é irreversível, mas muita gente, infelizmente, mesma nas instituições de pesquisa e de ensino, muita gente ainda não entendeu isso. A minha preocupação hoje é muito grande quando você fala que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico no mundo, quando você fala que cada um de nós tá consumindo 5 kg de agrotóxicos por ano. É muito agrotóxico! Nós estamos envenenados. Será que nós não conseguimos fazer a leitura disso? Pelo amor de Deus! Isso não pode continuar acontecendo, então as instituições de pesquisa tem que entender isso, as instituições de ensino, tem que entender. Se não entenderem, tem que aprender a fazer leitura com o que está acontecendo no país.

Agora tratando um pouco do estado do Rio. Eu estou no estado do Rio, estou na região serrana, a gente tem visto que está acontecendo na região serrana. A gente não entende por que as instituições de pesquisa e de ensino no estado do Rio não estão se envolvendo em projetos na região serrana, principalmente de agrofloresta. Funciona sim! Tem que ter coragem, tem que ter humildade em iniciar, em dizer “nós não temos pronto, agricultor, mas vamos desenvolver isso, vamos construir isso juntos, vamos fazer uma pesquisa participativa, vamos participar de um sistema construtivista”, mas eu gosto de construtivismo com ação, não só no gogo, vocês desculpem, mas essa é a minha mensagem.⁴⁹³

Quando a palavra é passada para Raul, ele afirma, em tom de brincadeira:

Ele [Dejair] não come 5 kg de agrotóxicos por ano não. Nem eu, porque nós comemos orgânico. Eu produzo no meu quintal ou compro ou venho aqui na Fazendinha roubar algumas coisas [risos] ou então eu compro lá na feira do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas do Rio de Janeiro, que é coordenado pela ABIO, da qual eu sou presidente. Então, o Dejair tem toda razão, a gente tem que sair desse topo do mundo, saímos do futebol, né, mas não saímos dos agrotóxicos. Devia ser o contrário, né?! Devia lá ter preservado o futebol no topo do mundo e ter ficado na rabeira aí no ranking de uso de agrotóxicos, seria melhor, né? Mas infelizmente não é assim. Então, eu como ele, eu vejo assim que existe uma resistência ainda muito grande. Hoje estava conversando com ele de manhã e, perguntando a ele, quando ele teve a ideia de fazer essa Fazendinha, de fazer esse projeto acontecer, há 20 anos atrás, eu imagino que resistência que ele teve aqui, né?! Ele não gosta muito de falar nisso não, mas foi o respeito que se tinha ao Dejair, que começou isso tudo, que as pessoas não tiveram coragem de dinamitar o projeto antes dele nascer, né?! Eu não tenho dúvida nenhuma disso aí. Foi não só a perseverança dele, a força, a vontade, mas sobretudo o respeito que se tinha por ele que se conseguiu essa proeza de você romper essa resistência que até hoje existe, não é?! [...] Outra coisa que eu vejo também, que me preocupa muito, é que toda que você vai fazer um projeto de agricultura orgânica, as pessoas dizem “não, mas você vai trabalhar com um público alvo diminuto, você tem aí um mar de agricultores, de pequenos agricultores, de base familiar, aí você vai trabalhar pra meia dúzia que fazem produção orgânica”. Se a gente não conseguir driblar isso aí “não, o meu público alvo é esse mesmo, é o agricultor orgânico, é aquele que bota mercadoria orgânica lá em cima dos tabuleiros, das feiras lá, que vão parar na mesa do consumidor”. E como o Dejair falou, isso tá crescendo de uma forma

⁴⁹³ALMEIDA, Dejair. Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – UFRRJ. 20 anos da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Youtube. 20 de maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL_IN3k. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

consistente, irreversível e acelerada. Então se a gente não olhar isso daí, não olhar isso como uma vanguarda, não pelo pequeno contingente que ainda faz agricultura orgânica, mas como uma vanguarda, as instituições de pesquisa e ensino tem obrigação de se vincular, de cair dentro, com toda ênfase aí, nessas questões, nesse movimento de agricultura orgânica, tanto no ensino quanto na pesquisa, quanto na extensão.⁴⁹⁴

Antes de terminar seu relato, Raul ainda enfatiza a importância do pessoal de apoio e aos estudantes da Rural. Ele afirma que o SIPA começou com dois pequenos agricultores, de um assentamento do INCRA, vizinho à Rural, e que esse apoio foi de grande importância para a experiência acontecer. “A gente aprende diariamente com eles e esse intercâmbio, essa troca, essa valorização do pessoal de apoio tem sido extremamente importante no meu entendimento”, finalizou ele.

Desta forma, em relação ao papel da UFRRJ, se até fins da década de 1980, as iniciativas em prol da agricultura alternativa vinha da atuação de professores isolados ou da mobilização estudantil, o cenário passaria a mudar a partir dos anos 1990, ainda que de maneira tímida. A própria instituição afirma, através de seu site, que a Eco-92 acabou contribuindo para a formação de um ambiente “organizacional e institucional” para apoiar a produção de alimentos orgânicos no estado do Rio de Janeiro. Além disso, como já ressaltado, foi fundamental a atuação de nomes já relacionados à agricultura alternativa, como Raul, que, como visto, foi professor da UFRRJ desde a década de 1960 e certamente foi responsável por difundir nos quadros da instituição, ainda que em pequena escala, um enquadramento agroecológico para pensar a agricultura. Destaca-se também a inserção de ex-alunos (que já “militavam” em prol desta modalidade agrícola desde a graduação) nos quadros funcionais da universidade, como é o caso do professor Antônio Carlos Abboud, e que certamente tiveram grande relevância para uma maior visibilidade da agricultura alternativa nos espaços acadêmicos. Assim, devemos pensar a contribuição direta ou indireta da UFRRJ à agricultura orgânica em dois contextos: em um primeiro momento reuniu, ao longo das décadas de 1970 e 1980, um corpo crítico de estudantes, e posteriormente, a partir da década de 1990, passou a desenvolver pesquisas acadêmicas em torno da agricultura orgânica, além de assistir a agricultores em todo o estado.

Como ressaltado, a UFRRJ não foi a única instituição envolvida com a experiência do SIPA e no apoio a outras iniciativas relacionadas à agricultura alternativa. Importante ressaltar

⁴⁹⁴RIBEIRO, Raul de Lucena Duarte. Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – UFRRJ. 20 anos da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Youtube. 20 de maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL_IN3k. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

o papel da Embrapa-Agrobiologia e da Pesagro-Rio enquanto instituições parceiras nesses processos.

A Embrapa-Agrobiologia tem sua origem antes mesmo da criação da própria Embrapa (1972). Seu início data da década de 1950, quando, no âmbito do Centro Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, um grupo de pesquisadores inicia a atuação na área de estudos sobre fixação biológica de nitrogênio. A iniciativa teve como principal nome a pesquisadora Johanna Dobereiner, cuja trajetória foi abordada no capítulo 2 deste trabalho. Após a criação da Embrapa, os referidos estudos, que já eram realizados na cidade de Seropédica, nas imediações da UFRRJ, foram incorporados à Embrapa-Solos. Em 1989, passou a ser Centro Nacional de Pesquisa de Biologia do Solo e, em 1993, Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, ou Embrapa-Agrobiologia. A Revista *A Lavoura*, mais antigo periódico relacionado à agricultura no Brasil, trazia constantemente as realizações promovidas pela Embrapa, em seus diversos núcleos, desde a sua criação. Na edição de setembro-outubro de 1993, a revista traz informações sobre o recente Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia:

Dentro desse espírito de preservar, inovar e ampliar, a Embrapa acaba de transformar o antigo Centro Nacional de Pesquisa de Biologia do Solo, criado pela doutora Johanna Dobereiner, a quem a SNA – Sociedade Nacional de Agricultura outorgou o prêmio Destaque A LAVOURA de 1986, em Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia. [...]

O Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia está sediado em Seropédica – Itaguaí, próximo ao *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o que tem possibilitado transformá-lo em um centro de treinamento de estudantes e, posteriormente, de professores e pesquisadores brasileiros e de vários outros países, servindo assim como um polo difusor de tecnologia a nível especializado.

Seu principal objetivo, no entanto, é promover, coordenar e executar trabalhos de investigação científica em agrobiologia, visando o estabelecimento de uma agricultura estável, econômica, produtiva, compatível com a conservação do meio ambiente, e baseada em processos agrobiológicos.⁴⁹⁵

⁴⁹⁵ EMBRAPA preserva, inova e amplia pesquisa agropecuária. *A Lavoura*, set/out. 1993, p. 34 e 35.



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia*

*Ant. Est. Rio-S. Paulo BR 465-RJ, Km 47
CP: 74.505, Cep: 23.851-970, Seropédica-RJ, Brasil
Tel: (021) 682-1500, Fax: (021) 682-1230, Telex: (21) 32723, agrob@cnpas.embrapa.br*

Logo da Embrapa-Agrobiologia,
junto de seu endereço. Fonte: *A
lavoura*, junho de 1997, p. 28.

Foi ao longo da década de 1990 que a Embrapa-Agrobiologia, para além das pesquisas relacionadas aos estudos biológicos do solo, ampliou seu campo de atuação, tornando-se instituição importante no desenvolvimento de pesquisas sobre agricultura orgânica. Não por acaso, essa mudança nos rumos deste centro da Embrapa coincide com o fortalecimento da agricultura orgânica ao longo da década de 1990.⁴⁹⁶

Uma das preocupações da pesquisa na Agrobiologia sempre foi a eficiência no aproveitamento de nutrientes em sistemas agrícolas de produção sustentável. Neste contexto se insere sua contribuição em diferentes sistemas de produção agrícola ditos convencionais, e naqueles que originalmente eram chamados de alternativos, ou, como definido atualmente no âmbito da Embrapa, de agriculturas de base ecológica, a saber: orgânica, agroecológica, biodinâmica, natural, urbana, entre outras.⁴⁹⁷

Reportagem da revista *A Lavoura*, aponta que a formalização da entrada da Embrapa-Agrobiologia na agricultura orgânica ocorreu concomitantemente à instituição do SIPA. O planejamento teria tido início em 1990, e o objetivo do SIPA seria servir como “vitrine, onde

⁴⁹⁶ História da Embrapa-Agrobiologia. Disponível em:

[https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,bio1%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20\(FBN\).](https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,bio1%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20(FBN).) Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

⁴⁹⁷ GUERRA, José Guilherme Marinho. História da Embrapa-Agrobiologia. Disponível em:

[https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,bio1%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20\(FBN\).](https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,bio1%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20(FBN).) Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

seria possível colocar em prática todas as tecnologias desenvolvidas pelo Centro de Pesquisa [Embrapa-Agrobiologia].”⁴⁹⁸

O fortalecimento das pesquisas em agricultura orgânica no escopo da Embrapa-Agrobiologia tiveram grande impulso a partir da experiência do SIPA. O local passou a ser a principal “base” de pesquisa em agricultura orgânica da Embrapa, o que passou a englobar estudos sobre:

a adaptação de cultivares ao sistema orgânico de produção, o desenvolvimento de substratos adequados para a produção de mudas, a adequação do uso de leguminosas para a adubação verde, a técnica de plantio direto em sistemas orgânicos de produção de hortaliças e frutas, a cobertura viva do solo com leguminosas perenes em pomares e o manejo fitossanitário para controle de pragas e doenças, entre outros.⁴⁹⁹

No entanto, outras iniciativas e locais passaram a ser alvo de pesquisas promovidas pela Embrapa-Agrobiologia, como, por exemplo, no caso da cidade de São Sebastião do Paraíso, em Minas Gerais, quando a Embrapa-Agrobiologia, em parceria com a UFRRJ, desenvolveu projeto que buscava tornar viável a conversão de um sistema convencional de produção do café para o sistema orgânico.⁵⁰⁰

Cabe ressaltar que a Embrapa-Agrobiologia e suas pesquisas e métodos promovidos a partir do Centro Experimental de Seropédica, bem como sua atuação no SIPA, representavam (e ainda representam) exceção quando pensamos na atuação da instituição Embrapa, em geral. Criada durante e pelo regime civil-militar, a Embrapa vem se baseando, desde então, em ações e métodos de pesquisa relacionados à agricultura convencional e industrial. Neste sentido, é possível perceber as divergências entre o que era promovido pela Embrapa-Agrobiologia e o que era promovido pelas demais agências da Embrapa. Sobre o assunto, interessante abordar conteúdo trazido pela revista *A Lavoura* em edição de setembro de 1999. Sob o título “A polêmica dos transgênicos e os produtos orgânicos”, o editorial traz a problematização dos produtos transgênicos (amplamente difundidos por outras agências da Embrapa) e aborda a agricultura orgânica como um contraponto.

Apesar da posição clara da Embrapa sobre o tema, a questão é motivo de debates entre os pesquisadores, como o que aconteceu durante a visita da Diretora Executiva da Embrapa, Dr^a Elza Angela Battaglia Brito Cunha ao Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia- Embrapa Agrobiologia, no dia

⁴⁹⁸ FAZENDINHA Agroecológica. *A Lavoura*, maio de 2000, p. 48.

⁴⁹⁹ Agroecologia e Produção Orgânica. Embrapa-Agrobiologia. Disponível em: [https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,bio%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20\(FBN\)](https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,bio%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20(FBN)). Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

⁵⁰⁰ RESISTENTES. *Jornal do Commercio*, 27 de julho de 1999, p. 13.

13 de agosto. Em meio a questionamentos quanto ao posicionamento da Embrapa e a segurança desses alimentos para a população, a diretora afirmou que a liberação desses produtos geneticamente modificados não é de responsabilidade da Embrapa, e que a empresa segue apenas as orientações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança-CTN-Bio. Dra. Elza disse ainda que a função da Embrapa é atender e dar apoio ao que for necessário à comissão, embora a opinião pública tenha, erroneamente, a ideia de que a Embrapa é a responsável por esta liberação.⁵⁰¹

Àquele momento, havia grande polêmica nos meios científicos e acadêmicos a respeito da produção de alimentos geneticamente modificados, e a posição da Embrapa era de que a empresa não poderia ficar de fora dessa “inovação tecnológica”, acrescentando como justificativa que, caso ocorresse algum problema técnico, seria a Embrapa a ser chamada para solucionar a questão. A diretora da Embrapa, além de visitar o espaço da Embrapa Agrobiologia na cidade de Seropédica, também foi ao SIPA, reconhecendo que a Fazendinha Agroecológica poderia ser uma alternativa para quem buscasse alimentos ecologicamente corretos. A publicação aponta que ela teria ficado entusiasmada com o que viu ao percorrer cerca de 10 hectares de plantações:

"Vocês têm um espaço que economicamente passa a ser expressivo a medida que há uma crescente demanda para esse tipo de produto". Ainda na Fazendinha, a diretora da Embrapa conheceu o Moirão Vivo, um dos principais projetos da Embrapa Agrobiologia. O Moirão é um produto extremamente econômico e ecológico, pois substitui as estacas de madeiras por cercas vivas. Depois de duas horas percorrendo o local acompanhada por pesquisadores, vendo uma grande diversidade de plantação onde só existem produtos orgânicos, Dra. Elza disse que gostaria de ficar pelo menos mais dois dias na Fazendinha Agroecológica para conhecer ainda mais o projeto. A diretora gostou tanto do que viu que sugeriu uma visita de todos os chefes de Centros da Embrapa à Fazendinha. E a ideia foi levada a sério pela Chefe Geral da Embrapa Agrobiologia, Dra. Maria Cristina Prata Neves, que prometeu organizar o evento.⁵⁰²

Os nortes teórico-metodológicos da Embrapa seguiam, desde a sua criação, as lógicas modernizantes de produção. No entanto, como demonstrou Luzzi (2007), a partir da segunda metade da década de 1980, com a chegada de Luiz Carlos Pinheiro Machado (importante nome da agricultura alternativa) à presidência da Embrapa, existiram propostas que contrastavam com o posicionamento predominante na instituição. Machado buscou implementar pesquisas mais adequadas à realidade dos pequenos e médios produtores rurais, com preocupações

⁵⁰¹ A polêmica dos transgênicos e os produtos orgânicos. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Ano 3- Seropédica, nº 9. In: *A Lavoura*, setembro de 1999, p. 42.

⁵⁰² A polêmica dos transgênicos e os produtos orgânicos. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Ano 3- Seropédica, nº 9. In: *A Lavoura*, setembro de 1999, p. 42.

relacionadas às especificidades de cada região. Neste sentido foi criado o Programa de Pesquisa para a Agricultura Alternativa, cujo objetivo girava em torno de buscar novas metodologias e divulgação de resultados que buscassem transformar o sistema produtivo dominante. O objetivo era pensar a agricultura a partir de um “enfoque sistêmico” que celebrasse a interação de distintos componentes. Apesar de inovador, o projeto de Machado em modificar o aporte metodológico da Embrapa foi fracassado. Como demonstra a autora, teve relevância para tal resultado o fato de o agrônomo ter chegado à direção da Embrapa com uma equipe externa, sem buscar articulações com pesquisadores da própria instituição. A pesquisadora Johanna Dobereiner, por exemplo, foi substituída na ocasião por um nome de confiança de Machado. Pinheiro Machado acabou afastado da instituição e seu projeto “praticamente esquecido” dentro da Embrapa (Luzzi, 2007: 149-150).

O primeiro projeto com uma vertente agroecológica aceito na Embrapa teria sido o de Dejair em relação ao SIPA. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, Dejair, ao mesmo tempo em que se dedicava à pesquisas na Embrapa-Agrobiologia, vinha fazendo parte do movimento de agricultura alternativa e propondo pesquisas nesta vertente ecológica. Orientado por Dejair neste período, José Guilherme Guerra aponta que estava nos planos do pesquisador obter no km 47 (em que foi instituído o SIPA) um local onde pudesse se praticar a agricultura orgânica, saindo dos limites da sala. O projeto de pesquisa inicial seria estabelecer uma unidade de pesquisa em produção agroecológica.

O Dejair já usa o termo agroecológico, aí os ares internacionais já estavam por aqui, já começava a se falar na agroecologia já com mais força. E aí teve o primeiro projeto, ele foi submetido na Embrapa, não vou lembrar exatamente, mas deve ter sido entre 1988 e 1990, ele elabora esse projeto de pesquisa. O primeiro nome desse projeto chamava UIPA- Unidade Integrada de Produção Agroecológica e até então englobaria apenas pesquisadores da Embrapa.⁵⁰³

Guerra conta que o projeto fora pessimamente recebido dentro da Embrapa, “tomando críticas de todos os lados”. Dejair não desistiu, buscou reformular o projeto, que, nesta nova proposta já passou a ser chamado SIPA. Assim, o projeto foi aprovado em 1992 e então o pesquisador busca o apoio da UFRRJ e da Pesagro.

E aí ele [Dejair] buscou o apoio de Raul e Raul imediatamente abraçou, disse que era tudo que precisávamos ter e aí Dejair apresentou uma proposta para estruturar a Fazendinha. Além disso, Dejair tinha um colega que morou com ele em Campo Grande quando eram estudantes. Era o Silvio Romero, que era

⁵⁰³ Entrevista de José Guilherme Marinho Guerra à autora na sede da Embrapa-Agrobiologia, 28 de fevereiro de 2023.

pesquisador da Embrapa, mas estava cedido à Pesagro-Rio e ele era o vice-chefe do que aqui era chamado de Estação Experimental de Itaguaí. Então, os três começaram a conversar e a fazendinha nasceu mais ou menos assim.⁵⁰⁴

Desde 1997, a Embrapa-Agrobiologia em parceria com o SIPA, vem atendendo demandas de agricultores interessados nas tecnologias desenvolvidas, através de experimentações participativas. Além disso, vem contribuindo para debates acadêmicos, contando com a participação efetiva de estudantes em projetos de experimentação em campo. Em 2000, eram 30 estudantes envolvidos diretamente em projetos de pesquisa, que contavam com bolsas de iniciação científica, residência em engenharia agrônômica e estudantes com vínculo empregatício junto a instituições de pesquisa com bolsas de instituições como a CAPES e o CNPq.⁵⁰⁵

Além da iniciativa e participação em todo o funcionamento do SIPA, a Embrapa-Agrobiologia seguiu sendo uma importante instituição promotora de pesquisas técnicas e procedimentos práticos que muito contribuíram para a difusão da agricultura orgânica, bem como seguiu integrando e apoiando projetos coletivos de impulsionamento à agroecologia.

Já a Pesagro-Rio (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro) foi uma importante instituição, onde alguns de seus funcionários se envolveram no combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos (como pudemos observar no capítulo anterior iniciativas de investigações de intoxicações em trabalhadores rurais, bem como na promoção de campanhas de conscientização ao produtor rural), assim como na promoção de práticas alternativas ao cultivo agrícola. No entanto, cabe ressaltar que, assim como a Embrapa, a Pesagro foi criada para difundir a agricultura convencional. Esse seguiu sendo o objetivo da instituição e, portanto, as ações em prol da agricultura orgânica/alternativa representavam, também, exceções no seu escopo de atuação.

No entanto, os ares ecológicos que permeavam o Rio de Janeiro e o Brasil no início da década de 1990 parecem ter sido importantes para iniciativas na instituição voltadas à agricultura orgânica. Reportagem do *Jornal do Brasil*, de 26 de abril de 1992, ao apontar que agrônomos da Pesagro haviam realizado uma importante descoberta científica relacionada a fungos, traz a informação de que haviam recebido, meses antes, a incumbência de buscar soluções para os problemas relacionados ao cultivo do abacaxi na perspectiva da agricultura orgânica. Um dos agrônomos envolvidos no estudo afirmou que a nova orientação da Pesagro

⁵⁰⁴ *Ibidem*.

⁵⁰⁵ TRANSFERÊNCIA de tecnologia. *A Lavoura*, maio de 2000, p. 47.

era para que todas as unidades de pesquisa da instituição mantivessem uma linha de estudos voltada à agricultura orgânica.⁵⁰⁶

Ao longo da década de 1990, núcleos minoritários da Pesagro buscaram desenvolver pesquisas em agricultura orgânica, como no caso de Centros Experimentais em alguns municípios do estado do Rio de Janeiro. Exemplo é o campo experimental que a instituição mantinha no município de Paty do Alferes, onde foram implementados testes para um sistema de integrado produção de frutíferas de clima temperado, introdução da agricultura orgânica, bem como difusão de tecnologia e materiais de propagação. Desde o início da iniciativa, as pesquisas estavam concentradas na olericultura.⁵⁰⁷ A Pesagro também promovia pesquisas em agricultura orgânica na Estação Experimental de Nova Friburgo, obtendo resultados práticos com a produção de alimentos como repolho, couve-flor, brócolis, cebola e morango.⁵⁰⁸ Além disso, também em Nova Friburgo, a instituição realizou um curso intensivo de agricultura orgânica, cujo objetivo principal era consolidar a produção estadual de alimentos orgânicos. Participaram do evento técnicos, produtores e estudantes, que ao longo de três dias discutiram “maneiras alternativas para o manejo ecológico do solo”.⁵⁰⁹ Na ocasião, discursou o então presidente da Pesagro, Airton Antônio Castagna, abordando os “novos” projetos que estavam sendo desenvolvidos com o objetivo de fornecer “novas alternativas para a produção agropecuária do Estado”.⁵¹⁰ Reportagem do periódico *Manchete Rural* traz informações sobre o cultivo de plantas utilizadas como tempero em toda a região serrana, o que teria chamado atenção de técnicos da Pesagro, que iniciara estudos visando contribuir para transformar o cultivo de plantas-temperos em uma atividade econômica relevante naquela localidade. Para iniciar as pesquisas na área, os pesquisadores visitaram um grande número de hortas domésticas, constatando que a maioria delas tinha plantas medicinais e de temperos. Na ocasião, descobriram um grupo de 50 mulheres que atuavam, na cidade de Nova Friburgo, em projeto financiado pelo fundo da ONU para o desenvolvimento da mulher. A partir de então, a Pesagro passou a ter vinculação com o projeto, tendo como objetivo levantar as ervas em cultivo na região, visando formar um horto ou jardim botânico de plantas-temperos. A finalidade seria divulgar tais plantas, fornecendo também sementes e mudas aos interessados. O projeto faria parte de um plano que tinha o objetivo de criar condições para aumentar a produção das plantas-

⁵⁰⁶ PESQUISA prova que urina de vaca mata fungos do abacaxi. *Jornal do Brasil*, 26 de abril de 1992, 1º Caderno, p. 20.

⁵⁰⁷ PESAGRO faz pesquisa em Paty do Alferes. *O Fluminense*, 1 a 7 de novembro de 1992, p. 6.

⁵⁰⁸ PESAGRO investe em agroecologia. *O Fluminense*, 22 a 28 de novembro de 1992, p. 3

⁵⁰⁹ MANEJO ecológico. *O Fluminense*, 9 a 15 de maio de 1993, p. 5.

⁵¹⁰ PESAGRO terá curso intensivo de agricultura. *Monitor Campista*, 03 de abril de 1993, p. 6.

temperos dentro dos princípios da agricultura orgânica. Iniciativas nesse sentido já existentes são citadas:

Em Petrópolis, por exemplo, tem uma produtora que comercializa uma série de produtos sob a marca de Provence. Ela não usa agroquímicos (defensivos e adubos) e seus produtos são comercializados nas praças do Rio e Friburgo. Em Friburgo e Bom Jardim existe um grupo de produtores de plantas – tempero que fazem parte da Associação de Produtores Biológicos [ABIO]. Eles praticam a agricultura orgânica, biológica ou ecológica, não fazendo uso de produtos químicos.⁵¹¹

A horta de ervas-tempero da Estação Experimental de Nova Friburgo da Pesagro ainda estava em formação. Na ocasião eram produzidos cebolinha, cebola, salsa, nirá, orégano, manjerona, tomilho, alfavaca, hortelã, louro, gengibre e açafrão.⁵¹²



Pesquisadora da Pesagro-Rio no Campo Experimental de Nova Friburgo, em meio à horta de alfavaca. *Manchete Rural*, n.73, maio de 1993, p. 56.

⁵¹¹ CAVALCANTE, Adeildo Lopes. Plantas para tempero podem gerar renda para muita gente. *Manchete Rural*, n. 73, maio de 1993, p. 56.

⁵¹² *Ibidem*.

Ainda no âmbito da Pesagro, destaque deve ser dado ao Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica (CEPAO), localizado em Seropédica, que atua diretamente no projeto do SIPA. Funcionando com o objetivo de desenvolver pesquisas e produtos voltados à produção orgânica, dentre as atribuições do centro, estão a produção de caldas caseiras, biofertilizantes, extratos de plantas, óleos essenciais e homeopatias:

Um dos maiores problemas da agropecuária fluminense é o uso excessivo de agrotóxicos. Visando atender produtores interessados na redução e/ou substituição de agrotóxicos por produtos alternativos, o CEPAO produz e orienta agricultores convencionais e orgânicos na produção de caldas sulfocálcica e bordalisa, do fertilizante Agrobio, de extratos de plantas, óleos essenciais e de medicamentos homeopáticos. Realiza ainda pesquisas para validação destas formulações em diversas culturas para controle de pragas em geral.⁵¹³

Outras atividades são: desenvolvimento de pesquisas em adubação verde; disponibilização de sementes orgânicas; estudos voltados para o controle biológico de pragas; análise de solos; produção de plantas medicinais, aromáticas e condimentares; desenvolvimento de modelos de estufas de baixo custo aos agricultores; desenvolvimento de técnicas de cultivo protegido adaptadas ao estado do Rio de Janeiro; etc.⁵¹⁴

Sobre o CEPAO, o site da PESAGRO aponta:

Está situado próximo a dois importantes centros de pesquisa e ensino, a Embrapa Agrobiologia e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no município de Seropédica, o que possibilita a troca de informações em diversas áreas do conhecimento e a multidisciplinaridade de suas ações, além de diversas parcerias.

Exemplo dessa parceria é o convênio denominado Sistema Integrado de Produção Agroecológica, conhecido como Fazendinha Agroecológica do Km 47, entre o centro de pesquisa da Pesagro-Rio, a Universidade Rural, a Embrapa Agrobiologia e a Embrapa Solos. O convênio se destina à utilização de 37 hectares manejados agroecologicamente, integrando as áreas animal e vegetal, com o objetivo de desenvolver técnicas de produção de alimentos saudáveis e sem a degradação do meio ambiente.

O centro dispõe de área de 50ha no município de Paty do Alferes, onde está instalado o Campo Experimental de Avelar, para o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às condições das regiões Centro-Sul e Médio Paraíba.⁵¹⁵

⁵¹³PESAGRO: Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica. Quadro explicativo sobre as atividades do CEPAO exposto na sede do centro, na cidade de Seropédica.

⁵¹⁴ PESAGRO: Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica. Quadro explicativo sobre as atividades do CEPAO exposto na sede do centro, na cidade de Seropédica.

⁵¹⁵ Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica. In: Centros Estaduais de Pesquisa. Disponível em: https://www.pesagro.rj.gov.br/instituicao/centro_pesquisa. Acesso em 01 de março de 2023.



Centro da Pesagro-Rio dedicado à pesquisas em agricultura orgânica, localizado na cidade de Seropédica, nas proximidades da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Foto feita pela autora em 28 de fevereiro de 2023.

Além das atividades, pesquisas e métodos desenvolvidos em seu centro voltado à agricultura orgânica, a Pesagro passava, ao longo da década de 1990, a apoiar iniciativas que buscavam debater a agroecologia, como o II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, em 1984, o I e II Encontro de Agricultura Orgânica Integrada à Produção Animal, realizados em Nova Friburgo, respectivamente em 1992⁵¹⁶ e em 1994⁵¹⁷ e o I Fórum Regional de Agroecologia e Ecoturismo, realizado em Macaé, em 1997⁵¹⁸.

Iniciativas como as citadas acima podem demonstrar como, gradativamente, a agricultura orgânica passava, ao longo da década de 1990, a ocupar espaços institucionais que, anteriormente, eram dedicados exclusivamente à agricultura convencional. Como ressaltaram Peterson, Soglio e Caporal, esta crescente abertura de espaços para a agroecologia em instituições de pesquisa, ensino e extensão demonstra sinais de mudanças nos espaços acadêmicos devido às constatações dos efeitos negativos ao meio ambiente e à saúde trazidos pela modernização agrícola. Os autores ressaltam ainda que:

as sementes dessa mudança encontram-se amplamente disseminadas e germinam pela ação de educadores, pesquisadores e extensionistas que, individual ou coletivamente, inovam na forma de entender e de participar da produção e da socialização de conhecimentos para o desenvolvimento rural. A origem dessa mudança na academia é contemporânea à própria implantação do projeto de modernização agrícola, sendo representada pelas atitudes de profissionais que defendiam a necessidade de uma Ciência e uma práxis capazes de superar os impasses e danos socioambientais provocados pela Revolução Verde. A ação desses profissionais contribuiu para o progressivo delineamento dos contornos conceituais, metodológicos e técnicos da agricultura alternativa, proporcionando maior consistência teórica e maior capacidade de análise e intervenção na realidade aos profissionais que se identificavam com esse movimento de resistência e crítica à industrialização da agricultura. Um fator determinante nessa evolução foi a chegada ao Brasil, no final da década de 1980, dos conceitos e princípios da Agroecologia. Ao situar a tecnologia no universo social, cultural, ambiental e econômico da agricultura, o enfoque agroecológico possibilitou a ampliação do escopo de abordagem dos problemas rurais, contribuindo para o questionamento do viés produtivista das ciências agrárias e para a mobilização do interesse e do engajamento de setores das ciências humanas e naturais na construção do novo paradigma (Petersen; Soglio; Caporal, 2009: 85).

⁵¹⁶ LUTZEMBERGER vai abrir encontro em Friburgo. *Monitor Campista*, 26 de abril de 1992, p. 3.

⁵¹⁷ AGRICULTURA orgânica é tema de encontro em Nova Friburgo. *O Fluminense*, 19 de agosto de 1994, p. 4.

⁵¹⁸ CEF apoia Fórum de Ecologia em Macaé. *Monitor Campista*, 13 de maio de 1997, p. 1.

4.4- A Rede Agroecologia- Rio

A partir de parceria entre instituições públicas e privadas, foi criada, em fins de 1998, a Rede Agroecologia-Rio. A iniciativa teve início a partir de financiamento promovido pelo Programa de Redes Cooperativas de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (RECOPE-RJ), com ação conjunta entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e teve duração de dois anos. O projeto foi motivado pela experiência do SIPA e possuía como objetivo “promover a agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro, através da articulação entre os elos da cadeia produtiva da agricultura orgânica no estado.” O projeto era coordenado pela Embrapa-Agrobiologia e envolvia, além desta, a Pesagro-Rio, a Emater, a UFRRJ, a Ong AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa), a ABIO e a Agrinatura (Empresa privada especializada em comercialização de produtos orgânicos). A ABIO seria a entidade responsável por reunir os agricultores orgânicos do estado do Rio de Janeiro, certificando a produção de seus associados. A Agrinatura, empresa privada, seria responsável pela assessoria de assuntos relacionados ao mercado. Já a AS-PTA teria o encargo de assessoramento referente a metodologias participativas nas comunidades rurais. A Emater seria a responsável pela extensão rural técnica aos agricultores. Já a Pesagro-Rio, a UFRRJ e a Embrapa-Agrobiologia seriam as responsáveis por gerar conhecimentos e tecnologias agroecológicas (Feiden; Fonseca; Assis, 2002). As atividades referentes à Rede Agroecologia envolviam:

pesquisa e difusão de tecnologias agroecológicas voltadas para a agricultura familiar, permitindo-lhes mais sustentabilidade, com conseqüente melhoria no nível de renda dos agricultores; capacitação de técnicos em agricultura orgânica; apoio à estruturação de canais de comercialização de alimentos orgânicos, ampliando a oferta deste produto de melhor qualidade nutricional, eliminando assim, os riscos à saúde do produtor e do consumidor; divulgação da agricultura orgânica e assessoria à formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola sustentável em nosso estado. Um forte aliado a este trabalho tem sido o método de pesquisa participativa, onde os próprios agricultores participam do estudo das potencialidades e pontos fracos das propriedades, permitindo maior envolvimento de todos e resultados favoráveis.⁵¹⁹

Como apontaram pesquisadores da Embrapa, através de documento interno intitulado “Agricultura Orgânica: instrumento para a sustentabilidade dos sistemas de produção e valorização de produtos agropecuários”, a Rede- Agroecologia foi a primeira experiência de articulação de todos os elos da cadeia produtiva da agricultura orgânica, levando os resultados

⁵¹⁹REDE Agroecologia. *A Lavoura*, junho de 2000, p. 52.

da pesquisa ao produtor e ao consumidor. As demandas para pesquisas, assim como ações necessárias seriam identificadas no campo, com os agricultores, através de um diagnóstico participativo.⁵²⁰

O primeiro projeto da rede foi em prol do desenvolvimento da olericultura fluminense em bases agroecológicas. A escolha da olericultura deveu-se ao fato de ser a atividade agrícola de produção familiar mais predominante no estado, além de ser a que possuía maior número de técnicas orgânicas disponíveis. Foram selecionadas áreas-polo⁵²¹, na quais as atividades incluíam:

diagnóstico rápido e participativo em agroecossistemas (DRPAs); estabelecimento de linhas de experimentação participativa nessas áreas-polo; produção controlada de insumos agroecológicos (biofertilizantes, sementes de adubos verdes, caldas fungicidas, etc.) e sua distribuição para uso experimental; implantação de unidades destinadas a pesquisas sobre sistemas integrados de produção agroecológica; revisão/atualização de normas técnicas para certificação da produção orgânica, treinamento de técnicos vistoriadores e credenciamento de novos agricultores; estudo do mercado de produtos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro (Feiden; Fonseca; Assis, 2002: 4).

A Rede Agroecologia buscava formar um centro de referência que promovesse a divulgação de técnicas agroecológicas, através da contribuição dos “agricultores experimentadores”, aqueles trabalhadores rurais que aderiam ao projeto e testavam, na prática, os diferentes métodos e técnicas desenvolvidos em parceria pelas múltiplas instituições que formavam a rede.

Em informativo da Embrapa Agrobiologia, publicado na revista *A Lavoura*, de setembro de 2000, é apontada a atuação da Rede Agroecologia em diversos municípios fluminenses. Na publicação é abordado o papel da Pesagro dentro da rede, a qual vinha desenvolvendo a produção e distribuição de biofertilizante, intitulado “agrobio”, com o objetivo de redução do volume de agrotóxicos utilizados no cultivo de hortaliças. O agrobio vinha sendo obtido:

através da atividade de microorganismos, em sistema aberto, sobre esterco bovino fresco, leite ou soro, melaço e outros substratos orgânicos. Durante o processo, são adicionados, semanalmente, diversos nutrientes. Após cerca de

⁵²⁰NEVES, Maria Cristina P. *et al.* Agricultura Orgânica: Instrumento para a Sustentabilidade dos Sistemas de Produção e Valoração de Produtos Agropecuários. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, Documentos, 122, dez. 2000.), p. 14.

⁵²¹ As áreas selecionadas foram: Comunidade Córrego Santo Antônio no município de Bom Jardim; Comunidade Janela das Andorinhas no município de Nova Friburgo; Comunidade Vala Preta no município de Magé; e Comunidade da Gleba “G” do Assentamento São José da Boa Morte no município de Papucaia. Cf.: FEIDEN. A., FONSECA. M.F. de A. C.; ASSIS. R. L. Rede Agroecologia Rio: análise crítica de uma ação integrada entre instituições públicas e privadas. ANPPAS, 2002. Disponível em: rede-agroecologia-rio-analise-critica-de-uma-acao-integrada-entre-instituicoes-publicas-e-privadas_compress.pdf. Acesso em 05 de março de 2023, p. 4.

oito semanas, dependendo das condições ambientais, transforma-se numa mistura complexa de vitaminas, hormônios, antibióticos, entre outros componentes.⁵²²

Na ocasião estavam sendo produzidos cerca de 2.000 litros por mês do fertilizante, através da Estação Experimental de Itaguaí (Seropédica) e em torno de 1.000 litros por mês, por agricultores envolvidos no projeto, oriundos de 10 municípios fluminenses: Barra Mansa, Campos, Duas Barras, Itaguaí, Magé, Nova Friburgo, Paty do Alferes, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Volta Redonda.⁵²³

A mesma publicação traz outro texto, assinado pelos pesquisadores da Pesagro: Maria do Carmo Araújo Fernandes, Marco Antônio Leal e Maria Luiza de Araujo; pelo professor Raul de Lucena (UFRRJ) e por Dejair Lopes de Almeida (Embrapa Agrobiologia). Tratava-se de informações sobre trabalho desenvolvido no SIPA, através de incentivos da Rede Agroecologia, que, segundo a publicação, objetivava também “potencializar o trabalho individual dos parceiros”. O trabalho, liderado pela Pesagro nos espaços do SIPA, dizia respeito ao desenvolvimento de um sistema de cultivo protegido de tomates, onde eram utilizadas caldas alternativas e outros insumos orgânicos, além de estufa rústica. A experiência vinha apresentando resultados promissores, com uma produção total de 14 colheitas, gerando aproximadamente 600 kg de tomates, havendo “incidência quase nula de frutos com defeito”. A conclusão foi satisfatória e o texto conclui que o projeto poderia vir a ser recomendado aos agricultores.⁵²⁴

⁵²² O BIOFERTILIZANTE Agrobio. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Embrapa Agrobiologia. In: *A Lavoura*, setembro de 2000, p. 42.

⁵²³ *Ibidem*.

⁵²⁴ CULTIVO protegido do tomateiro sob manejo orgânico. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Embrapa Agrobiologia. In: *A Lavoura*, setembro de 2000, p. 45.



Visão externa da estufa rústica para cultivo protegido

Estufa de tomates orgânicos produzidos sob supervisão da Pesagro, no âmbito do projeto Rede Agroecologia Rio. *A Lavoura*, setembro de 2000, p. 45.

Em fins dos anos 2000, outro informativo da Embrapa Agrobiologia apontava que, nos dias 30 e 31 de outubro do mesmo ano, havia sido realizado, após dois anos do início da Rede Agroecologia, um seminário interno de avaliação e realinhamento do projeto, com o objetivo de traçar diretrizes e planejamento para os próximos dois anos (2001 e 2002). Definiu-se no seminário que seria dada ênfase à comunicação, interna e externa, assim como buscariam reforçar os processos de coleta, análise e sistematização de informações, buscando incentivar ainda mais a adoção de métodos agroecológicos para o cultivo de alimentos e manejo do solo. Com as novas orientações, esperava-se maior articulação e ações reforçadas de cada parceiro do projeto, buscando respostas às demandas do mercado de alimentos orgânicos, oferecendo informações qualificadas no que dizia respeito à orientação e apoio aos agricultores e ao público

em geral. No que dizia respeito aos resultados, foi apontado que grandes avanços haviam sido alcançados, permitindo a redução “drástica” de insumos químicos e a produção em áreas relevantes de interesse econômico.⁵²⁵

Depois de dois anos de atuação da Rede Agroecologia, Maria Fernanda Fonseca, Alberto Feiden e Renato Assis, pesquisadores da Embrapa-Agrobiologia e Pesagro-Rio, apontavam que os resultados do projeto eram variáveis. Os feitos de maior expressão relacionaram-se à multiplicação do número de agricultores orgânicos e conseqüentemente o aumento da oferta de alimentos orgânicos no estado. Dados trazidos pelos pesquisadores demonstraram que, a partir da atuação da Rede- Agroecologia, o número de agricultores interessados em obter credenciamento junto à ABIO aumentou consideravelmente, passando de 17 unidades produtoras certificadas em 1997, para 98 unidades em 1999, e 170 em 2000, representando um crescimento de 1000% em um período de três anos. Para tal realidade, a ABIO necessitou passar uma reestruturação, relacionada a questões administrativas e normativas, bem como em relação à capacitação de “técnicos visitantes”, pessoas credenciadas à associação, responsáveis por analisar a conformidade da produção orgânica dos membros associados (Feiden; Fonseca; Assis, 2002: 5). Os pesquisadores também apontaram como resultados de pesquisas no primeiro projeto da rede:

o estudo de mercado dos alimentos orgânicos *in natura*; o estabelecimento/fortalecimento de espaços específicos para pesquisa em agroecologia nas estações experimentais dos institutos de pesquisa envolvidos na Rede Agroecologia Rio; as ações de pesquisa participativa desenvolvidas nas áreas-pólo e nos núcleos da ABIO (Feiden; Fonseca; Assis, 2002: 5).

Como dificuldades e entraves observados no projeto, os pesquisadores trouxeram a necessidade de um maior protagonismo do papel do extensionismo rural sobre os outros atores envolvidos (que não fossem agricultores), e também de obtenção de apoios políticos e administrativos, que permitissem a adoção de novas relações entre serviços de extensão e as organizações de agricultores. Fora ressaltada a importância de um processo de requalificação de todos os atores envolvidos, com destaque para os envolvidos no extensionismo. Tal qualificação deveria ser oriunda de um processo educativo reflexivo, que não poderia ser contemplada, segundo os autores, a partir de treinamentos curtos voltados a temas específicos (como metodologias voltadas à adubação verde, controle alternativo de pragas etc), mas sim a

⁵²⁵ENTIDADES componentes da Rede Agroecologia. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Embrapa Agrobiologia. In: *A Lavoura*, dezembro de 2000, p. 47.

partir de formações mais abrangentes, que ultrapassassem o repasse de informações técnicas e estimulassem reflexões mais profundas que norteavam a agroecologia.

Entende-se que, para estes, qualquer mudança, no nível em que se deseja em relação à agroecologia, é extremamente dificultada visto que representa, na maioria dos casos, a negação de conhecimentos arraigados, adquiridos ao longo de anos de aprendizado. Este processo de mudança de atitude, apesar de todas as dificuldades e da morosidade que possa apresentar, é fundamental para o encaminhamento dos futuros trabalhos da Rede Agroecologia Rio, posto que somente assim será possível buscar, de forma efetiva, as mudanças necessárias mais facilmente perceptíveis, quais sejam, a mudança das diferentes culturas institucionais envolvidas e os ajustes entre elas (Feiden; Fonseca; Assis, 2002: 5).

Outra questão apontada foram as diferentes culturas institucionais envolvidas e seus diferentes objetivos no âmbito do projeto:

Entende-se, no entanto, que a eficaz interação entre as diferentes instituições que compõem a Rede Agroecologia Rio apresenta grande potencial na promoção maciça da agroecologia, como um novo paradigma para a agricultura. Isto leva a outro entrave para o desenvolvimento do projeto, causado pelas diferentes culturas institucionais das instituições envolvidas, tanto no sentido das estruturas administrativas e operacionais, que não poucas vezes estiveram próximas de causar conflitos, bem como da própria maneira de encarar os objetivos do projeto. Se para uns o projeto visava iniciar um processo de adoção de tecnologias agroecológicas visando a uma transição lenta e gradual para sistemas de produção orgânica, para outros o objetivo foi entendido como o de propiciar a conversão radical e imediata das propriedades envolvidas para propriedades orgânicas certificadas. Havia ainda os que entendiam que o projeto deveria ter como objetivo a assistência e o apoio aos agricultores orgânicos já existentes, e que estes passariam a ser irradiadores deste sistema de produção (Feiden; Fonseca; Assis, 2002: 7).

Tais constatações foram abordadas no seminário interno de avaliação do projeto, realizado em outubro de 2000, já citado anteriormente. Na ocasião, foi determinado que a atuação da rede poderia englobar os três aspectos citados acima, dependendo da circunstância de cada realidade agrícola. Apesar das divergências encontradas entre as instituições envolvidas, os pesquisadores concluíram que era “extremamente vantajoso trabalhar em rede” e que a efetividade da Rede Agroecologia dependia do fortalecimento de cada instituição participante.

Após o fim do período inicial do projeto, quando os recursos específicos cessaram, a Rede Agroecologia Rio iniciou outro momento, quando passaria a ser constituída por um ambiente de debates e de troca de informações, bem como impulsionador de atividades

relacionadas à agroecologia abrangendo as diferentes instituições participantes. (Feiden; Fonseca; Assis, 2002: 7).

Sobre a experiência da Rede Agroecologia, José Guilherme Marinho Guerra, envolvido na iniciativa desde sua criação, afirma:

E nós criamos a Rede Agroecologia-Rio, que era um projeto de pesquisa, mas que nós conseguimos unir representantes das instituições públicas, a participação da Emater, a participação da ABIO. Foi o primeiro grande projeto em parceria feito, onde nós atuávamos nas comunidades de agricultores, em São José do Vale do Rio Preto, Petrópolis, e esse projeto foi aquele momento que a gente consolidou uma união, um processo fraternal, que até hoje esse processo é o que nos conduz, é o que nos mantém próximos, ele começou ali.⁵²⁶

4.5- “A saúde está na feira”⁵²⁷: a Feira Orgânica da Glória, a primeira feira orgânica dos cariocas

“São Paulo já tem quatro delas, Porto Alegre tem duas e Curitiba, uma. O Rio também merecia ter sua feira ecológica”,⁵²⁸ apontou um dos membros da diretoria da Coonatura, uma das entidades responsáveis pela criação da Feira Cultural e Ecológica da Glória⁵²⁹, que mais tarde viria a ser conhecida como a Feira Orgânica da Glória.

Ali, ao contrário das demais 227 feiras livres da cidade, não há caixote vazios, papéis e restos de alimentos pelo chão. Às 13h, quando a feira acaba, a Praça do Russel- bastante abandonada e ocupada por mendigos- fica mais limpa do que às 6h, quando os feirantes começam a montar as barracas. “Queremos provar que a atividade pode ser feita de forma limpa e ordenada”, diz Marco Antônio Costa, produtor de frutas em Itaboraí e membro da ABIO, responsável, junto com a Coonatura, pela realização da feira. [...] Essa, aliás, é outra diferença fundamental da feira biológica: além de não sujar a rua, não polui o organismo de quem consome seus produtos. Tudo o que é vendido ali é orgânico, ou seja, não contém agrotóxicos e é fruto de uma terra tratada sem adubos químicos. Por enquanto são apenas 12 barracas vendendo verduras, frutas, ovos, pães, mel, geleias, queijos (inclusive de cabra), ervas medicinais e cereais integrais, além de artesanato ecológico. Mas a ideia é ampliar e trazer outros agricultores naturalistas do interior do estado.⁵³⁰

A Feira Cultural e Ecológica da Glória foi o primeiro espaço público de venda direta de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro, de longe, o maior centro consumidor destes

⁵²⁶ Entrevista de José Guilherme Marinho Guerra à autora, realizada na sede da Embrapa –Agrobiologia em 28 de fevereiro de 2023.

⁵²⁷ Título de reportagem do jornal *Essência Vital* sobre a Feira Orgânica da Glória, de julho de 1997, p. 5.

⁵²⁸ UMA Feira ecológica na Glória. *Jornal do Brasil*, 12 de dezembro de 1994, p. 16.

⁵²⁹ A mudança de “Feira Cultural e Ecológica da Glória” para “Feira Orgânica da Glória” ocorreu a partir da inserção da feira no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, criado em 2010.

⁵³⁰ UMA Feira ecológica na Glória. *Jornal do Brasil*, 12 de dezembro de 1994, p. 16.

alimentos em todo o estado. A primeira edição da Feira Orgânica da Glória ocorreu em outubro de 1994. Realizada já pela primeira vez em um sábado, no horário de 7h30 às 13h, na rua do Russel, praça Luís de Camões, bairro da Glória, cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa se deu por ocasião do Dia Mundial da Alimentação e do Dia Mundial da Luta contra os Agrotóxicos, quando diversos produtores e entidades estariam “apresentando seus produtos como forma de conscientizar a população sobre a importância da qualidade alimentar”, apontou reportagem da *Tribuna da Imprensa*, de 14 de outubro de 1994 (p. 11). Na edição “piloto” da feira (que inicialmente seria um evento único), membros da Coonatura e da ABIO falavam sobre a importância do que comer, as quantidades e combinações adequadas dos alimentos. Houve apresentação de um coral de música, de grupos de teatros, exposição de agricultura e pecuária, artesanato ecológico, workshops e orientação alimentar gratuita.⁵³¹



Ilustração do jornal *Tribuna da Imprensa*, sobre a realização da Feira Cultural e Ecológica da Glória.

Fonte: *Tribuna da Imprensa*, 14 de outubro de 1994, p. 11.

Outra reportagem do mesmo periódico dos dias 12 e 13 de novembro de 1994 traz o texto:

Hoje é dia de comprar verduras, legumes e frutas sem agrotóxicos, diretamente dos produtores. A Feira Cultural Ecológica, promovida pela Coonatura e pela ABIO, funciona todos os sábados, de 7h30 às 13 horas, na

⁵³¹ CIÊNCIA na ordem do dia: Feira promove alimentação natural e sem agrotóxico. *Tribuna da Imprensa*, 14 de outubro de 1994, p. 11.

Praça do Russel, na Glória. Lá você vai poder se lembrar do cheiro da cenoura, tão difícil de ser sentido nos supermercados e feiras livres.⁵³²

Cristina Ribeiro aponta que não havia nenhuma oferta de produtos orgânicos em espaço público na cidade do Rio de Janeiro, então, membros da Coonatura e da ABIO, buscaram, junto à prefeitura, autorização para a realização da primeira edição da feira e a prefeitura liberou aquele evento único. A feira passou então a funcionar por anos com aquela autorização provisória. Ribeiro conta que uma espécie de “protótipo” da Feira da Glória nasceu com a Eco-92, quando membros da ABIO participaram de um estande no âmbito do Fórum Global, vendendo alimentos naturais aos participantes do evento.⁵³³ Coincidência ou não, o local escolhido para a Feira Orgânica da Glória está muito próximo de onde foram realizadas as atividades do Fórum Global no Aterro do Flamengo. O Hotel Glória, inclusive, localizava-se no início da rua do Russel, local onde a feira é realizada até os dias de hoje. Ribeiro aponta que um fator importante para a localização da feira, era o fato de que era uma praça que, no Rio de Janeiro, parecia estar “meio morta”. Um espaço grande e com estacionamento “farto”, com bom acesso: “foi o local que a prefeitura disponibilizou. Então juntou esse momento super favorável, pós Eco-92, com a disponibilidade da praça.”⁵³⁴

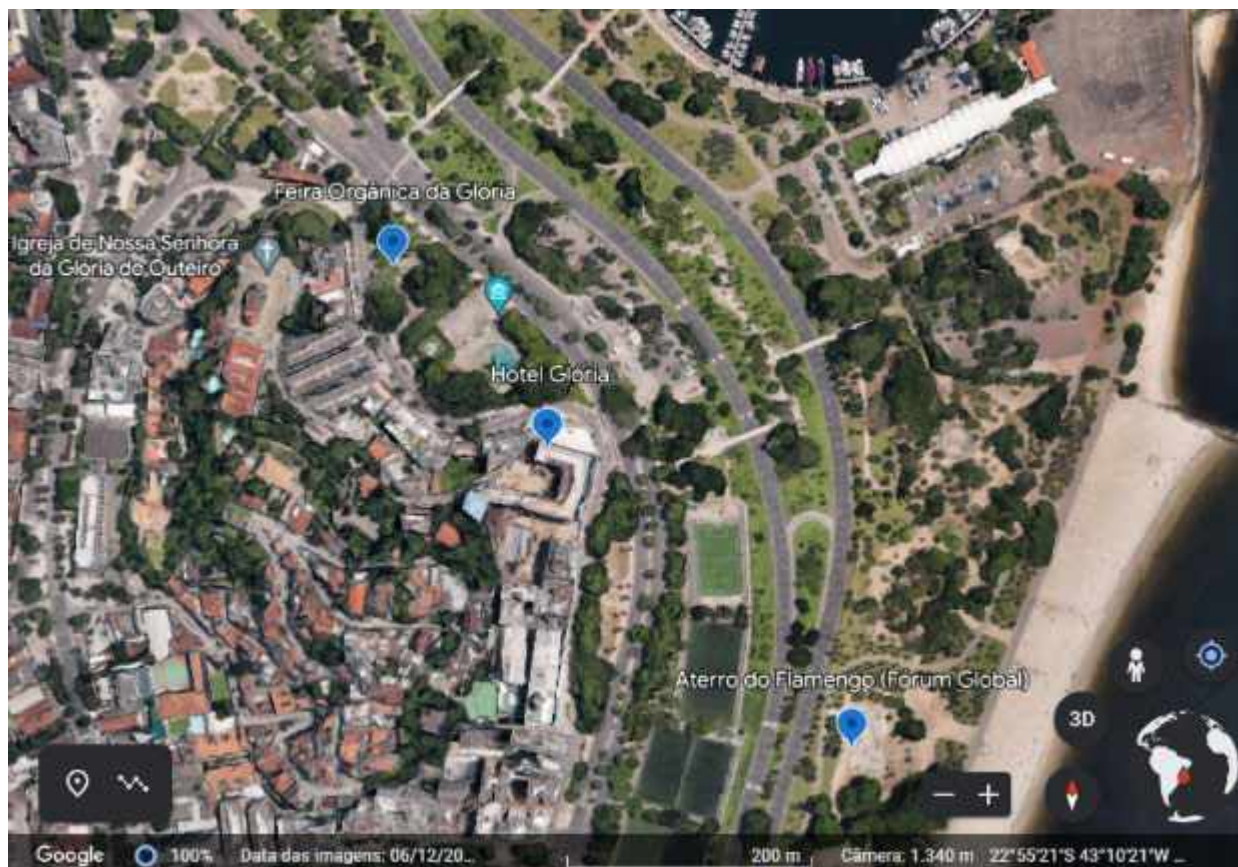
A feira, aliás, é um daqueles pontos com tudo para virar referência cultural na cidade. Organização não falta. Apesar da onipresença do Rio Cidade ao redor, com seus buracos maias, o pedaço da praça usado pela feira é mantido limpo pelos integrantes, que contribuem com 10% do que arrecadam para um fundo de investimentos. As barracas são padronizadas. Tudo perfeito, até pintar uma nota dissonante: o registro da feira, dado pela administração municipal anterior, ainda é provisório. Bom, por enquanto só resta torcer para que algum vereador ou secretário da prefeitura, ou político em campanha, estenda a mão a esta iniciativa. Afinal, são 11 anos, pela ABIO, e 18 anos pela Coonatura, de serviços prestados à comunidade.⁵³⁵

⁵³² BRAGA, Mauro. Fato do dia. *Tribuna da Imprensa*, 12 e 13 de novembro de 1994, p. 2.

⁵³³ Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, via aplicativo zoom, em 25 de janeiro de 2023.

⁵³⁴ *Ibidem*.

⁵³⁵ A SAÚDE está na feira: a primeira feira ecológica do Rio. *Jornal Essência Vital*, julho de 1997, p. 4.



Localização da praça onde é realizada, desde 1994, a Feira Orgânica da Glória. O local é próximo do Hotel Glória e do Aterro do Flamengo, onde ocorreram grande parte dos eventos do Fórum Global, em 1992. Fonte: Imagens de Satélite, via Google Earth.

Como exposto, a Feira da Glória foi uma iniciativa da ABIO junto à Coonatura. Cristina Ribeiro aponta que, na época, ficou acordado que a ABIO seria responsável pelos produtores certificados, ou seja, coordenaria a oferta, origem e qualidade orgânica dos produtos) e a Coonatura pela organização propriamente dita, pela administração.⁵³⁶

⁵³⁶ Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, via aplicativo zoom, em 25 de janeiro de 2023.



Imagem aérea de parte da Feira Orgânica da Glória. Fonte: acervo particular de Renato Martelleto, coordenador da Feira Orgânica da Glória nas décadas de 1990 e 2000.



Cristina Ribeiro, da Abio, na Feira Orgânica da Glória. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.

FEIRA CULTURAL ECOLÓGICA DA GLÓRIA

PRAÇA DO RUSSEL

INFORMAÇÕES GERAIS

OBJETIVOS DA FEIRA

A Feira Cultural Ecológica tem como objetivo possibilitar o acesso do consumidor a alimentos de alto valor biológico e isentos de resíduos tóxicos. E, também:

- aproximar agricultores e consumidores;
- difundir informações sobre agroecologia, alimentação natural e cultura alternativa.

O QUE É ALIMENTO ORGÂNICO

O alimento orgânico é produzido sem o uso de adubos químicos e agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas etc.) que, além de altamente prejudiciais à saúde humana, contaminam o meio-ambiente.

COMO É FEITO O CONTROLE DA ORIGEM E DA QUALIDADE ORGÂNICA DOS PRODUTOS

Todos os agricultores que comercializam seus produtos na Feira recebem visitas regulares de fiscalização e orientação de técnicos da **ABIO** - Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Na barraca de informações você poderá conhecer as "Normas Técnicas de Credenciamento da Produção" e os relatórios das vistorias realizadas nos sítios.

POR QUE NA FEIRA NÃO SÃO ENCONTRADOS TODOS OS PRODUTOS

Como na Feira Cultural Ecológica são comercializados somente alimentos orgânicos, não são encontrados aqui todos os produtos procurados porque:

- 1º) existem dificuldades técnicas para o cultivo orgânico de alguns produtos, como o tomate e o morango que, na agricultura convencional, utilizam grandes quantidades de agrotóxicos e, também, para o cultivo em algumas épocas do ano, como o verão, em que ocorrem mais pragas e doenças nas lavouras;
- 2º) alguns produtos, como a maçã, não podem ser cultivados no Rio de Janeiro; apesar de serem produzidos organicamente em outros Estados, há problemas de transportes e armazenagem que impedem a sua comercialização regular na Feira;
- 3º) no Rio de Janeiro, ainda são poucos os agricultores orgânicos; eles enfrentam dificuldades técnicas e financeiras para expandir e diversificar sua produção.

Mesmo que adquirir alimentos orgânicos na Feira Cultural Ecológica signifique um esforço extra, ao fazê-lo você estará contribuindo para o desenvolvimento da agricultura orgânica. Esperamos, assim, poder, em breve, oferecer maior diversidade de hortaliças e frutas.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cartaz distribuído aos frequentadores da Feira Orgânica da Glória nos anos 1990. Fonte: Acervo particular de Renato Martelleto, s/d.

Ao longo de quase 30 anos de existência, passaram e ainda passam pela Feira Orgânica da Glória centenas de agricultores/produtores e milhares de consumidores. Para os primeiros, a feira representou, em grande parte, uma oportunidade certa de escoamento de produção e de venda a preço fixo e justo. Além disso, estes trabalhadores rurais passaram a encontrar naquele espaço pessoas que admiravam e davam valor a todo esforço que envolvia estarem ali todos os sábados vendendo alimentos naturais e saudáveis. Já para os consumidores, muito mais do que comprar alimentos, a feira passou a ser o local onde estas pessoas podiam trocar ideias diretas com os produtores de seus alimentos, assim como encontrar outras pessoas envolvidas nos mesmos propósitos relacionados à alimentação natural.

Esta iniciativa (a feira) tem a intenção primordial de propiciar aos pequenos produtores ecológicos condições de viabilizar sua produção e comercialização, e aos consumidores, a oportunidade de ter acesso aos alimentos ecológicos, e conhecer esta experiência, fruto da filosofia e da ideologia cooperativista, que é a espinha dorsal do trabalho da Coonatura e da ABIO.⁵³⁷

O nome inicial “cultural e ecológica”, portanto, refletia exatamente as atividades que eram promovidas no espaço da feira. Mais do que a comercialização de alimentos, constantemente eram promovidas palestras, atividades de yoga, apresentação de artistas, além da constante troca entre consumidores e produtores.

Hoje, a feira já é um ponto de encontro obrigatório para muita gente, o que dá ao evento um certo ar de confraternização. Ambiente mais do que propício para quem quer bater um papo sobre ecologia, alimentação natural, agricultura biológica, ou, quem sabe, simplesmente aprender como funciona na prática uma cooperativa como esta.⁵³⁸

⁵³⁷A SAÚDE está na feira: a primeira feira ecológica do Rio. *Jornal Essência Vital*, julho de 1997, p. 4.

⁵³⁸*Ibidem*.



Informes de eventos que seriam realizados na Feira Orgânica da Glória.
Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.





Informes de eventos que seriam realizados na Feira Orgânica da Glória.
Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.

Como dito, inicialmente a feira foi formada por 12 barracas, que representavam a produção orgânica do estado em alguns municípios fluminenses. A feira passava a reunir produtores diversos, que propiciavam ao consumidor uma variedade de alimentos que iam desde bolos e sucos, até leite e queijo de cabra.

Um roteiro de dicas- primeiro: o local fica perto do metrô da Glória, cerca de dois minutos. Agora, os comestíveis: a barraca do ator gaúcho Jefferson tem doces, pizzas naturais e um inacreditável chá de maçã com cravo e canela. Ao lado, você encontra um bolo de fubá com laranja, que é o seguinte! Ah, tem também a barraca que oferece tudo de cabra: leite, iogurte, pastas e queijo. Sem falar das barracas que oferecem, como você sabe, produtos sem agrotóxicos ou qualquer veneno. Note a variedade: couve, brócolis, espinafre, alface, rabanete, almeirão, nabo japonês, repolho, abobrinha, beterraba, cenoura, agrião, cebolinha, salsa, chicorea, chuchu, além de diversos tipos de chá.

Para quem quiser experimentar algo novo, uma dica legal é a salvia, mais conhecida como “peixinho da horta”. Feita à milanesa, esta folha fica igual

peixe frito, “uma delícia”, anuncia Onéias, prestador de serviços da Coonatura, nascido e criado no Brejal.⁵³⁹



Barraca da Coonatura/Brejal na Feira da Glória. Na foto vemos o agricultor do Brejal Onéias, citado acima. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto, julho de 1997.

O núcleo de produtores do Brejal esteve presente desde o primeiro dia de feira, por intermédio da Coonatura. O agrônomo Alfredo Guimarães, participava dos primeiros meses de feira ao mesmo tempo em que era coordenador do Núcleo rural da Coonatura, supervisionando uma área arrendada no Brejal. No local, sete famílias de meeiros produziam, ficando com 40% da produção, a Coonatura com outros 40% e os 20% restantes ficavam com os donos das terras. Além da produção coordenada por Guimarães, outras 15 famílias produziam, em meados de 1996 para a Coonatura: “todo sábado, num caminhão Mercedes azul, os produtos descem do Brejal, Petrópolis, direto para lojas de produtos naturais, mas antes, claro, para a Feira Natural da Praça do Russel.”⁵⁴⁰

⁵³⁹ A SAÚDE está na feira: a primeira feira ecológica do Rio. *Jornal Essência Vital*, julho de 1997, p. 4.

⁵⁴⁰ *Ibidem*.



Barraca do Brejal na Feira Orgânica na Glória. Na foto vemos Antônio Carlos Oliveira, o Tuíca, um dos fundadores da Coonatura e feirante na feira da Glória por mais de 15 anos. Fonte: Acervo Pessoal de Renato Martelleto.



Barraca da Coonatura na Feira Orgânica da Glória. Na foto, Fatima Tadeu Faustino, a Fafi, funcionária da Coonatura e feirante da feira da Glória desde a sua primeira edição até os dias atuais. Fonte: Acervo pessoal Fatima Tadeu Faustino.

Marco Antônio Costa, já citado anteriormente por sua atuação junto à ABIO, era um dos agricultores presentes. Proprietário do Sítio Itaboraí, era um dos produtores participantes desde a primeira edição da feira da Glória, comercializando laranjas, bananas e legumes em geral. Em entrevista ao Jornal *É Rio*, Costa apontou que seu trabalho mostrava que era possível produzir alimentos com “tecnologias brandas”, sem prejudicar o solo, o agricultor e ainda provar que esse tipo de agricultura ainda era mais viável, em grande escala, do que a agricultura convencional.⁵⁴¹ Marco Antônio participou da Feira Orgânica da Glória até sua morte, em meados dos anos 2000. No entanto, o núcleo de produtores da cidade de Itaboraí está presente até os dias de hoje na feira.



Barraca do Núcleo de Itaboraí na Feira Orgânica da Glória. De óculos e camisa branca da Abio, vemos Marco Antônio Costa, presidente da Abio por muitos anos e um dos responsáveis pela criação da Feira Orgânica da Glória. Fonte: Acervo Pessoal de Renato Martelleto.

⁵⁴¹ALIMENTOS sem agrotóxicos: uma realidade na Feira Cultural Ecológica, na Glória. *É Rio*- Zona Sul, 1ª quinzena de dezembro de 1995, p. 5.

A suíça Françoise Oestreicher é a fornecedora de alimentos derivados de leite de cabra para a feira, desde a sua primeira edição. No Brasil desde os anos 1970, ela deixou seu país de origem com o sonho de conhecer a América, percorrendo este continente de *kombi* por mais de 2 anos. A última parada, o Rio de Janeiro, seria o ponto de retorno à Europa. No entanto, devido à falta de recursos para retornar, Oestreicher conta que começou a trabalhar na cidade carioca, como guia e professora de inglês e francês. Em uma das viagens de *kombi* ao redor do Rio, acabou conhecendo a cidade de Maricá e se encantando. Após ver um anúncio no jornal, acabou adquirindo uma propriedade no local no ano de 1977. “Ali que começou a minha vida na agricultura”, apontou ela. Junto de seu companheiro da época, seguiu trabalhando na cidade do Rio de Janeiro e aos finais de semana se dirigia ao sítio para fazer obras.

Até que em 1978 a gente se mudou e pegava ônibus para vir trabalhar [no Rio]. Aí começamos a ter cachorro, galinha. Ele começou a plantar, ver as dificuldades. O meu namorado era americano. Você sabe como são os americanos. Eles se dão o valor pelo salário que eles têm. E o salário de professor era uma mixaria, mas a gente vivia e comia e estava fazendo o que gostava. A gente não tem essa relação de dinheiro como os americanos. Para eles tudo é colocado no peso, muito ruim. Aí a gente teve umas discórdias. Ele começou a plantar, limpar tudo, pra ver no dia seguinte tudo estava verde de novo, a tiririca tomava conta. Aí plantou muito repolho porque ele fez uma pesquisa e o repolho era muito caro, aí ele plantou uma área enorme de repolho e depois ninguém quis comprar. Mas sempre sem usar nada de agrotóxico porque a gente também queria comer uma coisa limpa. E aí ele começou: isso não dá pra mim não, vamos voltar? E eu disse: eu não. A única coisa complicada era que eu não gostava desses queijos minas, que todo mundo fazia. O suíço gosta de queijo curado, não se tem o costume de comer queijo fresco. Aí um amigo meu me deu uma cabra dizendo: - faz o seu próprio queijo, para de reclamar! E essa cabra já estava grávida e eu não sabia. Eu morava na cidade, não tinha noção nenhuma de como criar cabra, nem nada disso. E o pedaço de terra que a gente comprou era pequeno, 2,5 hectares. E aí essa cabra deu 4 fêmeas. Nunca mais eu tive 4 fêmeas de uma vez. As 4 fêmeas com 4, 5 meses, foram no vizinho, cruzaram, em um ano eu tinha 17 cabras. E assim foi indo. Comecei a saber que a cabra não vive só de capim, comecei a descobrir técnicas específicas. E aí ninguém tinha queijo de cabra naquela época, nos anos 70, 80, era o grande boom de leite de cabra, todo mundo saía da cidade para ter umas cabras pra vender leite, porque o leite era caro, era umas 3 vezes mais o preço do leite de vaca. Então muita procura, porque não tinha ainda o leite de soja, não tinha nada pra substituir. Começaram aquelas alergias em crianças e as pessoas não sabiam onde comprar leite de cabra. E as pessoas vinham até meu sítio. E isso foi muito estimulante pra mim. Fui tentar fazer vários produtos, porque todo mundo fazia leite, queijo não. Então eu tinha que saber que tipo de queijo as crianças iriam comer etc. Isso foi muito divertido. E assim foi indo.⁵⁴²

Em meados da década de 1980, Françoise começou a fornecer semanalmente sua produção à Coonatura. Era iogurte, queijo, leite e outras coisas. Nesse mesmo período a suíça

⁵⁴² Entrevista de Françoise Oestreicher à autora realizada na Feira Orgânica da Glória, em 28 de janeiro de 2023.

se associava à ABIO, sendo inclusive chamada a vender seus produtos na Feira do Horto do Fonseca (Niterói), organizada pela associação. E então, em 1994, passou a fazer parte da Feira Orgânica da Glória.

Eu já vendia com o selo da ABIO. As primeiras feiras foram muito cansativas. Demorou uns seis meses para eu vender qualquer coisa, por isso eu comecei a fazer o pão, porque o pão todo mundo tinha interesse. Ai eu colocava o queijo em cima do pão. Assim que começou. Meses e meses com muita dificuldade. E então parei de vender em outros lugares, participava de exposições e quando me perguntavam onde eu vendia, eu dizia: Feira da Glória.⁵⁴³

O *Jornal do Brasil*, de 23 de abril de 2000, trouxe reportagem abordando os alimentos orgânicos. No texto é citada a trajetória de Françoise.

A suíça Françoise Oestreicher é uma produtora que gosta de estar em contato direto com o público. Há quase 30 anos no Brasil, ela cria cabras sem remédios ou hormônios. Os animais não são confinados e recebem alimentação natural. Ela bate ponto nas feiras da Glória todos os sábados vendendo produtos derivados do leite de cabra.⁵⁴⁴



Françoise Oestreicher. Fonte: *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 2000, p. 1.

⁵⁴³ Entrevista de Françoise Oestreicher à autora realizada na Feira Orgânica da Glória, em 28 de janeiro de 2023.

⁵⁴⁴ VIDA orgânica. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 2000, p. 1.



A suíça Françoise Oestrecher junto de Renato Martelleto na Feira Orgânica da Glória. [as outras pessoas não foram identificadas].
Fonte: Acervo Pessoal de Renato Martelleto.



A suíça Françoise Oestrecher e sua barraca de produtos derivados do leite de cabra em 2004. Fonte: Acervo Pessoal de Renato Martelleto.



A suíça Françoise segue comercializando sua produção de derivados de leite de cabra na Feira Orgânica da Glória. Fonte: Acervo pessoal da autora, março de 2023.

Outras trajetórias ligadas à Feira Orgânica da Glória dizem respeito à família de Sebastião Augusto de Aguiar. Filho e neto de agricultores, começou a trabalhar muito jovem com seu avô, em Santa Cruz (Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro) na lavoura. Ele conta que perdeu seus dois avôs por problemas relacionados aos agrotóxicos:

Só com meu avô que era com agrotóxico, inclusive meu avô faleceu de câncer por causa do veneno. Os dois avôs que eu perdi foi por veneno. Todos os dois produziam por veneno. O meu avô, pai do meu pai, foi comprovado, acabou com o fígado dele.⁵⁴⁵

Já adulto, Sebastião conta que, influenciado por um tio, ele e seu pai, Oswaldo, começaram a participar de reuniões junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), pleiteando um pedaço de terra. Então seu pai decide largar tudo e aderir ao movimento.

Só em reunião ficamos indo mais de 5 anos. Depois fomos para o acampamento, na Fazenda Modelo, em Santa Cruz. Ai a gente ficava

⁵⁴⁵ Entrevista de Sebastião Augusto Aguiar à autora, na Feira Orgânica da Glória, em 28 de janeiro de 2023.

acampado dentro do brejo, em uma pista e na outra, muita gente passava lá, dava ajuda pra gente, só que a gente não queria aquela terra, porque ali não era produtivo, era um mangue, aquilo foi só uma pressão que a gente estava fazendo porque a gente queria terra.⁵⁴⁶

Neste local no Bairro de Santa Cruz, o agricultor e sua família ficaram cerca de 3 anos. A situação mudou quando o grupo de acampados decidiu invadir o prédio do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Depois de 15 dias, foi oferecida uma fazenda recém desapropriada no município de Seropédica.

Então eles falaram: tem uma fazenda desapropriada lá em Seropédica, só que tem grileiro dentro da fazenda, a terra pode ser de vocês, ela foi desapropriada para vocês, só que vocês vão ter de lidar com os grileiros. Falamos: ué, se a terra é nossa, vamos para dentro. Em uma madrugada fomos para lá, chegamos lá, entramos pra dentro da fazenda, aí ficamos, depois de um ano que a gente estava lá, um grileiro, por volta das 5 horas da manhã, veio com uns capangas, com cavalo, colocando fogo nas barracas, dando tiro na gente, teve amiga que tomou tiro na perna, o advogado tomou tiro no queixo, um tomou no braço. Sorte que do outro lado tinha uma vala funda, a gente caiu tudo para dentro da vala. Sorte que eles começaram a colocar fogo nas barracas e tinha aqueles boião de gás pequeno e aquilo começou a explodir, então eles acharam que a gente também estava armado e correram, caíram fora. Mesmo assim não saímos de lá, continuamos. Botaram veneno na nossa mina d'água, foi uma guerra pra gente conseguir nosso pedaço de terra. Pegamos o gado desses grileiros, levamos para a Rural e nisso ele foi preso. Ele e mais um outro. Depois disso ainda ficamos mais uns 2 anos acampados.⁵⁴⁷

Depois de muito lutar pela terra, o Incra dividiu as terras entre os assentados, que já produziam coletivamente no local. Toda a produção era vendida a atravessadores que comercializavam no Ceasa, o que era ruim, pois não existia preço fixo, os atravessadores colocavam o preço na produção. Sebastião conta que, depois de muitos anos, foram distribuídos cerca de 10 hectares para cada família. Ele e sua família seguiram plantando no novo sítio da família. “Já era orgânico, não usávamos nada, nem dinheiro tinha pra comprar nada pra usar.” Por ser uma localidade próxima à Rural (UFRRJ), Sebastião conta que recebeu o professor Raul de Lucena com uma turma de alunos.

E então ele se interessou pela gente: “isso tá errado, vocês produzindo assim, sem veneno, sem nada, isso é um produto que tem valor, não pode ser vendido para o Ceasa assim. E então ele começou a estudar um outro jeito de escoar nossa mercadoria, aí foi que começamos na Rural. Nossa primeira feira foi na Rural. Uma feira orgânica na Rural. Tinha umas 15 pessoas vendendo, todo mundo de lá de Seropédica. Ai começou a dar certo. Os próprios professores que davam aula e moravam no Rio começaram a dar a ideia: “tem que ter uma

⁵⁴⁶ *Ibidem.*

⁵⁴⁷ *Ibidem.*

feira dessa no Rio de Janeiro”, no Rio não tem feira orgânica. Até que encontraram o ponto aqui da Glória.⁵⁴⁸

Sebastião conta, então, que seu pai participou desde a primeira feira por intermédio do professor Raul, que, como dito, além de professor da Rural, também era um dos fundadores da ABIO. Sebastião conta que cerca de cinco anos depois do início da feira, começou a vir com o pai, até que, nos dias atuais, o pai fica em casa e ele, religiosamente, está presente todos os sábados junto de sua esposa Letícia. Ele conta orgulhoso das conquistas que conseguiu através do trabalho com a feira e aponta que a família toda segue envolvida na produção, seja na venda, seja na lavoura.



Oswaldo Aguiar, pai de Sebastião Aguiar, na Feira Orgânica da Glória em 2004. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.

⁵⁴⁸ Entrevista de Sebastião Augusto Aguiar à autora, na Feira Orgânica da Glória, em 28 de janeiro de 2023.



Sebastião Aguiar segue os passos do pai, Oswaldo, e segue comercializando a produção da família na Feira Orgânica da Glória. Fonte: Acervo Pessoal da Autora, março de 2023.

Outra história é a de Ernando José Guedes, também oriundo de assentamento em Seropédica, o Assentamento Sol da Manhã. Assim como a família de Sebastião, Ernando também foi incentivado pelo professor Raul de Lucena a participar da Feira da Glória. Filho de agricultores, Ernando conta que ficou conhecendo a agricultura orgânica por intermédio do professor.

Eu já era agricultor e não usava nada [agrotóxicos]. Então começou essa feira aqui e ele me puxou, aí trouxe eu, trouxe o pai do Sebastião. No início da produção orgânica ele [Raul] mandava trator, orientava a gente.⁵⁴⁹

⁵⁴⁹ Entrevista de Ernando José Guedes à autora na Feira Orgânica da Glória, em 28 de janeiro de 2023.



Barraca do agricultor Ernando José Guedes (à esquerda) na Feira Orgânica da Glória. Fonte: Acervo Pessoal de Renato Martelleto.



O agricultor Ernando José Guedes. Fonte: <https://feiraorganicadagloria.wordpress.com/2008/10/06/a-feira-em-imagens/>. Acesso em 15 de março de 2023.

Ernando conta orgulhoso que desde então participa da feira todos os sábados. Hoje trazendo sua produção em uma *Kombi* antiga, ele lembra das dificuldades do início: quando começamos trazíamos mercadoria de ônibus. A gente vendia quiabo, maxixe, jiló. Depois passei a vir de carro, passei a trazer banana e vendia muita banana.”⁵⁵⁰.



Ernando José Guedes segue todos os sábados vendendo sua produção na Feira Orgânica da Glória. Fonte: Acervo Pessoal da Autora, março de 2023.

⁵⁵⁰ Entrevista de Ernando José Guedes à autora na Feira Orgânica da Glória, em 28 de janeiro de 2023.

Como já era feito pela Coonatura, visitas às propriedades dos produtores da feira passaram a ser frequentes. Tal prática se consolidou como uma forma de aproximar ainda mais os consumidores dos agricultores, além das visitas serem mais uma forma de “certificação” informal da produção orgânica.

CONVITE ECOLÓGICO

**Feira Cultural e Ecológica da Glória (Desde 1994)
1ª Feira Orgânica do Município do RJ**

Visitaremos a Chácara Le Landeron, localizada há 30 anos em Maricá sob a administração da suíça Françoise.

Lá encontraremos um dos poucos capris onde a produção é rigorosamente **ORGÂNICA**, tendo como prática o não confinamento das cabras e a utilização da homeopatia e fitoterapia, quando necessária.

Hoje a Chácara Le Landeron dispõe em sua linha de produtos uma variedade de queijos, pastas, iogurte, leite e o delicioso “ Chocomeéééééé ” – leite de cabra com cacau.

No passeio você vivenciará toda a rotina de produção dos alimentos oferecidos na feira, além de curtir um dia de lazer próximo à natureza.

Data da visita : 06 / 03 / 2005 (Domingo)
Local de saída : Feira Cultural e Ecológica da Glória
Horário de saída (Rio) : 08:00
Horário de retorno (Maricá) : 17:00
Valor : R\$ 60,00 (transporte + visitação + alimentação + surpresa)

Obs.: O número de visitantes será de 15 pessoas.

Organização:
Renato Martelletto
3272-5910 / 9194-6867

Informe de visita à chácara Le Landeron, de Françoise Oestreicher. A organização fora uma iniciativa do então coordenador da feira da Glória, Renato Martelletto. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelletto.



Fotos da visita dos clientes da Feira Orgânica da Glória à chácara da suíça Françoise Oestreicher.
Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.

VISITA AO BREJAL
(PETRÓPOLIS)

Se você gosta de natureza, ar puro, está envolvido numa proposta ecológica, esta será a oportunidade de conhecer o Núcleo Brejal (COONATURA).

Haverá uma explanação sobre agricultura orgânica, visita nas plantações e principalmente um contato direto com os produtores que nos proporcionam uma alimentação mais saudável.

DIA: 1ª de JULHO de 2009 (Sábado)

HORÁRIO: 8 HORAS

LOCAIS DE SAÍDA: COBAL / Humaitá
Ou
SAMYAMA / Tijuca

INVESTIMENTO: TRANSPORTE + ALIMENTAÇÃO + SURPRESA – R\$ 25,00

MAIORES INFORMAÇÕES: 595 – 0243 (RENATO)

Informativo sobre visita dos clientes da Feira Orgânica da Glória aos produtores do Brejal.
Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.



Visita dos clientes da Feira Orgânica da Glória ao Sítio São Cosme e Damião, localizado no Bairro Corrêas, Petrópolis, de propriedade do agricultor Paulo Gorges (pai da autora), presente na Feira da Glória desde 2003. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Visita ao Sítio São Cosme e Damião. À esquerda, de pé, vemos o agricultor Paulo Gorges. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Visita ao Sítio São Cosme e Damião no ano de 2007. Fonte: Acervo pessoal da autora.



O coordenador da feira, Renato Martelleto em visita ao Sítio São Cosme e Damião no ano de 2007. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os aniversários da feira passaram a ser transformados em eventos culturais com atividades variadas, geralmente noticiadas pelos veículos de comunicação à época.

Quinta-feira, 10 de outubro de 1996

O GLOBO

ZONA SUL • 11

A feirinha ecológica da Glória completa dois anos

No próximo dia 16 — Dia Mundial da Alimentação — a feira ecológica e cultural da Glória, mais conhecida como feirinha ecológica, estará completando dois anos. Localizada na Praça do Russell, a feira é especializada em hortifrutigranjeiros sem agrotóxicos, comercializados diretamente pelos próprios produtores.

Em 1994, a feira nasceu de uma parceria entre a Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio) e a Coonatura — maior produtora e comercializadora de alimentos biológicos do estado. Atualmente, ela coagrega cerca de dez produtores do Rio.

Entre eles, agricultores (antigos sem-terra) do mutirão Sol da Manhã, em Seropédica.

Além dos alimentos livres de agrotóxicos, os produtores expõem peças de artesanato e divulgam, através do Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), formado por estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a agricultura ecológica e a alimentação natural. O público que frequenta a feirinha é formado por adeptos da alimentação natural e pessoas que buscam produtos frescos para uma dieta mais saudável. A feirinha ecológica funciona na Praça do Russell, na Glória, todos os sábados, das 7h às 13h. ■

A FEIRINA ECOLÓGICA e cultural da Glória vende produtos sem agrotóxicos e completa dois anos no dia 16

Reportagem abordando o aniversário de dois anos da Feira Orgânica da Glória. *O Globo*, 10 de outubro de 1996, p. 11.



Atividade de teatro em comemoração aos 3 anos da Feira Cultural e Ecológica da Glória. 1997. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.

CONVITE

Convidamos você e sua família
para a grande festa do 4º aniversário
da Feira Cultural Ecológica.

08:00 - Tai Chi Chuan
09:00 - Concentração de competidores para a Corrida de Orientação
- Oficina e Teatro de Bonecos
09:15 - Palestra sobre Alimentação,
- Música ao Vivo - o melhor da MPB no teclado,
09:30 - Contadores de Histórias,
10:30 - O Mundo Colorido do Circo (com ex-alunos da escola de circo),
11:30 - Show com Dança Árabe.

Local: Praça do Russel - Glória
(próximo à Estátua de São Sebastião)

Data: 17 de Outubro de 1998 (Sábado)

Apoio:  AMA-GLÓRIA
Associação dos Amadores e Amadoras do Atletismo
 MAUAD
EDITORA

 THE LOST BOYS
241.2104

 abio
ASSOCIAÇÃO DE ABILITADOS
BIOLÓGICOS
em prol da vida e da saúde

CONVITE

Convidamos você e sua família
para a grande festa do 4º aniversário
da Feira Cultural Ecológica.

08:00 - Tai Chi Chuan
09:00 - Concentração de competidores para a Corrida de Orientação
- Oficina e Teatro de Bonecos
09:15 - Palestra sobre Alimentação,
- Música ao Vivo - o melhor da MPB no teclado,
09:30 - Contadores de Histórias,
10:30 - O Mundo Colorido do Circo (com ex-alunos da escola de circo),
11:30 - Show com Dança Árabe.

Local: Praça do Russel - Glória
(próximo à Estátua de São Sebastião)

Data: 17 de Outubro de 1998 (Sábado)

Apoio:  AMA-GLÓRIA
Associação dos Amadores e Amadoras do Atletismo
 MAUAD
EDITORA

 THE LOST BOYS
241.2104

 abio
ASSOCIAÇÃO DE ABILITADOS
BIOLÓGICOS
em prol da vida e da saúde

Convite para o 4º aniversário da Feira Cultural e Ecológica da Glória. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.

O aniversário de 10 anos da feira, em outubro de 2004, foi comemorado com um grande evento. Na ocasião, compareceram escritores renomados nas áreas relacionadas à alimentação natural, membros de ONGs e movimentos sociais, agrônomos, como o professor Raul de Lucena e etc. O momento seria marcado por apresentações musicais, teatro de bonecos, prática de yoga, palestras. Àquele momento, a feira contava com 16 agricultores vindos de Itaboraí, Maricá, Nova Friburgo, Niterói, Petrópolis e Seropédica.⁵⁵¹



Cartaz sobre a festa de 10 anos da Feira da Glória. Fonte: Acervo Pessoal de Renato Martelleto.

⁵⁵¹ ANIVERSÁRIO da Feira Cultural e Ecológica da Glória. *Prana- Universo Olístico*, outubro de 2004, pág. 26. Recorte de Jornal pertencente ao acervo particular de Renato Martelleto, coordenador da Feira Orgânica da Glória nas décadas de 1990 e 2000.



Atividade realizada durante a comemoração do aniversário de 10 anos da Feira Orgânica da Glória.
Fonte: Acervo Pessoal de Renato Martelletto.



Renato Martelletto, então coordenador da Feira Orgânica da Glória (de pé, com camisa branca ao lado da repórter Mariana Gross), com equipe de reportagem da TV Globo por ocasião do aniversário de 10 anos da Feira Orgânica da Glória. Fonte: Acervo Pessoal de Renato Martelletto.

VIA Glória VIA 2553-4115 • VE



Feira Orgânica e Cultural da Glória comemora 14 anos de existência

Rene Oliveira

No dia 16 de outubro, a Feira Orgânica e Cultural da Glória, conhecida como “Feirinha da Glória”, comemora 14 anos com diversos eventos gratuitos para toda população. Criada no Dia Mundial da Alimentação, a feira oferece produtos orgânicos, sem agrotóxicos, e tem sempre uma situação diferente para atrair ainda mais seus frequentadores.

A Feira Orgânica e Cultural nasceu como Feira Cultural e Ecológica após a realização da Fea-92, um encontro realizado no Rio de Janeiro que teve como proposta a diversidade biológica do planeta. A extinta Associação Harmonia Ambiental e a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela certificação e fiscalização dos produtos orgânicos, foram seus idealizadores.

A “Feirinha da Glória” tem como objetivo possibilitar o acesso do consumidor a alimentos de alto valor biológico e isentos de resíduos tóxicos. Também valoriza a agricultura familiar, difunde informações sobre agroecologia, alimentação natural e promove atividades culturais. - a forma em dois organizadores da feira, Renato Martelletto. Segundo ele, a Feira Orgânica e Cultural da Glória é pioneira e única no município, representando assim o ponto mais tradicional onde encontrar alimentos orgânicos na cidade.

Atualmente, a feira é composta de 13 produtores vindos dos municípios de Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Maricá, Niterói, Petrópolis, Sarapuí e Rio, além da participação de cinco artesãos ecológicos que expõem seus trabalhos utilizando materiais reciclados e reaproveitados. Com todas as atividades desenvolvidas, o espaço proporciona trabalho para 70 famílias.

Entre os eventos programados para o aniversário da feira estão a prática de Yoga Kundalini, lecionada por Ester Dantas, às 9h; apresentação de Dança do Vento com o professor Mercêdes, às 10h; e apresentação da Orquestra de Bateria de Jorge Casagrande, às 11h; e, para encerrar a comemoração, será oferecido o tradicional Bolo Orgânico pra todos os presentes, às 12h.

A Feira Orgânica e Cultural da Glória está localizada na Rua do Russel, em frente ao nº300 (próximo à estação do São Sebastião e Memorial Getúlio Vargas). Ela acontece todos os sábados, das 7h às 13h. Informações no telefone: 9194-6867.



CENTRO DE TERAPIA POR MASSAGEM



2547-3457

REGINALDO AZEVEDO • www.dmassagem.com

Reportagem sobre o aniversário de 14 anos da Feira da Glória. Fonte: *Via Glória*, outubro de 2008, p. 6.

Agosto - 2009

Mesa de Bar

15 anos da Feira Orgânica da Glória



Até julho, as barracas da Feira Orgânica ficaram enfeitadas com motivos juninos

Criada no Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro), data da sua primeira realização em 1994, a Feira Orgânica da Glória chega ao 15º aniversário. Os dias 03, 10 e 17 de outubro serão comemorativos, culminando com a grande festa no dia 17, quando, entre as várias atrações programadas, acontecerá o campeonato de xadrez reunindo participantes portadores de necessidades especiais. As inscrições para o campeonato poderão ser feitas na Feira e contará com o acompanhamento da Federação Brasileira de Xadrez.

Segundo o seu coordenador, Renato Marteleto, valorização da cultura familiar, equilíbrio do ecossistema, conscientização para os princípios da agricultura voltada para a ecologia, alimentação mais saudável, atuação social através da doação de produtos, além de uma parceria com a Casa de Apoio à Criança com Câncer Santa Teresa, são algumas das bandeiras da Feira. Renato iniciou sua atividade na feira com uma barraca de livros, em 1996, antes de assumir a coordenação.

A Feira Orgânica da Glória conta com 39 barracas de produtores de Petrópolis, Maricá, Duas Barras, Seropédica, Cachoeira de Macacu e Itaboraí, além dos barraqueiros do Rio, que expõem artesanato ecológico (reaproveita-



Em busca de uma vida mais saudável, os visitantes fazem massagem



O coordenador da Feira Renato Marteleto e os produtores em trajes típicos de festa junina embalados pela música do sanfoneiro

mento e reciclagem de material), tortas, pastéis e outros alimentos preparados com produtos orgânicos. A Feira acontece todo sábado, das 7h às 13h, na Praça do Rural, em frente ao número 300

Recorte de jornal abordando o aniversário de 15 anos da Feira da Glória, em 2009. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.

Ao longo dos anos, a feira foi fortalecendo seu público e congregando cada vez mais adeptos semanais. Ao mesmo tempo, crescia o número de produtores participantes. No início dos anos 2000, como ressaltado anteriormente, a Coonatura encerrava suas atividades, o que acarretou mudanças na feira. O Brejal continuaria com uma barraca na feira, desta vez através de associação dos próprios produtores do local.⁵⁵² Além disso, outra barraca da Coonatura de produtos processados passava para um antigo funcionário da Cooperativa, Ivison Fragoso, que atua até os dias atuais na feira comercializando produtos oriundos de outros estados.



Na foto vemos, da esquerda para a direita: Osvaldo Aguiar, de Seropédica; Ernando Guedes, de Seropédica; Ivison Fragoso e seu sobrinho, Augusto Fragoso; Jeferson Oliveira, um dos fundadores da feira; e, de branco, Antônio Carlos Oliveira, o Tuíca. [não foram identificadas as outras duas pessoas presentes na foto]. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.

⁵⁵² Desde o ano de 2007, a Feira Orgânica da Glória conta com 2 barracas oriundas do Brejal. O grupo Pedras Altas, “herdeiro” da Coonatura e o Grupo de Produtores do Brejal (GP). Ambos os grupos estão presentes em diversas feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e congregam dezenas de famílias produtoras do Brejal.

No ano de 2009, ano anterior à criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, a Feira Orgânica da Glória chegou a congregar 39 barracas, incluindo agricultores de Petrópolis, Nova Friburgo, Seropédica, Itaboraí, Maricá, Duas Barras, Rio de Janeiro. A feira contava também com barracas de artesanato, preservando a proposta inicial de ser uma feira cultural e ecológica.



Na foto do ano de 2009, vemos a autora com uma artesã indígena que expunha seu trabalho na Feira da Glória todos os sábados. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Concluindo, podemos afirmar que, por mais de 15 anos, a Feira Orgânica da Glória consolidou-se como o principal espaço público voltado à comercialização de produtos orgânicos em todo o estado fluminense. Tornou-se o local onde os agricultores/produtores passaram a obter a certeza de suas vendas por um preço fixo, bem como o local em que os consumidores se assegurariam de comprar diretamente daqueles que produziam os alimentos. Mais do que isso: a feira passava a ser um local de militância ecológica, um espaço de troca mútua de saberes, onde o campo se encontrava com a cidade. Por ser a primeira iniciativa relativa às feiras orgânicas na cidade do Rio de Janeiro e já estar em funcionamento por quase dez anos antes da legislação federal para a agricultura orgânica e por mais de 15 anos antes da

criação de um circuito que criaria novas feiras para a cidade do Rio, a Feira Orgânica da Glória se consolidou como modelo e referência para as outras feiras que viriam a ser criadas.

Enquanto filha de um dos produtores da feira da Glória, participei deste espaço desde o ano de 2005, quando tinha 12 anos de idade, momento em que meu pai deixou de trabalhar para as irmãs de Sion (que possuíam uma barraca na feira desde o seu início) e conquistou o seu próprio espaço de venda na feira, momento em que inicia a sua própria produção em seu sítio. Desde esse período, venho acompanhando as permanências e transformações que foram ocorrendo, tanto no espaço da feira, como em situações relacionadas à produção de orgânicos em geral. A feira, enquanto um agente ativo, sujeito a transformações, foi se modificando ao passo em que produtores deixavam a feira e outros entravam, seja por motivos pessoais, seja por questões burocráticas e legais. Ao longo desse tempo, vi agricultores que desistiram por falta de incentivos, outros foram sendo substituídos por familiares, outros permanecem até os dias atuais. Existiram também aqueles que foram retirados da feira por irregularidades. Sobretudo a partir da segunda década dos anos 2000, a Feira Orgânica da Glória (assim como todas as outras pertencentes ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas) passou a receber, periodicamente, inspeções promovidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o MAPA, que passou a recolher amostras de alimentos vendidos nas feiras, para análise. Nessas ocasiões, irregularidades foram encontradas e dois feirantes acabaram afastados da feira. Lembro-me das discussões a respeito, as inquietações sobre como a situação seria passada aos clientes. Lembro-me da decepção de muitos clientes antigos, que há anos consumiam alimentos desses produtores. Muitos, inclusive, deixaram a feira. No entanto, hoje, muitos anos após as situações em questão, vejo a importância de tal cenário. Apesar dos possíveis efeitos negativos que escândalos como esses causam a todos os outros produtores que agiam e agem corretamente, por outro lado, fica evidente que os produtos vendidos na Feira Orgânica da Glória, e em todas as outras feiras orgânicas, passam constantemente por mecanismos de controle de qualidade, que engloba desde a fiscalização diária dos gerentes/coordenadores das feiras vinculados à ABIO, até análises mais profundas promovidas por órgão governamental competente.

No capítulo a seguir, abordaremos a construção de uma legislação específica em relação à produção orgânica, bem como falaremos sobre políticas públicas desenvolvidas para esta área agrícola a partir dos anos 2000.

Por fim, ao analisarmos a trajetória de distintos atores e instituições que estiveram envolvidos na propagação da agricultura orgânica fluminense, vemos que a realização da Eco-

92 na cidade do Rio de Janeiro, trouxe contribuições extremamente relevantes para ampliar a visibilidade da questão ecológica em geral, onde a agricultura orgânica está inserida. A agricultura alternativa dos anos 1980, defendida por um grupo diminuto, dava lugar à agricultura orgânica, nome que se consolidava ao longo da década da ecologia e consoava com o crescimento internacional do mercado desses alimentos. O cenário favorável permitiu que instituições de pesquisa e ensino, com métodos predominantemente convencionais, abrissem brechas para iniciativas voltadas à agroecologia, ciência que àquele momento se difundia no Brasil mais como uma prática propriamente dita, onde o respeito ao meio ambiente e à saúde do trabalhador deveriam ser regra e os agrotóxicos e adubos químicos eram elementos indesejados. Iniciativas avulsas ou em conjunto, acabaram levando a projetos maiores e em rede, que favoreceram, certamente, um aumento relevante de unidades de produção orgânica em todo o estado. Apesar deste crescimento significativo, entretanto, devemos ter em mente que a agricultura convencional era impulsionada a passos muito maiores do que a agricultura orgânica, que seguia sendo um elemento de resistência e alternativa ao cenário agrícola hegemônico.

Capítulo 5

Mercado em ascensão ou resistência permanente? Agroecologia, legislação e políticas públicas para a agricultura orgânica brasileira e fluminense (2000-2012)

Neste capítulo buscaremos ressaltar os debates, a formulação de políticas públicas e mecanismos legais em torno da agricultura orgânica ao longo dos anos 2000. Buscaremos estabelecer relações entre o cenário nacional e a realidade do estado do Rio de Janeiro, frente inéditos mecanismos de controle e fiscalização e do crescimento de unidades produtoras, espaços de venda e de público consumidor.

5.1- Os debates agroecológicos e a formulação da legislação orgânica (2000-2002)

De uma forma geral, produto orgânico é aquele alimento cultivado sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos. Mas para alguns pesquisadores, esta é uma visão simplória do mercado e pode estimular o consumidor a levar gato por lebre. Numa denominação mais abrangente, a agricultura para ser classificada como orgânica deve ser feita dentro de um sistema holístico de manejo agrícola, que promove a agrobiodiversidade e os ciclos biológicos, visando a sustentação cultural, social, ambiental e econômica da unidade de produção, incluindo ainda o baixo uso de insumos externos e não utilização de fertilizantes industrializados e concentrados e agrotóxicos.⁵⁵³

O trecho acima, extraído de um informativo da Embrapa-Agrobiologia de março de 2000, nos permite ter uma ideia do que era considerado agricultura orgânica naquele momento. A publicação ainda traz dados importantes sobre esta modalidade agrícola àquele momento. Na Europa, a venda de orgânicos havia crescido 10 vezes entre 1987 e 1997, aumentando a área de plantio de 250 mil para 2,5 milhões de hectares. Já no continente americano, os EUA possuíam 900 mil hectares de área agrícola destinadas à produção orgânica, o que, em 1998, movimentou 5 bilhões de dólares. O Brasil possuía menos de 100 mil hectares plantados dentro das normas de sistema orgânico. “Isto é pouco, se comparado à Argentina, um país com dimensão territorial bem inferior à do Brasil, mas que já possui 380 mil hectares sob manejo orgânico”, apontou a publicação, que ainda afirmou que o mercado brasileiro de orgânicos ainda era incipiente, mas demonstrava estar em “franca expansão”, apresentando crescimento de 10% ao ano.⁵⁵⁴ Outra publicação, de *A Lavoura*, traz dados sobre o mercado externo brasileiro de orgânicos⁵⁵⁵. Em

⁵⁵³ AGRICULTURA orgânica- o que é este sistema de produção? Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, ano 4. In: *A Lavoura*, março de 2000, p. 44.

⁵⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵⁵ ALIMENTOS orgânicos. *A Lavoura*, junho de 2003, p. 23.

junho de 2003, o Brasil ocupava o 34º lugar no *ranking* de países exportadores. O crescimento deste mercado vinha crescendo cerca de 10% no início da década de 1990 e havia chegado a um crescimento próximo a 50% nos 3 anos anteriores (2000, 2001 e 2002). Àquele momento, a economia dos alimentos orgânicos crescia a uma taxa de 20% ao ano, movimentando um valor entre 220 a 300 milhões de dólares ao ano. O estado do Paraná possuía o maior número de produtores orgânicos certificados e cadastrados, seguidos por Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Feiras orgânicas nas grandes cidades movimentavam em torno de 1 milhão de reais por ano. É ressaltado ainda que a maioria dos agricultores que participava destas feiras eram pequenos e filiados a associações. Sobre as exportações, a publicação aponta serem recentes e estavam ocorrendo sobretudo para a União Europeia, Estados Unidos e Japão. Os principais produtos eram café, cacau, soja, açúcar mascavo, erva-mate, suco de laranja, óleo de dendê, frutas secas, castanha de caju e guaraná, ou seja, produtos tipicamente brasileiros:

As estatísticas mostram que existe grande potencial de expansão da produção orgânica no Brasil. Alguns setores, ainda pouco explorados, como fruticultura, cereais, derivados do leite e da carne, devem ser incrementados nos próximos anos. Apesar da maioria da produção ainda ser destinada ao mercado externo, deve haver um aumento da demanda interna, impulsionada pelo crescente número de consumidores que têm procurado “produtos limpos”.

A certificação dos produtos garante ao consumidor a origem, a identidade e a integridade do produto orgânico. Para o produtor, a certificação garante a condição orgânica do processo sob rastreamento e sua identidade.⁵⁵⁶

Analisando os dados acima, podemos apontar que, para a realidade do estado do Rio de Janeiro, marcado pela agricultura familiar e pelo plantio de hortaliças e legumes, ou seja, alimentos perecíveis, a exportação não era uma prioridade ou objetivo dos atores que se mobilizavam, desde pelo menos a década anterior, para impulsionar a agricultura orgânica no estado. Interessante destacar também que o Rio de Janeiro despontava como o quarto estado com o maior número de produtores certificados, o que mostra a relevância da produção estadual naquele momento.

Pensando no cenário brasileiro como um todo, a década de 2000 foi um importante período de amadurecimento da prática orgânica. É neste momento que passa a ser mais difundida e conhecida por uma maior parcela da população. Importante destacar a aprovação, como já comentamos, no ano de 2003, de uma legislação federal voltada para a regulamentação da prática, o que trouxe uma maior formalidade à produção e venda dos alimentos orgânicos.

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

Documento confidencial dos assuntos estratégicos da Presidência da República, do ano de 1999, afirmava que, em relação à certificação, “imprescindível para este mercado internacional”, era somente realizada por empresas particulares, o que inviabilizaria o acesso para a maioria dos países em desenvolvimento devido aos elevados custos. De acordo com o documento, no caso do Brasil, empresas governamentais, como a Embrapa e outros centros de pesquisa, possuíam capacidade técnica para a promoção de análises químicas necessárias à concessão do certificado, o que, demonstrava que o Brasil possuía condições nesta área, embora “sem o aproveitamento possível”, em referência à capacidade técnica das instituições mencionadas. Citando o documento “*Organic Farming*”, da FAO, o texto aponta a falta de orientação aos agricultores e de suporte governamental (instituições que seriam capazes de assistir aos produtores no processo de *marketing* para a venda), que seriam as principais dificuldades e que acabariam por impedir a maioria dos países em desenvolvimento de “aproveitar as amplas oportunidades desse mercado”, provavelmente em referência às possibilidades de vendas ao exterior. Ainda é ressaltada a carência de estudos mais detalhados sobre o assunto, “principalmente referentes aos potenciais mercados”. Especialistas ligados ao Ministério da Agricultura (MA) apontavam, como justificativa para o impulsionamento da prática, que o incentivo à agricultura orgânica representaria um incremento direto à agricultura familiar, que poderia se ocupar desse novo “nicho”.

Nesse aspecto, consideram que a agricultura familiar - agente inibidor do êxodo rural, gerador de empregos e produtor de alimentos - poderia ser objeto de uma política diferenciada com foco na produção orgânica, a qual não necessita de tecnologias sofisticadas e de insumos agrícolas, normalmente inacessíveis a esses produtores.⁵⁵⁷

O documento segue abordando que outros especialistas brasileiros apontavam, ainda, como falta de incentivos: o desconhecimento acerca do promissor mercado e a falta de certificação gratuita por parte do Ministério da Agricultura. É ressaltada a inexistência de uma política específica para regulação da prática. Como exemplo foi citado o Projeto de Lei 01957/96⁵⁵⁸ que previa “Definir o Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Produtos da

⁵⁵⁷ Agricultura Orgânica no Brasil. Aspectos relevantes. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 09 de março de 1999, p. 1 e 2. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

⁵⁵⁸ Não foram encontradas maiores referências sobre o projeto de lei citado no documento.

Agricultura Orgânica e dá outras providências”, o qual encontrava, naquele momento, arquivado na Câmara dos Deputados.⁵⁵⁹

Importante ressaltar que, ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, período em que o Brasil foi governado sob a égide do neoliberalismo, a agricultura orgânica, quando mencionada pelo poder público, estava, em grande parte, vinculada ao seu potencial de mercado externo, sendo esta a principal justificativa para investimentos no setor, o que, ainda assim, não foi concretizado de forma relevante àquele momento. Exemplo pode ser observado em reportagem do *Jornal do Commercio*, de 21 de janeiro de 2000, quando o então governo Fernando Henrique Cardoso⁵⁶⁰ (1995-2002) pretendia aumentar os recursos destinados à agricultura orgânica, que, segundo o periódico, nem sempre atendia às exigências das normas de crédito rural. O objetivo dos recursos seria aumentar a oferta destes produtos, que estariam registrando aumento de demanda no mercado internacional, “ajudando a superar as barreiras não tarifárias”. O jornal ainda afirmava que o crescimento anual da agricultura orgânica girava em torno de 20% em nível mundial e de 10% a 15% no Brasil.⁵⁶¹ Um ponto que chama a atenção é o fato de que a produção orgânica nem sempre atendia às “exigências” do crédito rural, ou seja, os agricultores que vinham se dedicando à prática não atendiam, em sua maioria, aos requisitos para serem subsidiados pelo governo. Uma explicação para tal panorama veio logo abaixo, em outro subtítulo na mesma reportagem intitulado “Reforma Agrária e Agricultura Familiar”. O jornal afirma que estariam sendo abertas linhas de financiamento mais amplas para os agricultores familiares e para os que foram assentados no programa de Reforma Agrária. Como é sabido, a esmagadora maioria dos agricultores orgânicos daquele período era formada também por agricultores familiares (embora a maior parte dos agricultores familiares não fossem orgânicos). A principal dificuldade para o acesso ao crédito rural seria o fato de que estes produtores nem sempre tinham garantias a oferecer aos bancos, o que demonstra que os programas de Crédito Rural promovidos pelo Governo Federal seguiam, historicamente, sendo acessíveis, em grande parte, apenas aos grandes latifundiários.⁵⁶² Importante mencionar, entretanto, algumas iniciativas consolidadas ao longo dos anos 1990 que contribuíram, ainda que em pequena escala, para o desenvolvimento da agricultura familiar. Naquele período,

⁵⁵⁹Agricultura Orgânica no Brasil. Aspectos relevantes. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. – BR DFANBSB H4, 09 de março de 1999, p. 1 e 2. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

⁵⁶⁰ O sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1931) foi presidente do Brasil em dois mandatos consecutivos (1994-2002). Seu governo foi marcado por políticas neoliberais, o que incluiu a privatização de diversas empresas públicas estatais, tais como a Vale do Rio Doce e a Telebrás.

⁵⁶¹ AS PRINCIPAIS medidas. *Jornal do Commercio*, 21 de janeiro de 2000, p. 11.

⁵⁶² *Ibidem*.

através de esforços de atores e movimentos sociais múltiplos, que, como demonstram Schmitt et al, alcançavam crescente visibilidade e legitimidade na luta pela terra, foram promovidos, por exemplo, debates em meios políticos e científicos, em torno da dualidade agronegócio/agricultura familiar e o entendimento de que a agricultura familiar representava um modelo agrícola específico dentro da agricultura brasileira. Consolidava-se a ideia, perante a sociedade brasileira, de que o apoio à agricultura familiar levaria a respostas a problemas típicos da agricultura brasileira, tais como conflitos agrários, desemprego, êxodo rural e o abastecimento do mercado interno (Schmitt, *et. al*, 2017: 78). A diferenciação entre estes dois modelos agrícolas favoreceu a criação de mecanismos, ainda no governo FHC, voltados especificamente à agricultura familiar, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Pronaf foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito voltada à agricultura familiar⁵⁶³, fruto de uma ampla articulação que envolveu meios acadêmicos, gestão pública e parlamentares (Schmitt, *et. al*, 2017: 78). Algum tempo depois, em 1999, foi também criado o programa Novo Mundo Rural, ainda pelo governo FHC, cujo objetivo era propor um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, com base no fortalecimento da agricultura familiar. Neste momento se fortalecia um novo sentido em torno de pequenos proprietários e se consolidava o conceito de agricultura familiar, que passava de símbolo de atraso a ícone moderno:

El concepto de agricultura familiar fue incorporado por el PRONAF en 1996 y se actualizó en la llamada Ley de Agricultura Familiar (Ley 11.326/2006), abarcando una gran diversidad de formas de agricultura, contextos e identidades sociales (Niederle et al., 2014). La institucionalización de esa categoría posibilitó, para un universo heterogéneo de agricultores y agriculturas de base familiar, así como para un conjunto diferenciado de organizaciones sociales y gobiernos municipales, la creación de un “nicho institucional”, donde sus demandas podrían alcanzar algún nivel de repercusión. Es necesario considerar, sin embargo, que en ese período las políticas de fortalecimiento de la agricultura familiar, centradas principalmente en el crédito, tenían como objetivo mayor garantizar el acceso a financiamiento, en condiciones diferenciadas, fomentando las conexiones con los mercados y la incorporación de tecnologías modernas. (Schmitt, *et. al*, 2017: 80).

⁵⁶³ PRONAF: Serviços e Informações do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf#:~:text=O%20Pronaf%20destina%20a,ou%20em%20%C3%A1reas%20comunit%C3%A1rias%20pr%C3%B3ximas>. Acesso em 24 de março de 2023.

Já o MDA, criado em início dos anos 2000, passou a ser mais alinhado aos temas de agricultura familiar e desenvolvimento agrário. Schmitt et al. apontam que o MDA se mostrou um órgão consideravelmente mais frágil em relação ao MAPA (mais dirigido ao setor agroindustrial) no que diz respeito a questões estruturais, técnicas e organizacionais (Schmitt, et. al, 2017: 76).

Uma substancial diferença entre os dois ministérios pode ser observada em matéria do *Jornal do Commercio*, de setembro de 2002, que trazia informações sobre o setor agrícola brasileiro. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na atuação do Ministério da Agricultura, apontavam que houve um aumento de 34% no volume de adubos e fertilizantes comercializados no primeiro semestre do ano em relação ao ano anterior. A compra de máquinas e equipamentos agrícolas também havia crescido 11%. O MAPA previa para a próxima colheita de grãos cerca de 105 milhões de toneladas, contra 98,5 milhões do ano anterior. A mesma reportagem abordava a atuação do ministro do Desenvolvimento Agrário, José Abrão, que estava em visita a Bolonha, na Itália, por ocasião da realização da Feira Internacional de Alimentação Natural, Saúde e Meio Ambiente. Para a feira foram levados pela comitiva brasileira presente no evento, palmito de pupunha, mel, castanha, doces de frutas nativas e essências de uso cosmético, entre outros produtos orgânicos, fabricados na Amazônia brasileira, como artesanatos indígenas e produtos medicinais. A participação na feira seria uma estratégia para atrair o interesse dos europeus e ampliar as exportações de produtos da agricultura familiar, sobretudo aqueles produzidos de forma sustentável na região amazônica, tanto aqueles provenientes de assentamentos de reforma agrária, como de populações tradicionais. Todos de origem natural, manejo sustentável ou produção orgânica.⁵⁶⁴

Outra reportagem do *Jornal do Commercio*, de 31 de março de 2002, traz um bom panorama sobre a distribuição de crédito rural pelo Pronaf e da agricultura familiar em geral. Sob o título “Desigualdade na distribuição”, a matéria problematizava o fato dos recursos do Pronaf se concentrarem em determinados estados. A reportagem apontava que o referido programa havia ampliado a disponibilidade de recursos de R\$93 milhões para R\$4,1 bilhões, no período de 1995 a 2001. No entanto, o aumento não teria sido capaz de reduzir as discrepâncias regionais (provavelmente ocasionadas devido ao repasse de verbas desigual por parte do governo federal) de acesso aos recursos. Àquele momento estavam, por exemplo, recebendo o crédito rural 84,2% dos 335.805 mil estabelecimentos agrícolas familiares do Rio Grande do Sul, contra 9,4% dos 577.179 da Bahia. Já Santa Catarina contava com um índice

⁵⁶⁴ PIB cresceu 8,18% no 1º semestre. *Jornal do Commercio*, 11 de setembro de 2002, p. 5.

de acesso ao crédito de 74,7% para um total de 169.379 estabelecimentos, contra uma cobertura de 14% no Ceará, que contava com 289.501 estabelecimentos rurais. Tal constatação fazia parte de um estudo iniciado havia 1 ano e 4 meses pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O instituto escolheu os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Bahia, pois nesses estados estavam concentrados os maiores números de estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil. Naquele período, o segmento da agricultura familiar movimentava anualmente cerca de R\$18 bilhões, empregando cerca de 14 milhões de pessoas (76,9% da mão de obra empregada no campo) e respondendo por 38% da produção agrícola nacional. O pesquisador do Ipea, Fernando Gaiger afirmava não ter dúvidas sobre a importância do Pronaf para atender a uma antiga reivindicação de movimentos sociais e dos trabalhadores rurais, que há anos lutavam por linhas específicas de crédito para o segmento, responsável por 85% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, sendo que metade dos beneficiários não possuía acesso ao crédito oficial antes da criação do programa. No entanto, para o pesquisador, seriam necessários ajustes para redução de distorções que continuavam gerando pobreza e baixos níveis de conhecimento e desenvolvimento tecnológico em estados que seguiam à margem dos financiamentos, caso dos estados nordestinos. O crédito destinado pelo Pronaf seguia concentrado nas mãos dos estabelecimentos mais organizados e capitalizados:

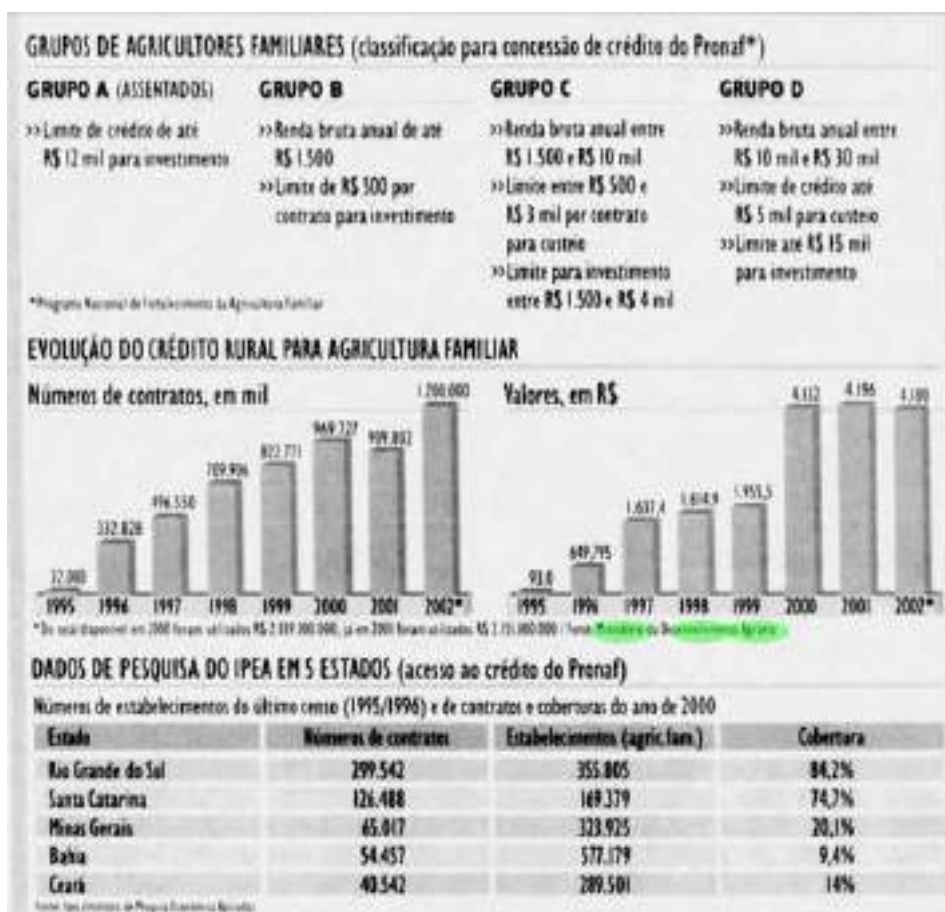
Como os recursos para investimentos são considerados uma operação de risco no setor agrícola, destaca Gaiger, os agricultores mais desparelhados não conseguem atender às exigências dos agentes financeiros repassadores dos recursos. Os bancos exigem, sobretudo, garantia de assistência técnica, o que, segundo o pesquisador, pode ser considerado um dos maiores gargalos da agricultura familiar. Na opinião dele, é difícil superar barreiras desse tipo em regiões onde ainda falta articulação dos produtores para driblar a lógica bancária e buscar alternativas, dentre as quais a criação de cooperativas de crédito.⁵⁶⁵

⁵⁶⁵OLIVEIRA, Elizabeth. Desigualdade na distribuição: recursos de crédito rural do Pronaf concentram-se em determinados estados. *Jornal do Commercio*, 31 de março de 2002, p. 7.



Panorama da agricultura familiar no Brasil. Fonte: *Jornal do Commercio*, 31 de março de 2002, p. 7.

Tal desigualdade também se expressava entre os quatro grupos de agricultores familiares classificados para a liberação de crédito, como demonstram as imagens abaixo:



Panorama de beneficiários do Pronaf. Fonte: *Jornal do Commercio*, 31 de março de 2002, p. 7.

A reportagem apontava que o grupo B, que podia receber até R\$500,00 para financiamento, fechou 48 mil financiamentos, para um total de 2 milhões de estabelecimentos, correspondendo a uma cobertura de 2,4%. Já o grupo C, que correspondia a 1,4 milhão de estabelecimentos, obteve 390 mil contratos, com uma cobertura de 28%.⁵⁶⁶

É neste contexto político e econômico, centrado na dualidade existente entre a agroindústria e a agricultura familiar, e no qual a agricultura orgânica representava um pequeno nicho, potencial, dentro da última modalidade agrícola, que finalmente saiu o primeiro mecanismo legal referente à produção de alimentos orgânicos produzidos em território brasileiro. Era a Instrução Normativa⁵⁶⁷ nº 007 (IN 007) do Ministério da Agricultura, de 17 de maio de 1999:

Considerando a crescente demanda de produtos obtidos por sistema ecológico, biológico, biodinâmico e agroecológico, a exigência de mercado para os produtos naturais e o significativo aporte de sugestões nacionais e internacionais decorrentes de consulta pública sobre a matéria, com base na Portaria MA nº 505, de 16 de outubro de 1998, resolve:

Art. 1º Estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal, conforme os anexos à presente Instrução Normativa.⁵⁶⁸

O documento considerava como produção orgânica:

1.1. Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a autossustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados-OGM/transgênicos, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação, visando:

a) a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor,

⁵⁶⁶ OLIVEIRA, Elizabeth. Desigualdade na distribuição: recursos de crédito rural do Pronaf concentram-se em determinados estados. *Jornal do Comercio*, 31 de março de 2002, p. 7.

⁵⁶⁷ “Instrução Normativa consiste em ato normativo expedido por uma autoridade com competência estabelecida ou delegada para normatizar a matéria, no sentido de disciplinar a execução de lei, decreto ou regulamento, sem, no entanto, transpor ou inovar em relação à norma que complementa. A Instrução Normativa tipicamente visa a orientar as unidades administrativas em relação a matérias mais específicas.” Fonte: Manual de Orientações para elaboração e revisão de atos normativos no âmbito do Instituto Federal Sul-Rio-grandense. Disponível em: http://www.ifsul.edu.br/images/atosnormativos/Manual_para_elaborao_de_atos_normativos_no_IFSul_-_maio21.pdf. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

⁵⁶⁸ Ministério de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instrução normativa n.º 007, de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Disponível em: http://www3.servicos.ms.gov.br/iagro_ged/pdf/489_GED.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

do agricultor e do meio ambiente; b) a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo; c) a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar; e d) o fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos, e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais. 1.2. Considera-se produto da agricultura orgânica, seja “in natura” ou processado, todo aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuária e industrial. O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados ecológico, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura. Para efeito desta Instrução considera-se produtor orgânico, tanto o produtor de matérias-primas como o processador das mesmas.⁵⁶⁹

Dentre outros pontos, o documento traz normas para a certificação, que deveria ser conferida por instituições certificadoras que fossem credenciadas ao Órgão Colegiado Nacional. Cada instituição certificadora deveria manter o registro atualizado dos produtores e dos produtos que ficariam sob suas responsabilidades⁵⁷⁰ Foi, portanto, o primeiro instrumento jurídico voltado à agricultura orgânica, embora ainda não fosse considerado uma legislação propriamente dita.

Antes deste instrumento, a certificação de produtos orgânicos era promovida de forma independente (como abordamos em relação à ABIO), por associações ou ONGs. Em relação à exportação, apenas a certificação do Instituto Biodinâmico (IBD)⁵⁷¹ era reconhecida pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM). “No Brasil, todo o trabalho de normatização e estruturação do sistema de certificação para a agricultura orgânica ainda está por ser feito”, apontava publicação da Embrapa, em dezembro de 2000. Àquele momento, apontam ainda os pesquisadores, os custos relacionados à certificação eram elevados, o que representava dificuldade aos pequenos produtores. No entanto, a ideia de consumo de alimentos mais saudáveis por parte de um número cada vez maior de consumidores, faz com que os produtores se vejam obrigados a aderirem aos processos de certificação. Em nível internacional, a FAO e a OMS haviam estabelecido o *Codex Alimentarius*, que criava diretrizes sobre a produção orgânica, processamento, rotulagem, comercialização e requisitos de inspeção para certificação de produtos de origem vegetal. No Brasil, ainda em 1998, o Ministério da

⁵⁶⁹ *Ibidem*.

⁵⁷⁰ *Ibidem*.

⁵⁷¹ O Instituto Biodinâmico nasce a partir da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, criada em 1982. Tal associação passa, em 1984, a ser chamada de Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, localizado na cidade de Botucatu. Em 1991 o órgão passou a certificar produtos orgânicos e biodinâmicos. Em 1996, recebeu o prêmio SARD como destaque pelo fomento à agricultura orgânica em uma Conferência Internacional da IFOAM. Maiores informações, ver: <https://www.biodinamica.org.br/abd/apresentacao>. Acesso em: 25 de março de 2023.

Agricultura publicou a Portaria 505, uma consulta pública para o estabelecimento de normas para agricultura orgânica, após manifestação da sociedade civil. Tal portaria culminou na Instrução Normativa 007 de 17/05/99⁵⁷², o que demonstra que o poder público, desde esse primeiro instrumento jurídico em relação à agricultura orgânica, esteve aberto ao diálogo com grupos e movimentos que já se dedicavam à prática nas décadas anteriores, como demonstrei adiante. A IN 007 criou os Órgãos Colegiados Nacionais (OCN) e Órgãos Colegiados Estaduais (OCE), cujo objetivo era cadastrar instituições aptas à certificação e controle da qualidade orgânica. No momento da publicação da Embrapa, dezembro de 2000, ainda não havia sido estabelecido o Colegiado nacional, tendo alguns estados constituído os seus.⁵⁷³ Naquele contexto tramitava o Projeto de Lei (PL) nº 659 de 1999, sob autoria de Murilo Domingos, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha por objetivo definir o sistema orgânico de produção e seus produtos, bem como dispor sobre sua certificação. Tal projeto foi transformado na Lei Ordinária 10831/2003⁵⁷⁴. No entanto, o espaço temporal entre a IN 007 e a promulgação da lei da agricultura orgânica envolveu debates e diálogos entre distintos atores mobilizados com esta modalidade agrícola.

Audiência pública realizada na Câmara dos Deputados de 28 de novembro de 2000 demonstra bem tais diálogos. Além de representantes de pastas ministeriais, a sessão da Câmara dos Deputados abriu espaço para falas de professores e técnicos de instituições envolvidas na promoção da agricultura orgânica. Destaque deve ser dado à participação da pesquisadora da Pesagro-Rio, Maria Fernanda Fonseca e do pesquisador da Embrapa, José Rodrigues Peres. O relatório do debate, cujo tema principal foi “A preocupação com a entrada definitiva do Brasil no mercado de produtos orgânicos”, apontava que o governo estava estudando meios de ampliar a produção orgânica no Brasil, utilizando, principalmente, os agricultores familiares. No entanto, um empecilho para o avanço desta ampliação estava no fato de ser um assunto “novo” no país, e, apesar de ter se tornado uma tendência mundial, ainda havia muita “desinformação”.

⁵⁷²ALMEIDA, Dejour Lopes, et. al. Agricultura Orgânica: Instrumento para a Sustentabilidade dos Sistemas de Produção e Valoração de Produtos Agropecuários. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, dez. 2000, p. 10.

⁵⁷³ *Ibidem*, p. 11.

⁵⁷⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 659/1999, de 15 de abril de 1999*. Define o sistema orgânico de produção agropecuária e produto da agricultura orgânica, dispõe sobre a sua certificação, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15705>. Acesso em: 25 de março de 2023.

A sessão da Câmara daquele dia reuniu também pequenos agricultores e representantes de diversos setores sociais que vinham contribuindo para o desenvolvimento da agricultura orgânica no país:

A matéria é tão relevante que o Governo deve abraçar o assunto e agilizar uma legislação própria e firme que efetivamente insira o Brasil neste mercado tão promissor. Nós, desta Casa, tudo faremos para apoiar e incentivar a dinamização da agricultura orgânica, sustentou o deputado Carlos Batata (PSDB-PE), autor do requerimento da audiência.⁵⁷⁵

O relatório apontava a “urgente” necessidade de uma legislação e a promoção de técnicas que atendessem às especificidades da agricultura brasileira, transformando o Brasil “no celeiro produtivo no próximo século”⁵⁷⁶. É ressaltada a resistência por parte de muitos agricultores em aderir à prática orgânica, uma vez que a maior parte deles era de familiares que dependiam exclusivamente da atividade agrícola para sobreviver. Por outro lado, entre os distribuidores, o medo era relacionado à falta de certificados e mecanismos que garantissem total credibilidade à produção orgânica. Já em relação ao consumidor, faltaria informação. No debate foi destacado que, apesar da ausência de estatísticas oficiais sobre a produção orgânica, este setor crescia mais do que a agricultura convencional no país.

Sobre os consumidores, o relatório afirmou que o produto orgânico era consumido pelas classes mais altas, entretanto, a tendência era de que o mercado se ampliasse frente ao argumento de que se tratavam de alimentos mais saudáveis. O então secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Luís Carlos de Oliveira, afirmou que havia sido criado um colegiado voltado exclusivamente para a agricultura orgânica, que teria 60 dias para apresentar um regimento e ações para o desenvolvimento do setor. O Ministério da Agricultura demonstrava grande expectativa com o potencial produtivo do Brasil: “o aproveitamento nesse nicho internacional é extremamente importante para o fim ao protecionismo mercadológico

⁵⁷⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. Audiência Pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Brasília, DF: Câmara Federal, 28 de novembro de 2000. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/2774-agricultura-organica-movimentou-debate-na-camara/>. Acesso em 30 de março de 2023.

⁵⁷⁶ A noção do Brasil como “celeiro do mundo” era difundida, nos meios científicos e políticos, desde pelo menos a década de 1940, no âmbito de projetos de desenvolvimento. Sobre o assunto, ver: ANDRADE, Romulo de P. O pobre celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 28 (56), 2015, p. 285-304; SÁ, Dominichi Miranda de; SILVA, André Felipe Cândido da. Amazônia brasileira, celeiro do mundo: ciência, agricultura e ecologia no Instituto Agrônomo do Norte nos anos 1940 e 1950. *Revista de História* (São Paulo), núm. 178, a05918, 2019.

européu”, ressaltou o secretário, que também afirmou que, àquele momento, o então ministro da agricultura já avançava em negociações com a União Europeia.⁵⁷⁷

Por outro lado, é exposto por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a preocupação com as diversas possibilidades no que se referia à agricultura orgânica. O ministro da pasta, Raul Jungman, defendia que, além das melhorias relacionadas à pauta de exportação, o incremento da agricultura orgânica poderia aumentar as oportunidades para a agricultura familiar, dinamizaria a economia local, melhoraria a organização social de atores envolvidos na prática e aumentaria a demanda por alimentos orgânicos no mercado interno. Ainda foi informado na sessão que o ministro da Reforma Agrária já havia incluído no Pronaf incentivos à agricultura orgânica, e que buscava-se incentivar linhas de crédito junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste para beneficiar os pequenos produtores.

O ministério tem intermediado as negociações entre os agricultores orgânicos e os compradores internos (em especial os supermercados) e externos, além de criar um conjunto de regras que incluam o país no mercado externo, ato que se coaduna com as tendências do ministro Pratini [da agricultura].⁵⁷⁸

Maria Fernanda Fonseca, representante da Pesagro-Rio, apresentou, na ocasião, um quadro com detalhes da sistemática da produção orgânica, apontando critérios mais exigentes em relação ao mercado externo:

Estes critérios foram definidos há décadas, mas estão cada vez mais presentes na cultura orgânica mundial. São eles a autenticidade ou rastreabilidade que pode determinar com segurança a origem do produto; a funcionalidade, a qualidade biológica, a validade nutricional, a variação sensorial (sabor e aroma), além das questões éticas, sociais e políticas envolvidas. Todos esses fatores determinaram o salto de US\$ 4 para 11 bilhões ocorrido no mundo nos últimos três anos. E a perspectiva é de se chegar a 2006 com US\$ 100 bilhões em movimentação do mercado de alimentos orgânicos.⁵⁷⁹

A pesquisadora ressaltou que ao Brasil faltava vontade política, além de alternativas alimentares, parcerias e uma maior participação popular para que o país se inserisse concretamente neste nicho. Já o representante da Embrapa Cerrados, o agrônomo José Roberto Peres, defendeu que a agricultura orgânica deixasse de ser um nicho para se tornar o “futuro da agricultura brasileira”, o que para ele tratava-se de um grande desafio. O pesquisador ressaltou

⁵⁷⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. Audiência Pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Brasília, DF: Câmara Federal, 28 de novembro de 2000. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/2774-agricultura-organica-movimentou-debate-na-camara/>. Acesso em 30 de março de 2023.

⁵⁷⁸ *Ibidem.*

⁵⁷⁹ *Ibidem.*

também que havia na Embrapa um setor exclusivo voltado ao segmento da agricultura orgânica e que a meta da instituição era criar um selo que fosse capaz de refletir “a fiel qualidade” dos produtos.

Os deputados integrantes da comissão, que vinha debatendo a agricultura orgânica na Câmara, emitiram posicionamento favorável à prática, apesar de dúvidas existirem em torno da questão. Alguns pontos do debates referiam-se ao acesso a esses alimentos pela população mais pobre, às exigências fiscalizatórias e às influências climáticas que a produção orgânica poderia sofrer frente à peculiaridade de cada região do país.

Já agricultores presentes, a maioria membros de associações civis voltadas à agricultura orgânica, além de montarem exposição com produtos orgânicos no saguão do Anexo II da Câmara dos Deputados, mostraram-se satisfeitos com os debates da sessão. Pediram, entretanto, à Embrapa maior rapidez nos processos de pesquisa em relação à atividade orgânica, devido ao rápido aumento da prática, assim como solicitaram ao Ministério da Agricultura agilidade na concretização de uma legislação, o que para eles seria um aspecto fundamental para impulsionar esta modalidade agrícola no país. Reivindicaram também a valorização do pequeno produtor, o “centro da agricultura orgânica”: “quem domina o mercado europeu, em termos de agricultura orgânica, são os pequenos produtores e as organizações não-governamentais, portanto, precisamos de incentivos que tornem qualitativa e lucrativa esta atividade.”⁵⁸⁰ Apesar de, aparentemente, a audiência não ter levado a resultados concretos imediatos, visto que a legislação para a agricultura orgânica só foi aprovada cerca de 3 anos depois, podemos observar que o tema chegava à esfera política, que se mostrava aberta ao diálogo com pesquisadores e agricultores defensores da prática.

5.2. O Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)- 2002

Outro importante episódio que antecedeu a promulgação da legislação da agricultura orgânica foi realizado de 30 de julho a 2 de agosto de 2002, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), promovido por diversas associações e organizações da sociedade civil, como a AS-PTA, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), o MST, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Como destacou Wezel, entre os objetivos do encontro estavam a ampliação da agroecologia e realizar uma espécie de *lobby* nas eleições presidenciais que se realizariam

⁵⁸⁰ *Ibidem.*

alguns meses depois (Wezel, 2009: 507). O ENA foi um evento marcado pela pluralidade de ideias e pessoas, reunindo mais de mil pessoas e envolvendo diversos atores atuantes no campo da agroecologia, que, na ocasião, se reuniram a fim de debater as expectativas e demandas do movimento agroecológico àquele momento:

O Encontro Nacional de Agroecologia – ENA foi produto de um longo acúmulo de múltiplas e variadas experiências para a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Nos últimos 20 anos foram grandes os avanços nos vários campos relacionados com a agroecologia. Multiplicou-se o número de agricultores, extensionistas, pesquisadores, professores e outros profissionais engajados na produção de conhecimentos e na produção agrícola propriamente dita. Novas tecnologias e metodologias apropriadas foram desenvolvidas, e propostas de políticas públicas foram formuladas a partir dessas experiências, embora ainda não tenha havido espaço para a sua aplicação em larga escala.⁵⁸¹

O Seminário de Agricultura Familiar e Agroecologia, realizado também na UERJ, em 2 de julho de 2002, abria o debate do ENA. O seminário apresentava as sugestões do estado fluminense para o encontro que se realizaria no mesmo local alguns dias depois. Foi organizado pela Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento Interior do estado do Rio de Janeiro, AS-PTA, Emater-Rio, Pesagro-Rio, Embrapa-Agrobiologia, ABIO e MST. Uma das questões abordadas na ocasião foi a necessidade de um novo olhar para o financiamento da agricultura brasileira, com a justificativa de que o Estado Brasileiro e suas políticas oficiais vinham, historicamente, estimulando o modelo agroquímico convencional e deixando de lado o modelo agroecológico de produção. Na ocasião, o então diretor executivo da AS-PTA, Paulo Peterson, afirmava que a agricultura familiar fluminense dependia de um projeto de reforma agrária de base agroecológica, com vistas a gerar condições econômicas capazes de viabilizar ao agricultor a possibilidade de produzir de forma que não agredisse o meio ambiente.⁵⁸²

Como destaca a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002 por ocasião do Encontro Nacional de Agroecologia, o ENA buscou articular iniciativas diversas que àquele momento estavam “espalhadas” pelo Brasil. Buscava-se ampliar a ação e expressão política do movimento agroecológico brasileiro. Do público participante, 70% era composto

⁵⁸¹ Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 8.

⁵⁸² Seminário Fluminense abre debate do Encontro Nacional de Agroecologia. I ENA, notícias. Ascom- Campanha por um Brasil livre de transgênicos. Disponível em: [Seminário fluminense abre debate do Encontro Nacional de Agroecologia - ENA - Encontro Nacional de Agroecologia \(enagroecologia.org.br\)](http://Seminário%20fluminense%20abre%20debate%20do%20Encontro%20Nacional%20de%20Agroecologia%20-%20ENA%20-%20Encontro%20Nacional%20de%20Agroecologia%20(enagroecologia.org.br)). Acesso em: 28 de março de 2023.

por agricultores, além de pesquisadores, estudantes, técnicos e 171 entidades da sociedade civil que desenvolviam atividades voltadas ao meio rural brasileiro.

No Brasil, já havia diversas iniciativas de produção agrícola sustentável, com incentivo de organizações da sociedade civil, alguns centros de pesquisa e universidades. Existiam também redes locais de agroecologia, que reuniam sindicatos, associações, pastorais, grupos de mulheres etc. O I ENA foi o espaço para juntar essas experiências para que acontecessem as trocas de saberes e metodologias de trabalho praticadas por organizações, agricultoras e agricultores.⁵⁸³

Os preparativos para o ENA tiveram início ainda no ano 2000, quando passaram a ocorrer encontros, reuniões, seminários, feiras, etc, os quais reuniam movimentos sociais, redes e outras iniciativas voltadas à promoção da agroecologia. O objetivo era reunir ideias e sugestões que pudessem viabilizar um evento que fosse capaz de trazer expressão pública às iniciativas que já eram desenvolvidas. Neste processo, em cada região do Brasil formaram-se núcleos que buscavam mobilizar e localizar as experiências locais de base agroecológica. “Foi uma ação coletiva para juntar o que estava disperso: as práticas sustentáveis de centenas de famílias agricultoras espalhadas pelo território brasileiro”.⁵⁸⁴ Dentre as iniciativas preparatórias para o ENA, além do Seminário Agricultura Familiar e Agroecologia no Estado do Rio de Janeiro (mencionado acima), podemos destacar: a Reunião Proambiente, realizada em Macapá (AM), em dezembro de 2001, o Seminário de Agroecologia, realizado Belém (PA), em fevereiro de 2002, a Jornada Paraense de Agroecologia, realizada também em Belém, em abril de 2002, o Encontro de Economia Solidária, em Turmalina (MG), em maio de 2002, o Encontro de Agricultura Familiar, em Registro (SP), em junho de 2002, a Assembleia da Associação de Agricultura Orgânica, em São Paulo, em julho de 2002, o Encontro Estadual de Agroecologia do Ceará, em julho de 2002, dentre diversas outras reuniões, e seminários que movimentavam a causa agroecológica para a realização do ENA.⁵⁸⁵

O primeiro dia do encontro foi marcado por um painel coordenado pelo historiador ambiental José Augusto Pádua, intitulado “A crítica ao Modelo de Desenvolvimento Atual”, no qual foram debatidas realidades distintas de desenvolvimento agrícola e seus impactos. O painel contou com falas acerca do panorama ambiental e agrícola do cerrado, semiárido, sul do Brasil e pantanal. Finalizando a sessão, Pádua discursou sobre a insustentabilidade da agricultura

⁵⁸³ I ENA- Um encontro Nacional para articular iniciativas agroecológicas- Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: [I ENA - ENA - Encontro Nacional de Agroecologia \(enagroecologia.org.br\)](http://enagroecologia.org.br). Acesso em 29 de março de 2023.

⁵⁸⁴ *Ibidem*.

⁵⁸⁵ Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 10.

brasileira, resgatando a lógica de exploração predatória desde o período colonial, passando pelo império, e chegando até o século XX, quando, “apesar das mudanças tecnológicas e da diversificação produtiva, tal lógica continua exercendo forte influência sobre as mentalidades e as práticas no campo brasileiro”.⁵⁸⁶

Pádua abordou ainda a questão dos agrotóxicos, apontando que o uso destas substâncias era uma das principais causas de desgaste dos biomas brasileiros e um grande indicador da insustentabilidade do modelo agrícola hegemônico no país. Trazendo dados, o historiador ambiental demonstrou que, em 1993, eram notificados 6.000 casos de intoxicação de trabalhadores rurais, mas, as projeções da época (2002) indicavam até 300.000 casos por ano. Já a venda de agrotóxicos no mercado brasileiro havia aumentado, de um bilhão de reais em 1990, para 2,18 bilhões em 1997. Aumento, aliás, que não acompanhava a produtividade. Citando o Paraná como exemplo, Pádua argumentou que o aumento da produção agrícola entre 1970 e 1980 foi de 8,4 %, enquanto o aumento de fungicidas fora de 197% e de herbicidas 1346%. Em relação à realidade brasileira, entre 1964 e 1991 o consumo de pesticidas aumentou 276% enquanto as áreas plantadas tiveram aumento de 76%. Diante de tantos problemas relacionados à agricultura, o professor apontou que crescia cada vez mais a percepção sobre a necessidade de implementação de um novo modelo agrícola, que não destruísse as bases naturais da produção, e fosse efetivamente mais produtivo, gerando mais empregos e promovendo uma apropriação mais justa do território. Neste sentido, vinha sendo revalorizada e reconhecida a agricultura familiar, uma vez que a agroecologia não poderia ser implantada a partir de um pacote tecnológico pronto, mas necessitava de tratamentos específicos a partir das necessidades de cada propriedade e região. Tais tratamentos só poderiam ser implementados em “escalas apropriadas, descentralizadas, e mediante a gestão da terra e dos recursos dirigidos por indivíduos para quem a propriedade não seja apenas uma fonte objetiva de lucros, mas, sim, uma fonte de vida e de conhecimento”.⁵⁸⁷

Como soluções para modificar o panorama agrícola brasileiro, Pádua apontou a importância de renovação de pesquisa, ensino e educação rural, por meio das quais o viés agroecológico passasse a ser favorecido, bem como o estímulo à agricultura familiar de base agroecológica, através de políticas sociais, econômicas e fiscais. São ressaltadas também a importância de políticas que implementassem uma “apropriação social mais equilibrada do

⁵⁸⁶ PADUA, José Augusto. A insustentabilidade da agricultura brasileira. In: Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 45.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, p. 46.

espaço geográfico brasileiro”, bem como estímulos à mudança tecnológica e social no agronegócio, buscando reduzir ao máximo impactos ambientais e gerando empregos no campo.

Outros painéis realizados ao longo do evento debateram temáticas que envolviam sustentabilidade e agroecologia. Um importante debate diz respeito ao Grupo Temático intitulado “Certificação de produtos agroecológicos”. A discussão, coordenada por Laércio Meirelles, agrônomo e coordenador de uma Ong de assessoria a agricultores ecológicos no sul do Brasil, começou com uma reflexão a respeito da importante ligação existente entre processos de mudança tecnológica no campo e os fatores sociais, políticos e econômicos envolvidos.

Em seguida, Meirelles apontou o conceito de agricultura sustentável, desenvolvido por diversas ONGs, reunidas em Copenhague, em 1993, o qual englobava:

um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento equitativo e participativo. (...) A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento científico holístico.⁵⁸⁸

É feita referência à Instrução Normativa 007, a qual definia a agricultura orgânica, e sua constatação de que ela devia buscar “o fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos, e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais”⁵⁸⁹ Tal definição, portanto, segundo Laércio Meirelles, demonstrava que o conceito de agroecologia não se limitava a uma mudança paradigmática restrita aos meios técnicos e científicos. Deveriam importar “protagonismo popular, respeito à diversidade cultural e implantação de formas de comercialização que beneficiem a população como um todo”. No entanto, Meirelles ressaltou a problemática em torno da comercialização de produtos agroecológicos, indagando por que tais produtos chegavam ao mercado, àquele momento, pelas vias “convencionais”, ou seja, tal como a produção da agricultura proveniente do modelo agrícola hegemônico era vendida:

O caminho assinalado pelas grandes redes de supermercados, pela exportação e pelo preço altamente diferenciado, estará, de fato, sintonizado com o caminho de uma transformação mais abrangente de base social e ecológica de nossa agricultura?⁵⁹⁰

⁵⁸⁸ MEIRELLES, Laércio. Comercialização e certificação de produtos agroecológicos. In: Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 113.

⁵⁸⁹ *Ibidem*.

⁵⁹⁰ *Ibidem*.

Para o autor, muitas eram as explicações para que os produtos agroecológicos acabassem sendo vendidos da forma convencional. Dentre elas estariam o fato de que o crescimento do mercado desses produtos “limpos” atraía o interesse de uma parcela de empresários, tanto no campo, quanto na cidade, onde a maioria não possuía identificação com a agroecologia. Além disso, também importaria a necessidade de a agricultura familiar buscar ampliar formas de inserção no mercado, não acompanhada de reflexões sobre o papel deste mesmo mercado na promoção efetiva de um desenvolvimento rural sustentável. Ademais, Meirelles ressaltou a falta de apoio público para a remodelação das redes comerciais existentes até então, altamente centralizadas e oligopolizadas. Frente a este cenário, é ressaltada a importância de obtenção de estratégias de comercialização e certificação de produtos agroecológicos que demonstrassem coerência com os princípios que mobilizavam o movimento agroecológico: “Em outras palavras, é importante articular a mudança tecnológica à transformação das relações de produção, circulação e consumo que sustentam a chamada agricultura moderna”.⁵⁹¹ Por fim, a forma como era realizado o processo de certificação também foi alvo de críticas, sendo, para o autor, incoerente com princípios e percepções inerentes à agroecologia. A partir do pressuposto de que os consumidores tinham direito à qualidade e à garantia do produto orgânico/agroecológico, teria, segundo ele, originado um mecanismo “burocrático” e “policialesco” de certificação, marcado por inspeções às unidades produtoras, o que, segundo Meirelles, partia do princípio de que os agricultores eram sempre suspeitos quanto à idoneidade do processo produtivo. Nesse sentido foi citado o trabalho da Rede Ecovida⁵⁹², atuante na região sul do país, fruto de um esforço cooperativo entre diversos atores atuantes no campo da agroecologia. A rede promovia uma certificação participativa, por meio da qual a credibilidade era gerida através da participação de todos os envolvidos, através de um processo “pedagógico” em que agricultores, técnicos e consumidores trabalhavam em conjunto buscando a garantia do trabalho e da produção agroecológica envolvidos.⁵⁹³

⁵⁹¹ *Ibidem*, p. 113 e 114.

⁵⁹² A Rede Ecovida foi criada no ano de 1998, fruto de discussões referentes à produção e comercialização de alimentos orgânicos, iniciadas no estado de Santa Catarina. Esta iniciativa se consolidou como uma rede regional de agroecologia, agregando agricultores de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Um dos grandes objetivos da Rede Ecovida passou a ser a certificação participativa de seus membros. Para maiores informações, ver: PASSOS, Marcelo; TORRES, Katya R. I. Certificação na prática: a Rede Ecovida e os desafios da implementação de Sistemas Participativos de Garantia. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado [orgs.]. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013, p. 363-365.

⁵⁹³ MEIRELLES, Laércio. Comercialização e certificação de produtos agroecológicos. In: *Anais do Encontro Nacional de Agroecologia*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 114.

A síntese do debate do painel mencionado acima trouxe percepções relevantes para pensar os caminhos que a agricultura orgânica/agroecológica tomava naquele momento que antecedia a legislação e marcava a ampliação da visibilidade desta modalidade agrícola no cenário nacional. Dentre as questões levantadas pelos participantes estavam:

-Há uma crescente imposição da ideia do “selo”, criando-se a “cultura do selo”;

-A palavra “certificação” criou um “produto novo”, quando, na verdade, o orgânico, o ecológico, o agroecológico já existiam antes desse movimento de rotular (classificar/identificar) os tipos de produtos.

-Evidenciam-se dúvidas/questionamentos sobre o mérito da certificação: é para quê? Para quem? E quem paga a conta da coleta e tabulação de dados?

- Há dúvidas sobre o que é o conceito de certificação participativa e certificação de grupos de agricultores (as).

-A certificação vertical não está ao alcance da maioria dos (as) pequenos (as) agricultores (as) e da produção familiar. Essa certificação apresenta alto custo para agricultores (as), baseia-se em auditoria/inspeção, torna-se burocratizada, não está adequada aos princípios básicos da agroecologia e não contempla processos históricos e dinâmicas que são horizontais, participativos, formadores de conhecimento e adequados às condições e realidades locais e regionais.

-A produção agroecológica é vista como uma oportunidade de acesso ao mercado e também como uma construção desse próprio mercado.

- Há necessidade de a certificação participativa coletar/elaborar/analisar dados relativos à produção e comercialização de produtos oriundos de sistemas agroecológicos para melhor podermos reivindicar políticas públicas adequadas.⁵⁹⁴

Outro ponto importante debatido ao longo do ENA foi a questão do Crédito Rural voltado à agroecologia. No Grupo de Trabalho de número 6, intitulado “Financiamento da transição para a agroecologia”, coordenado pelo agrônomo e assessor técnico do Sistema Cooperativa Crédito Rural com Integração Solidária (Cresol), Alvorí Santos, foi debatido o financiamento voltado a processos transitórios para métodos agroecológicos de produção, ou seja, mecanismos que permitissem que o trabalhador rural abandonasse técnicas convencionais de produção, como o uso de agrotóxicos e adubos químicos, e aderisse a métodos agroecológicos em seu cotidiano de trabalho. É ressaltada a necessidade de unir o debate sobre tal financiamento da transição agroecológica ao crédito rural, política pública adotada pelo

⁵⁹⁴ Síntese do debate: Grupo de Trabalho temático – Comercialização e certificação de produtos agroecológicos. In: Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 116.

governo militar e que vinha, historicamente, favorecendo a chamada “modernização conservadora da agricultura”. As consequências são apontadas por Santos:

gerou sem-terra, excluiu em torno de 100.000 propriedades agrícolas por ano de 1985 a 1995, e registra apenas cerca de 13% das propriedades capitalistas e 18% das propriedades familiares com renda positiva, desenhando uma crise estrutural atual e futura.⁵⁹⁵

É destacada a criação do Pronaf e a constatação de que o programa fez com que o crédito se fizesse presente de uma forma mais ampla entre os agricultores familiares, mas financiava também o modelo de produção dominante. Existiam, assim, alguns poucos agricultores que vinham resistindo ao mostrar ser possível outro caminho: o da agroecologia. As experiências de transição agroecológica observadas, segundo o autor, vinham mostrando condicionantes restritivos e estruturais próprios da agricultura familiar:

A conversão das propriedades familiares apresentam restrições de área (terra) para uso exclusivo em processos de rotação, sucessão, restrição de fatores de produção (máquinas e equipamentos) potencializadores do trabalho, que via de regra, nos processos de conversão, exigem uma rotina de trabalho humano maior para reestabelecer o equilíbrio do meio e instalar processos mais complexos, um risco de queda da escala de produção durante o processo, outra tarefa para o financiamento da transição.⁵⁹⁶

O ENA seguiu sua programação debatendo diversos pontos de relevância para os debates em torno da agroecologia. Grupos de trabalho como “educação e formação em agroecologia”, “sistemas agroflorestais”, “estratégias de desenvolvimento local com base na agroecologia”, “produção e difusão do conhecimento em agroecologia”, “a questão do gênero no desenvolvimento agroecológico”, dentre outros marcaram debates calorosos nas salas da UERJ durante os dias do evento. Assuntos como reforma agrária, alimentos transgênicos, Amazônia, povos originários etc, também estiveram em evidência ao longo do ENA.

Importante mencionar que muitos pontos debatidos nos grupos de trabalho seguiram sendo alvo de debates e muitos aspectos acabaram sendo incorporados aos mecanismos de fiscalização consolidados nos anos seguintes. A certificação participativa é um bom exemplo disto. A realização do ENA, àquele momento, foi um importante mecanismo para sintetizar as demandas do movimento agroecológico brasileiro, que vinha se consolidando desde pelo menos a década de 1980. Como destacado, era um momento propício, quando novas propostas governamentais colocavam-se em evidência naquele ano eleitoral de 2002.

⁵⁹⁵ SANTOS, Alvorí Cristo dos. Financiamento da transição para a agroecologia. In: Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 122.

⁵⁹⁶ *Ibidem*.

Do encontro saiu uma carta política, com o objetivo de ser apresentada às autoridades públicas, visando à implantação de políticas públicas voltadas à agroecologia:

Que o documento do ENA seja apresentado e considerado pelas autoridades para que seja implantada uma política pública pra que os agricultores possam continuar sua proposta. Não seja aquela política que foi apresentada, de exploração, que acabou, que devastou. Que essa seja uma ajuda de recuperação, pelo menos pra quem quer.⁵⁹⁷

A referida carta se dirigiu especificamente aos candidatos a mandatos dos poderes executivos e legislativos em níveis estadual e federal, além da sociedade brasileira em geral. O primeiro parágrafo afirmava que o contexto de realização do ENA representava a combinação da esperança de mudanças com a revolta pela continuidade de injustiças contra produtores familiares e pela violência contra aqueles que vinham lutando por seus direitos.

Nós, 1.100 cidadãos e cidadãs, produtores e produtoras familiares, membros e representantes de entidades sindicais, associações e movimentos sociais (agricultores, criadores, pescadores, extrativistas, quilombolas e indígenas), profissionais de organizações governamentais e não governamentais (pesquisadores, extensionistas, professores) e estudantes, portadores de experiências agroecológicas que estão sendo desenvolvidas em todas as regiões do país, reunidos no Encontro Nacional de Agroecologia, afirmamos:

- que o desenvolvimento rural sustentável só será possível se baseado na justiça social na distribuição dos recursos produtivos e no uso de tecnologias que, ao mesmo tempo, conservem o meio ambiente e garantam níveis de produção adequados;
- que somente uma numerosa e dinâmica produção familiar pode garantir o desenvolvimento rural sustentável que gere novos empregos e fontes de renda para homens e mulheres do campo;
- que a agroecologia é a abordagem de gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar;
- que a produção agroecológica familiar é economicamente viável, ambientalmente saudável, culturalmente apropriada e socialmente justa;
- que a igualdade das relações entre homens e mulheres é condição essencial para o alcance da sustentabilidade da produção agroecológica familiar;
- que o padrão vigente de apropriação da terra baseado no latifúndio e na grande empresa rural deve desaparecer. [...]
- que o Estado em todos os níveis deve reverter as políticas que privilegiam esse modelo dominante e a elite rural em favor de políticas que garantam a transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável baseado na produção familiar ecológica. O papel do Estado deve ser o de favorecer a participação dos produtores e produtoras familiares, por intermédio de suas

⁵⁹⁷ SOUZA, Antônia Vieira de. Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR (MA). Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 194.

organizações, na formulação e execução de políticas de desenvolvimento rural agroecológico, e não de executá-las de cima para baixo;

-que os produtores e produtoras familiares detêm conhecimentos inestimáveis sobre os recursos naturais e o meio ambiente e, quando integrados a processos de diálogo com o meio científico, têm potencializado sua capacidade criativa na inovação agroecológica;

- que a sociedade começa a perceber as vantagens do consumo de alimentos agroecológicos e a valorizar a produção de origem familiar;

- que a produção familiar agroecológica não se destina a um nicho de consumidores ricos; ela pode, com políticas públicas adequadas, alimentar toda a população brasileira e produzir excedentes exportáveis;

- que os produtores e produtoras familiares socialmente organizados e com apoios adequados são capazes de assumir a promoção do desenvolvimento rural e de formular políticas públicas que as favoreçam.⁵⁹⁸

A referida carta trouxe pontos demonstrando a necessidade de resgatar a dívida social no campo para com a agricultura familiar, frente ao favorecimento de grandes latifundiários perante o modelo agrícola hegemônico. Destacou a importância do acesso aos recursos naturais, como água e recursos energéticos, geração e apropriação social do conhecimento agroecológico e o acesso a mercados pelos pequenos produtores. Apresentou ainda uma proposta de reforma agrária, a qual defendia o limite do tamanho de propriedades de terra, a desapropriação enquanto instrumento “insubstituível” de justiça agrária, e apoiava o reconhecimento das terras das comunidades quilombolas e reservas extrativistas, a demarcação e proteção das terras indígenas e unidades de conservação e a implantação de sistemas sustentáveis de assentamentos.⁵⁹⁹

Como já ressaltai, o ENA fora realizado em um momento oportuno para pressionar os então candidatos à presidência da República a se comprometerem com pautas que já vinham sendo reivindicadas nas décadas anteriores, sem que fossem atendidas pelo poder público. Despontavam nas pesquisas o ex-ministro da saúde José Serra, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), apoiado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, e o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do PT (Partido dos Trabalhadores). O primeiro havia se destacado à frente do Ministério da Saúde no governo FHC, sobretudo por campanhas de combate à AIDS e ao tabagismo, mas carregava as duras críticas ao seu principal apoiador, o presidente FHC, cujo final de segundo mandato vinha sendo marcado por uma grave crise

⁵⁹⁸ Carta política. In: Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 195.

⁵⁹⁹ *Ibidem*, p. 195-198.

energética, inflação, desemprego e polêmicas envolvendo diversas privatizações de empresas públicas. Já o candidato Lula participava de sua quarta disputa eleitoral para a presidência. Diferente das outras disputas eleitorais, adotava uma postura mais conciliatória e menos “radical” no espectro político, congregando o apoio de distintos grupos sociais. O cenário de crise aliado à esperança de um governo que prometia se comprometer com pautas sociais negligenciadas pelas gestões anteriores, fez de Lula o vencedor daquela disputa eleitoral.

Por conta deste cenário, o ENA recebeu o agrônomo José Graziano da Silva, enquanto representante da Coligação “Lula Presidente”. Na ocasião, Graziano mencionou documentos do programa de governo de Lula, chamando atenção para o “Programa Fome Zero”, o qual, segundo ele, seria prioridade, pois acreditava-se que o direito à alimentação equivalia ao direito à vida e outros direitos do ser humano. O Fome Zero faria parte de um programa de segurança alimentar cujo compromisso era fazer com que, em um prazo de quatro anos, “nenhuma pessoa neste país deixe de ter pelo menos três refeições ao dia.”⁶⁰⁰ Sobre a carta do ENA, Graziano apontou grandes concordâncias entre a declaração final do encontro e o programa de governo de Lula, destacando: a importância da reforma agrária, de reordenação fundiária e de crédito fundiário; a importância da agricultura familiar na geração de empregos e produção de alimentos de qualidade; importância da preservação dos recursos naturais, preocupação com a biopirataria, desertificação, conservação das florestas e da água; agricultores familiares enquanto protagonistas e peças fundamentais e estratégicas para promoção do desenvolvimento rural sustentado e democrático.⁶⁰¹

Cristina Ribeiro conta que, a partir do ENA, houve uma maior mobilização dos grupos e dos movimentos envolvidos no debate agroecológico. Desde então, passaram a ser realizados encontros, reuniões e pesquisas para transformar o que instituições como a ABIO, no Rio de Janeiro, e a Rede Ecovida, no Sul do país, já vinham fazendo em um período anterior à lei, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento de parâmetros de confiabilidade em relação à produção de alimentos orgânicos. Segundo ela, a legislação aprovada em 2003, já durante o governo Lula (2002-2010), foi fruto de muito debate. Ribeiro conta, inclusive, que a ABIO esteve presente em todos os encontros que buscavam debater a futura legislação dos alimentos orgânicos. “Eu posso dizer que a legislação saiu bastante com a nossa cara. ABIO, a Rede Ecovida. Somos considerados a matriz dos sistemas participativos.”⁶⁰²

⁶⁰⁰ Síntese dos comentários de José Graziano da Silva sobre a carta política do ENA e do debate. In: Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003, p. 200.

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 200 e 201.

⁶⁰² Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, via aplicativo zoom, em 25 de janeiro de 2023.

Uma dos principais resultados do ENA foi a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que, de acordo com Paulo Petersen e Silvio Gomes de Almeida,

é definida como uma rede de redes, movimentos sociais e organizações da sociedade civil constituídas desde as escalas local/territorial até a esfera nacional com o objetivo de polarizar forças sociais orientadas para a transformação das realidades agrária, agrícola e alimentar no Brasil, segundo a perspectiva da agroecologia. (Petersen; Almeida, 2021: 131)

A ANA surgia como um espaço que objetivava convergir movimentos, redes e organizações da sociedade civil para a promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentável em diversas regiões do Brasil (Wezel, 2009: 507). Esta iniciativa foi responsável pela realização de mais três ENAs, realizados, respectivamente em Recife (PE), em 2006; Juazeiro (BA), 2014; Belo Horizonte (MG), 2018. Tais encontros seguiram sendo o principal meio de discussões e decisões de estratégias voltadas à agroecologia. Tal articulação veio cumprindo um papel de construção de unidade política intermediária de diálogos entre a esfera governamental e a sociedade civil. Exemplo disso foi a atuação da ANA em iniciativas e órgãos tais como a Comissão Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), iniciativas, cabe ressaltar, extintas durante a gestão do governo presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022).⁶⁰³

5.3. O governo Lula e a formulação de leis e políticas públicas para a agroecologia

A respeito do cenário agrícola, como visto, o governo FHC criou algumas iniciativas voltadas à agricultura familiar, como o Pronaf e o MDA, sem que, contudo, mudanças significativas tivessem sido promovidas para este setor agrícola. É a partir do governo Lula (2003-2010) que se consolida a legislação que regula a agricultura orgânica no Brasil, a qual vinha sendo construída desde a década de 1990. Neste contexto é que ocorre também a incorporação do conceito de agroecologia por políticas públicas promovidas pelo governo federal. Tal processo envolveu a participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Enquanto a atuação do primeiro estava relacionada, sobretudo, à necessidade encontrada pela pasta de acompanhar a formulação da legislação pela demanda de regulamentação da exportação de produtos orgânicos para a Europa, o segundo buscava fazer com que a nova legislação promovesse e beneficiasse a entrada da agricultura familiar no mercado de produtos orgânicos.

⁶⁰³ O que é a ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 29 de março de 2023.

Além disso, a formulação da legislação orgânica contou com a importante atuação de movimentos sociais envolvidos no debate agroecológico, que encontravam, àquele momento, um espaço de participação nos debates relacionados à normatização da agricultura orgânica (Schmitt *et. al*, 2017: 82-83).

Esse último grupo encontrava, portanto, um novo cenário político aberto ao diálogo e ao debate, embora a pauta agroecológica nunca tenha equivalido, em prioridade, ao agronegócio no que se refere a políticas públicas e incentivos governamentais. O uso de agrotóxicos seguia em larga escala no país, gerando polêmicas e a constatação constante de casos de intoxicações de trabalhadores rurais e o risco de doenças aos consumidores. A agricultura orgânica e agroecológica seguia como alternativa, ou melhor, como movimento de resistência no cenário agrícola estabelecido.

Interessante notar o posicionamento do então Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, acerca do panorama agrícola brasileiro no ano de 2005. Em matéria intitulada “Revolução Agrícola para a paz”, o ministro afirma ter a agricultura brasileira um papel importante para a promoção da paz. Ainda ressaltava que o agronegócio gerava renda e riqueza, conseqüentemente reduzindo a miséria e a violência. Àquele momento, o Ministério da Agricultura passava por uma reformulação estrutural, necessária, segundo ministro, pois tal estrutura estava parada:

nesses quase 40 anos de história brasileira, a agricultura viveu uma revolução ímpar, a revolução silenciosa, ditada por incorporação de tecnologias novas, por novas formas de gerência, pela agregação de valor, com o crescimento vigoroso da participação brasileira no mercado mundial de produtos agrícolas, e o Ministério não mudou.⁶⁰⁴

Sobre o papel da agricultura no desenvolvimento da paz, o ministro relembra que a única vez que a agricultura mundial ganhou um prêmio Nobel foi nos anos 1960, pelo agrônomo estadunidense Norman Borlaug, que recebeu o prêmio na categoria Paz pela Revolução Verde. Quando questionado pela repórter sobre a agricultura orgânica, aponta que nos países desenvolvidos essa modalidade agrícola já chegava a ocupar 20% do mercado. No Brasil, os orgânicos representavam cerca de 2% do total da agricultura, o que para o ministro era muito pouco:

Temos um mercado imenso para crescer. Para isso tomamos uma série de medidas desde 2004. Primeiro regulamentamos uma legislação sobre agricultura orgânica, moderníssima. Segundo, criamos a câmara setorial de

⁶⁰⁴ REVOLUÇÃO agrícola para a paz: entrevista Roberto Rodrigues, ministro da agricultura. *Jornal do Commercio*, 6 a 9 de fevereiro de 2005, p. 10.

produtos orgânicos e incorporamos todos os agentes que operam nessa área. Terceiro criamos uma divisão específica para cuidar da agricultura orgânica dentro de um departamento de sustentabilidade da agricultura. É uma visão moderna, de caráter sustentável para a agricultura. Essas ações chamaram a atenção do mundo todo, a tal ponto que a BioFach (maior feira mundial de produtores e agroindústria orgânica), que se realiza em Nuremberg, Alemanha, terá o Brasil como estudo de caso. Vamos levar para lá essa visão para a agricultura brasileira, que é importante para o pequeno produtor, porque gera um produto de valor agregado mais alto. São novas oportunidades de negócio e de renda porque o mercado é ávido por esse tipo de produto.⁶⁰⁵

Outro ponto que merece destaque na entrevista com o ministro foi quando a repórter o indaga sobre as mudanças na diretoria da Embrapa, feitas por ele, apontando que havia quem dissesse que a diretoria anterior só enfocava a agricultura familiar. Rodrigues aponta que a pergunta lhe daria a chance de esclarecer a questão:

Isso é bobagem, um falso dilema. Em primeiro lugar, a agricultura é uma só. O agronegócio é um só. O agronegócio é o conjunto das cadeias produtivas, cuja coluna dorsal é a agricultura. E a agricultura começa com o pesquisador científico. Depois passa pelo produtor rural, pelo trabalhador rural, pelos insumos agrícolas, depois passa pelos serviços (seguros, créditos), pela produção propriamente dita, depois pela colheita, armazenagem, industrialização, embalagem e distribuição. Quer dizer, uma cadeia produtiva começa na pesquisa e acaba na gôndola de supermercado. A soma das cadeias produtivas é o agronegócio. Portanto, todos os agricultores, pequenos, médios, grandes, familiares, empresários, o que for, fazem parte do agronegócio.

Todos os trabalhadores rurais e empresas que produzem ou industrializam produtos agrícolas fazem parte. Serviço, banco na área agrícola, também faz parte. Então essa divisão que produtor familiar é uma coisa e o empresarial, outra, é tola e completamente antiga. Óbvio que diferentes estratos de tamanho de produtores usam diferentes tecnologias e demandas. Por isso devem ter políticas diferentes, mas a agricultura é uma só, o agronegócio é um só. Assim, o Brasil tem o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que cuida do setor porque precisa de políticas específicas. Mas é uma estupidez colocar uma contra a outra, quando ambas são complementares e se somam e fazem parte do mesmo complexo.⁶⁰⁶

Alguns pontos são interessantes nas falas do ministro. Ao igualar a agricultura familiar à agroindústria latifundiária, ressaltando similaridades nas etapas dos processos produtivos, o ministro ignorava as grandes diferenças nestes processos, assim como parecia desconhecer princípios agroecológicos de produção, seja pelo acesso a pesquisas e serviços, os processos de armazenagem e industrialização (na maioria das vezes inexistentes em se tratando de agricultura familiar). Ao se referir às “gôndolas de supermercado” como destino final dos dois tipos de produção, o ministro não atentava para os diversos mecanismos de venda direta e de comércio

⁶⁰⁵REVOLUÇÃO agrícola para a paz: entrevista Roberto Rodrigues, ministro da agricultura. *Jornal do Commercio*, 6 a 9 de fevereiro de 2005, p. 10.

⁶⁰⁶ *Ibidem*.

justo e mais barato, sem intermediários, como as feiras, presentes na realidade de grande parte dos agricultores familiares. Igualar os dois modelos agrícolas, ignorando uma discussão que, como vimos, existia desde pelo menos a década de 1990, sobre a dualidade existente entre agricultura familiar *versus* agronegócio, significava que o ministro estava excluindo as singularidades e necessidades próprias da agricultura familiar, bem como desacreditando um movimento social coeso e cada vez mais robusto, que vinha se consolidando nas décadas anteriores. Neste sentido, podemos supor, portanto, que, na visão do ministro, que sugeria ser uma “estupidez” colocar “uma contra a outra”, o entendimento da pasta em relação à agricultura orgânica era que esta era um mero nicho potencial dentro do agronegócio e uma pontual “oportunidade para o pequeno produtor”, no contexto de crescimento de um “ávido” mercado.

Ainda considerando o que falava o ministro da agricultura do governo Lula, contribuem para a discussão Schmitt et al, que apontam que, ao longo dos anos 2000, se aprofundava um pacto social em torno de políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, para os autores, tal pacto nunca se concretizou efetivamente: os avanços observados foram fruto de um “ininterrupto” processo de lutas sociais, com grande protagonismo dos movimentos sociais atuando em diferentes níveis da administração pública. Tais movimentos encontrariam um contexto de “permeabilidade e colaboração” quando seus participantes, com trajetórias ligadas aos movimentos sociais e redes agroecológicas, passaram a ocupar cargos públicos:

Muchos gestores que pasaron a actuar en espacios de decisión, principalmente en el caso de los llamados cargos comisionados, poseían una trayectoria ligada a organizaciones no gubernamentales, a los movimientos sociales y a las redes de agroecología. En la esfera gubernamental, se empeñaron en movilizar recursos buscando innovar en la construcción de políticas públicas, avanzando en áreas donde había legitimidad social y brechas institucionales, pero sin conseguir crear fisuras más profundas en el aparato normativo del Estado a punto de revertir la condición subalterna de los actores vinculados a la agricultura familiar. (Schmitt *et. al*, 2017: 86).

Os autores apontam ainda a posição de destaque alcançada pela agricultura empresarial e o setor agroindustrial em sentido amplo, intimamente relacionada à política macroeconômica, favorecida por um ciclo internacional de alta de preços das chamadas *commodities*, levando o Brasil à vice-liderança na produção global de produtos agrícolas, o que estava vinculado ao grande consumo de insumos agrícolas. Neste cenário, mesmo com a constatação da agricultura familiar como uma categoria que necessitava de políticas públicas específicas, a agropecuária industrial jamais deixou de ter acesso privilegiado a subsídios e incentivos especiais. Além

disso, representantes do setor agroindustrial seguiram ocupando cargos políticos, exercendo pressão perante os poderes legislativo, executivo e judicial a fim de consolidar os objetivos do seu grupo socioprofissional. Nesse cenário cresciam dilemas referentes às dualidades existentes entre os dois modelos agrícolas. A agricultura familiar conquistava cada vez mais visibilidade e legitimidade, o que permitia o acesso a investimentos públicos e a ampliação das críticas sobre os efeitos produzidos pelo agronegócio, que reagia através de suas organizações representativas. Tal panorama refletia nas disputas internas entre o MDA e o MAPA (Schmitt *et. al*, 2017: 86-88).

5.4. Uma legislação construída por diferentes atores e interesses

Como visto anteriormente, a construção de um referencial legal voltada à agricultura orgânica vinha sendo construída e reivindicada por diferentes atores desde pelo menos a década de 1990. Em se tratando do poder público, por diversas vezes, a necessidade de regulamentação da prática foi vinculada à crescente demanda internacional por esses produtos e o Brasil despontava como um potencial produtor, embora a realidade produtiva ainda estivesse bem distante do que era necessário e esperado na virada da década de 1990 para 2000. Por outro lado, atores mobilizados com a causa agroecológica buscavam meios social e ambientalmente democráticos e seguros, para garantir legitimidade a um setor agrícola que mostrava ser promissor e coerente com ideias que defendiam práticas sustentáveis de produção. A IN 007, a partir de 1999, passou a instruir a produção e venda de alimentos orgânicos. No entanto, ainda se fazia necessária uma legislação propriamente dita, regulamentada e que englobasse todas as etapas produtivas, métodos de fiscalização e controle, elementos vinculados ao comércio etc.

ALIMENTOS ORGÂNICOS

Lei define novas regras

Já estão prontas as novas regras e diretrizes básicas para os produtos orgânicos, em todo o Brasil, de acordo com o Projeto de Lei 659/99, aprovado pelo Congresso Nacional. A lei, que será sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos próximos dias, define o que é produção orgânica e deve acabar com a confusão de conceitos, rótulos e marcas. O sistema orgânico de produção agropecuária e industrial envolve os denominados produtos ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos e agroecológicos.

Embora não exista um levantamento definitivo, estima-se que a produção orgânica

no Brasil movimenta entre US\$ 90 milhões e US\$ 150 milhões por ano.

– A produção de hortaliças envolve o maior número de pessoas, mas o açúcar, o café e a soja movimentam mais dinheiro – explica Rogério Dias, coordenador do Colegiado Nacional da Produção Orgânica da Secretaria de Defesa Agropecuária.

A nova lei estabelece responsabilidades dentro do sistema. Os produtos orgânicos deverão ter a certificação de um organismo reconhecido oficialmente. A qualidade terá de ser garantida em conjunto por produtores, distribuidores, comerciantes e certificadores.

Matéria informando sobre a proximidade da publicação da legislação de alimentos orgânicos. *Jornal do Commercio*, 04 de dezembro de 2003, p. 11.

Pode-se dizer que a legislação da agricultura orgânica foi construída reunindo distintos interesses. Ela foi estabelecida de maneira democrática e refletiu um diálogo que se estruturou frente a diversas vozes e demandas. Englobou membros do Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, universidades, institutos de pesquisa, ONGs, associações e cooperativas que já se dedicavam aos mecanismos de certificação. Finalmente em 23 de dezembro de 2003 foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a Agricultura Orgânica e dá outras providências. A lei considerou um sistema orgânico de produção agropecuária:

todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável,

empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.⁶⁰⁷

Dentre as finalidades de um sistema orgânico de produção estavam a oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminações intencionais; a preservação da diversidade biológica de ecossistemas naturais; a promoção do uso saudável do solo, da água, do ar; a reciclagem de resíduos de origem orgânica; a integração de diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos. O conceito de sistema orgânico passou a englobar as chamadas agriculturas alternativas, sendo elas: a agricultura ecológica, a agricultura biodinâmica, a agricultura natural, a agricultura regenerativa, a agricultura biológica, a agricultura agroecológica, a permacultura e outros sistemas que abrangessem os princípios estabelecidos pela lei. Foi estabelecido ainda que, para sua comercialização, todos os produtos orgânicos deveriam ser certificados por organismos reconhecidos oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulação posterior. Em casos de comercialização direta aos consumidores, no que diz respeito à produção familiar, inserida em processos próprios de organização e controle social, estava garantida a certificação facultativa, desde que cadastrados previamente junto ao órgão fiscalizador.

A lei trouxe ainda, em seu artigo 11, a afirmação de que o poder executivo a regulamentaria, definindo normas técnicas para a produção orgânica e toda a sua estruturação de gestão, nos âmbitos federal e estadual. Tal regulamentação deveria englobar a participação de representantes do setor agropecuário, bem como da sociedade civil, todos reconhecidamente envolvidos em alguma etapa da produção orgânica. A legislação incorporou quase que integralmente o texto proposto originalmente pelo Projeto de Lei nº 659, de 1999. O único veto em relação ao Projeto foi o art. 12:

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 659, de 1999 (nº 14/02 no Senado Federal), que "Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências".

⁶⁰⁷ BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou-se quanto ao seguinte dispositivo:

"Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação."

Razões do veto

"O dispositivo ofende o princípio da independência dos Poderes da República previsto no art. 2º da Constituição. O Poder Legislativo não poderia, portanto, determinar prazo para que o Poder Executivo cumpra prerrogativa sua (no caso, a regulamentação de leis, prevista no art. 84, IV, da Constituição)."

Esta, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.⁶⁰⁸

A regulamentação da Lei número 10.831 foi aprovada pelo Ministério da Agricultura em setembro de 2005 e encaminhada à consulta pública, quando poderia receber sugestões por um prazo de 60 dias.⁶⁰⁹ A regulamentação saiu de fato somente por meio do Decreto nº 6.323/2007, de 27 de dezembro de 2007. Tanto esta regulamentação como posteriores normas complementares foram construídas de forma participativa, com envolvimento de grande parte do movimento agroecológico e diversas representações da sociedade civil, juntamente de técnicos, pesquisadores, extensionistas e consumidores.⁶¹⁰ A partir do regulamento, passou a caber ao MAPA, de forma isolada ou em conjunto com outros ministérios, estabelecer normas técnicas para a produção do produto orgânico. Os organismos de certificação passariam por um processo de acreditação, realizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), como parte inicial para adquirir credenciamento enquanto organismo de avaliação da conformidade orgânica. Posteriormente, passariam por auditoria de credenciamento, quando uma equipe de auditores avaliaria a entidade candidata ao credenciamento, para verificar se esta cumpre os requisitos da regulamentação oficial. Após o cumprimento destas etapas, o organismo de avaliação da conformidade orgânica, já credenciado, estaria apto a conceder garantias por escrito de que uma determinada produção foi avaliada e está em conformidade com as normas de produção orgânica, sendo garantida, assim, a certificação orgânica.⁶¹¹ Destaque deve ser dado também à Instrução Normativa nº 19, de 28

⁶⁰⁸ *Ibidem*.

⁶⁰⁹ AHMED, Aziz. Ligado na Lei. *Jornal do Commercio*, 7 de setembro de 2005, p. 4.

⁶¹⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. *Legislação- orgânicos*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos>. Acesso em 23 de março de 2023.

⁶¹¹ BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

de maio de 2009, a qual aprovou mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Tais instrumentos passariam a ser seguidos pelos produtores, transportadores, comercializadores ou armazenadores de produtos orgânicos ou aqueles que fossem responsáveis pela avaliação da conformidade orgânica. A referida IN trouxe normas importantes, tais como a instituição de um Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, uma base de dados alimentada e atualizada pelo MAPA, contendo informações de todos os agricultores orgânicos certificados. Criou ainda o Certificado de Conformidade Orgânica, um documento emitido pelos organismos de avaliação com atesto de produtores e estabelecimentos que atendem às normas da legislação orgânica; mecanismo de controle social, um processo de interação entre pessoas ou organizações, baseado no comprometimento e confiança das pessoas envolvidas em um processo de geração de credibilidade. O documento também traz a implementação dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC), referente às instituições que avaliam e atestam que produtos e produtores atendem à legislação. Os OACs poderiam promover certificação por auditoria, promovida por técnicos, ou por grupo de produtores, por meio da adesão de pequenos agricultores familiares a um Sistema Participativo de Garantia (SPG). Neste segundo caso, a organização que assume a responsabilidade pelo conjunto de atividades desenvolvidas pelo SPG é um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC).⁶¹²

Schmitt *et. al.* apontam que foi fundamental o apoio concedido pelo MDA a todo o processo que envolveu a regulamentação da agricultura orgânica, o que muito contribuiu para viabilizar a participação de distintas organizações ligadas à agricultura familiar:

El diálogo establecido entre organizaciones vinculadas al universo de la agricultura orgánica y organizaciones inmersas en las redes de agroecología, con actuación en la esfera de la comercialización, también contribuyó a crear un ambiente más favorable a la futura construcción de una política nacional capaz de involucrar, en un mismo ámbito, tanto la agroecología como la producción orgánica. (Schmitt *et al.*, 2017: 86).

Além da regulamentação da produção orgânica, outros incentivos ao longo do governo Lula se mostraram de grande relevância para o impulsionamento da agroecologia no país. O Pronaf, por exemplo, teve um significativo aumento de recursos a partir de 2003, expandindo sua atuação e tendo a incorporação de linhas específicas que visavam a promoção da agroecologia e da agricultura orgânica. É o caso do programa Pronaf Agroecologia (2005-2006)

⁶¹² BRASIL. Instrução normativa nº 19, de 28 de maio de 2009. Aprovar os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2009.

(Schmitt *et al*, 2017: 99) por meio do qual seriam beneficiados, com linhas de crédito, produtores agroecológicos certificados sob normas do MAPA e aqueles com projetos apresentados em transição para a agroecologia.⁶¹³

No entanto, apesar de sua importância, tais programas tiveram a adesão de um número reduzido de agricultores familiares, além de terem sido pouco incentivados pela Assistência Técnica e Extensionismo Rural (ATER) e bancos públicos. Assim como no período do governo FHC, críticas em torno do Pronaf continuavam apontando as limitações do programa em incorporar os agricultores familiares mais pobres, além de concentrar a maior parte de seus recursos na região sul do país. Grande parte do orçamento do Pronaf seguiu sendo direcionado, seja no governo FHC, Lula e Dilma Rousseff (2011-2016), a financiar as tradicionais *commodities*, produzidas de maneira convencional (Schmitt *et al*, 2017: 98-99).

Entretanto, é importante ressaltar que, apesar das contradições envolvidas, sobretudo aquelas que envolvem a dualidade agricultura familiar *versus* agronegócio, é inegável que, de maneira inédita, movimentos sociais, do campo e da cidade, tiveram suas vozes ouvidas e respeitadas, tendo sido o debate agroecológico incorporado em políticas públicas de maneira democrática. Todo este processo foi importante, portanto, para o fortalecimento da agricultura familiar e orgânica e acabou culminando na criação, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), oficializada no ano seguinte pelo I Plano Nacional de Agroecologia.

5.5- Um panorama da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro

Pensando na realidade do estado do Rio de Janeiro, como visto no capítulo anterior, iniciativas institucionais conjuntas movimentavam, ainda que em pequena escala, o movimento em prol da difusão da agricultura orgânica. Aos poucos, cresciam os agricultores interessados na prática. No entanto, a pouca quantidade de espaços, públicos e privados, para a venda desses alimentos, acabava por ser um empecilho para o crescimento da produção de orgânicos naquele momento. Por outro lado, a agricultura orgânica ainda não era uma prática agrícola conhecida pelas grandes massas, o que gerava muitos entraves para um potencial crescimento. Matéria do *Jornal do Brasil* de 23 de abril de 2000, explora bem o panorama da agricultura orgânica fluminense àquele período. No texto são apontados os locais de venda dos alimentos orgânicos, bem como funcionavam os mecanismos de fiscalização, além de um panorama da agricultura orgânica mundial. “Alimentos cultivados sem aditivos químicos já têm freguesia certa e são

⁶¹³ NOVAS linhas de crédito. *Manchete*, setembro de 2004, p. 56 e 57.

encontrados até em supermercados”, iniciava o texto, trazendo também depoimentos de consumidores desta modalidade agrícola: “É uma filosofia de vida. Hábitos saudáveis também passam por conhecer a procedência e a qualidade daquilo que a gente come. Nosso corpo não é uma lixeira.”, acrescentou Débora Faride, analista de sistemas. Já a atriz Lavínia Vlazak, apontava:

Você é o que você come. Pele, cabelo e as unhas ficam mais bonitos se o alimento é puro. É inevitável não pensar que os agrotóxicos, usados para matar os bichinhos na plantação, vão terminar matando um bichão como eu”⁶¹⁴.

Sobre a disponibilidade dos produtos orgânicos, a matéria traz a dificuldade para os adeptos encontrarem esses alimentos:

Mas a vida dos maníacos por orgânicos não é nada fácil. Principalmente porque esse tipo de alimento não é encontrado em todos os lugares. A vendedora Andrea Formeton é habitué de uma das poucas feiras só de produtos orgânicos no Rio, a da Glória, aos sábados. “Acordo cedo com o maior prazer. Penso não só na saúde, mas também no paladar. As frutas orgânicas são muito mais saborosas, apesar de os orgânicos serem menores e mais caros.”

Verdade. Um quilo de cebola orgânica custa em média R\$1,50, enquanto a plantada de forma convencional sai até por R\$0,50. “Com o tempo, os preços tendem a ficar equivalentes”, afirma Mônica Bicudo, agricultora e presidente da Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro.⁶¹⁵

Os principais pontos de venda dos agricultores orgânicos no estado do Rio de Janeiro seguiam sendo a Feira Orgânica da Glória, a Coonatura, a Ceasa (por atacado), que havia aberto um entreposto de produtos orgânicos e também a já citada feira inaugurada na Alameda São Boaventura, em Niterói, realizada às terças feiras das 8h às 12h.⁶¹⁶ Em setembro de 1999, o número de associados da ABIO era de 100, em abril de 2000, era de 120. O jornal afirmava ainda que a procura pelos alimentos orgânicos crescia, o que levou os supermercados a se interessarem e virarem “fregueses” da ABIO. “O Zona Sul e o Extra foram pioneiros na cidade. Estamos negociando com duas novas redes. Ou seja, com o aumento da demanda, o preço tende a diminuir.”⁶¹⁷

A confiabilidade em relação à certificação da ABIO também é abordada:

Mas, como não há diferença visual entre os dois produtos [orgânico e convencional] as nutricionistas recomendam cuidado na hora da compra. “Só

⁶¹⁴COMIDA orgânica. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 2000, p. 1.

⁶¹⁵ *Ibidem*.

⁶¹⁶ ALIMENTOS orgânicos no Fonseca. *O Fluminense*, 29 de setembro de 1999, p. 5.

⁶¹⁷ COMIDA orgânica. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 2000, p. 1.

compre produtos que tenham selo de garantia”. Por essas e outras, o administrador Ricardo Quintas vai direto à fonte: só compra nas feiras organizadas pela ABIO. “Me sinto mais seguro, porque nesses lugares falo diretamente com o agricultor”.⁶¹⁸



O cliente Ricardo Quintas na Feira Orgânica da Glória consumindo produtos orgânicos. Fonte: INGBER, Ismar. Comida orgânica. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 2000, p. 1

⁶¹⁸ COMIDA orgânica. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 2000, p. 1.

VIDA

estudo com 10

Comida orgânica

Alimentos cultivados sem aditivos químicos já têm freguesia certa e são encontrados até em supermercados

CLÁUDIA BONDIA

Uma refeição saudável deve incluir salada, carnes magras e frutas. Tudo isso continua sobre a mesa. Mas de forma ainda mais natural. Para uma parte crescente dos carnes, hoje não basta ser light. Tem que ser orgânico: tendozas e legumes, plantados, sem agrotóxicos, aditivos químicos ou aditivos sintéticos. Corpo não em nome de saúde.

A partir da base de produtos pra lá de naturais — e todos eles carnes de animais criados sem remédios, agrotóxicos e hormônios — que já faz a cabeça de consumidores e atenciosos há quase uma década, chegou ao Rio para ficar. Para os adeptos, a comida orgânica é muito mais do que um termo modismo. É uma filosofia de vida. Hábitos saudáveis também passam por escolher a produtividade e qualidade daquilo que a gente come. Nossa preocupação é com saúde, e não apenas a saúde de nossos filhos, escreve a autora de receitas Débora Fátima.

Débora faz questão de explicar sua ideia. Há quatro anos sua família se consome produtos orgânicos. "Tudo é

com o selo da ABIO. Um selo que ela tem a maioria dentro e fora de casa. Adria na frequência o restaurante Fontes, em Itaipava, que assim como o Cleon, no Leblon, trabalha com produtos orgânicos. "Meus clientes não se preocupam com preço, mas com a qualidade daquilo que comem", diz Maria Luiza Pinheiro Santos, dona do Fontes. Ela ainda mantém um mercadinho ao lado do restaurante, onde toda as frutas, legumes orgânicos e uma variedade de comida orgânica.

Além Luiza Klask e frequência. Ela compra verduras, legumes, frutas, carnes e legumes orgânicos. "Vai e aquilo que come. Pêlo cabelo e as unhas ficam mais bonitas se o alimento é puro. É impossível não pensar que os agrotóxicos usados para matar os bichinhos na plantação vão terminar matando um bichinho como eu", brinca.

Há mesmo prêmios de inovação. Praticamente se, de acordo com Maria Malvesta, professora do Departamento de Nutrição Experimental da UERJ, vai buscar uma fiscalização eficiente das plantações feitas com aditivos que



"Os preços um pouco mais altos não me assustam. É só comprar produtos que tenham o selo de garantia." Adriana Salgueiro



"Se os agrotóxicos são usados para matar os bichinhos na plantação, o que não vão fazer com um bichinho como eu?" Lorenna Viana

Capa do *Jornal do Brasil*, de 23 de abril de 2000, abordando o panorama da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro.

Refletindo ainda sobre os fatores que limitavam a expansão da agricultura orgânica, podemos citar o preço desses alimentos. Desde o início da difusão da agricultura orgânica, esta modalidade passou a apresentar preços mais altos em relação aos produtos convencionais, o que acabou dando a “fama” de caros a esses alimentos. No entanto, por outro lado, para muitos agricultores, esse acabou sendo um importante ponto motivador para o processo de conversão da agricultura convencional para a agricultura orgânica. No Rio de Janeiro, era a Ceasa (como exposto no capítulo 3) o principal meio de escoamento da produção convencional. Muitos agricultores acabavam “reféns” da atuação de atravessadores que pagavam pela produção destes trabalhadores do campo, valores de acordo com a variação do mercado. Já na agricultura orgânica, o preço mais valorizado da produção, acompanhado de uma variação praticamente inexistente, certamente foi um grande atrativo para muitos agricultores, além dos fatores relacionados à saúde e ao meio ambiente. Em informativo da ABIO distribuído a consumidores de alimentos orgânicos, a associação traz justificativas para o preço dos alimentos orgânicos. Em texto cujo título era “Por que os alimentos orgânicos são mais caros?”, é exposto que algumas condições seriam responsáveis para que o produto orgânico chegasse ao consumidor com um preço mais elevado em relação ao produto convencional. Dentre elas, estariam: a transição para o sistema orgânico de produção, que implicava, quase sempre, perdas iniciais de produtividade e até mesmo de lavouras inteiras; os circuitos tradicionais de comercialização não estariam adaptados aos alimentos orgânicos, havendo a necessidade de criação de circuitos

próprios; apesar de a certificação pela ABIO “ser a mais barata no Brasil”, um valor acabaria sendo acrescentado ao produto. No documento ainda é exposto que a ABIO buscava constantemente aproximar cada vez mais o preço do produto orgânico do produto convencional, “pois acredita que o alimento de qualidade é direito de todos”. Tal feito se daria através:

- do aumento do conhecimento tecnológico (pesquisas), para produzir organicamente com mais eficiência;
- da expansão do consumo, para que se obtenha escala na comercialização e na distribuição; de maior eficiência operacional na comercialização “pelo estímulo à cooperação e ao associativismo;
- o consumidor deve levar em conta que pagar um pouco mais caro pelo alimento orgânico resulta em economia de gastos com a saúde. E que adquirir alimentos orgânicos é sua contribuição à preservação do meio ambiente e ao fortalecimento da agricultura familiar.⁶¹⁹

Sobre a ABIO, importante mais uma vez mencionar sua relevância neste contexto histórico. Em meados dos anos 2000, a ABIO já congregava centenas de produtores e estava organizada em 10 núcleos de produção⁶²⁰ no estado, eram eles: Brejal, Petrópolis, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Nova Friburgo, Paty do Alferes, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, Seropédica e Teresópolis. Após a concretização da Instrução Normativa nº 007 do Ministério da Agricultura, em 1999, primeiro mecanismo legal de instrução da prática orgânica, no Estado do Rio de Janeiro, foi a ABIO quem seguiu cumprindo o papel de certificadora dos alimentos orgânicos.

É lei. Todo produto, para conter em seu rótulo o termo orgânico, deve ser certificado por entidade credenciada pelo Ministério da Agricultura – (Instrução Normativa nº 007 do MA). No estado do Rio, a instituição habilitada para isso é a Associação dos Agricultores Biológicos (ABIO). “Nossos certificados são dados a partir de visitas periódicas aos sítios e fazendas, realizadas por agrônomos, técnicos em agropecuária, zootecnistas e veterinários”, explica Cristina Ribeiro, secretária executiva da ABIO. A associação também abaliza empresas distribuidoras de produtos orgânicos que comercializam a produção de agricultores credenciados, como o Sítio do Moinho, a Agrinatura, a Coonatura e a Horta Orgânica, que trabalham com vendas no atacado e no varejo.⁶²¹

⁶¹⁹ Agricultura orgânica: resposta a algumas perguntas. Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Panfleto informativo. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto, ano 2002.

⁶²⁰ Segundo o regimento interno da Abio no período, os sócios da associação poderiam se organizar em núcleos locais, municipais ou regionais, de acordo com a proximidade física das unidades produtivas de seus membros. O número de cada núcleo era ilimitado em relação ao máximo, não podendo ser inferior a cinco membros. O objetivo era facilitar a operacionalização das ações da Abio, em nível local, municipal ou regional, sobretudo no que diz respeito à comercialização dos produtos, distribuição de insumos e capacitação de produtores. Fonte: Estatuto, regimento interno e normas técnicas para a certificação de produtos orgânicos. Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, versão 2002, p. 4.

⁶²¹ BOM para a saúde e para a natureza. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 2000, p. 2.

No mesmo panfleto já citado acima, distribuído aos consumidores pela ABIO, a associação aponta que “certificar” significava inspecionar semestralmente, ou sempre que fosse necessário. Além disso, fazia parte do processo submeter produtos a análises laboratoriais quando existisse alguma dúvida sobre sua qualidade, além de punir e eliminar de seu escopo de sócios os “fraudadores”. No entanto, para a associação, muito mais do que estes pontos, certificar seria manter uma rede de compromissos que incluía, também, os consumidores. Além dos procedimentos formais, exigidos pela norma em vigor, a ABIO buscava “a revitalização de valores como a confiança, a cooperação, o respeito humano, a responsabilidade social.”⁶²²

Por iniciativa da ABIO, em setembro de 2000 foi realizado, na cidade de Nova Friburgo, o I Seminário de Revisão das Normas Técnicas de Certificação da Produção, que contou com o apoio da Rede Agroecologia-Rio e do Sebrae-Rio. O objetivo do seminário era aprofundar o conteúdo das normas e a sua adaptação à legislação brasileira (IN 007) e aos padrões internacionais. O evento contou com cerca de 50 pessoas entre sócios-agricultores, técnicos da ABIO, consumidores e representantes de instituições de pesquisa, ensino e assistência técnica. Os trabalhos iniciados por ocasião do seminário tiveram continuidade nos meses que se seguiram, através de reuniões em grupos responsáveis por cada tema. Em documento interno da ABIO do ano de 2002, foi exposto que a necessidade permanente de atualização das normas e procedimentos a serem adotados pela instituição indicava a necessidade de tais grupos se reunirem constantemente. Além disso, foi ressaltada a necessidade do estreitamento das parcerias entre a ABIO e as instituições, governamentais ou não, envolvidas no movimento orgânico. O documento reforçou ainda a importância da associação estar em permanente contato com outras certificadoras do Brasil, buscando a “convivência” de sistemas de certificação diversos, “mas fundamentados, todos, em sólidos princípios comuns”.⁶²³ A versão das normas seguidas pela ABIO, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2000, foi baseada nos seguintes documentos referenciais: Associação de Agricultura Orgânica- Manual de Certificação- Normas de produção, regulamento, 2ª versão, maio de 2000; Instituto Biodinâmico – Diretrizes para o padrão de qualidade orgânica, 9ª edição, 2000; Ministério da Agricultura e do Abastecimento – Instrução Normativa nº 007, de 17 de maio de 1999; FAO – *Codex Alimentarius*.⁶²⁴ A ABIO, através de seu regimento interno, apontou que tal versão representava um “salto” de qualidade no processo de certificação

⁶²² Agricultura orgânica: resposta à algumas perguntas. Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Panfleto informativo. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto, ano 2002.

⁶²³ Estatuto, regimento interno e normas técnicas para a certificação de produtos orgânicos. Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, versão 2002, p. 11.

⁶²⁴ *Ibidem*, p. 12.

conduzido pela associação, resultando de uma discussão construída de forma sistêmica em relação aos meios acadêmicos e científicos, através da Rede Agroecologia, além da efetiva incorporação do ponto de vista dos agricultores, resultado da organização em núcleos da ABIO.⁶²⁵



Selo de certificação concedido pela Abio. Fonte: Agricultura orgânica: resposta a algumas perguntas. Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Panfleto informativo, ano 2002.

A ABIO, enquanto uma associação de produtores pioneira no estado e de grande relevância no cenário nacional, participou ativamente dos debates que antecederam e regulamentaram a agricultura orgânica. Muito do que já era praticado pela associação, inclusive, foi incorporado aos mecanismos legais pós 2003. Ao longo do I ENA, realizado na UERJ, em 2002, criou, em parceria com a Rede Ecovida, o Grupo de Agricultura Orgânica, o qual passou a congregiar atores e entidades que construíram instrumentos consideráveis da legislação brasileira de orgânicos. A associação também se mobilizou para incluir na legislação os sistemas participativos de garantia.⁶²⁶

Logo após a legislação de 2003, a ABIO foi creditada pelo INMETRO como organismo de certificação até o ano de 2010, quando, através da Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio

⁶²⁵ Estatuto, regimento interno e normas técnicas para a certificação de produtos orgânicos. Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, versão 2002, p. 11.

⁶²⁶ SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de; FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; ALMEIDA, Lucia Helena Maria de; RIBEIRO, Cristina de Brito; ASSIS, Renato Linhares de. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: Construção participativa de novas estratégias para a oferta de produtos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos de Agroecologia - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia*, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020, p. 3.

de 2009, passou a atuar exclusivamente como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), certificando agricultores e produtores através do Sistema Participativo de Garantia (SPG).

5.6- Políticas públicas para a agricultura orgânica fluminense

Em relação ao poder público, as poucas iniciativas em prol da difusão da agroecologia iam surgindo. O então deputado estadual Carlos Minc foi autor do projeto de lei estadual 3199/2002, que se transformou na lei 4427 de 21 de outubro de 2004, sancionada pela governadora Rosinha Garotinho, que incentivava a agricultura orgânica, regulamentava o artigo 254, inciso IV da Constituição do Estado do Rio de Janeiro⁶²⁷, e dava outras providências. A referida lei trazia os seguintes artigos:

Art. 1º - Para efeito do que dispõe o inciso IV do artigo 254 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, os órgãos de fomento, com o objetivo de reduzir e/ou evitar o emprego de produtos químicos na agricultura, deverão disponibilizar para comercialização e uso, produtos e/ou métodos alternativos de melhoria da fertilidade do solo e de controle de pragas, tais como o uso de agentes biológicos, biofertilizantes líquidos, caldas, extratos de plantas, óleos, feromônios, entre outros.

§ 1º - Estes produtos e métodos alternativos de melhoria da fertilidade de solo e de controle de pragas deverão ser certificados pela Pesagro e/ou Embrapa.

§ 2º - Os produtos e métodos de que fala o “caput” deste artigo são aqueles que não usam ou não possuem em sua composição os princípios ativos tóxicos da agricultura química, que são sujeitos à legislação nacional de agrotóxicos e ao registro no Ministério da Agricultura.

Art. 2º - A divulgação e disponibilização, para agricultores, cooperativas e assentamentos, de produtos e/ou procedimentos alternativos e biológicos de melhoria da fertilidade do solo e de controle de pragas se dará também com acompanhamento técnico, trabalho de extensão, monitoramento dos

⁶²⁷ O referido artigo dizia respeito à “política agrícola implementada pelo Estado que daria prioridade à pequena produção e ao abastecimento alimentar através de sistema de comercialização direta entre produtores e consumidores, competindo ao Poder Público: I - garantir a prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural gratuitas, a benefício dos pequenos e médios produtores, aos trabalhadores rurais, suas famílias e suas organizações; II - incentivar e manter pesquisa agropecuária que garanta o desenvolvimento do setor de produção de alimentos, com progresso tecnológico voltado aos pequenos e médios produtores, às características regionais e aos ecossistemas; III - planejar e implementar a política de desenvolvimento agrícola compatível com a política agrária e com a preservação do meio ambiente e conservação do solo, estimulando os sistemas de produção integrados, a policultura, a agricultura orgânica e a integração entre agricultura, pecuária e aquíicultura; IV - fiscalizar e controlar o armazenamento, o abastecimento de produtos agropecuários e a comercialização de insumos agrícolas em todo o território do Estado, estimulando a adubação orgânica e o controle integrado das pragas e doenças; V - desenvolver programas de irrigação e drenagem, eletrificação rural, produção e distribuição de mudas e sementes, de reflorestamento, bem como de aprimoramento de rebanhos; VI - instituir programa de ensino agrícola associado ao ensino não formal e à educação para preservação do meio ambiente; VII - utilizar seus equipamentos, mediante convênio com cooperativas agrícolas ou entidades similares, para o desenvolvimento das atividades agrícolas dos pequenos produtores e dos trabalhadores rurais; VIII - estabelecer convênios com os municípios para conservação permanente das estradas vicinais.” Cf.: RIO DE JANEIRO. *Constituição Estadual do Rio de Janeiro*, 1988, p. 122.

resultados e projeto de educação ambiental voltado para agricultores e suas famílias.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 2004.⁶²⁸

Segundo Carlos Minc, centenas de famílias sobreviviam exclusivamente do cultivo orgânico no Estado. Nesse sentido, o projeto beneficiaria produtores com apoio tecnológico e de crédito, além de aumentar a fiscalização do selo verde, que garantia a procedência do produto.⁶²⁹ Interessante notar, na referida lei, a credibilidade dada à Pesagro e à Embrapa enquanto entidades habilitadas a certificarem produtos e métodos alternativos de melhoria da fertilidade do solo e controle de pragas. Como visto, estas instituições vinham, desde pelo menos a década de 1990, se destacando na promoção de métodos alternativos de produção, tendo grande relevância na profusão da agricultura orgânica fluminense.

O governo do estado fluminense, sobretudo na gestão da governadora Rosinha Garotinho e do secretário de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, Christino Áureo, seguiu promovendo outras iniciativas voltadas à promoção da agricultura familiar e orgânica. A agrônoma Lucia Helena de Almeida, pesquisadora da Pesagro à época, ressalta que tais iniciativas foram concretizadas graças às pressões exercidas por profissionais que fizeram parte do movimento de agricultura alternativa ao longo da década de 1980 e àquele momento ocupavam espaço em instituições de pesquisa e extensão rural, caso da Emater e Pesagro.⁶³⁰

Exemplo foi a implementação do Projeto Frutificar, em parceria do Governo do Estado com a Emater e a Pesagro. O projeto buscava incentivar a fruticultura irrigada, que deveria ser orgânica e voltada à exportação, como ressaltou o secretário de agricultura, Christino Áureo. No ano de 2004, o projeto já havia sido implementado nas regiões norte, noroeste, baixadas litorâneas e região centro-sul fluminense. A meta era chegar a dez mil hectares de áreas

⁶²⁸RIO DE JANEIRO. *Lei nº 4427, de 21 de outubro de 2004*: Incentiva a agricultura orgânica, regulamenta o artigo 254, inciso IV, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/1678dd60d45f6b0883256f350067dab9?OpenDocument&Start=1&ExpandSection=-3&Highlight=0,4427#_Section6. Acesso em: 25 de março de 2023.

⁶²⁹ ASSEMBLEIA aprova orgânicos. *Jornal do Commercio*, 7 de setembro de 2004, p. 8.

⁶³⁰ Entrevista de Lucia Helena Almeida concedida à autora na cidade de Petrópolis, em 07 de agosto de 2023.

plantadas até 2006 (em 2004 eram 4,5 mil hectares). O investimento previsto para 2004 era de R\$700 mil. O Frutificar era o maior programa de incentivo à agricultura já feito no estado e oferecia vantagens para os produtores que aderissem à iniciativa, como uma linha de crédito específica, com juros de 2% ao ano e início de pagamento das prestações do empréstimo após a colheita da primeira safra. O objetivo era gerar renda e oportunidades de trabalho no interior do estado, incentivando atividades específicas de cada região. O programa já havia gerado 20 mil postos de trabalho e até 2006 pretendia superar a marca de dos 50 mil.⁶³¹ O agricultor orgânico Fernando Paim Homsí foi um dos que aderiram ao projeto Frutificar. Produtor de tomates na divisa das cidades de Petrópolis e Paty do Alferes (município conhecido pelo grande cultivo convencional de tomates), ele conta que produziu tomates convencionais por mais de 20 anos. Depois de quase 3 anos após ter desistido de produzir devido às dificuldades que envolvia o cultivo convencional, como a alta exposição à agrotóxicos e a baixa remuneração da produção, Fernando conta que conheceu o Projeto Frutificar em Paty, onde conheceu a agricultura orgânica e passou a participar de cursos que explicavam sobre a prática:

me interessei a não usar agrotóxico, aí fiz esse projeto Frutificar, aí depois conheci a Maria [Maria do Carmo Araújo Fernandes, pesquisadora da Pesagro-Rio] que começou a dar palestras nesse projeto, aí depois eu fiz o projeto com as estufas de tomate e morango também. Isso há uns 18 anos atrás.⁶³²

A partir de então, Fernando passou a produzir tomates orgânicos, tendo a Feira Orgânica da Glória e algumas lojas de produtos naturais na cidade do Rio de Janeiro como os principais meios de escoamento da sua produção. Quanto à sua experiência produzindo com agrotóxicos, ele conta que deu muita sorte, pois era ele quem fazia as misturas das diversas substâncias tóxicas utilizadas nas lavouras de tomate:

Na época também quando a gente plantava não tinha esse traje pessoal, hoje em dia o pessoal já está mais criterioso. Não tinha nada disso, pessoal aplicava de shorts, não acreditava muito. E na época do verão era de dois em dois dias que a gente pulverizava. Conheci gente que até perdeu a fala lá na região. O pessoal não divulgava muito para não alardear. Faziam entrevistas, a Fátima Bernardes, na época do Jornal Nacional ficou lá uma semana fazendo entrevistas, o Gabeira também ia sempre muito lá, então era muito pesado.⁶³³

Outra etapa do projeto ocorreu no município de Quissamã, em apoio à Cooperativa Mista de Produtores Rurais de Quissamã. O município, maior produtor de coco no estado do

⁶³¹ BRAGA, Sérgio. Meio ambiente em debate. *O Fluminense*, 11 de junho de 2004, p. 5.

⁶³² Entrevista de Fernando Paim Homsí à autora, na sede da Pesagro – Rio, Seropédica, em 28 de fevereiro de 2023.

⁶³³ *Ibidem*.

Rio, recebia, em 2002, entre R\$10 e R\$15 milhões do Projeto Frutificar para ampliar sua produção de coco e outras frutas, como o abacaxi. A partir da inserção no projeto, os agricultores envolvidos teriam direito a pleitear crédito agrícola sem burocracia e com as condições especiais já mencionadas. Os 180 sócios da cooperativa contaram com o apoio da Embrapa, que se preocupou com os métodos de conservação. “Não há aditivos químicos e a água de coco de Quissamã está disponível nas formas congeladas, que permite o consumo até quatro meses após a data de congelamento”.⁶³⁴ Notícias do ano de 2003 já dão conta da exportação para a Inglaterra do coco produzido em Quissamã com o apoio do Projeto Frutificar.

Neste verão europeu, o tradicionalismo inglês vai se render a uma novidade: o coco cultivado em Quissamã, no Norte Fluminense. Embarca, no próximo dia 2 de abril, no Porto do Rio, o primeiro carregamento de coco do Estado a ser exportado para a Grã Bretanha. Empresa Integradora do Programa Frutificar, a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Quissamã alcança um mercado inédito que pode ser bastante promissor para o produto fluminense. Nesta exportação experimental serão enviadas mil caixas com 12 cocos cada. Se confirmando a aceitação pelos ingleses, o estado passará a embarcar um contêiner por semana.⁶³⁵

Outra iniciativa apoiada pelo governo do estado foi a realização de diversas edições da maior feira de alimentos orgânicos do mundo, a BioFach. Sua origem remonta aos anos 1999, na Alemanha. A versão latino-americana vinha sendo realizada desde o ano de 2003, tendo como sede o Rio de Janeiro e contando com o apoio de instituições como o Sebrae Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Banco do Brasil e o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento.⁶³⁶ A primeira edição foi realizada no Hotel Glória, Rio de Janeiro e reuniu cerca de mil pessoas, brasileiras e estrangeiras, além de 50 expositores de produtos orgânicos e 50 conferencistas. Na ocasião, o vice governador do Rio Luiz Paulo Conde, afirmou:

A escolha do Rio de Janeiro para sediar essa conferência não se dá por acaso. Temos tradição no cultivo de alimentos orgânicos e acredito que temos bons exemplos para dar ao Brasil. [...] Especialistas dizem que as estimativas de venda no Brasil estão defasadas. De acordo com dados do Planeta Orgânico, organizador da Conferência BioFach do Rio, os produtos orgânicos movimentam anualmente R\$250 milhões. Mas, pelas contas, só no Rio, os produtos cultivados de forma ecologicamente correta devem estar movimentando cerca de R\$600 milhões por ano.⁶³⁷

⁶³⁴ JACQUES, Luciana. Município de Quissamã lança coco com grife. *O Fluminense*, 18 de março de 2002, p. 3.

⁶³⁵ PROJETO Frutificar. *O Fluminense*, 27 de março de 2003, p. 5.

⁶³⁶ DE OLHO nos orgânicos. *O Fluminense*, 03 de outubro de 2005, p. 4.

⁶³⁷ PROGRAMA tem R\$2 milhões para 100 projetos. *Jornal do Commercio*, 26 de setembro de 2003, p. 14.

No ano de 2005, quando seria realizada a terceira edição da feira, o jornal *O Fluminense* apontava o panorama do mercado de orgânicos, afirmando que o segmento movimentava R\$300 milhões anualmente no Brasil, enquanto deste total, R\$100 milhões eram apenas do estado do Rio de Janeiro; dados que mostram o potencial do estado, com 1/3 do mercado brasileiro. Informações do Sebrae demonstravam que o crescimento médio do setor em grandes redes de supermercado e no pequeno comércio de bairro era de 30% ao ano, contra 15% no restante do mundo. Em relação à BioFach, no ano de 2003 haviam comparecido 1,2 mil pessoas à feira. Já em 2004, duas mil pessoas foram recebidas, movimentando R\$8 milhões.⁶³⁸

Na primeira edição da BioFach, o governo do estado do Rio de Janeiro lançava outra iniciativa relevante para a agricultura orgânica no estado, o Programa Cultivar Orgânico. Sobre a iniciativa e o panorama agrícola do estado àquele momento, o secretário de agricultura Christino Áureo disse:

O assunto “orgânicos” vinha tendo, ao longo do tempo, um destaque bem inferior ao que merecia. Estamos diante de um mundo em transformação e de conceitos de saúde ligados à longevidade. Isso se associa diretamente com a produção de orgânicos e até com o modo de vida de quem se dedica à causa. Vivemos um momento de euforia no desempenho do agronegócio mas não podemos aceitar que a agricultura familiar e alguns setores mais frágeis não participem deste banquete. É preciso fazer com que a base produtiva de quase 3 milhões e meio de pessoas se insira de maneira engajada e com resultados positivos, como este, inclusive do ponto de vista social.⁶³⁹

O Programa Cultivar, implementado na gestão da então governadora Rosinha Garotinho, buscava fazer com que a produção de alimentos orgânicos desse um salto e obtivesse posição de destaque. Assim como o projeto Frutificar, o Cultivar oferecia linha de crédito com juros de 2% ao ano a produtores agrícolas que cultivassem orgânicos em suas propriedades. A reportagem do jornal *O Fluminense*, que trazia tais informações, apontava que, de acordo com dados da Pesagro-Rio, havia ocorrido no estado um crescimento de 1000% no número de produtores certificados, passando de 17 para 170.⁶⁴⁰

O Programa Cultivar se dividia em três temas principais, sendo eles: trabalho, meio ambiente e saúde. O estado pretendia, através dele, gerar empregos e conscientizar a população a respeito do meio ambiente e da saúde. A referida linha de crédito, que entrava em vigor em outubro de 2003, variava entre R\$20 mil a R\$50 mil e, além dos juros de 2% ao ano, teria uma

⁶³⁸ DE OLHO nos orgânicos. *O Fluminense*, 03 de outubro de 2005, p. 4.

⁶³⁹ PREMIADO projeto de produção orgânica. *O Fluminense*, 11 de junho de 2003, p. 4.

⁶⁴⁰ *Ibidem*.

carência de cinco anos para o produtor retornar o investimento ao governo. Seriam investidos R\$2 milhões no programa e, segundo o secretário de agricultura, o governo trabalharia na capacitação de técnicos. Tal capacitação seria feita em parceria com as secretarias municipais, que colaborariam na formação de profissionais da produção orgânica.

Nosso objetivo é ser o primeiro estado a ter uma política pública voltada à produção orgânica. Trazer a agricultura para o salão nobre do Palácio da Guanabara [onde fora assinado o Projeto] é algo inédito. É muito bom que a gente possa ter, no Rio de Janeiro, um agronegócio que parte de uma policultura, e não da monocultura da soja, do milho ou de transgênicos, afirmou o secretário Áureo.⁶⁴¹

A princípio, as áreas prioritárias seriam a Região Serrana e a Baixada Fluminense, que se destacavam no cultivo de tomate, alface, cenoura, berinjela, maracujá, caqui, dentre outros. O programa também incluía em seus objetivos dar apoio à pesquisa, difundir novas tecnologias, organizar e comercializar a safra, estimular a abertura de locais de venda específicos, divulgar os benefícios dessa agricultura e fornecer financiamento da produção.⁶⁴²

Outra iniciativa realizada também pelo governo Rosinha Garotinho foi o Projeto *Hortifruit* Orgânico Móvel. Anunciado na segunda edição da Feira Biofach América Latina, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 2004, o projeto seria um plano pioneiro no país e consistia em um ônibus adaptado para a venda de alimentos orgânicos cultivados em território fluminense. Foi desenvolvido dentro do escopo do Cultivar Orgânico. Durante a Biofach foi inaugurado o veículo piloto do projeto, que teria “em breve” mais cinco ônibus circulando por bairros do Rio de Janeiro:

Essa é uma forma que encontramos de tornar os produtos orgânicos mais acessíveis à população e de poder divulgar os benefícios à saúde desse tipo de alimento, além de abrir novos mercados. Esses veículos funcionarão como integradoras do Programa Cultivar Orgânico, garantindo a venda para produtores que participam do programa.⁶⁴³

Na ocasião de inauguração do *Hortifruit* Orgânico Móvel, na Feira Biofach, esteve presente o então Ministro da Agricultura do país, Roberto Rodrigues, o qual elogiou as iniciativas do estado para incentivar a agricultura orgânica. Segundo ele, o Rio era um estado pioneiro nesse setor:

⁶⁴¹ INCENTIVOS fiscais para agricultura: Estado lança Programa Cultivar Orgânico e anuncia crédito de até R\$50 mil para produtores. *O Fluminense*, 20 de setembro de 2003, p. 7.

⁶⁴² APOIO para a agricultura ecológica. *O Fluminense*, 29 de março de 2004, p. 3.

⁶⁴³ INCENTIVO para agricultura. *O Fluminense*, 06 de agosto de 2004, p. 7.

O Brasil é o quinto país do mundo em áreas plantadas de orgânicos, perdendo apenas para Itália, Austrália, Argentina e EUA, e o Estado do Rio assumiu uma atitude de vanguarda nesse segmento, disse o ministro.⁶⁴⁴

Ainda durante a apresentação do projeto foi anunciado um protocolo de intenções entre o governo do estado, a Associação de Supermercados do Rio de Janeiro e a Sendas Distribuidoras S/A, para implementação de ações de apoio à venda da produção da agricultura familiar do Estado.⁶⁴⁵

Enquanto resultados das iniciativas mencionadas acima, o *Jornal do Brasil* aponta que, graças a programas como o Frutificar e Cultivar Orgânico, o estado do Rio de Janeiro teve produção recorde no campo, com mais de 500 mil toneladas de alimentos. Pela primeira vez o estado ocupava a liderança no fornecimento de hortifrutigranjeiros para o seu próprio mercado, aumentando, inclusive, a exportação de alimentos como o coco e o abacaxi para a Europa. Outros dois programas completavam as iniciativas de incentivo à produção no campo. Era o Multiplicar, voltado ao incentivo de pescado; e o Florescer, que buscava impulsionar o ramo da floricultura. Ambos apresentavam as mesmas condições de crédito, juros baixos e pagamento facilitado.⁶⁴⁶

Através das reportagens acima, abordando as iniciativas estatais em prol da agricultura orgânica/familiar, não conseguimos mensurar se de fato tais programas tiveram impacto significativo na vida dos agricultores e em seus processos produtivos. Os jornais não traziam informações sobre mudanças práticas, além do aumento expressivo da produção de alimentos, e, em alguns casos, não passavam de propagandas, provavelmente pagas, pelo governo do estado para agigantar seus “feitos”. De toda forma, nos discursos observados, havia claramente um apelo mercadológico em relação a tais incentivos, expresso, por exemplo, em acordo comercial estabelecido com grandes redes de supermercados do estado do Rio de Janeiro. Reportagem do *Jornal do Commercio*, por exemplo, traz o título “O saudável e rentável mundo dos orgânicos” ao abordar iniciativas como o Cultivar Orgânico.⁶⁴⁷ Vemos, portanto, que o nicho dos orgânicos já começava a atrair mercados maiores que, conseqüentemente, afastavam o produtor do consumidor e, certamente, levavam à diminuição do lucro do agricultor. O que queremos dizer é que, aparentemente, não havia preocupações por parte do poder público em

⁶⁴⁴ ORGÂNICOS terão venda ampliada. *O Fluminense*, 09 de setembro de 2004, p. 7.

⁶⁴⁵ INCENTIVO para agricultura. *O Fluminense*, 06 de agosto de 2004, p. 7.

⁶⁴⁶ COM O INCENTIVO do governo do Estado a agricultura está crescendo em todo lugar. *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 2004, p. 13.

⁶⁴⁷ O SAUDÁVEL e rentável mundo dos orgânicos. *Jornal do Commercio*, 08 de dezembro de 2003, p. 5.

promover princípios agroecológicos que buscassem promover justiça social e sustentabilidade ambiental. De todo modo, não podemos negar que iniciativas como estas tinham seu grau de importância, seja por propiciar créditos com condições especiais de pagamento a parcelas de produtores excluídos historicamente deste processo, seja por dar visibilidade à produção familiar/orgânica, que, conforme já demonstramos outrora, vinha crescendo, ainda que a passos lentos. Todavia, cabe ressaltar que tais iniciativas representavam uma mínima expressão se as compararmos com o panorama da agricultura convencional. A agricultura orgânica seguia sendo difundida e praticada, em sua maior parte, apenas por atores vinculados a instituições de pesquisa, organizações não governamentais, associações, como a ABIO, agricultores familiares e consumidores que buscavam uma alimentação natural livre de agrotóxicos.

Como já ressaltado, um grande empecilho à ampliação da agricultura orgânica fluminense dizia respeito à falta de locais de comercialização que favorecessem aos produtores. Muitos se convertiam à agricultura orgânica mas acabavam tendo de escoar sua produção para redes de supermercados ou para a Ceasa, o que acarretava desvalorização do produto e subordinação do produtor às variações de preço e demanda do mercado, fazendo com que muitos acabassem desistindo e retornando à agricultura convencional. O caso do Brejal é um exemplo. Como vimos, a Coonatura era um grande canal de escoamento da produção da região. Quando esta cooperativa chegou ao fim no início dos anos 2000, muitos desses produtores tiveram dificuldades em encontrar novos mercados para sua produção. O cenário mudaria a partir do ano de 2010, quando, gradativamente, novas feiras orgânicas foram criadas, ampliando significativamente os espaços de comercialização. Era criado o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO).

5.7- Um circuito para a agricultura orgânica: O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) - 2010

Analisando a história da difusão da agricultura alternativa/orgânica no estado do Rio, vimos que as origens do movimento estiveram, desde o início, relacionadas a uma demanda por alimentos naturais que surgia na cidade do Rio de Janeiro, a maior do estado. Desde então, esse município veio se destacando como o maior mercado fluminense, reunindo a maior parte do consumo da produção orgânica do estado. Por outro lado, se a cidade carioca reunia a maior parte dos consumidores de alimentos orgânicos, foi no interior que se estabeleceram as maiores unidades produtivas. A produção de alimentos orgânicos, como visto, encontrava limitações, sobretudo devido às dificuldades de escoamento que muitos agricultores encontravam para adentrar o mercado carioca. Havia a demanda, mas faltavam espaços democráticos e populares

de comercialização. A única feira orgânica pública da cidade do Rio de Janeiro, a Feira Orgânica da Glória, abrigava um número limitado de produtores. Tal panorama mudaria a partir da criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, criado em 2010, em parceria da ABIO e a prefeitura do Rio de Janeiro.

No ano de 2007, durante o I Seminário ABIO de Comercialização, foi definido pelos associados a importância de estabelecer mecanismos de vendas diretas de seus produtores, devido, sobretudo, às grandes dificuldades de escoamento da produção, principalmente “pela relação desastrosa com as cadeias de supermercados” (Siqueira *et. al*, 2020: 3). Sobre tal cenário, Cristina Ribeiro afirma:

Em 2007 a gente teve um seminário dentro da ABIO sobre comercialização. Estava todo mundo tão desanimado porque o pessoal estava saindo mesmo, não estava conseguindo sobreviver. E nessa época o Brejal tinha um papel muito importante, na produção e não estava conseguindo escoar a sua produção. Então o Paulo Aguinaga trouxe essa proposta: a ABIO tem que voltar às suas origens, a ABIO nasceu de uma feira, nós precisamos voltar para as feiras. Tínhamos passado por todo aquele perrengue de fornecer para supermercados, que não funcionou, pessoal levou trambique, não funcionou. E aí de 2007 a 2010, a ABIO ficou batendo de porta em porta na prefeitura do Rio pra conseguir a liberação de outros espaços de feira na cidade. A Feira da Glória conseguia renovações daquela licença provisória, mas ninguém conseguia abrir outra feira. E aí preparamos um projeto e tal, todo mundo prometia, mas não saía nada.⁶⁴⁸

Ribeiro conta que, no ano de 2010, depois de muitas tentativas, membros da ABIO conseguiram, à época, contato com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Solidário (Sedes), uma secretaria que vinha sendo coordenada pelo PT, que havia apoiado o então prefeito Eduardo Paes a se eleger. A Sedes então acolheu o projeto de estabelecer um circuito de feiras públicas que ampliaria, consideravelmente, a disponibilidade de espaços de comercialização na cidade carioca.⁶⁴⁹ Naquele mesmo ano era consolidado o projeto de criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, envolvendo, além da ABIO e da Sedes, associações de moradores e diversos atores vinculados a órgãos municipais. Inicialmente foram criadas outras quatro feiras orgânicas (Bairro Peixoto, Copacabana; Jardim Botânico; Leblon e Tijuca), além da Feira Orgânica da Glória, incorporada ao circuito alguns meses depois de sua criação. Naquela ocasião, a ABIO contava com cerca de 130 associados (Siqueira *et al*, 2020: 3).

⁶⁴⁸ Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, via aplicativo zoom, em 25 de janeiro de 2023.

⁶⁴⁹ *Ibidem*.

Reportagem do jornal *O Fluminense*, de maio de 2011, traz um panorama sobre a agricultura orgânica no Brasil e cita o recém criado CCFO. Uma das gerentes administrativas da ABIO apontava que as feiras de produtos orgânicos seriam excelentes oportunidades para o pequeno produtor vender e expor sua produção:

Temos no Rio de Janeiro o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. São feiras que acontecem em bairros do Rio, dando chance a produtores de venderem com lucros maiores e, mesmo assim, oferecer produtos com preços mais baixos por ser venda direta. Não ficando refém dos grandes empresários.⁶⁵⁰

No dia 28 daquele mês seria realizada a Semana do Alimento Orgânico, cuja abertura ocorreria na Feira Orgânica do Jardim Botânico. O Jornal aponta a existência das cinco feiras orgânicas, apontando que o Circuito Carioca era resultado de uma parceria entre a ABIO, as Associações de Moradores dos bairros e a Sedes:

Nas feiras do circuito, os consumidores encontram uma grande variedade de alimentos orgânicos, todos colhidos na véspera e trazidos diretamente pelos agricultores, a preços acessíveis. Frequentar uma feira orgânica significa, além de cuidar da própria saúde, ter a oportunidade de apoiar o movimento por uma agricultura que propicia saúde, preservação do meio ambiente, comenta Rosmary Spiegel, da ABIO.⁶⁵¹

A criação do CCFO foi formalizada pelo Decreto 35.064 de 25 de janeiro de 2012. Àquela altura, estavam em funcionamento seis feiras. Além das já citadas acima, a Feira Orgânica de Ipanema havia sido criada. O decreto apontava:

Considerando a necessidade de atender a demanda dos cidadãos cariocas, que cresce em importância a cada dia, em função de busca por uma melhor qualidade de vida para as gerações atuais e futuras, a segurança alimentar e nutricional, a proteção ao meio ambiente e a construção de um desenvolvimento sustentável;

Considerando o interesse público em autorizar o funcionamento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, tendo em vista a sua importância para o escoamento da produção de pequenos produtores rurais da capital e interior do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando que a agricultura orgânica é uma atividade regulamentada pela Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 em todo território nacional, não usa agrotóxicos e emprega três vezes mais mão-de-obra que a agricultura convencional, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar e a redução do êxodo rural.

⁶⁵⁰MORAES, Henrique. Produtos orgânicos têm mercado a ser explorado. *O Fluminense*, 23 de maio de 2011, p. 6.

⁶⁵¹*Ibidem*.

Considerando a necessidade de regulamentar o exercício e o funcionamento da atividade em logradouros públicos, conforme consta no processo nº 23/000.114/2010.

Decreta:

Art.1º. Fica criado o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na Cidade do Rio de Janeiro.

Art.2º O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas será regulamentado por ação conjunta da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES e da Secretaria Especial da Ordem Pública – SEOP, por meio de Resolução.

Art.3º Este Decreto entra em vigor no prazo de 60 dias, contados a partir da data de publicação do presente decreto:

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2012.

Eduardo Paes.⁶⁵²

No mesmo ano, a Resolução Conjunta SEDES/SEOP nº 001 de 09 de maio de 2012, regulamentava o decreto anterior de criação do CCFO. Dentre as determinações, ficava estabelecido que cada feira poderia contar com até trinta e cinco autorizações para feirantes produtores, ou seja, aqueles que comercializam exclusivamente o produto de suas lavouras ou criações; e duas autorizações para feirantes mercadores, aqueles que revendem produções de terceiros. Cada feirante poderia obter uma única autorização, podendo participar de até seis feiras orgânicas por semana. O documento aponta, além de normas técnicas a serem seguidas, que a criação de novas feiras de produtos orgânicos dependeria de deliberação conjunta da SEDES e SEOP.⁶⁵³

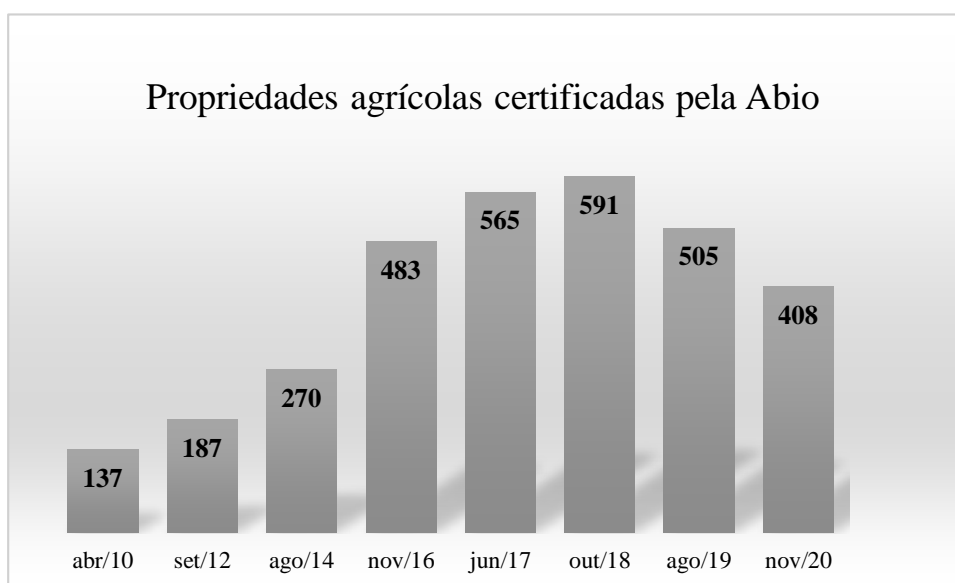
A partir de 2013, passou a funcionar um conselho gestor do CCFO, no qual, além da ABIO, foram inseridas mais duas gestões de feiras, a saber a Ong Essência Vital e a AS-PTA. Tal conselho, também composto por representantes da SEDES, passou a estabelecer reuniões que promoviam diálogos entre a sociedade civil e o poder público. Tal conselho contribuiu para a criação de novas feiras ao longo do anos.⁶⁵⁴

⁶⁵²RIO DE JANEIRO. Decreto nº 35.064 de 25 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Ano XXV, nº 217, Rio de Janeiro, 2012.

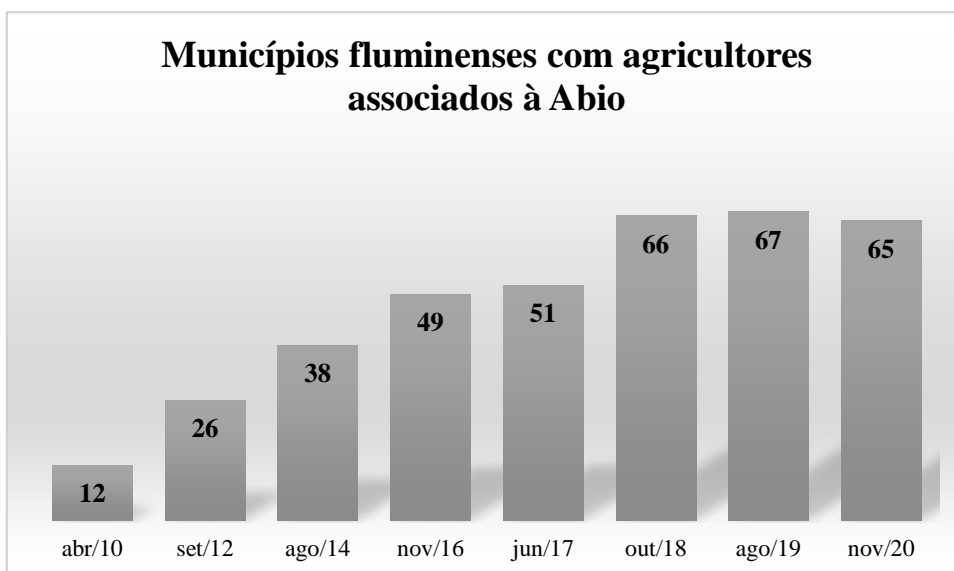
⁶⁵³RIO DE JANEIRO. Resolução Conjunta SEDES / SEOP Nº 001 de 09 de Maio de 2012. Regulamenta o Decreto nº 35.064, de 25 de janeiro de 2012, que cria o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Ano XXVI, nº 37, Rio de Janeiro, 2012.

⁶⁵⁴ SOUTO, Renata. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. *Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro*. ANA- Articulação Nacional de Agroecologia, outubro de 2020. Disponível em: https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/fm_experiencia-m8-eyes-kvd9p-6600bea7-d4ca-4676-ab67-5b4a305d7ff3.pdf. Acesso em 14 de abril de 2023.

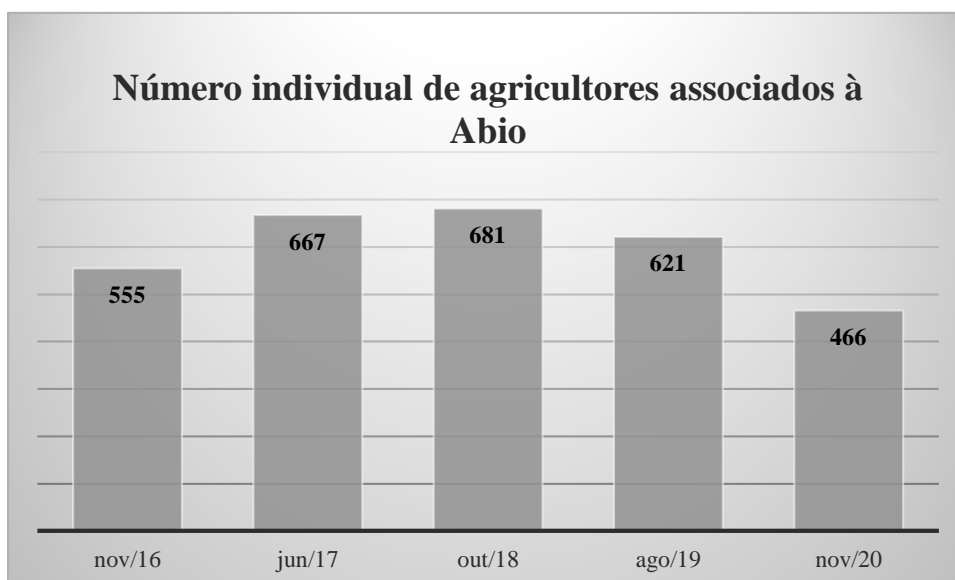
Aos poucos, o CCFO foi congregando um número crescente de agricultores, que passou a encontrar destino certo para suas produções, o que impulsionou o mercado de vendas diretas no Rio de Janeiro. O resultado foi o expressivo crescimento de agricultores interessados na produção orgânica. Cabe ressaltar que, além dos produtores individuais que passavam a conquistar seus espaços de comercialização nas feiras do circuito, foram instituídos os Grupos de Comercialização Solidária (GCS), nos quais o produtor/feirante poderia passar a comercializar produtos de outros agricultores certificados, mesmo que não participassem das feiras, desde que aprovado pelo coletivo da feira. Portanto, o número de agricultores envolvidos diretamente e indiretamente nas feiras crescia exponencialmente. Os números da ABIO trazem este panorama:



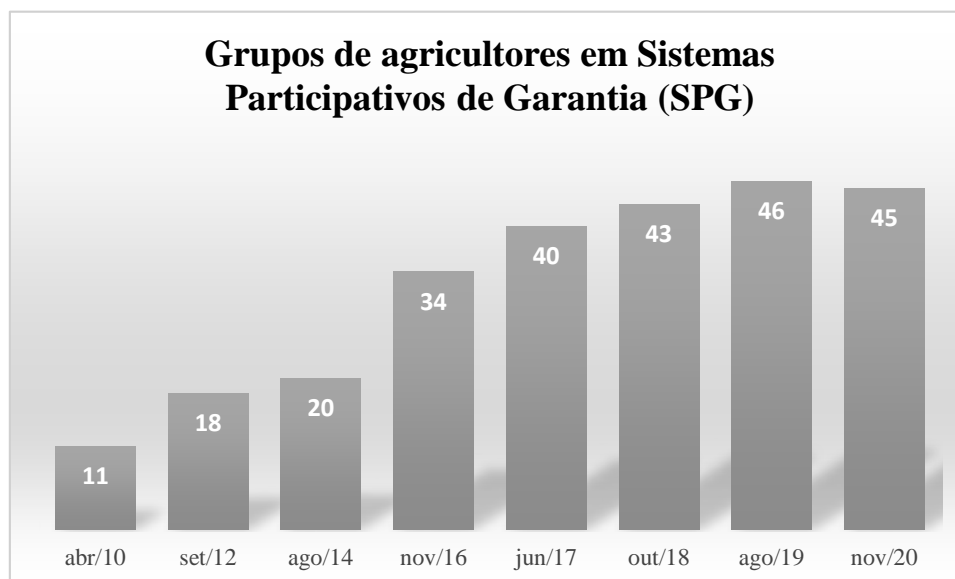
Número de propriedades agrícolas certificadas pela Abio no período de 2010 a 2020. Gráfico formulado pela autora a partir de dados da Abio, disponibilizados por e-mail, por Cristina Ribeiro, em 16 de fevereiro de 2023.



Número de municípios com pelo menos um agricultor associado à Abio no período de 2010 a 2020. Gráfico formulado pela autora a partir de dados da Abio, disponibilizados por e-mail, por Cristina Ribeiro, em 16 de fevereiro de 2023.



Número individual de agricultores associados à Abio de 2016 a 2020. Não foram encontrados dados de anos anteriores. Gráfico formulado pela autora a partir de dados da Abio, disponibilizados por e-mail, por Cristina Ribeiro, em 16 de fevereiro de 2023.



Número de grupos de agricultores em Sistemas Participativos de Garantia, considerando o período de 2010 a 2020. Gráfico formulado pela autora a partir de dados da Abio, disponibilizados por e-mail, por Cristina Ribeiro, em 16 de fevereiro de 2023.

Analisando os dados acima, observamos que o circuito, portanto, acabou sendo um elemento incentivador para a conversão e adesão de diversos agricultores, que garantem que a vida mudou pra melhor. Uma mudança expressiva ocorreu no Brejal, região da cidade de Petrópolis, já abordada no capítulo 3, impulsionada inicialmente pela Coonatura no cultivo de orgânicos. Como visto, a produção orgânica na região foi prejudicada com o fim da cooperativa. No entanto, a criação do CCFO fez com que aumentasse consideravelmente o número de produtores no local. Uma prática recorrente no Brejal passou a ser a organização em associações e grupos de comercialização solidária. A maior parte dos produtores certificados, habilitados, portanto, a participarem do CCFO, passou a escoar sua produção através dessas associações e grupos de comercialização. Atualmente (2023), participam das feiras do circuito vindos do Brejal: a Associação dos Produtores Orgânicos do Brejal, que conta com 25 produtores; o Grupo Família Melo, que conta com 5 produtores; o Grupo Fazenda Pedras Altas, com 15 produtores; o Grupo Magrão, que conta com 3 produtores; o Grupo Sítio Bela Vista, que conta com 7 produtores; o Grupo Sítio Guapeba, que conta com 9 produtores; o Grupo Sítio Santa

Rosa, que conta com 11 produtores; e o Grupo Quicés (divisa entre o Brejal e a cidade de São José do Rio Preto), que conta com 6 produtores.⁶⁵⁵

Geraldo Silva, agricultor orgânico do Brejal foi funcionário da Coonatura por muitos anos e depois passou a fornecer sua produção para a Feira Orgânica da Glória. Após a criação do CCFO, ele conta que muitas pessoas na região foram se interessando e passaram a produzir orgânicos. Ele e seus parceiros acabaram se dividindo em relação às vagas nas feiras que foram sendo abertas e cada um conquistou seu espaço em uma feira diferente.⁶⁵⁶ Já Toninho, filho de Geraldo, afirma que uma grande diferença no mercado de orgânicos ocorreu a partir da criação do circuito. “Olha, assim, mudança, eu acho que, pra quem produz, deu diferença mesmo quando saiu o Circuito Carioca de Feiras. Melhorou.”⁶⁵⁷

Já a agricultora Maria Benedita Pimentel, a dona Dita, filha de agricultores e agricultora desde criança, aponta a importância do circuito. Depois de trabalhar muitos anos com a agricultura convencional e até mesmo desistir devido a todos os problemas que envolviam a prática:

Aí plantamos, vi que convencional não dava certo, muita burocracia, as plantas não davam também, muito bicho, aí começamos usando agrotóxico, que não vale a pena. Convencional não dava, aí ia pro Ceasa, coisa muita barata. Molho antigamente no Ceasa era 50 centavos, aí pra dividir, ainda era meia. Poxa, a gente passava um aperto.⁶⁵⁸

Ela conta que, por volta de 2010, foi incentivada por seu irmão e um amigo a começar a produzir orgânicos, visto que a demanda e oferta de espaços de comercialização se ampliavam:

Então esse amigo disse: vamos começar a plantar orgânico, é bom pra saúde, todo mundo que tá começando a produzir orgânico tem uma procura muito grande, vamos entrar em sociedade pra plantar orgânico. Aí fizemos uma reunião aqui mesmo entre nós, nossos irmãos e o amigo do meu irmão, e aí que começou. Hoje em dia meu irmão tem uma empresa já, já saí 3, 4 vezes por semana pra entregar no Rio. E aí fomos crescendo, começamos a fazer reuniões, o pessoal interessado em participar dos orgânicos e hoje em dia aqui no Brejal a maioria toda é orgânica.⁶⁵⁹

⁶⁵⁵Participação dos Grupos de Comercialização Solidária (GCS) nas Feiras Orgânicas Abio. Dados disponibilizados por e-mail, por Cristina Ribeiro, em 16 de fevereiro de 2023.

⁶⁵⁶Entrevista do agricultor Geraldo Silva à autora, realizada no Brejal, em Petrópolis, em 03 de abril de 2021.

⁶⁵⁷Entrevista do agricultor Antônio Carlos Correa à autora, realizada no Brejal, em Petrópolis, em 03 de abril de 2021.

⁶⁵⁸Entrevista de Maria Benedita Ferreira Pimentel de Carvalho à autora, realizada no Brejal, em Petrópolis, em 31 de janeiro de 2023.

⁶⁵⁹*Ibidem.*

Quando questionada sobre as mudanças que obteve ao aderir à produção orgânica ela garante:

Aí foi ótimo, comecei a produzir bastante e é uma coisa boa, uma coisa que faz bem à saúde, e assim estou até hoje aí. Há 10 anos plantando pra mim mesmo. Eu planto mais folhagem, não planto muito peso. Alface, couve, chicória, ervas, agrião, hortelã. Eu tenho bastante pessoas que pegam comigo as folhagens. Deu certo, graças a Deus deu certo, pra mim foi ótimo estar trabalhando no orgânico. Meu filho me ajuda também um pouco. A forma de plantar é quase a mesma [em relação ao convencional], mas a saúde, não tem coisa igual. Porque agrotóxico até pra gente fazia mal. E agrotóxico convencional, as plantas dão muito mais bonita. A couve flor dava desse tamanho [grande]. A orgânica dá aquela cabecinha. Mas é tudo puro né, não tem nada ali que faça mal, pode pegar ali e comer. Que a gente sabe que é saudável. Nem precisa usar nada, dá tudo sem agrotóxico. Não sei porque saiu esse negócio de agrotóxicos, né?! Porque as plantas não precisam de agrotóxicos, as plantas em si já dão bonitas. Aí na época do meu pai, pessoa passava até mal na roça. Mais ou menos na época de 70, 80. Pessoal passava mal, teve caso aqui que pessoas até morreram de agrotóxico. Pulverizando, a pessoa passou mal e no outro dia faleceu e foi com agrotóxico. Ele plantava pêssego, o rapaz trabalhou o dia todo colocando agrotóxico no pêssego, foi para o hospital e faleceu. Então isso é uma coisa muito perigosa. Então começou a acontecer essas coisas, pessoal foi ficando com medo, ninguém queria mais trabalhar com agrotóxico.⁶⁶⁰

⁶⁶⁰ Entrevista de Maria Benedita Ferreira Pimentel de Carvalho à autora, realizada no Brejal, em Petrópolis, em 31 de janeiro de 2023.



A agricultora Maria Benedita em sua horta localizada no Brejal, em Petrópolis. Fonte: Acervo pessoal da autora, janeiro de 2023.

Dona Dita tem outros irmãos e filhos que trabalham com agricultura orgânica na mesma região do Brejal. Desde a criação do CCFO, ela passou a fazer parte de dois grupos de comercialização solidária: Associação dos Produtores Orgânicos do Brejal e Grupo Fazenda Pedras Altas. Apesar de não fazer feiras no Rio (apenas uma particular próxima à sua região),

ela fala da renda que adquire ao fornecer sua produção aos grupos que trabalham diretamente nas feiras e afirma que toda a sua família vive exclusivamente da renda dos orgânicos: “Agora a gente recebe fixo, né?! E a gente planta, pode ser pouquinho, mas dá pra gente sobreviver.”⁶⁶¹

Por fim, ela se orgulha e cita o papel das mulheres na agricultura:

As mulheres já estão fazendo de tudo, já passam tobata, já usam roçadeira. Eu por exemplo, eu covo, eu esterco, eu faço canteiros. A gente tá fazendo tudo que os homens faziam. E a mulher vai pra feira, pega o carro e vai pra feira, já bota a verdura em cima, já sabe amarrar aquelas caixas, agora a mulher não está diferente do homem mais não. O homem agora ficou pra trás, né?! [risos]⁶⁶²

Os números de crescimento da ABIO são expressivos quando os relacionamos à criação do CCFO. Foram 8 anos consecutivos de crescimento. Importante ressaltar que, além da região do Brejal, cujo crescimento foi nitidamente expressivo após a criação do CCFO, outros polos e municípios também se fortaleceram, sobretudo aqueles mais próximos à capital fluminense. Destaque pode ser dado, por exemplo, aos municípios de Magé e Duque de Caxias, ambos localizados na Baixada Fluminense.

⁶⁶¹ Entrevista de Maria Benedita Ferreira Pimentel de Carvalho à autora, realizada no Brejal, em Petrópolis, em 31 de janeiro de 2023.

⁶⁶² *Ibidem*.



Feira do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Fonte: Acervo pessoal da autora, março de 2021.



Feira do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Fonte: Acervo pessoal da autora, março de 2021.

Ainda analisando os dados referentes à associação à ABIO, observamos uma queda de produtores associados a partir de 2019, com uma diminuição ainda mais expressiva em 2020. Tal queda esteve diretamente relacionada à crise econômica, suspensão de programas e políticas públicas de incentivo à agricultura familiar orgânica e beneficiamento ao agronegócio com liberação recorde de novos agrotóxicos e adubos químicos, observadas ao longo do governo Jair Bolsonaro (2019-2022). A pandemia, como destaca Cristina Ribeiro, foi outro fator determinante. Muitos produtores, em vulnerabilidade social, não conseguiram se manter frente aos desafios impostos pela Covid-19. Embora a maioria das feiras continuasse funcionando, o número de consumidores presentes nas feiras reduziu drasticamente. O cenário pandêmico contribuiu também para mudanças em relação à comercialização de produtos orgânicos no estado do Rio. Cresceu consideravelmente o número de pessoas, não necessariamente agricultoras/produtoras, que passavam a realizar entregas em domicílio, o que auxiliou muitos trabalhadores do campo naquele momento. No entanto, a ampliação destas entregas acabou

provocando transformações no mercado de alimentos orgânicos. Mesmo com o fim do isolamento social, muitos clientes acabaram optando por continuarem solicitando cestas em domicílio, o que teve impacto nas feiras que ainda seguem observando uma diminuição do público presente. Além disso, outro ponto negativo para a difusão desta modalidade de venda, diz respeito à falta de rastreabilidade do que está sendo vendido: enquanto nas feiras são realizadas inspeções diárias e os produtores apresentam, obrigatoriamente, romaneios que permitem a rastreabilidade da produção, não há qualquer fiscalização para cestas entregues em domicílio. Cabe ao consumidor estabelecer uma relação de confiança com o fornecedor, que pode ou não ser certificado, uma vez que não há regulamentação legal para este tipo de serviço.

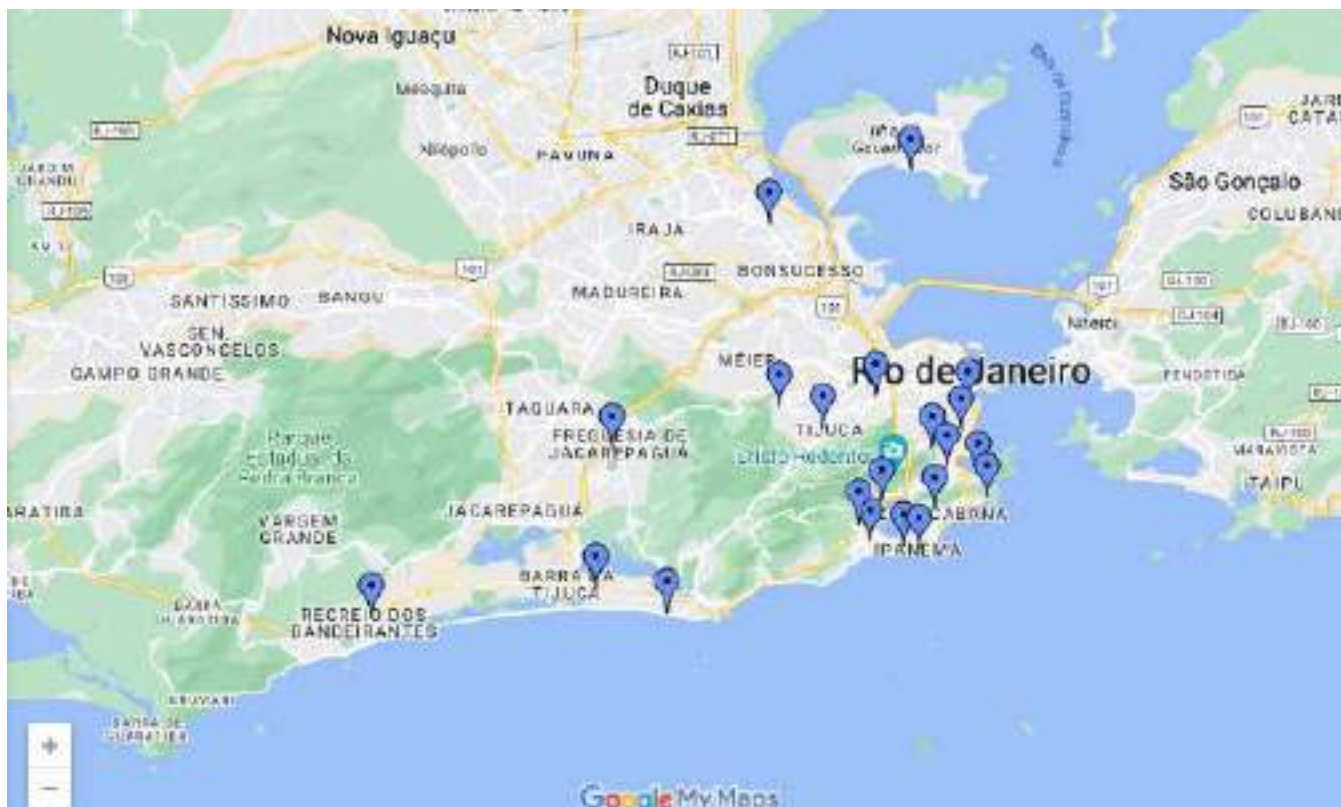
Apesar das adversidades impostas pelos fatores acima, aos poucos, o número de produtores orgânicos certificados vem apresentando novo crescimento. De acordo com dados de janeiro de 2023, do MAPA, enquanto no Brasil existem cerca de 24.250 produtores orgânicos certificados, o Rio de Janeiro possui 514 produtores orgânicos regulamentados por órgãos competentes, dentre os quais 387 são certificados pela ABIO e 127 certificados por outros órgãos de certificação⁶⁶³. De 22 feiras orgânicas, espalhadas pela cidade do Rio (com exceção da Feira Orgânica do Campo de São Bento, na cidade de Niterói), 13 estão sob coordenação da ABIO. As demais estão sob responsabilidade de outras entidades vinculadas ao movimento agroecológico.

⁶⁶³ São eles: Cooperativa de Agricultura Familiar de Produtos Orgânicos – UNIVERDE; Associação dos Produtores Rurais e Artesãos da Microbacia DO Fojo (AFOJO); Macaé Orgânico; OCS Serra Verde – Cooperativa Mista Sul Fluminense; OCS Quilombo Alto da Serra; IBD Certificações LTDA; Associação Agroecológica dos Produtores Orgânicos de Paraty – AAPOP; Instituto Nacional de Tecnologia – INT; Associação DE Agricultores Familiares Orgânicos DE Duque de Caxias; OCS Serra Verde – Cooperativa Mista Sul Fluminense; ECOCERT Brasil Certificadora; Genesis Certificações; Agricontrol LTDA – OIA; Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR; Kiwa Bcs Brasil.

| QUANTITATIVO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR MUNICÍPIO | | | |
|---|------------------------------|-------------------------------|--|
| Município | Total de agricultores | Certificados pela ABIO | Outros organismos de certificação |
| Araruama | 1 | 1 | 0 |
| Areal | 3 | 2 | 1 |
| Bananal* | 9 | 9 | 0 |
| Barra do Piraí | 6 | 2 | 4 |
| Barra Mansa | 1 | 1 | 0 |
| Belford Roxo | 2 | 0 | 2 |
| Belmiro Braga* | 5 | 5 | 0 |
| Bocaina de Minas* | 1 | 1 | 0 |
| Bom Jardim | 2 | 2 | 0 |
| Cachoeiras de Macacu | 15 | 12 | 3 |
| Campos de Goytacases | 1 | 0 | 1 |
| Carapebus | 3 | 3 | 0 |
| Casimiro de Abreu | 4 | 4 | 0 |
| Chacara* | 3 | 3 | 0 |
| Cordeiro | 2 | 2 | 0 |
| Duas Barras | 4 | 4 | 0 |
| Duque de Caxias | 32 | 28 | 4 |
| Engenheiro Paulo de Frontin | 5 | 5 | 0 |
| Guapimirim | 23 | 12 | 11 |
| Guaratinguetá* | 2 | 2 | 0 |
| Itaboraí | 4 | 4 | 0 |
| Itaguaí | 1 | 1 | 0 |
| Itatiaia | 1 | 0 | 1 |
| Juiz de Fora* | 6 | 6 | 0 |
| Macaé | 26 | 9 | 17 |
| Magé | 22 | 22 | 0 |
| Mangaratiba | 1 | 0 | 1 |
| Maricá | 1 | 1 | 0 |
| Mendes | 5 | 5 | 0 |
| Miguel Pereira | 1 | 1 | 0 |
| Niterói | 4 | 0 | 4 |
| Nova Iguaçu | 29 | 20 | 9 |
| Nova Friburgo | 13 | 5 | 8 |
| Paracambi | 3 | 3 | 0 |
| Paraíba do Sul | 14 | 14 | 0 |
| Paraty | 24 | 9 | 15 |

| Município | Total de agricultores | Certificados pela ABIO | Outros organismos de certificação |
|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------|--|
| Paty do Alferes | 4 | 4 | 0 |
| Petrópolis | 89 | 79 | 10 |
| Pinheiral | 5 | 5 | 0 |
| Piraí | 4 | 4 | 0 |
| Ponte Nova | 1 | 1 | 0 |
| Porto Real | 4 | 4 | 0 |
| Queimados | 2 | 2 | 0 |
| Resende | 1 | 1 | 0 |
| Rio Bonito | 2 | 2 | 0 |
| Rio Claro | 24 | 0 | 24 |
| Rio das Flores | 1 | 0 | 1 |
| Rio de Janeiro | 34 | 20 | 14 |
| Santa Bárbara do Monte Verde* | 2 | 2 | 0 |
| Santa Maria Madalena | 4 | 4 | 0 |
| São José do Vale do Rio Preto | 5 | 4 | 1 |
| Sapucaia | 1 | 1 | 0 |
| Seropédica | 6 | 6 | 0 |
| Silva Jardim | 10 | 10 | 0 |
| Silveiras* | 1 | 1 | 0 |
| Simão Pereira* | 2 | 2 | 0 |
| Sumidouro | 1 | 1 | 0 |
| Tanguá | 4 | 4 | 0 |
| Teresópolis | 48 | 35 | 13 |
| Trajano de Moraes | 3 | 3 | 0 |
| Três Rios | 3 | 3 | 0 |
| Valença | 2 | 1 | 1 |
| Volta Redonda | 3 | 3 | 0 |
| | | | |

Tabela demonstrando o número de produtores orgânicos do estado do Rio de Janeiro por município. Fonte: Dados coletados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dados atualizados pelo site em 23 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em 24 de janeiro de 2023.



Mapa do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO). Disponível em: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=15uXgybFEbIF-1N6Hv_TW2NMCPxU&ll=-22.916845789245833%2C-43.31174519999999&z=11. Acesso em 14 de abril de 2023.

Cristina Ribeiro mostra-se esperançosa com os novos rumos da política no país, após a eleição de Luiz Inácio da Silva para o seu terceiro mandato, a partir de 2023, visto seu histórico em apoiar iniciativas voltadas à agroecologia. A volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, juntamente com o retorno de outras iniciativas voltadas à questão alimentar, como o CONSEA, importante organização impulsora da agroecologia, contribuem para esse otimismo da coordenadora executiva e uma das fundadoras da ABIO. Quanto ao estado do Rio, Ribeiro aponta projetos futuros, como a possibilidade de elaboração de um Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, do qual a ABIO vem fazendo parte dos debates junto ao governo do Estado, assim como há projetos de abertura de novas feiras orgânicas participantes do CCFO em direção ao subúrbio carioca e ao interior do estado.⁶⁶⁴

⁶⁶⁴ Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, via aplicativo zoom, em 25 de janeiro de 2023.

Concluindo, é relevante ressaltar a importância das feiras orgânicas enquanto espaços democráticos de comercialização para a agricultura familiar, possibilitando um elo direto entre quem produz e quem consome alimentos cultivados em diversas cidades fluminenses. É inegável, portanto, a relação entre a ampliação destes espaços e o aumento considerável de agricultores orgânicos. Além disso, a venda direta nestes espaços, permite uma maior autonomia e maior remuneração ao agricultor, pois este deixa de depender de atravessadores para o escoamento de sua produção. Por outro lado, o consumidor passa a ter acesso a produtos com rastreabilidade em relação à certificação orgânica, estabelece laços de confiança com quem produz e ainda acessa produtos com preços mais acessíveis, uma vez que, mais uma vez ressaltado, os atravessadores e também as grandes redes de supermercado são excluídos neste processo de venda. No entanto, apesar dos muitos benefícios trazidos pela criação do CCFO ao pensarmos a agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro, muitos caminhos ainda precisam ser percorridos rumo ao acesso mais democrático a esses alimentos. O fato de a maior parte das feiras orgânicas estarem concentradas na Zona Sul carioca, por exemplo, nos permite perceber que o consumo de alimentos orgânicos ainda é um privilégio de poucos. Neste sentido, urgem políticas públicas e incentivos fiscais mais efetivos, os quais possibilitem uma maior adesão de agricultores familiares à transição agroecológica, conscientização à respeito da importância das práticas agroecológicas, bem como distribuição de renda para uma alimentação digna. Utopia ou um futuro possível?

Considerações Finais

No Brasil, a agroecologia não foi instituída como um modelo externo apropriado e incorporado pela realidade nacional. Ela foi se construindo, menos na teoria, e mais na prática, por muitos atores que sequer sabiam seu significado *strictu sensu*. A construção de um movimento agroecológico, ainda em curso, foi sendo resultado de esforços múltiplos, a partir do encontro da cidade com o campo, da academia com a lavoura, de mulheres e homens motivados a se alimentarem melhor, a viverem em locais menos insalubres e menos nocivos às suas saúdes e à natureza que os cerceavam. Agricultores e agricultoras que encontraram nos caminhos da agroecologia, seus próprios caminhos, socialmente mais justos e mais igualitários. Estudantes, professores, agrônomos, assistentes técnicos, ambientalistas, políticos, artistas, que, cada um à sua maneira, motivações e interesses, ousaram questionar o *status quo* agrícola estabelecido através de programas e acordos internacionais, uma ditadura, muito poder, influência, persuasão e estratégias, e propor uma alternativa, inicialmente vista como utópica, depois como elitista e hoje, sonhada por muitos como um modelo possível, apesar de distante. Distante para a maioria da população, que ainda é submetida, diariamente, ao mesmo padrão tecnológico que levou o Brasil à liderança mundial no consumo de agrotóxicos.

Vimos que ao longo dos anos 2000, o movimento agroecológico, que vinha se fortalecendo desde pelo menos a década de 1980, consegue alcançar os meios políticos e burocráticos do Estado Brasileiro. Ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, respectivamente, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), mecanismos inéditos voltados à agroecologia são implementados, momentos em que ocorre maior diálogo e conciliação com diversos segmentos sociais, incluindo aqueles movimentos da sociedade civil mobilizados com a questão ecológica e agrícola. Foi de fundamental importância a percepção, iniciada ainda na década de 1990, de que a agricultura familiar representava um modelo agrícola específico e propício à difusão da agroecologia, enquanto ciência e prática que buscam acolher os conhecimentos campestres tradicionais. Portanto, necessitava de políticas específicas, alcançadas, ainda que de forma parcial, ao longo dos anos 2000. Apesar da ampliação deste debate e da consolidação de políticas públicas efetivas em favor da agroecologia, um dos principais objetivos do movimento não foi alcançado: o rompimento com o modelo agrícola brasileiro.

No Brasil, embora a atividade agrícola orgânica venha apresentando notável crescimento, ainda representa uma pequena parcela da totalidade da produção agrícola nacional. Assim, na contramão de diversos países, sobretudo o norte global, que vêm apresentando taxas decrescentes do uso de agrotóxicos, o Brasil vem aumentando ao longo das décadas o consumo

destas substâncias, além de estar demonstrando um retrocesso nos mecanismos de controle para o seu uso. O que vemos observando foi o aumento gradativo de vendas de agrotóxicos, atrelado ao discurso de que tais substâncias são condição necessária à produção agrícola, propagandeada como a estrutura fundamental da economia brasileira. Tal discurso está vinculado à ideia de que o Brasil possui “vocação agrícola”, ou que o país é o “celeiro do mundo”, posicionamentos que buscam beneficiar certos setores sociais, é aqueles vinculados ao *agrobusiness*, que se beneficiam de políticas públicas que primam pelo desenvolvimento do setor primário em detrimento de outros, e que mant m o Brasil em posi o de dependência científica e tecnológica. A partir de nossa análise, buscamos demonstrar como o beneficiamento dos interesses dessa elite agrária levou à permanência histórica de um modelo extremamente dependente de insumos químicos, além de ser marcado pela monocultura, pela exclusão dos pequenos agricultores, o uso de máquinas e tratores, a simplifica o de ecossistemas, o aumento de doenças vinculadas ao uso de agrotóxicos. A história da expansão deste modelo e da fronteira agrícola brasileira   também a história da degrada o do Cerrado e da Amazônia, é a história da extrema violência no campo e do desaparecimento de séries de sociedades indígenas.

A agricultura orgânica segue sendo, portanto, uma resistência a este modelo, uma prática que vem sendo constantemente – e cada vez mais – excluída das políticas públicas e das aten es das autoridades públicas. Podemos deduzir, por estas razões, que a agricultura orgânica permanece sendo um privilégio de poucos cidadãos brasileiros, sobretudo os mais abastados, enquanto a maioria da popula o brasileira segue não tendo acesso a este tipo de alimento e vem sendo, há décadas, submetida ao consumo de alimentos produzidos com altas doses de substâncias químicas. O mesmo ocorre com os pequenos agricultores brasileiros, cuja maioria encontra-se totalmente dependente do sistema agrícola dominante e vem sendo atingida por diversos problemas, de saúde e de ordem social e ambiental, ao longo de todos esses anos.

Importante salientar, neste cenário, o grande retrocesso em rela o às políticas públicas voltadas à agroecologia ocorrido no país a partir de 2016, com os governos de Michel Temer (2016-2018) e, sobretudo, de Jair Bolsonaro (2019-2022). Ao longo desses mandatos, vimos uma clara política de favorecimento do grande empresariado em geral, incluindo aqueles envolvidos na agroindústria. Não por acaso, observamos, por exemplo, recordes no que se refere à libera o de novos agrotóxicos no mercado brasileiro, grande parte com proibi es/restri es em mercados como os EUA e a União Europeia. Os avanços em rela o   agroecologia e   questão ecológica em geral, observados ao longo das décadas de 1990 e 2000, sofriam, cada vez mais riscos e ataques. Exemplos foram os debates em torno da Lei n  7.802, de 11 de julho de 1989, conhecida como Lei dos Agrotóxicos, aprovada em 1989, a qual

representou uma grande vitória para aqueles atores que defendiam a regulamentação do uso destas substâncias no país. A referida lei foi regulamentada somente no ano de 2002, momento em que é criado o Projeto de Lei 6299/2002, conhecido como “Pacote do Veneno”, de autoria do senador Blairo Maggi, que buscava flexibilizar, naquele momento, a recente regulamentação da referida lei.⁶⁶⁵ Este projeto foi posto em votação exatamente ao longo do governo Bolsonaro, o que não ocorria por acaso: apoiado pela Bancada Ruralista, (como são conhecidos políticos vinculados aos setores de agro exportação que legislam buscando atender aos seus próprios interesses) desde que assumiu a presidência em 2019, o então presidente vinha promovendo liberações recordes de agrotóxicos. Nos últimos quatro anos (2019, 2020, 2021 e 2022), foram aprovados mais de 1.600 novos produtos. Para se ter uma ideia, quase a metade (45%) de todos os pesticidas vendidos no país foram registrados durante a gestão Bolsonaro.⁶⁶⁶

No final de 2021, antes mesmo de o Pacote do Veneno ser votado, o então presidente Bolsonaro aprovou um decreto que alterava a Lei dos Agrotóxicos, revogando, dentre outras coisas, o dispositivo da Lei de 1989 que determina a proibição do registro de produtos que possam causar câncer, mutação genética, problemas reprodutivos, hormonais e malformações de bebês. Antes do novo decreto, todos os agrotóxicos que desencadeiam esses efeitos eram imediatamente indicados para a proibição de registro, logo no início do processo de avaliação de risco do produto. A lei entendia que dada a gravidade e irreversibilidade dessas doenças, não seria possível determinar quantidades seguras para a exposição a esses produtos. O novo Decreto Presidencial, na prática, determinava que fosse dado o mesmo tratamento aplicado aos demais efeitos causados pelos agrotóxicos, permitindo que o risco de causar tais doenças pudesse ser considerado “aceitável”. O decreto pode ser entendido como mais uma manobra para a consolidação da flexibilização das regras de agrotóxicos, uma vez que o Pacote do Veneno seguia parado para ser votado na Câmara dos Deputados desde junho de 2018. Como os decretos presidenciais, como um todo, podem ser revogados pelo poder legislativo, podemos

⁶⁶⁵ BRASIL, Projeto de Lei 6299/2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>. Acesso em 14 de abril de 2023.

⁶⁶⁶FREITAS, Helen; DALLABRIDA, Poliana. Prato contaminado, trabalhadores doentes e impacto econômico: o que muda se o “PL do Veneno” for aprovado. *Repórter Brasil*, 14 de julho de 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/prato-contaminado-trabalhadores-doentes-e-impacto-economico-o-que-muda-se-o-pl-do-veneno-for-aprovado/>. Acesso em 14 de abril de 2023.

compreender as razões da aceleração da votação do Projeto de Lei, como ocorreu em 2022, na Câmara dos Deputados.⁶⁶⁷

O Pacote do Veneno e as recordes aprovações de novos pesticidas não são casos isolados. Órgãos ambientais foram perdendo sua autonomia, funcionários foram exonerados de seus cargos e homens aliados ao governo foram assumindo tais postos. Pode ser citada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que, por mais de três anos, não realizou testes de agrotóxicos no alimentos. Cabe ressaltar também as polêmicas envolvendo membros do governo, como o Ministro do Meio Ambiente, investigado por crimes ambientais, que teve um vídeo vazado em reunião ministerial e com a presença do presidente da república, defendendo “passar a boiada” e “mudar regras” enquanto a mídia e o país estavam mobilizados com a crise sanitária que assolava o país em decorrência da pandemia de Covid – 19.

Assim, observamos que as polêmicas em torno dos agrotóxicos fazem parte de questões ambientais mais amplas, que envolvem sérios retrocessos em relação à conservação da natureza brasileira. Tal cenário nos permite constatar que a luta por segurança alimentar, justiça ambiental, agricultura sustentável, e outros fatores que envolvem a agroecologia, deve ser permanente. Esses preceitos implicam mudanças estruturais nos padrões capitalistas produtivos muito bem estabelecidos em nosso país, por isso exatamente estão constantemente ameaçados. Será um dia a agroecologia um padrão dominante? Ou viveremos ainda piores “primaveras silenciosas”?

Pensando no caso do estado do Rio de Janeiro em uma história conectada com elementos históricos nacionais e globais, pudemos observar a relevância de diversos atores e instituições, que, atuando em iniciativas conjuntas, foram importantes para o impulsionamento de experiências agrícolas alternativas no estado. Destacamos o triunfo do conhecimento local de agricultores e agricultoras na interlocução com outros atores, o que tornou possível o êxito de iniciativas pioneiras, como na localidade do Brejal, na cidade serrana de Petrópolis. Atores urbanos, imbuídos de ideias ecológicas que já circulavam globalmente, chegaram até o local e, ao contarem com a adesão gradativa de mulheres e homens do campo, puderam ter acesso a alimentos produzidos de maneira “alternativa”, termo majoritariamente utilizado ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Destacamos também o papel das ciências agrárias, de um corpo restrito, mas coeso, de agrônomos e estudantes de agronomia e áreas afins, que adotaram uma postura crítica ao

⁶⁶⁷ *Ibidem.*

cenário agrícola hegemônico estabelecido nas décadas anteriores. No caso do Rio de Janeiro, ênfase deve ser dada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), inicialmente como um espaço que concentrava estudantes “alternativos”, que posteriormente iriam se engajar na promoção da agricultura alternativa em âmbito estadual e nacional, através de atuações distintas, seja em instituições governamentais de pesquisa e assistência técnica, seja em associações e organizações da sociedade civil relevantes para a agricultura alternativa/orgânica.

Destaque deve ser dado, além da própria UFRRJ, à instituições como a Pesagro-Rio e a Embrapa, que, embora seguissem tendo como norte teórico-metodológico práticas convencionais agrícolas, sobretudo a partir dos anos 1990, passam a promover projetos em prol da agroecologia, caso do Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), criado em 1993 e que, desde então, se tornou centro de referência estadual na promoção de estudos voltados à agricultura ecológica. Associações e organizações da sociedade civil como a Coonatura, o PTA-Fase e a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro também foram de grande relevância para a promoção da agroecologia em âmbito estadual, possibilitando um considerável aumento da produção, dos espaços de comercialização, bem como da visibilidade em torno dos alimentos alternativos/orgânicos.

Por fim, cabe ressaltar a importância do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, criado em 2010, que se consolidou como um democrático mecanismo de ampliação ao acesso da venda direta e popular à agricultores familiares orgânicos fluminenses, o que contribuiu para um significativo aumento do número de produtores orgânicos em todo o estado.

Apesar dos visíveis avanços referentes à produção orgânica/agroecológica no estado do Rio de Janeiro, assim como em um panorama nacional, os agricultores e agricultoras que vêm se dedicando a esta prática seguem em posição de resistência, pois, além dos entraves físicos e ambientais pelos quais passam em seus processos produtivos, a falta de políticas públicas mais efetivas, de subsídios específicos para a agroecologia, fiscalizações insuficientes, a atuação de grandes redes de supermercados e atravessadores, dentre diversos outros entraves, demonstram como a luta em defesa da agroecologia é e deve ser permanente.

Fontes:

70 ANOS da televisão brasileira. *Memória Globo*. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/exclusivo-memoria-globo/projetos-especiais/70-anos-da-televisao/#tv70>.

A BRIGA entre ecologistas e fazendeiros em Bocaina de Minas: uma ameaça ao Parque Nacional de Itatiaia. *Jornal do Brasil*, 30 de novembro de 1980. Caderno B, p.8.

A fiscalização sobre o uso de agrotóxicos em Minas Gerais. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, Associação BH, V8, 86011528, janeiro de 1986.

A polêmica dos transgênicos e os produtos orgânicos. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Ano 3- Seropédica, nº 9. In: *A Lavoura*, setembro de 1999, p. 42.

A SAÍDA ecológica. *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1979, Caderno B, p. 7.

A SAÚDE está na feira: a primeira feira ecológica do Rio. *Jornal Essência Vital*, julho de 1997, p. 4.

ABBOUD, Antonio Carlos de Souza. Adução verde. *Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa*, Rio de Janeiro: 1985, p. 181.

Acervo pessoal de Renato Martelleto.

ADVOGADO impetra segurança porque prefeito gaúcho não permite campanha ecológica. *Jornal do Brasil*, 11 de janeiro de 1980, 1º Caderno, p. 7.

Agitação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Documento confidencial do Sistema Nacional de Informações, 21 de setembro de 1983, p. 4.

AGRICULTOR vai aprender técnicas. *O Fluminense*, 03 de setembro de 1991, p. 5.

AGRICULTURA. *Correio Braziliense*, 17 de março de 1987, p. 8

AGRICULTURA alternativa. *Correio Braziliense*, 17 de fevereiro de 1987, p.30.

AGRICULTURA biológica defendida por agrônomo. *Diário do Paraná*, 31 de outubro de 1980, 2º Caderno, p. 1.

AGRICULTURA biológica evita o lento envenenamento. *Jornal do Brasil*, 7 de agosto de 1987, p. 6.

AGRICULTURA faz feira de produtos. *O Fluminense*, 09 de fevereiro de 1985.

AGRICULTURA natural. *Manchete*, (sem mês), 1985, p. 42.

AGRICULTURA orgânica é tema de encontro em Nova Friburgo. *O Fluminense*, 19 de agosto de 1994, p. 4.

Agricultura Orgânica no Brasil. Aspectos relevantes. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 09 de março de 1999, p. 1 e 2. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

AGRICULTURA orgânica- o que é este sistema de produção? Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, ano 4. In: *A Lavoura*, março de 2000, p. 44.

Agroecologia e Produção Orgânica. Embrapa-Agrobiologia. Disponível em: [https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,biol%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20\(FBN\).](https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,biol%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20(FBN).)

AGRÔNOMO alerta para inseticidas. *Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1981, 1º Caderno, p. 6.

AGRÔNOMO critica o controle. *Diário do Paraná*, 25 de outubro de 1979, p. 1.

AGRÔNOMOS querem aplicação de defensivos sob receita como se fossem remédios. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1980, 1º Caderno, p. 6.

Agrotóxico. Departamento de Censura da Polícia Federal, junho de 1986. Consultado digitalmente através do Sistema de informações do Arquivo Nacional.

AGROTÓXICO envenena até bebês no Sul. *Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1988. 1º Caderno, p. 16.

AGROTÓXICO gera intoxicações ao ficar no tomate. *Ambiente, Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 19 de fevereiro de 1984, p. 12.

AGROTÓXICO mata lavradora. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 14 de dezembro de 1984, p. 16.

AGROTÓXICO no Sul matou 3 e envenenou 7 este ano. *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1984, 1º Caderno, p. 18.

AGROTÓXICO, sem muito controle, mata todos os dias. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1984, 1º Caderno, p. 20.

AGROTÓXICOS já contaminaram 47 agricultores em Nova Friburgo. *Jornal do Brasil*, 30 de abril de 1985, 1º Caderno, p. 9.

ALBERTOS dá o exemplo que Brejal não vê. *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1988, p. 5.

ALIMENTO orgânico conquista os consumidores sofisticados. *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1992, p. 25.

ALIMENTOS orgânicos. *A Lavoura*, junho de 2003, p. 23.

ALIMENTOS orgânicos no Fonseca. *O Fluminense*, 29 de setembro de 1999, p. 5.

ALIMENTOS sem agrotóxicos: uma realidade na Feira Cultural Ecológica, na Glória. *É Rio-Zona Sul*, 1ª quinzena de dezembro de 1995, p. 5.

ALMEIDA, Dejair Lopes de. Entrevista. Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – UFRRJ. 20 anos da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Youtube. 20 de maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL_IN3k.

ALMEIDA, Dejair Lopes, et. al. Agricultura Orgânica: Instrumento para a Sustentabilidade dos Sistemas de Produção e Valoração de Produtos Agropecuários. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, dez. 2000, p. 10.

ALMEIDA, Dejair Lopes de; SALEK, Ronaldo C. Utilização de fosfatos naturais. Anais do II Encontro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 191.

ALMEIDA, Silvio Gomes de. Entrevista à Maurício Bacellar. Tecnologias alternativas levam produtividade a pequeno produtor. *Jornal do Commercio*, 18 de dezembro de 1989, p. 20.

ALMEIDA, Waldemar F. Toxicologia e Meio Ambiente. *Suplemento Cultural – O Estado de São Paulo*, 17 de junho de 1979, ano III, nº 137, p.12.

Anais do Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

Anapolino, médico, governador: os mais de 30 anos de Ronaldo Caiado na política. Disponível em: <https://folhaz.com.br/politica/ronaldo-caiado-medico-governador-idade/>.

ANGRA dos Reis realiza jornada antinuclear. *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1983, 1º Caderno, p. 12.

ANGRA se veste de verde e faz protesto contra usina. *Jornal do Brasil*, 12 de julho de 1986, 1º Caderno, p. 7.

ANIVERSÁRIO da Feira Cultural e Ecológica da Glória. *Prana- Universo Olístico*, outubro de 2004, pág. 26.

APOIO para a agricultura ecológica. *O Fluminense*, 29 de março de 2004, p. 3.

ARAÚJO, José Guilherme. Agrotóxico pode ser causa da anencefalia em Minas. *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1986, 1º Caderno, p. 6.

ARNT, Ricardo. País ecocida. *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1986, p. 48.

AS PRINCIPAIS medidas. *Jornal do Commercio*, 21 de janeiro de 2000, p. 11.

AS-PTA/Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (AS-PTA/FASE). Documento Confidencial do Sistema Nacional de Informações. Agência Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1990. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

ASSEMBLEIA aprova orgânicos. *Jornal do Commercio*, 7 de setembro de 2004, p. 8.

ASSEMBLEIA distribui credenciais e quer participação de entidades nas comissões. *Pioneiro-RS*, 14 de setembro de 1983, p. 7.

Ata de constituição e fundação da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Acervo: ABIO.

Atlas das eleições presidenciais. Disponível em:
<https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1989>.

Atuação do Movimento Ecológico Brasileiro. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações, 5 de março de 1986.

AUBERT, Claude. *Agricultura Orgânica*. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. 1985, p. 23 e 24.

BACELLAR, Maurício. Tecnologias alternativas levam produtividade a pequeno produtor. *Jornal do Commercio*, 18 de dezembro de 1989, p. 20.

BARDANACHVILI, Eliane. VERDE conquista crianças. *Jornal do Brasil*, 07 de junho de 1992, p. 6.

BLOCO de mentiras. *Jornal do Brasil*, 04 de junho de 1992, p. 9.

Blog Ana Maria Primavesi. Disponível em: [Lançamento do Livro: Pragas, Agrotóxicos e a Crise Ambiente. Problemas e soluções. | Ana Maria Primavesi](#). Acesso em 28 de junho de 2021.

Boletim da Coonatura, dezembro de 1990.

Boletim da Coonatura, maio-junho, 1992.

Boletim da Coonatura, abril. 1993.

Boletim da Coonatura, setembro de 1993.

BOURLAG contestado. *Jornal do Brasil*, 19 de julho de 1991, p. 1.

BRAGA, Sérgio. Meio ambiente em debate. *O Fluminense*, 11 de junho de 2004, p. 5.

BRAGA, Teodomiro. Documentos que a Rio-92 deve aprovar. *Jornal do Brasil*, 09 de abril de 1992, p. 6.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Audiência Pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Brasília, DF: Câmara Federal, 28 de novembro de 2000. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/2774-agricultura-organica-movimentou-debate-na-camara/>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 659/1999, de 15 de abril de 1999*. Define o sistema orgânico de produção agropecuária e produto da agricultura orgânica, dispõe sobre a sua certificação, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15705>.

BRASIL, Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE. Principais decisões (normas e programas) adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, após apreciação no CDE. Julho a dezembro de 1975. Dossiê Programa Nacional de Defensivos Agrícolas – CDE, Fundo Paulo Barragat, p. 5-14.

BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Industrial: Indústrias químicas, Petroquímicas e Farmacêuticas. A indústria brasileira de defensivos agrícolas. Brasília, 1982. Dossiê Programa Nacional de Defensivos Agrícolas – CDE, Fundo Paulo Barragat, p. 18-28.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL, Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm.

BRASIL. Instrução normativa nº 19, de 28 de maio de 2009. Aprovar os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2009.

BRASIL, Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. *Legislação- orgânicos*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos>. Acesso em 23 de março de 2023.

BRASIL pede ao BID 50 bilhões para projetos no campo. *Jornal do Comércio*, 5 de agosto de 1965, 1º caderno, p. 8.

BRASIL, Projeto de Lei 6299/2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Registro de Partido nº 243, Classe 7ª- Distrito Federal – Brasília, 30 de setembro de 1993.

BRASILIENSE, Ronaldo. O relatório oficial que será discutido a partir do dia 18 revela um diagnóstico sombrio. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1991, p. 32.

BOM para a saúde e para a natureza. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 2000, p. 2.

CABALLERO, Mara. Os Novos Camponeses e os muitos caminhos da vida alternativa. *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1979, Caderno B, p. 1.

CAMPOS, Cidinha. *Jornal dos Sports*, 19 de maio de 1978, p. 10.

CAMPOS, Patrícia; SOUSA, Luis Otávio de; DANTAS, André. Verbete: GABEIRA, Fernando. CPDOC/FGV- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-paulo-nagle-gabeira>.

CARVALHO, Sônia. DRT ouve funcionários e manda inspecionar empresa de Ermírio. *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1986, 1º Caderno, p. 4.

CAVALCANTE, Adeildo Lopes. Plantas para tempero podem gerar renda para muita gente. *Manchete Rural*, n. 73, maio de 1993, p. 56.

CEF apoia Fórum de Ecologia em Macaé. *Monitor Campista*, 13 de maio de 1997, p. 1.

CELEIRO verde na Serra. *Revista da Alerj*, Ano III, número 6, junho de 2009, p. 23.

Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica. In: Centros Estaduais de Pesquisa. Disponível em: https://www.pesagro.rj.gov.br/instituicao/centro_pesquisa.

CIÊNCIA na ordem do dia: Feira promove alimentação natural e sem agrotóxico. *Tribuna da Imprensa*, 14 de outubro de 1994, p. 11.

CIRNE, Mauro. Lei dos agrotóxicos: Vitória da agricultura. *Pioneiro*, 07 de dezembro de 1989, p. 54.

CLORADOS elevam índice de câncer. *Jornal do Brasil*, 25 de abril de 1980, 1º Caderno, p. 12.

COLLOR diz que Eco-92 mudará a economia. *O Fluminense*, 06 de junho de 1991, p. 9.

COM O INCENTIVO do governo do Estado a agricultura está crescendo em todo lugar. *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 2004, p. 13.

COMER está ficando muito perigoso. *Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1980, Caderno B, p. 7.

COMIDA orgânica. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 2000, p. 1.

COMIDA sem veneno. *Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1979, 1º Caderno, p. 5.

CONCLAVE do sol faz a festa alternativa no Aterro. *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1981, Caderno B, p. 8.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-92) – Projeto Babilônia. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 16 de junho de 1992, p. 96. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

CONFERÊNCIA do Rio. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 05 de abril de 1992, p. 3.

Conferência sobre o Brasil na Nicarágua. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- 22 de fevereiro de 1983. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

Coonatura. Documento confidencial do Serviço Nacional de Informação – Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

COOPERATIVA promove alimentos naturais de produção caseira. *O Fluminense*, 27 de abril de 1979, p. 7.

CÔRTEZ, Celina. Partido Verde amadurece ação visando eleger parlamentares. *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1985. 1º Caderno, p. 26.

CRÉDITO rural na Operação –Aliança: declarações do Sr. Alfonse Rochac, Diretor – executivo do BID. *Jornal do Comércio*, 13 de janeiro de 1962, 1º caderno, p.8.

CRIANÇAS do Rio defendem a ecologia. *Jornal do Brasil*, 24 de fevereiro de 1980, p. 7.

CULTIVO protegido do tomateiro sob manejo orgânico. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Embrapa Agrobiologia. In: *A Lavoura*, setembro de 2000, p. 45.

DAMASIO, Kevin. Liberação Recorde reacende debate sobre uso de agrotóxicos no Brasil. National Geographic Brasil: Meio Ambiente, 26 de julho de 2019.

DANTAS, Euler. Um adeus para Dejour. Disponível em: <https://abiorj.org/um-adeus-para-dejour/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

DESCASO preocupa *Greenpeace*. *Tribuna da Imprensa*, 11 de março de 1992, p. 11.

DIAS, Etevaldo. Deixa que eu chuto. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 05 de março de 1990, p. 2.

Discurso de introdução da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil no II Encontro de Agricultura Alternativa. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 13-16.

Discurso do representante da FAMERJ no II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. *Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa*, 1985, p. 18.

DE OLHO nos orgânicos. *O Fluminense*, 03 de outubro de 2005, p. 4.

Declaração de Alma Ata sobre Cuidados Primários. Fonte: Ministério da Saúde, 06 de junho de 2002. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf.

Defensivos vão ter campanha. *Jornal do Brasil*, 13 de julho de 1975, 1º Caderno, p. 29.

DENÚNCIA de agrônomos: receituários. *Diário do Paraná*, 22 de agosto de 1980, p. 1.

DOBEREINER, Johanna. Perspectivas da agricultura alternativa no Brasil: análise sob o ponto de vista da pesquisa. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro, 1985, p. 61-62.

DOENÇA que matou 17 crianças ressurge em Coqueiros. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 10 de julho de 1985, p. 13.

ECOLOGISTAS lançam o verde na Constituinte. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1986, p. 6.

ECÓLOGO denuncia a máfia dos pesticidas do Brasil. *Diário do Paraná*, 23 de janeiro de 1981, 1º Caderno, p. 6.

Eleição para a diretoria da ADURJ-RJ. Documento confidencial do Sistema Nacional de Informações, 07 de janeiro de 1986, P. 6.

EMATER acha utopia fim dos agrotóxicos. *O Fluminense*, 28 de julho de 1984, p. 7.

EMBRAPA preserva, inova e amplia pesquisa agropecuária. *A Lavoura*, set/out. 1993, p. 34 e 35.

ENCERRADO encontro sobre agricultura. *Diário da Tarde*, ano 82, 25 de abril de 1981, p. 2.

ENTIDADE internacional: Conservas contaminadas por agrotóxicos levam à morte. *Tribuna da Imprensa*, 19 de outubro de 1984, p. 12.

ENTIDADES componentes da Rede Agroecologia. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Embrapa Agrobiologia. In: *A Lavoura*, dezembro de 2000, p. 47.

Entidades e/ou grupos voltados para a defesa do meio ambiente. Serviço Nacional de Informações, Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. 17 de novembro de 1983.

Entidades e/ou movimentos em defesa do Meio Ambiente. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Associação Rio de Janeiro, setembro de 1986.

ENTIDADES farão lobby contra os agrotóxicos. *Tribuna da Imprensa*, 14 e 15 de dezembro de 1985, p. 3.

Entrevista de Ana Maria de Oliveira concedida à autora, na cidade de Petrópolis, 28 de janeiro de 2021.

Entrevista de Antonio Carlos Correa à autora, realizada em sua propriedade agrícola, no Brejal, Petrópolis, em 03 de abril de 2021.

Entrevista de Antônio Carlos Souza Abboud concedida à autora via e-mail, em 27 de abril de 2021.

Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, na sede da ABIO, em 15 de abril de 2019.

Entrevista de Cristina Ribeiro à autora, via aplicativo zoom, em 25 de janeiro de 2023.

Entrevista de Ernando José Guedes à autora na Feira Orgânica da Glória, em 28 de janeiro de 2023.

Entrevista de Euler Dantas concedida à autora via e-mail, em 30 de maio de 2021.

Entrevista de Fernando Paim Homsí à autora, na sede da Pesagro – Rio, Seropédica, em 28 de fevereiro de 2023.

Entrevista de Françoise Oestreicher à autora realizada na Feira Orgânica da Glória, em 28 de janeiro de 2023.

Entrevista de Geraldo Santos à autora, realizada em Petrópolis, em 03 de abril de 2021.

Entrevista de Glória Mendes à autora, via aplicativo Zoom, em 02 de março de 2021.

Entrevista de Jean Marc von der Weid concedida à autora na cidade do Rio de Janeiro, em 01 de agosto de 2023.

Entrevista de José Guilherme Marinho Guerra à autora, realizada na sede da Embrapa – Agrobiologia em 28 de fevereiro de 2023.

Entrevista do agricultor Levi Oliveira concedida à autora no Brejal/Petrópolis, em 25 de janeiro de 2021.

Entrevista de Lucia Helena Almeida concedida à autora na cidade de Petrópolis, em 07 de agosto de 2023.

Entrevista de Maria Benedita Ferreira Pimentel de Carvalho à autora, realizada no Brejal, em Petrópolis, em 31 de janeiro de 2023.

Entrevista de Maria do Carmo de Araújo Fernandes concedida à autora, via e-mail, em 5 de abril de 2021.

Entrevista de Paulo Aguinaga concedida à autora na sede do Sindicato Rural de Petrópolis, em 04 de outubro de 2018.

Entrevista de Roberto Selig concedida à autora via plataforma Zoom, em 31 de março de 2021.

Entrevista de Sebastião Augusto Aguiar à autora, na Feira Orgânica da Glória, em 28 de janeiro de 2023.

ESPECIALISTA inglês mostra vantagens da biodinâmica. *Diário de Pernambuco*, 14 de outubro de 1985, Economia Agrícola, p. 9.

ESTADO do Rio estoca e vende agrotóxicos proibidos. *Jornal do Brasil*, 24 de dezembro de 1984, 1º Caderno, p. 4.

Estatuto, regimento interno e normas técnicas para a certificação de produtos orgânicos. Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, versão 2002.

ERVAS podem ser úteis à agricultura. *Diário do Paraná*, 7 de abril de 1981, 2º Caderno, p. 1.

EXAMES de sangue nada revelam sobre doença que matou 17 crianças. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 12 de julho de 1985, p. 9.

FAZENDINHA Agroecológica. *A Lavoura*, maio de 2000, p. 48.

Fazendinha Agroecológica. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia. Ano 4, Seropédica. In: *A Lavoura*, junho de 2000, p. 46.

Fórum Global 92. Calendário Oficial e listagem de Organizações não- governamentais participantes. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 14 de julho de 1992, p. 3. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

FREDERICO, Carlos. Por uma consciência ecológica. *Opinião*, 7 de janeiro de 1977, p. 19.

FREITAS, Helen; DALLABRIDA, Poliana. Prato contaminado, trabalhadores doentes e impacto econômico: o que muda se o “PL do Veneno” for aprovado. *Repórter Brasil*, 14 de julho de 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/prato-contaminado-trabalhadores-doentes-e-impacto-economico-o-que-muda-se-o-pl-do-veneno-for-aprovado/>.

GAÚCHOS contra Partido Verde. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1985. p. 5.

GAÚCHOS criaram as leis pioneiras de preservação. *Jornal do Brasil*, 08 de janeiro de 1989, 1º Caderno, p. 12.

GENTE. *Jornal do Brasil*, 25 de novembro de 1971, 1º caderno, p. 7.

GLOBO Repórter, *Correio de Notícias*, 18 de maio de 1978, p. 11.

GUERRA, José Guilherme Marinho. História da Embrapa-Agrobiologia. Disponível em: [https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,biol%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20\(FBN\)](https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,biol%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20(FBN).). Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

GUERRA, Regina. Ecologia I. *Revista de Arquitetura, Arte e Cultura*, setembro de 1979, p. 12.

GUERRA verde na Serra: Petrópolis prepara uma campanha para salvar suas lavouras, saturadas pelo uso de agrotóxicos. *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1988, p. 36.

História- Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – Usinas Nucleares de Angra dos Reis mostram outro lado da matriz energética brasileira. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, ano 7, Ed. 63, 2010.

História da Embrapa-Agrobiologia. Disponível em:

[https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,biol%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20\(FBN\).](https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Embrapa%20Agrobiologia,biol%C3%B3gica%20de%20nitrog%C3%AAnio%20(FBN).) Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

Histórico do PPGAIO. Disponível em:

[https://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgao/historico-do-ppgao/.](https://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgao/historico-do-ppgao/)

HORTIGRANJEIROS do Rio são envenenados por agrotóxicos. *Ecologia, Jornal do Brasil*, 18 de março de 1984, 1º Caderno, p. 18.

I ENA- Um encontro Nacional para articular iniciativas agroecológicas- Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: [I ENA - ENA - Encontro Nacional de Agroecologia \(enaagroecologia.org.br\)](http://ena.org.br). Acesso em 29 de março de 2023.

I Encontro Nordeste preparatório para a Eco-92. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 30 de agosto de 1991, p. 2 e 3. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

IBGE. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, 1970.

IBGE. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, 1983.

INCENTIVO para agricultura. *O Fluminense*, 06 de agosto de 2004, p. 7.

INCENTIVOS fiscais para agricultura: Estado lança Programa Cultivar Orgânico e anuncia crédito de até R\$50 mil para produtores. *O Fluminense*, 20 de setembro de 2003, p. 7.

Informes de eventos que seriam realizados na Feira Orgânica da Glória. Fonte: Acervo pessoal de Renato Martelleto.

INSETICIDAS. Carta enviada ao *Jornal do Brasil* por Lysis Aloé, diretor executivo da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas. *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1976, p. 10.

IV Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, Agência Central, 28 de março de 1989. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

IV Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, Agência Central, 21 de junho de 1989. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

JACQUES, Luciana. Município de Quissamã lança coco com grife. *O Fluminense*, 18 de março de 2002, p. 3.

JOSÉ LUTZENBERGER: o Dom Quixote da Ecologia Brasileira. *O Pasquim*, 12 de maio de 1977, p. 6-7.

José Sarney. Centro de Referência de Acervos Presidenciais. Arquivo Nacional. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/111-jose-sarney>. Acesso em 10 de julho de 2023.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Dicionário- Histórico Bibliográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, 2009.

LANCE livre. *Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 1985, 1º Caderno, p. 6.

LAVRADOR vítima de agrotóxicos morre em Friburgo. *Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1984, 1º Caderno, p. 8.

LAZZARINI, Walter. *Jornal dos Engenheiros Agrônomos*, fev/1979, p. 5 *Apud* PEREIRA, Elenita Malta. A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016, p. 211-212.

Lei Estadual nº 8.118 de 25 de setembro de 2018. Confere ao município de Petrópolis o título de “Capital Estadual dos produtos orgânicos”. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/630403799/lei-8118-18-rio-de-janeiro-rj>

Lei Nacional de Agrotóxicos de número 1924/89. Entidades e/ou movimentos em defesa do Meio Ambiente. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Associação Rio de Janeiro, 11 de julho de 1989. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

LIMA, Angélica Torres. Alimento natural não está livre de venenos. *Correio Braziliense*, 26 de fevereiro de 1989, p. 6.

LOUREIRO, Andrea Fontoura. O primeiro lugar em redação. *Jornal do Brasil*, Quadrinhos, 30 de setembro de 1984, p. 2.

LUCENA, Felipe. História do Hotel Glória. *Diário do Rio*, 20 de outubro de 2019. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-hotel-gloria-2/>.

“Luiz Carlos Pinheiro Machado” Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência de Porto Alegre, 19 de março de 1970. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

LUNA, Denise. Brasil terá mais seis usinas nucleares a partir de 2030. *O Estado de São Paulo*, 26 de setembro de 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-planeja-investir-us-30-bi-em-reactores-nucleares-em-dez-anos,70003026352> .

LUTZEMBERGER vai abrir encontro em Friburgo. *Monitor Campista*, 26 de abril de 1992, p. 3.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Caminhos para o movimento de agricultura alternativa. Anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1987, p. 117 e 118.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Prefácio. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. 1985, p. 11 e 12.

MAGÉ promove seminário de agroecologia dia 18. *O Fluminense*, 16 a 22 de junho de 1991, p. 4.

MAIS um título para o Brasil: ingere mais DDT que os Estados Unidos. *Realidade (SP)*, abril 1972, p. 100.

MANEJO ecológico. *O Fluminense*, 9 a 15 de maio de 1993, p. 5.

Manifestações contra a “ECO-92”. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2 de junho de 1992, p. 4. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

Manifesto do Partido Verde. Especial Lua Nova, 3 (4), junho de 1987. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/s4kbwJwLsx8HSzctcfSxbjJ/?lang=pt>.

MARTINS, Edílson. Aquele abraço: a manifestação da Lagoa mostrou que o movimento ecológico no Rio saiu do gueto da gaiola verde. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 2 de novembro de 1986, p. 8.

MARTINS, Franklin. PV faz assembleia geral em que nem tudo são flores. *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1986, 1º Caderno, p. 4.

MEADOWS, Donella, et. all. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the predicamento f mankind*. Universe Books, New York, 1972.

MEDO de agrotóxico faz cair preço de morango. *O Fluminense*, 11 de setembro de 1984.

MELO, Luísa. Ritmo de liberação de agrotóxicos em 2019 é o maior já registrado. Portal G1, 26 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/26/ritmo-de-liberacao-de-agrotoxicos-em-2019-e-o-maior-ja-registrado.ghtml>.

MENDONÇA, Thais de. Ciclo dos Santinhos chega ao fim. *Jornal do Brasil*, 30 de outubro de 1986, p. 7.

MESTRINHO lança a Eco-City. *Jornal do Brasil*, 04 de junho de 1992, p. 5.

MINC, Carlos. Ecologia do Trabalhador. *Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1991, p. 2.

MINC, Carlos. O supermercado da ecologia. *Jornal do Brasil*, 5 de janeiro de 1991, 1º Caderno, p. 9.

Ministério de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instrução normativa n.º 007, de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Disponível em: http://www3.servicos.ms.gov.br/iagro_ged/pdf/489_GED.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

MODELO agrônomo é imposto ao Brasil. *Jornal do Commercio*, 07 de fevereiro de 1981, 2 Caderno, p. 13.

MORAES, Henrique. Produtos orgânicos têm mercado a ser explorado. *O Fluminense*, 23 de maio de 2011, p. 6.

Movimento Contestatório contra a instalação de Usinas Nucleares. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações, 30 de janeiro de 1980.

MOURA, Joaquim. Anunciemos a natureza. Seção: O Leitor escreve. *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1978, Caderno B, p. 5.

MUGGIATI, Anna. ENTREVISTA: Warren Linder. *Jornal do Brasil*, 02 de dezembro de 1991, p. 3.

NEVES, Maria Cristina P. *et al.* Agricultura Orgânica: Instrumento para a Sustentabilidade dos Sistemas de Produção e Valoração de Produtos Agropecuários. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, Documentos, 122, dez. 2000.), p. 14.

NOBEL DA PAZ diz que coexistência é a única solução. *Jornal do Brasil*, 23 de outubro de 1970, 1º Caderno, p. 17.

Nossos mestres. Disponível em:

<https://institucional.ufrj.br/fazendinha/2020/08/09/nosso-mestre/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

NOVAES, Washington. O julgamento dos índios. *Jornal do Brasil*, 11 de junho de 1992, p. 5.

NOVAS bolsas de estudos a técnicos estrangeiros. *Última Hora*, 18 de janeiro de 1960, p.13.

NOVAS bolsas de estudos a técnicos estrangeiros. *Última Hora*, 18 de janeiro de 1960, p.13.

Número de agrotóxicos registrados em 2020 é o mais alto da série histórica; maioria é genérico, diz governo. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml>.

O abraço à Lagoa Rodrigo de Freitas. Foto de Evandro Teixeira, em 26 de Outubro de 1986. *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1986. Retrospectiva 86, p. 22.

O BIOFERTILIZANTE Agrobio. Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Embrapa Agrobiologia. In: *A Lavoura*, setembro de 2000, p. 42.

O GLOBO Repórter vira “enlatado”. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1980, Caderno B, p. 30.

O SAUDÁVEL e rentável mundo dos orgânicos. *Jornal do Comércio*, 08 de dezembro de 2003, p. 5.

O SISTEMA de extensão rural. *Correio da Manhã*, 26 de março de 1965, 2º Caderno, p. 3.

O USO dos agrotóxicos é um verdadeiro escândalo. *O Pioneiro*, 06 de abril de 1990, p. 22.

OLIVEIRA, Elizabeth. Desigualdade na distribuição: recursos de crédito rural do Pronaf concentram-se em determinados estados. *Jornal do Comercio*, 31 de março de 2002, p. 7.

ONGs têm sede na Rio-92. *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 1991, p. 3.

ORGÂNICOS terão venda ampliada. *O Fluminense*, 09 de setembro de 2004, p. 7.

Pacto de Ação ecológica da América Latina. Documento confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 11 de agosto de 1992, p. 6. Acesso: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

PAIVA, Anabela. AGRICULTURA biológica evita o envenenamento. *Jornal do Brasil*, 07 de agosto de 1987, p. 5.

PAIVA, Daniela. Para tirar partido do verde: no entreposto de alimentos naturais se vende saúde. *Jornal do Brasil*, 29 de outubro de 1988, p. 4.

Participação dos Grupos de Comercialização Solidária (GCS) nas Feiras Orgânicas ABIO. Dados disponibilizados por e-mail, por Cristina Ribeiro, em 16 de fevereiro de 2023.

Partido verde (PV): criação, estrutura e legalização. Documento Confidencia da Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – 11 de março de 1987, p. 3-6.

PASCHOAL, Adilson. Alternativas ao uso de agrotóxicos. Anais do II Encontro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 121.

_____. Os agrotóxicos e a crise ambiental. Suplemento Cultural – O Estado de São Paulo, 29 de janeiro de 1978, ano II, nº 67, p. 10.

PAULISTA está comendo carne contaminada. *Tribuna da Imprensa*, 17 de janeiro de 1979, p. 6.

PESAGRO: Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica. Quadro explicativo sobre as atividades do CEPAO exposto na sede do centro, na cidade de Seropédica.

PESAGRO faz pesquisa em Paty do Alferes. *O Fluminense*, 1 a 7 de novembro de 1992, p. 6.

PESAGRO investe em agroecologia. *O Fluminense*, 22 a 28 de novembro de 1992, p. 3.

PESAGRO terá curso intensivo de agricultura. *Monitor Campista*, 03 de abril de 1993, p. 6.

PESAGRO vai a Coqueiros para ver se agrotóxico matou mesmo 17 crianças. *Jornal do Brasil*, 11 de julho de 1985, 1º Caderno, p. 13.

PESQUISA prova que urina de vaca mata fungos do abacaxi. *Jornal do Brasil*, 26 de abril de 1992, 1º Caderno, p. 20.

PIB cresceu 8,18% no 1º semestre. *Jornal do Commercio*, 11 de setembro de 2002, p. 5.

PLANTANDO o natural. *Correio Brasiliense*, 15 de setembro de 1986, p. 17.

POR DENTRO da TV. *O Estado de Mato Grosso*, 21 de julho de 1978, p. 6.

PORQUE candidato, porque PMDB. *Propostas de Campanha- PMDB*, p. 3. [Folheto distribuído pelo PMDB referente à campanha vitoriosa de Walter Lazzarini ao cargo de deputado estadual em 1982]. Fonte: Serviço Nacional de Informações, Agência de São Paulo, 09 de novembro de 1982.

POR uma comida sem veneno. *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro de 1979, Caderno B, p. 10.

“POR uma comida sem veneno”: um encontro no Parque Lage. *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1979, Caderno B, p. 9.

PREMIADO projeto de produção orgânica. *O Fluminense*, 11 de junho de 2003, p. 4.

PRESERVAÇÃO do meio ambiente é imperativo, afirma pesquisadora. *Diário do Paraná*, 2º Caderno, 21 de março de 1981, p. 12.

PRESIDENTE do PV organiza feira na Conferência. *O Fluminense*, 06 de junho de 1991, p. 9.

PRIMAVESI, Ana. Manejo ecológico de pragas e doenças: técnicas alternativas para a produção agropecuária e defesa do meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1994.

Programa Nuclear Brasileiro, condenações e movimentos de protesto. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações- Agência Rio de Janeiro. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações, 17 de abril de 1980.

PROGRAMA tem R\$2 milhões para 100 projetos. *Jornal do Commercio*, 26 de setembro de 2003, p. 14.

Projeto de cooperação – governo paralelo. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, 17 de dezembro de 1991. Consultado digitalmente através do Sistema de informações do Arquivo Nacional.

PROJETO engavetado. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 12 de abril de 1992, p. 27.

PROJETO Frutificar. *O Fluminense*, 27 de março de 2003, p. 5.

Projeto Tecnologia Alternativas. Documento Confidencial do Sistema Nacional de Informações. Agência Central, 17 de setembro de 1984. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

PT NÃO veta candidatos, mas critica critérios. *Tribuna da Imprensa*, 02 de maio de 1986, p. 3.

PROTESTO. *Jornal do Brasil*, 27 de fevereiro de 1980, Caderno B, p. 2.

QUÍMICA importada não ajuda lavoura. *Tribuna da Imprensa*, 25/26 de abril de 1981, p. 8.

REDE Agroecologia. *A Lavoura*, junho de 2000, p. 52.

REDESCOBRINDO a vida no campo. *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1979, Caderno B, p. 5

Registro de Defensivos Agrícolas. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações. 12 de novembro de 1982. Consultado digitalmente através do Sistema de informações do Arquivo Nacional.

Regulamentação estadual sobre a utilização dos agrotóxicos. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações, Associação Goiás, V8, 84009213, janeiro de 1986.

RESISTENTES. *Jornal do Commercio*, 27 de julho de 1999, p. 13.

REVOLUÇÃO agrícola para a paz: entrevista Roberto Rodrigues, ministro da agricultura. *Jornal do Commercio*, 6 a 9 de fevereiro de 2005, p. 10.

RIBEIRO, Raul de Lucena Duarte. Entrevista. Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – UFRRJ. 20 anos da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Youtube. 20 de maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL_IN3k.

RIO coibirá excesso de agrotóxico em alimento. *Jornal do Brasil*, 05 de abril de 1984, 1º Caderno, p. 7.

RIO saberá, em 90 dias, o que contamina alimentos. *Jornal do Commercio*, 24 de abril de 1984, p. 10.

RIO-92 usará Aterro para fórum paralelo. *Jornal do Brasil*, 2ª Edição, 05 de julho de 1991, p. 3.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 35.064 de 25 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Ano XXV, nº 217, Rio de Janeiro, 2012.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 4427, de 21 de outubro de 2004*: Incentiva a agricultura orgânica, regulamenta o artigo 254, inciso IV, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em:

http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/1678dd60d45f6b0883256f350067dab9?OpenDocument&Start=1&ExpandSection=-3&Highlight=0,4427#_Section6.

RIO DE JANEIRO, Lei Ordinária nº 801 de 20 de novembro de 1984. Dispõe sobre o controle no uso de defensivo agrícola a nível estadual e dá outras providências. Disponível em: [Lei Ordinária 801 1984 de Rio de Janeiro RJ \(leisestaduais.com.br\)](http://leisestaduais.com.br).

RIO DE JANEIRO. Resolução Conjunta SEDES / SEOP Nº 001 de 09 de Maio de 2012. Regulamenta o Decreto nº 35.064, de 25 de janeiro de 2012, que cria o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Ano XXVI, nº 37, Rio de Janeiro, 2012.

RURAL cria fazenda de estudos. *Jornal do Brasil*, 07 de junho de 1993, p. 7.

SAL, Azeite e veneno. Prova da contaminação. *Luta democrática*, 16 de maio de 1978, p. 5.

SALATI, Paula. Após novo recorde, Brasil encerra 2021 com 562 agrotóxicos liberados, sendo 33 inéditos. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/01/18/apos-novo-recorde-brasil-encerra-2021-com-562-agrotoxicos-liberados-sendo-33-ineditos.ghtml>.

SALLES, Simone. Movimento Ecológico progride e se prepara para a Constituinte. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1986, 1º Caderno, p. 18.

SAMPAIO, Nadjá. EMBRAPA lança livro para uma agricultura alternativa. *Alto Madeira (RO)*, 08 de outubro de 1985, p. 9.

SANT'ANNA, Affonso. Ruschi, o mito do herói fundador. *Jornal do Brasil*, 08 de junho de 1986. Caderno B, p. 4.

SECRETÁRIO compara agrotóxico no Brasil à tragédia na Índia. *O Fluminense*, 06 de dezembro de 1984, p. 5.

SIAINES, Maurício. Formas de vida e modos de lidar com ela: Dejour Lopes de Almeida. *A Voz da Serra*, 31 de dezembro de 2013.

SIMON quer discutir lei de agrotóxicos que propôs. *Jornal do Brasil*, 24 de março de 1985, 1º Caderno, p. 30.

SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de; FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; ALMEIDA, Lucia Helena Maria de; RIBEIRO, Cristina de Brito; ASSIS, Renato Linhares de. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: Construção participativa de novas estratégias para a oferta de produtos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos de Agroecologia - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia*, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020, p. 3.

SIQUEIRA, Priscila. Ecos da Eco. *São Paulo em Perspectiva*, 6 (3): 123-125, julho/setembro de 1992, p. 125.

SIRKIS, Alfredo. Notícias do “front” verde. *Jornal do Brasil*, 13 de dezembro de 1985, Caderno B, p. 10.

SKALISZ, Reinaldo. A questão dos agrotóxicos. Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1985, p. 116.

SOUTO, Renata. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. *Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro*. ANA- Articulação Nacional de Agroecologia, outubro de 2020. Disponível em: https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eykvd9p-6600bea7-d4ca-4676-ab67-5b4a305d7ff3.pdf. Acesso em 14 de abril de 2023.

TABAK, Israel. Hortigranjeiros do Rio são envenenados por agrotóxicos. *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1984, p. 18.

TOOGE, Rikard. Governo autoriza mais 63 agrotóxicos, sendo 7 novos. Total de registros em 2019 chega a 325. Portal G1, 17 de setembro de 2019.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/09/17/governo-autoriza-mais-63-agrotoxicos-sendo-7-novos-total-de-registros-em-2019-chega-a-325.ghtml>.

TRABALHO de vanguarda na agricultura orgânica faz sucesso em Nova Friburgo. *O Fluminense*, 12 a 18 de julho de 1992, p. 5.

TRANSFERÊNCIA de tecnologia. *A Lavoura*, maio de 2000, p. 47.

TRAUMANN, Thomas. A senhora das criaturas milagrosas. *Veja*, 28 de agosto de 1996, p. 78.

VARGAS, Getúlio. *Dicionário- Histórico Bibliográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, 2009.

VENENO proibido no Brasil é levado do Paraná ao Rio para ser incinerado. *O Globo*, Portal RPC, 11 de novembro 2011.

Visita. *Boletim da Coonatura*, set. 1993, p. 3.

VON DER WEID, Jean Marc. 30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal. Parte I- A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas. 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>.

VON DER WEID, Jean Marc. Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/von-der-weid-jean-marc>. Acesso em 28 de julho de 2023.

UMA dieta vegetariana incorreta pode resultar em anemia, desnutrição e doenças como o escorbuto. *Manchete*, 14 de julho de 1990, p. 71.

UMA Feira ecológica na Glória. *Jornal do Brasil*, 12 de dezembro de 1994, p. 16.

UM NOVO emprego no campo. *Jornal do Brasil*, 14 de outubro de 1984, p. 5.

UNIÃO com PT ameaça dividir PV. *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1987, 1º Caderno, p. 3.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Documento confidencial do Sistema Nacional de Informações. 16 de junho de 1980, p. 2.

USO de agrotóxicos aumenta 200% e mata 17 no Sul. *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1985, p. 26.

XXVII Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (CONEA) na Universidade Federal de Viçosa. Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações – Agência Belo Horizonte, 23 de agosto de 1984. Consultado digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

ZONA SUL intensifica procura de hortaliças sem agrotóxico. *Jornal do Brasil*, Cidade, 28 de maio de 1984, 1º Caderno, p. 4.

Referências Bibliográficas

ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALENTEJANO, Paulo R. R. A Evolução do Espaço Agrário Fluminense. *GEOgraphia*, Ano 7, n. 13, 2005.

ALMEIDA, D. L. de; GUERRA, J. G. M.; RIBEIRO, R. de L. D. Sistema integrado de produção agroecológica: uma experiência de pesquisa em agricultura orgânica. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2003.

ALMEIDA, Jalcione. Tecnologias “alternativas”, ecologia e agricultura no sul do Brasil. In: IV Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), Porto Alegre, 19-24 mar. 1989. 18p.

ALMEIDA, Lucia Helena Maria de. Quintal agroecológico: uma abordagem para a disseminação de práticas agrícolas amigáveis em unidades familiares na Região Serrana Fluminense. 2014. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

ALVES FILHO, José Prado. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2002.

ANDRADE, Rômulo de Paula. A Amazônia na Era do Desenvolvimento: Saúde, Alimentação e Meio Ambiente. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro: 2012.

ANDRADE, Romulo de P. O pobre celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 28 (56), 2015.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In: Filho, Daniel Reis et al. *O Século XX: O Tempo das Crises, Revoluções, Fascismo e Guerras*. Rio de Janeiro, 2000.

BARDI, Ugo. *The limits to Growth Revisited*. Springer, Italy, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Editora Vozes, 2023.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. Agências internacionais e agenda local: atores e ideias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2012.

BLOISE, Denise M.; LOUREIRO, Carlos F.B. A organização dos agricultores do Brejal, Petrópolis, RJ- Um estudo de caso. *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.*, v. 26, janeiro a junho de 2011.

BOROWY, Íris. *Defining sustainable development for our common future: a history of the World Commission on Environmental and Development (Brundtland Commission)*. Routledge: New York, 2014.

BOROWY, Iris. The Brundtland Commission: Sustainable Development as Health Issue. *Michael Quartely*, vol. 10, nº 2, 2013, p. 196-206.

BOUDIA, Soraya; JAS, Nathalie. Gouverner un monde contaminé. Les risques techniques, sanitaires et environnementaux. *Histoires des sciences et des savoirs*, T. 3, Le siècle des technosciences (pp.380-397), 2015.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 6. p. 11-28 jul./dez. 2002.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Rev.Inst. Est. Bras.*, SP, 40, 1996.

BURCHELL, Jon. *The evolution of Green Politics: development and change within European Green Parties*. Earthscan: London, 2002.

CAMPOS, André Luiz Vieira. Terra, trabalho e progresso na obra de Monteiro Lobato. *Revista Brasileira de História*, vol.6, nº 12, março-agosto de 1986.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CANUTO, João Carlos. Agricultura Ecológica en Brasil: perspectivas socioecológicas. Tese (Doutorado) – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes (ETSIAM), Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.

CAPORAL, Francisco R. *La extension agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. Una aproximación histórico-crítica a la evolución y enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el paso del paradigma dominante. Tesis Doctoral- Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1969.

CARVALHO Miguel MX, NODARI Eunice S, NODARI Rubens O. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v.24, n. 1, p.75-91. 2017.

CAVALLET, Valdo José. A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Ed. UNB, 4ª Ed, 2002.

CHARBONNIER, Pierre. *Abundância e liberdade*. Uma história ambiental das ideias políticas. Trad. Fabio Mascaro Querido. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRUZ, Claudinei; NETO, Joaquim G; MENEZES, Manoel Lima de. Toxicidade aguda do inseticida paration metílico e do biopesticida azadiractina de folhas de neem (azadirachta indica) para alevino e juvenil de pacu (*Piaractus mesopotamicus*). *Pesticidas: R.Ecotocol. e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 14, p. 93-102, jan./dez. 2004.

CUETO, Marcos. *Canadian Bulletin of Medical History*, Toronto, vol. 25, nº.1, 2008, p. 17-41.

_____. International Health, the Early Cold War and Latin America. *Canadian Bulletin of Medical History*, Toronto, vol. 25, nº.1, 2008, p. 17-41.

_____. La “cultura de la sobrevivência” y la salud pública internacional en América Latina: la Guerra Fría y la erradicación de enfermedades a mediados del siglo XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar. 2015, p.255-273.

_____. *Missionaries of Science: The Rockefeller Foundation and Latin America*. Ed. Bloomington, Indiana University Press, 1994.

DAVIS, Frederick Rowe. *Banned: a history of pesticides and the science of toxicology*. New Haven: Yale University Press, 2014.

DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado*. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

DUARTE, Regina Horta. “Turn to pollute”: poluição atmosférica e modelo de desenvolvimento no “milagre” brasileiro (1967-1973). *Tempo*, vol. 21, n. 37, 2015.

EHLERS, Eduardo. A agricultura alternativa: uma visão histórica. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 24, n. Especial, 1994.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo: Construcción e desconstrucción del desarrollo*. Fundação Editorial el perro y la rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Power and Visibility: development and the invention and management of the Third World. *Cultural Anthropology*, vol. 3, No. 4, 1988.

FEIDEN. A., FONSECA. M.F. de A. C.; ASSIS. R. L. Rede Agroecologia Rio: análise crítica de uma ação integrada entre instituições públicas e privadas. *ANPPAS*, 2002. Disponível em: [rede-agroecologia-rio-analise-critica-de-uma-ao-integrada-entre-instituioes-publicas-e-privadas_compress.pdf](#). Acesso em 05 de março de 2023.

FELIPPE, Eiser Luis da Costa. O papel da formação técnica alternativa e da extensão rural pública na construção de redes de apoio à transição agroecológica e à produção orgânica: um estudo no município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, 2017, p. vi.

FERRARI, Alexandre. De Estocolmo, 1972 a Rio +20, 2012: o discurso ambiental e as orientações para a educação ambiental nas recomendações internacionais. Tese – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, 2014.

FERREIRA, Jorge. O socialismo soviético. In: Filho, Daniel Reis et al. *O Século XX: O Tempo das Crises, Revoluções, Fascismo e Guerras*. Rio de Janeiro, 2000.

FLORES, Araceli Verônica et.al. Organoclorados: um problema de saúde pública. *Ambient. Soc.*, Campinas, v.7, n.2, 2004.

FORNECK, Elisandra; KLUG, João. A difusão de agrotóxicos como tecnologia benéfica ao agricultor: o papel das cooperativas agropecuárias. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. n. 27, Dossiê História das Ciências e Tecnologias, 2016.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009.

FREITAS, Rosana de C. M.; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012, p. 47.

FURTADO, Celso. O Subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da Unicamp, nº 1, agosto de 1992.

GABEIRA, Fernando. *Onde está tudo aquilo agora? Minha vida na política*. Companhia das Letras, 2012. p.116.

GALDIOLI, Andreza da Silva. A cultura norte-americana como um instrumento do soft power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a política de boa vizinhança. 2008. 147 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008.

GAUD, W.S. 1968. The Green Revolution: Accomplishments and apprehensions. Speech given before the Society of International Development, Washington, DC [online]. *Apud* PATEL, Raj. The long Green Revolution. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 40, No. 1, 2013.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecología: procesos ecológicos em agricultura sostenible*. Turrialba, C.R.: CATIE, 2002.

GREGG, Sara. Cultivating an agro-environmental history. In: SACKMAN, Douglas (ed.). *A companion to American Environmental History*. Blackwell Publishing Ltd, 2010, p. 425-426.

GUERRA, José Guilherme Marinho, *et.al.* Uso de plantas de cobertura na valorização de processos ecológicos em sistemas orgânicos de produção na região serrana fluminense. *Agriculturas*, v.4, nº1, março de 2007.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. In: DIAS *et. al.* *Dicionário da Agroecologia e Educação*. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2021.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. From autonomy to partial alignment: national malaria programs in the time of global eradication, Brazil, 1941-61. *Canadian Bulletin of Medical History*, St. John's, v.25, n.1, p.201-232, 2008.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. “Pouca saúde e muita saúva”: sanitarianismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. "O Brasil não é só doença": o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* [online], vol.16, suppl.1, 2009, pp.313-331.

JAS, Nathalie. Public Health and Pesticide Regulation in France before and after Silent Spring. *History and Technology: An international Journal*, 23:4, 369-388, 2007.

KLANOVICZ, Jó. Natureza Corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990). Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, fev. 2007.

KNABBEN, Virgínia M. A extraordinária história de vida de Ana Maria Primavesi. *Estudos Avançados*, 33 (96), 2019.

_____. *Ana Maria Primavesi: histórias de vida e agroecologia*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LIGNANI, Leonardo de Bem. A ciência entre o “uso seguro” e a proibição dos agrotóxicos: toxicologia, políticas de saúde internacional regulamentação agrícola na trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (Brasil, 1937-1985). Tese (Doutorado Acadêmico em História das Ciências e da Saúde), Rio de Janeiro, 2022.

LIGNANI, Leonardo de Bem; BRANDÃO, Júlia Lima Gorges. A ditadura dos agrotóxicos: o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas e as mudanças na produção e no consumo de pesticidas no Brasil, 1975-1985. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, abr.-jun. 2022.

LIGNANI, Leonardo de Bem. Os debates sobre o DDT na Trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (1965-1973): Toxicologia dos agrotóxicos e Articulação entre Ciência, Saúde e Ambiente. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* .v.7, n.3, set.- dez. 2018.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. Ed. Brasiliense, 1981.

LYTLE, Mark Hamilton. *The Gentle Subversive: Rachel Carson, Silent Spring, and the rise of the Environmental Movement*. New York: Oxford University Press, 2007.

LOCKERETZ, William. What explains the rise of organic farming? In: LOCKERETZ, William (Editor). *Organic Farming: an international history*. CAB International, 2007.

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

MACEDO, Káritha Bernardo de. O “Office of the Coordinator of Inter-American Affairs” entra em cena: novas abordagens para uma Política de Boa Vizinhança. *Encontro Nacional de História da Mídia*, 2013.

MACHADO, Marcelo Rubens; FANTA, Edith. Effects of the organophosphorous methyl parathion on the branchial epithelium of a freshwater fish *Metynnis roosevelti*. *Braz. arch. biol. technol.*, Curitiba, v.46, n.3, p.361-372, June 2003.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (23), 1991.

MAYER, Jorge Miguel. Raízes e crises no mundo caipira: o caso de Nova Friburgo. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2003.

MCNEILL, J. R. *Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world*. Norton & Company Ltd., 2000.

MCNEILL, Jr. ENGELKE, P. *The Great Acceleration: an environmental history of the Anthropocene since 1945*. Harvard University Press, Massachusetts, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O regime empresarial militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985)*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. A EMBRAPA na Amazônia oriental: ditadura militar, desenvolvimento e ambientalismo (1972-1993). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

MELLO, Vanessa Pereira da Silva e; SÁ, Dominichi Miranda de. Science and the Green Revolution in the Brazilian Amazon: The Establishment of Embrapa during of the Civilian-Military Dictatorship and the Emergence of Environmental Movements (1972-1991). *HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v.12 n.2, 2022.

MOLEDO, Victor. A agroecologia é uma revolução epistemológica. Entrevista concedida a Diana Quiroz. *Agriculturas*, v. 13, n1, março de 2016.

MOREIRA, Claudia Araujo. Biofertilizantes: nutrição e desenvolvimento de tomate orgânico. 2012. xii, 110 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Agrônomicas de Botucatu, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115627>.

MOREIRA, Paula Fortini. “Por uma comida sem veneno”: ambientalismo, contracultura e formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro na redemocratização (1979-1985). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

MUDROVICIC, María Inés. Historical Narrative as a Moral Guide and the Present as History as an Ethical Project. *História da Historiografia*, n.21, p.10-24, 2016.

MUNIZ, Érico Silva Alves. Basta aplicar uma injeção? Saúde, doença e desenvolvimento: o programa de erradicação da boubá no Brasil (1956-1961). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

NALLY, David; TAYLOR, Stephen. The politics of self-help: The Rockefeller Foundation, philanthropy and the ‘long’ Green Revolution. *Political Geography* 49 (2015) 51-63.

NASH, Linda. *Inescapable Ecologies: a History of Environment, Disease and Knowledge*. Berkley: University of California Press, 2006.

_____. The Fruits of Ill-Health: Pesticides and Workers' Bodies in Post-World War II California. *Osiris*, v.19 - Landscapes of Exposure: Knowledge and Illness in Modern Environments, 2004.

NIMMO, E.R.; Nelson, E.; GÓMEZ-TOVAR, L.; GARCÍA, M.M.; Spring, A.; LACERDA, A.E.B.; DE CARVALHO, A.I.; BLAY-PALMER, A. Building an Agroecology Knowledge Network for Agrobiodiversity Conservation. *Conservation* 2023, 3, 491–508.

NOVAES, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. *Estudos Avançados*, 6(15), 1992, p. 80.

NYE, J. Soft Power: the Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004 *apud* GALDIOLI, Andreza da Silva. A cultura norte-americana como um instrumento do soft power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a política de boa vizinhança. 2008. 147 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008.

PADRÓS, Enrique S. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. *Organon*, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, Prosperidade e Estado de Bem-estar social. In: Filho, Daniel Reis et al. *O Século XX: O Tempo das Crises, Revoluções, Fascismo e Guerras*. Rio de Janeiro, 2000.

PALM, Juliano L. Processos de transição agroecológica: ecologia de projetos- uma abordagem pragmática, sistêmica e territorial na Região Serrana Fluminense. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2021.

PALMER, Steven. *Gênese da saúde global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2015. 420p.

PASCHOAL, Adilson. Os agrotóxicos e a crise ambiental. Suplemento Cultural – O Estado de São Paulo, ano II, nº 67, 29 de janeiro de 1978.

PASSOS, Marcelo; TORRES, Katya R. I. Certificação na prática: a Rede Ecovida e os desafios da implementação de Sistemas Participativos de Garantia. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado [orgs.]. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013, p. 363-365.

PAULINO, Jonatta Souza; GOMES, Ramonildes Alves. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. *Revista Sociedade e Estado – Volume 35, Número 1, Janeiro/Abril 2020*.

PEIXINHO MORENO, Mayna. Jovens em rede – a permanência de jovens na agricultura a partir da participação em Circuitos Curtos de Comercialização. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2022.

PELAEZ, Victor; DA SILVA, L. R., GUIMARÃES, T. A., DAL RI, F., & TEODOROVICZ, T. A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. *Revista Brasileira De Inovação*, 14, 2015, pp. 153-178.

PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio; SILVA, Letícia. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. *Revista de Economia*, Universidade Federal do Paraná, v.36, nº1, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

PEREIRA, João Baptista Borges; QUEIROZ, Renato da Silva. Por onde anda o Jeca Tatu? Arcaísmo e modernidade no contexto agrário. *REVISTA USP*, São Paulo, n.64, dezembro/fevereiro 2004-2005.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. *Cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, jul.-dez. 2011.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 2007.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio G. Articulação Nacional de Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa, et al.[orgs.] *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio G. Rincões Transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro - uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória). Rio de Janeiro, abr. 2004.

PETERSEN, Paulo; SOGLIO, Fábio Kessler Dal; CAPORAL, Francisco Roberto. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSON, Paulo (org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PICADO, Wilson. Ciencia y geopolítica en los orígenes de la Revolución Verde. *Revista de Ciencias Ambientales*, v.36, n.2, 2008.

_____. Los significados de la revolución: semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde. *HALAC*. Belo Horizonte, v.3, n.2, março – agosto 2014, p. 490-521.

_____. Technology, Geopolitics, and Institutions. An Evaluation of the Green Revolution Dominant Narrative in Latin America. In: BARAHONA, Ana (ed.). *Handbook of the Historiography of Latin American Studies on the Life Sciences and Medicine*, 1-19. Cham: Springer, 2022.

PIRES-ALVES, Fernando Antônio; CUETO, Marcos. A década de Alma-Ata: a crise do desenvolvimento e a saúde internacional. *Ciênc. saúde coletiva* [online], vol.22, n.7, 2017.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. *O Globo*, 31 de março de 2012.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Zahar, 2014.

RESENDE, Ana Cláudia de Freitas. *Globo Repórter: um encontro entre cineastas e a televisão*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2007.

RIETKERK, Aaron Dean. *In pursuit of development: The United Nations, Decolonization and Development Aid, 1949-1961*. A thesis submitted to the Department of International History of the London School of Economics for the degree of Doctor of Philosophy, London, June 2015.

ROMEIRO, A. R. *Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*. *Estudos Avançados*, vol. 26. n. 74. São Paulo, 2012.

RUSSELL, Edmund. *War and nature: Fighting humans and insects with chemicals from World War I to Silent Spring*. Cambridge University Press, 2001.

SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.183-203.

SÁ, Dominichi Miranda de; SILVA, André Felipe Cândido da. *Amazônia brasileira, celeiro do mundo: ciência, agricultura e ecologia no Instituto Agrônomo do Norte nos anos 1940 e 1950*. *Revista de História (São Paulo)*, núm. 178, a05918, 2019.

SÁ, Magali Romero; BENCHIMOL, Jaime L.; KROPF, Simone; VIANA, Larissa; SILVA, André Felipe Cândido da. *Medicina, ciência e poder: as relações entre França, Alemanha e Brasil no período de 1919 a 1942*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)*, v. 16, p. 247-261, 2009.

SÁ, Magali Romero de; SÁ, Dominichi Miranda de; SILVA, André Felipe Cândido da. Apresentação. In: SÁ, Magali Romero de; SÁ, Dominichi Miranda de; SILVA, André Felipe Cândido da. (orgs.). *As ciências na história das relações Brasil-EUA*. 1. Ed., Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2020.

SANGLARD, Gisele Porto. *Nova Friburgo: entre o iluminismo português e a gênese bíblica*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Adriana V. *A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil*. Dissertação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SCHMITT, Claudia Job. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado- Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

_____. A transformação das “ideias agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. *Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial* – 2016.

SCHMITT, Claudia; NIERDELE, Paulo *et. al.* La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. In: SABOURIN, Eric, *et. al.* (orgs.) *Políticas*

públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe. Porto Alegre: Red Políticas Públicas en América Latina y el Caribe, 2017.

SEABRA, Rogério. A rede de comercialização agrícola no Rio de Janeiro: processos, dimensões, técnicas e agentes. In: PENALVA, A. *et.al.* Eds. *Rio de Janeiro: uma abordagem dialógica sobre o território fluminense* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

SILVEIRA, José Maria F.J.; FUTINO, Ana Maria. O Plano Nacional de Defensivos Agrícolas e a criação da indústria brasileira de defensivos. *Agricultura em São Paulo*, v.37, n.3, p.129-146, 1990.

SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225p.

_____. Entre Fênix e Ceres: A grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado. *Varia hist.* [online]. 2018, vol.34, n.65, pp.409-444.

_____. Os outros são o atraso: populações rurais e modernização agrícola em Minas Gerais (1950-1960). In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. 1ªed, Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. Ed. Ver. Campinas. SP: UNICAMP, 1998, p. 1.

_____. *O novo mundo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, Série Pesquisas, 2000.

SILVA, Marcos Antonio da. Revisitando a Guerra Fria: autonomia relativa e dependência na relação Cuba-URSS. *Revista de Geopolítica*, v. 4, nº 2, p. 104 - 126, jul./dez. 2013.

SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). *Relações internacionais no mundo atual*, v.2, n.14, 2011.

SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de; FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; ALMEIDA, Lucia Helena Maria de; RIBEIRO, Cristina de Brito; ASSIS, Renato Linhares de. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: Construção participativa de novas estratégias para a oferta de produtos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos de Agroecologia - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia*, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020, p. 3.

SOARES, Wagner Lopes; PORTO, Marcelo Firpo. Atividade agrícola e externalidade ambiental: uma análise a partir do uso de agrotóxicos no Cerrado Brasileiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, 12 (1), 2007.

SOUZA, Júlio César Oliveira de. Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002). Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. Modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. *Cuad. Desarro. Rural*. 8 (67), 2011, p. 233- 235.

STAPLES, Amy L. S. The birth of development: How the world bank, Food and Agriculture Organization, and World Health Organization Changed the World, 1945-1965. Ohio: The Kent State University Press (New Studies in U.S. Foreign Relations, n.16), 2006.

STERLING, Heloísa. Órgãos de Informação e repressão da ditadura. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>. Serviço Secreto. Arquivo Nacional, Memórias Reveladas. Disponível em: [O serviço secreto \(memoriasreveladas.gov.br\)](http://O_serviço_secreto(memoriasreveladas.gov.br)).

TAVARES, Carlos A. P. Tavares. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo: Nova Cultural – Brasiliense, 1985.

TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

TOTA, Antonio Pedro. Cultura e dominação: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra Fria. *Perspectivas*, vol.27, 2005.

TOTA, Pedro Antonio. *O imperialismo sedutor: a americanização no Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à Ecológica. In: PÁDUA, José Augusto. (org.) *Ecologia e política no Brasil*. Ed. Espaço e Tempo, 2ª ed., 1992.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Guerra Fria. In: FILHO, Daniel Reis et al. *O Século XX: O Tempo das Crises, Revoluções, Fascismo e Guerras*. Rio de Janeiro, 2000.

XAVIER, Ana Isabel *et al.* A Organização das Nações Unidas. *Humana global*, 2007.

WEIR, David; SCHAPIRO, Mark. *Circle of Poison: Pesticides and People in a Hungry World*. Oakland: Institute for Food and Development Policy, 1981.

WEZEL, A *et al.* Agroecology as a Science, a Movement and a Practice. *Agro. Sustain. Dev.*, december, 2009.

WINTER, Valério. Petrópolis, as marcas da sociedade na natureza: história ambiental e leitura das paisagens. 2019. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WORSTER, Donald. *Nature's economy: The roots of ecology*. Sierra Club Books: San Francisco, 1997.

WRIGHT, Angus. *The death of Ramón González: the modern agricultural dilemma*. University of Texas Press, 1994.

_____. Descendo a montanha e seguindo para o norte: como a degradação do solo e os pesticidas sintéticos orientaram a trajetória da agricultura mexicana ao longo do século XX. *Topoi*, v.13, n.24, 2012, pp. 136-161.